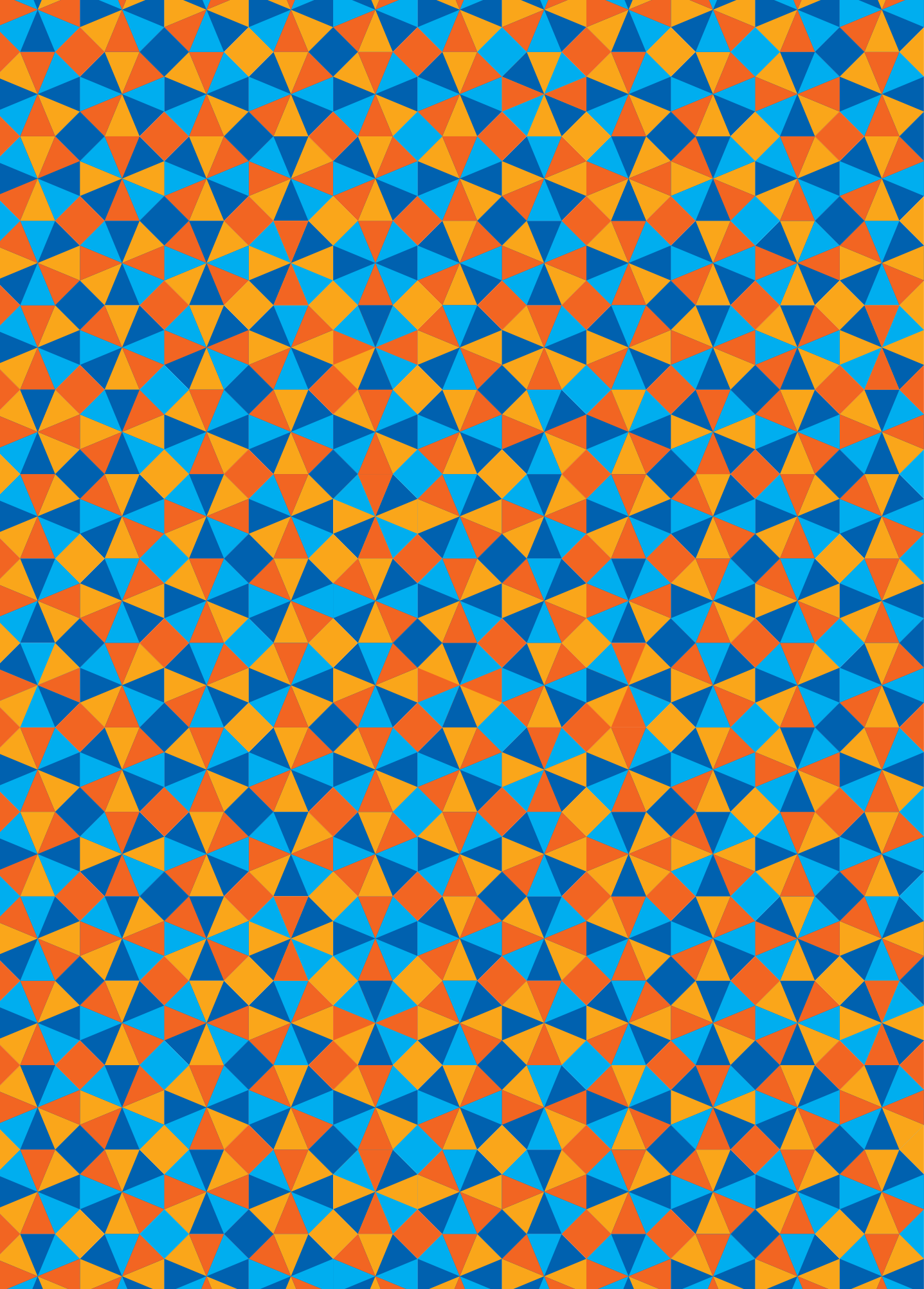
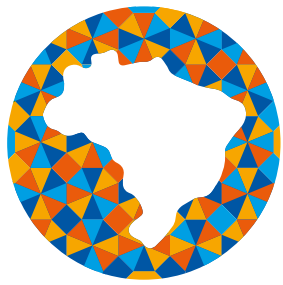


Atlas das **Juventudes**

EVIDÊNCIAS PARA A
TRANSFORMAÇÃO DAS JUVENTUDES





Atlas das
Juventudes

www.atlasdasjuventudes.com.br

Atlas das Juventudes

Coordenação Geral
Marcus Barão
Mariana Resegue
Ricardo Leal

Equipe Executiva
Raiany Fernandes
Camila Ribeiro
Bárbara Cavalcante de Andrade
Larissa Moura
Jessica Amorim
Nayra Lays

Organizações idealizadoras

Em Movimento
Instituto Arapyaú
Ashoka
Impact Hub São Paulo
Itaú Educação e Trabalho
Instituto Elos
Grupo +Unidos

Pacto das Juventudes pelos ODS
AIESEC
Brasil Júnior
Conselho Nacional da Juventude
CONAJE
Choice
Engajamundo
Escoteiros do Brasil
Rolezinho
Presentysmo

Apoiadores Potência
Instituto Arapyaú
Instituto Sicoob
Itaú Educação e Trabalho

Apoiador Juventudes
Legado para a Juventude Brasileira

Apoiadores Transformação
Fundação Arymax
Fundação Roberto Marinho
C de Cultura

Apoiadores Diversidade
Eureca
GOYN – Global Opportunity Youth Network São Paulo

Apoiadores Impacto
Ana Livia Arida
Antônio Brennand
Antônio Carlos Pipponzi
Claudio Rezende Barbosa
Dario Guarita
Flora Botelho
Frederico P. Rizzo
Gustavo Colleta
Janine B Jorge
José Sérgio Girão Portella
Leandro Hirota
Maria Alice Setúbal
Minidi Pedroso
Pedro Villares
Ricardo Glass
Rodolfo Villela Marinho
Suzana F. Caltabiano
Teresa Bracher

Conselho do Atlas das Juventudes
AIESEC no Brasil
British Council
Confederação Brasileira de Empresas Juniores
Confederação Brasileira de Jovens Empresários
Conselho Nacional da Juventude
Engajamundo
Escoteiros do Brasil
Eureca
Fundação Getulio Vargas
Felipe Rigoni
GIFE – Grupo de Institutos Fundações e Empresas
GOYN – Global Opportunity Youth Network São Paulo
Grupo Globo
Grupo Mais Unidos
Historiorama
Impact Hub São Paulo
Instituto Arapyaú
Instituto Elos
Instituto Sicoob
Instituto Update
Instituto Veredas
Itaú Educação e Trabalho
Legado para a Juventude Brasileira
Marcella Barros
Movimento Choice
Fundação Arymax
Fundação Roberto Marinho
Presentizmo
Samuel Emilio
Talk
TETO Brasil
Unesco – Representação no Brasil

Etapa Quantitativa - FGV Social

Marcelo Neri
Coordenação

Etapa Qualitativa - Talk Inc.

Carla Mayumi
Coordenação

Guilherme Pierantoni
Juliana de Souza Carvalho
Luciana Minami
Bruna Foltran

Etapa Levantamento de evidências e autoria dos capítulos

Instituto Veredas

Alex da Silva Vidal
Historiador e Doutorando em Educação (UFRGS)

Bruna Rossi Koerich
Doutoranda em Sociologia (UFRGS)

Bruno Graebin de Farias
Doutor em Psicologia (UFRGS) – Instituto Veredas

Camila Barbieri Chiapetti
Doutoranda em Sociologia (UFRGS)

Carolina Scherer Beidacki
Especialista em Políticas Públicas para a Igualdade na América Latina (CLACSO) e em Saúde da Família e Comunidade (GHC) – Instituto Veredas

Davi Mamblona Marques Romão
Mestre em Políticas Públicas (Oxford University)
Instituto Veredas

Gabriela Solidario de Souza Benatti
Mestre em Desenvolvimento Econômico (IE-Unicamp)
Instituto Veredas

Ingrid Gomes Abdala
Doutoranda em Psicologia Clínica e Cultura (UnB)
Instituto Veredas

Laura dos Santos Boeira
Doutoranda em Psicologia Social
Instituto Veredas

Marcel Henrique de Carvalho
Especialista em Políticas Informadas por Evidências (HSL)
Instituto Veredas

Mauricio Nardi Valle
Mestre em Psicologia (UFRGS)

Mayara Floss
Médica de família e comunidade e criadora do curso EAD de Saúde Planetária TelessaúdeRS/UFRGS

Osmar Antônio Belusso Júnior
Mestrando em Sociologia (UFRGS)

Renata Penalva Vieira da Silva
Mestre em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano (USP) e em Neurociências e Educação (Teachers College, Columbia University) – Instituto Veredas

Teresa Soter Henriques
Mestre em Sociologia (University of Oxford)

Vahid Shaikhzadeh Vahdat
Doutorando em planejamento e gestão do território (UFABC) Instituto Veredas

Participantes da Oficina de Validação

Amanda Costa
Youth Climate Leaders

Amanda Santos
Fundação FEAC

Ana Cláudia Freitas Oliveira
Projeto NAU/Instituto SEB

Alan Thomas
Escola de Gente e CONJUVE

Bruno Graebin de Farias
Instituto Veredas

Camila Chiapetti
Doutoranda sociologia UFRGS

Camila Jordan
TETO Brasil e CONJUVE

Camila Ribeiro
Em Movimento

Carolina Scherer Beidacki
Instituto Veredas

Douglas Aguirre
Confederação Nacional de Jovens Empresários (CONAJE)

Ernesto Ferreira
IYD Brasil

Felipe Amaral
LALA e Archipelago

Fernanda Liveri da Silva
Jovens do Brasil

Filipe Eich
Diretor de relações institucionais da UNE e CONJUVE

Gabriel Dipierro
Ação Educativa

Gabrielly Musso
Brasil Júnior

Gustavo Gama
Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE)

Ingrid Gomes Abdala
Instituto Veredas

Isabelle Santos
Youth Voices Brasil

Jeferson Alves
Conselho Estadual da Juventude do Rio de Janeiro

Joana Rudiger
Enactus Brasil

José Urbano Brochado Júnior
Projeto NAU – Instituto SEB

Karla França
Confederação Nacional de Municípios

Kayam Mendes
Em Movimento

Larissa Moura
Em Movimento

Laura dos Santos Boeira
Instituto Veredas

Leonardo Mello
C de Cultura

Luana Rodrigues
Escola de Gente

Luciana
Instituto Cactus

Luma Costa
Confederação Nacional de Municípios

Luiz Antônio Brenner Guimarães
Guayi

Luiz Salmeron
Assessor Parlamentar na Câmara dos Deputados e CONJUVE

Marcel Carvalho
Instituto Veredas

Marcela Abreu
Confederação Nacional de Jovens Empresários (CONAJE)

Marcelo Rocha
Fridays for Future Brasil ; Perifa Sustentável e Festival Atlas das Juventudes

Marcus Barão
Atlas das Juventudes ; Pacto das Juventudes pelos ODS e CONJUVE

Marcos Costa
Conselho Estadual da Juventude do Paraná

Maria Luisa Fontes
Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL Jovem) e CONJUVE

Mariana Nunes –
de Autoestima–se e Ashoka

Mariana Resegue
Atlas das Juventudes e Em Movimento

Mathaus Torres
Engajamundo

Natália Leme
Fundação Arymax

Pedro Henrique
Escoteiros do Brasil e CONJUVE

Quenia N. Lyrio
Ambiafro

Raiany Fernandes
Em Movimento

Thaís Lima Mendes
Confederação Nacional de Municípios

Comentadores e comentadoras dos capítulos

Amanda Costa
Youth Climate Leaders

Betina Barros

Bruno Souza Araújo
Bibliotecas comunitárias

Carolina Utimura
EURECA

Ciça Pereira
Produtora cultural

Daniela Saraiva
GOYN

Danilo Castro

Djankaw
Paiol das Artes e Coord. Coletivo Bajubá LGBTQIA+

Francisco José Cabral de Oliveira
Reprolatina

Helena Singer
Ashoka

Henrique Madeiros
Jovem Potência

João Luiz Moura
Teólogo

Jorge Claudio Ribeiro
Professor Pesquisador PUC-SP

Júlia Marisa
ICS

Luiza Correa de Magalhães Dutra

Marcone Ribeiro
Secretário Executivo de Juventude do Recife

Margarita Díaz
Reprolatina

Mathaus Torres
Engajamundo

Matheus Silva
Fundação Arymax

Mayara Floss

Miriam Abromovay
Pesquisadora

Nailah Neves Veleci
Cientista Política

Nátali Percídio
Embaixadora UNODOC

Quenia Nascimento Lyrio
Ambiafro

Rachel Daniel
Ecofeminista cristã

Rodrigo Correia
Reprolatina

Salvino Oliveira
Secretário de Juventude do Rio de Janeiro

Samuel Emilio
Diário Anti-racista

Tatiane Frazão da Silva
Fundação Feac

Vivianne Naigeborin
Fundação Arymax

William de Jesus Silva
ABRAÇA

Consolidação da publicação

Carolina Scherer Beidacki
Instituto Veredas

Ingrid Gomes Abdala
Instituto Veredas

Laura dos Santos Boeira
Instituto Veredas

Supervisão da publicação

Ingrid Gomes Abdala
Instituto Veredas

Laura dos Santos Boeira
Instituto Veredas

Revisão de conteúdo
Helena Singer
Marcus Barão
Mariana Resegue
Mathaus Torres
Raiany Fernandes

Revisão gramatical
Jefferson Melo Rocha

Marca
Fonte Design

Diagramação
mercurio.studio

Ilustrações
Alexia Ferreira
Silvelena Gomes

Fotografias
Banco Em Movimento
Mariana Bernardes

Comunicação

Raiany Fernandes
Coordenadora geral de comunicação

Raiany Fernandes
Estratégia Criativa

Marcelo Alexander
Assistente de estratégia

Camila Ribeiro
Designer Gráfico

Barbara de Andrade
Analista de Social Media

Brunelly Corrêa
Analista de Mídia

Assessoria de imprensa

Letícia Tie

Plataforma Atlas das Juventudes

Brifô

Audiovisual

Canal Futura
Freebirdz
Pelicano Filmes

Produção Festival Atlas das Juventudes

Marcelo Rocha
Produção Executiva

Sense Creative
Produção geral

Curva
Estúdio

Atlas das Juventudes
www.atlasdasjuventudes.com.br
contato@atlasdasjuventudes.com.br

Índice

8 Apresentação

12 Introdução

34 As pesquisas do Atlas das Juventudes

45 Juventudes e educação: os desafios

105 Juventudes, profissionalização: trabalho e renda: os desafios

140 Juventudes e cultura, lazer, esporte e comunicação: os desafios

174 Juventudes, segurança pública e acesso à justiça: os desafios

205 Juventudes, saúde e meio ambiente: os desafios

256 Juventudes, e os direitos ao território e à mobilidade: desafios e potencialidades

287 Juventudes+participação social e política: os desafios

316 Notas metodológicas do Atlas das Juventudes

342 Sessão especial: Juventudes e a Pandemia do Coronavírus

Atlas das Juventudes

A maior geração de jovens da história do Brasil

O Brasil é lar de quase 50 milhões de pessoas com idade entre 15 e 29 anos (¼ da população). Isso é o que podemos chamar de "bônus demográfico". Nunca houve tantos jovens. É possível que nunca mais tenhamos uma janela de oportunidades como esta, com tamanho potencial para o progresso econômico e desenvolvimento social.

São milhões de jovens, que, em diferentes realidades, experimentam uma fase determinante de transição de ciclo de vida, na busca pela construção da sua autonomia. Neste caso, quando somos capazes de proteger os direitos da população jovem em nossas cidades, estados e país, esse potencial pode se concretizar como crescimento e prosperidade para todas as pessoas.

Para que este cenário seja possível, é fundamental apoiar o pleno desenvolvimento de jovens em seus territórios e, dessa maneira, garantir que possam realizar seus potenciais coletivos e individuais, concretizar sonhos, aprender, inovar e participar ativamente da economia e da sociedade, como protagonistas, em todas as suas esferas.

Porém, em contraste com essa perspectiva, a população jovem vive uma realidade de constante violação dos seus direitos e também está mais exposta a uma série de vulnerabilidades sociais. As evidências apontam para um contexto excludente, violento e desafiador que acaba por impor barreiras para o desenvolvimento das juventudes.

Com o avanço da pandemia, a situação se tornou ainda mais grave, ampliando os índices de jovens sem oportunidades de trabalho e também da evasão escolar, com uma parcela significativa da população sofrendo impactos em seu processo educacional. Para além destes pontos, é inevitável ressaltar o agravamento das desigualdades sociais e de acesso à serviços essenciais, dos impactos na saúde mental de jovens, na segurança alimentar e também na segurança pública.

Todo este contexto tem forte influência no desenvolvimento da população jovem. Caso este cenário não seja revertido, o Brasil vive o risco de ter uma geração perdida e pode desperdiçar a oportunidade de alavancar o seu crescimento utilizando como força motriz a maior população de jovens da sua história.

Essa é uma janela de oportunidades importante, mas também é urgente. Após manter-se por quase duas décadas com pouco mais de 50 milhões de jovens de 15 a 29 anos de idade, em níveis sem precedentes na história do país, o Brasil verá sua população nessa faixa etária voltar para baixo desse patamar a partir de 2021. O contingente jovem brasileiro pode chegar ao fim do século reduzido quase à metade de sua magnitude atual, diminuindo as possibilidades e ampliando os desafios para a prosperidade da nação. Isso significa que os investimentos certos precisam ser feitos agora, pois amanhã pode ser tarde demais.

Esse contexto desafiador e urgente, demanda a construção de ações concretas, com real capacidade de promover mudanças, atendendo as demandas emergenciais e apresentando perspectivas de futuro. Para que tenham efetividade, essas ações precisam ser construídas com base em evidências, mas a dificuldade de acesso a informações e conhecimento sistematizados sobre as juventudes do Brasil, potencializada pela insegurança da não realização do novo Censo Demográfico, nos apresentou um novo desafio, com uma preocupante lacuna de dados que fragiliza os instrumentos de formulação de políticas públicas, estratégias, programas, projetos e iniciativas consistentes e sustentáveis para as juventudes, em suas diversidades e territórios.

Compreendendo as potências, os desafios e as urgências dessa janela de oportunidades, realizamos este importante estudo social, envolvendo algumas das mais relevantes instituições e pesquisadores do país. Reunimos uma base sólida de evidências, construímos ferramentas, produzimos análises e apontamos perspectivas, em diferentes formatos e linguagens, acessíveis para diferentes agentes da sociedade, com um único objetivo: promover e garantir os direitos das juventudes e fortalecer o seu lugar como protagonistas para o desenvolvimento do Brasil.

Desde 2018, fomentamos uma grande rede de organizações e parceiros em torno dessa missão. Uma iniciativa que só poderia nascer da vontade e dedicação de muitas pessoas e instituições que fizeram parte desse extenso trabalho conosco, dedicando tempo e recursos para que pudéssemos chegar até aqui.

O Atlas das Juventudes, é o resultado deste trabalho. Ele foi criado com a missão de produzir, sistematizar e disseminar dados sobre as juventudes, para que sejam feitos os investimentos certos e no tempo adequado, para ativar o potencial da maior geração de jovens da história do país e, consequentemente, permitir o seu pleno desenvolvimento, construindo caminhos para um presente e futuro mais inclusivo e próspero para todas as pessoas. É uma plataforma de trabalho para quem atua na formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas, estratégias, programas, projetos e iniciativas para / de / com as juventudes no Brasil.

A CONSTRUÇÃO DO ATLAS DAS JUVENTUDES

A primeira etapa do Atlas das Juventudes foi desenvolvida com o Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV Social), com a coordenação do professor e pesquisador Marcelo Neri. Nesta primeira fase trabalhamos no processamento, atualização e sistematização das principais bases de microdados do país e, em alguns casos, do mundo. Construímos panoramas, simuladores, mapas e diversas projeções populacionais, com dados nacionais, de cidades, de todos os estados e regiões do Brasil.

Após o intenso mergulho que demos nas grandes bases de dados, iniciamos a segunda etapa do Atlas das Juventudes, com a TALK INC. Nessa fase qualitativa do projeto, coordenada com a pesquisadora Carla Mayumi, buscamos reunir e amplificar as vozes das juventudes e suas percepções sobre diferentes temas. Realizamos imersões etnográficas, entrevistas em profundidade e um amplo questionário virtual com jovens de todas as regiões do país.

Na terceira etapa, coordenada com a pesquisadora Laura Boeira, do Instituto Veredas, sistematizamos e avaliamos as evidências com o objetivo de propor caminhos possíveis para os principais desafios enfrentados pelas juventudes no Brasil, além de consolidar e incorporar os dados de evidências coletados em pesquisas que compõem este importante relatório. Construímos uma biblioteca online com publicações, vídeos e sites sobre as juventudes, a Biblioteca das Juventudes. Também foram realizadas entrevistas com especialistas, lideranças de diferentes setores e com jovens de diferentes contextos. Em 2020, desenvolvemos e lançamos a "Agenda Municipal para e com as Juventudes", com o objetivo de influenciar as eleições municipais e apoiar candidatos e candidatas na construção de propostas e políticas públicas de juventudes no contexto municipal.

Ainda em 2020, com o surgimento da pandemia do coronavírus no mundo, diante do cenário de muitas incertezas provocados pelos impactos que a pandemia do coronavírus poderia produzir nas vidas de jovens, apoiamos e participamos do desenvolvimento da Pesquisa Juventudes e a Pandemia do Coronavírus, coordenada pelo Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE) em parceria com o Em Movimento, Fundação Roberto Marinho, Mapa Educação, Porvir, Rede Conhecimento Social, UNESCO e Visão Mundial. A pesquisa é uma realização coletiva e contou ainda com apoio e mobilização de jovens, organizações juvenis, movimentos sociais, gestores de políticas públicas para juventude, conselhos estaduais e municipais de juventude, juventudes partidárias, instituições públicas e privadas e diferentes organizações da sociedade civil. Em sua primeira edição, a pesquisa ouviu 33 mil jovens sobre os impactos da ainda recente pandemia no Brasil. Um ano depois, participamos e apoiamos a segunda edição da pesquisa e ouvimos mais de 68 mil jovens com o objetivo de entender os impactos da pandemia um ano após o seu início no país.

SOBRE O RELATÓRIO

Este relatório é a síntese das evidências, dos aprendizados e das principais reflexões e perspectivas que encontramos ao longo de todo o caminho do Atlas das Juventudes até aqui. Ele foi organizado com base nos eixos do Estatuto da Juventude, a Lei que dispõe sobre os direitos das juventudes e sobre os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventudes no Brasil.

Desta maneira, os capítulos do relatório ainda reúnem desafios e potencialidades; recomendações para políticas e programas; lacuna de dados; "mão na massa" com ações possíveis de serem implementadas por diferentes agentes da sociedade; além da utilização da ferramenta PROGRESS, usada para considerar diferentes dimensões de equidade no desenho e implementação de intervenções sociais. Um acrônimo que pode ser traduzido da seguinte forma:

P	Local de residência
R	Raça/etnia/cultura/linguagem
O	Ocupação e trabalho
G	Gênero
R	Religião
E	Educação
SS	Status socioeconômico e capital social

Além dessas dimensões, a ferramenta ainda permite que sejam agregadas reflexões sobre outras características pessoais que podem ser alvo de preconceito ou estigma (por exemplo, faixa etária, orientação sexual, pessoas com deficiências) e características da rede familiar e de apoio.

Este documento foi desenvolvido em parceria com o Instituto Veredas, envolvendo uma grande equipe de pesquisadores e um amplo processo colaborativo para a revisão e validação dos conteúdos produzidos. Realizamos diversos workshops com organizações, especialistas e jovens. Envolvemos mais de 70 pessoas e instituições como colaboradoras e comentadoras dos capítulos, em mais um esforço de construção coletiva.

Todo o conteúdo do relatório final integra a Plataforma Virtual Atlas das Juventudes, que pode ser acessada em www.atlasdasjuventudes.com.br. Lá você também encontrará os relatórios e publicações específicas de cada etapa do Atlas das Juventudes, além do acesso à Biblioteca das Juventudes, bancos de dados e ferramentas de análise. A Plataforma reúne também outras duas importantes iniciativas para a produção de conhecimento sobre as juventudes, a Pesquisa Juventudes e a Pandemia do Coronavírus e a pesquisa realizada pelo Global Opportunity Youth Network – GOYN, com diversos documentos disponíveis. O acesso é livre e o conteúdo é gratuito.

Ao concluir esta apresentação, apesar do cenário extremamente desafiador, o sentimento é de realização e de esperança com a entrega do Atlas das Juventudes. Empreendemos um grande esforço para chegar até aqui, mas é importante dizer que nada disso seria possível sem o apoio atento e cuidadoso dos nossos parceiros que acreditaram conosco desde quando o Atlas das Juventudes era apenas uma ideia. O nosso imenso obrigado a cada uma e a cada um dos nossos parceiros.

Convidamos você a ler, conhecer, aprender e se inspirar com as vidas das nossas juventudes brasileiras! O trabalho é urgente e começa agora. Que possamos como sociedade criar projetos, programas e políticas públicas, para que as juventudes possam permanecer vivas e capazes de trilhar um caminho para o desenvolvimento sustentável, seguindo os seus próprios sonhos, escolhas e necessidades.

Boa Leitura!



Marcus Barão



Mariana Resegue



Ricardo Leal

Introdução

O Brasil possui cerca de 50 milhões de jovens, representando quase 1/4 de toda nossa população;

Porque os jovens de hoje são a população em idade ativa das próximas décadas, ao investir nesse grupo populacional temos a oportunidade de colher um bônus demográfico, o que ajuda a reduzir a pobreza e elevar os padrões de vida;

Os jovens brasileiros são sub-representados nas classes A e B;

A distribuição de jovens entre os sexos feminino e masculino é equilibrada, embora os homens jovens tenham taxas de mortalidade mais expressivas;

Há uma predominância de jovens negros no Brasil, contabilizando 51% de pardos e 10% de pretos, porém as condições de vida desse grupo são mais vulneráveis e submetidas ao racismo estrutural do país;

A região Norte apresenta as capitais com maiores taxas de juventude; por outro lado, as quatro capitais menos jovens estão situadas nas regiões Sul e Sudeste;

Dados oficiais precisam ser apresentados de forma amigável e desagregados por faixa etária, permitindo cruzamentos com indicadores de gênero, raça, região e classe social;

São costumeiramente invisibilizadas de dados oficiais as juventudes indígena e LBGTQIA+;

Durante a pandemia do coronavírus, as juventudes brasileiras foram impactadas negativamente em diversos domínios e há um risco de que se configure uma "geração perdida" caso ações não sejam tomadas para reverter esses impactos;

As juventudes têm o potencial de protagonizar agendas globais e locais de desenvolvimento social, mas, para isso, precisam do apoio de governos e outros parceiros.

"Ser jovem hoje significa romper barreiras de gerações anteriores, mas ao mesmo tempo aprender com elas. Não podemos cometer os mesmos erros do passado e precisamos criar um novo mundo. Modernidade, solidariedade, empatia e conexão são valores que devem moldar-nos. É criar uma geração nova que se faz presente e atuante, levando o mundo para um caminho melhor."

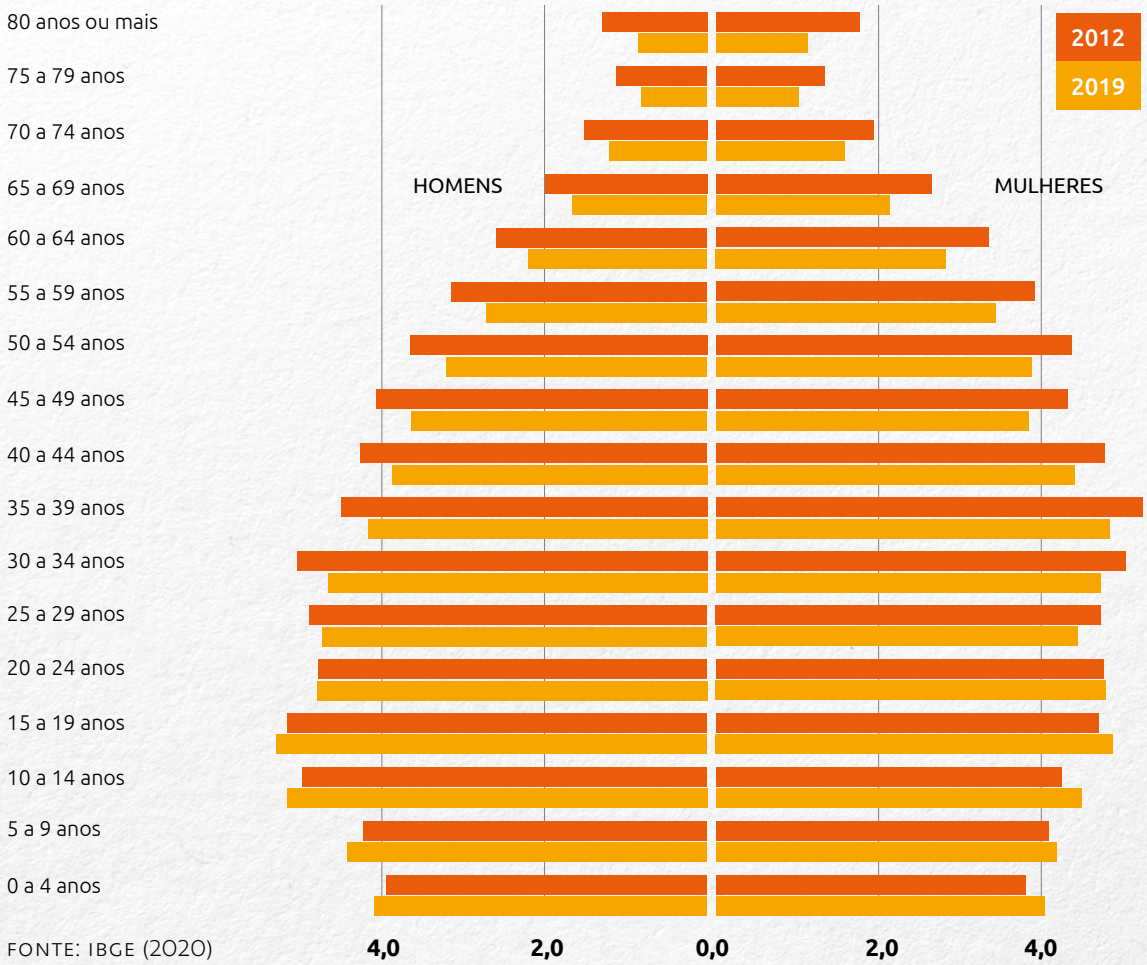
Homem cis gay branco, 19 anos, estudante do ensino superior (graduação), Bagé (RS)

As juventudes brasileiras são plurais e potentes. Investir em políticas e programas sociais voltados para os diferentes perfis de juventudes é uma ação urgente que pode transformar positivamente o futuro do país. Partindo dessas premissas, neste capítulo, o *Atlas das Juventudes* buscará expor uma breve caracterização da transição sociodemográfica que nosso país vem apresentando, os dados do perfil das juventudes brasileiras e uma reflexão sobre como podemos adotar um debate que leve em conta desde a dimensão local até a dimensão global.

Transição sociodemográfica

Indicadores recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), revelam uma mudança estrutural no perfil sociodemográfico brasileiro (IBGE, 2020). Ainda que o Brasil se apresente como uma nação majoritariamente jovem, a pirâmide etária vem se transformando. Nas últimas duas décadas foi possível observar mudanças produzidas pelo declínio da fecundidade, que passou de 6,3 filhos por mulher, em 1960, para 1,61 filho em 2020 e com projeção de 1,5 filho em 2034 (IBGE, 2018). Diante desse cenário, a população jovem de 15 a 29 anos de idade tem apresentado uma diminuição contínua na sua participação relativa na população brasileira, passando de 28,2%, em 2000, para 25,44%, em 2015, devendo alcançar 21,0% em 2030 e 16,24% em 2060 (NERI, 2019), conforme evidenciado na etapa de análise de dados do *Atlas*.

População residente, segundo o sexo e os grupos de idade (%)



FONTE: IBGE (2020)

Apesar da queda em termos percentuais, o número absoluto de jovens ainda é bastante elevado. No ano de 2009, em seu ápice, o contingente jovem brasileiro girava em torno de 52,3 milhões, passando a ter uma tendência decrescente somente a partir daí. Em 2018, havia em torno de 50,8 milhões de jovens no Brasil e 1,8 bilhão de jovens no mundo. Até 2060, projeta-se que as pessoas entre 15 e 29 anos representarão, no mínimo, 15% da população brasileira (NERI, 2019).

As melhorias na saúde pública e na qualidade de vida decorrentes do processo de urbanização permitiram tanto reduzir as taxas de mortalidade infantil quanto aumentar a expectativa de vida. Entretanto, como evidenciado em relatório publicado pelo IBGE (2015), os resultados ainda são inadequados, já que mais da metade da população brasileira ainda não tem acesso a saneamento básico e mostra taxas de natalidade e indicadores de expectativa de vida que estão muito distantes dos países desenvolvidos.

Dois outros elementos cruciais para explicar a transição demográfica no Brasil são o aumento tanto da renda per capita quanto dos níveis de educação da população. O IBGE (2015) aponta que as taxas de natalidade estão inversamente relacionadas tanto à renda quanto à educação, dois indicadores que têm mostrado um progresso significativo no país. Além disso, o fenômeno migratório interestadual contribui para acentuar as diferenças de taxas de juventudes entre estados, uma vez que é comum que jovens brasileiros se mudem buscando melhores alternativas para inserção no mercado de trabalho (ARAÚJO et al., 2014).

Por que é urgente falar sobre esse assunto?

No cenário brasileiro atual, a população economicamente ativa ainda é maior do que a população dependente formada por crianças e idosos. Assim, haveria um ambiente favorável para o desenvolvimento econômico e social do país. No entanto, para se beneficiar deste chamado "bônus demográfico" (UNFPA, 2014), políticas públicas devem ser pensadas estrategicamente para que essa população seja valorizada e sua oferta de mão de obra não seja subaproveitada. Tal abordagem estratégica lançaria as bases para o desenvolvimento futuro do país, preparando-o para o momento em que a população dependente estará crescendo e a população em idade de trabalhar estará em declínio.

Para o bônus demográfico se concretizar, os governos e a sociedade precisam empreender esforços. Ele depende de ações para reduzir mortalidade infantil, empoderar meninas e mulheres, ampliando o acesso à contracepção, investir no capital humano de jovens e estimular o crescimento econômico e a inclusão produtiva das juventudes, melhorando o acesso ao mercado financeiro (UNFPA, 2014). Considera-se que o bônus demográfico é concretizado quando:

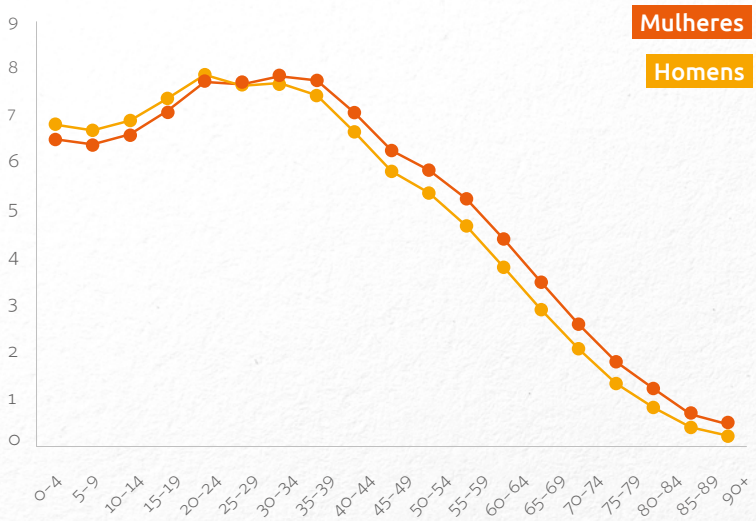
- jovens são saudáveis, frequentam a escola e são preparados para aproveitar as oportunidades;
- há mais recursos disponíveis para investimentos produtivos;
- são verificados aumentos na renda per capita e nos padrões de vida; e
- se reduz a pobreza.

A etapa de análise de dados do Atlas indicou que a oportunidade para aproveitar o bônus demográfico brasileiro durará até o ano de 2025 (NERI, 2019). A partir desse momento, a tendência de crescimento da população será revertida e o envelhecimento da população será acelerado, atingindo seu auge em 2050. Isso significa que, dentro de cem anos, o Brasil terá deixado de ser um país de população jovem para se tornar um país de pessoas idosas.

É urgente, portanto, considerar a juventude como um segmento estratégico da população para o futuro, uma vez que esse grupo populacional será responsável pela geração de recursos que sustentarão o crescente envelhecimento da população. Entretanto, considerando as dimensões continentais do país, devemos lembrar que a transição demográfica brasileira apresenta especificidades, as quais serão apresentadas a seguir.

Potências e urgências das juventudes brasileiras

Gênero



Populações por faixa etária e sexo no Brasil em 2019
(milhões)

FONTE FGV SOCIAL A PARTIR DAS ESTIMATIVAS E PROJEÇÕES DO IBGE (2018) ETAPA 1 DO ATLAS DAS JUVENTUDES

A distribuição de jovens entre homens e mulheres é bastante equilibrada. Enquanto na faixa etária entre 15 e 24 anos a maioria da população é do sexo masculino, na faixa seguinte, entre 25 e 29, a maioria é do sexo feminino. A partir daí, as mulheres são maioria para todas as outras faixas de idade. A projeção para 2060 é de que os homens sejam maioria nas faixas de idades até 49 anos e as mulheres comporiam a maioria nas faixas etárias seguintes (NERI, 2019).

Você sabia que...

Gênero e raça são temas transversais a todos os capítulos do Atlas? Sempre que possível, vamos desagregar os dados por gênero e raça e evidenciar desigualdades existentes.

O Estatuto da Juventude indica que os jovens brasileiros têm direito à diversidade e à igualdade de direitos e de oportunidades, independente de cor/raça, sexo, gênero e orientação sexual.

Potências

- oportunidade para avançar na igualdade de gênero e protagonismo feminino → 94% dos jovens entrevistados pelo Global Youth Report (IYF, 2017) acreditam na igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Urgências

- jovens do sexo masculino têm uma taxa de mortalidade 3,5 vezes maior do que jovens do sexo feminino;[1]
- jovens do sexo masculino de 20 a 24 anos têm 11 vezes mais chance de sofrerem uma morte violenta se comparados às jovens do sexo feminino na mesma idade;[2]
- as estatísticas oficiais tendem a invisibilizar a juventude não binária.[3]

1 Dados do TABNET/DATASUS referentes à Mortalidade no Brasil no ano de 2018. Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=02>.

2 Dados das Estatísticas do Registro Civil 2017, divulgadas pelo IBGE. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/22868-mortes-violentas-atingem-a-te-11-vezes-mais-homens-que-mulheres-jovens>.

3 Dados do Diagnóstico Nacional da Juventude LBGT, publicado em 2018. Disponível em: <https://social.mg.gov.br/images/Direitos_humanos/coordenadoria_politica_dos_direitos_da_juventude/Diagn%C3%B3stico%20da%20Juventude%20LGBT+.pdf>.

Cor/raça

A população jovem é plural e vive os impactos das desigualdades sociais, políticas e culturais de forma heterogênea. As desigualdades étnico-raciais têm origens históricas e são persistentes na sociedade brasileira. A juventude de cor/raça negra, composta pelos autodeclarados pretos e pardos, conforme a classificação do IBGE, enfrenta as consequências severas dessas desigualdades em relação à juventude branca.

Há uma importante maioria de jovens negros no Brasil, porém os dados de diferentes dimensões sociais demonstram altos índices de desigualdade racial. Estima-se que existam aproximadamente 31 milhões de jovens negros e negras no país (IBGE, 2012b). De acordo com dados da PNAD Contínua de 2019, a distribuição de jovens brasileiros por cor ou raça foi:



O padrão de desigualdade por cor/raça e nível de escolaridade é demonstrado na medida em que ter menor escolaridade, residir em localidades mais pobres e ser negro aumentam as chances de homicídio e de uma gravidez na adolescência. Em 2018, no Brasil, a taxa de homicídios entre homens negros era quase o triplo da observada entre os homens brancos. Além disso, independentemente da região do Brasil, adolescentes com baixa escolaridade e negras apresentaram mais chances de estar grávida na adolescência do que meninas não negras.

Potências

- desde 2010, o Brasil possui o Estatuto da Igualdade Racial para amparar suas ações;
- até 2024, está em vigência a Década Nacional dos Afrodescendentes, que dispõe de um plano de ação focado em promover o reconhecimento, a justiça e o desenvolvimento, ao mesmo tempo que combate a discriminação múltipla ou agravada contra essa população;
- em 2018, foi realizada a primeira plenária nacional de juventude indígena no Acampamento Terra Livre, onde foi criada a Rede de Juventude Indígena

Urgências

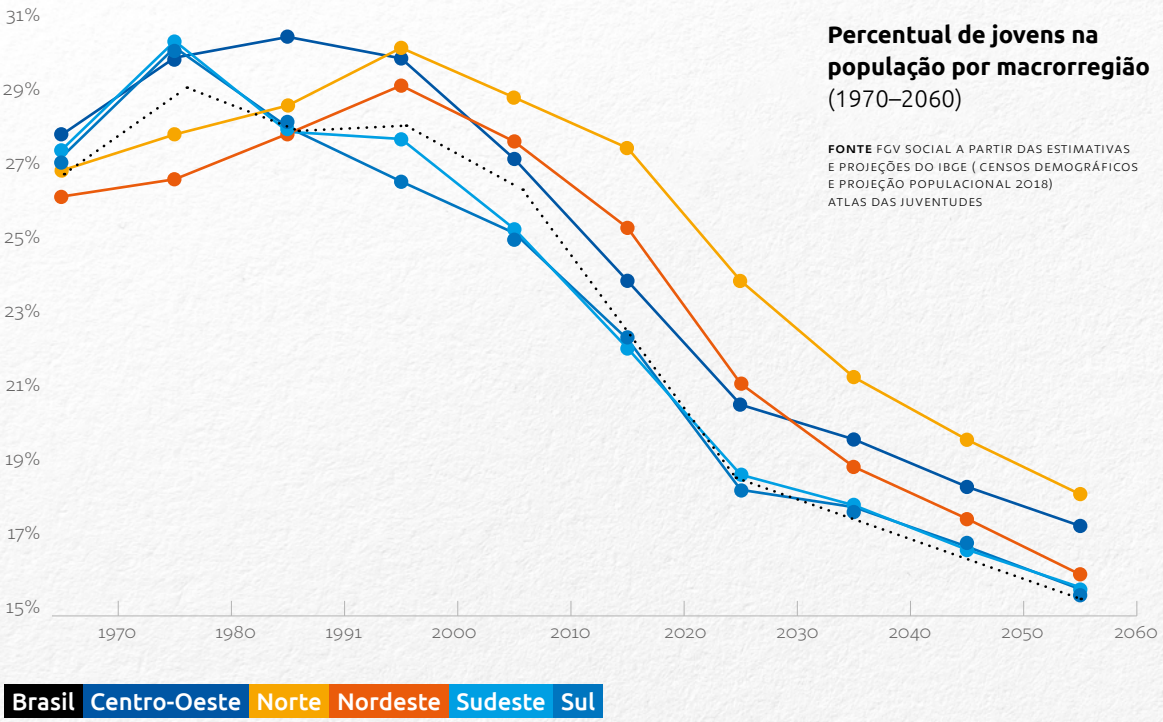
- as desigualdades de raça se manifestam em diversos domínios, como educação, trabalho e renda e segurança pública;
- em 2019, 74,4% das vítimas de violência letal, no Brasil, eram negras e 51,6% eram jovens até 29 anos;[4]
- as juventudes indígenas são frequentemente invisibilizadas de dados oficiais, apesar da frequente violação de seus direitos. Em 2019, um monitoramento da sociedade civil sobre violências contra esse público indicou que ameaças e lesões corporais quase dobraram se comparadas a 2018.[5]

4 Dados do infográfico do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/infografico-2020-anuario-14-final.pdf>.

5 Dados do relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2019, publicado pelo Conselho Indigenista Missionário no ano de 2020. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2020/10/relatorio-violencia-contra-os-povos-indigenas-brasil-2019-cimi.pdf>.

Distribuição geográfica

As juventudes se distribuem de forma distinta pelo território brasileiro. A região Norte, em 2019, apresentava a maior concentração populacional nos grupos de idade mais jovens, com 43,0% da população da região com menos de 24 anos de idade. As regiões Norte e Nordeste apresentam um percentual de juventude maior que a média brasileira, com destaque para o estado do Amapá, que tem 29,1% de sua população total composta por jovens. Nas regiões Sul e Sudeste, por sua vez, esse indicador representa 32,3% e 32,6%, respectivamente, e os estados do Centro-Oeste e o Distrito Federal ficam mais próximos da média brasileira, de acordo com nossa etapa de análise de dados (NERI, 2019).



Percentual de jovens na população por macrorregião (1970–2060)

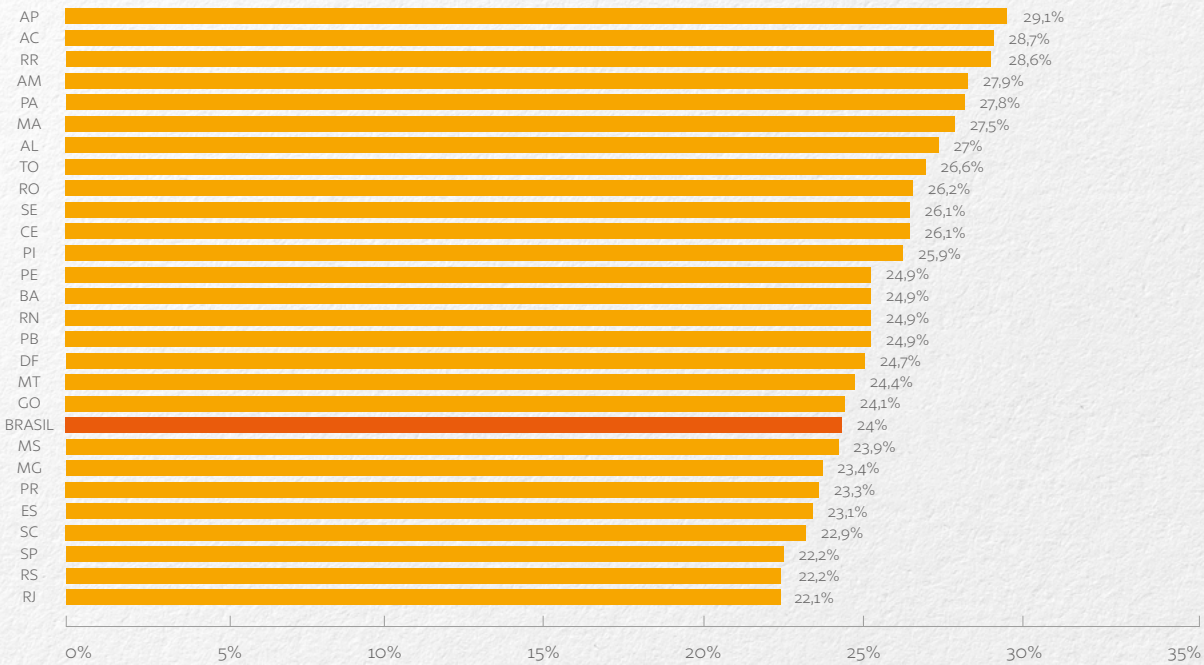
FONTE FGV SOCIAL A PARTIR DAS ESTIMATIVAS E PROJEÇÕES DO IBGE (CENSOS DEMOGRÁFICOS E PROJEÇÃO POPULACIONAL 2018)
ATLAS DAS JUVENTUDES

De acordo com os dados que analisamos na etapa 1 do Atlas, a região Norte apresenta as capitais com maiores taxas de juventude. Palmas (TO) é a capital da juventude, cuja taxa supera a do país em 25%. Palmas é seguida por Rio Branco (AC), Porto Velho (RO), Boa Vista (RR), Manaus (AM) e Macapá (AP). No extremo oposto, as quatro capitais menos jovens do país estão nas regiões Sul e Sudeste, onde o processo de envelhecimento populacional está mais avançado (NERI, 2019). O menor percentual de jovens é o da cidade do Rio de Janeiro (RJ), seguido de Porto Alegre (RS), Vitória (ES) e Curitiba (PR).

Jovens nas capitais, regiões metropolitanas, periferias e áreas rurais

A distribuição dos jovens entre as capitais, regiões metropolitanas e periferias é bastante variada nos estados do Brasil. Nos estados do Rio Grande do Sul (RS), Rio de Janeiro (RJ), Minas Gerais (MG), Bahia (BA) e Ceará (CE), as maiores taxas de juventudes estão nas periferias metropolitanas. Já nos estados do Rio de Janeiro, Paraíba (PB), Bahia (BA), Pernambuco (PE) e Pará (PA), as taxas de juventudes são menores nas capitais do que no estado em geral. O estado de São Paulo (SP) é um caso atípico, em que as taxas de juventudes são maiores na capital do que na periferia metropolitana. Paraná (PR), Pernambuco e Pará são estados que se destacam pelo fato de suas taxas de juventudes serem maiores em áreas não metropolitanas (NERI, 2019).

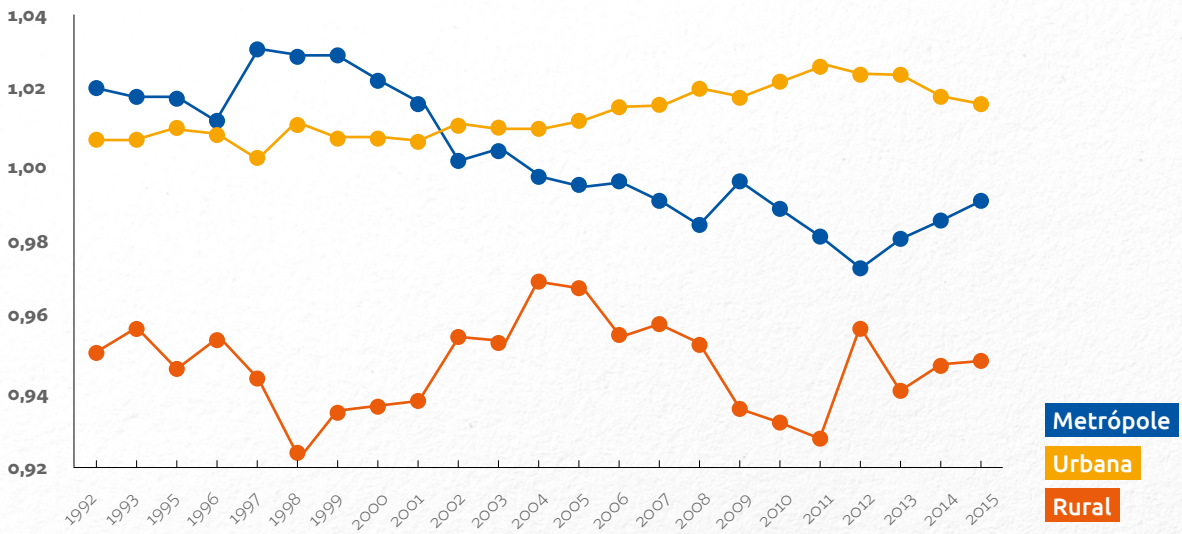
Percentual de jovens na população por UF (2019)



FONTE FGV SOCIAL A PARTIR DAS ESTIMATIVAS E PROJEÇÕES DO IBGE(2018) – ETAPA 1 DO ATLAS DAS JUVENTUDES

Antes da década de 1990, as regiões metropolitanas costumavam ser as áreas mais jovens do país, mas isso mudou e agora as regiões urbanas não metropolitanas se destacam registrando percentual de juventudes maior que a média nacional. Enquanto isso, as áreas rurais têm proporções menores de jovens quando comparadas com a mesma média do país, alternando períodos de maior êxodo rural e de retorno ao meio rural (NERI, 2019).

Áreas rurais, urbanas e metropolitanas: razão entre taxas de juventudes específicas e gerais (1992-2015)



FONTE FGV SOCIAL A PARTIR DOS MICRODADOS DA PNAD/IBGE – ATLAS DAS JUVENTUDES

Potências:

- diante de novas possibilidades de aumentar a renda familiar, cerca de 84% dos jovens agricultores, se pudessem escolher, não trocariam a vida rural por uma oportunidade de trabalho na área urbana.[6]

Urgências:

- entre 2010 e 2012, as pessoas jovens apresentaram 2,2 vezes mais relatos de discriminação relacionada ao local onde moravam se comparadas às pessoas acima de 35 anos;[7]
- entre 2014 e 2018, para conectar as regiões, a forma de viagem que mais cresceu (15%) foi por transporte individual, como carros e motos, sendo que transporte coletivo e transporte a pé e bicicleta registraram crescimentos de 2% e 0%.[8]

6. Dados da Pesquisa do Nead/MDA, de 2013, publicados pela Nestlé em 2018. Disponível em: <https://www.nestle.com.br/proposito/comunidade/historias/nestle-promove-projeto-jovens-no-campo-para-estimular-a-agricultura-familiar>.

7. Dados da Pesquisa Nacional de Vitimização 2010 a 2012, publicados em relatório do Ministério da Justiça e Segurança Pública em 2017. Disponível em: <https://www.novo.justica.gov.br/sua-seguranca-2/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/pesquisa-vitimizacao/pnv-estudo-sobre-vitimizacao.pdf>.

8. Dados do Relatório geral 2018 do Sistema de Informações da Mobilidade Urbana da Associação Nacional de Transportes Público (SIMOB/ANTP). Disponível em: <http://files.antp.org.br/simob/sistema-de-informacoes-da-mobilidade--simob--2018.pdf>.

Você sabia que...

Um dos últimos levantamentos nacionais sobre juventudes no Brasil, a Pesquisa Agenda Juventude Brasil 2013, é uma pesquisa de opinião de caráter nacional que buscou levantar as questões das juventudes brasileiras de forma ampla e abrangente, de modo a possibilitar a análise e a reflexão sobre perfil, demandas e formas de participação das juventudes brasileiras.

Classe social e condições de vida

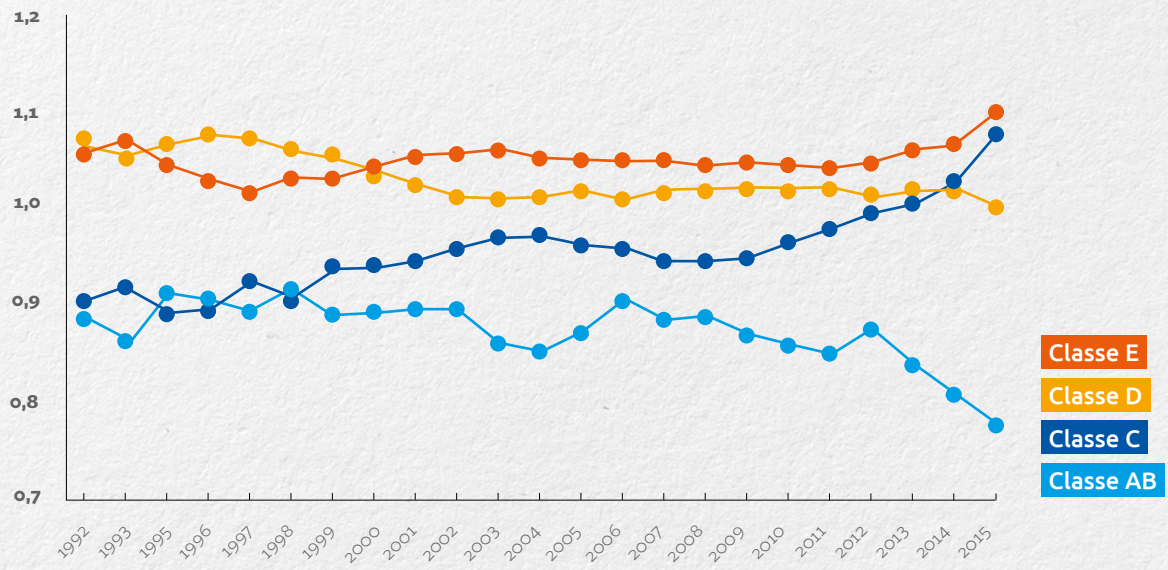
Ainda na intenção de localizar os jovens no mapa brasileiro, ao observar os locais de domicílio ocupados pela população entre 1992 e 2009, verificamos que é mais fácil encontrar jovens em favelas do que fora delas. Além disso, há 10% mais chances de encontrar jovens na metade mais pobre da população do que na população em geral. Tal dado nos convoca a pensar a realidade socioeconômica em que os e as jovens vivem no Brasil.

Desde a década de 1990 até hoje houve uma diminuição da presença de jovens nas classes A, B e C e um aumento nas classes D e E. Houve, de fato, um aumento populacional geral na ocupação das classes mais privilegiadas financeiramente ao longo das décadas, mas é possível observar que os números de juventude não acompanharam essa tendência. Nas classes altas, predominam os domicílios sem jovens, enquanto há um crescimento de renda menor naqueles domicílios que contam com jovens (NERI, 2019).

Todas as faixas etárias têm aumentado seu acesso a tecnologias de informação e comunicação, mas os jovens têm se mantido à frente dos demais em percentual de acesso a esses bens no domicílio. No grupo de brasileiros com celular, o percentual de jovens é 3,5 vezes maior do que no grupo sem celular. O acesso à energia elétrica, quase universalizado, também é maior entre os jovens. Entre outros bens e serviços com altas taxas de juventude, destacam-se as motocicletas e os computadores com acesso à internet, embora o acesso a esses bens varie entre pessoas de diferentes raças, sendo menor para jovens pretos e pardos.

Por outro lado, diversos bens e serviços estão mais ausentes da vida dos jovens do que do restante da população. A taxa de juventude é maior, como vimos, em domicílios sem rádio e sem telefone fixo, mas também naqueles sem geladeira, sem fogão, sem máquina de lavar, sem televisão e sem freezer. Quanto a serviços de saneamento, os jovens têm acesso semelhante ao das demais faixas etárias às redes gerais de água e esgoto. O mesmo ocorre no acesso à coleta de lixo, seja direta ou indireta.

Classes econômicas: razão entre taxas de juventude específicas e geral (1992–2015)



FONTE FGV SOCIAL A PARTIR DOS MICRODADOS DA PNAD/IBGE – ATLAS DAS JUVENTUDES

Os papéis que os jovens ocupam nos seus domicílios também é variado. Enquanto mais de 55% dos jovens brasileiros ocupam o lugar de filho ou filha, 15% ocupam o lugar de pessoa responsável pelo domicílio e quase 13% ocupam o lugar de cônjuge.

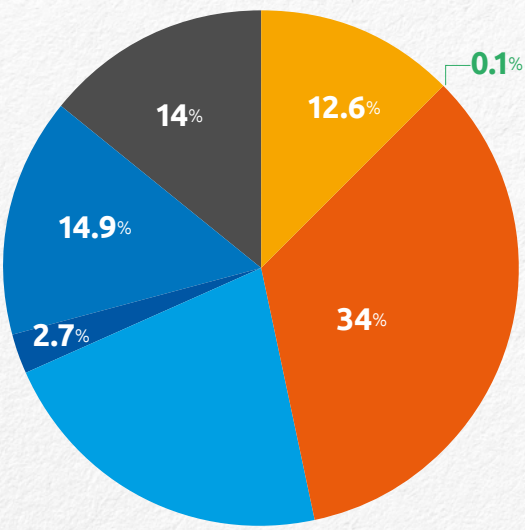
Potências

- o crescimento mais acelerado da utilização de internet nos domicílios da área rural contribuiu para reduzir a grande diferença em relação aos da área urbana.[9]

Urgências

- no Brasil, em 2017, havia 8,3% de jovens vivendo em situação de extrema pobreza e 30,1% em situação de pobreza, o que equivale a viver com US$ 1,90 e US$ 5,5 por dia respectivamente;[10]
- em 2018, cerca de 11,8% dos adolescentes com 15 a 17 anos de idade, que estavam entre os 20% da população com os menores rendimentos, abandonaram a escola sem concluir o ensino básico, um percentual 8 vezes maior que o desse mesmo grupo etário entre os 20% com maiores rendimentos (1,4%).[11]

Posição do jovem no domicílio



FONTE ADAPTADO DE FGV SOCIAL A PARTIR DOS MICRODADOS DA PNADC TRIMESTRAL/IBGE – MÉDIA DE QUATRO TRIMESTRES – ETAPA 1 DO ATLAS DAS JUVENTUDES

9 Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707_informativo.pdf>.

10 Dados da Síntese de Indicadores Sociais 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23298-sintese-de-indicadores-sociais-indicadores-apontam-aumento-da-pobreza-entre-2016-e-2017>.

11 Dados da Síntese de Indicadores Sociais 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23298-sintese-de-indicadores-sociais-indicadores-apontam-aumento-da-pobreza-entre-2016-e-2017>.

Jovens com deficiência

A Unicef (2013) assinala que jovens com deficiência são um dos grupos sociais mais excluídos que existe e a violação dos direitos dos indivíduos desse grupo são frequentes ao redor do mundo. A transição das juventudes para a vida adulta acontece de diferentes formas; no entanto, na vida do jovem brasileiro com deficiência acrescentam-se dificuldades adicionais. Dificuldades de acesso e acessibilidade em diversos ambientes (como o escolar), preconceito e estigma acompanham regularmente esse grupo (FERREIRA; OLIVER, 2019).

Estima-se que o Brasil possua cerca de 45,6 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, das quais 6,6 milhões são jovens com deficiência (15 a 29 anos). Em números absolutos, as regiões Sudeste e Nordeste são as regiões brasileiras com mais jovens com deficiência (IBGE, 2012A).

• Ainda, conforme o Censo (IBGE, 2012a), aproximadamente 15% da população jovem do Brasil apresenta algum tipo de deficiência, sendo a deficiência visual a mais comum.

• O gênero masculino prevalece entre os jovens com deficiência, representando 14,3%, ao passo que para as mulheres desse grupo etário esse percentual atinge 10,4%.

Tabela 1 – População Jovem brasileira (15 a 29 anos) por tipo de deficiência

Tipo de deficiência permanente no Brasil	Número absoluto de jovens	Percentual com deficiência (em relação à população total de jovens)
Deficiência visual – não consegue de modo algum	90.124	0,17%
Deficiência visual – grande dificuldade	638.515	1,23%
Deficiência visual – alguma dificuldade	4.370.810	8,39%
Deficiência auditiva – não consegue de modo algum	86.573	0,17%
Deficiência auditiva – grande dificuldade	146.851	0,28%
Deficiência auditiva – alguma dificuldade	763.899	1,47%
Deficiência motora – não consegue de modo algum	88.173	0,17%
Deficiência motora – grande dificuldade	142.347	0,27%
Deficiência motora – alguma dificuldade	505.334	0,97%
Mental/intelectual	566.840	1,09%
Sem declaração	21.817	0,04%
Total	7.421.283	14,20%

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM DADOS DO CENSO DE 2010 (IBGE, 2012A).
* DADOS AMOSTRAIS.

Potências

● as matrículas de crianças e jovens em classes comuns de educação básica cresceram quase 130% entre 2007 e 2014, evoluindo de 306.136 (46,8%) para 698.768 (78,8%). Dessa forma, a cada ano é menor a porcentagem desses alunos que ainda estudam em classes especiais ou escolas especializadas. Os melhores percentuais são da região Sudeste (39%), seguido das regiões Nordeste (24%), Sul (20%), Centro-Oeste (8%) e Norte (8%).

Urgências

● foram admitidos 1.477 jovens com deficiência na condição de aprendiz, entre janeiro e outubro de 2020, enquanto verificou-se o desligamento de 1.998 jovens aprendizes com deficiência nesse mesmo período (CAGED).

Juventudes indígenas, ribeirinhas e quilombolas

As juventudes indígenas, ribeirinhas e quilombolas são frequentemente invisibilizadas e carecem da construção de políticas e ações públicas que dialoguem com suas especificidades e heterogeneidades.

Segundo os dados do Censo de 2010 (IBGE, 2012b), 0,3% dos jovens brasileiros de 15 a 24 anos viviam em terras declaradas indígenas. Em 2010, 84.442 jovens de 15 a 29 anos se declararam indígenas, o que representava 0,4% da população jovem nacional e 26,6% da população total de indígenas do país. Desses jovens, 38,6% residiam em zonas urbanas e 61,4% em zonas rurais (IBGE, 2012b). Em 2010, 50,9% dos jovens autodeclarados indígenas eram do sexo masculino e 49,1% do sexo feminino.

Até o ano de 2017, a Fundação Cultural Palmares (FCP) havia certificado 2.962 comunidades quilombolas no Brasil.12 Já o IBGE (2019) estima que existem 7.103 localidades indígenas e 5.972 localidades quilombolas no Brasil.13

Juventudes rurais

O interesse pelo debate das juventudes foi historicamente muito atrelado às cidades e aos problemas urbanos, contribuindo para uma invisibilidade das juventudes rurais. Contudo, os baixos investimentos em políticas de permanência no campo voltadas para os jovens contribuem com o êxodo rural, gerando um processo de envelhecimento da população do campo, o que pode impactar de forma negativa a produção agrícola e o desenvolvimento rural do país, especialmente nos modelos de produção baseados na agricultura familiar (WEISHEIMER, 2013).

De acordo com o último Censo Demográfico, realizado **em 2010, havia no Brasil 7,8 milhões de jovens de 15 a 29 anos residindo na zona rural** (IBGE, 2012a). Esse número representava 26,2% da população rural, 15,2% da população jovem total e 4,1% da população brasileira como um todo (IBGE, 2012a). Desses quase 8 milhões de jovens rurais em 2010, 53,1% eram homens e 46,9% eram mulheres. Em relação à distribuição racial, 7,0% se declaravam brancos, 1,0% amarelos, 57,0% pardos e 1,7% indígenas (IBGE, 2012a). Além disso, o Censo de 2010 apontou para um grande aumento do índice de envelhecimento da população rural (medida pela razão entre a população idosa e a população com até 17 anos) (MAIA; BUAINAIN, 2015). O índice passou de 9,7% em 2000 para 21,4% em 2010. Segundo os dados da PNAD de 2015, os jovens rurais representavam 14,7% da população brasileira (SNJ, 2018).

Juventudes LGBTQIA+

A produção de dados sobre a população LGBTQIA+ é muito deficitária. Os canais existentes, como Disque 100 e SINAN, além de coletar informações apenas sobre violações de direitos, também apresentam muitas limitações, especialmente a subnotificação. O recenseamento que se aproxima é uma oportunidade para incorporar questões relativas à identidade de gênero e à orientação sexual, evitando assim que se passem mais dez anos sem maiores dados para subsidiar políticas públicas voltadas para essa população (IPEA, 2020; FBSP, 2020).

Algumas informações estão sistematizadas e disponíveis a partir dos esforços de importantes iniciativas não governamentais, como o Grupo Gay da Bahia, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais e a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. O IBGE não inclui questões acerca de orientação sexual e identidade de gênero no censo nacional. Estudos de grupos ligados ao movimento LGBTQIA+, como Grupo Gay da Bahia, estimam que no Brasil existam por volta de 20 milhões de gays (10% da população), 12 milhões de lésbicas (6%) e 1 milhão de pessoas trans (0,5%) (MICHELS; MOTT; PAULINHO, 2018).

12 Fundação Palmares certifica 103 quilombos em 2017: <http://www.palmares.gov.br/?p=46307>.

13 Indígenas e quilombolas: <https://mapasinterativos.ibge.gov.br/covid/indeg/>.

Juventudes e a pandemia

O coronavírus criou uma crise social e de saúde sem precedentes, prejudicando a vida de milhares de indivíduos e modificando as formas de viver dos jovens. À medida que esta pandemia se expande, os jovens têm estado entre aqueles que se mobilizam para criar novos meios de solidariedade, demonstrando altruísmo e criatividade. Por outro lado, os jovens estão entre aqueles mais afetados pela crise atual em termos de saúde mental e física, aprendizagem e desenvolvimento profissional, envolvimento cívico e respeito a seus direitos, enfrentando importantes rupturas e mudanças.

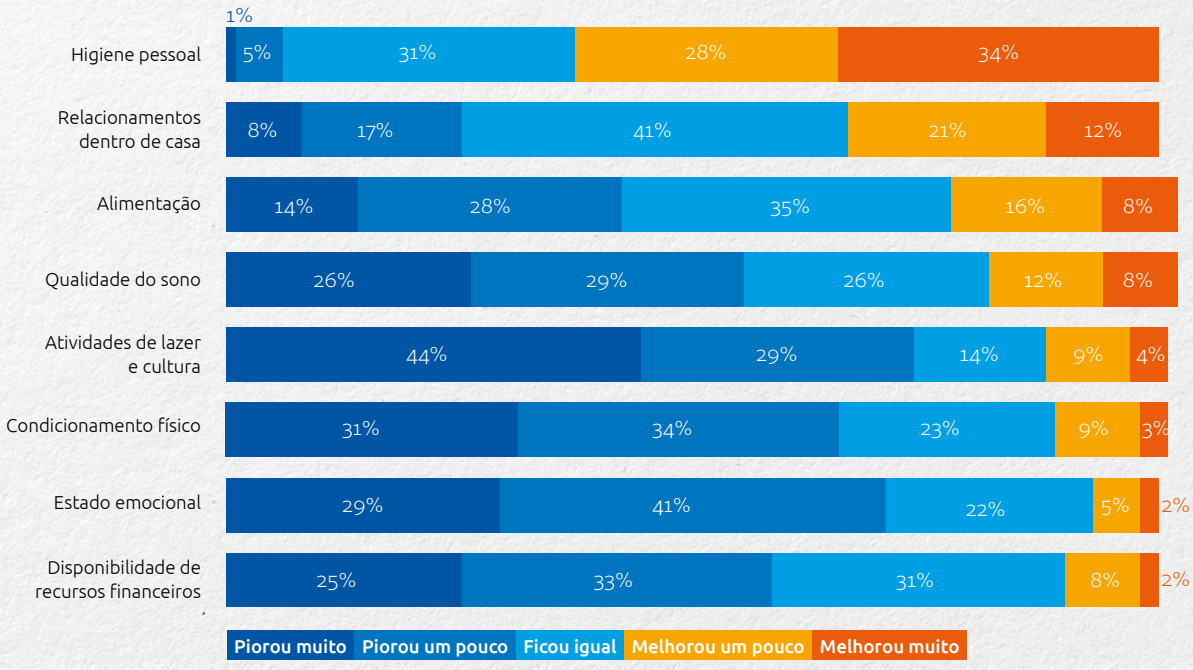
O efeito desproporcional da pandemia nos jovens agravou as desigualdades e corre o risco de reduzir o potencial produtivo de toda uma geração. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (ILO, 2020), desde o início da pandemia, mais de 70% dos jovens que estudam ou combinam estudo com trabalho foram afetados pelo fechamento de escolas, universidades e centros de treinamento.

Relatórios recentes afirmam que houve impactos no emprego, educação, direitos e saúde mental das juventudes (ILO, 2020; CONJUVE, 2020). Na pesquisa Juventudes e a Pandemia do Coronavírus, 65% dos jovens relataram ter aprendido menos desde o início da pandemia por causa da transição da sala de aula para o ensino on-line e à distância durante o fechamento das escolas. Apesar de seus esforços para continuar estudando e trabalhando, metade deles acreditava que seus estudos seriam adiados e 9% pensavam que poderiam fracassar nos estudos.

A situação tem sido ainda pior para os jovens que vivem em países de baixa renda, que têm menos acesso à Internet, falta de equipamento e, às vezes, falta de espaço em casa. Isso destaca grandes "divisões digitais" entre regiões; enquanto 65% dos jovens em países de alta renda receberam aulas por meio de videoaulas, apenas 18% em países de baixa renda conseguiram continuar estudando on-line.

A relação dos jovens com o trabalho foi profundamente afetada durante a pandemia. No Brasil, daqueles que continuaram a trabalhar, 33% viram seus rendimentos reduzidos e 8% perderam totalmente a renda. Já outros sentiram um impacto direto, sendo que 27% dos jovens tiveram de parar de trabalhar desde o início da pandemia. Muitos trabalhadores mais jovens estavam empregados em ocupações altamente afetadas, tais como apoio, serviços e trabalho relacionado a vendas, tornando-os mais vulneráveis às consequências econômicas da pandemia (CONJUVE, 2020).

Avaliação sobre efeitos da pandemia em aspectos da vida



FONTE JUVENTUDES E A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS (CONJUVE, 2020)

O impacto da pandemia sobre o bem-estar e a saúde mental dos jovens é alarmante. Dados mundiais apontam que 50% dos jovens estão possivelmente sujeitos à ansiedade ou depressão, enquanto outros 17% são afetados por ela (ILO, 2020). Já no Brasil, 67% das mulheres jovens e 50% dos homens jovens relataram sentir ansiedade de forma negativa. Além disso, diversos aspectos da vida sofreram impactos para pior (CONJUVE, 2020).

Quanto ao futuro pós-pandemia, em especial relacionado à inclusão no mercado de trabalho e renda, o cenário é de incertezas. Ao redor do mundo, 38% dos jovens estão incertos sobre suas perspectivas futuras de carreira, esperando que a crise crie mais obstáculos no mercado de trabalho e prolongue a transição da escola para o trabalho (ILO, 2020). No Brasil, 34% dos jovens estão pessimistas ou muito pessimistas e 48% ressaltam estar exaustos ou muito exaustos (CONJUVE, 2020).

Atualmente, no cenário de superação da Covid-19, é preciso pensar em respostas políticas urgentes, em larga escala e direcionadas para proteger toda uma geração de jovens de terem suas perspectivas de emprego permanentemente marcadas pela crise, garantindo a esse grupo o acesso a políticas de seguridade social no desemprego e medidas para atenção à sua saúde mental, desde o apoio psicossocial até as atividades esportivas.

Marcos legais relevantes

Em 2005, o Governo Federal iniciou a construção de uma Política Nacional de Juventude. O esforço foi direcionado para consolidar uma política capaz de assegurar os direitos dos jovens e criar oportunidades para que eles exerçam, na prática, o papel de protagonistas nos projetos prioritários do país.

Os esforços se concretizaram, em 2013, com a aprovação do Estatuto da Juventude, que dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude, compreendendo para efeito da lei e diretrizes que os jovens são as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade.

Juventude em dados

A falta de transparência e a desatualização de dados sobre juventudes foram dois desafios enfrentados na confecção do Atlas.

Alguns dos dados mais confiáveis, como os do Censo, só são atualizados a cada dez anos. A PNAD Contínua, que ocorre de forma trimestral, seleciona temas prioritários, não permitindo um olhar mais ampliado sobre as juventudes brasileiras. O IBGE, embora tenha avançado em oferecer recortes etários de 15 a 19, 20 a 24 e 25 a 29 anos, nem sempre permite o cruzamento da faixa etária com dados de gênero, raça e região do país no sistema público de informações sobre a PNAD Contínua. Boa parte das análises simplificadas oferecidas no formato de informativos não considera especificamente faixa etária.

Assim, embora seja possível obter os microdados para análises, eles exigem um novo tratamento estatístico, o que prejudica o acesso equitativo à informação para boa parte da população.

Além disso, as juventudes indígena e LGBTQIA+, em especial as jovens trans, são costumeiramente invisibilizadas de dados oficiais e não constam em boa parte das análises socioeconômicas.

2005

Criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e do Conselho Nacional da Juventude (Conjuve) Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005.

2008

Conferência Nacional de Juventude.

Criação de secretarias, subsecretarias, coordenadorias, diretorias e conselhos de juventude nos municípios e estados.

Criação dos Fóruns Nacionais de Gestores Municipais e Estaduais de Juventude.

Brasil solicita sua adesão oficial à Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ), vinculado à Organização dos Estados Ibero-Americanos.

2009

V Encontro da Reunião Especializada de Juventude do Mercosul (REJ).

2010

Aprovação da Emenda Constitucional nº 65, de 2010, que insere o termo "jovem" no texto constitucional, no capítulo dos direitos e garantias fundamentais.

2011

II Conferência Nacional de Juventude.

2013

Aprovação do Estatuto da Juventude – Lei 12.852, de 5 de agosto de 2013.

2015

III Conferência Nacional de Juventude.

Quais são as características de uma política para as juventudes que é efetiva? (UN, 2018)

• **Baseada em evidências**: políticas de juventudes fortes são informadas por dados e estatísticas oportunas e precisas sobre a situação dos jovens, tanto quantitativos quanto qualitativos. Fontes podem incluir pesquisas domiciliares nacionais, pesquisas universitárias e do terceiro setor e evidências fornecidas ou coletadas por jovens.

• **Participativa**: políticas de juventudes fortes exigem contribuição dos jovens. O conhecimento, a experiência e as percepções dos jovens devem ser integrados na concepção, implementação e avaliação de políticas de juventudes; para tanto, pode ser útil o estabelecimento de órgãos consultivos para jovens ou cooperação com Conselhos Nacionais de Juventude, bem como por meio do alcance a jovens individualmente, tanto ***on-line*** quanto ***off-line***. O engajamento em todos os níveis do governo e em diferentes ministérios e departamentos também contribui para o desenvolvimento de políticas de juventudes efetivas.

• **Integrada e intersetorial**: políticas de juventudes fortes devem ser intersetoriais e bem integradas em estruturas políticas e de governo mais amplas. Deve ser tomado cuidado para garantir que os objetivos e resultados da política de juventudes sejam compatíveis e apoiem outras políticas e agendas, incluindo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

• **Bem financiada**: políticas de juventudes fortes são apoiadas por orçamento adequado e alocações de recursos para garantir uma implementação eficaz.

• **Comprometida**: uma forte liderança política e uma visão estratégica são necessárias para impulsionar a implementação de políticas de juventudes em todos os níveis de governo.

• **Responsável**: monitoramento massivo, constante, transparente e estruturas de responsabilidade compartilhada devem acompanhar as políticas de juventudes para que o impacto e o progresso possam ser rastreados e medidos, melhorias possam ser feitas e os tomadores de decisão possam ser cobrados.

Tendências para o futuro: Juventudes 2030

Apesar das circunstâncias extremas do atual cenário, os jovens estão usando sua energia para se mobilizar e falar na luta contra a crise. De acordo com a pesquisa realizada pela ILO (2020), um em cada quatro jovens fez algum trabalho voluntário durante a pandemia. Garantir que as vozes dos jovens sejam ouvidas é fundamental para oferecer respostas mais inclusivas, seja no cenário da Covid-19 ou de outras demandas. Criar espaços de escuta qualificada, possibilitar momentos de autogestão para que os jovens possam tomar decisões, articular suas necessidades e ideias, melhora a eficácia das políticas e programas e dá aos jovens a chance de participar em sua execução ILO (2020).

A Agenda 2030 das Nações Unidas, criada em 2015, identifica os jovens como agentes críticos de mudança social, econômica e global, e, portanto, todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) requerem ação juvenil para ter sucesso. Os jovens também representam a parcela da população mais afetada pela pobreza, desigualdade, desemprego e mudanças climáticas – fatores que são focos da Agenda para os próximos dez anos.

Para garantir a participação contínua dos jovens nessas agendas e em outras emergentes, é necessário um forte engajamento desse grupo na implementação e no monitoramento de políticas locais, nacionais e regionais, bem como criar e fomentar espaços de diálogo em nível global para que reflitam suas preocupações e necessidades dentro da estrutura vigente. A partir da análise de seus planos de trabalho com juventudes, a Unesco indicou três eixos de trabalho com jovens: (1) formulação e revisão de políticas com a participação dos jovens; (2) desenvolvimento de capacidades para a transição à vida adulta; (3) engajamento cívico, participação democrática e inovação social. De todas as iniciativas relevantes para as juventudes entre 2014 e 2015, 31,5% atravessavam pelo menos dois dos três eixos de trabalho (UNESCO, 2017).

Para cada eixo de trabalho foram pensadas estratégias de alcance dos objetivos. No eixo 1, propõe-se que os estados se apoiem a fim de proporcionar um ambiente político abrangente para o desenvolvimento e a participação inclusiva das juventudes;

no eixo 2, a estratégia é proporcionar um melhor ambiente educacional e de aprendizagem para que os jovens adquiram habilidades e competências para a transição à vida adulta; por fim, no eixo 3, jovens se engajam como cidadãos ativos em prol da consolidação democrática, comunidades sustentáveis e da paz (UNESCO, 2017).

Esses objetivos, contudo, não são novidade para o Brasil e nem surgem somente como diretriz para a próxima década. Há 32 anos, a Constituição Federal já determinava que o direito à educação visa ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Os ODS dão uma nova oportunidade de envolver as juventudes em uma agenda global, e, portanto, alguns temas são considerados prioritários para as juventudes. O quadro a seguir, desenvolvido pela Unesco, em 2017, em conjunto com a comunidade juvenil, foi traduzido para este relatório e descreve os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os campos de intervenção para trabalho com jovens e as metas correspondentes na Agenda de 2030. Entretanto, além de tais exemplos, é necessário uma reflexão constante que garanta a participação dos jovens em outros objetivos e metas que lhes sejam caros, considerando cada realidade cultural.

Quadro 1 ODS relevantes para os jovens com atuação da Unesco, por campos de intervenção e metas específicas

ODS	Campo de intervenção	Meta do ODS
ODS 3 (Saúde e bem-estar)	Educação sexual abrangente (CSE), vírus da imunodeficiência humana (HIV/AIDS) e educação sanitária.	Metas 3.3, 3.5, 3.7
ODS 4 (Educação de qualidade)	Acesso à informação, ciências básicas, diversidade de expressões culturais, planejamento educacional, educação para saúde e bem-estar, educação para o desenvolvimento sustentável (EDS), liberdade de expressão, educação para a cidadania global (GCED), tecnologia da informação e comunicação (TICs) na educação, diálogo intercultural, aprendizagem ao longo da vida, alfabetização sobre mídia e informação (MIL), aplicativos móveis, garantia de qualidade no ensino superior, educação e treinamento técnico e vocacional (TVET), patrimônio subaquático, educação do patrimônio mundial, engajamento dos jovens.	Metas 4.1, 4.3, 4.4, 4.5, 4.6, 4.7, 4.a, 4.c
ODS 5 (Igualdade de gênero)	Acesso à informação, CSE e HIV/AIDS, gênero e mídia, TICs para o empoderamento das mulheres, diálogo intercultural, educação do patrimônio mundial, participação dos jovens e engajamento cívico dos jovens.	Metas 5.1, 5.2, 5.4, 5.5, 5.6, 5.a, 5.b, 5.c
ODS 6 (Água potável e saneamento)	Ciências ecológicas, hidrologia, educação patrimonial mundial.	Todas as metas
ODS 8 (Trabalho decente e crescimento econômico)	Propriedade cultural, diversidade de expressões culturais, hidrologia, TVET, educação patrimonial mundial.	Metas 8.3, 8.5, 8.6, 8.9

ODS 9 (Indústria, inovação e infraestrutura)	Ciências básicas, ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM), política de ciência, tecnologia e inovação (STI).	Metas 9.1, 9.5, 9.b, 9.c
ODS	**Campo de intervenção**	**Meta do ODS**
ODS 10 (Redução das desigualdades)	Diálogo intercultural.	Meta 10.2
ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis)	Cidades contra o racismo, propriedade cultural, ciências ecológicas, hidrologia, educação patrimonial mundial.	Metas 11.4, 11.5
ODS 12 (Consumo e produção responsáveis)	Ciências básicas, ciências ecológicas, educação para o patrimônio mundial.	Metas 12.5, 12.8, 12.a, 12.b
ODS 13 (Ação contra mudança global do clima)	Reservas da biosfera, ciências ecológicas, formação de jornalistas.	Metas 13.1, 13.3, 13.b
ODS 14 (Vida na água)	Preservação dos oceanos, educação sobre o patrimônio mundial.	Metas 14.1, 14.2, 14.5, 14.7
ODS 15 (Vida terrestre)	Reservas da biosfera, ciências ecológicas, educação sobre patrimônio mundial.	Metas 15.1, 15.2, 15.4
ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes)	Acesso à informação, cidades contra o racismo, liberdade de expressão, diálogo intercultural, segurança do jornalista, educação patrimonial mundial, políticas de juventudes e engajamento cívico juvenil.	Metas 16.4, 16.7, 16.8, 16.10, 16.b
ODS 17 (Parcerias e meios de implementação)	Todos os campos de intervenção mencionados acima.	Metas 17.6, 17.9, 17.16, 17.17

FONTE UNESCO (2017)

Em 2018, a Organização das Nações Unidas lançou a estratégia Jovem 2030, que estabelece cinco prioridades para avançar com os jovens nos ODS, reconhecendo o protagonismo desse grupo no desenvolvimento social mundial:

engajamento, participação e advocacy: amplificar as vozes dos jovens para a promoção de um mundo pacífico, justo e sustentável;

bases informadas e saudáveis: apoiar o acesso dos jovens à educação de qualidade e aos serviços de saúde;

empoderamento econômico por meio do trabalho decente: apoiar os jovens no acesso ao trabalho decente e à inclusão produtiva por meio do emprego;

juventudes e direitos humanos: proteger e promover os direitos dos jovens e apoiar sua cidadania e seu engajamento político;

construção de paz e resiliência: apoiar jovens como catalisadores para a paz, a segurança e a ação humanitária

No entanto, é essencial ter em mente que todos os objetivos globais devem ser adaptados para as realidades regionais, nacionais e locais. Nesse sentido, em 2018, o Organismo Internacional de Juventud para Iberoamérica estruturou 24 acordos regionais que constituem o Pacto Iberoamericano de Juventude (OIJ, 2018b) e adaptou a estratégia Jovem 2030 e os objetivos da Generation Unlimited em um plano para a região (OIJ, 2018a). Em ambas as propostas, foram destacados: o empoderamento da juventude, em especial das meninas e mulheres; a autonomia e inclusão de jovens no mercado de trabalho e renda; a oferta de uma educação de qualidade culturalmente adaptada e o estímulo à participação e ao protagonismo social das juventudes.

Uma juventude 2030, portanto, é aquela com condições e oportunidades de participação ativa em prol da transformação social. Desde a criação da Agenda 2030, não foram poucos os desafios colocados para os jovens mundo afora. Todavia, aliando as potencialidades locais com instrumentos de governança participativa de programas e políticas sociais, a próxima década pode assegurar importantes avanços impulsionados pelas juventudes, cujos benefícios serão colhidos durante as décadas por vir.

Princípios orientadores para apoiar os jovens como agentes essenciais de mudança na Agenda 2030 (UN, 2018)

1. Abordar a participação e o empoderamento juvenil, em todas as ações, como princípio essencial para o sucesso na implementação da Agenda 2030.

2. Promover a participação e o empoderamento dos jovens em todas as fases e níveis das ações da Agenda 2030, incluindo planejamento, implementação, monitoramento e responsabilização pelos objetivos, inclusive por meio de iniciativas lideradas por jovens.

3. Garantir que o alinhamento das prioridades de desenvolvimento com os ODS, em todos os níveis, atenda às necessidades específicas dos jovens e responda às suas vozes, respeitando, defendendo e promovendo os seus direitos, especialmente por meio do fortalecimento das vias para a participação dos jovens e do aumento dos investimentos no desenvolvimento liderado pelos jovens.

4. Promover e apoiar ambientes gerais propícios para a participação juvenil inclusiva e significativa em todas as fases dos processos da Agenda 2030, inclusive por meio da participação estruturada, substantiva e efetiva nas políticas públicas. Além disso, criar espaços formais e informais onde os jovens possam interagir uns com os outros e com a comunidade em geral, esquemas de voluntariado, iniciativas e parcerias de ODS com múltiplas partes interessadas e financiamento sustentável.

5. Fortalecer a ação juvenil, apoiando o desenvolvimento de capacidades para os jovens, organizações juvenis, redes e movimentos, e todas as outras partes interessadas, incluindo autoridades responsáveis, para aumentar a capacidade de resposta mútua, confiança e colaboração na implementação da Agenda 2030.

6. Reconhecer e valorizar a diversidade das experiências dos jovens, encontrando maneiras de, sistematicamente e de forma sustentável e responsável, envolver os jovens e suas organizações, redes e movimentos, normalmente deixados de fora de projetos e programas de desenvolvimento, adotando o princípio da Agenda de "não deixar ninguém para trás".

7. Promover a igualdade de gênero e o empoderamento de meninas e mulheres jovens como fatores críticos para alcançar a Agenda 2030.

8. Defender indicadores e metas nacionais e locais dos ODS que sejam sensíveis aos jovens, além de incluir desagregação por idade como um fator crítico para garantir o progresso do desenvolvimento, tornando as fontes de dados amigáveis aos jovens e promovendo o papel dos jovens na geração de dados sobre as metas.

9. Encontrar maneiras criativas de envolver os jovens em todo o programa, projeto ou ciclo de iniciativa dos ODS, desde a consulta e concepção até o monitoramento e avaliação das iniciativas, garantindo que as estruturas de monitoramento e avaliação sejam sensíveis e relevantes para eles. Como exemplos, há o Monitor da Juventude Europeu e o Índice de Progresso da Juventude.

10. Garantir que a participação dos jovens na ação em prol dos ODS seja significativa, estabelecendo objetivos claros e substantivos, além de canais pelos quais a participação dos jovens pode ter um impacto visível nos resultados.

Referências

ARAÚJO, H. E.; BOTELHO, U. R.; CODES, A. L. M.; SERRANO, A. F.; PINTO, L. M. A migração interna dos jovens como alternativa para melhorar sua inserção no mundo do trabalho: evidências a partir dos Censos de 2000-2010. XIX ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. São Pedro: ABEP, 2014. Disponível em: <http://www.abep.org.br/~abeporgb/abep.info/files/trabalhos/trabalho_completo/TC-1-5-151-229.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 1990.

CONSELHO NACIONAL DA JUVENTUDE (CONJUVE). Juventudes e a Pandemia do Coronavírus, 2020. Disponível em: <https://4fa1d1bc-0675-4684-8ee-9-031db9be0aab.filesusr.com/ugd/f0d618_41b-201dbab994b44b00aabca41f971bb.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2020.

FERREIRA, N. R.; OLIVER, F. C. O jovem com deficiência e seus percursos de participação social. Revista Última Década, n. 52, p. 80-106, 2019. Disponível em: <https://scielo.conicyt.cl/pdf/udecada/v27n52/0718-2236-udecada-27-52-80.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v-1-interativo.pdf>. Acesso em: 1º dez. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro, 2012a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3425>. Acesso em: 22 nov. 2020.

_____. Censo demográfico 2010: população residente, por cor ou raça, segundo a situação do domicílio, o sexo e a idade. Rio de Janeiro, 2012b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3175>. Acesso em: 26 nov. de 2020.

_____. Mudança demográfica no Brasil no início do século XXI: subsídios para as projeções da população. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv93322.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2020.

_____. Projeção da população do Brasil por sexo e idade para o período de 2000/2060. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao--da-populacao.html?=&t=downloads>. Acesso em: 22 nov. 2020.

_____. Características gerais dos domicílios e dos moradores 2019 (PNAD Contínua). Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707_informativo.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2020.

INTERNATIONAL LABOR ORGANIZATION. Youth and Covid-19: impact on jobs, education, rights and mental well-being. ILO, 2020. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/documents/publication/wcms_753026.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2020.

INTERNATIONAL YOUTH FOUNDATION. 2017 Global Youth Wellbeing Index. IYF, 2017. Disponível em: <https://www.youthindex.org/country/brazil>. Acesso em: 22 nov. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Atlas da Violência 2020. Brasília: Ipea, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020. Acesso em 1º dez. 2020.

MAIA, A. G.; BUAINAIN, A. M. O novo mapa da população rural brasileira. Revista Confins, n. 25, 2015. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/10548>. Acesso em: 26 nov. 2020.

MICHELS, E.; MOTT, L.; PAULINHO. População LGBT+ morta no Brasil: relatório GGB 2018. Salvador: GGB, 2018. Disponível em: <https://tribunahoje.com/wp-content/uploads/2019/01/Popula%C3%A7%C3%A3o-LGBT-morta-no-Brasil-relat%C3%B3rio--GGB-2018.pdf?x69597>. Acesso em: 2 dez. 2020.

NERI, M. A pororoca jovem: juventude e as mudanças demográficas – Etapa 1 do Atlas das Juventudes. São Paulo: FGV Social, 2019.

ORGANISMO INTERNACIONAL DE JUVENTUD PARA IBEROAMÉRICA. Estrategia de vinculación del Pacto Juventud con la Agenda 2030 + Youth 2030 Strategy + Generation Unlimited. Madrid: OIJ, 2018a. Disponível em: <https://oij.org/wp-content/uploads/2019/05/PACTO-JUVENTUD-2030-ESTRATEGIA-DE-JUVENTUD-2030-GENERATION-UNLIMITED.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2020.

_____. Pacto Iberoamericano de Juventude. Madrid: OIJ, 2018b. Disponível em: <https://oij.org/wp-content/uploads/2018/07/Pacto-Iberoamericano-de-Juventud.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SECRETARIA NACIONAL DA JUVENTUDE. Diagnóstico situacional e diretrizes para políticas públicas para as juventudes rurais brasileiras. 2018. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/259/1/SNJ_Diagn%c3%b3sticodeJuventudeRural_2018.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2020.

UNITED NATIONS. World Youth Report: Youth and the 2030 Agenda for Sustainable Development. New York: UN, 2018. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/youth/wp-content/uploads/sites/21/2018/12/WorldYouthReport-2030Agenda.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2020.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. Implementation of the UNESCO Operational Strategy on Youth (2014-2021): summary conclusions from the first UNESCO-wide monitoring of the Strategy's implementation, 2014-2016. Paris: UNESCO, 2017. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000247897>. Acesso em: 22 nov. 2020.

UNITED NATIONS POPULATION FUND. O poder de 1,8 bilhão: adolescentes, jovens e a transformação do futuro. Brasília: UNFPA Brasil, 2014. Disponível em: <http://unfpa.org.br/Arquivos/swop2014.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2020.

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND. Children and young people with disabilities fact sheet. 2013. Disponível em: <https://www.unicef.org/disabilities/files/Factsheet_A5__Web_REVISED.pdf>. Acesso em 22 nov. 2020.

WEISHEIMER, N. Sobre a invisibilidade social das juventudes rurais. Desidades – Revista eletrônica de divulgação científica da infância e juventude. Rio de Janeiro, n. 1, p. 22-27, out./dez. 2013. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/desidades/article/view/2457/2091>. Acesso em 22 nov. 2020.

As pesquisas do Atlas das Juventudes

O Atlas das Juventudes foi construído por muitas mãos!

Idealizado pelo *Em Movimento* e pelo *Pacto das Juventudes* pelos ODS, o Atlas envolveu três etapas: a primeira, de análise de dados quantitativos, foi realizada pelo pesquisador Marcelo Neri, do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas Social; a segunda, de imersão qualitativa e entrevistas com jovens, foi coordenada pela Carla Mayumi e realizada pela Talk; a terceira, de busca de evidências para diagnóstico situacional e elaboração de políticas efetivas e justas, foi realizada pelo Instituto Veredas. Todas as etapas foram acompanhadas de perto pelas organizações que apoiam o Atlas. Por fim, foram realizadas oficinas de validação com jovens, organizações da sociedade civil e gestores de políticas públicas para as juventudes. Tudo construído para que todas as pessoas tivessem acesso à uma ampla base de dados capaz de dar às bases para construção de iniciativas que transformem positivamente a vida da maior geração de jovens da história do Brasil.

Todas as etapas apontam para juventudes plurais e potentes

Os capítulos temáticos sobre os direitos das juventudes trazem um consolidado de todas as nossas descobertas: dados, relatos, estudos e reflexões sobre como aplicar esse conhecimento no dia a dia. Para começarmos a leitura, vamos contar um pouco do que aprendemos nesse processo.

Na etapa de imersão qualitativa, analisamos as respostas de 303 jovens de todo o Brasil, que preencheram um formulário on-line, oito jovens que foram entrevistados em seus contextos e territórios pré-pandemia e 12 jovens que foram entrevistados de forma aprofundada remotamente. Priorizamos uma amostra das juventudes diversa, de todas as classes sociais, de diferentes etnias e de todas as regiões do país.

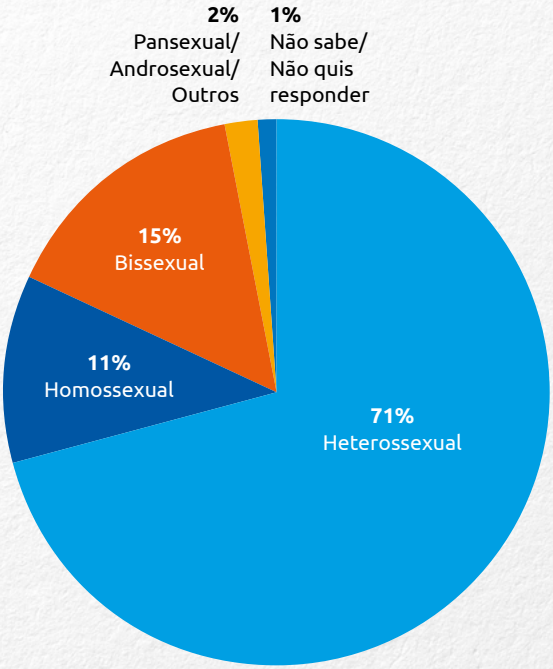
"Ser um jovem brasileiro é enfrentar um futuro incerto e se relacionar por meio de abismos sociais enormes, tudo isso enquanto cresce, se descobre, se diverte, e aprende sobre si mesmo e o mundo."

Mulher cis hétero branca, 25 anos, estudante do ensino superior (pós-graduação), Brasília (DF)

“Ser um jovem brasileiro na minha quebrada é [...] ter mais confiança e vontade de mudar as situações de violência política e territorial marcadas pela presença e ausência do Estado. Ser um jovem brasileiro é (ou deveria ser), hoje, reconhecer que toda diversidade racial, gênero e classe do Brasil tem direito à juventude.”

Homem cis hétero preto, 23 anos, parou no ensino superior, Poá (SP)

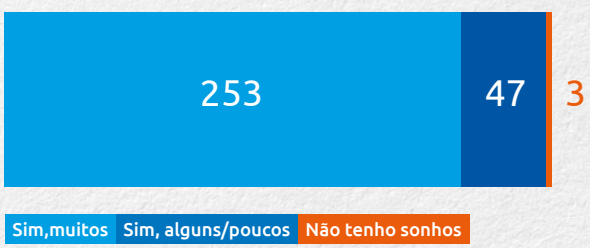
Gráfico 1 **Orientação sexual de jovens escutados na Etapa 2 do Atlas das Juventudes, 2020**



A maioria se declarou heterossexual, mas a diversidade de orientação sexual esteve presente. Além disso, 50% dos jovens que escutamos tinham entre 18 e 24 anos; outros 18% tinham entre 14 e 17 anos, e 32% tinham entre 25 e 29 anos. Os jovens que escutamos também tinham uma característica em comum: nutrir sonhos para seus futuros:

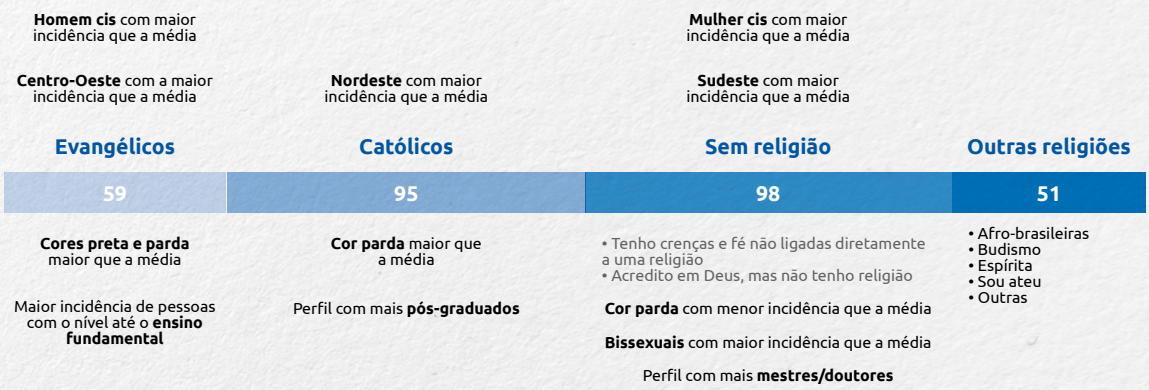
Gráfico 2 **Sonhos e os jovens escutados na Etapa 2 do Atlas das Juventudes, 2020.**

Você tem planos para o futuro?



A diversidade também é marca da relação dos jovens que escutamos com a religião:

Figura 1 - **Religiões de jovens escutados na Etapa 2 do Atlas das Juventudes, 2020**



Os jovens que escutamos tinham algumas mensagens que gostariam de deixar para as gerações mais velhas. Entre elas, indicavam que a geração jovem se porta de um modo diferente porque pensa na dimensão do coletivo. Dessa forma, alguns jovens gostariam que pessoas mais velhas não reproduzissem preconceitos como o machismo, a homofobia, a gordofobia e preconceitos regionais e raciais, inclusive em forma de piadas.

"Que hoje o mundo não é mais como era antes. Hoje temos a mulher policial, médica, presidente, cantora, atriz, etc. Temos o LGBT e muito mais gêneros que estão aparecendo ♥ e que a vida segue em frente."

Homem cis gay preto, 18 anos, estudante do ensino médio, Macapá (AP)

"[Ser jovem] É como estar em uma corrida, em um campo de batalhas, corremos por nossos sonhos e batalhamos para vencer os desafios que encontramos no caminho. Ser jovem é saber dizer 'não' para muitas pessoas, e abrir mão de vários privilégios para viver as prioridades com muita responsabilidade."

Homem cis hétero pardo, 16 anos, estudante do ensino médio, Divinópolis (MG)

Jovens também apontaram que gerações mais velhas tendem a minimizar suas opiniões, seus costumes e seus sofrimentos, inclusive situações sérias de saúde mental. Essas diferenças geracionais podem ocasionar, entre os jovens, uma sensação constante de ter que provar sua seriedade e sua responsabilidade, a fim de construírem sua caminhada rumo à realização de sonhos.

Nossos jovens precisam ser acolhidos e cuidados. Esse período da vida é muito potente, mas demanda crescimento constante e apresenta muitos desafios. A saúde física e mental dos jovens parece estar comprometida, com a pandemia funcionando como gatilho para sofrimentos psíquicos. A juventude também é uma fase da vida onde muitas pessoas sentem o peso das expectativas alheias sob suas escolhas.

"Estudar para sociedade é importante, pois somos medidos pela nossa formação."

Homem cis pardo, 29 anos, parou no ensino fundamental, São Paulo (SP)

Ouvimos pessoas com diferentes níveis de escolaridade, mas jovens que estão sem estudar há mais tempo se sentiam cobrados pela sociedade. Muitos jovens que pararam os estudos no ensino fundamental viam a educação como ferramenta essencial para um futuro melhor, mesmo que esse futuro pareça distante. Para aqueles jovens que cursavam o ensino médio, essa era a etapa dos estudos em que sentiam mais "peso", exigindo determinação e esforço para estudar. Além disso, os jovens brasileiros apresentavam, em 2017-2018, um índice de satisfação com o sistema educacional das suas cidades de 56%, parecido com outros países da América Latina.

	2017/2018		2015/2016		2013/2014		2011/2012		2009/2010		2007/2008	
	Jovens	Rank	Jovens	Rank	Jovens	Rank	Jovens	Rank	Jovens	Rank	Jovens	Rank
Cambodia	93%	1	91%	3	89%	3	94%	1	95%	1	85%	5
Noruega	89%	2	85%	3	89%	3	76%	34	–	–	75%	34
Malásia	88%	3	76%	16	82%	16	90%	2	90%	3	90%	1
Filipinas	88%	3	83%	16	82%	16	78%	26	80%	17	78%	22
Finlândia	87%	5	86%	7	86%	7	90%	2	–	–	71%	52
Bolívia	**71%**	**44**	**69%**	**61**	**67%**	**61**	**71%**	**55**	**77%**	**28**	**73%**	**42**
Paraguai	**70%**	**50**	**67%**	**63**	**66%**	**63**	**71%**	**49**	**74%**	**38**	**72%**	**49**
México	**64%**	**68**	**53%**	**50**	**69%**	**50**	**62%**	**92**	**65%**	**72**	**74%**	**36**
Uruguai	**61%**	**75**	**61%**	**86**	**58%**	**86**	**71%**	**49**	**80%**	**17**	**72%**	**43**
Argentina	**61%**	**78**	**64%**	**66**	**64%**	**66**	**67%**	**66**	**57%**	**93**	**51%**	**106**
Peru	**58%**	**88**	**59%**	**115**	**49%**	**115**	**53%**	**117**	**53%**	**104**	**50%**	**108**
Brasil	**56%**	**97**	**51%**	**120**	**47%**	**120**	**53%**	**117**	**53%**	**104**	**53%**	**103**
Colômbia	**56%**	**97**	**64%**	**53**	**68%**	**53**	**68%**	**65**	**76%**	**30**	**72%**	**49**
Chile	**54%**	**108**	**48%**	**128**	**44%**	**128**	**40%**	**142**	**57%**	**91**	**58%**	**86**
Venezuela	**50%**	**115**	**57%**	**53**	**68%**	**53**	**82%**	**16**	**82%**	**14**	**81%**	**14**
Gabão	34%	135	38%	129	41%	129	44%	133	–	–	–	–
Marrocos	33%	136	37%	137	37%	137	39%	143	50%	107	–	–
Tunísia	32%	137	41%	100	55%	100	51%	122	72%	46	–	–
Haiti	27%	138	33%	133	38%	133	40%	139	34%	124	40%	120
Mauritânia	24%	138	31%	126	44%	126	38%	144	45$	116	33%	126
Países	**139**		**137**		**142**		**150**		**128**		**127**	

Tabela 1 Satisfação com o sistema educacional da sua cidade ou área - Jovens de 15 a 29 anos

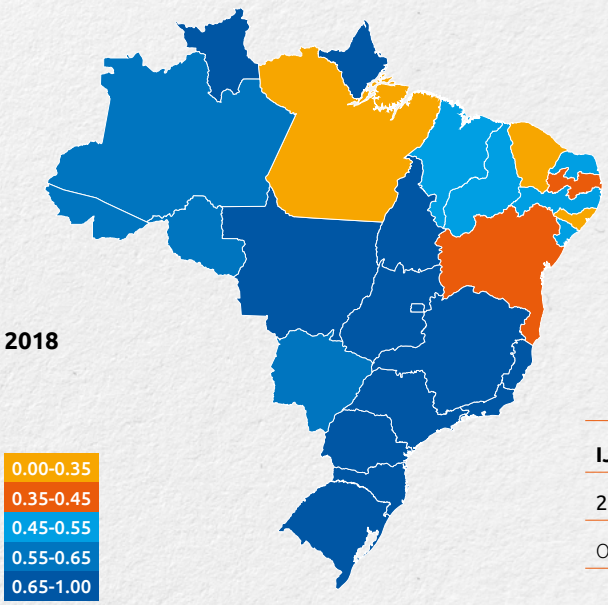
FONTE FGV SOCIAL/CPS A PARTIR DOS MICRODADOS DO GALLUP WORLD POLL – ETAPA 1 DO ATLAS DAS JUVENTUDES, 2019.

O estudo e o aprendizado informal são valorizados pelos jovens que escutamos como uma oportunidade de crescimento, de desenvolvimento crítico, de enfrentamento às barreiras estruturais. Ainda não sabemos ao certo o tamanho do desafio que a pandemia vai trazer para o campo da educação, mas sabemos que nossos jovens querem aprender. A boa notícia é que, até 2018, o Brasil observava um crescimento constante da presença de jovens na educação, então temos um caminho já trilhado de importantes conquistas e lições.

Escutamos jovens que sugerem caminhos para uma **revolução na educação**.

Desejam uma educação com foco na prática, inovação e agilidade, dinâmicas novas de ensino e de avaliação e mais interação, liberdade e criatividade. Quer saber mais? Conheça o relatório completo da nossa imersão qualitativa clicando aqui.

Figura 2 IJET dos Estados - Componente "Educação" (2012 até 2018) - 15 a 29 anos



O IJET representa a média aritmética dos seus trôes componentes (juventudes, educação e trabalho/escola), normalizados entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, melhor é o IJET da localidade. **Este mapa representa o componente Educação do IJET.**

IJET do Brasil (Educação)

2012	2013	2014	2016	2016	2017	2018
0,46	0,49	0,54	0,58	0,63	0,66	0,69

FONTE FGV SOCIAL/CPS ATRAVÉS DO PROCESSAMENTO DOS MICRODADOS DA PNAD CONTÍNUA ANUAL/IBGE – ETAPA 1 DO ATLAS DAS JUVENTUDES, 2020.

A partir da nossa análise de dados, verificamos que, quanto mais níveis de educação completos, maior era a probabilidade de um jovem brasileiro conseguir emprego ou seguir estudando. E escutamos que muitos jovens tinham como meta ter uma carreira formal, concluir os estudos, alcançar independência financeira e comprar uma casa própria; outros sonhavam em empreender, morar fora do Brasil e ter uma carreira com impacto social.

Jovens que já estavam inseridos no mercado de trabalho desejavam mais reconhecimento nas suas carreiras.

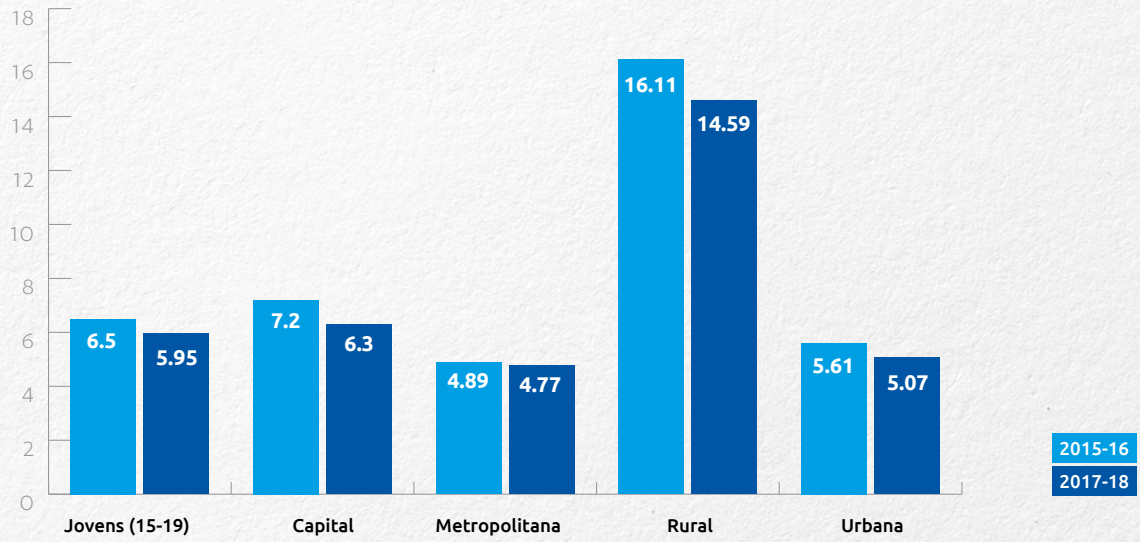
Aqueles jovens com mais dificuldades de conseguir emprego apontavam como barreiras a falta de oportunidades para quem tem pouca experiência e falta de ofertas de capacitação.

“Queria mais qualificação profissional, mas também educacional e de acesso ao mercado de trabalho como a demanda/vagas de empregos, entrevistas.”

Homem cis gay preto, 23 anos, estudante do superior (graduação), Hortolândia (SP)

A renda também foi um tópico em que os jovens se dividiam entre aqueles mais satisfeitos e menos satisfeitos, sendo que, para esse segundo grupo, o **dinheiro estava relacionado com questões básicas de sobrevivência**, como comida, pagamento de contas e consumo muito pontual. Vale ressaltar que, em 2017–2018, **a juventude rural apresentava uma probabilidade maior de entrar na extrema pobreza.**

Gráfico 3 Probabilidade do jovem de entrar na extrema pobreza, por tipo de área (%)



FONTE FGV SOCIAL/CPS A PARTIR DOS MICRODADOS CONCATENADOS DA PNAD CONTÍNUA ANUAL/IBGE – ETAPA 1 DO ATLAS DAS JUVENTUDES, 2020.

Os jovens que escutamos também eram diversos no interesse por conteúdos culturais formais ou informais e em alternar preocupações políticas e econômicas entre o nível individual e o nível coletivo. A violência contra pessoas negras e por conta da sexualidade foi um tópico de muita reflexão, com os jovens compreendendo o quanto sua geração sofre como vítima desses preconceitos.

“Ser um jovem brasileiro é ser um sobrevivente, um grande desafio, pois infelizmente nossa geração vem sendo exterminada pouco a pouco pela violência letal.”

Homem cis hétero pardo, 23 anos, estudante do ensino superior, Maceió (AL)

Outra preocupação que teve grande destaque foi com o meio ambiente e o consumo consciente. Evitar desperdícios, adquirir produtos com procedência conhecida, fortalecer marcas com posicionamento de defesa diante de causas ambientais e sociais e tentar causar impactos positivos com o consumo são algumas das razões que os jovens que escutamos apontaram para estarem mais atentos às suas compras.

"Tento consumir de todas as que se comprometem com causas ambientais e sociais para além da sua obrigação; as que são transparentes com relação a esta divulgação de informação, ainda mais."

Mulher cis bissexual branca, 28 anos, escolaridade não definida, São Paulo (SP)

Você tem orgulho de ser brasileiro?

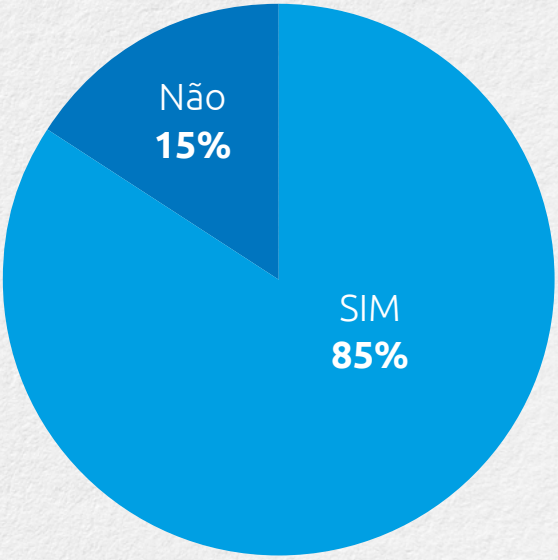


Gráfico 4 - Orgulho de ser brasileiro de jovens escutados na Etapa 2 do Atlas das Juventudes, 2020.

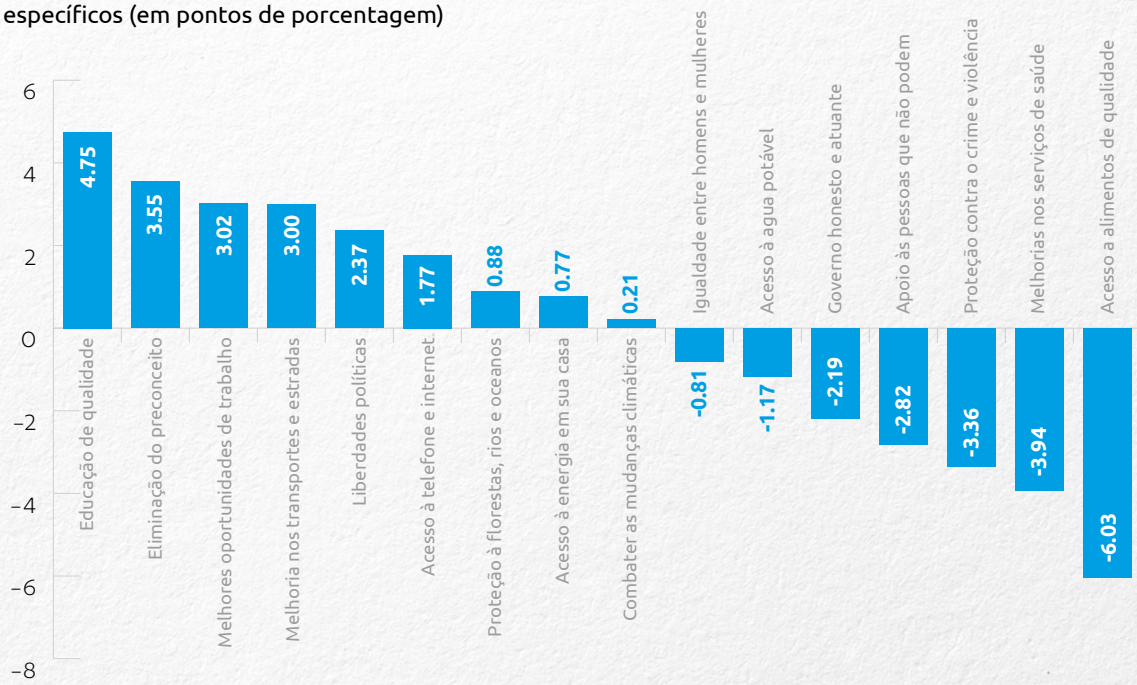
Algo muito positivo que nossa imersão identificou foi o dado de que os jovens ouvidos têm, em sua maioria, **orgulho de ser brasileiros e brasileiras**: 47% dos jovens, inclusive, declararam ser otimistas em relação ao futuro do Brasil; e apenas 14% se sentiam pessimistas.

"Ser jovem é sentir que pode conquistar o mundo e ainda transformá-lo com o seu trabalho. É ter esperança, energia e paixão!"

Mulher cis hétero branca, 22 anos, estudante do ensino superior, Viçosa (MG)

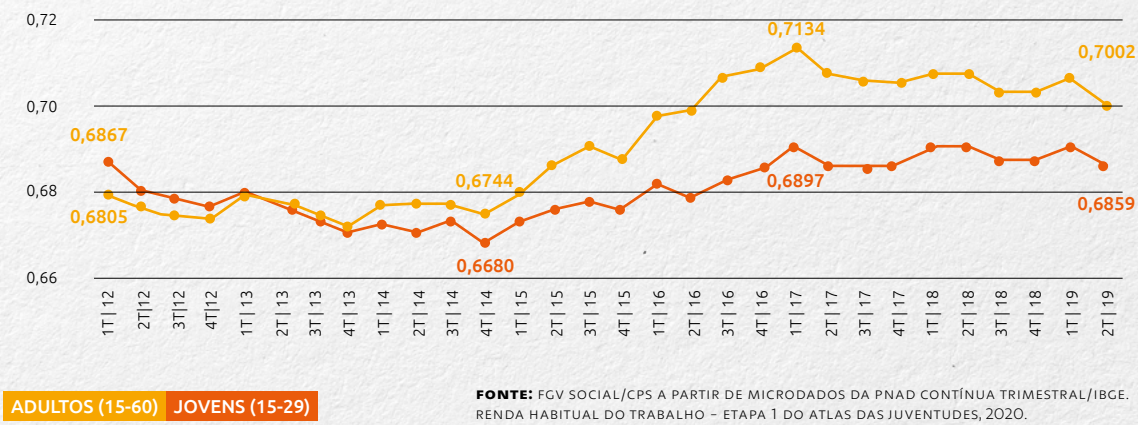
Os jovens são uma potente força de transformação política e social. Embora, entre 2015 e 2018, a confiança de jovens brasileiros no governo federal e nas eleições tenha diminuído, os jovens que escutamos tinham a política no topo dos temas de interesse e, na agenda jovem de 2013, questões relacionadas à educação, ao trabalho, ao enfrentamento de preconceitos e às liberdades políticas surgiram como temas de grande preocupação das juventudes brasileiras.

Gráfico 5 - Agenda Jovem: excesso de preocupação da juventude vis-à-vis demais adultos com temas específicos (em pontos de porcentagem)



FONTE: MICRODADOS SIPPS/IPEA, MAIO DE 2013.

Gráfico 6 - Evolução da Desigualdade (Gini) da Renda Individual do Trabalho



ADULTOS (15-60) JOVENS (15-29)

FONTE: FGV SOCIAL/CPS A PARTIR DE MICRODADOS DA PNAD CONTÍNUA TRIMESTRAL/IBGE. RENDA HABITUAL DO TRABALHO – ETAPA 1 DO ATLAS DAS JUVENTUDES, 2020.

Mais dados sobre esses temas serão explorados nos capítulos a seguir. Diante da grande diversidade das nossas juventudes e a imensa desigualdade que temos nos diferentes perfis de jovens, consideramos essencial que todos os capítulos considerassem dimensões de equidade, refletindo sobre diferenças que possam representar barreiras ou facilitadores para que grupos de jovens possam acessar os seus direitos.

Celebrar a diversidade jovem é uma das afirmações do Atlas, e todas e todos podem somar esforços nesse sentido:

Jovens	Diversificar sua procura por conteúdos culturais (por exemplo, ler livros de autoras negras, ver vídeos de youtubers trans, conhecer mídias sociais produzidas por representantes de povos e comunidades tradicionais). Criar espaços seguros de intercâmbio, partilha e trocas entre jovens, de modo a estimular uma convivência e cocriação diversa. Compor/mediar ações de apoio entre pares, de fortalecimento de vínculos comunitários e de resolução de conflitos. Engajar-se em programas de serviço comunitário/voluntariado que permitam entrar em contato com pessoas diferentes. Pensar diversidade e igualdade em um espectro amplo para não invisibilizar, por exemplo, pessoas com questões de saúde mental, pessoas com deficiências etc.
Pesquisadores	Pensar diversidade e igualdade em um espectro amplo para não invisibilizar, por exemplo, pessoas com questões de saúde mental, pessoas com deficiências etc. Produzir materiais com linguagem inclusiva de gênero e que não pressuponham uma orientação heterossexual também auxilia a comunicação atenta à equidade. Fomentar recortes que permitam dar visibilidade às diversidades populacionais ao realizar pesquisas, em especial raça e gênero.
Tomadores de decisão	Construir políticas que contribuam para erradicar o racismo e a violência de gênero, inclusive nos ambientes institucionais. Constituir equipes diversas e representativas nos órgãos e conselhos responsáveis por desenhar e implementar políticas públicas. Incluir em currículos escolares e programas culturais a conscientização sobre e celebração da diversidade, de povos, culturas, diferentes grupos e gêneros. Pensar diversidade e igualdade em um espectro amplo para não invisibilizar, por exemplo, pessoas com questões de saúde mental, pessoas com deficiências etc. Criar espaços protegidos que celebrem a diversidade e não reproduzam ou aceitem qualquer forma de discriminação é um importante passo para que esse público se sinta acolhido e possa melhor aproveitar as intervenções sociais.

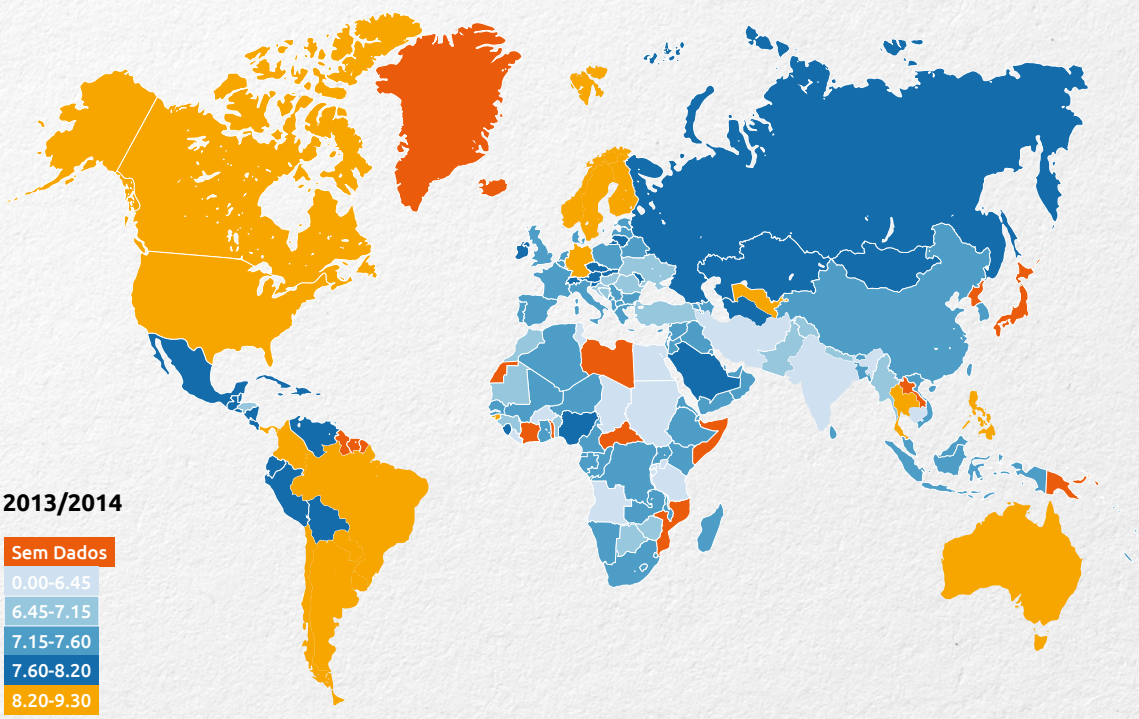
Trabalhadores de serviços/ Setor privado/ Sociedade civil	Promover espaços de educação permanente a trabalhadores e trabalhadoras que conscientizem e instrumentalizem as equipes para acolher a diversidade, preferencialmente ministrados por representantes de grupos diversos. Celebrar e valorizar a diversidade nos serviços de atendimento, nas empresas e nas atividades da sociedade civil, inclusive reservando vagas para garantir representatividade. Pensar diversidade e igualdade em um espectro amplo para não invisibilizar, por exemplo, pessoas com questões de saúde mental, pessoas com deficiências etc. Criar espaços protegidos que celebrem a diversidade e não reproduzam ou aceitem qualquer forma de discriminação é um importante passo para que esse público se sinta acolhido e possa melhor aproveitar as intervenções sociais.

Por fim, vamos completar, em breve, cinco anos da pesquisa que perguntou a jovens de 15 a 29 anos sobre qual nota eles e elas dariam à sua felicidade futura. Em 2017-2018, a nota que nossos jovens atribuíram foi 8,8, e, na comparação com os dados mundiais de 2013-2014, o Brasil era um dos países com maior expectativa de felicidade jovem. Vamos juntos assumir o compromisso de chegar à nota 10?

Brasil

2017-18	2015-16	2013-14	2011-12	2009-10	2007-08
8,8	8,8	9,15	9,15	9,25	9,1

Figura 3 Felicidade Futura - Jovens de 15 a 29 anos (notas de 0 a 10)



FONTE: FGV SOCIAL/CPS A PARTIR DOS MICRODADOS DO GALLUP WORLD POLL – ETAPA 1 DO ATLAS DAS JUVENTUDES, 2019.



COM A PALAVRA

Ciça Pereira

A juventude em sua pluralidade vibra cultura e é o principal catalisador social das transformações. É impossível falarmos de cultura e movimentos políticos sem olharmos para o jovem, para a evolução geracional e para os impactos que promovem em seus territórios. É do impulso da juventude que nascem os movimentos, as revoltas, as revoluções e propiciam ao mundo novas ideologias.

Infelizmente, dentro da realidade brasileira também é este o grupo que se torna impossibilitado de promover suas potencialidades sobretudo pela vulnerabilidade de suas narrativas, necropolítica, pelo genocidio físico e simbólico, promovido pela falta de direitos. Vivemos em tempos estruturalmente violentos, onde as instituições que deveriam nos acolher e garantir nossa cidadania e dignidade, promovem o caos e legitimam a aniquilação física e mental de diversos futuros pelo país.

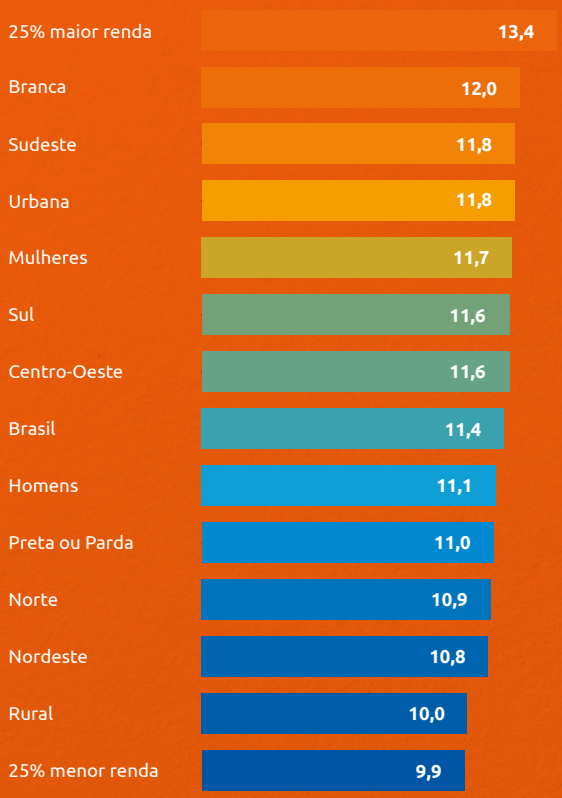
"Segundo dados da OIT, a crise econômica decorrente da pandemia de Covid-19 está afetando os jovens – especialmente as mulheres – com mais força e rapidez do que qualquer outro grupo. Em todo mundo, mais de 1 em cada 6 jovens deixou de trabalhar desde o início da pandemia. Com isso, globalmente, o número de jovens desempregados chega a 67,9 milhões."

Estamos vivendo um momento de retrocesso, o ápice de todas as violências simbólicas que já vivemos, e a balança sempre pesará para as juventudes marginalizadas, sendo elas pretas periféricas, LGBTQIA+ e femininas. Talvez os danos sejam irreversíveis e afetem o processo produtivo por décadas e gerações, a não ser que possamos mudar o panorama político atual e pensarmos políticas públicas intersetoriais que fortaleçam possibilidades de empregabilidade, segurança e direitos básicos para as juventudes historicamente marginalizadas.

“Estudar é, acima de tudo, um ato político.”

Mulher cis hétero branca,
17 anos, parou no ensino médio,
Piquet Carneiro (CE)

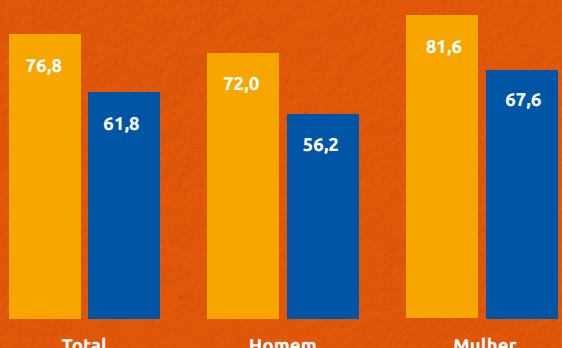
Entre os brasileiros de 14 a 29 anos, 20,2% não completaram alguma das etapas da educação básica em 2019. Desse total, 71,7% eram pretos ou pardos (IBGE, 2020A).



FONTE Censo da Educação Superior de 2019 (INEP, 2019)[1].

Nesse indicador, as mulheres aparecem à frente em relação aos homens, principalmente a mulher branca, com uma taxa de conclusão do ensino médio de **81,6%**, enquanto a mulher negra possui uma taxa de **67,6%**, conforme gráfico a seguir.

Taxa de conclusão do Ensino Médio (%)



FONTE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua (IBGE, 2020)[2].





1. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Apresentacao_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf>

2. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?t=destaques>

De acordo com o Mapa do Ensino Superior, em 2018, o perfil do estudante das instituições de ensino superior brasileiras era branco, do sexo feminino, com idade entre 19 e 24 anos, estudando em instituições privadas à noite, tendo realizado o ensino médio em escola pública, morando com os pais e necessitando trabalhar para ter uma renda de até dois salários mínimos (AGÊNCIA BRASIL, 2020).

Em 2019, 22,1% dos jovens de 15 a 29 anos estavam em um período de transição entre estudo e trabalho, boa parte procurando emprego ou lidando com os cuidados de casa ou da família. Esse percentual foi de 27,5% entre as mulheres e 25,3% entre pessoas pretas e pardas desta mesma faixa etária (IBGE, 2020a).

Por outro lado, em 2018, as pessoas pretas e pardas representaram 50,3% dos estudantes do ensino superior da rede pública e 46,6% da rede privada.

A interrupção na educação devido ao fechamento de escolas, universidades e instituições de educação técnica, profissional e formação, bem como de locais de estágios, afetou negativamente 70% das juventudes brasileiras (FIOCRUZ, 2020).

Durante a pandemia, 82% dos jovens referiram dificuldade total ou parcial de se organizar para estudar em casa (CONJUVE, 2020).

São muitos os desafios, mas há caminhos para solucioná-los!



Neste capítulo, você vai ler sobre:

- INTERVENÇÕES QUE AS EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS APONTAM COMO EFETIVAS para avançarmos na Educação, tais como aquelas voltadas a **prevenir a evasão escolar**, através da promoção de espaços de diálogo com jovens e responsáveis, melhora das condições de acesso e permanência na escola, oferta de programas de transferência de renda. Também são destacadas as **ações voltadas a professores e professoras**, como contratações para suprir carência de recursos humanos, especialmente em áreas rurais, capacitações, apoio financeiro e compra de materiais.

- LACUNAS DE PESQUISAS SOBRE O TEMA que identificamos, por exemplo, a falta de estudos com **recorte racial** ou que foquem em modelos de **educação não-formal e popular**.

- AÇÕES QUE PODEMOS BOTAR EM MOVIMENTO NO NOSSO COTIDIANO – com jovens compondo espaços de r**epresentação estudantil e participação social**, tomadores de decisão garantindo **internet pública de qualidade** e acessível e representantes da sociedade civil e do setor privado apoiando **projetos locais**, começamos a trilhar um caminho colaborativo para efetivar o direito à Educação!

- ELEMENTOS RELACIONADOS À GARANTIA DA EQUIDADE E DE UMA IMPLEMENTAÇÃO VERDADEIRAMENTE INCLUSIVA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS. Para que a Educação chegue às **juventudes indígenas, rurais e quilombolas**, são necessárias adaptações aos seus contextos de vida. **Jovens LGBTQIA+** merecem que as escolas sejam locais seguros e acolhedores, **jovens com deficiências** precisam que os espaços de educação sejam acessíveis, tanto na estrutura física, quanto no apoio didático. **Não podemos esquecer ninguém pelo caminho!**

- Por fim, fazemos uma retomada dos encaminhamentos das CONFERÊNCIAS NACIONAIS DA JUVENTUDE, aquecendo o debate para a 4ª Conferência!

Vamos conhecer mais sobre as juventudes e o direito à Educação?

Juventudes e educação: os desafios

Cada jovem tem o potencial de oferecer uma contribuição única para a vida comunitária. O acesso a uma educação de qualidade permite aos jovens explorar conhecimentos sobre diferentes áreas e ampliar a sua visão sobre si mesmos e a sociedade em que se inserem. Um processo educativo de qualidade é também o ponto de partida para que eles identifiquem os seus interesses, ampliem seus horizontes e desenvolvam as capacidades para contribuir à melhora social.

Você sabia que...

- Um ano a mais de escolaridade pode aumentar de 10 a 20% os rendimentos de mulheres?
- Cada ano somado de escolaridade reduz em torno de 20% o risco de envolvimento em conflito armado?
- 420 milhões de pessoas seriam retiradas da pobreza com uma educação secundária, reduzindo em mais da metade o número de pobres em todo o mundo?
- Se os adultos tivessem apenas mais dois anos de escolaridade, 60 milhões de pessoas seriam retiradas da pobreza?
- Cada ano adicional de escolaridade aumenta o crescimento médio anual do produto interno bruto (PIB) em 0,37%?
- Cada dólar investido em um ano adicional de escolaridade, especialmente para meninas, gera ganhos e benefícios para a saúde de US$10 em países de baixa renda e quase US$ 4 em países de renda média-baixa?
- Cada dólar investido em um ano adicional nos anos médios de escolaridade gera mais de US$ 5 em ganhos brutos adicionais em países de baixa renda e US$ 2,5 em países de renda média-baixa?

"Estudar é, acima de tudo, um ato político."

Mulher cis hétero branca, 17 anos, parou no ensino médio, Piquet Carneiro (CE)



COM A PALAVRA

Bruno Souza Araújo

Pensar no desenvolvimento da educação tem se tornado cada vez mais complexo, seja na perspectiva de sua universalização, ou no campo do processo ensino-aprendizagem, desde as práticas mais subjetivas até em uma ótica mais holística.

Os últimos tempos têm exigido dos formuladores de políticas públicas, dos professores, educadores e alunos uma compreensão mais alargada do que é a estrutura e de quais são os propósito da educação em si, que para além de decodificar códigos de linguagens e números, precisam ser capazes de construir caminhos coletivos para uma sociedade mais justa e menos desigual. Este é um dos grandes desafios da nossa sociedade.

Para isto, as Juventudes ocupam uma centralidade e grande importância para que essa transformação ocorra, porém são enxergadas pela a sociedade de forma ambígua: são vistas como alienadas aos desafios do mundo em que vivemos, ao mesmo tempo em que se mostram como sinônimo de vitalidade e energia. Como se ser jovem fosse uma única coisa, um único trajeto a ser percorrido.

Nos últimos vinte anos houve avanços significativos, nas políticas educacionais, como o Prouni e a Lei de Cotas, para garantir uma educação mais democrática, inclusiva e na tentativa de reconhecer a diversidade de juventudes, promovendo políticas para reparação de desigualdades históricas e estruturais, considerando os recortes de raça, gênero e classe.

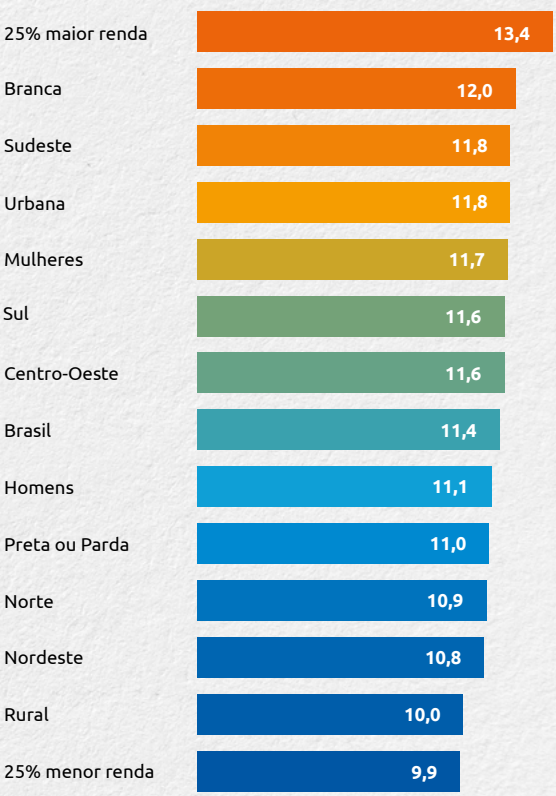
É importante reconhecer que muitos desses avanços só foram possíveis através do envolvimento, da articulação e da escuta das propostas das juventudes. As periferias agregam exemplos do que pode acontecer quando há o exercício de reconhecimento da legitimidade das pautas e reivindicações de movimentos jovens, de coletivos e organizações, e das tecnologias sociais que são implementadas e renovadas a partir de suas experiências.

Assim, acredito que não é possível pensar o futuro e o desenvolvimento de um país se não pensarmos na educação das juventudes, e não admitirmos o potencial da escola e das juventudes para a transformação social e fortalecimento da democracia. Dessa forma poderemos construir estratégias eficazes para o protagonismo e a responsabilização pelo o mundo.

Alguns dados brasileiros atuais corroboram a importância desse debate:

- O analfabetismo entre as pessoas de 15 anos ou mais, em 2019, representou 6,6% dessa população (11 milhões de analfabetos), atingindo 6,9% para os homens e 6,3% para as mulheres (IBGE, 2020a).
- Para as pessoas pretas ou pardas (8,9%) de 15 anos ou mais, o percentual de analfabetismo foi mais que o dobro do observado entre as pessoas brancas (3,6%) dessa mesma faixa etária (IBGE, 2020a).
- Entre os brasileiros de 14 a 29 anos, 20,2% não completaram alguma das etapas da educação básica em 2019. Desse total, 71,7% eram pretos ou pardos (IBGE, 2020a).
- A taxa de conclusão do ensino médio foi de 76,8% para pessoas brancas e 61,8% para pessoas pretas e pardas em 2018. Os jovens homens pretos e pardos apresentaram os piores índices de conclusão (IBGE, 2019).

Figura 1 Número médio de anos de anos de estudo da população de 18 a 29 anos de idade - Brasil 2019

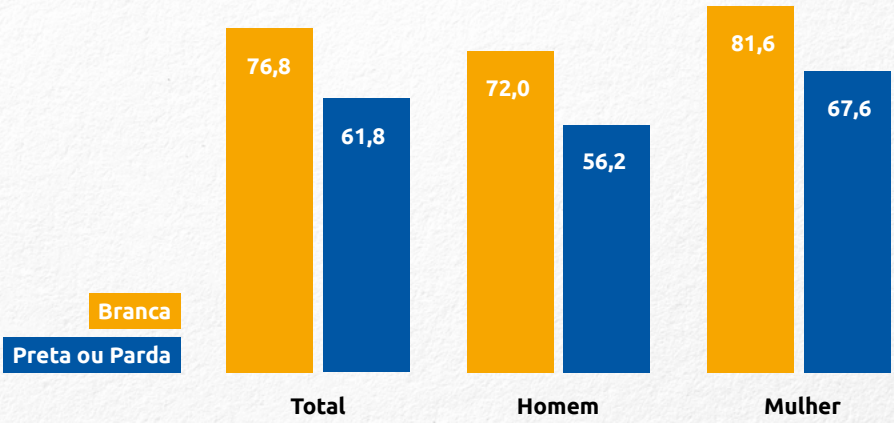


FONTE Censo da Educação Superior de 2019 (INEP, 2019)[1].

1 Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Apresentacao_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf>.

- Nesse indicador, as mulheres aparecem à frente em relação aos homens, principalmente a mulher branca, com uma taxa de conclusão do ensino médio de 81,6%, enquanto a mulher negra possui uma taxa de 67,6%, conforme gráfico a seguir.

Figura 2 Taxa de conclusão do ensino médio



FONTE: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA – PNAD CONTÍNUA (IBGE, 2020).[2]

- De acordo com o ***Mapa do Ensino Superior***, em 2018, o perfil do estudante das instituições de ensino superior brasileiras era branco, do sexo feminino, com idade entre 19 e 24 anos, estudando em instituições privadas à noite, tendo realizado o ensino médio em escola pública, morando com os pais e necessitando trabalhar para ter uma renda de até dois salários mínimos (AGÊNCIA BRASIL, 2020).
- Por outro lado, em 2018, as pessoas pretas e pardas representaram 50,3% dos estudantes do ensino superior da rede pública e 46,6% da rede privada.
- A taxa de distorção idade-série no ensino médio da rede pública foi de 28,9% em 2019. Na região Norte, o percentual chegava a 42,9%. Ou seja, um grande número de jovens no ensino médio não frequenta a série correspondente à sua idade, evidenciando o atraso escolar (FRM, 2020).
- Em 2019, 22,1% dos jovens de 15 a 29 anos estavam em um período de transição entre estudo e trabalho, boa parte procurando emprego ou lidando com os cuidados de casa ou da família. Esse percentual foi de 27,5% entre as mulheres e 25,3% entre pessoas pretas e pardas desta mesma faixa etária (IBGE, 2020a).
- Apenas 27% das escolas rurais, em 2015, tinham ligação com uma rede de água, se comparadas a 94% das escolas urbanas.[3]
- De 2002 a 2017, aproximadamente 30 mil escolas rurais fecharam no Brasil, devido à nucleação das escolas rurais, estratégia que tem sido usada por gestores municipais e estaduais (SNJ, 2018).
- Durante a pandemia da Covid-19, 17,1% dos estudantes do ensino fundamental e 20,9% dos estudantes do ensino médio não tiveram atividades escolares (IBGE, 2020b).
- A pandemia fez com que 83% dos jovens se sentissem pressionados sobre futuro acadêmico (GLOBO, 2020).
- A interrupção na educação devido ao fechamento de escolas, universidades e instituições de educação técnica, profissional e formação, bem como de locais de estágios, afetou negativamente 70% das juventudes brasileiras (FIOCRUZ, 2020).

2 Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?t=destaques>

3 Notícia: "Educação: Brasil urbano x Brasil rural": <http://especiais.g1.globo.com/educacao/2015/censo-escolar-2014/brasil-urbano-x-brasil-rural.html>.

- Durante a pandemia, 82% dos jovens referiram dificuldade total ou parcial de se organizar para estudar em casa (CONJUVE, 2020).

Você sabia que...

Cada ano de evasão escolar custa R$ 220 bilhões de reais ao Brasil?

A publicação ***Consequências da violação do direito à educação***, parceria da Fundação Roberto Marinho com o Insper, aponta que, além desse custo, a evasão representa uma perda de 2,9% do valor da vida de todos os jovens que transitam para a vida adulta num dado ano (R$7,5 trilhões por coorte), leva a uma perda equivalente a 3,3% do PIB anual (R$6,6 trilhões em 2017) e representa um custo social que equivale a 81% do gasto do governo federal, dos Estados e do Distrito Federal e dos municípios com a provisão da educação básica (R$271 bilhões por ano).

A perda por jovem que não concluiu a educação básica é mais de quatro vezes maior do que é investido nele!

Na última década, o acesso à educação avançou ao promover maior inserção de jovens no ensino superior, mas ainda enfrenta muitos desafios, e, assim como em outras dimensões, as pessoas mais afetadas são negras e pobres. É necessário ter atenção à dimensão educacional também pelo efeito cascata que gera em diversas outras áreas nas vidas dos jovens e no cenário nacional como um todo. A desigualdade no sistema educacional afeta a inserção dos jovens no mercado de trabalho, a sua possibilidade de exercer sua cidadania de forma plena e, eventualmente, o próprio desenvolvimento econômico do país (FRM, 2020).

Baixos níveis de alfabetização e habilidades matemáticas estão associados a uma série de resultados negativos mais tarde na vida, como redução de empregos, renda e saúde (DIETRICHSON et al., 2020).

A ampliação de acesso à escola é inegável, mas ainda não pode ser considerado um problema superado no país. No ensino médio, embora a maioria dos jovens de 15 a 17 anos estejam matriculados, a desigualdade entre faixas de renda é expressiva: em 2018, o acesso ao ensino médio era quase universal (90,3%) para os 25% mais ricos, enquanto os 25% mais pobres registravam um acesso de pouco mais de 50% (FRM, 2020).

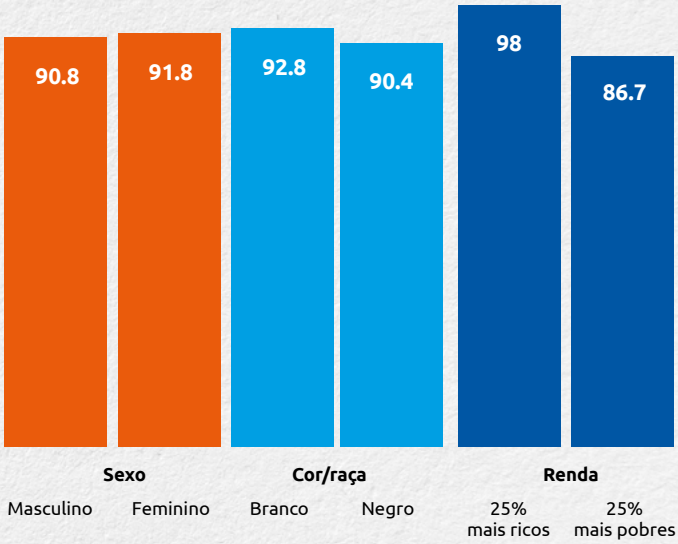


Figura 3 - Taxa de atendimento escolar na população de 15 a 17 anos, por sexo, raça e renda domiciliar per capita, Brasil - 2018

FONTE: JET – PLATAFORMA JUVENTUDE, EDUCAÇÃO E TRABALHO (FRM, 2020).[4]

4 Disponível em: <https://pjet.frm.org.br/>.

Se os dados de acesso por meio de matrículas são preocupantes, os dados de permanência chamam ainda mais atenção. A reprovação e o abandono escolar são problemas expressivos, em especial na rede pública de ensino: no Brasil, um em cada quatro jovens é reprovado ou abandona a escola no primeiro ano do ensino médio (FRM, 2020). As disparidades por sexo, raça e renda domiciliar no atendimento escolar também são perceptíveis. No panorama geral, as meninas brancas e mais ricas são as que têm maior taxa de atendimento escolar.

Na última década, houve avanços com relação ao percentual de jovens que concluem o ensino médio, porém ainda são 36,5% os jovens brasileiros de 19 anos que não finalizaram essa etapa escolar. É também observável a disparidade de conclusão do ensino médio entre regiões, sendo que nas regiões Norte e Nordeste quase metade dos jovens de 19 anos não concluíram essa etapa formativa (FRM, 2020).

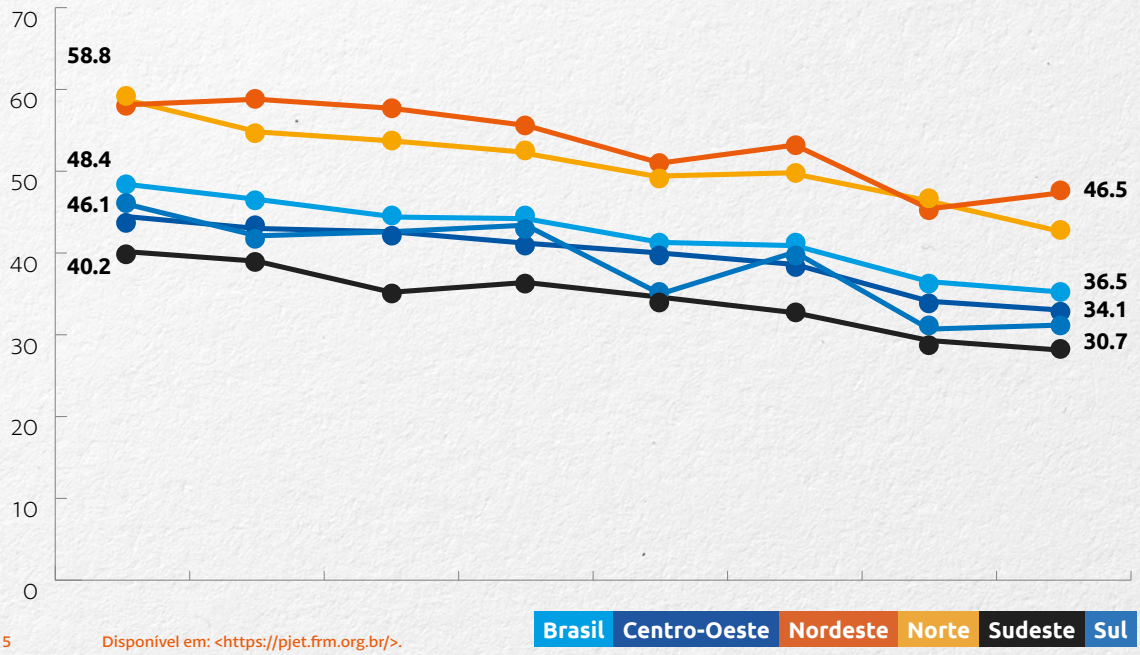
A reprovação e o abandono escolar ainda são um grande problema no Brasil, especialmente na rede pública e nas transições entre as etapas de ensino. Esse fato gera consequências negativas para os jovens, que enfrentam maior dificuldade de se empregar em trabalhos com qualidade e boa remuneração, e ficam mais vulneráveis para atividades de risco, como o envolvimento em delitos. Entre os principais motivos para a evasão escolar estão a necessidade de trabalhar e a falta de interesse numa educação que é desconectada da realidade cotidiana. Entre as mulheres jovens, destaca-se a evasão por causa de gravidez ou de afazeres domésticos. As desigualdades no desenvolvimento socioeconômico das regiões também impactam nos resultados de educação (IBGE, 2020a).

Jovens têm diversos sonhos sobre as escolas ideais; por exemplo, você sabia que mais de 20% dos jovens participantes da pesquisa **Nossa Escola em (Re)Construção** acreditam que aprenderiam mais fazendo projetos práticos e participando de aulas baseadas em tecnologias?

Saiba mais sobre o que essa galera sonha e deseja!

Figura 4 - Percentual de jovens de 19 anos que não concluíram o ensino médio, grande região e Brasil: 2012-2018

FONTE: JET – PLATAFORMA JUVENTUDE, EDUCAÇÃO E TRABALHO (FRM, 2020).[5]



5 Disponível em: <https://pjet.frm.org.br/>.

"A difícil tarefa de garantir oportunidades educacionais equitativas e de qualidade para todas e todos é uma grande responsabilidade compartilhada – das universidades às organizações da sociedade civil, formuladores de políticas, legisladores e, o mais importante, dos e das jovens.
Os governos devem abraçar sua obrigação constitucional de construir sistemas de educação sólidos que forneçam educação de qualidade em diferentes níveis educacionais.
Os cidadãos devem permanecer engajados e demandar dos governos. Mas o mais importante: jovens devem, e irão, desempenhar um grande papel em garantir que esforços sejam canalizados de forma articulada e tangível, seja através de ONGs, de negócios sustentáveis, de iniciativas sociais e outras plataformas para oferecer educação de qualidade de modo a construir um futuro seguro e próspero para a próxima geração.
Com os jovens, estamos um passo mais perto de alcançar uma educação de qualidade para todas e todos."
Gideon Olanrewaju, Global Partnership for Education (GPE)

Juventudes e educação: intervenções efetivas

O que já fazemos no Brasil?

Muitas ações já foram realizadas no âmbito da educação em nível nacional. Destacamos algumas a seguir:

- **Programa Brasil Alfabetizado** – lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004: o objetivo é promover a superação do analfabetismo entre brasileiros a partir de 15 anos de idade. Também visa a contribuir para a universalização do ensino fundamental no Brasil, com atendimento prioritário a municípios com altas taxas de analfabetismo. Esses municípios recebem apoio técnico na implementação das ações do programa. Saiba mais.

- **Projovem** – lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, alterada em 2008): destinado a jovens vulneráveis de 15 a 29 anos, incluindo também agricultores familiares (historicamente excluídos). Dividido em quatro modalidades: adolescente, urbano, campo – saberes da terra, e trabalhador. O objetivo é promover (re)inserção e permanência no sistema educacional, qualificação profissional e desenvolvimento humano. Saiba mais.

- **Programa Universidade para Todos (Prouni)** – lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005: concede bolsas de estudo integrais e parciais em instituições de ensino superior privadas para estudantes brasileiros de baixa renda. O objetivo é democratizar o acesso à educação superior, ampliar vagas, estimular o processo de inclusão social e, indiretamente, contribuir para a geração de trabalho e renda aos jovens. As instituições de ensino participantes recebem isenção de alguns tributos federais. Saiba mais.

- **Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes)** – decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010: destinado a democratizar o acesso e a permanência de estudantes de baixa renda em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior. O objetivo é reduzir as taxas de evasão e retenção, minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior e elevar as taxas de diplomação. Saiba mais.

- **Programa Novos Caminhos (Ministério da Educação)**: a formação de profissionais qualificados para o mercado de trabalho exige conhecimentos que correspondam ao desenvolvimento constante de novas tecnologias, processos e relações comerciais e sociais. O objetivo é ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica, bem como a promoção de ações de alinhamento da oferta com as demandas do setor produtivo. Saiba mais.

- **Programa Bolsa Permanência** – portaria nº 389, de 9 de maio de 2013 (MEC): é uma política pública voltada à concessão de auxílio financeiro aos estudantes, sobretudo aos estudantes quilombolas, indígenas e em situação de vulnerabilidade socioeconômica matriculados em instituições federais de ensino superior, contribuindo, assim, para a permanência e a diplomação dos beneficiados. A bolsa é de R$ 900 para estudantes indígenas e quilombolas e R$ 400 para os demais. Saiba mais.

- **Plano Nacional da Educação (PNE)** – lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014: a educação específica de indígenas e quilombolas aparece em diferentes metas do Plano Nacional de Educação. Os principais objetivos de atendimento específico dessas populações dizem respeito ao acesso à escola, elevação da escolaridade e promoção da qualidade do ensino. Saiba mais.

- **Lei de Cotas** – lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012: essa normativa dispõe sobre a reserva de vagas para o ingresso em cursos técnicos e graduações de universidades e instituições federais, destinado a contemplar os e as estudantes oriundos de escolas públicas, de baixa renda, negros e indígenas e pessoas com deficiência. Saiba mais.

- **Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003**: esta normativa altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (lei nº 9.394/96) para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade do estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à história do Brasil. Saiba mais.

- **Política de Educação no Campo** – decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010: a política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo prevendo ações como a o desenvolvimento de recursos didáticos, pedagógicos, tecnológicos, culturais e literários destinados às especificidades da educação do campo. Saiba mais.

O que descobrimos?

Em nossa busca (ver Metodologia no Apêndice A), encontramos evidências atualizadas de intervenções efetivas para promover diversos desfechos positivos para a educação. A promoção de uma **educação de qualidade, inclusiva e adaptada a diferentes contextos** passa por um grupo de intervenções que podem influenciar positivamente o desempenho dos alunos, a permanência e a conclusão escolar, a qualidade do trabalho dos professores, a relação da escola com as comunidades, entre outros desfechos relevantes. Esse é um campo com grande riqueza de estudos, mas que ainda carece de políticas informadas por evidências científicas e sociais.

Quando consideramos **intervenções políticas que melhoram a qualidade da educação e da aprendizagem dos estudantes nos países em desenvolvimento**, destacam-se três principais motores de mudança da qualidade da educação (MASINO; NIÑO-ZARAZÚA, 2016):

- intervenções para ampliar a capacidade do lado da oferta, que operam por meio do fornecimento de recursos físicos e humanos, e materiais de aprendizagem;

- políticas que, por meio de incentivos, buscam influenciar o comportamento e as preferências de professores, famílias e estudantes;

- intervenções de participação e gestão comunitária, que operam por meio de reformas de descentralização, difusão de conhecimento e maior participação da comunidade na gestão dos sistemas educacionais.

Por outro lado, ao focarmos em **intervenções que visam ampliar o acesso à educação, a permanência escolar e melhorar o desempenho dos alunos**, o leque de opções é expandido, permitindo-nos considerar ações em diferentes níveis (SNILSTVEIT et al., 2015).

Nível de ação	Tipo de intervenção	Efeitos observados
Alunos	Oferta de merenda escolar.	Efeitos positivos para conclusão de séries escolares, matrículas, notas em provas em geral, frequência escolar, notas em provas de matemática e idiomas.
	Programas de saúde na escola.	Potencial para melhorar as notas em provas de matemática e testes cognitivos.
	Bolsas-mérito.	Efeitos positivos para notas em provas de matemática e em provas em geral.
	Orientação para alunos e familiares.	Potencial para melhorar frequência, participação e permanência escolar.
Famílias	Eliminação dos custos escolares (isenção de taxas, oferta de uniformes e material gratuitos).	Potencial para melhorar participação escolar, matrícula, redução da evasão e aumento da conclusão das séries.
	Programas de transferência de renda.	Efeitos positivos na participação, matrícula, frequência escolar, redução da evasão e aumento da conclusão das séries.
Escolas	Intervenções pedagógicas estruturadas (treinamento de professores em novas habilidades e novos currículos + disponibilização de material didático adequado).	Efeitos positivos no aprendizado de matemática e idiomas.
	Aprendizado assistido por computadores.	Potencial para melhorar o aprendizado de matemática, mas depende de uma boa implementação, com adequado treinamento e infraestrutura.
	Educação suplementar para alunos que não estão acompanhando o conteúdo ensinado para sua turma.	Potencial para melhorar as notas em provas em geral, provas de matemática e idiomas.
	Oferta de material didático e equipamentos escolares.	Incerteza sobre os efeitos, devido a problemas de implementação (por exemplo, o material chega no fim do ano letivo; o material chega, mas professores não foram treinados para utilizá-lo).
	Construção de novas escolas e melhorias na infraestrutura (por exemplo, construir ou melhorar as condições de banheiros escolares).	Potencial para melhorar participação escolar, matrículas e frequência, além de contribuir para o aprendizado de idiomas e matemática.
	Repetição de ano.	Efeitos negativos para aprendizado e para notas em matemática e idiomas.
	Escola em turno integral.	Efeitos positivos para o aprendizado de idiomas e matemática. Potencial para diminuir diferenças raciais no desempenho acadêmico e promover equidade em saúde (PENG et al., 2019).

Professores	Incentivos para professores (incentivos financeiros ou programas de monitoramento)	Efeitos mistos – em geral, não melhoram a presença de professores e de alunos em sala de aula, também não diminuem evasão escolar
	Contratação de professores (em contratos predeterminados para suprir falta ou melhorar a qualidade dos recursos humanos).	Potencial para melhorar conclusão de séries escolares, notas em provas em geral, notas em provas de idiomas e de matemática.
	Treinamento de professores.	Em geral, compõe um conjunto de intervenções. Todavia, quando feito de forma isolada, também apresenta efeitos positivos nos resultados de matemática, geometria e idiomas dos alunos.
Sistemas educacionais	Gestão escolar descentralizada (envolvendo professores, familiares, alunos e membros da comunidade).	Efeitos mistos devido a desafios de implementação – depende muito do contexto e dos atores locais. No entanto, parece ter potencial de influenciar positivamente a conclusão de séries escolares.
	Monitoramento comunitário.	Efeitos positivos pequenos para frequência escolar, redução da evasão escolar e conclusão de séries escolares.
	Parcerias público-privadas.	Potencial para melhorar participação e aprendizado, mas depende do contexto em que são implementadas (melhores resultados em locais onde não existe uma rede de educação estabelecida).
Multinível	Pacotes de intervenções que tentam solucionar diferentes barreiras educacionais.	Potencial para melhorar matrículas, frequência escolar, reduzir evasão, promover a conclusão de séries escolares, melhorar notas em geral e notas em provas de matemática e de idiomas.

Há algumas lições que podem ser aprendidas sobre o contexto dos países em desenvolvimento. Em primeiro lugar, a redução dos custos de ir à escola e a expansão das opções de escolaridade aumentam as matrículas, a frequência e os resultados escolares, mas não aumentam de forma consistente o desempenho dos alunos. Em segundo lugar, fornecer informações sobre a qualidade da escola, orientar práticas parentais adequadas ao desenvolvimento e informar sobre os retornos econômicos da escolaridade afetam as ações dos pais em relação à escola e o desempenho das crianças e adolescentes. Terceiro, oferecer mais ou melhores recursos só melhora o desempenho dos alunos se resultar em mudanças concretas nas experiências diárias das crianças na escola, ou seja, não adianta investir na infraestrutura se o modelo de aula e a rotina escolar seguem estanques. Em quarto lugar, incentivos bem planejados aumentam o esforço dos professores e o desempenho dos alunos de níveis muito baixos, mas os professores com baixa qualificação precisam de orientação específica para atingir níveis desejáveis de instrução (GANIMIAN; MURNANE, 2016).

Há evidências crescentes de que atender às necessidades de aprendizagem individuais dos alunos, ajudar os professores a personalizar a instrução, fornecer ajuda adicional para alunos com dificuldades ou permitir que os alunos aprendam em seu próprio ritmo, aumentam o desempenho do aluno (GANIMIAN; MURNANE, 2016).

A implementação é a chave para aumentar as chances de um programa ser bem-sucedido. Desafios de implementação têm sido frequentemente relatados em iniciativas como as de aprendizado assistido por computador, intervenções de incentivo a professores, programas que oferecem

materiais educacionais e gestão escolar descentralizada. Por exemplo, em intervenções que demandam o uso de computador é comum enfrentar problemas como equipamentos insuficientes ou estragados, falta de acesso à internet e incompatibilidades de *software*. Além disso, são desafios a pouca ou nenhuma formação de professores e os problemas de financiamento, incluindo atrasos significativos nos pagamentos (SNILSTVEIT et al., 2015).

Os programas devem ser adaptados para atender às barreiras e capacidades locais. Muitos dos programas bem-sucedidos foram adaptados ao capital humano e social do local em que foram realizados. Merenda escolar, por exemplo, é promissora para melhorar a participação escolar e o aprendizado, em média. No entanto, seus efeitos foram muito menores nas áreas em melhor situação social, em que a matrícula já era alta e a desnutrição era menos comum (SNILSTVEIT et al., 2015). Em escolas com professores com mais experiência, o impacto do programa de alimentação escolar foi maior, possivelmente sugerindo que as habilidades de gerenciamento de tempo de professores experientes podem ter facilitado a implementação desse programa (CONN, 2014).

A **gestão escolar descentralizada**, que envolve na liderança escolar professores, familiares, alunos e membros da comunidade não melhorou os resultados da educação em geral. No entanto, teve efeitos positivos relativamente grandes na aprendizagem em contextos com altos níveis de capital social e uma tradição de participação local (SNILSTVEIT et al., 2015).

Intervenções focadas em grupos específicos que podem estar em risco de dificuldades escolares parecem melhorar o desempenho escolar de meninas, adolescentes de classes socioeconômicas mais baixas ou das raças pretas e pardas, diminuindo as diferenças de desempenho entre os alunos (DIETRICHSON et al., 2017, 2020). Essas intervenções visam melhorar o desempenho acadêmico dos alunos, seja alterando o método de instrução (como tutoria, aprendizagem colaborativa/assistida por pares ou aprendizado assistido por computador), seja alterando o conteúdo da instrução (por exemplo, intervenções que enfatizam habilidades de resolução de problemas matemáticos, leitura compreensão ou habilidades metacognitivas e socioemocionais).

Em alguns contextos, os programas precisam enfrentar barreiras em diversos níveis. Por exemplo, os programas de transferência de renda foram os mais eficazes para aumentar a frequência escolar e outros resultados de participação. No entanto, eles tiveram pouco efeito sobre os resultados da aprendizagem. A menos que os programas de transferência de renda também sejam acompanhados de recursos adicionais para as escolas e os professores, um aumento acentuado no número de crianças matriculadas ou que frequentam a escola pode reduzir a qualidade da educação fornecida pelas escolas (SNILSTVEIT et al., 2015).

O fornecimento de materiais e tecnologias pode ser necessário, mas nem sempre suficiente para melhorar os resultados da aprendizagem. Programas em que apenas livros didáticos ou computadores foram fornecidos não tiveram qualquer efeito na aprendizagem. Em contraste, a pedagogia estruturada melhorou a aprendizagem, fornecendo materiais educacionais personalizados, bem como treinamento de professores em novas abordagens instrucionais para lidar com as múltiplas restrições à aprendizagem. O desenho de um programa de educação precisa ser informado pela análise das principais barreiras para a melhoria dos resultados em um determinado contexto (SNILSTVEIT et al., 2015).

Programas envolvendo professores precisam considerar o tempo e a motivação necessários para eles participarem. As cargas de trabalho desses profissionais e as suas atitudes e motivação para fazer mudanças na forma como ensinam precisam ser consideradas ao projetar um programa (SNILSTVEIT et al., 2015). Além disso, as instituições precisam considerar cuidadosamente os incentivos que afetam o comportamento dos professores e suas condições de trabalho, as quais, não raro, são marcadas por fragilidades e desvalorização.

Outra reflexão importante é que nem sempre escolas de tempo integral melhoram o desempenho, as taxas de aprovação e a evasão escolar. Tais resultados dependem das características de cada programa e da combinação com outras iniciativas.

Em diversos programas, a falta de recursos, como professores e coordenadores, e a inadequação do espaço físico não permitem que ocorram melhorias no desempenho escolar a partir do aumento do tempo de aula. O crescimento do tamanho das turmas e a utilização de professores sem experiência docente no contraturno também influenciam, sendo que, num curto prazo, os resultados dessa intervenção isolada podem ser até negativos (CRUZ; CUCONATO; SÁ, 2018).

Financiamento da educação

Um debate muito importante é o de como financiar ações, programas e políticas educacionais da forma mais efetiva. A iniciativa d3e – Dados para um debate democrático na educação apresenta diversas publicações sobre modelos de financiamento internacionais, análises sobre o FUNDEB brasileiro e um relatório sobre o impacto da pandemia do coronavírus no financiamento educacional do nosso país.

Outro debate muito importante é como garantir a efetiva participação dos envolvidos, inclusive os estudantes, na construção das políticas de educação. O documento ***Construção coletiva de propostas para o ensino médio*** traz 27 propostas cocriadas por estudantes, educadores, gestores, pesquisadores e demais interessados no debate para a construção de um ensino médio democrático, inclusivo, integral e transformador.

Confira!

Intervenções para favorecer a matrícula e a frequência escolar

Como já mencionado, para matrícula e frequência escolar, as intervenções de **construção de novas escolas e melhorias na infraestrutura** (inclusive construção de estradas que facilitem o acesso às escolas e às universidades) apresentaram grandes efeitos (PETROSINO et al., 2012, 2014). Grandes efeitos também foram encontrados para **programas de transferência de renda**, com ou sem condições, no aumento de matrículas e frequência escolar (ASIM et al., 2015; SAAVEDRA; GARCIA; 2012), embora não pareçam influenciar no aprendizado (BAIRD et al., 2013). Quanto mais dinheiro foi recebido pelas famílias, melhores os índices de matrícula e frequência escolar, bem como a diminuição da evasão (SAAVEDRA; GARCIA, 2012). Programas como o Bolsa Família, portanto, parecem influenciar diretamente em indicadores educacionais, tais como o número de matrículas, em especial na região Norte do país e com alunas do sexo feminino, alunos negros, pardos ou indígenas (SANTOS et al., 2019).

Intervenções de informação e orientação para alunos e familiares também podem contribuir nesse âmbito. Oferecer informações sobre habilidades de vida e saúde sexual e reprodutiva, por exemplo, dentro das escolas e em parceria com organizações comunitárias, pode contribuir para a manutenção de meninas e jovens mulheres em escolas (PETROSINO et al., 2012). Informações para familiares que ajudem a sensibilizá-los sobre a importância das atividades escolares também são relevantes.

Altas taxas de faltas escolares costumam ser um sinal de alerta para resultados negativos de longo prazo. Políticas típicas que endereçam a frequência escolar, especialmente as de natureza punitiva, podem piorar as taxas de frequência (FREEMAN et al., 2018). Os três elementos mais comuns das intervenções bem-sucedidas de frequência de jovens do ensino médio são: a) Desenvolvimento de habilidades, que são aprimoradas conforme a necessidade do jovem, podendo ser socioemocionais ou habilidades para a vida ou para o emprego; b) apoio familiar, com familiares se engajando ativamente na vida escolar do jovem, trabalhando a capacidade de comunicação ou o relacionamento familiar e ajudando os jovens a definir e cumprir metas; c) estratégias baseadas em incentivos, em que o jovem recebe incentivos financeiros ou pontos por comparecer à aula ou chegar no horário, podendo trocar esses pontos por bens (por exemplo, ingressos de cinema) ou vantagens (por exemplo, turnos de folga da escola). Para jovens que costumam faltar às aulas com frequência, intervenções judiciais (participação de pais e alunos em uma audiência em que recebem orientações, contratos comportamentais e encaminhamentos para serviços de apoio), escolares (reuniões com a diretoria ou a assistência estudantil para facilitar a comunicação e orientar famílias, ou oportunidades de trabalho supervisionado na escola) e baseadas nas comunidades (oficinas ou

visitas domiciliares de orientação e sensibilização) produziram efeitos semelhantes nos comportamentos de frequência escolar. Diante dessa constatação, parece razoável que as comunidades selecionem a intervenção com base na facilidade de implementação, disponibilidade de recursos humanos, preferências e investimentos financeiros disponíveis (MAYNARD et al., 2012).

Saiba mais

Há, pelo menos, duas iniciativas internacionais dedicadas a consolidar evidências sobre intervenções que funcionam para melhorar diversos aspectos da educação:

- **Caixa de ferramentas para o ensino e o aprendizado da Education Endowment Foundation (em inglês)**: descreve diferentes intervenções e seus efeitos para crianças e jovens até 16 anos de idade. Saiba mais.
- **What Works Clearinghouse (em inglês)**: repositório de documentos e manuais que analisa as evidências existentes sobre diferentes programas, produtos, práticas e políticas na educação, inclusive com estudos atualizados sobre ensino à distância. Saiba mais.

Intervenções para favorecer o aprendizado, o desempenho acadêmico e a conclusão de anos de estudo

Há diversos fatores relativos ao ambiente escolar e acadêmico que interferem no aprendizado dos alunos. São eles: recursos humanos; gestão educacional; oportunidade de aprender (currículo); clima e cultura escolar; orientação para progresso e conclusão escolar; clima interrelacional; normas e valores sociais; comportamento dos professores; professores como atores organizacionais; perfil dos alunos e relacionamento da escola com as famílias e comunidades, sendo o clima e a cultura escolar um dos principais fatores de influência (NORDENBO et al., 2010).

Um estudo (NORDENBO et al., 2010) aprofundou fatores que parecem contribuir para um ambiente escolar positivo.

As lideranças da escola devem:

- estar disponíveis para os professores, elaborando políticas preocupadas com o seu crescimento e os envolvendo, juntamente com os familiares, nas decisões da escola;
- ser capazes de envolver outros membros da equipe em atividades e posições de liderança;

adotar comportamentos solidários e igualitários, oferecendo suporte de recursos.

Os professores precisam:

- ter tempo protegido e dedicado à organização do processo instrutivo (por exemplo, atuando no planejamento de suas aulas para o dia seguinte e na realização de planos de ensino semanais), pois isso melhora a aprendizagem dos alunos;
- ter acesso a assistência, aconselhamento e incentivo.

Uma boa escola para alunos:

- é uma escola onde os alunos não se sentem inseguros, uma vez que a insegurança tem um efeito negativo significativo no desempenho dos alunos;
- concentra-se no desempenho acadêmico, promovendo alto engajamento de alunos nas atividades e apoio entre funcionários, alunos e comunidade;
- proporciona um bom "clima de aprendizagem";
- emprega vários meios de comunicação e interação com os familiares, que são convidados a serem ativos nos conselhos escolares e têm a oportunidade de participar das decisões de liderança;
- dá dicas aos familiares sobre o dever de casa e os incentiva a participar de grupos focais e pesquisas para descobrir as necessidades dos alunos e de suas famílias.

Tomadores de decisão em políticas públicas podem contribuir:

- analisando o perfil dos alunos e sua distribuição entre escolas, promovendo maior diversidade no ambiente escolar – por exemplo, a presença de meninas em sala de aula parece relacionada com melhor desempenho acadêmico da turma. Também pode ser útil agrupar estudantes por seus ritmos de aprendizado;
- desenvolvendo indicadores e proporcionando melhorias necessárias para que as metas sejam atingidas.

Promover **mudanças pedagógicas**, com adoção de novas técnicas e ferramentas adequadas ao contexto local, parece ser uma das formas mais efetivas de obter ganhos no aprendizado (CONN, 2014). O uso de metodologias ativas e participativas e o apoio de mídias como vídeos e áudios, por exemplo, parecem contribuir para o aprendizado (O'FLAHERTY; LIDDY, 2018). Jovens na universidade e no ensino médio respondem a diferentes tipos de tarefas de formas distintas, sendo as tarefas com interação as mais efetivas e, em seguida, as tarefas sem interação, as tarefas em vídeo e as tarefas em áudio (DE VOS et al., 2018).

Todavia, em um mundo cada vez mais tecnológico, é importante não perder de vista que há evidências de boa qualidade sobre o papel da escrita no aprendizado de ciências, estudos sociais e matemática, indicando que a transição para um modelo virtual de sala de aula não deve deixar de estimular o registro escrito do conteúdo educacional (GRAHAM; KIUHARA; MACKAY, 2020). Efeitos positivos no aprendizado também são encontrados em programas escolares que promovem um balanço entre atividades de leitura e escrita (GRAHAM et al., 2018).

Condições de ensino centradas no aluno parecem ser moderadamente melhores em termos de impacto no desempenho acadêmico do que aquelas menos centradas no aluno (WILSON et al., 2019). Esse efeito é especialmente grande quando essa abordagem é combinada com componentes de adaptabilidade do ambiente escolar e dos materiais utilizados (BERNARD et al., 2019). A **aprendizagem baseada em projetos** tem um efeito positivo de médio a grande no desempenho acadêmico dos alunos em comparação com o ensino tradicional (CHEN; YANG, 2019).

Outra abordagem é a **sala de aula invertida**, em que alunos são estimulados a aprender o conteúdo em casa, com professores atuando como mediadores do acesso aos conteúdos, e, na sala de aula, o tempo é dedicado a debates e dúvidas. Foram observados efeitos médios para os resultados cognitivos de alunos do ensino fundamental e médio e efeitos pequenos, mas positivos, para alunos de graduação, em especial para disciplinas de artes e humanidades (CHENG; RITZHAUPT; ANTONENKO, 2019). Como a sala de aula invertida apresenta maiores demandas de autorregulação dos alunos, é muito importante usar estratégias para garantir que eles aprendam com o conteúdo instrucional antes da aula presencial (utilizando, por exemplo, quiz, vídeos, tarefas).

Intervenções que promovem o **engajamento de familiares na educação de jovens**, que podem incluir desde orientações, oferta de espaços para participação ativa na vida escolar, até ações educativas para esses familiares, parecem promover ganhos de aprendizado, em especial para alunos mais velhos. Já para alunos com necessidades educacionais especiais, o impacto tende a ser maior se a intervenção ocorrer precocemente, tiver longa duração e alta intensidade (HIGGINS; KATSIPATAKI, 2015).

Programas de tutoria ou instrução mediada entre pares podem contribuir com efeitos positivos no desempenho acadêmico em matemática dos participantes (ALEGRE-ANSUATEGUI, 2017) e no aprendizado de vocabulário (KUDER, 2017). Para atingir melhores resultados, a tutoria entre pares deve privilegiar tutelados com baixo desempenho acadêmico, tutores que estejam cursando o ensino médio e escolher a matemática como conteúdo da disciplina de tutoria (LEUNG, 2019).

Já o sequenciamento de tarefas, que consiste em apresentar tarefas mais complexas seguidas de tarefas mais simples para um aluno, parece melhorar o desempenho escolar de jovens com dificuldades emocionais ou comportamentais. Oferecer um número maior de tarefas complexas parece ampliar as oportunidades de resposta dos alunos, o que contribui para avanços no desempenho escolar (KNOWLES; MENG; MACHALICEK, 2015).

Programas de atividades após a escola foram significativamente efetivos para melhoras nas notas escolares, desempenho em testes, autopercepção (melhora da autoestima e da autoconfiança), laço com a escola e para comportamentos sociais positivos. As intervenções que alcançaram os efeitos positivos continham pelo menos um dos seguintes elementos: 1) atividades coordenadas e conectadas para alcance do desenvolvimento de habilidades; 2) uso de formas ativas de aprendizado para novas habilidades; e 3) pelo menos um componente focado em desenvolver habilidades pessoais ou sociais. São facilitadores importantes as habilidades interpessoais do treinador/orientador; a sensibilidade ao processo de aprendizado, às habilidades e ao contexto cultural do aprendiz; e a importância de ajudar as juventudes a generalizar os seus aprendizados para o contexto diário (DURLAK; WEISSBERG; PACHAN, 2010).

Foram identificados efeitos benéficos significativos de intervenções de atividade física para o desempenho cognitivo e acadêmico em adolescentes (MACDONALD et al., 2018). As intervenções em ambientes de viagens educacionais e salas de aula influenciam positivamente as intervenções de atividade física entre os jovens (MCDONALD; CLENNIN; PATE, 2018). Cerca de cinco minutos de atividade física já podem proporcionar resultados acadêmicos positivos, mas a eficácia é mais provável com pelo menos de dez a trinta minutos de atividades físicas regulares (SULLIVAN et al., 2017). Há, também, efeitos positivos para o desempenho acadêmico, especialmente em matemática. Intervenções focadas em jovens com obesidade ou sobrepeso forneceram algumas evidências de "cobenefícios" de habilidades cognitivas e desempenho escolar (SINGH et al., 2019). Em comparação com a rotina usual, a atividade física pode levar a pequenas melhorias nas habilidades de resolução de problemas. Além disso,

mudar o conhecimento sobre nutrição e mudar a comida oferecida nas escolas pode levar a melhorias moderadas no desempenho escolar geral de adolescentes com obesidade (MARTIN et al., 2018).

A participação em atividades artísticas e musicais no currículo escolar parece melhorar a confiança, a criatividade e a atitude em relação aos estudos. Em geral, parece haver justificativa para investimento público em programas de educação artística de alta qualidade e de longo prazo para crianças e jovens em escolas e ambientes comunitários, com base em seu potencial para melhorar o desempenho acadêmico, mas mais pesquisas, em especial com adolescentes e jovens, precisam ser feitas (JINDAL-SNAPE et al., 2018).

Faz alguma diferença alterar o horário de início das atividades escolares ou o período de férias?

Uma revisão sistemática de alta qualidade (MARX et al., 2017) indicou que **começar as aulas em horários mais tardios** pode ter influência nos resultados acadêmicos e psicossociais, melhorando a quantidade de horas de sono e diminuindo sintomas depressivos; no entanto, mais estudos rigorosos são necessários para chegar a uma conclusão firme sobre esse tema.

Diante do fato de que, durante as longas férias de verão, alguns estudantes esquecem parte do que aprenderam durante o ano letivo, foram também investigadas intervenções de **educação durante todo o ano**, em que é redistribuído o número usual de dias escolares para que os estudantes tenham intervalos mais breves durante o ano letivo e férias de verão muito mais curtas. Tal intervenção parece melhorar modestamente o desempenho médio em matemática e leitura dos alunos, embora não as taxas de proficiência geral dos estudantes (FITZPATRICK; BURNS, 2019).

A orientação e o aconselhamento individual são enfatizados como eficazes para melhorar resultados escolares, porque podem ser adaptados a cada indivíduo. A relação pessoal entre o conselheiro de orientação/professor e os jovens é importante para um efeito positivo. Já a orientação e aconselhamento em grupo são eficazes quando acontecem no estilo de orientação conjunta (troca de informações, apresentações etc.) e aconselhamento em que a turma é dividida em grupos de discussão. Ferramentas como programas e ***sites*** são úteis, mas devem ser combinadas com outras atividades. A orientação ou aconselhamento tem o maior significado para os alunos com experiência educacional limitada e/ou negativa. Pais e amigos têm uma influência significativa como conselheiros de orientação informais. Redes compostas por empresas e instituições desempenham um papel importante e devem ser envolvidas como palestrantes, todavia a orientação para o mercado de trabalho só funciona adequadamente se combinada a um planejamento tutorado de médio ou longo prazo (CHRISTENSEN; LARSEN, 2011).

O número de jovens que escolhem um futuro em áreas como ciência, tecnologia, engenharia e matemática costuma ser baixo. Promover orientação com diferentes fases de motivação, pré-decisão e planejamento pode apoiar essa escolha, seja por meio de ***sites*** informativos, recrutamento direcionado para meninas e mulheres, realização de atividades de pesquisa ativa de cursos e áreas de atuação ou mesmo estímulo oferecido por professores nas escolas e nas universidades (REINHOLD; HOLZBERGER; SEIDEL, 2018).

Modelos de autoavaliação parecem contribuir para o desempenho e a autoestima, além de apoiar a autorregulação dos processos de aprendizado. A autoavaliação pode ser feita de forma presencial ou remota e englobar não só reflexões sobre o aprendizado, mas sobre o bem-estar escolar. Tais efeitos positivos são observados no ensino fundamental, no ensino médio e no ensino superior (PAPANTHYMOU; DARRA, 2018).

A avaliação entre pares, em que os alunos fornecem feedback **(avaliações) para os trabalhos de seus colegas, também parece ser efetiva para os resultados de aprendizado**, podendo inclusive apresentar efeitos melhores do que a avaliação por professores ou autoavaliação. Ela pode ocorrer presencialmente, em papel ou, preferencialmente, com o uso de computadores. Quando houve mais de uma sessão de avaliação por pares, o tamanho do efeito foi maior. A oferta de um ***feedback*** escrito e oral contribui para aumento dos efeitos, pois, quanto mais elaborado, envolvendo discussão e negociação, mais leva à aprendizagem (LI et al., 2020). Já a avaliação entre pares facilitada por tecnologias tem um efeito significativo e médio nas conquistas de aprendizagem, podendo incluir estratégias de apoio extra, como inclusão de diferentes formatos de ***feedback*** e modos de avaliação anônima (ZHENG; ZHANG; CUI, 2020).

Os alunos que recebem comentários de feedback **por parte dos professores apresentam melhor desempenho em comparação com aqueles que receberam apenas notas**. Receber comentários se associa a formas de motivação mais internas e frequentemente adaptativas. Por outro lado, alunos avaliados com notas apresentam melhor desempenho em comparação com aqueles que não recebem ***feedback***. No entanto, os alunos avaliados com notas experimentaram menos motivação para se envolver em tarefas acadêmicas por motivação pessoal e maior motivação para fazê-lo como um meio para um fim: passar de ano, por exemplo (KOENKA et al., 2019). A combinação de testes frequentes, que valem nota ou fazem parte de um conjunto de metas a serem cumpridas para passar de ano, com ações de ***feedback*** também parece melhorar o desempenho acadêmico (PHELPS, 2019).

"Acredito que a forma avaliativa poderia mudar. Tirar a ideia de provas rígidas que o aluno precisa acertar tudo e caso não vá bem é reprovado. Isso só faz com que os estudos sejam um fardo/obrigação, ou seja, 'estude para não reprovar' e não um 'estude para aprender e ser bom no que faz'."

Homem cis gay pardo, 21 anos, estudante do ensino superior (graduação), Palmas (TO)

A relação entre alunos e professores parece influenciar o engajamento escolar e o desempenho. Relações positivas têm um efeito positivo de médio a grande no engajamento, que, por sua vez, têm efeito médio no desempenho. O contrário é observado quando as relações são negativas e o peso dessa relação no engajamento e no desempenho parece ser maior junto a estudantes do ensino médio (ROORDA et al., 2017).

Vouchers **escolares apresentaram efeitos gerais positivos para o desempenho dos alunos**. Os impactos são maiores para habilidades de leitura e para programas com financiamento público em relação aos financiados pelo setor privado (SHAKEEL; ANDERSON; WOLF, 2016). Os ***vouchers*** escolares poupam as famílias de encargos financeiros, o que pode estimulá-las a manterem os filhos matriculados, em especial aqueles frequentando escolas privadas pelo tempo suficiente para a percepção dos benefícios acadêmicos que surgem – em geral, após três ou mais anos de escolaridade (MORGAN; PETROSINO; FRONIUS, 2013).

De modo a facilitar a obtenção de diplomas após atraso na conclusão, os estudantes se beneficiam de apoios multidimensionais, incluindo aconselhamento proativo, apoio de colegas, tutoria acadêmica e acesso a materiais escolares e transporte (NGUYEN; KRAMER; EVANS, 2019).

Por fim, a gestão escolar descentralizada parece diminuir a repetição de anos escolares e reduzir índices de evasão. Essa modalidade envolve professores, alunos e membros da comunidade na tomada de decisão sobre a administração escolar, o financiamento ou os conteúdos ministrados. Todavia, tais resultados parecem estar condicionados a comunidades com tradição de participação social e melhores condições socioeconômicas (CARR-HILL et al., 2015).

Intervenções para prevenir a evasão escolar

A evasão escolar é um importante desafio a ser enfrentado, em especial para jovens que cursam o ensino fundamental e o ensino médio. Em 2019, no Brasil, 680 mil jovens de 15 a 17 anos não tinham completado a educação básica e quase 36,5% dos jovens de 19 anos não completaram o ensino médio (FRM, 2020). Felizmente, boa parte dos programas destinados a prevenir a evasão de jovens e de adolescentes com filhos parece ter efeito positivo (WILSON et al., 2011).

Uma síntese de evidências recente apontou como intervenções efetivas (CODEPLAN, 2020):

1. Promover espaços de diálogo e acesso à informação, tais como: comitês escolares protagonizados por pais e/ou responsáveis para fiscalizar o orçamento da escola, a qualidade do ensino, a frequência escolar e mobilizar a comunidade local para a busca ativa de crianças e adolescentes que estão fora da escola; reuniões constantes entre pais e/ou responsáveis e professores para dialogar a respeito de dificuldades encontradas pelos alunos e proposição de soluções; ambientes de diálogo com estudantes para informar sobre carreiras profissionais, salários das profissões e formas de ingresso no ensino superior.

2. Melhorar condições de acesso e permanência na escola, tais como: garantir segurança alimentar dos alunos; promover condições de saúde e higiene; garantir acesso a material e uniforme escolar; promover condições de mobilidade até a escola; e melhorar a infraestrutura das escolas. A oferta de merenda na escola, por exemplo, pode aumentar a frequência escolar e o aprendizado de matemática e outras tarefas cognitivas (KRISTJANSSON et al., 2006).

3. Ofertar programas de transferência de renda, que incluem condições como a frequência à escola, alimentação adequada e vacinação atualizada e envolvem o repasse de recursos monetários em períodos regulares (mensais, bimensais etc.), a definição da família como unidade para recebimento do recurso, que é depositado em nome da mulher responsável pela família, e a definição de critérios para o acesso que envolvem a presença de filhos e/ou gestantes e a constatação de que a família vive em condição de pobreza.

Tecnologias

O **uso de tecnologias nos processos educativos** é cada vez mais explorado, ressaltando a necessidade de conhecermos quais ferramentas estão disponíveis, quais seus efeitos esperados no aprendizado e como podem ser implementadas em diferentes contextos. Tecnologias móveis parecem oferecer uma oportunidade para orientar um aprendizado centrado nos alunos, promovendo maior engajamento na experiência educacional e mudanças nos processos pedagógicos e relacionais da educação (LANGER, 2017). Parece haver uma boa aceitação das tecnologias tanto por parte de professores quanto de alunos e familiares, mas é essencial ofertar treinamento e mapear possíveis barreiras de implementação. Além disso, a escolha de uma determinada tecnologia deve ser bem embasada e não motivada apenas pelo caráter de "novidade", principalmente porque o processo de ***feedback*** do aprendizado pode ser um desafio ao utilizar tecnologias (YUAN; KIM, 2015).

Em geral, **tecnologias móveis contribuem para ganhos no aprendizado de alunos em países em desenvolvimento**, em especial em áreas urbanas (LANGER, 2017). Os resultados de aprendizado ao utilizar aparelhos celulares/***smartphones***, ***tablets*** e computadores portáteis parecem superiores aos oriundos da utilização de computadores de mesa e da não utilização dessas tecnologias (SUNG; CHANG; LIU, 2016). Aparelhos ***touchscreen*** também parecem ter um efeito positivo na aprendizagem (PETERSEN-BROWN, 2019).

Recomendam-se algumas ações relacionadas ao uso de tecnologia na educação (DABBAGH et al., 2019), em especial para alunos do ensino médio e do ensino superior:

- uso de ferramentas de comunicação e colaboração para aumentar a interação entre grupos de alunos e entre alunos e instrutores;
- uso de recursos digitais variados, personalizados e prontamente disponíveis para entregar conteúdo instrucional;
- incorporação de tecnologias que estimulem a autorregulação e o desenvolvimento de diferentes estratégias de aprendizado;
- uso da tecnologia para fornecer ***feedback*** oportuno e direcionado sobre o desempenho do aluno (tanto para o aluno quanto para seus professores);
- uso de tecnologias de simulação que ajudem os alunos a se envolver na solução de problemas.

Atualmente, o **aprendizado colaborativo apoiado por computadores** tem sido investigado como forma de aprimorar os resultados escolares de jovens. Baseado em três pilares – aprendizado colaborativo, uso do computador, ferramentas ou ambientes extras de aprendizado – é comum que, no ensino médio, essa tecnologia seja utilizada para matérias como ciências e matemática e tenha resultados positivos moderados para o aprendizado. Já no nível universitário, o uso de computador foi significativamente efetivo para ensino de língua e ciências (CHEN et al., 2019).

Utilizar computadores como suporte educacional também contribui para uma melhora nas atitudes dos jovens, em especial no ensino médio, em relação aos processos de aprendizado (ANIL; BATDI; KÜÇÜKÖZER, 2018). Os conhecimentos dos alunos foram significativamente melhorados quando a instrução auxiliada por computador consistiu em exposições repetidas por mais tempo e integradas às abordagens de ensino vigentes (WILSON et al., 2019).

Para jovens com dificuldades graves de aprendizado, parece ser promissor o aprendizado por computadores ou dispositivos móveis (tais como ***tablets***) para melhorar o desempenho em matemática (OK; BRYANT; BRYANT, 2020). Em especial, o uso virtual de formas geométricas e outras figuras matemáticas manipuláveis contribuem para melhorias no aprendizado da disciplina junto a alunos do ensino médio e do nível universitário (MOYER-PACKENHAM; WESTENSKOW, 2013).

O aprendizado baseado na web **pode ter efeitos iguais ou superiores às abordagens tradicionais em sala de aula para o aprendizado de matemática no ensino médio**, podendo haver desafios de implementação no nível dos alunos, dos professores e da operacionalização (SIAW KISSI; NAT; IDOWU, 2019).

Para desenvolver a linguagem de adultos que estejam sendo alfabetizados ou buscando avançar nos estudos, o aprendizado apoiado por computadores parece contribuir para a interação e ter efeito positivo (MCTIGUE et al., 2020). Já para as habilidades de leitura de jovens em idade escolar, aplicações de tecnologia inovadoras e intervenções integradas de alfabetização com o apoio de amplo desenvolvimento profissional mostraram evidências mais promissoras (CHEUNG; SLAVIS, 2012). Os Sistemas Inteligentes de Tutoria (ITSs), ferramentas instrucionais baseadas em computador que fornecem ***feedback*** imediato e personalizável aos alunos, também parecem ter efeito positivo nas habilidades de leitura, especialmente se combinados com a instrução tradicional em sala de aula (XU et al., 2019). A melhoria nas habilidades de leitura com uso de computadores e ***tablets*** também parece estar relacionada com possuir um hábito de leitura prévio, indicando a importância de estimular essa prática desde os primeiros anos escolares (XU et al., 2017).

Jogos educativos no computador podem contribuir para o aprendizado, inclusive de um segundo idioma. Há uma diferença, no entanto, entre os ambientes formais (em sala de aula), que geralmente envolvem o aprendizado obrigatório com supervisão de professores, e os ambientes informais (por exemplo, configurações de sala de aula em casa, fora da escola ou depois da escola), que costumam envolver aprendizagem motivada por interesse ou automotivada, em que os alunos recebem menos instrução e pressão (TSAI; TSAI, 2018). Jogos digitais geralmente demonstram efeitos positivos na promoção da aprendizagem de vocabulário de curto e longo prazo, facilitando a leitura e a compreensão auditiva, aumentando a motivação e o envolvimento, diminuindo a ansiedade e promovendo interações entre os alunos (ZOU; HUANG; XIE, 2019). Recomenda-se o desenvolvimento de jogos que podem ser jogados em dispositivos acessíveis, por exemplo, aparelhos celulares, para que todos os alunos possam participar (ZOU; HUANG; XIE, 2019). Para a retenção de palavras de um segundo idioma, é efetivo o uso de SMS, MMS ou aplicativos de celular, em especial se a duração da intervenção for de, pelo menos, dois meses (LIN; LIN, 2019).

Há, também, algumas evidências de efeitos positivos do uso de **videogames no aprendizado de idiomas, história e educação física**, embora não pareçam influenciar no desempenho acadêmico de ciências e matemática (YOUNG et al., 2012).

O uso de **realidade virtual**, seja por meio de jogos, laboratórios virtuais ou mundos virtuais, também parece ter um efeito positivo médio no desempenho dos alunos, em especial se combinado com interação social, compartilhamento de recursos e promoção de construção de conhecimento conjunto (ZHENG; XIE; LIU, 2018). Intervenções que criam mundos virtuais para apoiar a aprendizagem por meio de jogos e da simulação de cenários e ambientes da vida real parecem contribuir significativamente para as habilidades de comunicação e aprendizado de idiomas, bem como para a motivação de jovens para o aprendizado (WANG et al., 2019).

O uso de **realidade aumentada** também pode melhorar o desempenho de alunos e/ou mostrar maior motivação, parcialmente devido à melhoria das atitudes positivas em relação ao processo de aprendizagem. No entanto, professores podem considerar a integração da realidade aumentada em suas aulas mais desafiadora, por não terem muita experiência no uso de tecnologia digital em ambientes educacionais, e nem todas as tecnologias possuem ferramentas para acessibilidade de jovens com deficiências (PELLAS et al., 2019; GARZÓN; ACEVEDO, 2019; GARZÓN; PAVÓN; BALDIRIS, 2019).

Tanto realidade aumentada quanto uso de ambientes virtuais 3D foram moderadamente efetivos para ganhos no aprendizado de alunos em diferentes níveis escolares. No entanto, pode-se afirmar que a realidade aumentada proporciona uma solução mais eficaz quando as condições adequadas (mão de obra, dinheiro, recursos humanos, tempo etc.) estão garantidas (KÜÇÜK AVCI; ÇAKIR; İSTANBULLU, 2019).

Materiais virtuais (e-books e apostilas) podem aumentar a motivação dos alunos para o aprendizado, mas não necessariamente contribuir para o desempenho escolar (JANG; YI; SHIN, 2016). No entanto, a motivação parece estar ligada à satisfação, ao aprendizado afetivo e à participação em aula, de modo que o uso de materiais didáticos virtuais pode contribuir com uma significativa parte da experiência escolar.

Além disso, **ensinar programação para alunos** em idade escolar pode trazer ganhos cognitivos em áreas como pensamento matemático, lógica, pensamento criativo, metacognição e noção espacial (SCHERER; SIDDIQ; SÁNCHEZ VIVEROS, 2019).

Para professores, o apoio de técnicas de **ensino individualizado baseado em dados**, que ajustam as modalidades de ensino de acordo com o monitoramento individual dos resultados dos alunos que apresentam maiores dificuldades de aprendizado, parece contribuir para ajudar esses alunos a atingirem melhores resultados escolares (JUNG et al., 2018). Tais técnicas ampliam o acesso dos professores à informação em tempo real sobre o desempenho dos alunos e indicam ajustes que podem ser feitos no processo de ensino.

Por fim, a aplicação de **provas e avaliações utilizando dispositivos móveis** também parece contribuir para uma melhora no desempenho dos alunos, provavelmente devido ao fato de que estes se sentem mais motivados e familiarizados com as tecnologias (NIKOU; ECONOMIDES, 2018).

4. Implementar intervenções pedagógicas na dinâmica da escola, que incluem estratégias para melhorar a qualidade do ensino, por meio de mudanças em suas abordagens, e ações para lidar com problemas comportamentais.

Quais os resultados das suspensões ou expulsões escolares por mau comportamento?

A suspensão ou a expulsão são sanções disciplinares impostas como resposta a maus comportamentos, porém têm como efeito um aumento da probabilidade de piora no desempenho acadêmico, comportamento antissocial e piores perspectivas de emprego, além de abandono escolar. Em casos extremos, o aluno é expulso e não tem permissão de voltar à mesma escola. Essa sanção escolar afeta desproporcionalmente os homens, minorias étnicas, alunos com meios econômicos desfavorecidos e aqueles com necessidades educacionais especiais. Intervenções de melhoria das habilidades acadêmicas, aconselhamento, orientação/monitoramento e desenvolvimento de habilidades para professores tiveram efeitos desejáveis significativos sobre a suspensão, mas com efeito temporário (VALDEBENITO et al., 2018). Já intervenções baseadas na escola, em geral de apoio psicossocial a alunos, professores ou ambos, reduziram significativamente a exclusão escolar durante os primeiros seis meses após a implementação, sem efeitos significativos no longo prazo (VALDEBENITO et al., 2019).

É relevante estarmos atentos a algumas questões:

- As evidências apontam que as intervenções de melhoria das condições de acesso e permanência e de oferta de programas de transferência de renda são fundamentais para a redução das taxas de evasão e abandono e aumento das taxas de matrícula, frequência e conclusão de anos/séries escolares.
- A melhoria das condições de acesso e permanência na escola reúne um leque abrangente de intervenções que interferem de forma direta na presença dos alunos na unidade escolar, com destaque para a garantia de condições de mobilidade e segurança alimentar.
- A promoção de espaços de diálogo e acesso à informação são relevantes e desencadeiam efeitos que vão além da redução da evasão e do abandono escolares.

Outra revisão (DYNARSKI et al., 2008) indica um passo a passo que pode ser adotado ao abordarmos a evasão escolar:

Diagnóstico

1. Utilizar sistemas de informação e dados que apoiem um diagnóstico realista do número de alunos que evadiram e em alto risco de abandono: os estados, municípios e escolas devem desenvolver bancos de dados abrangentes e longitudinais com dados individualizados que, no mínimo, incluam dados sobre ausências de alunos, notas e desempenho acadêmico. Os dados devem ser revisados regularmente, com ênfase nas transições para o ensino médio e no ensino médio.

Intervenções direcionadas

2. Designar adultos responsáveis por acompanhar alunos em risco de abandono escolar: esses adultos devem ser treinados, ter experiência no acompanhamento de alunos em risco de abandono escolar e atender um número pequeno de jovens. Seu perfil deve ser combinado ao dos jovens que acompanham e, quando esse apoio for organizado em pequenos grupos, pode ser útil criar uma identidade partilhada entre os membros do grupo.

3. Fornecer suporte e complemento escolar para melhorar o desempenho dos alunos: isso ajuda os alunos a melhorarem o desempenho acadêmico e a se engajarem na escola, mas deve ser implementado em conjunto com outras recomendações.

4. Implementar programas para melhorar o comportamento e as habilidades sociais dos alunos em sala de aula: os alunos devem estabelecer metas acadêmicas e comportamentais alcançáveis e ser reconhecidos quando as cumprirem. As escolas podem ensinar estratégias para fortalecer a resolução de problemas e habilidades de tomada de decisão e fazer parceria com organizações baseadas na comunidade para fornecer aos alunos suporte para abordar fatores externos que afetam as interações sociais e comportamentais.

Intervenções na escola

5. Personalizar o ambiente de aprendizagem e o processo instrucional: um ambiente de aprendizagem personalizado cria um sentimento de pertença e promove um clima escolar onde alunos e professores se conhecem melhor, fornecendo incentivos acadêmicos, sociais e comportamentais.

6. Fornecer orientações rigorosas e relevantes para melhor envolver os alunos no aprendizado no ensino médio e fornecer as habilidades necessárias para concluírem os estudos e conduzirem suas trajetórias após a escola: o engajamento pode ser aumentado apresentando aos alunos opções e ferramentas de acesso ao ensino superior e/ou inserção no mercado de trabalho.

"Que as pessoas respeitassem mais o aprendizado de cada um, pois cada um tem o seu tempo de aprender."

Homem cis gay preto, 26 anos, parou no ensino fundamental, São Mateus (ES)

Intervenções socioemocionais

Evidências sugerem que intervenções de curto prazo na escola podem fazer uma pequena diferença no desenvolvimento de um senso de comunidade, habilidades sociais ou nomeação de sentimentos (SIDDIQUI; VENTISTA, 2018). O desenvolvimento de habilidades emocionais no ambiente educacional pode ter efeitos positivos como: níveis mais elevados de habilidades emocionais, desempenho escolar aprimorado, funcionamento psicossocial aprimorado e níveis mais elevados de habilidades sociais (CHIS, 2019). A aprendizagem social e emocional (SEL) desempenha um papel fundamental na preparação dos jovens para o sucesso na faculdade, nas carreiras e na vida. Em ambientes educacionais, programas de SEL de alta qualidade têm demonstrado reduzir problemas comportamentais, melhorar o senso de pertencimento dos estudantes, aumentar a frequência escolar e promover o sucesso acadêmico (BEYER, 2017).

Apoiar os alunos a compreenderem suas possibilidades de crescimento, aprendizado e desenvolvimento escolar e social, bem como a navegarem por estereótipos, tanto autoaplicados quanto nomeados por colegas, pode influenciar positivamente o desempenho acadêmico (SABATINE, 2019). Além disso, intervenções de alfabetização emocional baseadas nos preceitos da justiça restaurativa apoiaram melhorias significativas em áreas como habilidades sociais, desempenho acadêmico e dificuldades comportamentais (TROYA, 2018).

Intervenções baseadas em mindfulness, ou atenção plena, amplamente definida como "prestar atenção de uma maneira particular: propositalmente, no momento presente, sem julgar", combinam essa técnica com outros componentes, como meditação, ioga, estratégias cognitivo-comportamentais ou treinamento de habilidades de relaxamento. Nas escolas, têm efeitos positivos nos processos cognitivos e socioemocionais, mas não parecem melhorar o comportamento e o desempenho escolar dos alunos (MAYNARD et al., 2017).

Intervenções para a transição ao ensino superior

A transição do ensino médio para o ensino superior pode trazer uma série de desafios para as juventudes.

As evidências (BAILEY et al., 2016) apontam para algumas recomendações que podem apoiar esse processo:

- **Utilizar diferentes tipos de técnicas para avaliar a prontidão para o ensino superior e as opções de cursos que podem ser do interesse do jovem**: o foco excessivo em preparar os jovens para as provas (vestibular, ENEM etc.) torna, muitas vezes, negligenciado o processo de escolha dos cursos e das disciplinas que esse jovem vai cursar no ensino superior. Para tanto, além do preparo para as provas específicas e um monitoramento das notas, pode ser relevante identificar com o jovem, no ensino médio, quais são as suas experiências de vida, os interesses, a motivação para o ambiente universitário e o histórico escolar, em termos de disciplinas cursadas e percepções sobre elas. Tal ação pode ser feita no nível escolar, mas também pode ser adotada já no nível superior, com estudantes em risco de abandono.

- **Incentivar participação em atividades de aconselhamento profissional, mentoria ou orientações**: quando as instituições de ensino superior garantem carga horária e disponibilizam profissionais para esse tipo de atividade, é mais fácil engajar alunos na construção de planos de vida e de carreira. Podem ser adotadas abordagens holísticas que apoiem o jovem nos desafios enfrentados e ajudem a planejar diferentes dimensões de seu futuro.

- **Oferecer aos alunos incentivos monetários baseados no desempenho**: muitos alunos necessitam de bolsas de estudo e outros auxílios para se manterem no ensino superior. Somados a esses auxílios, podem ser estruturados incentivos monetários que estejam vinculados a cumprir determinadas metas de desempenho que o próprio aluno pode estabelecer (tirar determinada nota em uma disciplina ou completar os créditos daquele semestre, por exemplo) de forma a se manter motivado e engajado com o ambiente acadêmico.

- **Fornecer modelos de currículos "comprimidos" para alunos que desejam concluir o ensino superior mais rápido**: não raro a perspectiva de dedicar muitos anos ao ensino superior pode ser um fator de desmotivação e abandono. Algumas instituições possuem modelos de currículos "comprimidos", em que é possível cumprir os créditos necessários em menor tempo, seja por meio de um desenho especial de currículo, seja pela oferta de disciplinas personalizadas para um grupo de alunos com interesse comum que permite a inserção no mercado de trabalho. Tal medida também pode ser adotada para alunos que estão transicionando de um curso técnico para um curso universitário, facilitando o aproveitamento de disciplinas ou realizando disciplinas do currículo técnico já no ambiente da universidade.

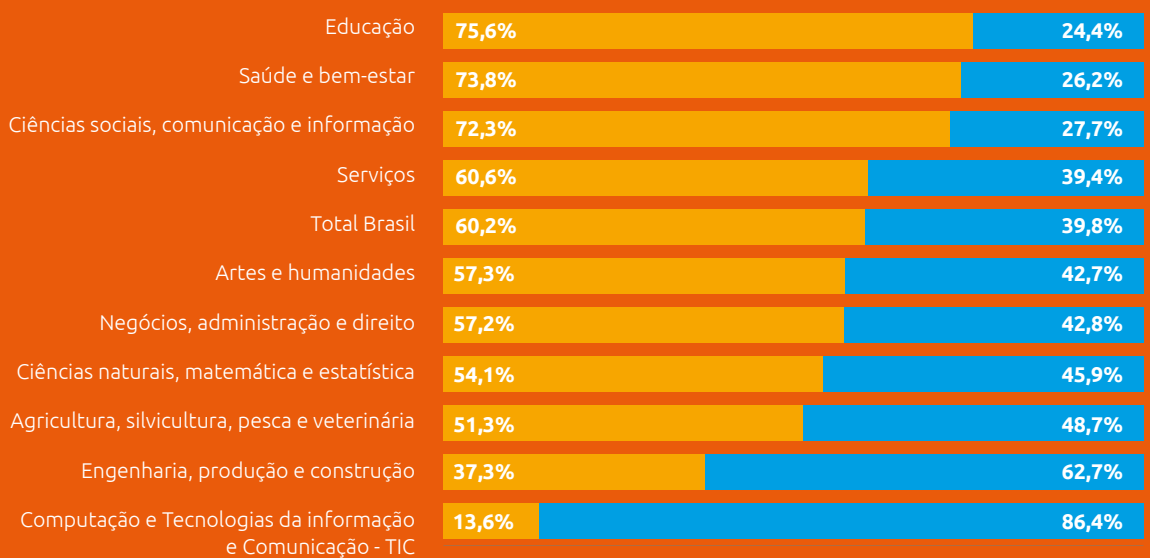
- **Apoiar o desenvolvimento de técnicas de autorregulação**: alunos podem saber muito sobre os conteúdos mas pouco sobre suas próprias dinâmicas de aprendizado. É importante ajudá-los a compreender de que forma eles aprendem melhor, quais ferramentas de estudo são mais úteis e como avaliar seus próprios resultados e promover mudanças quando necessário. "Aprender a aprender" (YILDIRIM; CIRAK-KURT; SEN, 2019), portanto, é uma habilidade que pode apoiar seu desenvolvimento acadêmico e sua inserção no mercado de trabalho.

- **Implementar programas de apoio abrangentes, integrados e duradouros**: programas de apoio dedicados a apoiar estudantes na conclusão de seus estudos de nível superior devem englobar diferentes dimensões, tais como: apoio direto aos alunos (tutorias, planos de carreira, orientação personalizada, apoio psicossocial); estabelecimento de critérios e exigências (dedicação exclusiva, realização de disciplinas básicas, programas de graduação em menores períodos de tempo); cursos personalizados (seminários focados no desempenho dos alunos, disciplinas em horários fixos, matrículas e disciplinas antecipadas); e apoio financeiro (transporte gratuito, material didático gratuito, isenção de taxas de matrícula e alimentação/moradia estudantil).

Por fim, os programas de verão, que ocorrem no período de verão entre o ensino médio e a faculdade, são projetados para facilitar a transição para a faculdade. Fornecem aos estudantes as habilidades acadêmicas e os recursos sociais necessários para o sucesso em um ambiente universitário. Embora os conteúdos dos programas de verão possam variar entre instituições e pela população atendida, eles normalmente duram de duas a quatro semanas e envolvem: (a) uma orientação profunda para a vida e os recursos da faculdade; (b) aconselhamento acadêmico; (c) treinamento em habilidades necessárias para o sucesso na faculdade (por exemplo, gerenciamento de tempo e habilidades de estudo); e/ou (d) cursos acadêmicos acelerados. Esses programas parecem ter efeito potencialmente positivo na obtenção de um diploma universitário (IES, 2016).

Cabe ressaltar que há diferenças marcantes de gênero entre as escolhas de cursos de graduação e na possibilidade de conclusão dos mesmos. No Brasil, em 2019, mulheres foram a maior parte das concluintes de cursos nas áreas de educação e saúde, por exemplo, mas sub-representadas em cursos voltados às engenharias, à computação e às tecnologias:

Figura 5 - Distribuição percentual dos concluintes de graduação, por sexo, segundo as grandes áreas dos cursos - Brasil 2019



FONTE: CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR DE 2019.[1]

6 Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Apresentacao_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf>.

Oportunidades de realizar serviços ou voluntariado junto à comunidade, que incluem reflexão sobre temas acadêmicos, têm efeitos positivos na forma como adolescentes se comportam e pensam sobre a escola, sobre si mesmos, sobre os outros e sobre a sociedade. Conectando e integrando o serviço comunitário a um curso acadêmico, os adolescentes podem ser mais capazes de entender o significado de suas experiências (VAN GOETHEM et al., 2014). Em um ambiente escolar que promove a convivência com diferentes culturas e com jovens migrantes, as intervenções pedagógicas de imersões no exterior exercem um efeito maior na melhora da competência intercultural do que outros tipos de intervenção (ZHANG; ZHOU, 2019).

Alunos que têm dificuldade em frequentar a escola devido ao medo, à ansiedade ou à depressão podem apresentar recusa escolar. Tratamentos psicossociais, como a terapia cognitivo-comportamental, aumentam a frequência escolar, mas não parecem ter efeito sobre a ansiedade (MAYNARD et al., 2015; MAYNARD et al., 2018).

As intervenções positivas de desenvolvimento juvenil visam prevenir comportamentos de risco e promover o crescimento pessoal. Essas intervenções promovem efeitos significativos para autopercepção, redução do sofrimento emocional e melhora do desempenho acadêmico, inclusive para jovens universitários (JEYNES, 2019). Os jovens considerados de baixo risco foram mais propensos a se beneficiar de intervenções positivas de desenvolvimento das juventudes do que os de alto risco. Fatores como ***status*** socioeconômico, etnia, acesso e envolvimento com recursos da comunidade provavelmente fazem diferença no quanto os jovens conseguem se beneficiar (CIOCANEL et al., 2017). Já os programas de processamento de informações sociais enfatizam as habilidades cognitivas ou processos de pensamento para resolução de problemas e conflitos, em vez de focar em habilidades comportamentais específicas. Nesses programas, os estudantes são convocados a refletir sobre e simular desfechos para diferentes situações em que emoções negativas e conflitos podem emergir, e estudantes que participaram dessa intervenção com seus colegas de classe demonstraram um comportamento menos agressivo (WILSON; LIPSEY, 2006).



COM A PALAVRA

Miriam Abramovay

O documento é completo com muitos dados atuais, fundamentais, principalmente na atual conjuntura, que temos que pensar que "outra escola é possível" (Nussbaum, 2010), uma escola aberta, integrando os estudantes, famílias, conectando-se com outras redes e pensando na comunidade como um todo.

As evidências sugerem que as **estratégias de autorregulação para alunos com transtornos emocionais e comportamentais produziram ganhos significativos nos resultados escolares** dos alunos. Intervenções automediadas mostraram ganhos moderados em áreas acadêmicas. Os maiores ganhos foram observados na leitura, e ganhos moderados foram observados em matemática e escrita. Intervenções de automonitoramento e instrução de estratégia foram os tipos predominantes de técnicas de autorregulação implementadas (POPHAM et al., 2018).

O elogio específico por comportamento é frequentemente usado para aumentar os resultados acadêmicos dos alunos e/ou reduzir comportamentos inadequados. Quando o treinamento é fornecido aos professores, as taxas de elogio específico por comportamento sobem, mas nem sempre se mantêm ao longo do tempo. São observados diversos resultados positivos, incluindo aumento do comportamento elogiado na tarefa, aumento da pontualidade e diminuição de comportamentos inadequados e problemáticos (ROYER et al., 2019).

Os programas de orientação para jovens em risco são moderadamente eficazes em relação a diversos problemas psicossociais e acadêmicos. As relações de orientação individualizada com adultos treinados se destacam por seu baixo custo, com potencial para atingir grandes grupos de jovens e evitar intervenções mais intensivas ou invasivas (RAPOSA et al., 2019).

Intervenções para jovens com autismo e deficiências

A participação em ciências pode ser desafiadora para alunos com autismo devido às dificuldades de comunicação e vocabulário, mas estudos sugerem que a instrução com materiais complementares gera benefícios. Exemplos são textos eletrônicos, organizadores gráficos, aulas com roteiro, bem como práticas que envolvam exploração com o uso das mãos (BARNETT; FRANKEL; FISHER, 2017). Melhorias na comunicação social de jovens com autismo são promovidas por intervenções baseadas em funções, suportes visuais e estratégias de automonitoramento, em especial se ministradas pelos professores (WATKINS et al., 2019). Em relação às habilidades de escrita, intervenções de escrita combinadas às visuais, motivacionais, comportamentais, auditivas, de escolha, de tecnologia, de pares e de suportes táteis são efetivas (ACCARDO et al. 2020). Para jovens com dificuldade de atenção ou de permanecerem parados, intervenções dinâmicas nas mesas da sala de aula (por exemplo, mesas onde o aluno pode ficar em pé, pode pedalar, pode utilizar uma bola de equilíbrio, entre outras) podem ter efeitos positivos sobre o comportamento, o engajamento acadêmico e a atenção (ROLLO et al., 2019).

Para jovens com deficiências, o uso de computadores/tablets no ensino e tecnologias assistivas, bem como o feedback, parecem ser efetivos para melhorar suas habilidades de alfabetização, de linguagem (por exemplo, identificação de palavras) e habilidades de vida cotidiana (SNYDER; HUBER, 2019; STAUTER et al., 2019). A tecnologia pode fornecer uma plataforma instrucional importante para ensinar conhecimentos e habilidades matemáticas a jovens com deficiências moderadas e graves (BOWMAN et al., 2019). Embora o aprendizado facilitado por computadores possa ser eficaz para ensinar habilidades acadêmicas para jovens com deficiências intelectuais, os resultados almejados, a tecnologia usada, o treinamento e a implementação variam bastante. Por outro lado, professores relatam dificuldades em encontrar materiais impressos adequados às necessidades desses estudantes e encontram maior facilidade em acessar os ***softwares*** de aprendizado. Além disso, o uso de imagens, animações e gráficos leva a resultados acadêmicos positivos para alunos com deficiência, ainda mais quando associado ao uso de suportes auditivos. Oferecer aos alunos com deficiência uma escolha pode melhorar seus resultados acadêmicos e sua motivação, e a personalização torna a instrução ou intervenção assistida por computador adaptável para diferentes níveis de alunos com deficiência (MIZE; PARK; MOORE, 2018).

Para atingir os melhores resultados acadêmicos, é essencial customizar as tecnologias e técnicas às necessidades da pessoa com deficiência (PERELMUTTER; MCGREGOR; GORDON, 2017). No ensino superior, por exemplo, jovens com deficiências representaram 0,56% das matrículas no Brasil em 2019, com uma maior representação de alunos com alguma deficiência física:

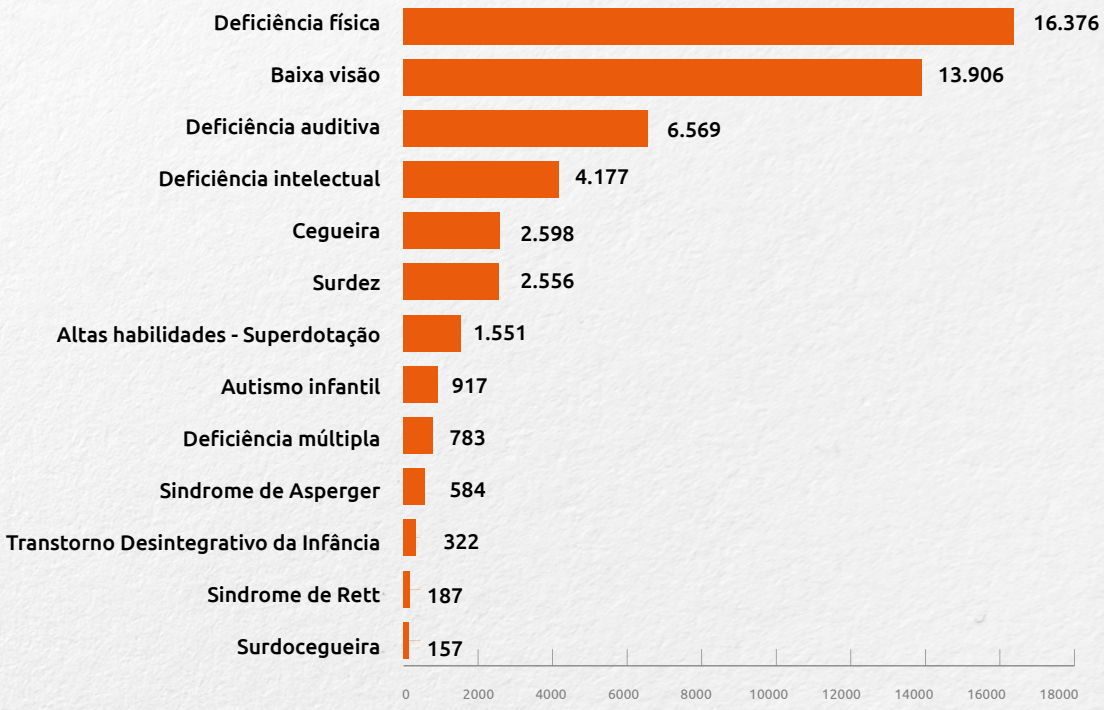


Figura 6 - Número de matrículas em cursos de graduação de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/ superdotação, por tipo de deficiência - Brasil 2019

Fonte: Censo da Educação Superior de 2019.[7]

Vários fatores podem contribuir para o progresso escolar e acadêmico de jovens com deficiências. Oferecer lembretes é um método eficaz para apoiar esse progresso, e o envio de vídeos é uma prática que pode fornecer um lembrete consistente por vez, sendo possível fazer ajustes às necessidades específicas de cada aluno (BOWMAN et al., 2019). Para jovens com distúrbios de linguagem, parece ser especialmente efetiva uma abordagem combinada fonológico-semântica (LOWE et al., 2018). Utilizar ***tablets*** e computadores no ensino de habilidades funcionais a alunos com deficiência intelectual pode ampliar o aprendizado escolar e a capacidade de completar tarefas (GOO; MAURER; WEHMEYER, 2019; DUEKER, 2018). A instrução sistemática parece ter efeito positivo no desempenho escolar dos estudantes com deficiência intelectual (KUNTZ; CARTER, 2019). Além disso, essas intervenções podem apoiar o desenvolvimento de habilidades socialmente importantes para os estudantes com deficiência moderada e grave (APANASIONOK et al., 2019). O ***feedback*** instrutivo pode ser usado para aumentar a eficiência do aprendizado para estudantes com deficiências de todas as idades (ALBARRAN; SANDBANK, 2019).

Intervenções voltadas a professores e a diretores de escolas

Algumas ações voltadas a professores podem ter efeitos no aprendizado de alunos:

- a estratégia de **professores contratados**, que supre a falta de professores em determinadas regiões com contratos de médio prazo, é uma delas. Alunos de áreas remotas parecem se beneficiar ainda mais dessa intervenção, que também é uma forma de empregar professores que residem nas áreas onde estão localizadas as escolas (KINGDON et al., 2013; ASLAM, 2016);

7 Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Apresentacao_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf>.

- a **formação de professores** parece melhorar as notas dos estudantes, em especial das meninas (ASLAM, 2016).
    - a **certificação de professores** pode melhorar o ***status*** da profissão e definir critérios mínimos de qualidade, mas apenas se for implementada de forma adequada ao local e bem acompanhada (ASLAM, 2016);
    - os **incentivos financeiros**, por sua vez, apesar de melhorar a qualidade dos professores, não necessariamente melhoram o desempenho dos alunos (ASLAM, 2016);
    - por fim, **o apoio no uso de materiais do currículo, melhoria do conhecimento do conteúdo dos professores,** workshops **de verão e reuniões de professores para solucionar problemas e discutir a implementação em sala de aula** contribuíram para resultados mais consistentes nos programas de desenvolvimento profissional e currículo de ciências, tecnologia, engenharia e matemática (LYNCH, 2019).

Parece, também, haver evidências diretas da relação entre comportamentos de diretores de escolas e o desempenho dos alunos, o bem-estar dos professores, as práticas de ensino dos professores e a saúde organizacional escolar (LIEBOWITZ; PORTER, 2019). Assim, é necessário considerar o valor de investir na capacidade de líderes e diretores escolares, seja por meio de ampliação da equipe de liderança ou pelo fortalecimento de capacidade dos líderes atuais.

Lacunas de conhecimento sobre o tema

- Ausência de indicadores de qualidade de educação e de aprendizagem que deem conta dos diversos fatores envolvidos no processo para além do desempenho dos estudantes em provas e testes sobre determinados conteúdos. Conheça algumas iniciativas sobre esse tema: em português e em inglês.
- Pesquisas que considerem soluções de longo prazo e sistêmicas para a educação.
- Estudos sobre formatos de educação não formal, em especial para públicos como jovens em situação de rua (SHEPHARD, 2014).
- Estudos com recorte racial (MAYNARD et al., 2012)
- Estudos sobre diferentes técnicas de educação (por exemplo, uso de jogos na educação) e seus efeitos para estudantes do ensino médio (YILDIRIM; ŞEN, 2019)
- Estudos rigorosos sobre os efeitos de programas de recreação e orientação pós-escola (ZIEF; LAUVER; MAYNARD, 2006).



COM A PALAVRA

Helena Singer

A potência das juventudes para a transformação do mundo e o papel da educação

Os e as jovens têm toda a capacidade de promover o bem comum, de empreender a transformação necessária do mundo. São inúmeros os exemplos de jovens que se sensibilizam em relação a algum aspecto, criam estratégias para intervir na situação que lhes afeta, se organizam coletivamente para colocar suas ideias em prática e enfim causam impacto em suas comunidades ou mesmo para muito além delas. A revolução digital intensificou fortemente estas possibilidades, ampliando não só o acesso às informações, oportunidades e conexões, como facilitando os processos em que adolescentes, compartilham ferramentas, constroem conhecimento, influenciam os debates em diversas linguagens e mídias. A pandemia é a mais recente oportunidade de verificação desta capacidade das juventudes brasileiras, como mostrou a pesquisa Juventudes e a Pandemia do Coronavírus.

A sociedade desperdiça esta potência quando seu sistema educacional reproduz a mesma estrutura em que foi forjado há mais de dois séculos, baseada no disciplinamento, na reprodução de informações simples e no aprendizado de habilidades instrumentais. É esta visão que orienta os currículos prontos, as escolas padronizadas para o país todo, processos seletivos para as universidades baseados em reduzidos testes de conhecimentos. Infelizmente é esta visão que prepondera na produção de dados sobre a educação: com base no desempenho dos estudantes em provas de larga escala, avaliam-se escolas e políticas.

Em sentido oposto, e ainda pouco captado pelos indicadores, espalham-se pelo país as escolas que estimulam jovens a desenvolverem projetos para a transformação positiva de seus contextos. Escolas de ensino médio e técnico em áreas rurais que encontraram formas de atender o anseio de 84% dos jovens de permanecer no campo. São escolas que integram os saberes comunitários com os saberes científicos de manejo agroecológico, possibilitando aos jovens se realizarem ali pessoal, profissional e socialmente. Escolas em territórios indígenas que sediam os planos de manejo anuais da comunidade, tendo os estudantes como seus protagonistas. Escolas que se tornam polos culturais da comunidade, sediando eventos, mostras, festivais e outras iniciativas que valorizam as expressões locais, inclusive criando oportunidades de geração de renda.

A educação realizada fora da escola, na qual o Brasil é referência mundial desde as experiências pioneiras de Paulo Freire nos anos 60 e que se atualizou com revolução tecnológica, é grande celeiro de iniciativas lideradas por jovens. Experiências de organizações da sociedade civil voltadas para educação cultural, arte-educação, educomunicação, educação audiovisual, educação digital, educação ambiental, educação em direitos humanos, educação para paz. São significativas as conexões entre estas organizações e os movimentos liderados pelas juventudes nos dias de hoje, como os movimentos ambientalista, antirracista, anticolonial, feminista, LGBTQIA+.

Que este Atlas nos ajude a visualizar os dados das diversas juventudes brasileiras e orientar novas pesquisas que possam mostrar a proporção de jovens que já praticam a transformação e de organizações educativas que os apoiam nesse percurso.

Vamos botar a mão na massa?

Jovens	● Mobilizar colegas de escola/universidade para compor espaços de representação estudantil institucional (por exemplo, grêmios estudantis e diretórios acadêmicos). ● Participar de espaços de deliberação, tanto dentro das escolas e universidades quanto em associações comunitárias, conselhos locais coletivos de mulheres e câmara de vereadores. ● Contribuir na construção de uma atmosfera acolhedora e inclusiva nos ambientes escolares e universitários para que fatores como preconceito e bullying sejam mitigados e não sejam motivadores de mau desempenho e evasão escolar. ● Reconhecer suas habilidades e seus conhecimentos, participando de espaços de partilha de saberes, onde outros jovens possam aprender com você (e você com eles e elas!). ● Conhecer propostas do documento "Construção coletiva de propostas para o ensino médio". ● Participar da elaboração de iniciativas empreendedoras, especialmente ações no campo da economia solidária. ● Buscar garantir a autonomia financeira de grêmios e de outras formas de organizações estudantis. ● Procurar espaços ou criar redes em que suas visões sobre o futuro sejam ouvidas e levadas aos tomadores de decisão. ● Participar de programas de educação política, visando aprender como acessar espaços de poder. ● Contribuir com a elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola (PPP) a partir de suas vivências, desejos e interesses. ● Participar de plataformas nas quais os jovens se coloquem (podcasts, portais) e buscar que essas plataformas sejam vistas e ouvidas por gestores e tomadores de decisões. ● Pressionar IES para oferecerem e apoiar projetos de extensão que contribuam para o desenvolvimento pessoal e profissional dos jovens. ● Fortalecer iniciativas de economia popular e solidária que tenham como objetivo a participação e o empoderamento juvenil. ● Articulação entre jovens de cursos universitários e cursinhos populares com escolas, organizações da sociedade civil e outros movimentos sociais, possibilitando pontes para construção de uma "educação pre(re)paratória" (cursinhos, reforços a lacunas básicas educacionais)

Pesquisadores

- Buscar incluir jovens no processo de desenvolvimento da pesquisa, como entrevistados, pesquisadores ou qualquer outra forma que permita que sejam ouvidos para além de objetos de pesquisa.
- Mapear com jovens e educadores quais as prioridades de pesquisa na área de educação.
- Desenvolver pesquisas que fortaleçam a compreensão da importância da educação na vida de jovens e seu potencial preventivo.
- Procurar divulgar os resultados de pesquisa sobre educação com linguagem mais acessível e em diferentes formatos, por exemplo, vídeos, infográficos, etc.
- Conhecer propostas do documento "Construção coletiva de propostas para o ensino médio".
- Encarar indicadores provenientes do recorte demográfico dos jovens como prioridade em suas tomadas de decisão sobre pesquisa.
- Conversar com coletivos de jovens e com Conselhos de Juventude para verificar quais as melhores estratégias para traduzir em diferentes formatos o conhecimento gerado.
- Citar artigos e pesquisas de qualidade produzidos por jovens e coletivos periféricos.
- Realizar pesquisa qualitativa sobre o Programa de Aprendizagem Profissional.
- Realizar pesquisas contínuas sobre boas práticas de políticas educacionais.
- Realizar pesquisa a nível nacional sobre iniciativas de jovens empreendedores.
- Monitorar com constância a relação "investimentos em educação" versus "educação de qualidade" a partir de dados desagregados e com aplicação local.
- Garantir que as pesquisas sobre jovens alcancem os profissionais da ponta que trabalham com a pauta e os gestores locais.
- Estudar e debater os impactos da pandemia no acesso à educação, inclusive considerando criticamente a educação EAD, na qual as desigualdades de acesso acabam sendo ampliadas.

Tomadores de decisão

- Atentar ao desempenho – para ter sucesso, a primeira prioridade para qualquer esforço de reforma educacional é organizar as entregas, fortalecer o desempenho do sistema educacional e oferecer condições para que bons resultados possam ser atingidos.
- Dar espaço para a inovação – os sistemas de educação de sucesso devem testar abordagens novas e criativas, aproveitando as oportunidades de inovação junto às pessoas e lugares que oferecem educação.
- Promover a inclusão – os sistemas de educação bem-sucedidos devem chegar até todos e todas, incluindo os grupos mais desfavorecidos e marginalizados. Para diminuir as lacunas de aprendizagem, os tomadores de decisão devem adotar medidas adicionais para apoiar aqueles em maior risco de não aprender.
- Promover o acesso à renda básica familiar, visando evitar a evasão escolar forçada e os ciclos intergeracionais de pobreza.
- Construir estratégias transversais que alcancem os jovens em maior grau de vulnerabilidade e pobreza.
- Garantir que o ensino ofertado nas escolas locais cubra as lacunas percebidas pelos jovens do território.
- Apoiar organizações estudantis e juvenis locais.
- Garantir educação básica e profissional universal para todos os jovens que se encontram em restrição de liberdade.
- Garantir internet pública de qualidade e acessível a todos e todas.
- Verificar com as juventudes em quais locais poderiam ser promovidas atividades extracurriculares nos seus bairros e comunidades.
- Incentivar e reconhecer, por meio de prêmios e "selos", abordagens de educação que se mostram mais adequadas e inovadoras, especialmente as que visam redução das desigualdades sociais.
- Fortalecer espaços de participação e controle social nas escolas, universidades, municípios, estados e na esfera federal.
- Priorizar as ações elencadas como importantes nas conferências das juventudes, nos conselhos e nos movimentos organizados.
- Abertura de editais para financiar projetos já existentes no ensino médio, técnico e superior.
- Incluir os estudantes na construção das políticas públicas.
- Prover financiamento robusto – os sistemas de educação bem-sucedidos exigem mais e melhor investimento, baseado na responsabilidade primária dos governos nacionais em garantir que todos os jovens tenham acesso a uma educação de qualidade, gratuita, do pré-primário ao secundário. Saiba mais!
- Conhecer propostas do documento: "Construção coletiva de propostas para o ensino médio".

Trabalhadores de serviços/Setor privado/Sociedade civil	● Os educadores devem pensar em métodos diferentes dos tradicionais para engajar as juventudes nas aulas/tarefas, como um plano de aula que relacione os conteúdos com a realidade que cerca os jovens territorialmente e socialmente. ● Elaborar planos de ensino que envolvam cada vez mais o aprendizado na prática e o reconhecimento/incentivo às diferentes formas de inteligência. ● O setor privado pode abrir programas de estágio que contem com incentivos para que os jovens permaneçam estudando (como incentivo financeiro, flexibilidade de horários, dedicação de horários para mentoria, etc). ● Fortalecer a educação em unidades de internação e ambientes prisionais, seja tanto no âmbito do acesso à educação básica, quanto à profissionalização. ● Realizar um processo colaborativo com jovens no momento da construção de novos projetos. ● Investir no desenvolvimento de pesquisas e na sistematização de evidências. ● Oferecer capacitação para os jovens talentos que empregam. ● Apoiar e desenvolver projetos locais (pilotos) que possam ser avaliados e replicados em outros territórios. ● Convidar os jovens para contribuir ativamente com projetos do setor privado que geram impacto na sociedade civil. ● Criar fóruns e espaços de discussão com os jovens, especialmente os que se encontram em situação de vulnerabilidade, visando identificar, nos diferentes territórios, necessidades e lacunas de atuação. ● Fomentar e reconhecer o empreendedorismo na juventude ressaltando “cases” de inspiração, fazendo esses bons exemplos serem comunicados dentro e fora das comunidades. ● Reduzir as barreiras para a contratação de jovens. ● Escolas e universidades podem promover uma gestão descentralizada que envolva alunos, professores, familiares e membros da comunidade. ● Fazer parcerias com escolas e universidades, oferecendo apoio na carreira profissional dos alunos, especialmente, oportunidades de estágio. ● Discutir e pensar soluções para o dilema: a educação integral no ensino médio versus a necessidade de trabalho dos jovens. ● Fomentar e investir em iniciativas empreendidas por jovens dentro das escolas e universidades. ● Aprofundar debate sobre o que significa “apoiar os jovens a pensar seus projetos futuros”. ● Inserir o jovem na construção dos planos de ensino. ● Conhecer as propostas do documento “Construção coletiva de propostas para o ensino médio”.

Juventudes e educação: reflexões sobre equidade e implementação

Uma das ferramentas desenvolvidas para considerar diferentes dimensões de equidade no desenho e implementação de intervenções sociais é o ***framework*** PROGRESS (O'NEILL et al., 2014). Esse acrônimo é traduzido da seguinte forma:

P	Local de residência
R	Raça/etnia/cultura/linguagem
O	Ocupação e trabalho
G	Gênero
R	Religião
E	Educação
SS	Status socioeconômico e capital social

Além dessas dimensões, podem ser agregadas reflexões sobre outras características pessoais que podem ser alvo de preconceito ou estigma (por exemplo, faixa etária, orientação sexual, pessoas com deficiências) e características da rede familiar e de apoio.

A seguir são exploradas as implicações de cada uma dessas dimensões nas intervenções relacionadas à educação.

Local de residência (P)

Com frequência, os jovens em condição de vulnerabilidade são levados a morar em lugares afastados dos grandes centros, seja em áreas rurais ou de periferia. A distância dos centros de treinamento, o custo e a disponibilidade de transporte público podem ser barreiras expressivas para o acesso a programas (CHINEN et al., 2017). Em intervenções para diminuir as faltas escolares injustificadas, algumas das barreiras para essas intervenções envolviam mudanças constantes de residência por parte dos alunos, como dificuldade de localização e contato com alunos e familiares (MAYNARD et al., 2012).

Alguns locais de residência podem oferecer maior barreira à escolarização. As juventudes rurais sofrem com barreiras específicas do campo como dificuldade de acesso, escolas distantes das estradas de melhor infraestrutura, dispersão da população estudantil por grande extensão territorial e formação deficitária de docentes, mas também sofrem discriminação por falta de reconhecimento dos saberes não formais no ambiente escolar. Algumas das reivindicações das juventudes se endereçam justamente a esses fatores, sendo algumas delas: que se estabeleça novos marcos de cooperação entre municípios, estados e governo federal para assegurar a universalização básica e qualidade de ensino em todos os níveis, com valorização dos professores, diálogo com linguagem e cultura jovem e melhoria da infraestrutura, com adequação à realidade do campo (SNJ, 2018).

A desigualdade de oportunidades não se dá apenas entre meio urbano e rural, mas há considerável disparidade de médias de provas nacionais entre estados brasileiros. Por exemplo, na Prova Brasil de 2017, em média 16% dos alunos do 9º ano do Maranhão e 17% do Amapá tinham aprendizado adequado em Português, ao passo que esse número chegou a 46% e 40% em Santa Catarina e no Ceará, respectivamente.[8]

Este ano, a pandemia comprometeu seriamente o aprendizado escolar de parte significativa dos jovens que frequentam a rede pública e têm acesso precário à internet. A população com menor acesso à internet encontra-se no Nordeste, com 65% das pessoas conectadas em 2019, contra 75% do Sudeste. Comparando população rural e urbana, o percentual de pessoas conectadas foi de 51% contra 75%, respectivamente.[9]

8 Conheça mais sobre esses dados na Plataforma QEdu: <https://www.qedu.org.br/brasil/explorar?grade=9&discipline=1&dependence=0&zoom=2&sort=name&sortDirection=asc&visualization=isotope>.

9 Juventude e Conexões: <http://fundacaotelefonicavivo.org.br/wp-content/uploads/pdfs/juventudes-e-conexoes-3edicao-completa.pdf>; e Painel TIC COVID-19 – 3ª Edição: <https://cetic.br/pt/tics/tic-covid-19/painel-covid-19/3-edicao/>.

Conectividade para a educação

Algumas iniciativas emergenciais têm sido feitas:

- no Uruguai, o Plan Ceibal, que já ofertava suporte às escolas com a conectividade interna e desenvolvimento profissional dos professores para uso de tecnologias educativas, fez um acordo com as empresas de telecomunicação remota para que não fossem cobrados dos usuários os dados utilizados nas plataformas educacionais da rede pública;
- nos Estados Unidos, a Education Super Highway, ONG que entre 2014 e 2020 auxiliou as escolas a se cadastrarem nos programas federais de internet a preços acessíveis, está ajudando, em parceria com os serviços provedores de internet, os distritos escolares a identificarem os alunos sem banda larga e conseguirem planos adaptados para famílias de baixa renda;
- no Brasil, o Pará distribuiu chips da Claro com 20 MB/mês para os alunos do terceiro ano do ensino médio das escolas públicas, para se prepararem para o ENEM.

O local de residência também se correlaciona com o desenvolvimento (TAYLOR et al., 2020) e afeta a oferta e a qualidade de serviços de assistência e educação, devido à segregação de populações mais favorecidas e minorias. Diante desses desafios, há diferentes estratégias que podem ser utilizadas. Em alguns lugares, uma saída para esses desafios é levar os programas ou recursos para mais perto dos jovens, seja integralmente ou parcialmente, reduzindo a necessidade de deslocamento. Quando não é possível deslocar as intervenções, pode-se considerar uma reforma no sistema de transporte público que poderia auxiliar nesse aspecto (CHINEN et al., 2017), a oferta de transporte que permita alunos de diferentes regiões frequentarem escolas centrais (KOEDEL et al., 2009) ou mesmo a concessão de benefícios de forma a reduzir os custos.

Raça/etnia/cultura (R)

A falta de reconhecimento dos saberes tradicionais traz às juventudes do campo, principalmente indígenas e quilombolas, mais uma dificuldade para se manter na escola. Baseado em preconceitos, indígenas podem sofrer com menores investimentos instrucionais por parte de professores e serem atribuídos a turmas de baixa exigência (LOWE et al., 2019). Programas e projetos para educação escolar diferenciada que reconheça e valorize a diversidade étnica dos povos indígenas e quilombolas do país precisam ser retomados ou ainda ter suas promoções expandidas, como os ***Territórios Étnicos Educacionais***, aprovados na I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena.[10] Não apenas as populações quilombolas e indígenas devem ter sistemas de ensino que as valorizem, incluindo suas perspectivas comunitárias, mas a garantia de uma equidade de oportunidades para os povos quilombolas e indígenas também requer que o reconhecimento e a valorização de suas culturas atravesse a educação tradicional. Apesar da Lei nº 9.394,[11] de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, afirmar como **obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena** e indicar uma série de medidas para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, ainda há um caminho a ser percorrido de modo a materializar esses direitos.

10 Documento final da I Conferência de Educação Escolar Indígena: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/deliberacoes_coneei.pdf>.

11 Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>.

Educação e povos tradicionais

Enquanto a questão da terra é constante motivo de debate e luta dos povos indígenas e quilombolas no Brasil, obstáculos se apresentam na implementação de diversas políticas públicas específicas, como a de educação. Desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996, estão assegurados às comunidades indígenas direitos como o uso da sua língua materna no ambiente escolar, que deve ser intercultural e bilíngue a fim de promover a reafirmação de suas identidades étnicas, valorização de suas línguas e ciências, bem como recuperação de suas tradições.

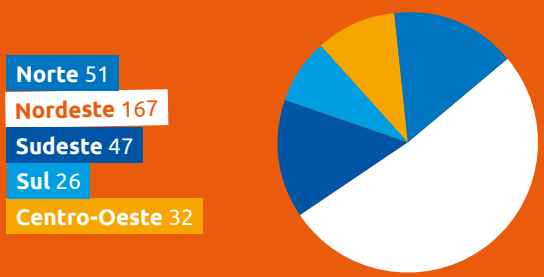
Desde então, outras leis, decretos e portarias vêm ampliando o entendimento e a garantia de direitos aos povos tradicionais em relação à uma educação adequada às suas culturas, línguas e tradições. A Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012,[12] por exemplo, define as diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar quilombola, estabelecendo que as escolas quilombolas são aquelas localizadas em território quilombola e determina que o ensino nesses espaços deverá ser fundamentado na memória coletiva, nas línguas reminiscentes, nos marcos civilizatórios e marcas culturais, acervos e repertórios orais, territorialidade, festejos e tradições e nas tecnologias e formas de produção de trabalho.

Algumas ações buscam garantir uma educação escolar adequada aos povos indígenas e quilombolas, tais como: pedagogia própria; quadro docente composto preferencialmente por pessoas daquela comunidade; materiais didáticos específicos; currículo aberto, flexível e interdisciplinar; projeto político pedagógico que considere especificidades identitárias e gestão democrática com participação das lideranças comunitárias. Quando, nesses territórios, não existem escolas, crianças e adolescentes precisam ser transportados para fora de suas comunidades de origem. Nesses casos, deparam-se com barreiras como distância geográfica, inadequação ou insuficiência de transporte público, distância da realidade cultural, e recebimento de currículo inadequado para esses alunos.[13]

Aqui, alguns dados que ilustram a situação escolar das juventudes indígenas e quilombolas no Brasil:[14]

Em 2019, 985 das 3.375 escolas em terras indígenas utilizaram material pedagógico específico para a educação indígena.

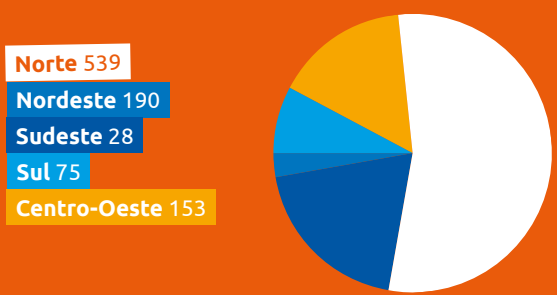
Figura 7 - Distribuição regional das escolas que fazem uso de material pedagógico específico para a educação indígena



FONTE: ANUÁRIO BRASILEIRO DA EDUCAÇÃO BÁSICA, 2020 (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020)

Em 2019, havia 2.554 escolas em áreas remanescentes de quilombos. Dessas, 323 utilizaram materiais pedagógicos para a educação das relações étnico-raciais,

Figura 8 - Distribuição regional das escolas que fazem uso de material pedagógicos para a educação das relações étnico-raciais



FONTE: ANUÁRIO BRASILEIRO DA EDUCAÇÃO BÁSICA, 2020 (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020)

12 Resolução CNE/CEB nº 8: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11963-rceb008-12-pdf&category_slug=novembro-2012-pdf&Itemid=30192>.

14 Anuário Brasileiro da Educação Básica, 2020. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/securepdfs/2020/10/Anuario-Brasileiro-Educacao-Basica-2020-web-outubro.pdf>.

E a figura abaixo apresenta alguns dados acerca do acesso à educação básica para as populações indígenas e quilombolas:

253.117
é o total de matrículas em terras indígenas

São 427
municípios com matrículas em terras indígenas



279
municípios têm projetos voltados para essa população

As matrículas em áreas indígenas estão espalhadas por todo território nacional

273.403
é o total de matrículas em áreas remanescentes de quilombos

São 668
municípios com matrículas em áreas remanescentes de quilombos



484
municípios têm projetos voltados para essa população

Os estados da região Nordeste preservam muitas áreas de quilombos

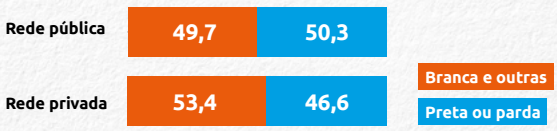
Figura 9 Acesso a educação básica: populações Indígenas e Quilombolas

FONTE: ANUÁRIO BRASILEIRO DA EDUCAÇÃO BÁSICA, 2020 (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020)

Saiba mais:
- Educação escolar indígena.
- Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010.

Nas universidades públicas do Brasil, embora tenha havido o crescimento de 25% de negros e pardos no ensino superior entre 2009 e 2015, apenas 32% das pessoas com ensino superior em 2017 eram negras. Ademais, os cursos mais competitivos, como Direito ou Medicina, apresentam menores proporções de negros (SILVA, 2020). Em 2018, a proporção de jovens negros de 18 a 24 anos que frequentavam ou já haviam concluído o ensino superior era de 18,3%, enquanto para os jovens brancos era de 36,1% (IBGE, 2019). Foi também no ano de 2018 que a população negra passou a ser maioria na rede pública de ensino superior (50,3%). Por outro lado, seguem sub-representados na rede privada (IBGE, 2019). Em 2019, a escolaridade média da população branca de 18 a 29 anos era de 12,3 anos de estudo, enquanto a população negra da mesma faixa etária possui em média 11 anos de estudo (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020).

Figura 10: Distribuição das pessoas que frequentam o ensino superior, segundo a rede de ensino (%)



FONTE: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA – PNAD CONTÍNUA (IBGE, 2020).[15]

A maioria dos estudos sobre ações afirmativas no ensino superior indicam efeitos positivos para ampliação do acesso ao ensino superior para grupos-alvo, e as evidências sugerem que a capacidade de ensino-aprendizagem do ambiente e a prestação de serviços de apoio ao aluno têm forte impacto na persistência e no sucesso deste (CLIFFORD et al., 2013).

Ocupação (O)

Seja durante os anos escolares ou depois deles, apoiar economicamente a família pode ser uma necessidade imediata. Nesses casos, a disponibilidade dos jovens é mais restrita e pode não coincidir com os horários ofertados em programas de formação (CHINEN et al., 2017). Pode ser necessário ofertar os cursos em horários compatíveis com a agenda dos participantes, por exemplo, no horário noturno (CHINEN et al., 2017), ou oferecer formas de apoio financeiro que permitam aos jovens dedicar mais tempo à sua formação sem se engajarem precocemente com o mercado de trabalho.

Jovens rurais e mulheres jovens com filhos são grupos especialmente vulneráveis à interrupção dos estudos em decorrência da necessidade de exercer atividade remunerada.

Parece haver diferença significativa entre estudantes das redes pública e privada, com relação à necessidade de trabalhar ao mesmo tempo em que se faz um curso superior. No caso dos alunos de instituições privadas, 61,8% trabalham concomitantemente aos estudos; e 69% deles têm carteira assinada. Já entre os alunos das instituições públicas, 40,3% trabalham enquanto avançam nos estudos; e, destes, 49,5% têm carteira assinada. Além do percentual de trabalhadores que estuda na rede pública ser menor, esses estudantes ainda trabalham com uma carga horária menor, muitas vezes justificado pelo fato de os cursos serem ofertados em período integral. Enquanto 38,9% dos estudantes de instituições privadas de ensino superior têm uma carga de 31 a 40 horas semanais de trabalho, no caso dos que estudam em instituições públicas este percentual é de 33,1%.[16]

Gênero (G)

Os estereótipos e preconceitos culturais continuam a apresentar barreiras para a participação feminina nas escolas (CLIFFORD et al., 2013), que só podem ser superadas por meio de esforços conjuntos em vários níveis (governo, instituições e famílias). Ser mulher, responsável por filho ou ter cônjuge com filhos, viver em domicílio de baixa renda e ter baixa escolaridade aumentam a chance de estar sem trabalho e sem estudo. O gênero também pode influenciar o efeito de algumas técnicas de ensino (CASTRO-ALONSO et al., 2019), sendo necessário acompanhar o aprendizado de alunos quando estes são expostos a diferentes formas de apresentar o conteúdo instrucional, para evitar disparidades.

15 Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?t=destaques>

16 Notícia: "Mapa do Ensino Superior aponta maioria feminina e branca": <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-05/mapa-do-ensino-superior-aponta-para-maioria-feminina-e-branca>.

Para lidar com essas circunstâncias, o desenho dos programas pode incluir estratégias que apoiem as jovens mulheres. Um tipo de estratégia nesse sentido é a concessão de **bolsas de estudo** ou algum tipo de **subsídio financeiro**, como **vale-transporte**, que permita uma maior dedicação aos programas. Também podem ser oferecidas **instalações de cuidado infantil** ou um subsídio para acessar uma creche, o que poderia inclusive tomar a forma de uma política pública nacional. Para além dessas estratégias, os programas podem ajudar as mulheres a **negociarem a sua participação com suas famílias** e a desenvolverem **habilidades para a vida** que as ajudem a lidar com as normas de gênero prevalentes, incluindo também cuidados reprodutivos e planejamento familiar (CHINEN et al., 2017)**.** Iniciativas comunitárias para aumentar a conscientização dos pais sobre os programas de bolsas de estudo ou o direito das crianças à educação, e para mobilizar comunidades para a educação de meninas, poderiam ajudar na implementação e aceitação dos programas (STAVROPOULOU; GUPTA-ARCHER, 2017).

Em relação às **influências do gênero no ambiente doméstico**, residir com a mãe parece ser um fator que influencia positivamente na alfabetização e no grau de instrução, ao passo que a maior taxa de filhos sem instrução foi encontrada junto aos que residiam só com o pai.[17]

Religião (R)

A Lei nº 9.394,[18] de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, afirma que **o ensino religioso é matéria facultativa e que deve ser assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil**, porém é possível que o currículo dessa disciplina não seja desenhado de forma a dar destaques a todas as religiões, em especial em instituições de ensino que se identificam prioritariamente com determinado credo, fato que pode contribuir para um sentimento de exclusão por alunos que são adeptos de religiões distintas. Como salvaguarda, a mesma legislação indica, em seu artigo 7º, que alunos podem se ausentar de provas e aulas quando os preceitos de suas religiões vedarem a participação, devendo a escola oferecer alternativas.

No Brasil, os **adeptos das religiões de matriz africana**, por exemplo, podem sofrer preconceito e discriminação no ambiente escolar. Similarmente ao que foi discutido para o racismo, entre as estratégias que podem ser adotadas estão a adoção de ações afirmativas e ações de combate ao estigma, com inclusão de perspectivas multiétnicas no currículo escolar.

Educação (E)

No Brasil, há relevantes desigualdades nos índices de aprendizagem entre escolas públicas e privadas. No ensino médio, os resultados da Prova Brasil 2017 apontam para uma diferença de 55 a 70 pontos, respectivamente, nas notas de Português e Matemática, favorecendo escolas privadas.[19]

17 Notícia: "Nível de escolaridade dos pais influencia rendimento dos filhos": <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/11/nivel-de-escolaridade-dos-pais-influencia-rendimento-dos-filhos.html#:~:text=O%20n%C3%ADvel%20de%20escolariza%C3%A7%C3%A3o%20dos,e%20nos%20rendimentos%20dos%20filhos.&text=Foram%20consideradas%20as%20posicionais%20s%C3%B3cio,grau%20de%20escolaridade%20dos%20pais.>

18 Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>.

19 Notícia: "Índices de aprendizagem revelam desigualdade; veja 'ranking' por redes, localização e perfil de alunos": <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2018/08/31/desigualdade-na-educacao-cria-abismo-dentro-e-fora-dos-estados-veja-ranking-por-redes-localizacao-e-perfil-de-alunos.ghtml>.

Juventudes LGBTQIA+ e o ambiente escolar e universitário

A Pesquisa Nacional Sobre o Ambiente Educacional no Brasil (ABGLT, 2016) ouviu adolescentes e jovens de 13 a 21 anos a respeito das principais dificuldades e violências experimentadas no ambiente escolar, apontando que a escola frequentemente não é um lugar acolhedor ou seguro para estudantes LGBTQIA+, prejudicando seu desempenho acadêmico e, não raro, levando-os à evasão escolar:

Agressão / violência

- 73% foram agredidos/as verbalmente por causa de sua orientação sexual;
- 68% foram agredidos/as verbalmente na escola por causa de sua identidade/expressão de gênero;
- 27% dos/das estudantes LGBTQIA+ foram agredidos/as fisicamente por causa de sua orientação sexual;
- 25% foram agredidos/as fisicamente na escola por causa de sua identidade/expressão de gênero;
- 56% dos/das estudantes LGBTQIA+ foram assediados/as sexualmente na escola.

Faltas

Os/as estudantes tinham duas vezes mais probabilidade de ter faltado à escola no último mês se sofreram níveis mais elevados de agressão relacionada à sua orientação sexual (58,9% comparados com 23,7% entre os/as que sofreram menos agressão) ou expressão de gênero (51,9% comparados com 25,5%).

Acolhimento de estudantes LGBTQIA+

- Para 64% dos/das estudantes, não existia nenhuma disposição no regulamento da escola (ou desconheciam a existência) a esse respeito;
- apenas 8,3% dos/das estudantes afirmaram que o regulamento da escola tinha alguma disposição sobre orientação sexual, identidade/expressão de gênero, ou ambas.

Dado que a presença de professores e funcionários nas escolas que oferecem acolhimento parece diminuir o grau de insegurança escolar, foram tecidas as seguintes recomendações de como superar as barreiras:

- os currículos dos cursos de formação inicial de professores/as (graduação) precisam ter conteúdos específicos sobre o respeito à diversidade sexual, com formação continuada para profissionais de educação, para que estejam preparados/as para acolher efetivamente os/as estudantes LGBTQIA+ e agir diante dos problemas que surgem nas escolas.
- materiais pedagógicos baseados em evidências (para professores/as e estudantes) precisam ser elaborados, disponibilizados e utilizados nas escolas para promover o respeito a todos e a todas, sem distinção de qualquer característica pessoal. Isso deve ocorrer de forma transversal, com base na educação em direitos humanos;
- deve haver supervisão regular das práticas de ensino para garantir que os conteúdos curriculares sobre a promoção do respeito à diversidade sexual sejam implementados efetivamente;
- são necessários canais por meio dos quais estudantes LGBTQIA+ possam denunciar discriminação e violência LGBTfóbica, com mecanismos assegurados de seguimento para garantir que esses problemas sejam enfrentados efetivamente;
- precisam ser aprovadas leis contra crimes de ódio e discriminação motivados por orientação sexual e identidade/expressão de gênero;
- o governo precisa destinar recursos financeiros especificamente para pesquisas sobre a comunidade LGBTQIA+, para que haja dados empíricos para sustentar intervenções e políticas públicas;
- campanhas precisam ser veiculadas nos meios de comunicação para sensibilizar sobre os efeitos da discriminação e do ***bullying*** contra estudantes LGBTQIA+.

Quando o assunto é o ingresso no ensino superior, tanto nas instituições de ensino superior públicas como nas privadas, a maior parte dos alunos é proveniente do ensino médio público. No caso do ensino superior privado, 68,5% dos alunos vieram do ensino médio público e 31,5% do privado. Já nas instituições de ensino superior públicas, 60,1% vieram do ensino médio público e 39,9% do ensino médio privado.[20] No entanto, há de se ressaltar que há quatro vezes mais estudantes matriculados nos ensinos fundamental e médio da rede pública do que da rede privada; portanto, estudantes oriundos de escolas privadas estão super-representados no ensino superior.

Além disso, a escolaridade dos pais pode influenciar nos rendimentos escolares dos alunos. Na medida em que cresce a escolaridade dos pais, aumenta a chance de o brasileiro alcançar um nível educacional mais elevado: 69% dos filhos cujos pais terminaram o ensino superior seguiram o mesmo caminho, enquanto entre pais que nunca foram à escola a chance de um brasileiro alcançar um diploma universitário era de apenas 4,6% em 2017. No entanto, 68,9% dos filhos parecem atingir nível superior aos dos pais e apenas 5% inferior.[21]

Status socioeconômico e capital social (SS)

Pesquisas seguem continuamente correlacionando *status* socioeconômico mais baixo a menor desempenho acadêmico e ritmo mais devagar de progresso acadêmico,[22] e o *status* socioeconômico é um importante preditor de desempenho educacional, além de estar relacionado a pior aproveitamento das intervenções escolares (DIETRICHSON et al., 2017). No Brasil, as escolas que possuem mais alunos com condições socioeconômicas desfavoráveis são também as com muito maior dificuldade de alcançar as metas do Ideb (SANTOS et al., 2019).

A renda, um dos componentes do *status* socioeconômico, é um dos preditores para abandono e atraso escolar dos jovens de 15 a 17 anos no Brasil, sendo que o abandono escolar é oito vezes maior entre os jovens de famílias mais pobres (IBGE, 2019).[23] Em outro recorte, observa-se que a classe E representa 44,9% da população brasileira com idade entre 18 e 24 anos e, no entanto, corresponde a apenas 24,7% das pessoas da mesma faixa etária matriculadas no ensino superior.[24]

Para o desenho de programas sociais e a realização de um bom diagnóstico de seus beneficiários é necessária uma perspectiva multidimensional da pobreza que considere os diferenciais de gênero, raça/cor, meio urbano/rural nos usos dos indicadores educacionais como desempenho e proficiência escolar. A pobreza pode atuar como uma barreira para reformas eficazes nos processos decisório participativos nas escolas, sendo que evidências sugerem que a descentralização da tomada de decisões para o nível escolar não tem um efeito positivo sobre as comunidades mais pobres e mais desfavorecidas, assim como em comunidades com alto nível de analfabetismo e baixos níveis de instrução (CARR-HILL et al., 2015).

20 Notícia: "Mapa do Ensino Superior aponta maioria feminina e branca": <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-05/mapa-do-ensino-superior-aponta-para-maioria-feminina-e-branca>.
21 Notícia: "Escolarização dos pais é decisiva no nível educacional dos filhos, diz IBGE": <https://educacao.uol.com.br/noticias/2017/12/15/so-46-dos-filhos-de-pais-sem-ensino-fundamental-tem-diploma-no-brasil.htm>.
22 Facsheet - Education & Socioeconomic Status: <https://www.apa.org/pi/ses/resources/publications/factsheet-education.pdf>.
23 Notícia: "Abandono escolar é oito vezes maior entre jovens de famílias mais pobres". <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25883-abandono-escolar-e-oito-vezes-maior-entre-jovens-de-familias-mais-pobres>.
24 Notícia: "Mapa do Ensino Superior aponta maioria feminina e branca": <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-05/mapa-do-ensino-superior-aponta-para-maioria-feminina-e-branca>.

Interseccionalidades

Ainda são limitadas as pesquisas que englobam múltiplas vulnerabilidades, como as de gênero, raça e as de pessoas com deficiências, para a educação.

É especialmente desafiador pensar em programas que garantam as transições do ensino fundamental para o médio e deste para o ensino superior.

No entanto, alguns aprendizados sobre barreiras e facilitadores foram relatados (THOMA; AGRAN; SCOTT, 2016):

- jovens com origens culturais, linguísticas ou econômicas diversas das juventudes brancas parecem enfrentar maiores barreiras para a transição educacional;
- jovens parecem preferir mentores com características similares às suas;
- familiares de jovens com deficiências negros preferem apoiá-los no ambiente doméstico em vez do escolar e dão ênfase ao ensino de valores culturais e familiares, ao passo que profissionais das escolas não parecem priorizar esse tópico. Tais diferenças culturais entre familiares, jovens e profissionais podem representar barreiras ao engajamento;
- também são barreiras percebidas pelos familiares: desequilíbrios de poder; fatores psicológicos/atitudinais; logística; falta de informação e comunicação; barreiras contextuais e outros fatores culturais;
- são úteis a oferta de informação e a flexibilização de horários para favorecer a participação em atividades de planejamento das transições educacionais; a definição de metas claras, culturalmente sensíveis e compartilhadas; o fortalecimento de uma rede de serviços e profissionais que possa apoiar esses jovens; o favorecimento de processos de autodeterminação por parte dos jovens, em especial aqueles com deficiências.

Jovens de minorias e de baixo *status* socioeconômico têm maior probabilidade de estar dentro do grupo dos que não trabalham nem estudam no Brasil. Em testes socioemocionais, esses jovens acreditavam menos que poderiam controlar os eventos de sua vida e tinham menor autoestima (COSTA et al., 2019). Alunos de alto potencial de origens de baixa renda não raro enfrentam mais barreiras para o sucesso educacional e o sucesso na faculdade em comparação com seus colegas de renda mais alta. Programas de verão, cursos avançados, ajuda financeira, informações sobre a faculdade e programas que fornecem suporte durante todo o ano podem fornecer suporte no acesso à faculdade, persistência e obtenção de diplomas e ajuda com suportes não cognitivos, como apoio de colegas (RENBARGER; LONG, 2019).

Escolas localizadas em bairros de situação socioeconômica mais pobre parecem apresentar melhores resultados para programas de desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como as intervenções de resolução de problemas e conflitos baseadas em processamento de informações sociais (WILSON; LIPSEY, 2006). Além disso, jovens com dificuldades comportamentais, emocionais e sociais percebem diversas barreiras relacionadas às suas trajetórias escolares, sejam relacionadas aos "rótulos" que recebem por parte dos professores e o relacionamento difícil com estes, sejam dificuldades relacionadas à inflexibilidade dos currículos, aos baixos níveis de conscientização sobre seus comportamentos e à falta de um senso de pertencimento ao ambiente escolar (COSMA; SONI, 2019). Trabalhar com foco em tais dimensões parece favorecer a inclusão e o progresso escolar desses jovens.

O sucesso (ou fracasso) escolar de um estudante parece ter mais a ver com seu estilo de aprendizagem preferido, ritmo de aprendizagem e sua "capacidade" de se adaptar às exigências do contexto em que foi colocado do que sua "capacidade" ou esforço. Assim, agrupar estudantes em turmas ou grupos de baixa "capacidade" é um problema muito real com efeitos deletérios potencialmente severos a longo prazo, incluindo níveis baixos de aprovação em exames e um currículo com pouca ou nenhuma credibilidade nos mercados de trabalho e de instituições de ensino superior. Muitos alunos podem estar com desempenho abaixo do

esperado nas escolas não por falta de "capacidade" em si, mas porque seu potencial de realização é definido por sistemas de julgamento que não incluem diversas habilidades, estabelecem colocações que carecem de confiabilidade e eficácia e não promovem mobilidade ascendente. Coletivamente, essas características servem para excluir explicitamente muitos estudantes do acesso às oportunidades de aprendizagem e qualificações superiores (WILKINSON; PENNEY, 2014).

Apesar de o direito à educação constar tanto no ***Estatuto da Criança e do Adolescente*** (Art. 53) (BRASIL, 1990) quanto no ***Estatuto da Juventude*** (Art. 7º) (BRASIL, 2013), **dados indicam uma baixa escolaridade tanto dos jovens em cumprimento de medida socioeducativa quanto dos inseridos no sistema carcerário**. Ações para dar conta desse direito no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo variam de acordo com a modalidade da medida: nos casos de internação, as diretrizes do SINASE (BRASIL, 2006) orientam para a necessidade de oferecimento escolar dentro das unidades, enquanto nas modalidades de meio aberto e na semiliberdade, o adolescente deve ser inserido em escolas públicas próximas à sua residência.

O relatório ***Panorama Nacional: a execução das medidas socioeducativas de internação – Programa Justiça Jovem*** (BRASIL, 2012) mostrou que **57% dos jovens não frequentavam a escola antes de entrar na unidade e 8% se declaravam analfabetos**. De acordo com dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2014, a taxa de distorção idade-série nos anos iniciais do ensino fundamental naquele ano foi 4,7 vezes maior nas escolas situadas dentro das unidades de internação, se comparada com os dados relativos às demais escolas no país. Esses dados sugerem que a correção dessa distorção deve ser uma das prioridades educacionais no atendimento socioeducativo.

A obrigatoriedade de oferecimento de escolarização para adolescentes em regime de internação é a principal ação prevista no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo para a efetivação do direito à educação. Essa obrigatoriedade é presente, também, nos regimes de internação provisória, ou seja, mesmo que a duração máxima seja de 45 dias, a frequência escolar deve ser garantida.

Um dos principais desafios, nesse sentido, é o de garantir que o acesso à educação se mantenha após a conclusão da medida, ou mesmo durante a execução das medidas de meio aberto. Devido ao estigma social de ter passado pelo cumprimento de medidas socioeducativas, jovens encontram dificuldade em conseguir vagas nas escolas próximas às suas residências – mesmo depois de já estarem em liberdade, ou quando em cumprimento de medidas em meio aberto. (KOERICH; VIDAL, 2019).

Em um momento em que a educação dos jovens tem sido expressivamente prejudicada pelas consequências da pandemia, dedicar atenção a esse campo não é apenas importante, mas urgente. Qualquer sociedade que espera ter um futuro próspero precisa cuidar diligentemente da educação da sua juventude.

Recomendações das Conferências de Juventude para a Educação

Como preparação para a IV Conferência, é essencial retomar recomendações passadas elaboradas por jovens:

I Conferência (2008)

- Destinar parte da verba da educação no ensino básico para o modelo integral e pedagógico dos CIEPs (centros integrados de educação pública);
- ampliação do investimento em educação para 10% do PIB;
- 14% dos recursos destinados às universidades federais deveriam ser destinados exclusivamente à assistência estudantil, por meio da criação de uma rubrica específica;
- ampliação dos recursos em assistência estudantil para estudantes do PROUNI e para estudantes de baixa renda de universidades privadas;
- expansão e interiorização das universidades públicas (municipais, estaduais e federais) considerando a realidade regional, visando às demandas das comunidades do campo e tradicionais, tendo em vista a ampliação e a oferta de cursos noturnos diversificados, bem como a implementação de política de assistência estudantil (DRU, bolsa permanência, transporte e moradia estudantil).

II Conferência (2010)

- Consolidar as políticas de educação inclusiva, por meio da garantia da implementação das Leis nº 11.645/08 e 10.639/03, das Diretrizes Operacionais da Educação no/do campo em todos os estados, municípios e o Distrito Federal, bem como a garantia de oferta de Atendimento Educacional Especializado (AEE), complementar à escolarização dos jovens com deficiência e público-alvo da educação especial;
- ampliação e qualificação da oferta de alfabetização e educação de jovens e adultos, inclusive nas instituições de privação de liberdade, articulando os programas de alfabetização com as diferentes ofertas de EJA, como o Projovem e o Proeja, com metodologias, propostas pedagógicas e materiais didáticos e literários adequados;
- garantia da reforma curricular do ensino médio e fundamental, com a inclusão do ensino bilíngue de Libras e Língua Portuguesa para estudantes surdos, Braille, Filosofia, Sociologia e Política, aprovando o plano de reestruturação das escolas públicas;
- ampliação e interiorização da oferta de vagas públicas no ensino público superior, priorizando a interiorização, de forma que, em 2020, as vagas ofertadas sejam majoritariamente públicas, incluindo políticas de ações afirmativas;
- políticas que garantam infraestrutura e condições adequadas para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa na graduação e na pós-graduação e da extensão universitária, valorizando as especificidades de cada região, como também o acesso e a permanência nessas instituições por jovens de baixa renda, povos tradicionais, ribeirinhos, do campo, negros/negras, indígenas e jovens com deficiência, sobretudo aqueles oriundos de escolas públicas de educação básica;
- criar um programa de assistência estudantil obrigatório a todas as universidades brasileiras que atendam aos programas de inclusão, estabelecendo 2% do orçamento do MEC para a assistência;
- extinção do exame vestibular como forma de acesso ao ensino superior.

III Conferência (2015)

- Reformulação do ensino básico e médio desde a matriz curricular à formação dos professores, democratizando e humanizando as escolas, incluindo debates como: gênero, igualdade, justiça social e liberdade; ampliando a carga horária de disciplinas como: Filosofia, Sociologia e História;
- incorporar nas grades curriculares das escolas públicas e privadas conteúdos e temáticas que são vivenciados no dia a dia por jovens da sociedade brasileira;
- garantir o financiamento público para a manutenção e ampliação das escolas para famílias agrícolas, possibilitando ofertar Pronatec – campo, trabalhando a pedagogia da alternância, nas esferas estadual e federal;
- implementação de uma política de assistência estudantil que garanta bolsa de permanência e transporte escolar para seus estudantes;
- reformar a grade curricular, material didático e estrutura física de instituições de ensino fundamental e médio que estejam dentro ou próximas de territórios de povos e comunidades tradicionais e comunidades rurais, garantindo que tal reforma seja feita em conjunto com a comunidade, atendendo às prerrogativas da educação do campo;
- efetivar as políticas públicas da educação das relações étnico-raciais, com base nas Leis nº 10.639 e 11.645, as relações de gênero e demais diversidades, com o caráter de fortalecer as diretrizes curriculares nacionais para o fomento à cultura da política e da cidadania;
- regulamentação e real implementação dos 10% do PIB para a educação, com a destinação de 50% do Fundo Social e 75% dos ***royalties*** do petróleo para a garantir a efetivação do Plano Nacional de Educação e do financiamento nele expresso a fim de elevar a qualidade social da educação em todos os níveis, etapas e modalidades.
- Garantir a ampliação do ensino superior com o aumento de vagas (novas universidade, novos ***campi***, PROUNI, FIES) e da abrangência contemplando área rural, comunidades tradicionais e o interior, com ampliação das cotas sociais e raciais e a garantia de realização do ENEM em todos os municípios;
- criar política nacional de assistência estudantil ao jovem, incluindo os beneficiários do PROUNI e FIES, com implementação de moradias, restaurantes, creches e atendimento a todas as necessidades das pessoas com deficiência.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ABGLT). ***Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015:*** as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016. Disponível em: <https://static.congressoemfoco.uol.com.br/2016/08/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

ACCARDO, A. L. et al. Writing interventions for individuals with autism spectrum disorder: a research synthesis. ***Journal of Autism and Developmental Disorders***, v. 50, n. 6, p. 1988-2006, 2020. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10803-019-03955-9>. Acesso em: 5 dez. 2020.

AGÊNCIA BRASIL. ***Mapa do Ensino Superior aponta maioria feminina e branca***. Brasília: EBC, 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-05/mapa-do-ensino-superior-aponta-para-maioria-feminina-e-branca>. Acesso em: 5 dez. 2020.

ALBARRAN, S. A.; SANDBANK, M. P. Teaching non-target information to children with disabilities: an examination of instructive feedback literature. ***Journal of Behavioral Education***, v. 28, n. 1, p. 107-140, 2019. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10864-018-9301-3>. Acesso em: 5 dez. 2020.

ALEGRE-ANSUATEGUI, F. J. et al. Peer tutoring and academic achievement in mathematics: a meta-analysis. ***EURASIA Journal of Mathematics, Science and Technology Education***, v. 14, n. 1, 2017. Disponível em: <https://www.ejmste.com/download/peer-tutoring--and-academic-achievement-in-mathematics-a--meta-analysis-5265.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

ANIL, Ö.; BATDI, V.; KÜÇÜKÖZER, H. The effect of computer-supported education on student attitudes: a meta-analytical comparison for the period 2005-2015. ***Educational Sciences: Theory and Practice***, v. 18, n. 1, p. 5-22, 2018. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=EJ1179939>. Acesso em: 5 dez. 2020.

APANASIONOK, M. M. et al. Teaching science skills and knowledge to students with developmental disabilities: a systematic review. ***Journal of Research in Science Teaching***, v. 56, n. 7, p. 847-880, 2019. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/tea.21531>. Acesso em: 5 dez. 2020.

ASSIM, S. et al. ***Improving education outcomes in south Asia:*** findings from a decade of impact evaluations. Policy Research Working Paper – 7632. World Bank Group: Social Protection and Labor Global Practice Group, 2015. Disponível em: <http://documents1.worldbank.org/curated/en/254411468188375892/pdf/WPS7362.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

ASLAM, M. et al. ***Reforms to increase teacher effectiveness in developing countries***: systematic review protocol. London: EPPI-Centre, 2016. Disponível em: <https://eppi.ioe.ac.uk/cms/Portals/0/PDF%20reviews%20and%20summaries/Teacher%20effectiveness%202014%20Aslam%20protocol.pdf?-ver=2014-12-17-140214-267>. Acesso em: 5 dez. 2020.

BAILEY, T. et al. ***Strategies for postsecondary students in developmental education***: a practice guide for college and university administrators, advisors, and faculty. Washington, D. C: Institute of Education Sciences, What Works Clearinghouse, 2016. Disponível em: <https://ies.ed.gov/ncee/wwc/Docs/PracticeGuide/wwc_dev_ed_112916.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

BAIRD, S. et al. Relative effectiveness of conditional and unconditional cash transfers for schooling outcomes in developing countries: a systematic review. ***Campbell Systematic Reviews***, v. 9, n. 1, p. 1-124, 2013. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.4073/csr.2013.8>. Acesso em: 5 dez.

BARNETT, J. H.; FRANKEL, A. J; FISHER, K. W. Systematic review of evidence-based interventions in science for students with autism spectrum disorders. ***Education and Training in Autism and Developmental Disabilities***, v. 53, n. 2, p. 128-145, 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/325131339_Systematic_Review_of_Evidence-based_Interventions_in_Science_for_Students_with_Autism_Spectrum_Disorders>. Acesso em: 5 dez. 2020.

BERNARD, R. M. et al. Twenty-first century adaptive teaching and individualized learning operationalized as specific blends of student-centered instructional events: a systematic review and meta-analysis. ***Campbell Systematic Reviews***, v. 15, n. 1-2, jun. 2019. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/cl2.1017>. Acesso em: 5 dez. 2020.

BEYER, L. N. ***Social and emotional learning and traditionally underserved populations***. Washington, D, C.: American Youth Policy Forum, 2017. Disponível em: <https://www.aypf.org/wp-content/uploads/2017/10/SEL-Special-Populations_Final.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

BOWMAN, J. A. et al. Effective mathematics instruction for students with moderate and severe disabilities: a review of the literature. ***Focus on Autism and Other Developmental Disabilities***, v. 34, n. 4, p. 195-204, 2019. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1088357619827932>. Acesso em: 5 dez. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. ***Panorama Nacional***: a execução das medidas socioeducativas de internação – Programa Justiça ao Jovem. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2011/02/panorama_nacional_doj_web.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020. Acesso em: 5 dez. 2020.Acesso em: 5 dez. 2020.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. *Diário Oficial da União***, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 5 dez. 2020.

_____. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Estatuto da Juventude. Brasília: ***Diário Oficial da União***, Brasília, DF, 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm>. Acesso em: 5 dez. 2020.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. ***Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo (SINASE)***. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/sinase.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

CARR-HILL, R. et al. ***The effects of school-based decision making on educational outcomes in low and middle income contexts***: a systematic review. London: 3ie, 2015. Disponível em: <https://www.3ieimpact.org/sites/default/files/2019-01/sr21-qa-decentralisation-review.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

CASTRO-ALONSO, J. C. et al. Gender imbalance in instructional dynamic versus static visualizations: a meta-analysis. ***Educational Psychology Review***, v. 31, n. 2, p. 361-387, 2019. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10648-019-09469-1>. Acesso em: 5 dez. 2020.

CHEN, C.-H.; YANG, Y.-C. Revisiting the effects of project-based learning on students' academic achievement: A meta-analysis investigating moderators. ***Educational Research Review***, v. 26, p. 71-81, 2019. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1747938X19300211>. Acesso em: 5 dez. 2020.

CHEN, J. et al. A meta-analysis examining the moderating effects of educational level and subject area on CSCL effectiveness. ***Knowledge Management & E-Learning***: An International Journal, p. 409-427, 2019. Disponível em: <https://www.kmel-journal.org/ojs/index.php/online-publication/article/view/423>. Acesso em: 5 dez. 2020.

CHENG, L.; RITZHAUPT, A. D.; ANTONENKO, P. Effects of the flipped classroom instructional strategy on students' learning outcomes: a meta-analysis. ***Educational Technology Research and Development***, v. 67, n. 4, p. 793-824, 2019. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11423-018-9633-7#:~:text=The%20flipped%20classroom%20instructional%20strategy%20is%20thought%20to%20be%20a,to%20improve%20student%20learning%20outcomes.&text=001%3B%20with%20a%2095%25%20confidence,the%20flipped%20classroom%20instructional%20strategy>. Acesso em: 5 dez. 2020.

CHEUNG, A. C. K.; SLAVIS, R. E. ***The effectiveness of educational technology applications for enhancing reading achievement in k-12 classrooms:*** a meta-analysis. Johns Hopkins University, 2012. Disponível em: <http://www.bestevidence.org/word/tech_read_April_25_2012.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

CHINEN, M. et al. Vocational and business training to improve women's labour market outcomes in low- and middle-income countries: a systematic review. ***Campbell Systematic Reviews***, v. 13, n. 1, p. 1-195, 2017. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.4073/csr.2017.16>. Acesso em: 5 dez. 2020.

CHIȘ, A. ***School-based interventions for developing emotional abilities in adolescents: a systematic review.*** In: ERD 2018 – EDUCATION, REFLECTION, DEVELOPMENT, SIXTH EDITION. 2019. Disponível em: <https://www.futureacademy.org.uk/files/images/upload/ERD2018F052.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

CHRISTENSEN, G.; LARSEN, M. S. ***Evidence on guidance and counseling***. Copenhagen: Danish Clearinghouse for Educational Research, 2011. Disponível em: <https://www.dpu.dk/fileadmin/www.dpu.dk/aboutdpu/clearinghouse/UK_viden_om_vejledning.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

CIOCANEL, O., et al. Effectiveness of positive youth development interventions: a meta-analysis of randomized controlled trials. ***Journal of Youth and Adolescence***, v. 46, n. 3, p. 483-504, 2017. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27518860/>. Acesso em: 5 dez. 2020.

CLIFFORD, M. et al. ***How effective are different approaches to higher education provision in increasing access, quality and completion for students in developing countries? Does this differ by gender of students? A systematic review***. EPPI-Centre: RAND Corporation, 2013. Disponível em: <https://eppi.ioe.ac.uk/cms/Portals/0/PDF%20reviews%20and%20summaries/HE%20Provision%202013%20Clifford%20report.pdf?ver=2013-09-05-114934-693>. Acesso em: 5 dez. 2020.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL (CODEPLAN). ***Evasão escolar no DF:*** uma análise de alternativas possíveis. Brasília: CODEPLAN, 2020. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Evas%C3%A3o-escolar-no-DF-uma-an%C3%A1lise-de-alternativas-poss%C3%ADveis.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

CONSELHO NACIONAL DA JUVENTUDE (CONJUVE). ***Juventudes e a pandemia do coronavírus***, 2020. Disponível em: <https://4fa1d1bc-0675-4684-8ee9-031db9be0aab.filesusr.com/ugd/f0d618_41b201dbab994b44b00aabca41f971bb.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

CONN, K. M. ***Identifying effective education interventions in sub-saharan Africa:*** a meta-analysis of rigorous impact evaluations. 2014. 183 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Graduate School of Arts and Sciences, Columbia University, New York, 2014. Disponível em: <https://academiccommons.columbia.edu/doi/10.7916/D898854G>. Acesso em: 5 dez. 2020.

COSMA, P.; SONI, A. A systematic literature review exploring the factors identified by children and young people with behavioural, emotional and social difficulties as influential on their experiences of education. ***Emotional and Behavioural Difficulties***, v. 24, n. 4, p. 421-435, 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13632752.2019.1633738?journalCode=rebd20>. Acesso em: 5 dez. 2020.

COSTA, J. et al. Juventudes e habilidades socioemocionais: contribuição para entender os jovens sem estudo e sem trabalho. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. ***Mercado de trabalho***: conjuntura e análise, n. 66. Brasília: Ipea, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/190821_bmt_66.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

CRUZ, T.; CUCONATO, G.; SÁ, E. Escola de tempo integral. Relatório de política educacional. ***d3e***, 2018. Disponível em: <https://d3e.com.br/wp-content/uploads/2018/12/D3e_Tempo_Integral_vOnline.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

DABBAGH, N. et al. ***Using technology to support postsecondary student learning:*** a practice guide for college and university administrators, advisors, and faculty. Washington, D. C.: Institute of Education Sciences, What Works Clearinghouse. (WWC 20090001) Washington, D. C.: National Center for Education Evaluation and Regional Assistance (NCEE); Institute of Education Sciences; U. S. Department of Education, 2019. Disponível em: <https://ies.ed.gov/ncee/wwc/Docs/PracticeGuide/wwc-using-tech-postsecondary.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

DE VOS, J. F. et al. A meta-analysis and meta-regression of incidental second language word learning from spoken input: meta-analysis: incidental L2 spoken word learning**.** ***Language Learning***, v. 68, n. 4, p. 906-941, 2018. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/lang.12296>. Acesso em: 5 dez. 2020.

DIETRICHSON, J. et al. Academic interventions for elementary and middle school students with low socioeconomic status: a systematic review and meta-analysis. ***Review of Educational Research***, v. 87, n. 2, p. 243-282, 2017. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.3102/0034654316687036>. Acesso em: 5 dez. 2020.

DIETRICHSON, J. et al. Targeted school-based interventions for improving reading and mathematics for students with, or at risk of, academic difficulties in Grades 7-12: a systematic review. ***Campbell Systematic Reviews***, v. 16, n. 2, p. e1081, 2020. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/cl2.1081>. Acesso em: 5 dez. 2020.

DUEKER, S.A. ***Teaching a learning strategy for computational mathematics to students with moderate to profound intellectual disabilities using video prompting***. 2018. 173 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Graduate School of The Ohio State University, Ohio State University, 2018. Disponível em: <https://etd.ohiolink.edu/apexprod/rws_olink/r/1501/10?p10_accession_num=osu1523452761926852>. Acesso em: 5 dez. 2020.

DURLAK, J. A.; WEISSBERG, R. P.; PACHAN, M. A meta-analysis of after-school programs that seek to promote personal and social skills in children and adolescents. ***American Journal of Community Psychology***, v. 45, n. 3-4, p. 294-309, jun. 2010. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/20300825/>. Acesso em: 5 dez. 2020.

DYNARSKI, M.; CLARKE, L.; COBB, B.; FINN, J.; RUMBERGER, R.; SMINK, J. ***Dropout Prevention:*** a practice guide (NCEE 2008-4025). Washington, D. C.: National Center for Education Evaluation and Regional Assistance; Institute of Education Sciences; U.S. Department of Education, 2008. Disponível em: <https://ies.ed.gov/ncee/wwc/Docs/PracticeGuide/dp_pg_090308.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

FILGES, T.; SONNE- SCHMIDT, C. S.; NIELSEN, B. C. V. Small class sizes for improving student achievement in primary and secondary schools: a systematic review. ***Campbell Systematic Reviews***, v. 14, n. 1, p. 1-107, 2018. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.4073/csr.2018.10>. Acesso em: 5 dez. 2020.

FITZPATRICK, D.; BURNS, J. Single-track year-round education for improving academic achievement in U.S. K-12 schools: Results of a meta-analysis. ***Campbell Systematic Reviews***, v. 15, n. 3, 2019. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/cl2.1053>. Acesso em: 5 dez. 2020.

FREEMAN, J. et al. Research-supported practices for improving attendance in high schools: a review of the literature. ***Educational Research and Evaluation***, v. 24, n. 8, p. 481-503, 17 nov. 2018. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13803611.2019.1602546?journalCode=nere20>. Acesso em: 5 dez. 2020.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). ***CONVID – Pesquisa de comportamentos***. Fundação Oswaldo Cruz, Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade Estadual de Campinas, 2020. Disponível em: <https://convid.fiocruz.br/>. Acesso em: 5 dez. 2020.

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO (FRM). ***JET – Plataforma Juventude, Educação e Trabalho***. Fundação Roberto Marinho, 2020. Disponível em: <https://pjet.frm.org.br/>. Acesso em: 5 dez. 2020.

GANIMIAN, A. J.; MURNANE, R. J. Improving education in developing countries: lessons from rigorous impact evaluations. ***Review of Educational Research***, v. 86, n. 3, p. 719-755, 2016. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.3102/0034654315627499>. Acesso em: 5 dez. 2020.

GARZÓN, J.; ACEVEDO, J. Meta-analysis of the impact of augmented reality on students' learning gains. ***Educational Research Review***, v. 27, p. 244-260, 2019. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1747938X18301805>. Acesso em: 5 dez. 2020.

GARZÓN, J.; PAVÓN, J.; BALDIRIS, S. Systematic review and meta-analysis of augmented reality in educational settings. ***Virtual Reality***, v. 23, n. 4, p. 447-459, 2019. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10055-019-00379-9>. Acesso em: 5 dez. 2020.

GLOBO. ***A nova realidade da educação***. 2020. Disponível em: <https://gente.globo.com/a-nova-realidade-da-educacao/>. Acesso em: 5 dez. 2020.

GOO, M.; MAURER, A. L.; WEHMEYER, M. L. Systematic review of using portable smart devices to teach functional skills to students with intellectual disability. ***Education and training in autism and developmental disabilities***, v. 54, n. 1, p. 57-68, 2019. Disponível em: <http://www.daddcec.com/uploads/2/5/2/0/2520220/etadd_march_54_1_2019.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

GRAHAM, S. et al. Effectiveness of literacy programs balancing reading and writing instruction: a meta-analysis. ***Reading Research Quarterly***, v. 53, n. 3, p. 279-304, 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/318130839_Effectiveness_of_Literacy_Programs_Balancing_Reading_and_Writing_Instruction_A_Meta-Analysis>. Acesso em: 5 dez. 2020.

GRAHAM, S.; KIUHARA, S. A.; MACKAY, M. The effects of writing on learning in science, social studies, and mathematics: a meta-analysis. ***Review of Educational Research***, v. 90, n. 2, p. 179-226, 2020. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.3102/0034654320914744#:~:text=As%20predicted%2C%20writing%20about%20content,middle%2C%20and%20high%20school%20students>. Acesso em: 5 dez. 2020.

HIGGINS, S.; KATSIPATAKI, M. Evidence from meta-analysis about parental involvement in education which supports their children's learning. ***Journal of children's services***, v. 10, n. 3, p. 280-290, 2015. Disponível em: <https://dro.dur.ac.uk/15675/1/15675.pdf?DDD45+DDD29+djgw82+dul4eg>. Acesso em: 5 dez. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. ***Estudos e pesquisas***: informação demográfica e socioeconômica, n. 41, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). ***Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)***. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9173-pesquisa-

-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?t=destaques>. Acesso em: 5 dez. 2020.

_____. ***Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Covid (PNAD-COVID).*** Rio de Janeiro: IBGE, 2020b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/27946-divulgacao-semanal-pnadcovid1.html?=&t=downloads>. Acesso em: 5 dez. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS (INEP). ***Censo da educação superior 2019.*** Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Apresentacao_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf>.

INSTITUTE OF EDUCATION SCIENCES (IES). Summer bridge programs. ***WWC Intervention Report***. U. S. Departament of Education, 2016. Disponível em: <https://ies.ed.gov/ncee/wwc/Docs/InterventionReports/wwc_summerbridge_071916.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

JANG, D.-H.; YI, P.; SHIN, I.-S. Examining the effectiveness of digital textbook use on students' learning outcomes in South Korea: a meta-analysis. ***The Asia-Pacific Education Researcher***, v. 25, n. 1, p. 57-68, 2016. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s40299-015-0232-7#:~:text=This%20meta%2Danalysis%20examines%20the,learning%20outcomes%20in%20South%20Korea.&text=The%20overall%20results%20with%20subgroup,than%20the%20effects%20on%20achievement>. Acesso em: 5 dez. 2020.

JEYNES, W. H. A Meta-analysis on the relationship between character education and student achievement and behavioral outcomes. ***Education and Urban Society***, v. 51, n. 1, p. 33-71, jan. 2019. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0013124517747681>. Acesso em: 5 dez. 2020.

JINDAL-SNAPE, D. et al. Impact of arts participation on children's achievement: a systematic literature review. ***Thinking Skills and Creativity***, v. 29, p. 59-70, 2018. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1871187117303504>. Acesso em: 5 dez. 2020.

JUNG, P.-G. et al. Effects of data-based individualization for students with intensive learning needs: a meta-analysis: effects of data-based individualization. ***Learning Disabilities Research & Practice***, v. 33, n. 3, p. 144-155, 2018. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/ldrp.12172>. Acesso em: 5 dez. 2020.

KINGDON, K.; ASLAM, M.; RAWAL, S.; DAS, S. ***Are contract teachers and para-teachers a cost-effective intervention to address teacher shortage and improve learning outcomes?*** London: EPPI-Centre, 2013. Disponível em: <https://assets.publishing.service.gov.uk/media/57a08a1fe5274a27b200042d/Parateachers2013Kingdon.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

KNOWLES, C.; MENG, P.; MACHALICEK, W. Task sequencing for students with emotional and behavioral disorders: a systematic review. ***Behavior Modification***, v. 39, n. 1, p. 136-166, 2015. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25469003/>. Acesso em: 5 dez. 2020.

KOEDEL, C. et al. the integrating and segregating effects of school choice. ***Peabody Journal of Education***, v. 84, n. 2, p. 110-129, 2009. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01619560902810096>. Acesso em: 5 dez. 2020.

KOENKA, A. C. et al. A meta-analysis on the impact of grades and comments on academic motivation and achievement: a case for written feedback. ***Educational Psychology***, p. 1-22, 9 nov. 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01443410.2019.1659939>. Acesso em: 5 dez. 2020.

KOERICH, B. R.; VIDAL, A. da S. Portas fechadas no meio aberto: educação de jovens com restrição de liberdade. ***Reflexão e Ação***, Santa Cruz do Sul, v. 27, n. 2, p. 77-94, 2019. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/12628>. Acesso em: 5 dez. 2020. Acesso em: 5 dez. 2020.

KRISTJANSSON, B. et al. School feeding for improving the physical and psychosocial health of disadvantaged students. ***Campbell Systematic Reviews***, v. 2, n. 1, p. 1-189, 2006. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.4073/csr.2006.14>. Acesso em: 5 dez. 2020.

KÜÇÜK AVCI, Ş.; ÇAKIR, A. N.; İSTANBULLU, A. The effect of three dimensional virtual environments and augmented reality applications on the learning achievement: a meta-analysis study. ***TED EĞİTİM VE BİLİM***, 2019. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/da4e/d3e0624dc64787646b2cf19e54feaff0a830.pdf?_ga=2.19817851.2106856254.1605293311-856491956.1605293311>. Acesso em: 5 dez. 2020.

KUDER, S. J. Vocabulary instruction for secondary students with reading disabilities: an updated research review. ***Learning Disability Quarterly***, v. 40, n. 3, p. 155-164, 2017. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0731948717690113>. Acesso em: 5 dez. 2020.

KUNTZ, E. M.; CARTER, E. W. Review of interventions supporting secondary students with intellectual disability in general education classes. ***Research and Practice for Persons with Severe Disabilities***, v. 44, n. 2, p. 103-121, 2019. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1540796919847483?-journalCode=rpsd>. Acesso em: 5 dez. 2020.

LANGER, L. ***Rethinking mobile learning for development:*** using the capability approach and a mixed-methods systematic review to conceptualise the application of mobile technologies as an educational tool in low- and middle-income countries. 2017. 382 f. Tese (Doutorado em Filosofia). University College London, Londres, 2017. Disponível em: <https://discovery.ucl.ac.uk/id/eprint/10046128/1/LLanger_ML4D_PhD%20Thesis_revised%20_final_e-thesis.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

LEUNG, K.C. An updated meta-analysis on the effect of peer tutoring on tutors' achievement. ***School Psychology International***, v. 40, n. 2, p. 200-214, 2019. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0143034318808832>. Acesso em: 5 dez. 2020. Acesso em: 5 dez. 2020.

LI, H. et al. Does peer assessment promote student learning? A meta-analysis. ***Assessment & Evaluation in Higher Education***, v. 45, n. 2, p. 193-211, 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/02602938.2019.1620679#:~:text=A%20meta%2Danalysis,-Full%20Article&text=In%20recent%20years%2C%20there%20has,-the%20results%20reported%20are%20mixed>. Acesso em: 5 dez. 2020.

LIEBOWITZ, D. D.; PORTER, L. The effect of principal behaviors on student, teacher, and school outcomes: a systematic review and meta-analysis of the empirical literature. ***Review of Educational Research,*** v. 89, n. 5, p. 785-827, 2019. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.3102/0034654319866133#:~:-text=Several%20well%2Didentified%20studies%20suggest,effects%20on%20student%20learning%20outcomes.&text=Dhuey%20and%20Smith%20(2014)%20estimate,increases%20in%20student%20achievement%20gains>. Acesso em: 5 dez. 2020.

LIN, J.-J.; LIN, H. Mobile-assisted ESL/EFL vocabulary learning: a systematic review and meta-analysis. ***Computer Assisted Language Learning***, v. 32, n. 8, p. 878-919, 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09588221.2018.1541359?journalCode=ncal20>. Acesso em: 5 dez. 2020.

LOWE, H. et al. Vocabulary intervention for adolescents with language disorder: a systematic review. ***International Journal of Language & Communica-***

tion Disorders, v. 53, n. 2, p. 199–217, 2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29159971/>. Acesso em: 5 dez. 2020.

LOWE, K. et al. Factors affecting the development of school and Indigenous community engagement: a systematic review. ***The Australian Educational Researcher***, v. 46, n. 2, p. 253–271, 2019. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007%2Fs13384-019-00314-6>. Acesso em: 5 dez. 2020.

LYNCH, K., et al. Strengthening the research base that informs STEM instructional improvement efforts: a meta-analysis. ***Educational Evaluation and Policy Analysis***, v. 41, n. 3, p. 260–93 2019. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.3102/0162373719849044>. Acesso em: 5 dez. 2020.

MACDONALD, K. et al. Relationships between motor proficiency and academic performance in mathematics and reading in school-aged children and adolescents: a systematic review. ***International Journal of Environmental Research and Public Health***, v. 15, n. 8, p. 1603, 2018. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6121293/>. Acesso em: 5 dez. 2020. Acesso em: 5 dez. 2020.

MARTIN, A. et al. Physical activity, diet and other behavioural interventions for improving cognition and school achievement in children and adolescents with obesity or overweight. ***Cochrane Database of Systematic Reviews***, 2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29376563/>. Acesso em: 5 dez. 2020.

MARX, R. et al. Later school start times for supporting the education, health, and well-being of high school students. ***Cochrane Database of Systematic Reviews***, 2017. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6483483/>. Acesso em: 5 dez. 2020.

MASINO, S.; NIÑO-ZARAZÚA, M. What works to improve the quality of student learning in developing countries? ***International Journal of Educational Development***, v. 48, p. 53–65, 2016. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0738059315300146>. Acesso em: 5 dez. 2020.

MAYNARD, B. R. et al. Indicated truancy interventions: effects on school attendance among chronic truant students. ***Campbell Systematic Reviews***, v. 8, n. 1, p. 1–84, 2012. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.4073/csr.2012.10>. Acesso em: 5 dez. 2020.

MAYNARD, B. R. et al. Mindfulness-based interventions for improving cognition, academic achievement, behavior, and socioemotional functioning of primary and secondary school students. ***Campbell Systematic Reviews***, v. 13, n. 1, p. 1–144, 2017. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.4073/CSR.2017.5>. Acesso em: 5 dez. 2020. Acesso em: 5 dez. 2020.

MAYNARD, B. R. et al. Psychosocial interventions for school refusal with primary and secondary school students: a systematic review. ***Campbell Systematic Reviews***, v. 11, n. 1, p. 1–76, 2015. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.4073/csr.2015.12>. Acesso em: 5 dez. 2020.

MAYNARD, B. R. et al. Treatment for school refusal among children and adolescents: a systematic review and meta-analysis. ***Research on Social Work Practice***, v. 28, n. 1, p. 56–67, 2018. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1049731515598619>. Acesso em: 5 dez. 2020.

MCDONALD, S. M.; CLENNIN, M. N.; PATE, R. R. Specific strategies for promotion of physical activity in kids – which ones work? A Systematic Review of the Literature. ***American Journal of Lifestyle Medicine***, v. 12, n. 1, p. 51–82, 2018. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1559827615616381>. Acesso em: 5 dez. 2020.

MCTIGUE, E. M. et al. Critically reviewing grapho-game across the world: recommendations and cautions for research and implementation of computer-assisted instruction for word-reading acquisition. ***Reading Research Quarterly***, v. 55, n. 1, p. 45–73, 2020. Disponível em: <https://ila.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/rrq.256>. Acesso em: 5 dez. 2020.

MIZE, M. K.; PARK, Y.; MOORE, T. Computer-assisted vocabulary instruction for students with disabilities: evidence from an effect size analysis of single-subject experimental design studies. ***Journal of Computer Assisted Learning***, v. 34, n. 6, p. 641–651, 2018. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/jcal.12272>. Acesso em: 5 dez. 2020.

MORGAN, C.; PETROSINO, A.; FRONIUS, T. ***A systematic review of the evidence of the impact of school voucher programmes in developing countries***. London: EPPICentre, 2013. Disponível em: <https://assets.publishing.service.gov.uk/media/57a08a02e5274a27b200039d/VoucherProgrammes2013Morgan.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

MOYER-PACKENHAM, P. S.; WESTENSKOW, A. Effects of virtual manipulatives on student achievement and mathematics learning. ***International Journal of Virtual and Personal Learning Environments***, v. 4, n. 3, p. 35–50, 2013. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/260311379_Effects_of_Virtual_Manipulatives_on_Student_Achievement_and_Mathematics_Learning>. Acesso em: 5 dez. 2020.

NGUYEN, T. D.; KRAMER, J. W.; EVANS, B. J. The effects of grant aid on student persistence and degree attainment: a systematic review and meta-analysis of the causal evidence. ***Review of Educational Research***, v. 89, n. 6, p. 831–874, dez. 2019. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.3102/0034654319877156>. Acesso em: 5 dez. 2020.

NIKOU, S. A.; ECONOMIDES, A. A. Mobile-based assessment: a literature review of publications in major referred journals from 2009 to 2018. ***Computers & Education***, v. 125, p. 101–119, 2018. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0360131518301490>. Acesso em: 5 dez. 2020.

NORDENBO, S.E. et al. Input, process, and learning in primary and lower secondary schools: a systematic review. Copenhagen: Danish Clearinghouse for Educational Research, 2010. Disponível em: <https://edu.au.dk/fileadmin/www.dpu.dk/en/aboutdpu/danishclearinghouseforeducationalresearch/aboutttheclearinghouse/products/udgivelser_clearinghouse_20100809155900_sr5-final-version-15-06-2010.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020. Acesso em: 5 dez. 2020.

O'FLAHERTY, J.; LIDDY, M. The impact of development education and education for sustainable development interventions: a synthesis of the research. ***Environmental Education Research***, v. 24, n. 7, p. 1031–1049, 2018. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13504622.2017.1392484>. Acesso em: 5 dez. 2020.

O'NEILL, J. et al. Applying an equity lens to interventions: using PROGRESS ensures consideration of socially stratifying factors to illuminate inequities in health. ***Journal of Clinical Epidemiology***, v. 67, p. 56–64, 2014. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/24189091/>. Acesso em: 5 dez. 2021.

OK, M. W.; BRYANT, D. P.; BRYANT, B. R. Effects of computer-assisted instruction on the mathematics performance of students with learning disabilities: a synthesis of the research. ***Exceptionality***, v. 28, n. 1, p. 30–44, 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09362835.2019.1579723?-journalCode=hexc20>. Acesso em: 5 dez. 2020.

PAPANTHYMOU, A.; DARRA, M. The Contribution of learner self-assessment for improvement of learning and teaching process: a review. ***Journal of Education and Learning***, v. 8, n. 1, p. 48, 2018. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1202130.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

PELLAS, N. et al. Augmenting the learning experience in primary and secondary school education: a systematic review of recent trends in augmented reality game-based learning. ***Virtual Reality***, v. 23, n. 4, p. 329-346, 2019. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10055-018-0347-2>. Acesso em: 5 dez. 2020.

PENG, Y. et al. Expanded in-school instructional time and the advancement of health equity: a community guide systematic review. ***Journal of Public Health Management and Practice***, v. 25, n. 6, p. 584-589, 2019. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7359915/>. Acesso em: 5 dez. 2020.

PERELMUTTER, B.; MCGREGOR, K. K.; GORDON, K. R. Assistive technology interventions for adolescents and adults with learning disabilities: an evidence--based systematic review and meta-analysis. ***Computers & Education***, v. 114, p. 139-163, 2017. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5736156/>. Acesso em: 5 dez. 2020.

PETERSEN- BROWN, S. M. et al. The use of touch devices for enhancing academic achievement: a meta-analysis. ***Psychology in the Schools***, v. 56, n. 7, p. 1187-1206, 2019. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/pits.22225>. Acesso em: 5 dez. 2020. Acesso em: 5 dez. 2020.

PETROSINO, A. et al. Interventions in developing nations for improving primary and secondary school enrollment of children: a systematic review. ***Campbell Systematic Reviews***, v. 8, n. 1, 2012. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.4073/csr.2012.19>. Acesso em: 5 dez. 2020.

PETROSINO, A. et al. What works in developing nations to get children into school or keep them there?: A systematic review of rigorous impact studies. ***Research on Social Work Practice***, v. 25, n. 1, p. 44-60, 2014. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1049731514524837>. Acesso em: 5 dez. 2020.

PHELPS, R. P. Test frequency, stakes, and feedback in student achievement: a meta-analysis. ***Evaluation Review***, v. 43, n. 3-4, p. 111-151, 2019. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0193841X19865628?journalCode=erxb>. Acesso em: 5 dez. 2020.

POPHAM, M. et al. A systematic review of self-regulation strategies to improve academic outcomes of students with EBD. ***Journal of Research in Special Educational Needs***, v. 18, n. 4, p. 239-253, out. 2018. Disponível em: <https://nasenjournals.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1471-3802.12408>. Acesso em: 5 dez. 2020.

RAPOSA, E. B. et al. The effects of youth mentoring programs: a meta-analysis of outcome studies. ***Journal of Youth and Adolescence***, v. 48, n. 3, p. 423-443, 2019. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10964-019-00982-8>. Acesso em: 5 dez. 2020.

REINHOLD, S.; HOLZBERGER, D.; SEIDEL, T. Encouraging a career in science: a research review of secondary schools' effects on students' STEM orientation. ***Studies in Science Education***, v. 54, n. 1, p. 69-103, 2018. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03057267.2018.1442900>. Acesso em: 5 dez. 2020.

RENBARGER, R.; LONG, K. Interventions for postsecondary success for low-income and high-potential students: a systematic review. ***Journal of Advanced Academics***, v. 30, n. 2, p. 178-202, 2019. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1932202X19828744?journalCode=joac>. Acesso em: 5 dez. 2020.

ROLLO, S. et al. The effects of classroom-based dynamic seating interventions on academic outcomes in youth: a systematic review. ***Learning Environments Research***, v. 22, n. 2, p. 153-171, 2019. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007%2Fs10984-018-9271-3>. Acesso em: 5 dez. 2020.

ROORDA, D. L. et al. Affective teacher-student relationships and students' engagement and achievement: a meta-analytic update and test of the mediating role of engagement. ***School Psychology Review***, v. 46, n. 3, p. 239-261, 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/319272492_Affective_Teacher-Student_Relationships_and_Students'_Engagement_and_Achievement_A_Meta-Analytic_Update_and_Test_of_the_Mediating_Role_of_Engagement>. Acesso em: 5 dez. 2020.

ROYER, D. J. et al. A systematic review of teacher-delivered behavior-specific praise on K-12 student performance. ***Remedial and Special Education***, v. 40, n. 2, p. 112-128, abr. 2019. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0741932517751054>. Acesso em: 5 dez. 2020.

SAAVEDRA, J.; GARCIA, S. Impacts of conditional cash transfer programs on educational outcomes in developing countries: a meta-analysis. ***RAND Corporation***, 2012. Disponível em: <https://www.rand.org/pubs/working_papers/WR921-1.html>. Acesso em: 5 dez. 2020. Acesso em: 5 dez. 2020.

SABATINE, E. ***Blooming where they're planted: closing cognitive achievement gaps with non-cognitive skills.*** 2019. 2014 f. Tese (Doutorado em) – School of Social Work, University of North Carolina, Chapel Hill, 2019. Disponível em: <https://cdr.lib.unc.edu/concern/dissertations/0c483p86h>. Acesso em: 5 dez. 2020.

SANTOS, M. C. S. et al. Programa Bolsa Família e indicadores educacionais em crianças, adolescentes e escolas no Brasil: revisão sistemática. ***Ciência & Saúde Coletiva***, v. 24, n. 6, p. 2233-2247, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v24n6/1413-8123-csc-24-06-2233.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

SCHERER, R.; SIDDIQ, F.; SÁNCHEZ VIVEROS, B. The cognitive benefits of learning computer programming: a meta-analysis of transfer effects. ***Journal of Educational Psychology***, v. 111, n. 5, p. 764-792, 2019. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2018-52944-001>. Acesso em: 5 dez. 2020.

SHAKEEL, M.; ANDERSON, K.; WOLF, P. ***The participant effects of private school vouchers across the globe***: a meta-analytic and systematic review. 2016. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=ED567044>. Acesso em: 5 dez. 2020.

SHEPHARD, D. D. Nonformal education for improving educational outcomes for street children and street youth in developing countries: a systematic review: systematic review of NFE for street children and youth. ***International Journal of Social Welfare***, v. 23, n. 4, p. 349-361, 2014. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/ijsw.12080>. Acesso em: 5 dez. 2020.

SIAW KISSI, P.; NAT, M.; IDOWU, A. Systematic review of web-based learning environments in high school mathematics education: attitude, achievement, challenges and possible solutions. ***Croatian Journal of Education***: Hrvatski časopis za odgoj i obrazovanje, v. 21, n. 4, p. 1061-1101, 2019. Disponível em: <https://hrcak.srce.hr/index.php?show=clanak&id_clanak_jezik=342722>. Acesso em: 5 dez. 2020.

SIDDIQUI, N.; M. VENTISTA, O. A review of school--based interventions for the improvement of social emotional skills and wider outcomes of education. ***International Journal of Educational Research***, v. 90, p. 117-132, 2018. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0883035518303094>. Acesso em: 5 dez. 2020.

SILVA, T. D. S. ***TD 2569 – Ação afirmativa e população negra na educação superior:*** acesso e perfil discente. Rio de Janeiro: IPEA, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35893&Itemid=448>. Acesso em: 5 dez. 2020.

SINGH, A. S. et al. Effects of physical activity interventions on cognitive and academic performance in children and adolescents: a novel combination of a systematic review and recommendations from an expert panel. ***British Journal of Sports Medicine***, v. 53, n. 10, p. 640–647, 2019. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30061304/>. Acesso em: 5 dez. 2020.

SNILSTVEIT, B. et al. ***Interventions for improving learning outcomes and access to education in low- and middle- income countries***: a systematic review, 3ie Systematic Review 24. London: International Initiative for Impact Evaluation (3ie), 2015. Disponível em: <https://www.3ieimpact.org/sites/default/files/2019-05/SR24-education-review_2.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

SECRETARIA NACIONAL DA JUVENTUDE (SNJ). ***Diagnóstico situacional e diretrizes para políticas públicas para as juventudes rurais brasileiras***. Brasília: SNJ, 2018. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/259/1/SNJ_Diagn%c3%b3sticodeJuventudeRural_2018.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

SNYDER, S.; HUBER, H. Computer assisted instruction to teach academic content to students with intellectual disability: a review of the literature. ***American Journal on Intellectual and Developmental Disabilities***, v. 124, n. 4, p. 374–390, 2019. Disponível em: <https://meridian.allenpress.com/ajidd/article-abstract/124/4/374/364903/Computer-Assisted-Instruction=-to-Teach-Academic?redirectedFrom-fulltext>. Acesso em: 5 dez. 2020.

STAVROPOULOU, M.; GUPTA-ARCHER, N. ***Adolescent girls' capabilities in Nepal:*** the state of the evidence on programme effectiveness. London: Gender and Adolescence: Global Evidence, 2017. Disponível em: <https://www.gage.odi.org/wp-content/uploads/2019/01/Nepal-Interventions-Report-Jan2018.docx.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

STAUTER, D. W. et al. Assistive technology for literacy in students with physical disabilities: a systematic review. ***Journal of Special Education Technology***, v. 34, n. 4, p. 284–292, 2019. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0162643419868259?journalCode=jsta>. Acesso em: 5 dez. 2020.

SULLIVAN, R. A. et al. The association of physical activity and academic behavior: a systematic review. ***Journal of School Health***, v. 87, n. 5, p. 388–398, 2017. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28382668/>. Acesso em: 5 dez. 2020.

SUNG, Y.-T.; CHANG, K.-E.; LIU, T.-C. The effects of integrating mobile devices with teaching and learning on students' learning performance: a meta-analysis and research synthesis. ***Computers & Education***, v. 94, p. 252–275, 2016. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0360131515300804>. Acesso em: 5 dez. 2020.

TAYLOR, R. L. et al. Assessment of neighborhood poverty, cognitive function, and prefrontal and hippocampal volumes in children. ***JAMA Network Open***, v. 3, n. 11, p. e2023774, 2020. Disponível em: <https://jamanetwork.com/journals/jamanetworkopen/fullarticle/2772521>. Acesso em: 5 dez. 2020.

THOMA, C. A.; AGRAN, M.; SCOTT, L. A. Transition to adult life for students who are Black and have disabilities: What do we know and what do we need to know? ***Journal of Vocational Rehabilitation***, v. 45, n. 2, p. 149–158, 2016. Disponível em: <https://content.iospress.com/articles/journal-of-vocational-rehabilitation/jvr819>. Acesso em: 5 dez. 2020.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. ***Anuário brasileiro da educação básica 2020***. Editora Moderna, 2020. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/302.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020. Acesso em: 5 dez. 2020.

TROYA LOPEZ, Valeria. ***Restorative justice and emotional literacy: using restorative conversation as a targeted intervention for students who get involved in peer conflict: a multiple base line design***. 2018. 307 f. Tese (Doutorado) – University College London, Londres, 2018. Disponível em: <https://discovery.ucl.ac.uk/id/eprint/10055612/1/Troya%20Lopez_10055612_thesis_vol1.Redacted.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

TSAI, Y.-L.; TSAI, C.-C. Digital game-based second-language vocabulary learning and conditions of research designs: a meta-analysis study. ***Computers & Education***, v. 125, p. 345-357, 2018. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0360131518301635>. Acesso em: 5 dez. 2020.

VALDEBENITO, S. et al. School-based interventions for reducing disciplinary school exclusion: a systematic review. ***Campbell Systematic Reviews***, 2018. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.4073/csr.2018.1>. Acesso em: 5 dez. 2020.

VALDEBENITO, S. et al. What can we do to reduce disciplinary school exclusion? A systematic review and meta-analysis. ***Journal of Experimental Criminology***, v. 15, n. 3, p. 253-287, 2019. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11292-018-09351-0>. Acesso em: 5 dez. 2020.

VAN GOETHEM, A. et al. The role of reflection in the effects of community service on adolescent development: a meta-analysis. ***Child Development***, v. 85, n. 6, p. 2114-30, 2014. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25056762/>. Acesso em: 5 dez. 2020.

WANG, C. et al. On the effects of 3D virtual worlds in language learning – a meta-analysis. ***Computer Assisted Language Learning***, p. 1-25, 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09588221.2019.1598444?journalCode=ncal0>. Acesso em: 5 dez. 2020.

WATKINS, L.; LEDBETTER-CHO, K.; O'REILLY, M.; BARNARD-BRAK, L.; GARCIA-GRAU, P. Interventions for students with autism in inclusive settings: A best-evidence synthesis and meta-analysis. ***Psychological Bulletin***, v. 145, n. 5, p. 490-507, 2019. Disponível em: <https://content.apa.org/record/2019-12807-001>. Acesso em: 5 dez. 2020.

WILKINSON, S. D.; PENNEY, D. The effects of setting on classroom teaching and student learning in mainstream mathematics, English and science lessons: a critical review of the literature in England. ***Educational Review***, v. 66, n. 4, p. 411-427, 2014. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00131911.2013.787971>. Acesso em: 5 dez. 2020.

WILSON, A. B. et al. Breaking with tradition: a scoping meta-analysis analyzing the effects of student-centered learning and computer-aided instruction on student performance in anatomy: effectiveness of student centered and computer-aided learning in anatomy. ***Anatomical Sciences Education***, v. 12, n. 1, p. 61-73, 2019. Disponível em: <https://anatomypubs.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/ase.1789>. Acesso em: 5 dez. 2020.

WILSON, S. J. et al. Dropout prevention and intervention programs: effects on school completion and dropout among school-aged children and youth. ***Campbell Systematic Reviews***, v. 7, n. 1, p. 1-61, 2011. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.4073/csr.2011.8>. Acesso em: 5 dez. 2020. Acesso em: 5 dez. 2020.

WILSON, S. J.; LIPSEY, M. W. The effects of school-based social information processing interventions on aggressive behavior, part I: universal programs. ***Campbell Systematic Reviews***, v. 2, n. 1, p. 1-42, 2006. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.4073/csr.2006.5>. Acesso em: 5 dez. 2020.

XU, B. et al. The effectiveness of media platforms on reading comprehension: a meta-analysis. In: CHEN, W. et al. (Eds.) ***Proceedings of the 25th International Conference on Computers in Education***. New Zealand: Asia-Pacific Society for Computers in Education, 2017. Disponível em: <https://www.apsce.net/icce/icce2017/140.115.135.84/icce/icce2017/sites/default/files/proceedings/main/C4/The%20Effectiveness%20of%20Media%20Platforms%20on%20Reading%20Comprehension%20A%20Meta-analysis.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

XU, Z. et al. The effectiveness of intelligent tutoring systems on K-12 students' reading comprehension: a meta-analysis. ***British Journal of Educational Technology***, v. 50, n. 6, p. 3119-3137, 2019. Disponível em: <https://bera-journals.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/bjet.12758>. Acesso em: 5 dez. 2020.

YILDIRIM, I.; CIRAK-KURT, S.; SEN, S. The effect of teaching "learning strategies" on academic achievement: a meta-analysis study. ***Eurasian Journal of Educational Research***, v. 19, n. 79, p. 1-28, 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/330773405_The_Effect_of_Teaching_Learning_Strategies_on_Academic_Achievement_A_Meta-Analysis_Study>. Acesso em: 5 dez. 2020.

YILDIRIM, İ.; ŞEN, S. The effects of gamification on students' academic achievement: a meta-analysis study. ***Interactive Learning Environments***, p. 1-18, 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10494820.2019.1636089?journalCode=nile20>. Acesso em: 5 dez. 2020.

YOUNG, M. F. et al. Our princess is in another castle: a review of trends in serious gaming for education. ***Review of Educational Research***, v. 82, n. 1, p. 61-89, 2012. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.3102/0034654312436980>. Acesso em: 5 dez. 2020.

YUAN, J.; KIM, C. Effective feedback design using free technologies. ***Journal of Educational Computing Research***, v. 52, n. 3, p. 408-434, 2015. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0735633115571929>. Acesso em: 5 dez. 2020.

ZHANG, X.; ZHOU, M. ***Interventions to promote learners' intercultural competence: a meta-analysis***. ***International Journal of Intercultural Relations***, v. 71, p. 31-47, 2019. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0147176718305200>. Acesso em: 5 dez. 2020.

ZHENG, L.; XIE, T.; LIU, G. Affordances of Virtual Reality for Collaborative Learning. 2018 INTERNATIONAL JOINT CONFERENCE ON INFORMATION, MEDIA AND ENGINEERING (ICIME). Osaka: IEEE, 2018. Disponível em: <https://ieeexplore.ieee.org/document/8609489/>. Acesso em: 5 dez. 2020.

ZHENG, L.; ZHANG, X.; CUI, P. The role of technology-facilitated peer assessment and supporting strategies: a meta-analysis. ***Assessment & Evaluation in Higher Education***, v. 45, n. 3, p. 372-386, 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/02602938.2019.1644603?journalCode=caeh20>. Acesso em: 5 dez. 2020.

ZIEF, S. G.; LAUVER, S.; MAYNARD, R. A. Impacts of after-school programs on student outcomes. ***Campbell Systematic Reviews***, v. 2, n. 1, p. 1-51, 2006. Disponível em : <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.4073/csr.2006.3>. Acesso em: 5 dez. 2020.

ZOU, D.; HUANG, Y.; XIE, H. Digital game-based vocabulary learning: where are we and where are we going? ***Computer Assisted Language Learning***, p. 1-27, 2019. Disponível: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09588221.2019.1640745?journalCode=ncal20>. Acesso em: 5 dez. 2020.

PARCEIROS WORKSHOP

“Falta uma capacitação mais múltipla, que ensine o jovem a trabalhar com o que gosta de maneira acessível; maiores oportunidades para jovens inexperientes; disposição de apoio para a locomoção, alimentação, estudos.”

Mulher cis bissexual branca, 19 anos, estudante do ensino superior (graduação), Praia Grande (SP)



A taxa de desemprego entre os jovens de 18 a 24 anos de idade brasileiros ficou em 27,1% no primeiro trimestre de 2020, bem acima da média geral de 12,2% do país no período (IBGE, 2020).

Durante a pandemia de Covid-19, 1 em cada 4 jovens gostaria de trabalhar, mas não está empregado e deixou de procurar emprego (IBGE, 2020).

O número de jovens de 15 a 17 anos com filhos fora tanto da escola quanto do mercado aumentou 17% entre 2012 e 2013 (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020).

Em 2018, 31% das mulheres disseram que não podiam trabalhar porque tinham que cuidar de afazeres domésticos (DIEESE, 2018).

Em 2019, homens ganhavam 47,24% mais que mulheres no Brasil, inclusive no desempenho das mesmas funções há essa diferença. No primeiro trimestre de 2020, as mulheres também representam a maior parte da população (64,5%) fora da força de trabalho, fato que piorou com o prolongamento da pandemia (GORAYEB ET AL., 2020).

São muitos os desafios, mas há caminhos para solucioná-los!

Neste capítulo, você vai ler sobre:

- Intervenções que as evidências científicas apontam como efetivas para avançarmos no direito à profissionalização, trabalho e renda dos jovens, por exemplo, intervenções com foco no desenvolvimento das habilidades da capacitação dos jovens, especialmente de habilidades empreendedoras, atentando às demandas do mercado de trabalho. Também merecem destaque ações que ofertam serviços de apoio na busca por emprego e colocação no mercado de trabalho, tais como apoio financeiro ou assessoramento aos jovens.

- Lacunas de pesquisas sobre o tema que identificamos, por exemplo, como podemos superar barreiras para incluir os jovens no mercado de trabalho? Ou, como devemos apoiar os jovens na definição de seus objetivos para o futuro profissional?

- Ações que podemos botar em movimento no nosso cotidiano – Jovens podem verificar quais negócios são mais promissores em suas comunidades, a fim de que possam empreender em ocupações que sejam relevantes localmente, tomadores de decisão podem criar linhas de financiamento específicas para empreendedorismo jovem, no meio urbano e rural; e representantes da sociedade civil e do setor privado podem escutar jovens antes mesmo de desenvolverem projetos voltados para as juventudes. Desse modo, será possível caminharmos de modo colaborativo na efetivação desse direito.

- Elementos relacionados à garantia da equidade e de uma implementação verdadeiramente inclusiva de políticas e programas. Para que o trabalho e a renda cheguem de forma equânime às juventudes indígenas, rurais e quilombolas, é necessário solicitar ajuda aos jovens das comunidades para escolha, adaptação e implementação em estratégias locais. Jovens LGBTQIA+ merecem que os espaços de trabalho respeitem seu nome social, e que condutas homofóbicas e transfóbicas sejam recriminadas, inclusive quando essas ações limitam o acesso a determinadas vagas devido ao preconceito. Além disso, jovens com deficiências precisam que seus salários estejam equiparados à média nacional. Todos devem ter condições equivalentes!

- Por fim, fazemos uma retomada dos encaminhamentos das Conferências Nacionais da Juventude, aquecendo o debate para a 4ª Conferência!

- Vamos conhecer mais sobre as juventudes e o direito à profissionalização, trabalho e renda?



Juventudes, profissionalização, trabalho e renda: os desafios

Ao contar com uma oportunidade de trabalho digna e estável, os jovens podem tanto desenvolver suas capacidades e talentos como contribuir para a economia de suas famílias. Em alguns casos, essas oportunidades também viabilizam a continuidade nos estudos e abrem o caminho para contribuições significativas para o bem-estar social. No entanto, jovens continuam tendo uma representatividade alta entre os desempregados e não raro são prejudicados pelas mudanças nos padrões do mercado de trabalho.

- Jovens entrevistados na etapa de imersão qualitativa indicaram que um "trabalho ideal" envolve flexibilidade/autonomia, estabilidade/remuneração justa e estarem envolvidos em um propósito maior.
- De acordo com a etapa de análise de dados do Atlas, hoje, dois em cada cinco jovens brasileiros em idade de trabalhar ou estão desempregados ou trabalham em empregos que não pagam o suficiente para superar a pobreza (NERI, 2019).
- Durante a pandemia de Covid-19, 1 em cada 4 jovens gostaria de trabalhar, mas não está empregado e deixou de procurar emprego (IBGE, 2020).
- A taxa de desemprego entre os jovens de 18 a 24 anos de idade brasileiros ficou em 27,1% no primeiro trimestre de 2020, bem acima da média geral de 12,2% do país no período (IBGE, 2020).

"Falta uma capacitação mais múltipla, que ensine o jovem a trabalhar com o que gosta de maneira acessível; maiores oportunidades para jovens inexperientes; disposição de apoio para a locomoção, alimentação, estudos."

Mulher cis bissexual branca, 19 anos, estudante do ensino superior (graduação), Praia Grande (SP)

- Em 2019, homens ganhavam 47,24% mais que mulheres no Brasil, inclusive no desempenho das mesmas funções há essa diferença. No primeiro trimestre de 2020, as mulheres também representam a maior parte da população (64,5%) fora da força de trabalho, fato que piorou com o prolongamento da pandemia (GORAYEB et al., 2020)

- Em 2018, 47,3% das pessoas ocupadas pretas ou pardas estavam em trabalhos informais. Além disso, as pessoas pretas e pardas representavam 2/3 da população sem emprego no país (IBGE, 2019b).

- O número de jovens de 15 a 17 anos com filhos fora tanto da escola quanto do mercado aumentou 17% entre 2012 e 2013 (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020). Em 2018, 31% das mulheres disseram que não podiam trabalhar porque tinham que cuidar de afazeres domésticos (DIEESE, 2018).

Em decorrência da crise econômica mundial de 2008 e da pandemia de 2020, os jovens vêm enfrentando importantes desafios no mercado de trabalho, com tendência mais lenta de recuperação se comparados à população adulta (UNFPA, 2020). O desemprego e o subemprego prejudicam os índices de saúde, felicidade, segurança pública, qualidade de vida e estabilidade socioeconômica da população. A baixa oferta de empregos decentes para os jovens e a dificuldade dos governos em enfrentar as vulnerabilidades às quais esse público está exposto, no mercado de trabalho, podem resultar em efeitos negativos duradouros ao longo da vida dos jovens (THOMAS et al., 2008).

Os jovens continuam tendo uma representatividade alta entre os desempregados e seguem sendo prejudicados pelas mudanças nos padrões do mercado de trabalho. Antes do início da pandemia do novo coronavírus, estimava-se que mundialmente 1 bilhão de jovens entrariam no mercado de trabalho na próxima década, dos quais apenas 400 milhões encontrariam um emprego (UNFPA, 2020). A Figura 1 mostra a situação dos jovens de 15 a 29 anos no Brasil de acordo com a PNAD Contínua (IBGE, 2019).

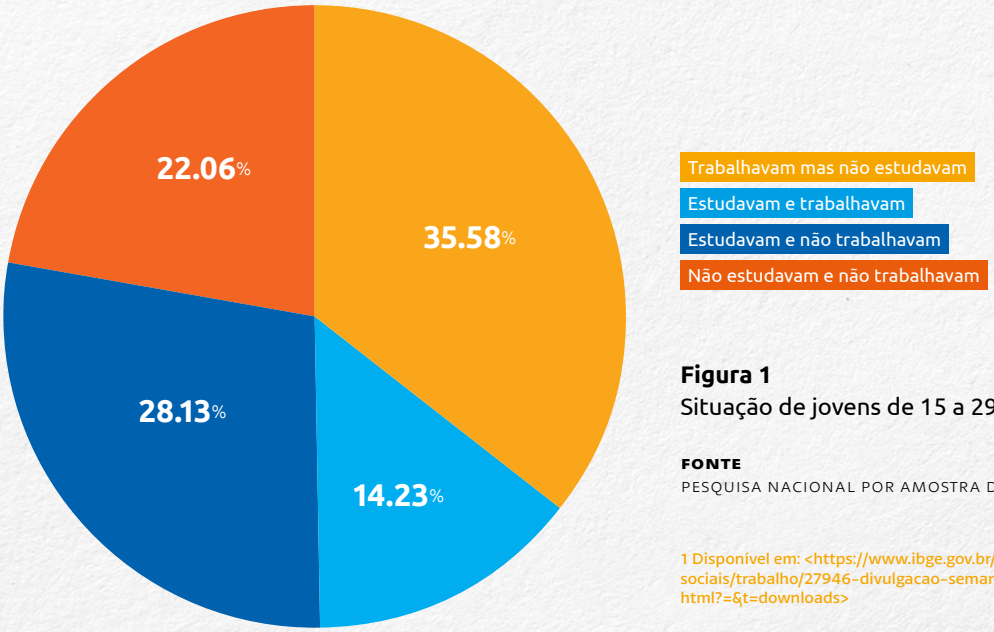


Figura 1
Situação de jovens de 15 a 29 anos

FONTE
PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS1

1 Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/27946-divulgacao-semanal-pnadcovid1.html?=&t=downloads>

“As ansiedades e medos surgem todos os dias, ainda mais nessa fase, onde é tão difícil conseguir um lugar no mercado de trabalho, o maior medo é ficar estacionado sem conseguir avançar.”

Homem cis hétero pardo, 17 anos, estudante do ensino fundamental, São Paulo (SP)

Os vínculos de trabalho aos quais as juventudes brasileiras estão expostas são tipicamente precários. É mais provável que os jovens sejam empregados em modelos de contratos temporários e com prazos determinados (UNFPA, 2020). O emprego informal, por exemplo, possui taxas elevadas entre os jovens, afetando quase um a cada dois indivíduos. De acordo com a etapa de análise de dados do Atlas, a rotatividade, que ajuda a explicar as taxas de desemprego, também é elevada, apresentando oito transições de entrada e saída de empregos formais por ano para cada cinco jovens empregados (NERI, 2019).

A renda dos jovens brasileiros também é afetada por desigualdades regionais, de escolaridade, de raça e de gênero. Grupos tradicionalmente excluídos, como pessoas negras, moradores das regiões Norte e Nordeste e pessoas analfabetas, apresentaram reduções de renda pelo menos duas vezes maiores que a média geral, entre 2014 e 2019. De acordo com a etapa de análise de dados do Atlas, a perda de renda observada foi cinco vezes maior entre jovens de 20 a 24 anos e sete vezes maior entre os jovens de 15 a 20 (NERI, 2019). Em 2012, uma em cada quatro jovens mulheres no Brasil não estava nem em empregos, nem nas escolas, nem em treinamentos ou formações. Embora para algumas jovens isso possa representar uma escolha, a falta de acesso a um ensino de alta qualidade durante a infância, a escassez de escolaridade em tempo integral e as barreiras ao emprego para as mulheres no mercado de trabalho são fatores que ajudam a explicar a sub-representatividade dessas jovens no mercado (DICKSON; BANGPAN, 2012).

“Eu mudaria minha condição financeira, não por ambição, não quero ser milionária nem nada disso. Mas empregos informais têm seus riscos, eu quero ter um espaço e tempo para usufruir da juventude de uma forma mais saborosa e sem tanta pressa.”

Mulher cis hétero preta, 20 anos, estudante do ensino superior, Castanhal (PA)

Visando solucionar essas problemáticas, a Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030 propôs como ação central da nova visão de desenvolvimento "alcançar emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos", identificando os jovens como um público-chave.

A pandemia de Covid-19, no entanto, aprofundou ainda mais os desafios, com efeitos de longo prazo, no que se tem chamado de uma "geração lockdown". Estudos recentes, como os da Organização Internacional para o Trabalho (OIT) e da Fundação Arymax em conjunto com a B3 Social, indicam que são impactos da pandemia na inclusão produtiva dos jovens: 1) interrupções na educação, treinamento e aprendizagem para o trabalho; 2) maiores dificuldades para jovens candidatos a emprego e novos entrantes no mercado de trabalho; e 3) perdas de emprego e renda, juntamente com a deterioração da qualidade do emprego (OIT, 2020; FUNDAÇÃO VAHDAT et al., 2020).

No caso do Brasil, em maio de 2020, 1 em cada 4 jovens brasileiros gostaria de trabalhar, mas não esteve empregado e deixou de procurar emprego (IBGE, 2020). Quanto maior a faixa etária, maior a proporção dos jovens que pensam em deixar os estudos, embora também seja elevada a proporção de jovens em idade escolar obrigatória que consideram abandonar os estudos (CONJUVE, 2020).

Diante do aumento do desemprego e da desigualdade decorrente do atual cenário econômico, novas soluções precisam ser pensadas. Criar estratégias para que os jovens possam permanecer mais tempo estudando e consigam participar ativamente no mercado de trabalho de maneira decente são questões fundamentais para o momento de crise que o país vive. É importante recordar que as soluções para enfrentar esses desafios também dependem de outros fatores contextuais, como o nível de atividade econômica e as oportunidades que existem em cada lugar.

Covid-19: consequências e oportunidades

A pandemia de Covid-19 impactou o universo do trabalho, em especial o das juventudes, que vivenciará consequências a longo prazo em sua vida profissional. A interrupção ou abandono dos estudos, a redução de vagas de entrada no mercado de trabalho, a perda de emprego e renda são algumas das características de uma "geração ***lockdown***".

Os dados que ilustram os impactos da pandemia em relação aos jovens e o mercado de trabalho são preocupantes. Os jovens que permaneceram empregados tiveram que diminuir cerca de 23% da carga horária de trabalho, impactando o valor da renda mensal (ILO, 2020). Nesse período, o governo federal retirou as multas ligadas ao não cumprimento da Lei da Aprendizagem[2] e relaxou a fiscalização das empresas. Além disso, o ***home office***, ou a digitalização das empresas, eliminou muitas das funções desempenhadas antes por jovens e tem dificultado a disponibilidade de profissionais que fariam o acompanhamento dos jovens no ambiente de trabalho (VAHDAT et al., 2020).

Ainda que o cenário das juventudes tenha se agravado nesse período, **as habilidades que elas dispõem em relação ao uso de tecnologias podem ser um caminho para contornar alguns dos obstáculos impostos pela pandemia do coronavírus,** como a tendência da digitalização das empresas, o surgimento de novas formas de negócios digitais e de empregos ainda desconhecidos.

É previsível que as habilidades e competências necessárias para um melhor desempenho no trabalho sofram alterações; portanto, é vital que programas de capacitação aos jovens sejam adequados à nova realidade. Abordagens intersetoriais, atentas às dimensões de educação, trabalho, saúde e assistência social, são importantes para garantir que a diversidade das juventudes brasileiras seja alcançada. Dentro de inúmeras possibilidades, ações que ampliem as possibilidades de capacitação das juventudes e de conexão com o mundo de trabalho e oportunidades existentes são essenciais para suavizar os impactos da Covid-19 nas trajetórias profissionais dos jovens (VAHDAT et al., 2020).

É possível aprender mais sobre esse assunto e sobre como redesenhar programas de capacitação aos jovens alinhados às novas necessidades do mercado de trabalho no estudo **O futuro da inclusão produtiva no Brasil: da emergência social aos caminhos pós-pandemia**, idealizado pela Fundação Arymax, parceira do ***Atlas***, e pela B3 Social, e produzido pelo Instituto Veredas, disponível na biblioteca do ***Atlas***.

2 Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10097.htm>.

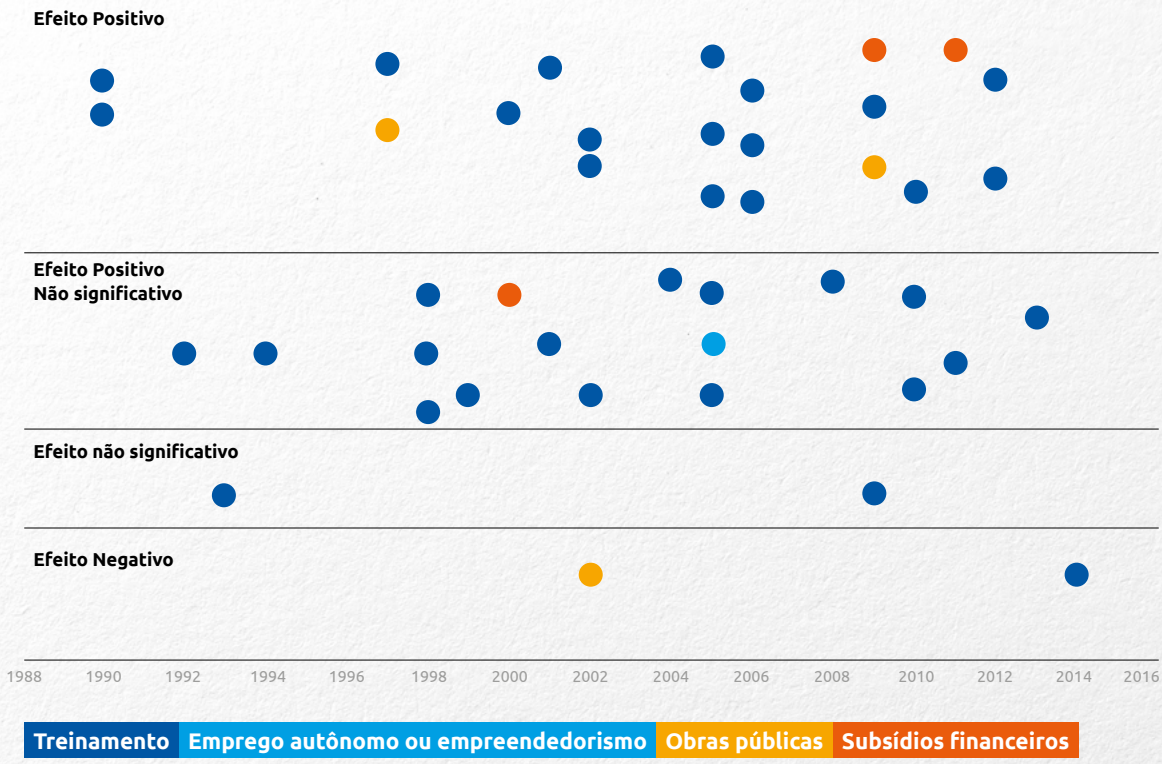


Figura 2 – Efetividade de políticas para o mercado de trabalho e renda em países da América Latina e do Caribe

FONTE: INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (2016).3

Juventudes e trabalho: intervenções efetivas

O que já sabemos e fazemos no Brasil?

A Organização Internacional para o Trabalho, em 2016, compilou as políticas para o mercado de trabalho e renda em países da América Latina e do Caribe que tinham sido objeto de avaliações de impacto (ILO, 2016), de modo a verificar os efeitos encontrados. A Figura 1 demonstra como as políticas de treinamento para o trabalho foram as mais prevalentes nas avaliações, apresentando, em geral, efeito positivo, seja ele significativo em termos estatísticos ou não. Políticas relacionadas à contratação temporária de mão de obra por meio de grandes obras públicas, de subsídios financeiros ao emprego e ao emprego autônomo ou empreendedorismo foram menos avaliadas.

O relatório da OIT também apresenta qual tem sido a tendência das políticas para o mercado de trabalho e renda em países da América Latina. A Figura 2 aponta que o Brasil, similar aos demais países, concentra quase 50% dos seus esforços em políticas no desenvolvimento de treinamentos, tais como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem). Para o público jovem, o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens (PNPE) é destacado como um exemplo de política de subsídio financeiro ao emprego. Não foi identificado um recorte específico para jovens nas políticas de emprego autônomo e empreendedorismo (ILO, 2016).

3 Disponível em: <https://www.ilo.org/global/about-the-ilo/multimedia/maps-and-charts/enhanced/WCMS_490977/lang--en/index.htm>.

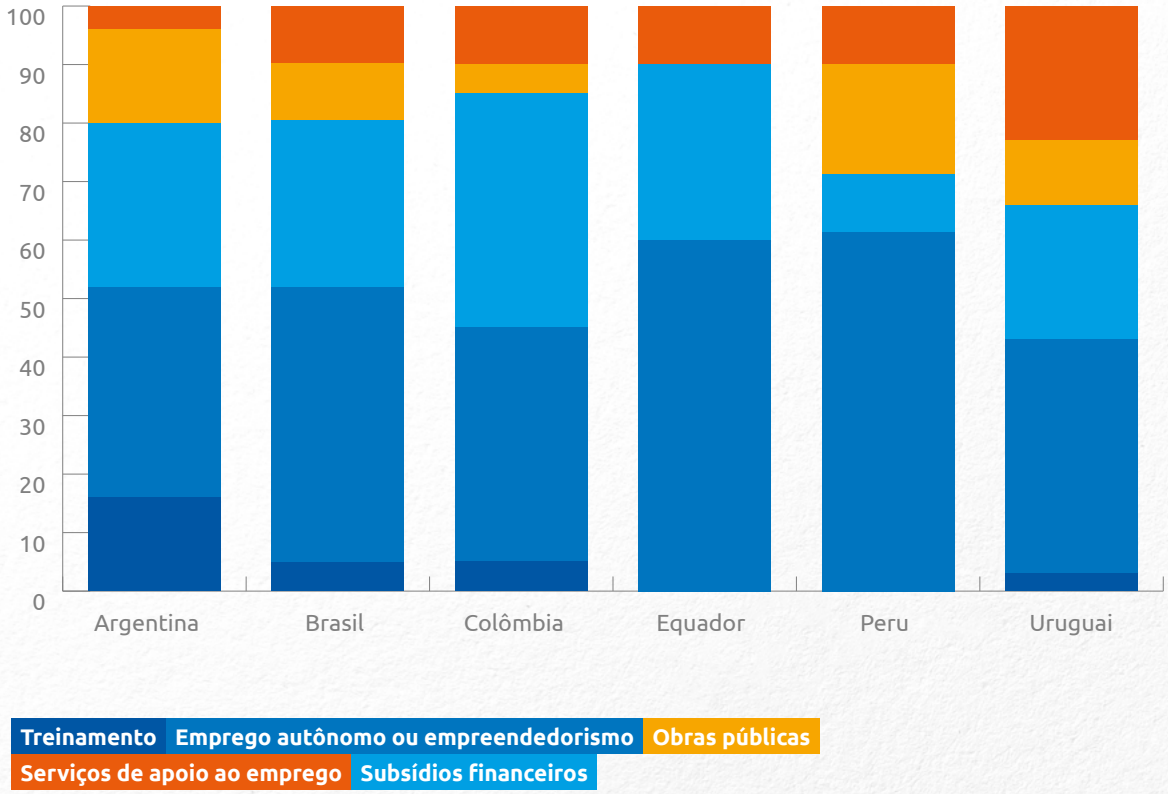


Figura 3 – Tendências de políticas para o mercado de trabalho e renda em países da América Latina

FONTE: INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (2016).[4]

O estudo sobre Inclusão Produtiva no Brasil (VAHDAT et al., 2019), coordenado pela Fundação Arymax, apontou oportunidades relacionadas a sete áreas de intervenção, voltadas ao meio urbano e rural, a saber: promoção do empreendedorismo; cursos profissionalizantes; encadeamento produtivo em área de atuação de grandes empresas; cadeias de valor rurais; assistência a agricultores em situação de extrema pobreza; pagamento por serviços ambientais (PSA) e investimento em infraestrutura (obras públicas). Ressalta-se que tais intervenções apresentam diferentes níveis de efetividade conforme seus componentes a nível local.

Os autores do estudo também ressaltam a importância de que as intervenções empreendidas deem atenção à conexão entre oferta e demanda. Não é suficiente que as intervenções abordem apenas um lado do desafio, oferecendo treinamentos sem uma conexão clara com as vagas disponíveis, concedendo crédito sem que o empreendedor tenha a quem vender os produtos, ou identificando mercados potenciais sem que seja possível cumprir com as exigências para se inserir neles. No caso do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), por exemplo, não havia uma demanda clara para aqueles que se formavam nos seus cursos.

Como a inclusão produtiva é algo que ocorre em nível local, o estudo também ressalta que em cada caso é preciso considerar quais são as restrições existentes e dar atenção a elas. Não há uma "bala de prata" para abordar os desafios e o que está em questão não é o cumprimento de um check-list de atividades. O que é necessário é considerar as possibilidades em cada lugar e o que precisa ser feito para criar novas possibilidades para a conexão entre oferta e demanda. Nesse sentido, a coordenação das ações de diferentes atores ganha relevância e pode ser um elemento determinante para o êxito nesse campo.

4 Disponível em: <https://www.ilo.org/global/about-the-ilo/multimedia/maps-and-charts/enhanced/WCMS_490978/lang--en/index.htm>.

Políticas de trabalho e formação profissional para as juventudes (rural e urbana)
Muitas ações já foram realizadas no âmbito da inclusão no mercado de trabalho e renda a nível nacional, destacamos algumas a seguir:

Lei da Aprendizagem: a Lei nº10.097/2000, ampliada pelo Decreto Federal nº 5.598/2005, determina que todas as empresas de médio e grande porte contratem um número de aprendizes equivalente a um mínimo de 5% e um máximo de 15% do seu quadro de funcionários cujas funções demandem formação profissional. Jovens de 14 a 24 anos incompletos que estejam cursando o ensino fundamental ou o ensino médio podem assinar o contrato de aprendizagem, com duração máxima de dois anos, anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, salário mínimo/hora e todos os direitos trabalhistas e previdenciários garantidos.

Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude: como resultado dessa iniciativa, em 2011 o Brasil se tornou o único país no mundo a lançar uma Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude. Há quatro prioridades: 1) melhorar o acesso e a qualidade da educação em todos os níveis; 2) ampliar as possibilidade de conciliação entre trabalho, estudos e vida familiar; 3) promover a criação de mais e melhores empregos, com igualdade de tratamento e de oportunidades e combate às causas de rotatividade; e 4) aumentar e fortalecer o diálogo social sobre as alternativas e condicionantes para melhorar a inserção dos jovens no mercado de trabalho, estimulando a participação juvenil urbana e rural nos instrumentos de defesa de direitos do trabalho, na organização sindical e nas negociações coletivas.

Saiba mais:

- Agenda nacional de trabalho decente para a juventude.
- Inserção dos jovens no mercado de trabalho brasileiro: evolução e desigualdades no período 2006-2013.
- Políticas públicas de trabalho, emprego e renda para a juventude.

Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens (PNPE): o objetivo principal é promover a inserção produtiva de jovens de 16 a 24 anos provenientes de famílias de baixa renda e que apresentam pouca escolaridade. O programa busca criar postos de trabalho para jovens ou prepará-los e qualificá-los para o mercado de trabalho e ocupações alternativas, que sejam geradoras de renda. Os jovens devem estar matriculados e frequentando regularmente instituições de ensino fundamental ou médio, ou cursos de educação de jovens e adultos.

Saiba mais:

- Lei nº 10.748, de 22 de outubro de 2003.
- Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego de Jovens.

Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: com o objetivo de ampliar a presença da rede federal de educação profissional em todo o Brasil, o plano buscou melhorar a distribuição espacial e a cobertura das instituições de ensino no país. A prioridade inicial foi a construção de escolas em unidades da federação ainda desprovidas dessas instituições, além da instalação de instituições federais de educação profissional nas periferias de grandes centros urbanos e municípios do interior.

Saiba mais:

- Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005.
- Plano de Expansão da Rede Federal.

Programa Brasil Profissionalizado: busca o fortalecimento do ensino médio integrado à educação profissional nas redes estaduais de educação profissional. Atua no fomento de ações que visam à expansão, ampliação e modernização das escolas das redes estaduais de educação profissional e tecnológica, com a finalidade de expandir e ampliar a oferta de cursos técnicos de nível médio, principalmente do ensino médio integrado à educação profissional e tecnológica.

Saiba mais:
- Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007.
- Brasil Profissionalizado.

Projovem trabalhador: prevê a inserção de 30% dos jovens qualificados no mundo do trabalho mediante emprego formal, estágio ou jovem aprendiz, ou por meio de formas alternativas geradoras de renda, tais como abertura de microempresa, registro como profissional autônomo, financiamento para implantação de empreendimento próprio e prestação de serviços a terceiros. O Projovem é destinado a jovens desempregados, de 18 a 29 anos, com renda ***per capita*** familiar de até um salário mínimo.

Saiba mais:
- Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008.
- Projovem Trabalhador.

Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec): o objetivo do Pronatec é ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica por meio de ações de assistência técnica e financeira. O programa tem como público-alvo os estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos; os trabalhadores; os beneficiários dos programas federais de transferência de renda; e os estudantes que tenham cursado o ensino médio completo em escola da rede pública.

Saiba mais:
- Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011.

Rede e-Tec Brasil: o objetivo é desenvolver a educação profissional e tecnológica (EPT) por meio da educação à distância, ampliando a oferta da educação profissional pública e gratuita no Brasil. Também são objetivos o estímulo ao desenvolvimento de cursos de qualificação profissional, incluindo formação inicial e continuada de docentes, gestores e técnicos administrativos da EPT; e o incentivo às instituições públicas de ensino a desenvolverem projetos de pesquisa e metodologias educacionais em EAD.

Saiba mais:
- Rede e-Tec Brasil;
- Decreto nº 7.589, de 26 de outubro de 2011.

Política Nacional de Estímulo ao Empreendedorismo do Jovem do Campo (PNEEJC): busca apoiar iniciativas de viabilidade econômica para filhos de agricultores permanecerem no meio rural. As ações da política atingem jovens entre 15 e 29 anos e envolvem o governo federal, os governos estaduais e as prefeituras em atividades voltadas à educação empreendedora e à capacitação técnica, além da oferta de crédito e da difusão de novas tecnologias.

Saiba mais:
- Projeto de Lei nº 6900/2017 (encaminhado para redação final em 2 de março de 2020).



COM A PALAVRA

Daniela Saraiva, GOYN SP

Sabemos pela extensa pesquisa que não existem soluções bala de prata para inclusão produtiva de jovens potência, jovens em vulnerabilidade econômica, nem no Brasil, nem no mundo. Para trabalhar a inclusão produtiva de jovens, precisamos encarar esse problema de forma sistêmica e colaborativa, balanceando as necessidades imediatas, mas com um olhar de médio/longo prazo. Estamos em um contexto sócio econômico muito desafiador, adicionados a barreiras estruturais, como racismo. Além disso, no curtíssimo prazo temos a ameaça de uma evasão escolar em massa, e no médio prazo, a quarta revolução industrial chegando no mercado de trabalho.

Historicamente, a inclusão produtiva permanece sendo enfrentada por iniciativas pequenas, fragmentadas e desconectadas. Com a pandemia, muitas dessas iniciativas e projetos ganharam um contorno digital que levou a um aumento de amplitude e atendimento. Porém a lacuna digital pode prejudicar e deixar para trás ainda mais os jovens que não têm acesso à internet.

A partir desse olhar, surge o Global Opportunity Youth Network (GOYN) com a premissa que é necessário construir parcerias colaborativas com comunidades, visando criar caminhos para que esta geração de jovens chegue a trabalhos significativos. Em 2020, o GOYN chegou em São Paulo, articulado pela United Way Brasil e junto com seus parceiros está buscando construir um olhar integrado para inclusão produtiva dos jovens. GOYN está buscando aproximar os tipos de treinamentos das necessidades das empresas, levar cursos e desenvolver empreendimentos nos territórios e construir políticas de diversidade que incluam os jovens. Essa coalizão também visa articular políticas públicas na cidade de São Paulo para fortalecer a resposta para essa problemática. Temos a maior geração de jovens da história enfrentando uma pandemia e suas consequências que perpassam as barreiras estruturais. Não temos tempo a perder e sabemos que é preciso uma abordagem colaborativa e sistema para alcançarmos o impacto desejado.

Uma síntese de evidências (CODEPLAN, 2020b), que considerou revisões sistemáticas internacionais sobre a inclusão de jovens no mercado de trabalho e renda, produzidas entre 2013 e 2020, identificou dois grupos de intervenções potencialmente efetivas para esse objetivo, descrevendo elementos necessários para sua implementação. São elas:

- Treinamento e desenvolvimento de habilidades: logística para oferta de cursos; professores capacitados; material didático; alinhamento de conteúdos com necessidades do mercado de trabalho; convênios com instituições para oferta de estágios ou outras experiências práticas; entre outros.

- Promoção do, aliada à oferta de subsídios financeiros: rede de investidores e financiadores; logística para oferta de cursos; profissionais e orientadores capacitados; material didático; alinhamento com necessidades de mercado (conexão entre oferta e demanda); entre outros.

Outra síntese (CODEPLAN, 2020a), focada na promoção da igualdade de gênero no mercado de trabalho, identificou duas intervenções efetivas: a) formação de grupos cooperativos femininos; e b) treinamentos profissionalizantes e empresariais. No entanto, esse documento não tinha o recorte da juventude especificado.

Por fim, o estudo recente O Futuro da Inclusão Produtiva (VAHDAT et al., 2020), indica que com a pandemia os desafios existentes se tornaram mais agudos, as tendências que moldavam a questão se aceleraram e a capacidade de resposta da sociedade brasileira foi debilitada. Para os autores, o novo contexto exige uma resposta ainda mais comprometida e coordenada das diferentes organizações envolvidas nesse campo. Nesse sentido, são discutidos alguns caminhos possíveis para ampliar as possibilidades de inclusão produtiva nos próximos anos. Os caminhos identificados foram organizados ao redor de quatro necessidades fundamentais, conforme apresentado no quadro a seguir.

Figura 4 – Necessidades e estratégias para promover a inclusão produtiva pós-pandemia

1. A combinação entre programas de assistência social e de inclusão produtiva	**2. A Facilitação da inclusão de pessoas em posição de entrada no mercado de trabalho**
● Realizar obras de infraestrutura para gerar empregos temporários. ● Envolver pessoas das áreas de maior vulnerabilidade no setor de cuidados. ● Promover o letramento digital. ● Desenvolver ferramentas para definir perfis de vulnerabilidade e potencial para a inclusão produtiva. ● Ampliar a atuação da rede de assistência social do país para abarcar a inclusão produtiva. ● Criar uma política de seguro para trabalhadores informais	● (Re)qualificar a realocar a força de trabalho. ● Redesenhar os programas de capacitação em conexão com as necessidades existentes: – Introdução ao mundo do trabalho no Ensino Fundamental II – Articulação do Ensino Médio com vocações locais – Redesenho da Lei de Aprendizagem – Desenvolvimento de processos de formação com o apoio de empresas ● Reduzir custos para a contratação
3. O apoio para a adaptação dos empreendedores urbanos	**4. Promover economias locais resilientes nas áreas rurais**
● Fortalecer o empreendedor ● Aumentar a produtividade dos pequenos negócios ● Criar o ambiente para o desenvolvimento de pequenos negócios – Desenvolvimento de novos mecanismos de financiamento – Simplificação do processo de formalização dos negócios – Associação de produtores e prestadores de serviços – Criação de estratéfias para a venda para grandes compradores	● Aumento da produtividade dos pequenos negócios: – Utilização de técnicas mais amigáveis com o meio ambiente e de altos rendimentos. – Desenvolvimento de instrumentos de apoio financeiro adequado às necessidades dos produtores ● Aperfeiçoamento de estratégias de acesso a mercados – Cadeias curtas. – Políticas de compras públicas – Grandes compradores privados ● Digitalização dos sistemas alimentares – Tecnologias digitais da porteira para dentro. – Tecnolodias digitais da porteira para fora.

FONTE: VAHDAT ET AL. (2020).



COM A PALAVRA

Matheus Magalhães e Vivianne Naigeborin

A inclusão produtiva, isto é, a geração de trabalho e renda de maneira estável e decente para as populações em situação de pobreza e/ou vulnerabilidade social é um dos temas prioritários no debate global e fator crítico para que qualquer pessoa possa usufruir de plena cidadania, com direitos garantidos de vida e saúde em condições permanentes e sustentáveis.

A pandemia do novo coronavírus e a crise econômica que se seguiu tornaram o desafio da inclusão produtiva ainda mais urgente. Seu impacto foi generalizado, mas afetou principalmente a população jovem.

Em estudo coordenado pela Fundação Arymax e B3 Social, e realizado pelo Instituto Veredas, observou-se que os impactos em jovens de países de baixa renda foram ainda mais severos e ficaram concentrados em três eixos principais: 1) interrupções na educação, no treinamento e na aprendizagem para o trabalho; 2) maiores dificuldades para jovens candidatos a emprego e novos entrantes no mercado de trabalho; e 3) perdas de emprego e renda, juntamente à deterioração da qualidade do emprego (OIT, 2020a).

Com o aumento da digitalização da economia, muitas funções realizadas pelos jovens foram eliminadas e as possibilidades de contar com o acompanhamento de alguém no ambiente de trabalho foram reduzidas. Jovens sem experiência passaram ainda a competir com pessoas mais velhas dispostas a assumir postos menos qualificados.

Os jovens que trabalham no meio rural também sentiram os efeitos da crise econômica com a suspensão das feiras livres e da compra de merendas escolares, principais mercados para pequenos produtores e agricultores familiares. No campo e nas cidades, a flexibilização das relações de trabalho, somada ao alto grau de informalidade já existente antes da pandemia, aumentou a vulnerabilidade social desses jovens que, sem proteção social, especialmente os mais novos, estão mais sujeitos à exploração da mão de obra.

Por tudo isso, o enfrentamento da exclusão produtiva de jovens é prioridade e responsabilidade de toda a sociedade.

Precisamos substituir a visão do jovem como ônus pela do jovem-potência. Eles são o futuro e o principal motor de produtividade e desenvolvimento do país. A geração de oportunidades de trabalho e renda para essa população deve ser um compromisso coletivo de todo o país.

Governos e organizações da sociedade civil devem evitar a adoção de um enfoque fragmentado para o problema e adotar soluções que ofereçam uma jornada completa de apoio: formações conectadas às demandas reais do mercado, acesso a informação sobre treinamentos e vagas e apoio e mentoria na inserção laboral e retenção do jovem no trabalho.

Empresas devem se comprometer com processos de seleção que privilegiem a inclusão e a diversidade e garantam o acolhimento e adaptação dos jovens no ambiente laboral e oportunidades de desenvolvimento e aprendizado contínuos que favoreçam sua permanência.

Finalmente, no atual contexto de pobreza em que jovens precisam gerar renda no curto prazo, é fundamental desenvolver estratégias que permitam uma rápida inserção dessa população no mundo do trabalho. Como diriam expoentes da música brasileira: "não temos tempo a perder" porque "é tudo pra ontem".

O que descobrimos?

De acordo com a análise de Kluve et al. (2017), há quatro tipos de intervenções que podem ser considerados para promover a inclusão de jovens no mercado de trabalho:

- Capacitação e desenvolvimento de habilidades: inclui o desenvolvimento de habilidades técnicas ou específicas para um ofício, programas de alfabetização e de ensino de matemática; também pode incluir desde habilidades para o desenvolvimento de negócios, liderança e gestão, até habilidades básicas de vida (life skills) e socioemocionais, que também contribuem para uma preparação mais completa para a entrada no universo do trabalho.

- Serviços de emprego: estão associados a aconselhamento, assistência para a busca por emprego, serviços de mentoria e são com frequência complementados por estratégias de colocação no mercado de trabalho e apoio financeiro.

- Emprego subsidiado: as intervenções nesse caso podem estar baseadas no oferecimento de subsídios para facilitar a contratação de jovens ou na criação de programas de emprego público para envolver as juventudes em projetos de desenvolvimento da infraestrutura ou de desenvolvimento social e comunitário.

- Promoção do empreendedorismo: além de promover o desenvolvimento de habilidades empreendedoras, as intervenções desse tipo também incluem outros tipos de apoio, como acesso a capital (por exemplo, por meio de programas de microcrédito), apoio técnico e assessoria de negócios.

Os efeitos de cada intervenção podem ser melhores dependendo do público-alvo: programas de assistência na procura de emprego parecem ter relativamente mais sucesso para pessoas em situação de pobreza, enquanto treinamento e subsídios para emprego no setor privado tendem a funcionar melhor para os desempregados de longa duração, por exemplo (CARD; KLUVE; WEBER, 2018). Alguns programas podem ter um efeito negativo de curto prazo, à medida que pessoas engajadas neles começam a procurar emprego e podem não ter sucesso imediato, mas todos apresentam efeitos positivos no longo prazo (VOOREN et al., 2019).

Para pensar...

Boa parte dos estudos e das políticas sobre trabalho e emprego ainda foca em intervenções em nível individual, sendo essencial considerar a dimensão coletiva do trabalho e como podemos potencializar cooperativas e cadeias produtivas urbanas e rurais de forma sustentável.

Precisamos, assim, valorizar as habilidades e os interesses de diferentes grupos de jovens, oportunizando que esses se configurem em oportunidades de inclusão produtiva. Isso nos permite aliar a dimensão da realização e satisfação individual com a oferta de soluções relevantes aos contextos locais.

1. Capacitação e desenvolvimento de habilidades

Programas que ofertam apenas a intervenção de treinamento geralmente apresentam resultado positivo para inclusão no mercado de trabalho e renda. Os efeitos podem ser identificados com mais facilidade a partir de alguns meses (entre quatro e seis) após a finalização do programa (CALERO et al., 2017; CHINEN et al., 2017; STAVROPOULOU; GUPTA-ARCHER, 2017). Juventudes expostas a treinamentos de habilidades apresentam maior probabilidade de encontrar empregos assalariados e têm uma tendência em contar com um salário mais alto (CALERO et al., 2017; KLUVE et al., 2019; TRIPNEY; HOMBRADOS., 2013; TRIPNEY et al., 2013; STAVROPOULOU; GUPTA-ARCHER, 2017; KLUVE et al., 2017; LANGER et al., 2018; CHINEN et al., 2017; ESCUDERO et al., 2018; CARD et al., 2011). No geral, apesar de os resultados encontrados parecerem estatisticamente pequenos, até mesmo as mínimas diferenças em aumento de taxas de emprego remunerado podem indicar um grande número de jovens adentrando o mercado de trabalho (TRIPNEY et al., 2013).

A diversidade de intervenções existente nesse campo revela que os programas podem tomar diferentes formas. Um estudo apresenta uma intervenção voltada para o empoderamento de meninas por meio da criação de um clube onde podem interagir umas com as outras fora do ambiente escolar e aprender, com mentoras mulheres, habilidades com

potencial gerador de renda, tanto por meio de trabalho assalariado como em carreira autônoma. Esse programa identificou um aumento significativo no engajamento das meninas em atividades geradoras de renda e no emprego autônomo (BANDIERA et al., 2018). Em uma outra experiência do Rio de Janeiro, uma abordagem pedagógica diferenciada, que envolve recursos artísticos no processo de treinamento também se mostrou uma alternativa efetiva (CALERO et al., 2017). Para jovens na universidade, a utilidade de proporcionar intervenções para transição na carreira para o mercado de trabalho é cada vez mais defendida a fim de aumentar as competências sobre gestão de carreira e habilidades empreendedoras (LANGHER; NANNINI; CAPUTO, 2018).

Para serem mais efetivos, os programas de capacitação devem ser capazes de alinhar a demanda de mão de obra, com os projetos de vida dos jovens e elementos práticos de aprendizado. Jovens que tiveram a oportunidade de estagiar (CHINEN et al., 2017) e, simultaneamente, receber treinamentos de diversas ordens ampliaram suas chances de obter um emprego e renda aumentadas (KLUVE et al., 2019; KLUVE et al., 2017; LANGER et al., 2018; IBARRARAN et al., 2014; GPYE, 2013; ALCID, 2014). Além disso, quanto maior a variedade de treinamentos recebidos, mais ampliadas são as chances dos jovens (GPYE, 2013). Esse aumento no índice de empregabilidade pode estar associado ao desenvolvimento de habilidades na forma como se candidatar para vagas e agir em entrevistas, compreender o desenvolvimento de um plano de negócios e sentir-se confortável na interação com clientes (ALCID, 2014).

No que se refere ao desenvolvimento de habilidades para a vida ou soft-skills, ainda é preciso realizar mais pesquisa na área para determinar efetivamente os efeitos gerados, ainda que os resultados pareçam especialmente promissores para os países de renda média ou baixa (KLUVE et al., 2017).

É perceptível que muitos estudos tratam de programas voltados para jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica e em países de baixa ou média renda e é nesse recorte que se notam maiores efeitos (KLUVE et al., 2019; KLUVE et al., 2017; LANGER et al., 2018; ADOHO et al., 2014; TRIPNEY; HOMBRADOS., 2013). Esses podem ser ainda maiores se incluírem um enfoque de gênero mais forte (LANGER et al., 2018; CHO et al., 2013). Meninas referiram que alguns fatores sociais internos afetaram seus processos de tomada de decisão e dificultaram sua permanência no programa e nas experiências subsequentes de trabalho, como obrigações familiares e casamento (CHO et al., 2013; STAVROPOULOU; GUPTA-ARCHER, 2017). Nesse sentido, os programas podem incorporar elementos que contribuam para reduzir a carga emocional das mulheres e contribuir para sua independência, tais como a oferta de creches para os filhos (LANGER et al., 2018) ou acesso facilitado a crédito/insumos financeiros (ADOHO et al., 2014; CATALANO et al., 2019; CHO; HONORATI, 2013) ou benefícios como seguro-saúde (CATALANO et al., 2019). Considerações similares podem ser feitas para as intervenções na via do empreendedorismo.

Identifica-se também que o sucesso dos programas de treinamento de habilidades para jovens está intimamente conectado com um contexto macroeconômico positivo, em especial na criação de empregos no setor privado. Sem isso, em geral, os programas apresentam desempenho ruim (ESCUDERO et al., 2018; ADOHO et al., 2014). Cabe destacar também que há casos em que o programa conta com um grande leque de intervenções para desenvolver habilidades e preparar jovens para o mercado e, mesmo assim, as juventudes não consideram os aprendizados suficientes para superar as dificuldades encontradas, como a falta de oportunidade em empregos formais, a incapacidade de acessar crédito e os altos custos para iniciar um negócio (NORC, 2014).

Há algumas características desses programas que parecem contribuir para o seu sucesso:

- definição de perfil de participante e direcionamento adequado;
- estruturas claras de governança para os prestadores de serviços de intervenção;
- flexibilidade e capacidade de resposta na implementação e no desenho do projeto da intervenção (LANGER et al. 2018).

Além disso, à medida que adotamos novas tecnologias, a combinação de empregos disponíveis muda e a habilidade de pensar criativamente, resolver problemas e se adaptar será crucial. Essas são habilidades que os líderes empresariais relatam consistentemente que faltam entre os jovens e, embora o orçamento de treinamento e desenvolvimento seja frequentemente disponibilizado para funcionários seniores, o investimento em funcionários de nível de entrada é raro, deixando-os muitas vezes restritos na base da pirâmide (YFT, 2020).

Os programas de inclusão produtiva devem ser desenhados com o forte envolvimento dos e das jovens para trazer sua perspectiva de não só se inserirem, mas se realizarem no mundo do trabalho e transformarem as normas sociais que tornam isso ainda mais difícil para as mulheres e outros grupos sociais.

2. Serviços de emprego

A inserção de jovens no mercado pode ser facilitada por meio de uma mediação profissional que auxilie na conexão desse público com empresas privadas e serviços públicos dispostos a recebê-los, particularmente para uma primeira experiência de trabalho ou estágio. Devido à importância da conexão entre oferta e demanda, a dupla de intervenções com mais ocorrência é a que combina a mediação profissional para alocar jovens em vagas de trabalho/estágio com os treinamentos de habilidades.

Ainda como possibilidade, pode-se oferecer, combinado ao treinamento, um componente informativo que possibilite acesso a informações sobre diversas temáticas que podem ter impacto direto sobre o trabalho e a inserção no mercado. Entre os temas abordados estão questões relacionadas à saúde e à assistência social, como é o caso de uma experiência de prevenção do HIV (ROTHERAM-BORUS et al., 2012), que teve resultados positivos em saúde jovem. Em outra experiência é ressaltada a possibilidade de apresentar e despertar interesse dos/das jovens em diferentes áreas e formatos de trabalho possíveis para uma atuação profissional (YAMI et al., 2019). Em outro caso, observou-se que jovens que tiveram acesso a um programa que ofertava educação financeira, combinada ou não à disponibilização de conta para poupança, e foram incentivados por meio do programa, a economizar dinheiro, relataram, aproximadamente um ano após o fim da intervenção, uma renda aumentada (JAMISON; KARLAN; ZINMAN, 2014). Por fim, para facilitar a transferência de conhecimentos, podem ser utilizados mentores, com idade próxima à dos indivíduos acompanhados, os quais frequentemente têm enfrentado com sucesso os desafios relacionados ao empoderamento econômico e social (BANDIERA et al., 2018).

3. Emprego subsidiado

A conexão entre jovens e postos de trabalho também é favorecida pela oferta de subsídios financeiros para a manutenção dos jovens durante o período de experiência. Esse repasse pode ser dado na forma de voucher ou diretamente para a pessoa contratada ou para a empresa/serviço que irá recebê-la, a fim de financiar o salário dela. Esse subsídio geralmente está combinado a, no mínimo, uma das intervenções acima mencionadas (CARD et al., 2011; KLUVE et al., 2017; GROH et al., 2012; YAMI et al., 2019) e é bastante estratégico, pois serve como incentivo para que as empresas contratem os jovens, já que parte dos custos de contratação são cobertos pelo subsídio financeiro. Jovens também parecem ter maior interesse em se candidatar a vagas de estágio/trabalho e aderir a programas que tenham o fator do subsídio agregado (WWCLEG, 2015). Parece ter um efeito positivo também entre beneficiários do seguro-desemprego (FILGES; SMEDSLUND; JØRGENSEN, 2018). Porém, há limites nesse tipo de intervenção se não é dada a devida atenção ao desenvolvimento de

capacidades dos jovens. É comum que, ao final do período de estágio acordado e coberto pelo subsídio, as empresas não deem continuidade no contrato desses/as jovens (CARD et al., 2011). Por isso, muitas vezes, os resultados do subsídio por si só são de pequena relevância (KLUVE et al., 2017) e, quando ocorrem, são majoritariamente positivos apenas na empregabilidade a curto prazo (CARD et al., 2011). O que se observa é um aumento do número de oportunidades de emprego, mas sem mudanças significativas no nível de remuneração (KLUVE et al., 2017). Por essa razão, para ampliar os efeitos gerados, reforça-se que é fundamental que seja dada atenção ao desenvolvimento das habilidades dos jovens durante a oportunidade subsidiada.

A literatura também indica a importância do oferecimento de subsídios para jovens em condições de incapacidade. Um programa direcionado a jovens com condições crônicas incapacitantes (saúde mental, deficiência intelectual/de aprendizagem, física ou da fala/audição/visual), por meio do emprego apoiado, que inclua treinamentos e mediação para inserção profissional, tem potencial de ampliar sua capacidade de manter um emprego remunerado e uma renda maior do que teriam sem esse recurso. Aqui é importante destacar que a perda de benefícios governamentais associados à sua condição representa, segundo relatos, um desincentivo à adesão a esse tipo de programa (JETHA et al., 2019).

No que se refere aos programas de emprego público, a base de evidências ainda é frágil para se tirar conclusões quanto à sua efetividade. Ainda que os programas possam permitir que os jovens se mantenham ativos em uma atividade laboral, não há evidências que sugiram que esse tipo de programa facilitaria os resultados jovens no mercado de trabalho (KLUVE et al., 2017).

4. Promoção do empreendedorismo

Enquanto as intervenções anteriores estavam relacionadas em geral à obtenção de um emprego, um caminho cada vez mais recorrente para os jovens é o do empreendedorismo. Particularmente com as consequências geradas pela pandemia, empreender por necessidade é, muitas vezes, o único caminho que se apresenta para a população (VAHDAT et al., 2020).

Os programas efetivos nessa área tendem a contar com múltiplos componentes. Prevalece uma combinação de treinamento para negócios, serviços de assessoria e instrumentos de acesso ao capital. É importante conceber o capital nesse caso para além dos recursos financeiros e físicos, podendo incluir também capital social para acessar mercados. Programas desse tipo permitiram aumento de renda e de emprego e melhoria no desempenho dos negócios, particularmente em países de renda média ou baixa (KLUVE et al., 2017).

Mais especificamente no que se refere ao acesso a capital, as concessões financeiras parecem ser especialmente efetivas. Apesar de a combinação de programas de transferência de renda ou microfinanças com treinamento para negócios elevar a probabilidade de que o empreendedorismo ocorra, essas combinações não geram mudanças expressivas na renda e lucros (CHINEN et al, 2017). O que se identifica como mais efetivo é o oferecimento de concessões financeiras para que um novo negócio tenha início (start-up grants) (KLUVE et al., 2017), permitindo que o empreendedor lide melhor com o risco existente.

É fato que mais anos de estudo têm impacto na possibilidade de inserção no mercado de trabalho (ADOHO et al., 2014). Programas5 que contribuem para que jovens ampliem os anos de estudos e, mais ainda, finalizem o ensino médio ou obtenham certificado de conclusão de estudos acabam impactando na relação dos/das jovens consigo mesmos e, por consequência, com o mercado de trabalho e inserção profissional (ROTHERAM-BORUS et al., 2012). Programas de empreendedorismo podem impactar em conhecimentos e práticas para negócios, sem tradução imediata para a aquisição de emprego, criação de negócios ou aumento da renda, mas com reflexo para um futuro profissional (CHO; HONORATI, 2013).

Os programas também favorecem o empoderamento feminino. Meninas que participaram de um programa de treinamento de habilidades com possibilidade de geração de renda tiveram, além do impacto direto no trabalho, resultados como uma redução nos índices de gravidez precoce e uma aspiração

5 Programas como o Job Corps: <https://ies.ed.gov/ncee/wwc/Docs/InterventionReports/WWC_Jobcorps_040108.pdf>; e o Jobstart: <https://ies.ed.gov/ncee/wwc/Docs/InterventionReports/WWC_Jobstart_031808.pdf>.

pelo casamento e filhos mais tardiamente, o que pode impactar no tempo de investimento em uma carreira profissional (BANDIERA et al., 2018). As intervenções também geram uma maior autoconfiança nas mulheres (ADOHO et al., 2014; GPYE, 2013).

Alguns estudos arriscam análises de outros fatores em relação aos formatos de programas que parecem trazer melhores resultados. Programas customizados para cada resultado desejado seriam mais efetivos dependendo da combinação de intervenções pensada especificamente para o objetivo almejado (CHO; HONORATI, 2013). O envolvimento de jovens na formulação das intervenções como facilitador do engajamento das juventudes no agronegócio percebido em um dos estudos, por exemplo, apresenta potencial para ser extrapolado para demais contextos (YAMI et al., 2019). Um cuidado a ser tomado é o fato de que, não raro, há um baixo nível de coordenação entre a rede de parceiros de implementação desses programas, com cada um deles utilizando uma abordagem de implementação diferente (NORC, 2014).

Lacunas de conhecimento sobre o tema

A maior parte dos estudos de efetividade de intervenções e avaliação de políticas de inclusão produtiva que identificamos foi realizada fora do Brasil, indicando a importância de investirmos na produção científica nacional. Alguns temas representam lacunas relevantes para nosso contexto:

- evidências do impacto de programas governamentais de grande escala para jovens em países de baixa e média renda (KLUVE et al., 2017);
- pesquisas sobre abordagens bem-sucedidas para facilitar uma transição eficaz dos jovens para empregos no setor formal (KLUVE et al., 2017);
- Uma lacuna identificada em estudo coordenado pela Fundação Arymax e realizado pelo Instituto Veredas, em 2019, foi a de pesquisas sobre como superar barreiras para a inclusão via mercado de trabalho: falta de capacitação e inexperiência dos jovens (VAHDAT et al., 2019);
- pesquisas sobre intervenções que funcionam para promover a permanência de jovens no ensino médio regular e para realizar uma transição efetiva para o ensino técnico ou superior, tendo em vista alcançar o mercado de trabalho (VAHDAT et al., 2019);
- **evidências sobre a efetividade de intervenções voltadas a elaborar planos de vida com jovens, de modo a apoiá-los nas definições sobre seus objetivos para o futuro profissional (VAHDAT et al., 2019)**;
- estudos e políticas sobre trabalho e formação profissional com foco nas juventudes rurais;[6]
- pesquisas que considerem as múltiplas vulnerabilidades que podem afetar os jovens (não apenas a dimensão educacional e econômica, mas de gênero, raça, local de residência).

6 Cátedra Itinerante – Inclusão produtiva no Brasil rural e interiorano: <https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2020/10/2020_Edtal-Catedra_IPR_Cebrap_Versao1OutubroFinal.pdf>.



COM A PALAVRA

Carolina Utimura

O Brasil tem cerca de 14 anos para ser um país considerado rico (IBGE, 2020). Vivemos os últimos anos do nosso "bônus demográfico": o que antes era uma grande porta de oportunidades tem se tornado, cada vez mais, uma fresta apertada para mais de 51,3 milhões de jovens alcancem o trabalho decente. Quando olhamos nosso pouco tempo e a complexidade do problema, é impossível acreditar que um único ator do ecossistema irá resolver isso sozinho. Para um desafio como esse, precisamos cooperar.

Nossa cooperação pode ter inúmeras faces e pede responsabilização de cada ator ou setor. A educação e o mercado precisam conversar mais entre si: Quais são as demandas de competências e habilidades que mais dificultam o fechamento de vagas de trabalho no Brasil? Como podemos aliar uma maior prática no ensino para conduzir uma transição suave entre os estudos e o trabalho? As políticas públicas devem incentivar e impulsionar o setor social e as próprias ações públicas para a urgência da pauta, dando o subsídio estrutural para que jovens possam estudar e ter plena competência de competir por um trabalho decente. E o mercado precisa aproveitar a oportunidade única de regenerar o capitalismo.

Nos últimos anos, os investimentos em carteiras ESG (termo em inglês para Ambiental, Social e Governança, empresas que atendem alto padrões nesses temas e têm como responsabilidade a geração de valor para a comunidade que estão inseridas) cresceram mais de 400% (BTG Pactual). O "S" de Social vem de encontro a oportunidade de rever o arquétipo de talento das companhias e abrir portas fechadas há centenas de anos. Entender que para construir esse futuro, com geração de valor a longo prazo, precisamos abraçar com coerência a diversidade. E em um aspecto ainda mais profundo além dos imprescindíveis temas de gênero, raça, orientação sexual e PCD; os impactos da pandemia nos pedem atenção à diversidade territorial e de renda desses futuros profissionais.

A missão é urgente, os meios são possíveis e o chamado de responsabilização está sendo feito. É hora de cooperar para entregarmos um Brasil melhor para a geração que pode desenvolver o nosso país!

Vamos botar a mão na massa?

Jovens

- Identificar necessidades que existem nas suas comunidades para empreender negócios que sejam relevantes localmente.
- Identificar nas comunidades as pessoas que tenham excelência numa profissão ou ofício para que jovens possam ser aprendizes dessas habilidades.
- Mapear demandas de capacitação para o trabalho em sua comunidade e buscar articulação com organizações da sociedade civil e empresas.
- Buscar capacitações em soft skills e se informar sobre tendências acerca do futuro do mercado de trabalho.
- Recuperar a Agenda Nacional de Trabalho Discente para Juventude e debater a construção de um plano de implementação.
- Se engajar em trabalhos voluntários, que são boas ferramenta para autoconhecimento, networking e desenvolvimento de habilidades que podem auxiliar na conquista do primeiro emprego.
- Participar ativamente de projetos de extensão das IES que contribuam para o desenvolvimento profissional e protagonismo jovem.
- Divulgar em sua rede de contatos, bairros e comunidades as oportunidades de trabalho e capacitação para o mercado de trabalho que toma conhecimento.
- Participar de espaços como Junior Achievment, ENACTUS, Empresa Junior, Associações de Jovens Empresários, Jovens Trabalhadores.
- Participar da construção de estratégias alinhadas aos desejos e necessidades das juventudes e territórios.
- Os coletivos e movimentos juvenis podem ajudar a construir pontes entre educação e trabalho.
- Criar novos modelos de negócio, green jobs, negócios sociais, etc.
- Se for um jovem empreendedor, oferecer mentorias a jovens em início de carreira empreendedora.
- Construir iniciativas empreendedoras solidárias que dialoguem com as demandas públicas estatais (por exemplo: prestação de serviços a prefeituras).
- Participar de Espaços de Participação e Controle Social como Conselhos de Juventude.

Contribuir com ações de advocacy e com engajamento do poder público, conselhos e agentes públicos.

- Atuarem como comunicadores e produtores de conteúdo, pautando sobre as diferentes questões que permeiam e dialogam com as juventudes, entre elas o trabalho.
- Identificar os atores e os desejos dos jovens do seu bairro/território e em conjunto pensar em estratégias que façam sentido dentro de um projeto, seja ele voltado para a inserção no mundo do trabalho ou com outros enfoques.
- Pensar, junto de outros atores, sobre as interfaces da economia da cultura e da economia solidária.
- Desenvolver micro formações rápidas e conectadas com as oportunidades de emprego nos territórios onde os jovens estão.
- Experimentar diferentes áreas de atuação para verificar onde possui maior interesse de atuação e aperfeiçoamento.

Pesquisadores	● Garantir que pesquisas possam considerar as demandas e dificuldades de inclusão produtiva da juventude rural. ● Pesquisar quais são as ocupações relacionadas ao futuro do trabalho, buscando considerar aspectos de sustentabilidade no longo prazo. ● Mapear singularidades geográficas e socioeconômicas de cada região do país e verificar como elas operam no acesso dos jovens ao mercado de trabalho. ● Recuperar a Agenda Nacional de Trabalho Discente para Juventude e debater a construção de um plano de implementação. ● Garantir que os jovens acessem de modo fácil e intuitivo dos dados encontrados nas pesquisas. ● Compreender as demandas do mercado de trabalho e empresas para que seja possível sincronizar esforços. ● Divulgar dados e evidências de maneira simples para guiar atuação do terceiro setor e do governo a nível municipal, estadual e federal. ● Mapear as mudanças nas configurações do trabalho e das profissões para alinhar futuras capacitações e qualificações a serem desempenhadas pelos jovens.
Tomadores de decisão	● Fomentar que as ofertas de capacitação para o trabalho e estágios estejam vinculadas com as vocações locais. ● Pensar em soluções sistêmicas, buscando criar programas por meio dos quais os jovens possam seguir estudando ao mesmo tempo em que garantem sustento e ampliam experiências profissionais. ● Descentralizar ofertas de formação para o trabalho e de geração de emprego. ● Incluir jovens em programas de empregos públicos que ajudam a atender as necessidades comunitárias. ● Garantir e ampliar políticas de inclusão produtiva que tenham jovens como foco. ● Criar linhas de financiamento específicas para empreendedorismo jovem, no meio urbano e rural. ● Fomentar a criação de cooperativas, cadeias produtivas sustentáveis e empreendimentos coletivos em áreas nas quais os jovens já atuem em rede, como a produção cultural, as ações ambientais, as novas tecnologias e a comunicação. ● Conceber programas de subsídio salarial, especialmente para jovens com pequenas empresas. ● Buscar soluções adotadas em outras localidades que possam ser replicadas em outros municípios e territórios ● Estimular a prática do estágio em postos de trabalho relacionados a demandas atuais e locais, visando efetivação do jovem nos cargos. ● Desbloquear o fundo nacional da cultura para fomentar a produção cultural e estimular o desdobramento de diferentes produtos culturais que possam se tornar negócios viáveis. ● Fomentar parcerias com empresas locais para garantir a entrada no jovem no mercado de trabalho. ● Construir um Programa Nacional de Primeiro Emprego, com estímulo econômico para as empresas contratarem jovens, sem prejuízos de demissões em relação aos demais trabalhadores. ● Elaborar benefícios financeiros que estimulem e facilitem a contratação de jovens pelas empresas. ● Fomentar Políticas de Crédito e acesso ao capital. ● Realizar parcerias com IES para apoiar jovens em seus projetos. ● Utilizar o conhecimento científico baseado em evidências para gerar oportunidades aos jovens da região. ● Reforçar os processos de avaliação do impacto de políticas públicas de inclusão produtiva da juventude. ● Apoiar projetos relacionados ao desenvolvimento de jovens protagonistas.

Trabalhadores de serviços/ Setor privado/ Sociedade civil

- Fomentar que as ofertas de capacitação para o trabalho e estágios estejam vinculadas com as vocações locais.
- Criar programas por meio dos quais os jovens possam seguir estudando ao mesmo tempo em que garantem sustento e ampliam experiências profissionais.
- Apoiar a criação de cooperativas, cadeias produtivas sustentáveis e empreendimentos coletivos em áreas nas quais os jovens já atuem em rede, como a produção cultural, as ações ambientais, as novas tecnologias e a comunicação.
- Ajudar a suprir demandas locais de capacitação para o trabalho, seja em habilidades técnicas ou socioemocionais.
- Ofertar programas de qualificação para jovens que se encontram em maior grau de vulnerabilidade (jovens em situação de rua, em cumprimento de medida socioeducativa, ou institucionalizados.
- Desenvolver ações afirmativas, somando esforços para mudança de cultura organizacional.
- Buscar e ampliar parcerias com outros órgão e empresas de treinamentos e busca por emprego, oferecendo assistência na preparação do currículo, mentoria e aconselhamento, guias práticos educacionais e de carreira.
- Estudar novos caminhos sobre como pequenas, micro e médias empresas podem apoiar na inclusão produtiva de jovens.
- Explorar melhor o mercado econômico do meio cultural.
- Acompanhar os avanços dos Conselhos de Direitos da juventude nas três esferas e apoiar as deliberações.
- Ter os desejos e necessidades dos jovens como um dos seus pilares no momento de elaborar projetos para as juventudes.
- Envolver pequenas e médias empresas para empregabilidade jovem.
- Apoiar, financeiramente e com mentorias, projetos de protagonismo juvenil.
- Fortalecer a atuação em rede.
- Repensar cadeias produtivas, desenvolver clusters locais, comprar de pequenos produtores.
- Analisar a formulação dos processos seletivos, refletindo sobre como os critérios adotados podem atuar como fatores de inclusão ou exclusão de jovens de determinados segmentos sociais.
- Investir na conectividade.
- Fortalecer programas como o jovem aprendiz
- Ter programas de capacitação e inclusão de jovens nas empresas.
- Incorporar a diversidade não apenas nos processos seletivos, mas também na cultura das empresas, possibilitando a integração e desenvolvimento de diferentes sujeitos no ambiente de trabalho.
- Conceber acesso a crédito e/ou recurso semente para jovens do meio rural.
- Viabilizar a compra dos produtos e serviços produzidos por jovens do meio rural.

Juventudes, profissionalização, trabalho e renda: reflexões sobre equidade e implementação

Uma das ferramentas desenvolvidas para considerar diferentes dimensões de equidade no desenho e implementação de intervenções sociais é o framework PROGRESS (O'NEILL et al., 2014). Esse acrônimo é traduzido da seguinte forma:

P	Local de residência
R	Raça/etnia/cultura/linguagem
O	Ocupação e trabalho
G	Gênero
R	Religião
E	Educação
SS	Status socioeconômico e capital social

Além dessas dimensões, podem ser agregadas reflexões sobre outras características pessoais que podem ser alvo de preconceito ou estigma (por exemplo, faixa etária, orientação sexual, pessoas com deficiências) e características da rede familiar e de apoio.

A seguir, são exploradas as implicações de cada uma dessas dimensões nas intervenções relacionadas ao mundo do trabalho.

No sentido de superar barreiras de equidade, são necessárias intervenções que façam as instituições educativas e as empresas valorizarem as habilidades e os conhecimentos das juventudes rural, periférica ou negra, as quais foram silenciadas e desvalorizadas sistematicamente.

Local de residência (P)

Com frequência, os jovens em condição de vulnerabilidade são levados a morar em lugares afastados dos grandes centros, seja em áreas rurais ou de periferia. A distância dos centros de treinamento, o custo e a disponibilidade de transporte público podem ser barreiras expressivas para o acesso aos programas (CHINEN et al., 2017). No caso de programas oferecidos à distância, a falta de uma conexão de internet de qualidade também pode criar barreiras para os jovens.

Para aqueles que empreendem, as dificuldades de obter suprimentos externos ou de levar os produtos para o mercado consumidor também podem ser relevantes. No caso das áreas rurais, muitas vezes a distância significa que ferramentas novas, sementes e outros insumos não estavam disponíveis ou eram caros, e o transporte de qualquer produto para o mercado era difícil e caro (BLATTMAN; ANNAN, 2011).

Em alguns lugares, as juventudes enfrentam o desafio adicional de estarem em um contexto fortemente marcado pela violência, o que pode limitar o seu acesso a programas e recursos. Por exemplo, em uma experiência no Rio de Janeiro, as jovens não podiam se mover de uma comunidade para outra devido à divisão das favelas por gangues rivais que controlam o tráfico de drogas e outras atividades ilícitas na cidade (CALERO et al., 2017).

Diante desses desafios, há diferentes estratégias que podem ser utilizadas. Em alguns lugares uma saída para esses desafios é levar os programas ou recursos para mais perto dos jovens, seja integralmente ou parcialmente, reduzindo a necessidade de deslocamento. Quando não é possível deslocar as intervenções, pode-se considerar uma reforma no sistema de transporte público para auxiliar nesse aspecto (CHINEN et al., 2017) ou a concessão de benefícios de forma a reduzir os custos.

No caso de o contexto ser tomado pela violência, a resposta que um programa adotou foi criar um espaço neutro no centro da cidade, longe das áreas de conflito. O conceito de um espaço neutro e inclusivo também foi tecido na metodologia pedagógica do programa (CALERO et al., 2017).



COM A PALAVRA

Henrique Madeiros, o Riqueza

Temos razões e evidências nos territórios periféricos para acreditar na capacitação e desenvolvimento de habilidades e nos serviços de emprego enquanto elementos fundamentais para a tão sonhada inserção produtiva de jovens no mercado de trabalho, desde que pautados pelo olhar sensível da transversalidade, atentos às opressões de gênero, raça, território e classe. Por outro lado, há um receio quanto ao empreendedorismo pelo fato de que, em regra, jovens periféricos e pertencentes aos grupos que sofrem maior exclusão social estão nessa condição por necessidade, e não por oportunidade.

Na cidade de São Paulo, a média de idade dos entregadores ciclistas de aplicativos é de 24 anos, sendo que 50% do total têm até 22 anos, segundo a pesquisa realizada pela Aliança Bike em 2019. Ainda com base nesta pesquisa, observa-se que 40% dos entregadores têm somente o ensino fundamental e que 71% deles são negros (pretos e pardos). Essa é, aparentemente, a situação comum das juventudes que estão na informalidade e, nos trabalhos informais, na insegurança, dificilmente teremos perspectiva de vida e futuro. A preocupação se teremos ou não fonte de renda para nos alimentarmos e morarmos no dia seguinte, aniquila gradativamente nossos sonhos e planejamentos.

Sendo assim, o que fica de preocupação em relação à nossa condição atual é: visto que há uma intensificação dos processos de remoção de direitos trabalhistas e da flexibilização do mundo do trabalho, como nos alerta o sociólogo Ricardo Antunes em "Adeus ao Trabalho?" (1995), e da "corrosão do caráter", processo analisado e descrito pelo também sociólogo Richard Sennett na obra lançada em 1998 e que carrega este termo como título, como iremos garantir uma vida digna e dotada de sentido fora e dentro do trabalho para todas as pessoas e, aqui, em especial, para as nossas juventudes brasileiras?

Raça/etnia/cultura (R)

O racismo estrutural existente no Brasil faz com que as juventudes negras não possam se preparar com as mesmas condições para o mercado de trabalho e por isso ocupem posições de menor qualidade. Por exemplo, entre os entregadores de aplicativo, a maioria deles são jovens negros.

Diante desse desafio, as instituições podem adotar ações afirmativas que promovam a entrada dos jovens em programas de formação ou em empresas e estratégias de combate ao estigma dentro dos ambientes de trabalho e educação. Nesse sentido, uma alternativa é contar com pessoas negras para recepcionar e atuar como tutores ou professores dos jovens, oferecendo um exemplo a ser seguido.

Ocupação (O)

Muitos jovens não têm a opção de apenas estudar e de se preparar devidamente para ingressar no mercado de trabalho. Seja durante os anos escolares ou depois deles, apoiar economicamente a família pode ser uma necessidade imediata. Nesses casos, a disponibilidade dos jovens é mais restrita e pode não coincidir com os horários ofertados em programas de formação (CHINEN et al., 2017).

As organizações que reconhecem esse desafio podem buscar ofertar os cursos em horários compatíveis com a agenda dos participantes (CHINEN et al., 2017), ou oferecer formas de apoio financeiro que permitam aos jovens dedicar mais tempo à sua formação.

A potência da juventude negra

Adriana Barbosa, CEO do PretaHub e colunista do ***site*** Ecoa, destaca em artigo que a juventude negra não quer apenas consumir a diversidade – ela quer criá-la!

Afirma que o empreendedorismo das juventudes negras é um caminho para que essas pessoas possam cocriar suas próprias narrativas, a partir de cenários mais colaborativos e generosos, apropriando-se de diferentes mecanismos, como o ambiente digital e as novas tecnologias.

"Se você precisa de trabalho, você cria um trabalho."

Adriana menciona o estudo de 2019, Empreendedorismo Negro no Brasil, realizado pela PretaHub, Feira Preta, Plano CDE e o JP Morgan, indicando que essa geração não pensa o trabalho formal como única opção possível.

Além disso, o trabalho passa a ser visto mais como elemento de realização e expressão. Esse pensamento, ressalta, tem impactado o mundo do trabalho de forma irreversível e possibilitado pensar novas formas de inserção de uma juventude historicamente marginalizada em grupos economicamente ativos.

Fortalecendo a noção da economia criativa, esses negócios integram a cultura de todo um povo ao desenvolvimento de produtos e serviços que solucionam problemas de grupos específicos e, exponencialmente, de toda uma sociedade.

Gênero (G)

As mulheres enfrentam desafios que podem dificultar a sua participação em intervenções no campo do trabalho. Elas são especialmente confrontadas com desafios tais como violência baseada em gênero, casamento infantil, gravidez precoce e aumento dos riscos de HIV/AIDS (HABERLAND; MCCARTHY; BRADY, 2018). Além disso, há diversas questões associadas a normas de gênero. Devido às falsas crenças sociais existentes, as mulheres podem apresentar baixa confiança e timidez, limitando o seu envolvimento pleno nas atividades. Com frequência se crê que as mulheres não são capazes de prover liderança (NORC, 2014) ou que não deveriam se envolver em certas profissões que estariam mais destinadas aos homens. Ela também tem de lidar com a divisão desigual das responsabilidades domésticas de tarefas e cuidados (CHINEN et al., 2017).

Para lidar com essas circunstâncias, o desenho dos programas pode incluir estratégias que apoiem as jovens mulheres. Um tipo de estratégia nesse sentido é a concessão de bolsas de estudo ou algum tipo de subsídio financeiro, como vale-transporte, que permita uma maior dedicação aos programas.

Também podem ser oferecidas instalações de cuidado infantil ou um subsídio para acessar a uma creche, o que poderia inclusive tomar a forma de uma política pública nacional. Para além dessas estratégias, os programas podem ajudar as mulheres a negociarem a sua participação com suas famílias e a desenvolverem habilidades para a vida que as ajudem a lidar com as normas de gênero prevalentes, incluindo também cuidados reprodutivos e planejamento familiar (CHINEN et al., 2017).

Iniciativas comunitárias para aumentar a conscientização dos pais sobre os programas de bolsas de estudo ou o direito das crianças à educação, e para mobilizar comunidades para a educação de meninas, poderiam ajudar na implementação e aceitação dos programas (STAVROPOULOU; GUPTA-ARCHER, 2017).

Religião (R)

No Brasil, os adeptos das religiões de matriz africana sofrem preconceito e discriminação, o que pode dificultar o seu acesso a programas e oportunidades. Similarmente ao que foi discutido para o racismo, entre as estratégias que podem ser adotadas estão a adoção de ações afirmativas e ações de combate ao estigma dentro das organizações.

Educação (E)

A educação precária a que alguns jovens podem ter tido acesso durante suas vidas, seja por não terem completado a educação básica ou pela baixa qualidade dos programas, também pode criar barreiras adicionais. Em um estudo, foi possível notar que os jovens que não concluíram o ensino primário ou secundário tiveram maiores perdas de emprego do que os jovens com um certificado do ensino primário ou secundário (ALCID, 2014). Em outro, constatou-se que os jovens que tinham déficits cognitivos significativos (por exemplo, literacia, numeracia, memória), também puderam se beneficiar menos dos programas (ROTHERAM-BORUS et al., 2012).

Devido à falta de experiência dos jovens, também pode ser mais difícil para eles apresentarem suas habilidades e credenciais e acessarem redes de contatos que lhes permitam buscar efetivamente vagas e se conectar com os empregadores (KLUVE et al., 2019). Além disso, no campo do empreendedorismo, os jovens podem ter experiências diferentes com a gestão de recursos financeiros que precisam ser levadas em consideração (JAMISON; KARLAN; ZINMAN, 2014).

Pessoas LGBTQIA+ e o mercado de trabalho

Pessoas LGBTQIA+ também podem sofrer discriminação e barreiras no mercado de trabalho, desde o desrespeito ao nome social, a vitimização por práticas de homofobia e transfobia, até a impossibilidade de acessar determinadas vagas devido ao preconceito.

A publicação ***Promoção dos direitos humanos de pessoas LGBT no mundo do trabalho*** aponta dez passos para afirmação desses direitos em empresas e organizações:

1) Comprometer-se – presidência e executivos – com o respeito e a promoção dos direitos LGBT.

2) Promover igualdade de oportunidades e tratamento justo às pessoas LGBT.

3) Promover ambiente respeitoso, seguro e saudável para as pessoas LGBT.

4) Sensibilizar e educar para o respeito aos direitos LGBT.

5) Estimular e apoiar a criação de grupos de afinidade LGBT.

6) Promover o respeito aos direitos LGBT na comunicação e ***marketing***.

7) Promover o respeito aos direitos LGBT no planejamento de produtos, serviços e atendimento aos clientes.

8) Promover ações de desenvolvimento profissional de pessoas do segmento LGBT.

9) Promover o desenvolvimento econômico e social das pessoas LGBT na cadeia de valor.

10) Promover e apoiar ações em prol dos direitos LGBT na comunidade.

Diante desses desafios, os programas podem considerar incluir componentes de nivelamento que permitam aos adolescentes recuperar parte do seu déficit educacional. Além disso, a atribuição de um tutor que acompanhe o/a jovem na sua inserção no mercado de trabalho pode permitir uma ampliação dos horizontes e possibilidades, podendo inseri-lo/a em redes de contato.

Por fim, o rendimento dos filhos parece estar associado ao grau de escolaridade dos pais. Em 2014, a média de rendimentos do trabalho de pessoas com nível superior completo cujas mães não tinham instrução era de R$ 3.078, chegando a R$ 5.826 para aquelas com mães com ensino superior completo. Já em relação ao pai, o rendimento médio do trabalho de pessoas com nível superior era de R$ 2.603 quando o pai não tinha instrução, chegando a R$ 6.739, no caso de pessoa cujo pai tinha nível superior. Para pessoas com ensino médio completo, o rendimento médio variava de R$ 1.431, quando a mãe não tinha instrução, a R$ 2.209, para aquelas cuja mãe tinha nível superior; e de R$ 1.367, para aquelas cujo pai não tinha instrução, a R$ 2.884,00 no caso de o pai ter nível superior.7

Status socioeconômico e capital social (SS)

Além de enfrentarem tipicamente as barreiras associadas a viver em lugares remotos e terem um baixo nível educacional, os jovens que se encontram em uma situação de vulnerabilidade socioeconômica com frequência precisam trabalhar e por isso podem não ter a disponibilidade para participar de programas que exijam uma grande dedicação ou um investimento financeiro que esteja para além das suas possibilidades.

Nestes casos é possível oferecer programas que se adaptem à disponibilidade dos jovens ou bolsas de estudo que permitem que eles deixem seus trabalhos (ainda que exista um risco nessa decisão) para se dedicar aos programas.

Quando as intervenções exigem a compra de materiais, também é preciso dar atenção aos custos a que os participantes incorrerão. Ainda que contem com os materiais e insumos necessários a princípio, esses podem ser danificados ou estragados durante o programa, e os participantes podem não ter os recursos necessários para comprar o que foi perdido (BLATTMAN; ANNAN, 2011).

7 Notícia: "Nível de escolaridade dos pais influencia rendimento dos filhos": <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/11/nivel-de-escolaridade-dos-pais-influencia-rendimento-dos-filhos.html#:~:text=O%20n%C3%ADvel%20de%20escolariza%C3%A7%C3%A3o%20dos,e%20nos%20rendimentos%20dos%20filhos.&text=Foram%20consideradas%20as%20posicionais%20s%C3%B3cio,grau%20de%20escolaridade%20dos%20pais>.

Figura 5 – Evolução da proporção de pessoas com deficiência no estoque de empregos formais - 2010 a 2019

FONTE: RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS – RAIS (BRASIL, 2019)[8]

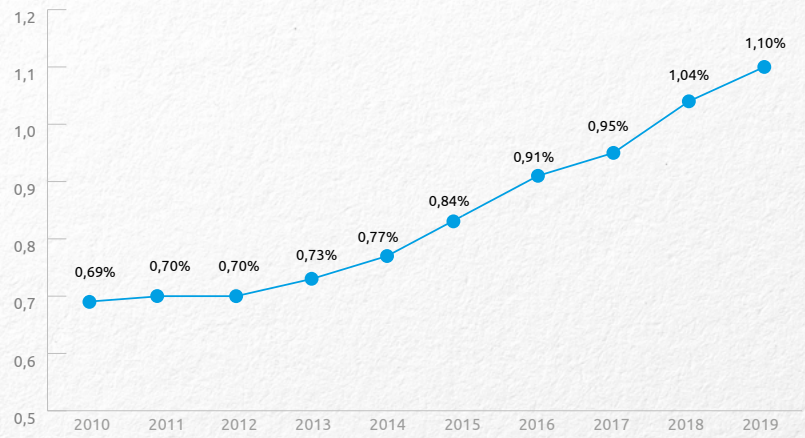
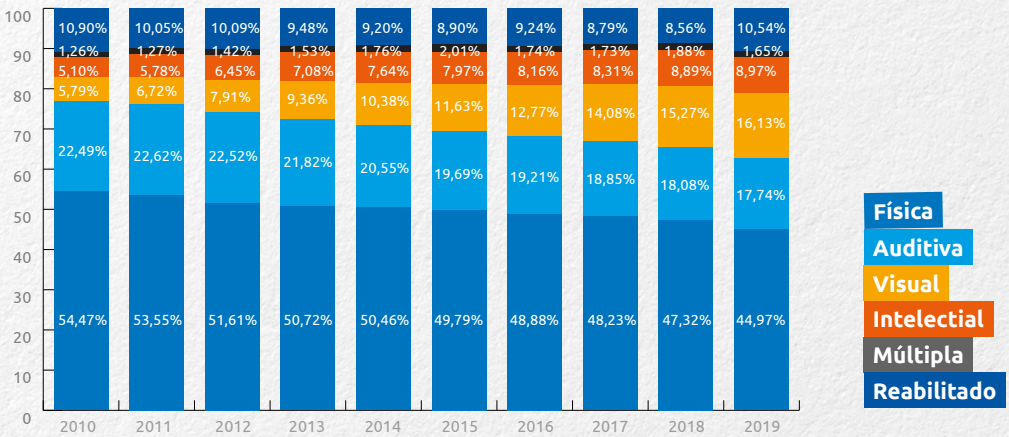


Figura 6 - Evolução da distribuição do estoque de empregos formais por tipo de deficiência - 2010 a 2019

FONTE: RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS – RAIS (BRASIL, 2019)[9]



É essencial atentar para as vulnerabilidades específicas das pessoas com deficiências, que tendem a ser excluídas do mercado de trabalho e renda e enfrentam maiores barreiras para uma inclusão produtiva (SARAN; WHITE; KUPER, 2020). Conforme a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (BRASIL, 2020), a proporção geral de pessoas com deficiência no estoque de empregos formais no Brasil é de 1,1% em 2019. Segundo a RAIS, em média os trabalhadores com alguma deficiência recebem salários menores que as médias nacionais (R$ 3.156,02), com exceção do indivíduo reabilitado (R$ 3.351,02) (Figuras 5 e 6).

8 Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/rais>
9 Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/rais>

Para os jovens com episódios de cumprimento em medida socioeducativa ou apenados, a profissionalização se constitui, também, como uma ferramenta essencial para a ressocialização e para evitar reincidências. O Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) assegura a necessidade de qualificação profissional para os adolescentes inseridos nos regimes de internação (art. 94), liberdade assistida (art. 119) e semiliberdade (art. 120). As estratégias para a realização dessa diretriz passam tanto pelo oferecimento de cursos de qualificação específicos para esse público, muitas vezes oferecidos dentro das unidades de internação, como na inclusão de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em programas gerais de qualificação profissional. Além de possibilitar novas relações sociais e identitárias, a profissionalização tende a gerar um aumento de renda para os adolescentes e jovens. A falta de recursos financeiros pode ser um grande influenciador do envolvimento de adolescentes e jovens na criminalidade, uma vez que a prática de atos infracionais pode estar relacionada com uma alternativa de inclusão na cultura do consumo (TELES, 2016).

Assim, apesar da existência de cursos de qualificação específicos em grande parte das unidades de privação de liberdade, muitas vezes esses cursos não disponibilizam bolsas ou recursos financeiros para os jovens, dificultando sua permanência nos programas. Há, também, dificuldades na inserção de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em programas gerais de profissionalização. A baixa escolaridade dos jovens autores de atos infracionais apresenta-se como um dos principais desafios, visto que, muitas vezes, as vagas possuem exigência de escolaridade mínima de ensino médio.

Além disso, o estigma social e o preconceito podem contribuir para que as empresas ou entidades formadoras não aceitem jovens com esse perfil. Muitas vagas são oferecidas por meio de processos seletivos complexos, que acabam dificultando o acesso de jovens com histórico de vulnerabilidade social e déficits educacionais.

Como observamos, há muito o que fazer no campo do trabalho e emprego, o qual se tornou ainda mais relevante com os desafios gerados pela pandemia – e é urgente começar a atuar! Diante desse panorama de desafios e possibilidades, é preciso pensar, junto aos jovens, quais tipos de estratégia são mais adequadas para cada grupo de jovens e com que atores podemos somar forças para garantir que o trabalho seja um direito e um potencializador das experiências de vida das juventudes.

Recomendações das Conferências de Juventude para o Trabalho

Como preparação para a IV Conferência, é essencial retomar recomendações passadas elaboradas por jovens:

I Conferência (2008):

- crédito para a juventude e construção de um marco legal que viabilize o cooperativismo, a economia solidária e o empreendedorismo da juventude do campo e da cidade, desburocratizando o acesso ao crédito, à formação e ao mercado consumidor;
- ampliação dos programas governamentais, voltados ao primeiro emprego, garantindo a cogestão da sociedade civil e reformulação das Leis do Estágio e do Aprendiz, visando garantir os direitos trabalhistas e convenções coletivas, para os jovens da cidade e do campo, respeitando as realidades regionais.

II Conferência (2010):

- ampliação e interiorização de cursos técnicos, tecnológicos e profissionalizantes;
- construir e implementar um plano nacional de promoção do trabalho decente para a juventude, com indicadores e metas, tendo como base a Agenda Nacional do Trabalho Decente para a Juventude;
- criação de uma política pública de fomento específica para a juventude da agricultura familiar, camponesa, assalariada rural, para os povos e comunidades tradicionais que respeite os princípios de: i) priorização, associativismo e cooperativismo; ii) valorização de práticas agroecológicas alternativas; iii) qualificação técnica na produção, na gestão e na comercialização; e iv) geração de renda respeitando a pluriatividade.

III Conferência (2015):

- garantir o acesso ao 1º emprego com qualidade;
- proibir a terceirização em todas as suas formas;
- construir e ampliar as unidades de ensino profissionalizante e técnico, juntamente com a ampliação da quantidade de bolsas de pesquisa e extensão e das vagas nos programas como: menor aprendiz, jovem aprendiz, Pronatec, Pronacampo, Projovem urbano, Projovem rural, SISUTEC, SISU, Prouni e demais programas. A ampliação deve considerar as áreas periféricas e rurais, contemplando a realidade de cada região, fomentando parcerias com o poder público e privado a fim de garantir vagas de emprego e alternativas de renda;
- fortalecer os empreendimentos e coletivos de juventude da agricultura familiar, pesca artesanal e demais atividades produtivas do campo e da cidade com agroindústrias, bem como incentivar a formação de novos coletivos, garantindo o acesso ao crédito a ATER e a comercialização, visando à promoção da economia solidária como estratégia para garantia do bem viver, do trabalho digno e da renda para a juventude;
- criação de centro técnico profissionalizante rural de acordo com sua região, proporcionando trabalho e renda, garantindo a permanência do jovem rural no campo, incentivando a produção e comercialização da agricultura familiar, assim como outros meios de geração de renda, priorizando a cultura local;
- potencializar ações do Ministério do Trabalho e Emprego para ampliação do percentual de vagas direcionadas aos jovens respeitando as condições de trabalho decente através da Política Nacional de Trabalho, garantindo a criação de uma plataforma on-line de divulgação e acompanhamento para estes fins;
- implementar políticas públicas de juventude de acordo com o Plano Nacional de Trabalho Decente para a Juventude.

Referências

ADOHO, F. et al. The impact of an adolescent girls employment program: the epag project in liberia. World Bank, 2014. Disponível em: <http://documents1.worldbank.org/curated/en/610391468299085610/pdf>./WPS6832.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2020.

ALCID, A. A randomized controlled trial of Akazi Kanoze youth in rural Rwanda. USAID, 2014. Disponível em: <https://www.edc.org/sites/default/files/uploads/RCTReport.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2020.

ARAN, A.; WHITE, H.; KUPER, H. Evidence and gap map of studies assessing the effectiveness of interventions for people with disabilities in low and middle income countries. Campbell Systematic Reviews, v. 16, n. 1, 2020. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/cl2.1070>. Acesso em: 3 dez. 2020.

BANDIERA, O et al. Women's Empowerment in action: evidence from a randomized control trial in Africa, 2018. Disponível em: <https://www.ucl.ac.uk/~uctpimr/research/ELA.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2020.

BLATTMAN, C.; ANNAN, J. Reintegrating and employing high risk youth in Liberia: lessons from a randomized evaluation of a landmine action agricultural training program for ex-combatants. Evidence from randomized evaluations of peacebuilding in Liberia: policy report. IPA; YALE, 2011. Disponível em: <https://www.poverty-action.org/sites/default/files/publications/blattman_annan_ex-com_reintegration_ipa_liberia_1.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2020.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: ◂http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 3 dez. 2020.

BRASIL. LGBT nas prisões do Brasil: diagnóstico dos procedimentos institucionais e experiências de encarceramento. Brasília, 2020a. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/fevereiro/TratamentopenaldepessoasLGBT.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) ano-base 2019. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. Brasília, 2019. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/rais>

CALERO, C. et al. Can arts-based interventions enhance labor market outcomes among youth? Evidence from a randomized trial in Rio de Janeiro. Labour Economics, v. 45, p. 131-142, 2017. Disponível em: <http://ftp.iza.org/dp8210.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2020.

CARD, D. et al. The labor market impacts of youth training in the Dominican Republic. Journal of Labor Economics, v. 29, n. 2, p. 267-300, 2011. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.1086/658090>. Acesso em: 3 dez. 2020.

CARD, D.; KLUVE, J.; WEBER, A. What works? A meta analysis of recent active labor market program evaluations. Journal of the European Economic Association, v. 16, n. 3, p. 894-931, 2018. Disponível em: <http://ftp.iza.org/dp9236.pdf>.>. Acesso em: 3 dez. 2020.

CATALANO, R. F. et al. Positive youth development programs in low- and middle-income countries: a conceptual framework and systematic review of efficacy. Journal of Adolescent Health, v. 65, n. 1, p. 15-31, 2019. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31010725/>. Acesso em: 3 dez. 2020.

CHINEN, M. et al. Vocational and business training to improve women's labour market outcomes in low and middle income countries: a systematic review. Campbell Systematic Reviews, v. 13, n. 1, p. 1–195, 2017. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf>./10.4073/csr.2017.16>. Acesso em: 3 dez. 2020.

CHO, Y. et al. Gender differences in the effects of vocational training: constraints on women and drop-out behavior. IZA Discussion Paper, n. 7408, 2013. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2266835>. Acesso em: 3 dez. 2020.

CHO, Y.; HONORATI, M. Entrepreneurship programs in developing countries: a meta regression analysis. IZA Discussion Paper, n. 6402, 2013. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/13199/wps6402.pdf>.?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 3 dez. 2020.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL (CODEPLAN). Síntese de evidências: inclusão de jovens no mercado de trabalho. Brasília: CODEPLAN, 2020a. Disponível em: <https://9b4d-822d-5bf4-4f84-a59e-d66453e82643.filesusr.com/ugd/63eaa2_dfc40242e9ba4bcc8ae2e8d15f62f75a.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2020.

_____. Síntese de evidências: promoção da igualdade de gênero no mercado de trabalho. Brasília: CODEPLAN, 2020b. Disponível em: <https://9b4d-822d-5bf4-4f84-a59e-d66453e82643.filesusr.com/ugd/63eaa2_716cbfb5ef0f42ac90dbcbf95af0e5d3.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2020.

CONSELHO NACIONAL DA JUVENTUDE (CONJUVE.) Juventudes e a pandemia do coronavírus, 2020. Disponível em: <https://4fa1d1bc--0675-4684-8ee9-031db9be0aab.filesusr.com/ugd/f0d618_41b201dbab994b44b00aabca-41f971bb.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2020.

DIEESE. Departamento intersindical de estatística e estudos socioeconômicos. Boletim emprego em pauta. São Paulo, número 11, 2018. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2018/boletimEmpregoEmPauta11.pdf>

DICKSON, K.; BANGPAN, M. Providing access to economic assets for girls and young women in low--and-lower middle income countries: a systematic review of the evidence. London: EPPI-Centre, Social Science Research Unit, Institute of Education, University of London, 2012. Disponível em: <https://gsdrc.org/document-library/providing-access-to--economic-assets-for-girls-and-young-women--in-low-and-lower-middle-income-countries-a--systematic-review-of-the-evidence/>. Acesso em: 3 dez. 2020.

ESCUDERO, V. et al. Active labour market programmes in Latin America and the Caribbean: evidence from a meta-analysis. The Journal of Development Studies, v. 55, n. 12, p. 2644-2661, 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00220388.2018.1546843>. Acesso em: 3 dez. 2020.

FILGES, T.; SMEDSLUND, G.; JØRGENSEN, A.-M. K. Active labour market programme participation for unemployment insurance recipients: a systematic review. Research on Social Work Practice, v. 28, n. 6, p. 653-681, 2018. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.4073/csr.2015.2>. Acesso em: 3 dez. 2020.

GLOBAL PARTNERSHIP FOR YOUTH EMPLOYMENT (GPYE). Testing "What works in youth employment": evaluating Kenya's Ninaweza program. GPYE, 2013. Disponível em: <https://www.iyfnet.org/library/testing-what-works-youth-employment--evaluating-kenyas-ninaweza-program>. Acesso em: 3 dez. 2020.

GORAYEB, D. S. et al. Mulheres no mercado de trabalho no 1o trimestre de 2020. v. 2, n. 1, p. 11, 2020. Disponível em: <https://www.facamp.com.br/wp-content/uploads/2020/06/BoletimMMT_v2_n1_1otrim2020.pdf>

GROH, M. et al. Soft skills or hard cash? the impact of training and wage subsidy programs on female youth employment in Jordan. IZA Discussion Paper, n. 6141, 2012. Disponível em: <http://documents1.worldbank.org/curated/en/654491468271825136/pdf>./WPS6141.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2020.

HABERLAND, N.; MCCARTHY, K.; BRADY, M. Insights and evidence gaps in girl-centered programming: a systematic review. Population Council, 2018. Disponível em: <https://knowledgecommons.popcouncil.org/departments_sbsr-pgy/458>. Acesso em: 3 dez. 2020.

IBARRARAN, P. et al. Life skills, employability and training for disadvantaged youth: evidence from a randomized evaluation design. IZA Journal of Labor & Development, v. 3, n. 1, p. 10, 2014. Disponível em: <https://izajold.springeropen.com/articles/10.1186/2193-9020-3-10>. Acesso em: 3 dez. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Covid, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/27946-divulgacao-semanal-pnadcovid1.html?=&t=downloads>. Acesso em: 3 dez. 2020.

_____. Sistema de Recuperação Automática de Dados (SIDRA). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/DD/A/Q>. Acesso em: 3 dez. 2020.

_____. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2019b. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2019.

INTERNATION LABOUR ORGANIZATION (ILO). ILO Monitor: Covid-19 and the world of work. Fourth edition updated estimates and analysis. Geneva: ILO, 2020. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/briefingnote/wcms_745963.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2020.

_____. What works: active labour market policies in Latin America and the Caribbean. Geneva: ILO, 2016. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_492373.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2020.

JAMISON, J.; KARLAN, D.; ZINMAN, J. Financial education and access to savings accounts: complements or substitutes? Evidence from Ugandan youth clubs. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research, 2014. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w20135.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2020.

JETHA, A. et al. Work-focused interventions that promote the labour market transition of young adults with chronic disabling health conditions: a systematic review. Occupational and Environmental Medicine, v. 76, n. 3, p. 189-198, 2019. Disponível em: <https://oem.bmj.com/content/oemed/76/3/189.full.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2020.

KLUVE, J. et al. Do youth employment programs improve labor market outcomes? A quantitative review. World Development, v. 114, p. 237-253, 2019. Disponível em: <http://ftp.iza.org/dp10263.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2020.

KLUVE, J. et al. Interventions to improve the labour market outcomes of youth: a systematic review of training, entrepreneurship promotion, employment services and subsidized employment interventions. Campbell Systematic Reviews, v. 13, n. 1, p. 1-288, 2017. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/documents/publication/wcms_508938.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2020.

LANGER, L. et al. Women in wage labour: a systematic review of the effectiveness and design features of interventions supporting women's participation in wage labour in higher-growth and/or male-dominated sectors in LMICs. Technical report. London: EPPI-Centre, 2018. Disponível em: <https://www.gov.uk/research-for-development-outputs/women-in-wage-labour-a-systematic-review-of--the-effectiveness-and-design-features-of-interventions-supporting-women-s-participation-in--wage-labour-in-higher-growth-and-or-male-dominated-sectors-in-lmics>. Acesso em: 3 dez. 2020.

LANGHER, V.; NANNINI, V.; CAPUTO, A. What do university or graduate students need to make the cut? A meta-analysis on career intervention effectiveness. Educational Cultural and Psychological Studies, n. 17, p. 1, 20 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/325889904_What_Do_University_or_Graduate_Students_Need_to_Make_the_Cut_A_Meta-analysis_on_Career_Intervention_Effectiveness>. Acesso em: 3 dez. 2020.

NERI, M. Qual foi o impacto da crise na renda dos jovens? E nos nem-nem? – Etapa 1 do Atlas das Juventudes. São Paulo: FGV Social, 2019.

NORC. Yes youth can! Impact evaluation final report. USAID, 2014. Disponível em: <https://www.eccnetwork.net/sites/default/files/media/file/PA00JZQX.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2020.

Organização Internacional do Trabalho (OIT). Preventing exclusion from the labour market: tackling the Covid-19 youth employment crisis. 2020. Disponível em: <https://www.ilo.org/emppolicy/pubs/WCMS_746031/lang--en/index.htm>. Acesso em: 3 dez. 2020.

O'NEILL, J. et al. Applying an equity lens to interventions: Using PROGRESS ensures consideration of socially stratifying factors to illuminate inequities in health. Journal of Clinical Epidemiology, v. 67, p. 56-64, 2014. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/24189091/>. Acesso em: 3 dez. 2020.

ROTHERAM-BORUS, M. J. et al. Vocational training with HIV prevention for Ugandan youth. AIDS and Behavior, v. 16, n. 5, p. 1133-1137, 2012. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3947885/>. Acesso em: 3 dez. 2020.

STAVROPOULOU, M.; GUPTA-ARCHER, N. Adolescent girls' capabilities in Nepal: the state of the evidence on programme effectiveness. London: Gender and Adolescence: Global Evidence, 2017. Disponível em: <https://www.gage.odi.org/wp-content/uploads/2019/01/Nepal-Interventions-Report--Jan2018.docx.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2020.

TELES, A. da A. O trabalho dos jovens no comercio ilegal de drogas. I SIMPÓSIO NACIONAL APROXIMAÇÕES COM O MUNDO JUVENIL: TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA NA CONTEMPORANEIDADE. Anais... Belo Horizonte: FAJE, 2016. Disponível em: <https://www.faculdadejesuita.edu.br/eventodinamico/eventos/documentos/documento-6F6gut2Gq8SFqm.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2020.

THOMAS, J. et al. Targeted youth support: rapid evidence assessment of effective early interventions for youth at risk of future poor outcomes. London: EPPI-Centre, 2008. Disponível em: <https://eppi.ioe.ac.uk/cms/Default.aspx?tabid=2417>. Acesso em: 3 dez. 2020.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Anuário brasileiro da educação básica 2020. Editora Moderna, 2020. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/302.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020. Acesso em: 5 dez. 2020.

TRIPNEY, J. S.; HOMBRADOS, J. G. Technical and vocational education and training (TVET) for young people in low- and middle-income countries: a systematic review and meta-analysis. Empirical Research in Vocational Education and Training, v. 5, n. 1, p. 3, 2013. Disponível em: <https://ervet-journal.springeropen.com/articles/10.1186/1877-6345-5-3>. Acesso em: 3 dez. 2020.

TRIPNEY, J. S. et al. Technical and vocational education and training (TVET) interventions to improve the employability and employment of young people in low and middle income countries: a systematic review. Campbell Systematic Reviews, v. 9, n. 1, p. 1-171, 2013. Disponível em: <http://sro.sussex.ac.uk/id/eprint/60747/1/Tripney_TVET_Review.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2020.

UNITED NATIONS POPULATION FUND (UNFPA). Covid-19: working with and for young people. Compact for young people in humanitarian action, 2020. Disponível em: <https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/76623.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2020.

VAHDAT, V. et al. O futuro da inclusão produtiva: da emergência social ao pós-pandemia. Brasília: Instituto Veredas, 2020. Disponível em: <http://arymax.org.br/conhecimento/inclusaoprodutivanobrasil/novo-estudo-inclusao-produtiva/>. Acesso em: 3 dez. 2020.

VAHDAT, V. et al. Inclusão Produtiva no Brasil. Brasília: Instituto Veredas, 2019. Disponível em: <http://arymax.org.br/conhecimento/inclusaoprodutivanobrasil/inclusao_produtiva_estudo_completo.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2020.

VOOREN, M. et al. The effectiveness of active labor market policies: a meta-analysis. Journal of Economic Surveys, v. 33, n. 1, p. 125-149, 2019. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/joes.12269>. Acesso em: 3 dez. 2020.

WHAT WORKS CENTRE FOR LOCAL ECONOMIC GROWTH (WWCLEG). Apprenticeships. WWCLEG, 2015. Disponível em: <https://whatworksgrowth.org/public/files/Policy_Reviews/15-09-04_Apprenticeships_Review.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2020.

YAMI, M. et al. African rural youth engagement in agribusiness: achievements, limitations, and lessons. Sustainability, v. 11, n. 1, p. 185, 2019. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/11/1/185>. Acesso em: 3 dez. 2020.

YOUTH FUTURES FOUNDATION (YFT). Young, vulnerable, and increasing: why we need to start worrying more about youth unemployment. YFT, 2020. Disponível em: <https://youthfuturesfoundation.org/wp-content/uploads/2020/04/YFF_NEET_Report51.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2020.

PARCEIROS WORKSHOP

“A melhor parte de ser jovem é poder socializar, aproveitar as oportunidades que os seus pais não tiveram, como fazer cursos grátis pela internet, poder sair.”

Homem cis hétero pardo, 26 anos,
estudante do ensino médio, Cutias (AP)



Uma pesquisa sobre o setor cultural e a economia criativa, no ano de 2020, indicou que 50% dos trabalhadores desse setor tiveram projetos suspensos e 42%, cancelados. Com relação à captação de recursos, 38% informaram ter perdido patrocínios obtidos antes do início da crise[1].

Embora a juventude seja o período em que a maioria dos brasileiros inicia a prática de esporte, também é um momento com abandono expressivo. Na idade escolar, observa-se abandono em torno de 27,3% entre os jovens de 15 anos e 45,3% entre 16 e 24 anos. Isso pode ser explicado pelo fim da vida escolar e entrada no mundo do trabalho (IBGE, 2015)**.**

Em 2015, na III Conferência Nacional da Juventude, os jovens fizeram críticas aos altos preços cobrados para assistirem a eventos esportivos e de lazer.

Desde 2019, houve um declínio de 28% na liberdade de expressão no Brasil, que é classificado como um país em que esse direito está em condição de restrição (ARTIGO 19, 2020)**.**

Apenas 11,7% dos municípios brasileiros contam com um Plano Municipal de Cultura (IBGE, 2018)**.**

Entre a população mais pobre, apenas seis de cada dez brasileiros conseguem navegar pela internet[2].

São muitos os desafios, mas há caminhos para solucioná-los!

1. Notícia: Pesquisa aponta impactos da pandemia no setor cultural e de economia criativa. Disponível em: <http://www.cultura.sp.gov.br/pesquisa-aponta-impactos-da-pandemia-no-setor-cultural-e-de-economia-criativa/>.

2. Notícia: "Quem são as pessoas que não têm acesso à internet no Brasil?". Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/08/10/quem-sao-as-pessoas-que-nao-tem-acesso-a-internet-no-brasil#:~:text=Hoje%2C%2046%20milh%C3%B5es%20de%20brasileiros,tamb%C3%A9m%20%C3%A9%20uma%20das%20raz%C3%B5es>.

Neste capítulo, você vai ler sobre:

- Intervenções que as evidências científicas apontam como efetivas para avançarmos no direito à cultura, ao esporte, ao lazer, à comunicação e à liberdade de expressão das juventudes, por exemplo, intervenções com foco no uso da prática artística para promover bem estar e desenvolvimento cognitivo e físico dos jovens. Também merecem destaque ações que fomentam a prática esportiva como ferramenta de valorização de bens culturais.

- Lacunas de pesquisas sobre o tema que identificamos, por exemplo, a falta de estudos nacionais acerca das temáticas de cultura, esporte, lazer, comunicação e liberdade de expressão. Faltam também pesquisas que avaliem o impacto de políticas públicas dessa área na redução da violência urbana e rural.

- Ações que podemos botar em movimento no nosso cotidiano – com jovens criando mapas comunitários colaborativos das atividades e recursos culturais e esportivos do território, tomadores de decisão criando planos de ação e democratização de captação de recursos com linguagem clara e acessível e representantes da sociedade civil e do setor privado apoiando a instalação de redes e torres para acesso digital de jovens de comunidades rurais e periféricas, começamos a trilhar um caminho colaborativo para efetivar o direito à cultura, ao esporte, ao lazer, à comunicação e à liberdade de expressão!

- Elementos relacionados à garantia da equidade e de uma implementação verdadeiramente inclusiva de políticas e programas. Para garantir o acesso a esses direitos é essencial que os equipamentos públicos de lazer e esporte sejam equitativamente distribuídos pelos territórios, a fim de assegurar que as juventudes rurais e periféricas também possam desfrutar desses recursos. A acessibilidade dos equipamentos para os e as jovens com deficiência e espaços seguros para a prática esportiva para as mulheres também devem ser priorizados. Não podemos esquecer ninguém pelo caminho!

- Por fim, fazemos uma retomada dos encaminhamentos das Conferências Nacionais da Juventude, aquecendo o debate para a 4ª Conferência!

- Vamos conhecer mais sobre as juventudes e o direito à cultura, ao esporte, ao lazer, à comunicação e à liberdade de expressão?

Juventudes e cultura, lazer, esporte e comunicação: os desafios

Os direitos à cultura, lazer, desporto, comunicação e liberdade de expressão estão previstos no Estatuto da Juventude e são essenciais para fomentar experiências de vida plurais. São direitos com um papel fundamental na socialização de jovens, na manifestação de suas energias e criatividades, mas necessitam estímulo, apoio, acesso e valorização para se concretizarem. Na etapa de imersão qualitativa com jovens do Atlas, esses direitos foram afirmados no foco dos principais interesses das pessoas entrevistadas:

Política | Música/Filmes/Séries | Questões sociais
Futebol | Livros/Literatura | Tecnologia
Religião/Espiritualidade | Cultura
Economia/dinheiro/finanças | Futuro

A diversidade de interesses dos jovens participantes da imersão qualitativa foi também expressa no formato de nuvem de palavras:



"A melhor parte de ser jovem é poder socializar, aproveitar as oportunidades que os seus pais não tiveram como fazer cursos grátis pela internet, poder sair."

Homem cis hétero pardo, 26 anos, estudante do ensino médio, Cutias (AP)

Do direito à cultura

- Em contextos de crise econômica, e especialmente durante a pandemia, os espaços culturais e o financiamento da cultura sofrem importantes restrições.

- Uma pesquisa sobre o setor cultural e a economia criativa, no ano de 2020, indicou que 50% dos trabalhadores desse setor tiveram projetos suspensos e 42%, cancelados. Com relação à captação de recursos, 38% informaram ter perdido patrocínios obtidos antes do início da crise.[1]

- Apenas 5,9% dos municípios brasileiros possuíam plano de cultura regulamentado por instrumento legal em 2014.[2]

Cultura é uma palavra-chave que se relaciona com diferentes planos da vida dos jovens. Ela (1) interfere na formação e informação dos jovens, incidindo na produção e disputa de sentidos e valores; (2) influi na constituição de identidades e sociabilidades pessoais e coletivas, incidindo nos modos como se estruturam seus vínculos e confrontos societários; (3) oferece-se como diversão e fruição, incidindo no uso do tempo livre e no modo de relação com os espaços públicos e territórios sociais; e (4) está presente na criação e expressão de arte, incidindo nos modos como manifestam suas visões de mundo (BRASIL, 2016).

O direito à cultura é uma pauta central nas reivindicações das juventudes. No Estatuto da Juventude (capítulo V, artigo 21) é determinado que o "jovem tem direito à cultura, incluindo a livre criação, o acesso aos bens e serviços culturais e a participação nas decisões de política cultural, à identidade e diversidade cultural e à memória social". O direto à cultura desempenha importante papel em diversos aspectos como socialização e formação de laços sociais, sentimento de pertencimento, acesso à informação, aquisição de habilidades, formação da identidade pessoal e coletiva, preservação do patrimônio histórico, expressão criativa e política, desenvolvimento econômico e até mesmo na resolução de conflitos (BRASIL, 2013b).

O direito à cultura depende de políticas públicas que garantam as condições materiais para o acesso e a produção cultural. O reconhecimento da cultura como um direito significa a necessidade de organizar condições de produção cultural, divulgação e acesso à cultura, bem como para valorização da memória cultural coletiva (BRENNER; DAYRELL; CARRANO, 2008). Sendo a cultura um fenômeno multidimensional, os direitos das juventudes à cultura se estruturam em quatro eixos: 1) fruição da cultura (tempo livre, acessibilidade, oferta de atividades); 2) disponibilidade de equipamentos; 3) apoio à expressão e produção cultural; e 4) participação e ativismo nas políticas de cultura (BRASIL, 2013b).

A fruição da cultura se refere à acessibilidade de diferentes atividades culturais e ao uso que se faz do tempo livre em atividades de lazer (BRASIL, 2013b), ocorrendo por meio do acesso a eventos culturais, feiras, peças de teatro, filmes, apresentações musicais, exposições, livros e outras expressões culturais produzidas por terceiros. Dessa forma, é possível apreciar e conhecer as produções culturais e simbólicas compartilhadas coletivamente.

Entretanto, as juventudes experimentam barreiras nas possibilidades de acessar a cultura. Dinâmicas sociais excludentes, como a marginalização das juventudes e pela mercantilização da cultura funcionam como barreiras, restringindo quem pode pagar e desconsiderando a cultura como direito (BRENNER; DAYRELL; CARRANO, 2008). O envolvimento das juventudes em atividades culturais é frequentemente estigmatizado e interpretado como sinal de marginalização e oposição ao trabalho. Ainda, a cultura acessada como mercadoria funciona como sinalizador de distinções e hierarquias sociais mediadas pelo consumo, reforçando dinâmicas de exclusão social e inferiorização. Para reverter esse quadro, políticas públicas de cultura e lazer devem se dirigir especialmente aos grupos sociais mais excluídos e privados de recursos (BRENNER; DAYRELL; CARRANO, 2008).

1. Notícia: Pesquisa aponta impactos da pandemia no setor cultural e de economia criativa. Disponível em: <http://www.cultura.sp.gov.br/pesquisa-aponta-impactos-da-pandemia-no-setor-cultural-e-de-economia-criativa/>.

2. Notícia: "IBGE lança relatório sobre dados culturais". Disponível em: <https://culturaemercado.com.br/ibge-lanca-relatorio-sobre-dados-culturais/>.

O aproveitamento de equipamentos e atividades de cultura gratuitas oferecidas pelo poder público ainda é baixo entre as juventudes: bibliotecas públicas (8% dos jovens visitaram nos últimos 30 dias, 59% nunca visitaram), exposições fotográficas (3% visitaram nos últimos 30 dias, 71% nunca visitaram). Isso pode estar relacionado à falta de interesse das juventudes nessas atividades ou outros obstáculos, como disponibilidade de transporte ou de horários que coincidam com o tempo livre e finais de semana (BRASIL, 2013b). Apenas 17,2% dos municípios possuem Pontos de Cultura, sendo que os equipamentos culturais mais comuns são bibliotecas públicas, estádios e ginásios, clubes e lan houses. Os cinemas só estão presentes em 10% dos municípios brasileiros – os museus e teatros, em menos de 26% (IBGE, 2018).

O aproveitamento da cultura pelas juventudes é mediado pelas condições de vida dos jovens, em especial questões como acessibilidade e recursos disponíveis, tempo livre e normas do sistema familiar. Desse modo, há uma disparidade entre as atividades culturais que os jovens gostariam e o que podem acessar, sendo suas restrições atribuídas principalmente a falta de dinheiro (61%), falta de tempo (19%) e normas e proibições familiares (7%) (BRASIL, 2013b).

As principais atividades de lazer das juventudes brasileiras são gratuitas e dentro de casa. Quase metade dos jovens brasileiros (44%) usam parte do tempo livre no final de semana para atividades realizadas dentro de casa: descansar, assistir TV, dormir, ficar com a família, praticar jogos eletrônicos e navegar na internet. Das cinco atividades de lazer mais frequentes entre os jovens, quatro são gratuitas: passear em parques, ir a festas em casa de amigos, cultos religiosos e passeios em shopping centers (BRASIL, 2013b).

O apoio à expressão e produção cultural é parte fundamental da promoção do direito à cultura da juventude. Ainda, o apoio à expressão e produção cultural cria condições para o fortalecimento de coletividades, aquisição de habilidades, desenvolvimento econômico e protagonismo juvenil.

A expressão de produção cultural das juventudes se organiza por meio de grupos e coletivos culturais. Um terço dos jovens brasileiros (33%) manifesta interesse em participar de grupos culturais, mas apenas uma pequena parcela dos jovens (15%) participa ou já participou de grupos culturais. Grupos culturais são o terceiro maior tipo de coletivo do qual participam jovens – em primeiro lugar são os grupos religiosos (19%), seguidos dos grupos esportivos (6%) (BRASIL, 2013b).

O engajamento em grupos religiosos, por exemplo, parece ser muito significativo para a vida social e cultural dos jovens. Na etapa de imersão qualitativa do Atlas, jovens reforçaram o sentimento de pertencimento e conforto oriundos das práticas espirituais, identificando que estas é que proporcionariam autoconhecimento. A fé e a espiritualidade são vistas como maiores que a religião enquanto instituição, embora os locais de celebração religiosa sejam pontos de encontro da vida comunitária.

O apoio à expressão e produção cultural exigem políticas de incentivo. Dos 5.267 municípios que apoiaram financeiramente alguma atividade cultural, 90% apoiaram festas, eventos e manifestações populares, 80% apoiaram eventos e 66% apoiaram apresentações musicais. Apoios a publicações, feiras do livro, programas de rádio e de televisão locais foram pontuais (IBGE, 2018). Ainda, tem crescido a demanda por apoio do poder público a iniciativas culturais como saraus, cineclubes em becos ou nas lajes, danças de rua, quadrilha nas praças, ou bailes em galpões, principalmente nas periferias das grandes cidades. Para tanto, é necessário, além de financiamento, espaços para ensaio e reunião, salas e circuitos para apresentação, apoio e orientação técnica e equipamentos de produção, como estúdios de gravação e gráficas para impressão (BRASIL, 2013b).

O protagonismo cultural juvenil envolve também a participação juvenil na construção das políticas públicas de cultura. Esse protagonismo ainda é incipiente, no Brasil 42,2% dos municípios dispõem de Conselho Municipal de Cultura e apenas 10,4% dos municípios têm representação de entidades estudantis em seus conselhos e 16,3% têm representação de escolas e universidades. Além disso, somente 2,2% dos gestores de cultura nos municípios brasileiros são jovens entre 18 e 25 anos. Ainda são poucos também os municípios que contam com um Plano Municipal de Cultura (11,7%) e que realizaram conferências municipais de cultura entre 2014 e 2018 (23,1%) (IBGE, 2018).



COM A PALAVRA

Jorge Cláudio Ribeiro

A JUVENTUDE NA RELAÇÃO COM AS RELIGIÕES

O Capítulo 6 – "Cultura, Lazer, Esporte e Comunicação" – do Atlas das Juventudes traz uma série de provocações para quem pesquisa o binômio juventudes/ religiões. Aparentemente, o texto não abordou esse binômio de modo específico. Entretanto, algumas propostas desvelam camadas profundas da trajetória juvenil. Consideremos que o indivíduo na juventude é um ser dividido entre duas dinâmicas que tanto o definem quanto, até certo ponto, o dilaceram. Primeiro, graças a sua ainda baixa "quilometragem existencial" (é um experimentador inexperiente) essa pessoa se encerra num presente em que corre o risco de acomodar-se ao arranjo em que nasceu. Segunda dinâmica, o jovem (de qualquer gênero) é um ser-em-passagem na direção de seu futuro, passagem à qual não pode furtar-se: do mundo pequeno familiar para o grande mundo social; do solipsismo para a alteridade. Negar-se a atuar nesse drama é correr o risco de se arrastar por uma existência gorada, desidratada. Ao se arriscar nessa passagem, o indivíduo viverá – talvez pela primeira vez – uma solidão radical, na qual precisará fazer opções estratégicas que determinarão boa parte de seus dias à frente, mas cujos desdobramentos desconhece. Dependendo da qualidade de suas opções, ele irá empoderar-se e construirá sua autonomia. Quem vive tal situação, não pode dar-se ao luxo de desperdícios e adiamentos, mas precisa usar a seu favor todos os recursos de que dispuser. Um desses recursos é a religiosidade "natural", na qual o jovem encontra preciosa fonte de energia.

[1] RIBEIRO, J.C. Religiosidade jovem – pesquisa entre universitários. São Paulo: Olho d'Água, Loyola, Fapesp, 2009, passim.

O conceito de "religiosidade" guiou nossa longa pesquisa sobre certa juventude: a universitária[1]. Inspirado em Georg Simmel (1858–1918), sociólogo da religião que pioneiramente propôs a distinção entre religiosidade (como fundamento) e as religiões (como produtos históricos), nosso grupo conceituou religiosidade como "uma capacidade humana, história e culturalmente determinada, de elaborar sentidos para a totalidade da existência". Todo ser humano (crente ou não) tem religiosidade, assim como tem sexualidade, racionalidade – ela é mais ou menos desenvolvida e se amolda a cada fase da vida de pessoas e sociedades. Ela está presente quando indivíduos, grupos ou segmentos sociais elaboram sentidos que instilam vitalidade em sua existência. A religiosidade está por trás de projetos que vão além dos quintais ou currais que limitam sociedades e seus integrantes. Ela é como uma "glândula da alma", que secreta generosos projetos sociais, estimula a busca do conhecimento, sonha utopias poéticas e... religiões. Mas não necessariamente: pode haver religiões falhas de religiosidade e, o mundo moderno o mostrou, religiosidade sem religiões. Uma virtude intimamente relacionada à religiosidade é a fé, aqui entendida mais no sentido de atitude de entrega, de confiança – em si, no outro, na vida, no futuro, em algo maior – do que no sentido de adesão a um conjunto de crenças. Como se vê, a fé–atitude é fundamental para que o jovem possa crescer, amadurecer. As propostas do Atlas das Juventudes no campo da cultura, lazer, esporte e comunicação podem, ou não, ser atravessadas pela religiosidade, desde que contribuam para a passagem do segmento juvenil na direção de uma vida ampla e autônoma, mesmo que não sejam explicitamente "de religião".

A meu ver, "boas práticas" de religiosidade jovem, precisam ser regidas pelo espírito de ecumenismo (do grego "oikumene", que significa convivência no mesmo mundo), espírito esse que não só supera as diferenças de qualquer tipo, mas sobretudo se enriquece com elas. O foco inicial será a solidariedade humana e, só após vivenciado um clima de confiança, se abordariam as religiões... ou não. Concretamente, grupos de jovens proporiam ou se engajariam em atividades "laicas" – de teor cultural, social, político etc. Na avaliação dessas experiências, se detectariam elementos (pessoas, práticas, procedimentos) que contribuíram para a prática de ecumenismo. Na comunidade escolar seria promovida uma "Feira das Religiões" que, a exemplo da "Feira de Ciências", abriria espaço para: exposição sobre as religiões praticadas na escola e no bairro; montagem de imaginários "Templos de celebração da religiosidade moderna"; rodas de partilha da experiência religiosa envolvendo momentos culminantes de sentido, dúvidas e discordâncias. Enfim, o espaço para iniciativas não tem limites e sua experiência revelará caminhos sempre novos.

A produção cultural e a participação nas políticas públicas de cultura fazem parte dos esforços de democratização da cultura. A democratização da cultura no Brasil tem como estratégia de destaque o Programa Educação, Cultura e Cidadania – Cultura Viva (Lei Federal nº 13.018/2014), com diferentes tipos de ações públicas: Pontos de Cultura, Cultura Digital, Agentes Cultura Viva, Griôs (mestres dos saberes) e Escola Viva. Os Pontos de Cultura, eixo central do programa, organizam processos de produção, recepção e disseminação de ações culturais em comunidades não contempladas pelos circuitos culturais e artísticos convencionais. A maior parte dos gestores de Pontos de Cultura (67,7%) considera que as juventudes são o seu público preferencial, sendo também o trabalho como agentes culturais realizado majoritariamente (64,2%) por jovens (BARBOSA; ARAÚJO, 2009).

A cultura representa um importante campo de trabalho para as juventudes. Esse campo de trabalho e emprego tem enorme potencial, a ser fomentado pelas políticas públicas de cultura, em especial para as juventudes das periferias (PEÇANHA, 2015). A criatividade e a cultura são dos poucos recursos econômicos inesgotáveis, sendo elementos fundamentais para a promoção do desenvolvimento econômico de comunidades, regiões e nações.3 Nesse sentido, é importante reconhecer a cultura como um eixo da relação das juventudes com o mundo do trabalho e organizar programas e projetos de capacitação profissional para a cultura, inserção produtiva e empreendedorismo cultural (PEÇANHA, 2015).

O fortalecimento de políticas públicas de cultura traz diversos benefícios para as juventudes. Atividades de cunho criativo, como música, dança, teatro e artes visuais, ofertadas em contexto comunitário, têm efeitos positivos em mudanças de comportamento, autoconfiança, autoestima, conhecimento e atividade física entre jovens (DAS et al., 2016). Todavia, o que se observa mais comumente é a escassez, precarização e descontinuidade de equipamentos e ações culturais nos contextos municipais. Iniciativas municipais que favoreçam o protagonismo juvenil nesse âmbito, tais como o Pontão de Cultura – Rede de Formação e Articulação dos Pontos para Trabalho com Infância e Juventude, são muito relevantes para garantir que a cultura chegue em todos os cantos de uma cidade. Reconhecer a cultura como um direito, por meio de um plano ou política específicos, é essencial para garantir o fomento de ações e de equipamentos culturais, especialmente compreendendo a necessidade de descentralização da cultura nos territórios. Além disso, governos podem oferecer auxílios financeiros e apoios para que jovens possam produzir e frequentar eventos culturais, inclusive reconhecendo essas atividades nos currículos formais de educação, e apoiar coletivos culturais locais.

Do direito ao desporto e ao lazer

Segundo dados do Diagnóstico Nacional do Esporte (2013), a maioria dos brasileiros (50,9%) afirmam ter iniciado a praticar esportes durante a juventude. Cerca de 55,1% das mulheres começaram a praticar esportes durante o período da juventude; já a taxa masculina é de 48,9 %. Em geral, os homens iniciam no esporte antes das mulheres, com taxas superiores no período da infância (BRASIL, 2013a).
Embora a juventude seja o período em que a maioria dos brasileiros inicia a prática de esporte, também é um momento com abandono expressivo. Na idade escolar, observa-se abandono em torno de 27,3% entre os jovens de 15 anos e 45,3% entre 16 e 24 anos. Isso pode ser explicado pelo fim da vida escolar e entrada no mundo do trabalho (IBGE, 2015).
48% das pessoas entrevistadas no Diagnóstico Nacional do Esporte indicaram ter iniciado suas práticas na escola /universidade com orientação de professor.

O público mais beneficiado por políticas de esporte e lazer no Brasil, em 2011, era o de 12 a 17 anos, com uma queda brusca de aproveitamento junto às pessoas acima de 18 anos.4

Em 2015, na III Conferência Nacional da Juventude, os jovens fizeram críticas aos altos preços cobrados para assistirem a eventos esportivos e de lazer.

3 Facsheet: Culture and youth development. Disponível em: <https://www.un.org/esa/socdev/documents/youth/fact-sheets/youth-cultureasavector.pdf>.

4 Cartilha: Direitos da Juventude – Subsídios para o debate. Juventude, desporto e lazer. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/images/secaoviii_juventude_desporto_e_lazer_ok.pdf>.

O lazer pode ser compreendido como ponto de convergência entre saúde, esporte, turismo, atividades culturais e a própria cultura. Ele (1) viabiliza ao jovem um espaço de experimentação de sua individualidade e das múltiplas identidades necessárias ao convívio cidadão; (2) promover o desenvolvimento pleno; (3) favorece a sociabilidade dos jovens; e (4) possibilita novas aprendizagens na juventude (BRASIL, 2016).

A ampliação da oferta de equipamentos públicos de esporte e lazer para as juventudes consiste em uma das estratégias mais importantes de promoção dos direitos da juventude, sendo central sua reivindicação. Tal reivindicação emerge em um cenário no qual o conceito de esporte apresenta múltiplas significações – rendimento ou competição, lazer, educacional – e as políticas públicas para o esporte são escassas e dispersas, organizadas de modo meritocrático e excludente e centradas na seleção de atletas de alto rendimento, reforçando um imaginário social do esporte como "tábua de salvação" para (poucos) jovens das classes sociais mais baixas (BRASIL, 2013b).

A forma como as práticas esportivas são propostas para as juventudes muitas vezes tende a reproduzir lógicas de competição e exclusão, levando a sentimentos de insatisfação. A mercantilização do esporte e do lazer reforça práticas culturais consumistas e excludentes, privando jovens de situações econômicas menos favorecidas do acesso a esporte e lazer, sendo necessário reverter esse quadro por meio de políticas públicas de esporte e lazer que atendem os jovens em suas especificidades e sem discriminação.5

Diversos fatores representam obstáculos para o acesso das juventudes ao esporte. A escassez de equipamentos públicos multifuncionais de esporte e lazer, a presença da violência e da militarização nos territórios periféricos e a organização verticalizada das atividades esportivas geram insatisfação na juventude, em função de experiências de discriminação e ausência de escuta. Em contrapartida, há a reivindicação da implementação de práticas esportivas diversas e centradas em experiências de liberdade, superação de desafios, contato com a natureza, compreensão e escuta (BRASIL, 2013a).

As juventudes brasileiras têm demandas e reivindicações específicas para políticas públicas de esporte. As principais ações de políticas públicas de esporte e lazer reivindicadas pelas juventudes são: ampliação dos espaços de esporte, lazer e convivência; ações de segurança que possibilitem a utilização desses espaços; realização de atividades sistemáticas (aulas, treinos) e assistemáticas (eventos, shows, festivais) nesses locais, e abertura para a organização de iniciativas autônomas e protagonizadas pelos próprios jovens. Ainda, há a necessidade de expansão dos equipamentos públicos de esporte e lazer para a periferia urbana e o meio rural, frequentemente negligenciados, e a garantia de acessibilidade para jovens com deficiência, tanto em termos de infraestrutura como de programas adaptados e não excludentes (BRASIL, 2013a).

A organização de políticas públicas do esporte depende da coleta sistemática de informações sobre a prática esportiva no país. Para isso, o Diagnóstico Nacional do Esporte (Diesporte) organiza uma coleta contínua de estatísticas sobre a prática esportiva e sedentarismo no Brasil. Essa coleta possibilita a identificação de tipos de prática, frequência, perfil de praticantes, infraestrutura, financiamento e legislação.

A juventude é a faixa etária que mais pratica esportes no Brasil e também a que mais abandona a prática esportiva. Nas faixas entre 15 e 19 anos, os declarados sedentários são 32,7%. Na faixa entre 20 e 24 anos, são 38,1%. A partir daí, a taxa de sedentarismo ultrapassa os 40% e vai crescendo continuamente até atingir o cume de 64,4% dos brasileiros entre 65 e 74 anos. A Organização Mundial da Saúde define que o sedentarismo consiste em um nível de atividade física inferior à atividade física regular, que é aquela praticada ao menos três vezes na semana por no mínimo 30 minutos. Em comparação a outros países, a taxa de sedentarismo brasileira (45,9%) é menor que na Argentina (68,3%), em Portugal (53%) e na Itália (48%), mas maior que nos Estados Unidos (40%), Espanha (35%), Uruguai (34,1%), Canadá (33,9%), França (22%), Inglaterra (17%), e os países dos BRICS – à exceção da África do Sul (52,2%), de acordo com o conceito da OMS (BRASIL, 2015).

5 Facsheet: Living conditions – Sport, leisure and culture. Disponível em: <https://rm.coe.int/iii-b-1-living-conditions-sport-leisure-and-culture--taking-it-seriousl/168093908f>.

A principal motivação apresentada pelos jovens para prática de esporte ou atividade física é a qualidade de vida e bem estar, apontada por 40% dos jovens entre 16 e 19 anos e por 45,5% dos jovens entre 20 e 24 anos (BRASIL, 2015). A segunda motivação é a melhoria do desempenho físico, indicada por 38,6% dos jovens entre 16 e 19 anos e por 33,7% dos jovens entre 20 e 24 anos. O percentual de jovens que praticam algum esporte entre 15 e 17 anos é de 44,0% e de 33,8% entre os jovens de 18 a 24 anos (IBGE, 2015).

A maior motivação apontada pelos jovens para não praticar esporte é não gostar ou não querer, com o percentual de 57,3% entre os 15 e 17 anos de idade e de 42,7% entre os 18 e 24 anos de idade. A segunda motivação que mais aparece é a falta de tempo, com o percentual de 20,1% entre os jovens de 15 e 17 anos de idade e de 42,5%, entre os de 18 e 24 anos de idade (IBGE, 2015).

Quase 90% dos brasileiros abandonam a prática esportiva até os 34 anos (BRASIL, 2015). Os motivos para o abandono da prática esportiva relatados foram: ausência de tempo em função de estudos e trabalho (69,8%); problemas de saúde ou de idade (12,5%); cansaço ou desmotivação (7%); problemas na prática esportiva e falta de resultados (6,1%); falta de espaço para práticas (3,2%); e motivos econômicos (1,4%).

A prática esportiva comumente inicia entre os 6 e 10 anos de idade (37,9%) ou entre 11 e 14 anos (31,4%), embora alguns iniciem antes dos 5 anos de idade (6,8%), sendo menores os índices de início da prática esportiva entre 15 e 17 anos (11,8%), 18 a 25 anos (7,7%), 26 a 40 anos (3,2%), ou depois dos 41 anos (1,3%). No Brasil, a preferência (88,8%) é por atividades físicas não competitivas, sendo baixa a adesão a instituições que promovem o esporte formal (7,6%). O esporte mais praticado no Brasil é o futebol (42,7%), seguido por caminhada (8.4%), voleibol (8,2%) e academia (5,1%), enquanto as demais práticas esportivas apresentam índices menores que 5% (BRASIL, 2015).

O esporte também é utilizado como estratégia de desenvolvimento integral, além da promoção da saúde. Os Programas de Desenvolvimento pelo Esporte (Sport for Development – S4D) utilizam o esporte como estratégia para alcançar melhorias na saúde, no desempenho escolar, na aquisição de habilidades físicas e cognitivas, no desenvolvimento moral e inclusão social, no empoderamento e na proteção infanto-juvenil (UNICEF, 2019b). Os Programas de Desenvolvimento pelo Esporte, por meio da prática esportiva e atividades educacionais e de suporte, contribuem para o aumento do engajamento de crianças e jovens nas escolas e para a redução do abandono escolar, funcionando como fator de proteção para crianças e jovens em situação de vulnerabilidade. Para tanto, os programas de Desenvolvimento pelo Esporte devem contar com educadores capacitados para as práticas de acolhimento, mentoria e servir como modelo de inspiração e referência, bem como promover uma cultura de participação positiva, sem violência, discriminação, injustiça e opressão. Ainda, é fundamental a organização e coleta de dados sobre o processo e os resultados da intervenção, de modo a promover as adequações necessárias com base nas evidências – a exemplo da constatação de que programas com foco e tempo excessivo dedicado ao esporte (em vez de outras atividades educacionais e de lazer) resultam em maior abandono do programa pelas crianças e jovens, exigindo maior articulação com as outras atividades educativas e de convivência.

Principal esporte ou atividade física praticados em 2015, por idade

Esporte/atividade física	De 15 a 17 anos	De 18 a 24 anos
Futebol	64,5%	57,6%
Fitness	03,8%	09,9%
Voleibol, basquetebol e handebol	08,8%	03,9%
Caminhada	04,7%	07,2%
Lutas e artes	05,0%	04,0%

FONTE IBGE (2015).

Local em que costuma praticar seu esporte preferido, por idade

Local	De 15 a 19 anos	De 20 a 24 anos
Em instalações esportivas gratuitas	36,9%	33,4%
Em instalações esportivas pagas	29,4%	32,0%
Em espaço público aberto com estrutura	15,9%	18,0%
Em espaço público ou privado sem estrutura	13,8%	12,9%
Em casa ou na estrutura do condomínio	4,0%	3,7%

FONTE DIAGNÓSTICO NACIONAL DO ESPORTE, 2013.

A garantia do direito ao desporto para as juventudes no Brasil necessita de investimento e estratégias para sua efetivação. Diversos municípios não possuem um plano específico para a área de esporte e lazer, sendo que a construção deste pode ser um primeiro passo relevante para a afirmação dos direitos dos jovens. Ampliar, diversificar, criar e descentralizar os programas e políticas de esporte e lazer foi uma das demandas da III Conferência Nacional da Juventude, reconhecendo o papel das escolas em abrigar centros esportivos, os quais precisam ser mantidos e aprimorados. Equipamentos esportivos e de lazer diversos, como praças, parques, piscinas comunitárias, campinhos e ginásios, podem ser objeto de investimento municipal e de parcerias com o setor privado, a sociedade civil, as organizações estudantis, as entidades de classe, as organizações governamentais, as lideranças e associações comunitárias e demais representações sociais. É importante garantir a participação dos jovens na definição do modelo de equipamentos a serem construídos e a sua gestão democrática, por meio da formação de comissão de usuários, definindo o uso dos equipamentos e sua programação.

Práticas de lazer referidas por jovens

Práticas selecionadas	Nunca foi ou fez na vida (%)	Sim no último ano, mas não no último mês (%)	Sim, mas não nos últimos 12 meses (%)	Sim, nos últimos 30 dias (%)
Frequentar festas em casas de amigos (as)	4,22	28,35	13,12	54,31
Ir a bares com amigos (as)	26,15	18,35	14,77	40,73
Dançar em baile/danceteria	25,78	23,39	22,75	28,07
Passear no ***shopping***	18,17	22,66	18,81	40,37
Ir a jogos de futebol em estádios	58,33	11,10	21,74	8,62
Ir a parques de diversões	33,85	20,28	37,98	7,89
Viajar no fim de semana	15,14	30,92	34,68	19,27

FONTE ADAPTAÇÃO DE "TABELA 1 – FREQUÊNCIA DE PRÁTICAS CULTURAIS" EM SILVA; BOTELHO (2016, P. 228).

Do direito à comunicação e à liberdade de expressão

- Desde 2019, houve um declínio de 28% na liberdade de expressão no Brasil, que é classificado como um país em que esse direito está em condição de restrição (ARTIGO 19, 2020).

- Na etapa de imersão qualitativa com jovens do Atlas, 60% das pessoas entrevistadas indicaram seguir influenciadores digitais.

- O percentual de acesso à internet entre os jovens, em 2018, foi elevado: entre 18 a 19 anos é de 90,3%; entre 20 a 24 é de 91%; e entre 25 a 29 anos é de 90,7% de utilização da internet nessa faixa etária (BRASIL, 2020).

- Em 2018, 54% dos jovens de 16 a 24 anos acessavam internet apenas pelo telefone celular, enquanto 1% destes acessavam apenas pelo computador. Outros 44% utilizavam ambos os dispositivos para o acesso à internet. Significa uma tendência de concentração no uso do aparelho celular para o acesso (CGI, 2019).

- Entre a população mais pobre, apenas seis de cada dez brasileiros conseguem navegar pela internet.6

- O menor índice de lares conectados à internet está no Nordeste, com 69,1%. Ou seja: mais de 30% das residências da região estão off-line. Se considerarmos apenas a zona rural no país, o quadro é muito pior: menos de 50% das casas têm acesso à rede. No Norte, 77% das famílias fora da zona urbana estão desconectadas (CGI, 2019).

- Em relação às atividades realizadas na internet, a faixa de 16 a 24 anos se destaca, especialmente, nas atividades relacionadas a redes de relacionamento, busca de emprego/informações sobre pós-graduação, download de filmes, músicas, jogos e softwares. Nesse público, o percentual de usuários de redes sociais chega a 88,9% (CGI, 2020).

- Um terço da população que utilizou a internet para procurar emprego ou enviar currículos, em 2018, tinha entre 16 e 24 anos (CGI, 2020).

- Em 2018, 62% dos jovens entre 16 e 24 anos utilizaram a internet para ler jornais, revistas e notícias on-line; e 53% utilizaram a rede para estudar por conta própria. Apenas 18% baixaram ou fizeram download de livros digitais (CGI, 2020).

- Em 2018, 83% dos jovens entre 16 e 24 anos compartilharam conteúdo na internet, 24% criaram ou atualizaram blogs, páginas na internet ou websites, e 45% postaram na internet textos, imagens, fotos, vídeos ou músicas que criaram (CGI, 2020).

- O valor inacessível e a falta de interesse no serviço foram motivos indicados para a não utilização da internet por alguns jovens (IBGE, 2019).

- Apenas 23% da população analfabeta ou que frequenta o ensino infantil tem acesso à internet. Entre os estudantes do nível fundamental, esse número sobe para 68%.7

- No Global Youth Report de 2017, o Brasil ficou em 11º entre 30 países no domínio de Tecnologia da Informação e Comunicação, o que demonstra um grande potencial dos jovens de se adaptar às mudanças tecnológicas.

Por meio do direito à livre comunicação e à liberdade de expressão se constroem e consolidam as democracias (RENAJOC, 2015b). Durante a Conferência Livre Nacional – É Nóis que Fala!, organizada pela Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Comunicadoras e Comunicadores (RENAJOC, 2015a), foi possível observar que as juventudes possuem grande articulação em torno desse tema. Em especial, os jovens atuaram na promoção da diversidade nas formas de comunicação e nas linguagens adotadas em diferentes espaços sociais onde estão inseridos. Nesses espaços de participação social, algumas demandas foram exaltadas pelos jovens: acesso às tecnologias de comunicação e informação; acesso a espaços públicos onde os jovens tenham opor-

6 Notícia: "Quem são as pessoas que não têm acesso à internet no Brasil?". Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/08/10/quem-sao-as-pessoas-que-nao-tem-acesso-a-internet-no-brasil#:~:text=Hoje%2C%2046%20milh%C3%B5es%20de%20brasileiros,tamb%C3%A9m%20%C3%A9%20uma%20das%20raz%C3%B5es>.

7 Notícia: "Quem são as pessoas que não têm acesso à internet no Brasil?". Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/08/10/quem-sao-as-pessoas-que-nao-tem-acesso-a-internet-no-brasil#:~:text=Hoje%2C%2046%20milh%C3%B5es%20de%20brasileiros,tamb%C3%A9m%20%C3%A9%20uma%20das%20raz%C3%B5es>.

tunidade de interação social, com computadores conectados à internet; universalização do serviço de internet em banda larga; e incentivo à criação de rádios e TVs comunitárias e de programas para esses veículos.

Também houve o destaque da necessidade de que todos esses serviços e modalidades de comunicação tenham qualidade nos sinais e sejam acessíveis à população. Visando à acessibilidade das produções dos jovens brasileiros, foi sugerida a disponibilização de cotas às produções independentes criadas pelos jovens (BRASIL, 2015). Além disso, houve a exigência da democratização e barateamento da internet banda larga; ampliação dos serviços de telefonia móvel; criação ou legalização das rádios comunitárias, de canais de TV e de mídias alternativas.

Nos últimos anos, no entanto, observam-se crescentes desafios na pauta da liberdade de expressão. Apesar da longa discussão política e social sobre esse tema pelas juventudes brasileiras, o Relatório Global de Expressão registrou que cerca de 3,9 bilhões de pessoas no mundo vivem sob crise de liberdade de expressão (ARTIGO 19, 2020). No relatório do período de 2019/2020, países como o Brasil ganharam destaque negativo, tendo em vista o rápido declínio no indicador de liberdade de expressão nacional: em 2009, marcava 89 pontos e, em 2019, registrou apenas 46 pontos.

"A tecnologia me conecta com informações incríveis, cursos e vídeos de milhares de lugares e culturas diferentes. Também me ajuda a pesquisar o que preciso aprender e concretizar projetos acadêmicos."

Mulher cis bissexual branca,
19 anos, estudante do ensino superior
(graduação), Praia Grande (SP)

"Eu ser Maxakali não me impede de utilizar outras tecnologias, de usar o computador, celular, ter um carro, falar alguma língua estrangeira, porque nossos costumes, tradições, línguas e espiritualidade continuam vivas com a gente, independentemente de usar um celular ou qualquer outra coisa."

Laís Zinha, jovem do povo Maxakali,
em seu depoimento à reportagem
do Brasil de Fato, em 2019

Os principais alvos dos ataques à liberdade de expressão no Brasil são as jornalistas, evidenciando o quão importante é a discussão de gênero nas diversas esferas da vida social. Com a pandemia, foram acentuadas as restrições na liberdade de expressão, associadas com a crescente desinformação.

Atualmente, o uso das novas tecnologias de comunicação, especialmente as mídias e as redes sociais, transforma e facilita o processo de comunicação, especialmente entre os jovens. O modelo de comunicação atual é dinâmico, com o uso das mídias e das redes sociais entre os jovens favorecendo e amplificando o debate sobre as questões de participação política e social (DE VASCONCELOS; GONZÁLEZ; MARQUES et. al., 2020). O uso das redes sociais possibilita um espaço interativo para que grupos com causas comuns se desenvolvam e ocupem espaços públicos. Dessa forma, as mudanças trazidas com o uso de novas formas de comunicação e de linguagem oriundas da internet podem tensionar e transformar a realidade social (RENAJOC, 2015b).

Cada vez mais a inclusão digital é determinante para promover comunicação entre as pessoas (PEARSON, 2018). Faz-se essencial incentivar a cocriação de soluções de comunicação, que representem as realidades e as linguagens de diferentes grupos. Apoiar laboratórios de comunicação descentralizados e comunitários, que envolvam jovens, pessoas idosas, mulheres e pessoas que habitam o meio rural, pode ser uma ferramenta essencial para incluir e conectar a população local, garantindo espaços para narrativas que incluam esse público. Também é importante possibilitar a utilização de diferentes mídias (jornais, rádios, redes sociais, por exemplo) e adotar modelos onde as pessoas recebam incentivos para ensinar umas às outras as habilidades necessárias.

Juventudes e cultura, lazer, esporte e comunicação: intervenções efetivas

O que já fazemos no Brasil?

Destacam-se algumas ações já adotadas no âmbito das políticas públicas:

- **Lei de Meia-entrada (Lei Federal nº 12.933/213):** garante o benefício do pagamento de meia-entrada em espetáculos artístico-culturais e esportivos para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de baixa renda entre 15 e 29 anos. As atividades contempladas pela lei da meia-entrada envolvem cinema, teatros, espetáculos musicais e circenses, eventos educativos, esportivos, de lazer e de entretenimento. A concessão da meia-entrada fica assegurada para 40% do total de ingressos dos eventos.

- **Política Nacional de Cultura Viva (Lei Federal nº 13.018/214):** busca garantir o pleno exercício dos direitos culturais aos cidadãos brasileiros, em especial para povos e comunidades em situação de vulnerabilidade social, fornecendo os meios e equipamentos necessários para produzir, registrar, gerir e difundir iniciativas culturais, reconhecendo e apoiando as atividades e processos culturais já desenvolvidos nas comunidades e estimulando o protagonismo social na elaboração e na gestão compartilhada das políticas públicas da cultura. A Política Nacional de Cultura Viva busca aprofundar a democratização da cultura e a cultura democrática por meio do fortalecimento de identidades sociais e culturais e do incentivo à pluralidade de expressões culturais.

- **Programa Esporte e Lazer na Cidade (PELC):** consiste na implantação de núcleos de esporte recreativo e de lazer (praças, quadras, salões paroquiais, ginásios esportivos, campos de futebol e clubes sociais) nos territórios. O PELC divide-se em PELC Urbano e PELC PCT (Povos e Comunidades Tradicionais).

- **Programa Segundo Tempo:** oferece atividades de múltiplas vivências esportivas para estudantes de diversas faixas etárias, no contraturno escolar. O programa é dividido em três vertentes: padrão – crianças e adolescentes de 6 a 17 anos; paradesporto – pessoas com deficiência a partir de 6 anos de idade; e universitário – discentes de universidades.

- **Jogos dos Povos Indígenas:** organizado pelo Comitê Intertribal Indígena, com apoio do Ministério dos Esportes, os Jogos dos Povos Indígenas têm como objetivo a integração de diferentes povos indígenas e o resgate e a celebração dessas culturas tradicionais. Os Jogos dos Povos Indígenas mantinham um calendário anual até o ano de 2015. Os esportes já praticados nos Jogos dos Povos Indígenas foram: futebol; arco e flecha, arremesso de lança, cabo de força, corrida de tora, atletismo, natação, corrida de fundo de 5 mil metros, lutas corporais, corrida de tora, zarabatana, Hipipi, Iwavary, Peikrân, Akô, Ronkrã, Kagót, Jãmparty, Kaipy, Akô, Inssitró, Katulaywa, Jawari, Xikunahity e Tihimore.

- **Programa Bolsa Atleta:** programa do Ministério do Esporte que patrocina individualmente atletas e paratletas de alto rendimento em competições nacionais e internacionais de sua modalidade. A participação depende do atendimento aos seguintes pré-requisitos: manter-se treinando e competindo e alcançar bons resultados nas competições qualificatórias indicadas pelas respectivas confederações. O programa tem seis categorias de bolsas: atleta de base (R$ 370); estudantil (R$ 370); nacional (R$ 925); internacional (R$ 1.850); olímpico/paralímpico (R$ 3.100); pódio (R$ 5 mil a R$ 15 mil).

- **Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014):** iniciativa inédita no mundo, o Marco estabelece, entre outras conquistas, princípios que garantem a liberdade de expressão e a inviolabilidade da privacidade nas redes digitais.

- **Projeto Jovens Comunicadores (Governo da Bahia):** a ação tem início com a mobilização dos/das jovens para participarem de oficinas de formação em direito à comunicação, fotografia, produção de textos, cordel e outras linguagens de comunicação e cultura. Outra ação é a promoção de intercâmbios, em que as turmas viajam para conhecer experiências de comunicação contra-hegemônica desenvolvidas em outras regiões, preparando-se também para vivenciar intercâmbios entre as turmas do projeto e ao final construir uma Rede de Comunicação Popular protagonizada pelas juventudes dos 32 municípios baianos onde o programa territorial, chamado Pró-Semiárido, é executado.

O que descobrimos?

A partir da literatura sobre impacto de intervenções sociais, foram organizadas sete categorias de intervenções com evidências de efetividade nas áreas de cultura, esporte e lazer: 1) arte e cultura; 2) mentoria e lazer; 3) atividade física ao ar livre; 4) educação em saúde pelo esporte; 5) esporte como intervenção psicossocial; 6) prática esportiva para jovens indígenas; e 7) prática esportiva para jovens com deficiência.

1) Arte e cultura

A prática artística diversa (canto, música, dança, teatro, circo, fotografia, mágica, percussão, artesanato, exposição cultural) contribui para a promoção do bem-estar. A prática artística contribui para emoções positivas no cotidiano, satisfação com a própria vida, eudaimonia (felicidade e sentido de vida) – e a saúde mental –, resiliência, manejo do estresse, redução da ansiedade no cotidiano, redução de sintomas depressivos e prevenção de declínio cognitivo (FANCOURT; FINN, 2019).

O fazer artístico funciona, ainda, como estratégia de promoção do desenvolvimento cognitivo de adolescentes. Ele resulta em ganhos no desempenho escolar e em habilidades cognitivas diversas. Também facilita o desenvolvimento de habilidades generalizáveis – habilidades que podem ser generalizadas de uma atividade específica para outra (orientação espacial, criatividade, resolução de problemas etc.), baseadas em crenças sobre autoeficácia, motivação pessoal e performance percebida. Por outro lado, não foram encontrados resultados conclusivos sobre os efeitos de bibliotecas escolares e exposições culturais (museus, galerias de arte ou exposição de patrimônio cultural) (NEWMAN et al., 2010).

As artes também funcionam como estratégia de promoção da saúde física. O engajamento em atividades artísticas comunitárias também tem efeitos positivos na saúde e no bem-estar, inclusive resultando em maior cuidado com escolhas alimentares e satisfação com uma alimentação saudável (FANCOURT; FINN, 2019). Ainda, atividades dramáticas escolares com adolescentes que abordam temáticas nutricionais contribuem para o aumento do conhecimento nutricional, interesse em hábitos saudáveis, alimentação saudável e prática de exercícios físicos e reduzem os índices de massa corporal, em especial para jovens com sobrepeso. A dança também se destaca como uma estratégia de prevenção de sobrepeso e obesidade mais efetiva que o exercício físico convencional, contribuindo mais para a elevação do humor e da concentração.

A criação artística também pode ser uma estratégia de cuidado para pessoas em situação de uso problemático de substâncias psicoativas. Intervenções educacionais de prevenção do uso de substâncias psicoativas que utilizam atividades artísticas – atividades dramáticas ou composição de canções – como dispositivos de autorreflexão e motivação pessoal contribuem para a prevenção de recaída e redução do uso problemático de álcool e outras substâncias (FANCOURT; FINN, 2019).

A prática artística (atividades dramáticas, composição musical) e a participação em apresentações artísticas (shows, feiras, festivais, teatro, cine-debates) contribuem para a redução do estigma. A prática artística contribui especialmente para a redução de estigma sobre pessoas com condições de saúde mental ou HIV/AIDS, e para promover crenças e atitudes positivas sobre pessoas em sofrimento psíquico grave (FANCOURT; FINN, 2019).



COM A PALAVRA

William de Jesus Silva

Creio que precisamos pensar em um conjunto de políticas públicas para facilitar, não apenas o acesso de pessoas autistas ao diagnóstico, mas também ao mercado de trabalho e ao Ensino Superior e/ou Técnico-Profissionalizante. Para isso, considero urgente que se insiram sub-eixos envolvendo acessibilidade, comunicação alternativa, currículo adaptado e uma intensa atuação intersetorial com relação ao sistema de emprego apoiado. Precisamos pensar, também, em ampliar a participação de jovens e adultos autistas nos conselhos representativos e garantir mecanismos que facilitem esse processo.

Quanto ao direito à cultura, o Estado precisa investir fortemente em editais que priorizem artistas e produtores(as) de conteúdo que estão no espectro, mas sobretudo como protagonistas e não apenas como meros coadjuvantes, como vem ocorrendo em todos os segmentos. Inserir uma cota de atividades na Virada Cultural (na capital e na Virada Paulista) produzidas por pessoas com deficiência também é uma urgência a ser considerada, pois temos muitos artistas autistas produzindo conteúdo, mas que por muitas vezes, não se sentem incluídos nos critérios do evento. Apenas a Virada Inclusiva, por si só, é insuficiente para trazer ganhos a longo prazo em termos de novas leituras sociais.

Por último, mas não menos importante, é necessário que se radicalize com relação ao combate ao capacitismo e à adoção do paradigma da Neurodiversidade no trato das Políticas Públicas para a população jovem autista. É urgente que pensemos em políticas de apoio e amparo a autistas vítimas de violência dentro das suas famílias por meio de redes de apoio intersetorial (sobretudo aqueles que são pertencentes à comunidade LGBTQIA+ e tem, por muitas vezes, seu direito ao diagnóstico e ao autoreconhecimento negado). Somente desta maneira, será possível pensar em qualidade de vida para além do trinômio Saúde-Educação-Assistência Social, pois somos muito mais que isso.

A arte, em suas diversas formas, se apresenta também como estratégia de integração e diálogo intercultural e promoção da paz. A prática de artes, em especial a música, fomenta a coesão social e o comportamento pró-social e funciona como dispositivo de integração intercultural, reduzindo preconceito e discriminação. Ainda, projetos musicais, apresentações de teatro e feiras de artes folclóricas são utilizados como estratégias em processos de reconciliação e construção da paz em zonas que passaram por conflitos e comunidades em diáspora, servindo também para promover atitudes positivas em relação a imigrantes por meio de apresentações multiculturais de música (FANCOURT; FINN, 2019).

2) Mentoria e lazer

O lazer pode funcionar como uma estratégia de intervenção para a promoção do bem-estar das juventudes. Programas de lazer são especialmente escolhidos como estratégia de promoção do bem-estar e prevenção do conflito com a lei na juventude em situação de risco, em especial se articulados a programas de mentoria (DCPC, 2012). As mentorias são programas nos quais profissionais com mais experiência dedicam seu tempo e seus conhecimentos para orientar pessoas mais jovens, com menos prática e know-how ("saber fazer").

Programas de lazer podem contribuir em alguns casos para prevenção do conflito com a lei. Eles contribuem para a prevenção do conflito com a lei com jovens mais novos (menores de 16 anos) ou de risco baixo ou moderado. Para jovens maiores de 16 anos ou com trajetória severa de conflito com a lei, programas de lazer não influenciam nessa questão, mas são valorizados pelos jovens por conta de efeitos positivos na autoestima – destaca-se sua importância por conta do valor intrínseco do direito ao lazer. Nesses programas de lazer, o nível educacional e a estabilidade emocional dos facilitadores do programa, bem como o oferecimento de atividades estruturadas, contribuem para a redução de comportamentos disruptivos (DCPC, 2012).

Programas de mentoria bem-estruturados geram diversos benefícios nas vidas de jovens em situação de risco. Programas de mentoria têm resultados positivos de melhora do desempenho escolar e aumento da autoestima e das relações interpessoais – com pares e familiares –, bem como na redução do uso de substâncias psicoativas e comportamento violento, embora não tenham resultados consistentes nos índices de criminalidade ou conflito com a lei (DCPC, 2012). Todavia, programas de mentoria de curta duração são contraproducentes: programas que duram menos de seis meses acarretam o aumento de uso de álcool; e programas que duram menos de três meses resultam na sensação de negligência e abandono e impactam negativamente a autoestima e o desempenho escolar dos jovens. Programas com mais de seis meses alcançam resultados satisfatórios e programas com mais de doze meses alcançam resultados ótimos. As relações de mentoria têm maiores chances de serem rompidas por jovens em situação de maior vulnerabilidade e risco. Outros elementos influenciam a consistência da relação de mentoria: idade do mentor – mentores maiores de 25 anos têm maior facilidade para sustentar a relação que mentores entre 18 e 25 anos; gênero – jovens do sexo masculino preferem mentores do sexo masculino, que são mais difíceis de encontrar; e a participação dos mentores em processo de supervisão para lidar com as demandas emocionais dos jovens. Para contribuir com a redução de comportamentos violentos entre jovens, programas de mentoria precisam garantir treinamento adequado (cerca de 16 a 20 horas) e supervisão aos mentores, bem como garantir a realização da mentoria com frequência semanal e por um período de 7 a 18 meses. (EDWARDS et al., 2015).

Programas integrados de mentoria e lazer para prevenção do conflito com a lei de jovens em situação de risco apresentam resultados diversos. Eles tendem a funcionar melhor com jovens em situação de baixo risco e mentores adultos, bem como com a oferta de reforço escolar e de diversas atividades artísticas (DCPC, 2012).

Atividades de mentoria também podem contribuir para a cessação do tabagismo nas escolas. Entretanto, programas de mentoria escolar para a cessação do tabagismo apresentam resultados modestos, sendo o grau de capacitação dos mentores uma variável importante. (THOMAS; LORENZETTI; SPRAGINS, 2013).

Atividades de mentoria e lazer também funcionam como estratégias em programas de desenvolvimento de masculinidades saudáveis. Programas comunitários de promoção de identidade positiva e

desenvolvimento de masculinidade saudável resultam em mudanças significativas nas concepções e experiências de masculinidade de jovens do sexo masculino (GWYTHER et al., 2019). O termo "masculinidade saudável" está relacionado a comportamentos dos homens que podem ter um impacto positivo em diversos aspectos da vida: saúde, trabalho, convivência cotidiana, etc. Esses programas são baseados em uma abordagem multicomponente, incluindo psicoeducação, aventuras ao ar livre, esportes, jogos em equipe, conversas colaborativas, mentoria e mindfulness, que é uma prática de atenção plena realizada através de meditação. A partir de estratégias de identificação de forças pessoais e coletivas, criação de solidariedade entre pares e desconstrução de estereótipos e concepções rígidas ou negativas sobre masculinidade, tais programas resultam em diversos benefícios. Seus principais efeitos são melhoras na autoestima, imagem corporal, satisfação, bem-estar, autorreflexão, autoeficácia escolar, proatividade na busca de ajuda, bem como redução da raiva, mudanças na concepção de masculinidade e outros benefícios psicológicos.

3) Atividade física ao ar livre

A prática de esportes de natureza e de aventura (surfe, caiaque, trekking, ciclismo, escalada, nado em ambiente natural, etc.) contribui para melhorias em diversas dimensões da vida. A prática resulta em maior frequência de atividade física e aquisição de mudanças de estilo de vida desejadas (HOLLAND et al., 2018). A prática ainda contribui para o desenvolvimento de crenças e atitudes voltadas para o cuidado e proteção da natureza. Nos casos de esportes de natureza e aventura praticados em grupo, há um aumento nos laços coletivos, capacidades de liderança e colaboração no trabalho em equipe.

Essa prática traz diversos benefícios para a saúde, como redução de doenças cardíacas, obesidade e câncer e o aumento da qualidade de vida e do bem-estar físico (EIGENSCHENK, 2019), **e também resulta em diversos benefícios psicológicos.** Seus principais benefícios consistem em melhoria do humor, maior resiliência, felicidade, prazer, mais experiências meditativas e de flow, em especial pela exposição a áreas verdes ou proximidade com a água (EIGENSCHENK, 2019). Ainda, a prática de esportes de natureza resulta em aumento de: sentimento de conexão com a terra e o lugar, experiências de pico e deslumbramento, enriquecimento de experiências e pontos de vista, empoderamento feminino, autoconhecimento e aprimoramento pessoal, imagem corporal positiva, e benefícios de saúde mental como traços de atenção plena e redução do estresse (HOLLAND et al., 2018).

A prática esportiva ao ar livre também contribui para a melhora de quadros de saúde mental. Seus benefícios envolvem a redução de emoções negativas – como ansiedade, raiva, neuroticismo, solidão, ruminação e depressão –, resultando no desenvolvimento de melhores estratégias de coping e manejo do estresse (EIGENSCHENK, 2019). A prática esportiva ao ar livre também contribui para o aumento da "vontade de viver" de pessoas que experienciam problemas de dependência química.

A prática de esportes de natureza e de aventura também contribui para o desenvolvimento de novas habilidades (HOLLAND et al., 2018). A prática resulta diretamente em um aumento de habilidades relacionadas à natureza, como se orientar em trilhas, explorar o espaço, identificar riscos, utilizar recursos do ambiente e adotar medidas de precaução. A autonomia desenvolvida com a prática de esporte de natureza e aventura também se estende para as habilidades escolares, aumentando o estudo autodirecionado e a autoeficácia.

Para adolescentes, atividades ao ar livre contribuem para o aumento da atividade física e da conexão social (WRAY et al, 2020). A prática esportiva ao ar livre também aumenta a motivação para os estudos, a capacidade de concentração e o desempenho acadêmico, bem como promove o fortalecimento de laços comunitários, da identidade social e de comportamentos pró-sociais. Práticas esportivas ao ar livre se destacam pela sua acessibilidade, gratuidade e por resultarem em maior engajamento de pessoas com trajetórias sedentárias em comparação a práticas esportivas em espaços fechados (EIGENSCHENK, 2019).

4) Educação em saúde pelo esporte

A prática esportiva também é utilizada como estratégia de educação e promoção da saúde entre jovens. A educação para a saúde envolve componentes de ensino de conteúdos sobre saúde e formas de prevenção e promoção da saúde em algum indicador específico, articuladas com atividades que incentivam o engajamento das juventudes, como o esporte. O esporte, nesses casos, funciona tanto como estratégia de aproximação da juventude com os programas de educação em saúde quanto como estratégia de promoção da saúde com um objetivo específico.

A promoção da atividade física funciona como estratégia de prevenção e redução da obesidade para crianças e adolescentes nas escolas. Para isso, os programas de intervenção devem articular a promoção da atividade física com a educação para alimentação saudável. Tais intervenções demonstram capacidade de redução da obesidade e do Índice de Massa Corporal de crianças e adolescentes de forma duradoura por um período que chega a três anos depois da intervenção (HOLUB et al., 2014).

A atividade física também pode ser incentivada por intervenções de educação em saúde medidas por tecnologias. Tais intervenções de educação para a saúde devem articular o incentivo à atividade física e orientação dietética por meio do uso interativo do computador, com feedback individualizado e envolvimento parental em tarefas do programa (HAMEL; ROBBINS; WILBUR, 2010). Há evidências moderadas de que tais intervenções promovem o aumento na frequência de atividade física e redução do Índice de Massa Corporal a médio prazo entre jovens. Entretanto, tais intervenções apresentam dificuldade na manutenção dos resultados a longo prazo.

A educação para a saúde por meio do esporte também funciona como medida de prevenção ao HIV/AIDS. Programas de prevenção ao HIV/AIDS por meio de estratégias de educação em saúde pelo esporte para jovens apresentam resultados positivos nos níveis de conhecimentos e atitudes de jovens sobre prevenção ao HIV/AIDS (KAUFMAN; SPENCER; ROSS, 2012). Tais programas demonstram aumento de 40% no conhecimento relacionado a HIV/AIDS, redução do preconceito/estigma com integrantes da comunidade com HIV/AIDS, aumento da possibilidade de comunicação sobre a temática de HIV/AIDS com pessoas próximas, aumento da busca por testagem e aconselhamento e aumento da autoeficácia relacionada à capacidade de usar preservativos e resistir à pressão dos pares para a realização de sexo desprotegido. Entretanto, foram mensurados apenas indicadores de conhecimento e atitudinais, sem verificar o impacto das intervenções em indicadores biológicos.

5) Esporte como intervenção psicossocial

A prática esportiva também funciona como estratégia de promoção do desenvolvimento integral de jovens. Programas de desenvolvimento juvenil pelo esporte devem articular atividades esportivas com atividades extracurriculares de reforço escolar. Como resultado, tais intervenções alcançam melhora do desempenho escolar, numeramento e habilidades generalizáveis de estudo independente para jovens, em especial para jovens com baixo desempenho escolar (NEWMAN et al., 2010).

Programas de desenvolvimento integral pelo esporte resultam em diversos benefícios em nível pessoal. Seus principais efeitos são o aumento da autonomia, do estabelecimento de vínculos e da motivação com educação física entre jovens. Tais intervenções apresentam efeitos positivos no desenvolvimento de valores, autoestima, autoeficácia e outras habilidades de vida similares, mas pouco efeito na prática esportiva em si (WHITLEY et al., 2019). A percepção de autoeficácia e aumento de habilidades esportivas depende da duração do programa (CHU; ZHANG, 2018).

Programas escolares de atividade física para adolescentes contribuem para o desenvolvimento de competências sociais, como empatia e cooperatividade (SCHÜLLER; DEMETRIOU, 2018). Ainda, programas escolares de atividade física que conferem centralidade da tomada de decisão sobre as atividades aos estudantes geram melhores resultados em termos de autonomia e satisfação com a atividade física (BURNS; FU; PODLOG, 2017).

6) Prática esportiva para jovens indígenas

A prática esportiva de atividades físicas tradicionais indígenas é muito importante para as juventudes indígenas. A prática de esportes tradicionais indígenas traz benefícios amplos ("holísticos") que envolvem diversas dimensões: aprendizado da tradição, prática espiritual – como orações, rituais e homenagens a ancestrais – e benefícios para a saúde – como fortalecimento físico e prevenção de doenças. A prática esportiva se destaca como estratégia central para a formação de laços comunitários, em especial para jovens indígenas. A prática esportiva funciona, ainda, como dispositivo de ensino e transmissão das tradições culturais indígenas e contato com a natureza e a terra para as juventudes. Para a prática esportiva da juventude indígena, é fundamental o processo de formação de vínculo entre os participantes da equipe e do esporte e o aprendizado pelo exemplo de referências, em especial familiares (MCHUGH et al., 2018).

A prática de esportes tradicionais indígenas também é uma estratégia de enfrentamento ao racismo contra indígenas. As principais barreiras encontradas pelas juventudes indígenas para a prática esportiva convencional consistem na exposição a situações de discriminação e injúria racial e barreiras econômicas relacionadas a gastos com equipamentos, taxas e viagens (MCHUGH et al., 2018). Nesse sentido, a prática esportiva situada culturalmente em tradições e comunidades indígenas se destaca como uma estratégia de proteção das juventudes indígenas à discriminação racial.

7) Prática esportiva para jovens com deficiência

O direito ao esporte, para jovens com deficiência, exige um conjunto de intervenções para garantir a acessibilidade. As intervenções devem abordar aspectos sociais, infraestruturais e tecnológicos de modo a garantir as adaptações necessárias para tornar o esporte acessível, gerando inclusão social e superando processos de exclusão, estigmatização e dependência.

Existem diversas estratégias para adaptar atividades físicas para jovens com deficiência. A adaptação das atividades físicas para jovens com deficiência pode ser realizada em diversas atividades (dança, natação, tênis, educação motora básica, atividades recreativas) estruturadas e inclusivas. As principais adaptações realizadas são a oferta de equipamentos adicionais (cadeiras de roda adaptadas, dispositivos de flutuação), maior participação de pessoal de apoio (mais monitores, colegas preparados para dar apoio), e métodos de instrução que levam em conta a deficiência (ARBOUR-NICITOPOULOS et al., 2018).

A organização de atividades físicas inclusivas para pessoas com deficiência resulta em melhoras na interação de jovens com deficiência e seus pares. Entretanto, existe o risco de desenvolvimento de relações "superficiais" e hierarquizadas nas quais colegas sem deficiência se identificam mais como "quem ajuda" do que propriamente como integrantes de relações de amizade genuínas. Para prevenir a reprodução do estigma e de dinâmicas de tutela, os programas devem abordar de modo estruturado a construção de relações em conjunto com as atividades físicas (ARBOUR-NICITOPOULOS et al., 2018).

Programas inclusivos para jovens com deficiência devem articular atividades físicas com acessibilidade a ações educacionais, promovendo conscientização e redução do estigma. Assim, busca-se reduzir atitudes negativas e aumentar atitudes positivas dos pares com desenvolvimento típico em relação a jovens com deficiência. Instrutores treinados têm papel fundamental no processo de adaptar as atividades físicas, facilitar as interações sociais no grupo e servir de exemplo de relações positivas e saudáveis para os jovens (ARBOUR-NICITOPOULOS et al., 2018).

Programas estruturados de atividade física para jovens com deficiência resultam em amplos ganhos de habilidades físicas. Tais habilidades físicas desenvolvidas pelo esporte – locomoção, controle de objetos, habilidades específicas – são generalizáveis e aplicáveis em outros contextos, como deslocamento em ambientes "selvagens" (camping, por exemplo) e realização de atividades domésticas. A obtenção de tais resultados de domínio de habilidades físicas depende de programas de instrução individualizada em atividades de interesse do jovem que são apresentadas de forma estruturada e com dificuldade progressiva e feedback constante (ARBOUR-NICITOPOULOS et al., 2018).

Programas de atividade física adaptados para jovens com deficiência também geram benefícios no sistema familiar. A participação em programas inclusivos de atividade física contribui para a ampliação das redes sociais da família e aumento da satisfação com os papéis familiares e relações sociais. O aumento da participação dos jovens com deficiência em atividades de lazer e ampliação de sua autonomia também contribui para a redução de experiências de dependência, resultando em um aumento da satisfação geral (ARBOUR-NICITOPOULOS et al., 2018).

Lacunas de conhecimento sobre o tema

A maior parte dos estudos de efetividade de intervenções e avaliação de políticas de cultura, esporte e lazer e comunicação para jovens identificados foi realizada fora do Brasil, ou seja, é preciso investir na produção científica nacional. Alguns temas representam lacunas relevantes para nosso contexto:

- produção de evidências sobre o impacto social de programas de esporte (TAYLOR et al., 2015);
- estudos que avaliem programas que promovam a cultura e o lazer como políticas públicas pertencentes ao Sistema de Direitos e Garantias dos jovens, especialmente daqueles em instituições de acolhimento ou privados de liberdade por autoria de atos infracionais ou outros crimes (LOPES et al., 2019);
- evidências que relacionem políticas de cultura, esporte e lazer com a redução de violência urbana e rural (UNICEF, 2019);
- mapeamento de áreas onde a promoção de políticas de cultura, esporte e lazer reduzem situações de vulnerabilidade e/ou de risco para jovens (UNICEF, 2019);
- promover análise de dados sobre cultura, esporte, lazer e comunicação a partir de uma perspectiva intersetorial com as políticas de redução da violência e promoção da saúde (UNICEF, 2019);
- desenvolvimento programas e plataformas ***on-line*** que promovam comunicação e interação saudável entre jovens;
- elaboração de estratégias para que programas de cultura, esporte e lazer para jovens sejam difundidos e atinjam um número significativo de jovens, especialmente os menos escolarizados e em regiões de pouca efervescência cultural;
- desenvolvimento de ações/políticas específicas de expressão para juventudes minoritárias, como cultura negra e tradições indígenas.

Vamos botar a mão na massa?

Jovens

- Organizar grupos em suas comunidades para identificar interesses comuns e buscar formas de inserir práticas esportivas, de lazer, de cultura e de comunicação nas ofertas dos serviços locais e nos espaços de convivência comunitária.
- Aproveitar as habilidades de uso de mídias sociais para criar/alimentar canais de comunicação de seus coletivos e comunidades, e se conectar com grupos de outros lugares que partilham as mesmas lutas.
- Criar e compor coletivos de mídia local para ajudar no combate à desinformação.
- Apoiar pessoas idosas da comunidade na utilização de computadores e celulares para acessar serviços, assim como criar atividades esportivas e de lazer que possam ajudar pessoas idosas a se movimentarem.
- Engajar em ativismo digital e, ao fazê-lo, certificar-se de que as informações que está circulando são verificadas.
- Demandar de artistas e produtoras culturais para a promoção de eventos que prezem pela acessibilidade e inclusão.
- Inspirar-se em eventos como Perifacon e Taça das Favelas para reunir esforços e promover eventos similares.
- Criar um mapa comunitário colaborativo para que a cada iniciativa/aparelho social/atividade encontrada possa ser registrado e desfrutado por todas as pessoas da comunidade.
- Buscar estar informado sobre o Plano Municipal de Cultura de sua cidade, bem como de editais para financiar projetos e ações culturais em seu território.
- Organizar atividades como gincanas e campeonatos envolvendo espaços religiosos, associações, comércios locais.
- Pressionar para que os espaços públicos comunitários sejam revitalizados e disponibilizados para atividades de cultura, lazer e esporte.
- Participar de espaços políticos deliberativos contribuindo na formulação e monitoramento de políticas públicas.
- Dialogar com as escolas locais para que cedam os espaços físicos para atividades extracurriculares organizadas por jovens e abertas para a comunidade em geral.
- Realizar circuitos culturais entre comunidades e territórios.
- Usar seu conhecimento sobre comunicação, tecnologia e redes sociais e propagá-lo ensinando a quem não conhece/sabe, em especial pessoas idosas da comunidade.
- Compor/criar/apoiar coletivos de comunicação como Voz das Comunidades e Agência de Notícias das Favelas.
- Ocupar espaços culturais ociosos da sua cidade.

Pesquisadores	● Mapear com jovens temas de pesquisa nas áreas de esporte, lazer, cultura e comunicação e incluí-los como sujeitos de pesquisa e pesquisadores. ● Facilitar que a comunicação de resultados de pesquisas possa ser acessível e compreensível para jovens (por meio de vídeos, ***games***, publicações em mídias sociais e fazendo parcerias com coletivos de comunicação e plataformas de conteúdo e jornalismo independentes). ● Utilizar o conhecimento científico para mobilizar políticas públicas dessas áreas. ● Mapear grupos de pesquisa sobre esses temas, identificar lacunas e construir parcerias para pesquisas nacionais e financiamento amplo. ● Ampliar diálogo com a imprensa a fim de influenciar agenda pública. ● Estudar e sistematizar boas práticas de inclusão social através do esporte. ● Mapear e divulgar recursos, fundos e editais de cultura e de práticas esportivas. ● Buscar garantir acessibilidade em atividades propostas e métodos de pesquisa. ● Mapear e divulgar projetos e iniciativas que proponham intersecção entre esporte e cultura direcionados à juventude. ● Pesquisar sobre expressões culturais com recortes de território. ● Pesquisar iniciativas de redes de comunicação periféricas a fim de fortalecê-las e vistas para que possam ser replicadas. ● Sistematização de boas práticas relacionadas ao esporte em ambientes escolares para a produção de um guia de aplicação que possa ser usado pelas escolas em todo o território nacional. ● Pesquisar impacto do acesso à cultura, esporte, lazer e comunicação na qualidade de vida das juventudes e a sua relação com outros indicadores. ● Produzir pesquisas que promovam a continuidade e atualização dos achados.
Tomadores de decisão	● Criar mecanismos de financiamento e apoio logístico a mídias locais. ● Garantir boas condições de quadras esportivas nas escolas e comunidades. ● Fomentar que grupos artísticos destinem apresentações e oficinas descentralizadas para comunidades locais, sempre que forem contemplados em editais públicos. ● Garantir a participação das juventudes como protagonistas no desenvolvimento de políticas públicas de cultura e esporte. ● Desenhar políticas públicas nessa temática pensando processos de avaliação e monitoramento, bem como seu potencial interseccional com outras áreas como o turismo, por exemplo. ● Plano de ação e democratização de captação de recursos com linguagem clara e acessível. ● Fortalecer espaços de participação e controle social. ● Criar editais, prêmios e fundos para fomentar a cultura periférica e de povos tradicionais indígenas e quilombolas.

Trabalhadores de serviços/Setor privado/Sociedade civil	● Incluir como ofertas da rede intersetorial (saúde, assistência social) práticas de esporte, lazer e cultura voltadas aos jovens. ● Oferecer bolsas, patrocínios e financiamento que viabilizem as carreiras de jovens nas áreas de esporte e cultura. ● Destinar parte dos recursos do setor privado para estabelecer cinemas, teatros, quadras esportivas, entre outros, em locais desassistidos por esses equipamentos. ● Apoiar a instalação de redes e torres para acesso digital de jovens de comunidades rurais, incluindo jovens indígenas, quilombolas, ribeirinhos, etc. ● Ceder para as juventudes espaços para práticas culturais e esportivas, como skate e grafite. ● Financiar e apoiar organizações que trabalhem com temáticas de lazer, cultura, esporte e comunicação. ● Criar uma Escola Nacional de Economia Criativa, que possa fomentar esse campo como potencial caminho de inclusão no mercado de trabalho e renda. ● Mobilizar marcas esportivas para um projeto nacional com parceiros de execução local. ● Financiar e apoiar festivais de cultura popular e de povos e comunidades tradicionais. ● Fortalecer a agenda de cultura e esporte nas escolas. ● Criar uma rede de ação política para a comunicação, inspirada na Rede de Ação Política pela Sustentabilidade. ● Apoiar a imprensa livre. ● Mobilizar uma aliança pela cultura. ● Fomentar o desenvolvimento de uma Semana de Arte Brasileira. ● Financiar coletivos jovens.

Juventudes e os direitos à cultura, ao esporte e ao lazer: reflexões sobre equidade e implementação

Nesta seção, discutimos aspectos de equidade que devem ser considerados em intervenções que promovam os direitos à cultura, ao esporte e ao lazer. Uma das ferramentas desenvolvidas para considerar diferentes dimensões de equidade no desenho e implementação de intervenções sociais é o Framework PROGRESS (O'NEILL et al., 2014). Esse acrônimo é traduzido da seguinte forma:

P	Local de residência
R	Raça/etnia/cultura/linguagem
O	Ocupação e trabalho
G	Gênero
R	Religião
E	Educação
SS	Status socioeconômico e capital social

Além dessas dimensões, podem ser agregadas reflexões sobre outras características pessoais que podem ser alvo de preconceito ou estigma (por exemplo, faixa etária, orientação sexual, pessoas com deficiências) e características da rede familiar e de apoio. A seguir, são exploradas as implicações de cada uma dessas dimensões nas intervenções identificadas.

Local de residência (P)

Os equipamentos públicos de lazer e esporte são muitas vezes distribuídos de forma desigual pelos territórios, de modo a privilegiar os centros urbanos. Assim, a periferia urbana e o meio rural muitas vezes contam com pouco acesso a equipamentos de lazer e esporte, frequentemente limitados a campos para a prática de futebol, sem oferecimento de outras opções esportivas.

A prática de esportes ao ar livre depende do acesso público e facilitado a amplas áreas naturais que não estejam degradadas, privatizadas ou passando por grandes obras. Nesse sentido, muitos municípios e regiões do país apresentam alta poluição – em especial poluição química – em seus corpos d'água, tornando insalubre e inviável a prática de esportes aquáticos ao ar livre. A poluição também afeta áreas naturais de solo, em especial por meio de pedaços de vidros quebrados, metais enferrujados, pneus abandonados e acúmulo de plástico. Ainda, a incidência de violência nos territórios funciona como fator adicional de privação de oportunidades de prática esportiva ao ar livre e sem custos, em especial nos ambientes urbano e periurbano, e no período noturno.

A localização dos equipamentos de cultura pode ser pouco acessível para jovens que vivem em zonas não centrais. Equipamentos de cultura contemplativos, como museus e exposições, geralmente se concentram nas regiões centrais e oferecem horários restritos de visitação, dificultando o acesso para jovens que residem ou trabalham em zonas não centrais, exigindo grandes deslocamentos pelo transporte público.

Raça/etnia/cultura (R)

A violência racial se manifesta com frequência no âmbito do esporte, por meio de injúria racial expressa por diferentes atores (equipe, treinadores, adversários, torcidas), discriminação ou até mesmo agressões físicas. Crianças e jovens negros e indígenas são os grupos sociais mais atingidos pela violência racial no esporte e com menos recursos para enfrentá-la ou denunciá-la, ficando mais vulneráveis à internalização do estigma.

O racismo também se expressa em sua dimensão estrutural por meio da privação de jovens negros e indígenas de acessar equipamentos e oportunidades de prática esportiva organizada ou praticada em espaços públicos. Tal privação se manifesta principalmente pela escassez de equipamentos públicos em territórios racializados e pela violência nos territórios, perpetrada tanto por agentes estatais quanto não estatais, que priva jovens negros de espaços e atividades de esporte e lazer sem violência.

No âmbito do acesso à cultura, jovens negros historicamente têm menores oportunidades de acesso a atividades culturais consideradas oficiais (concertos de música clássica, espetáculos de dança, teatro, cinema, museus e bibliotecas). Ao mesmo tempo, há baixo investimento e desvalorização de atividades culturais pluralistas que valorizem a diversidade de identidades e sociabilidades comunitárias. Desse modo, o racismo se expressa tanto pela privação do acesso a determinados bens culturais considerados "universais" quanto pelo risco de apagamento étnico-cultural pela desvalorização e invisibilização de expressões culturais não hegemônicas em favor de expressões culturais dominantes. É necessário, portanto, articular ações de cultura que fortaleçam identidades culturais e promovam convergências, interlocuções e sínteses entre diferentes práticas e expressões culturais, tanto por meio da tradição quanto da experimentação.

Ocupação (O)

A falta de tempo é o principal fator que distancia os brasileiros da prática esportiva. Estudos, trabalho e tarefas domésticas motivam 69,8% dos casos de abandono da prática esportiva no Brasil. 90% do abandono da prática esportiva ocorre ainda na juventude – até os 34 anos (BRASIL, 2015). O tempo dedicado a outras atividades necessárias além do horário de trabalho – como deslocamento no retorno para casa e cuidados familiares – funciona como barreira adicional para o acesso a atividades físicas e esportivas. Em função desse cenário, políticas públicas de ampliação do acesso à atividade física e ao esporte devem articular intervenções que reduzam a carga de trabalho não remunerada (atividades como deslocamento urbano, tarefas domésticas e cuidados familiares), bem como reduzir a distância entre espaços de prática de atividade física e os espaços de moradia, trabalho e estudo.

Os horários de trabalho também afetam o acesso de jovens a espaços culturais e atividades de lazer. Equipamentos de cultura com horários restritos ao horário comercial e fechados durante os finais de semana são pouco acessíveis para jovens que trabalham. Ainda, ocupações com alta carga horária podem demandar longos períodos de sono e descanso como forma de compensação, o que se reflete na opção por dormir ou ficar em casa como uma das principais atividades de lazer realizadas nos finais de semana, conforme relatado por 44% dos jovens (BRASIL, 2013b). As tarefas domésticas e de cuidados familiares consistem em uma das maiores ocupações do tempo livre de jovens no Brasil (80%), sendo realizada por 66% dos homens e 94% das mulheres (BRENNER; DAYRELL; CARRANO, 2008).

Gênero (G)

As preferências de esporte e atividade física praticadas também são influenciadas pelo gênero. Há maior concentração da escolha de prática esportiva por homens e de atividade física por mulheres. O futebol é a principal atividade esportiva praticada no Brasil, ainda que com grandes diferenças de frequência entre homens (66,2%) e mulheres (19,2%). Caminhada e andar de bicicleta se destacam como as principais atividades físicas, tanto para homens (50,7%, 22,1%) quanto para mulheres (62,9%, 12,9%) (BRASIL, 2015). A participação desigual de homens e mulheres na prática esportiva no Brasil reflete a tradicional divisão socioespacial brasileira, na qual homens têm maior mobilidade e possibilidade de circulação no espaço público, enquanto mulheres se ocupam mais de atividades relacionadas às esferas doméstica e familiar. Ainda, os riscos adicionais de assédio sexual e violência sobre as mulheres funcionam como barreiras para a prática esportiva no espaço público, exigindo a necessidade de políticas públicas e intervenções específicas para a superação do machismo na cultura e criação de espaços seguros para a prática esportiva para mulheres.

A rigidez de papéis de gênero e estigmas sobre determinados esportes baseados em sexismo e homofobia dificultam a participação em atividades esportivas. A escassez de acesso a referências femininas em determinados esportes também dificulta o engajamento de meninas e mulheres jovens com alguns esportes. Apesar dessas restrições, mulheres também apresentam maior diversidade no imaginário esportivo do que homens – visualizando mais possibilidades de prática esportiva (BRASIL, 2015).

Religião (R)

O meio esportivo muitas vezes concentra manifestações de intolerância religiosa praticadas em contextos de competição. Essas violências incluem práticas de humilhação ou até agressão física, em especial sobre grupos praticantes de religiões altamente estigmatizadas, como as religiões de matriz africana no Brasil ou o islamismo na Europa. Jovens indígenas com frequência sofrem discriminação no esporte e, em outros contextos, em situações que articulam racismo e intolerância religiosa. Isso pode levar à completa exclusão dos praticantes de seus grupos esportivos locais, seja por constrangimento sistemático ou expulsão agressiva física.

Ainda, normas religiosas dominantes podem funcionar como fator de discriminação religiosa. Muitas vezes grupos esportivos institucionalizam determinadas práticas religiosas em rituais de preparação, treinamento ou celebração, o que pode gerar sentimentos dissonantes em integrantes das equipes esportivas que não compartilham da mesma tradição religiosa, gerando experiências de desconforto, sofrimento ou até mesmo afastamento do grupo ou da prática esportiva. Tais práticas religiosas de grupos esportivos, ainda que naturalizadas no meio social, são consideradas infrações à "neutralidade religiosa" estabelecida por órgãos regulamentadores da prática esportiva oficial, como a FIFA e a CBF (PETROGNANI, 2019).

Por outro lado, jovens também podem ter sua participação cultural e esportiva vetada por normas religiosas. Algumas práticas esportivas ou culturais ofertadas para o público jovem podem não ser acessadas em função de vetos às práticas estabelecidas pelas suas próprias tradições religiosas ou até mesmo pelas práticas religiosas familiares. Assim, intervenções na área devem levar em consideração tais restrições, de modo a não colidir com o sistema de crenças do público-alvo.

Educação (E)

A escolaridade é um dos fatores sociodemográficos com maior impacto no consumo de bens culturais fora do domicílio. A população que tem ensino superior completo consome mais bens culturais de todos os tipos: livros, cinema, shows, festas populares, feiras de artesanato, bibliotecas, dança, museus, teatro, circo, saraus e concertos de música. O consumo de bens culturais entre os jovens brasileiros está relacionado à escolaridade, ainda que seja bem diversificado (BARBOSA; ARAÚJO, 2009). Enquanto 28% dos jovens universitários gastam parte do seu dinheiro com periódicos (jornais, revistas etc.), apenas 7,1% de todos os jovens gastam com esses produtos (Barbosa; Araújo, 2009).

A experiência de educação artística prévia facilita o consumo de bens culturais, reduzindo o esforço de busca por bens culturais (PAGLIOTO; MACHADO, 2010). Ou seja, além da educação formal do jovem ou de seus familiares, experiências de educação artísticas podem funcionar como elementos de compensação a outras barreiras encontradas para o acesso à cultura e aos bens culturais.

A prática esportiva e de atividade física também é influenciada pelo nível de conhecimento sobre saúde e riscos do sedentarismo. Entre a população sedentária brasileira (54,1%), uma parcela significativa relata ter conhecimento dos riscos do sedentarismo, mas não gosta de praticar atividades físicas (13,4%) ou não se esforça para iniciar a prática de atividade física ou esporte (33,1%). Uma parcela significativa da população sedentária relata não ter conhecimento sobre riscos relacionados ao sedentarismo (17,6%).

Situação socioeconômica e capital social (SS)

O acesso a bens culturais é mediado, principalmente, pelo poder aquisitivo dos jovens e suas famílias. Nesse sentido, jovens de famílias com renda mais alta conseguem realizar mais atividades de lazer e cultura fora de casa, em especial atividades que envolvem custos. As principais atividades culturais que envolvem custos são idas ao cinema, espetáculos teatrais, bares com amigos, danceterias, passeios em shopping centers, viagens, shows, parques de diversões, concertos de música clássica, jogos em estádio, circo e exposições de fotografia. Nesse cenário, também chama a atenção a existência de grandes parcelas de jovens que nunca tiveram acesso a tais atividades nas diferentes faixas de renda. Entre jovens de menor renda, apenas 49% já assistiram a uma sessão de cinema e 18% já assistiram a um espetáculo teatral, enquanto entre jovens de renda mais alta, 93% já foram ao cinema e 40% ao teatro (BRASIL, 2013b).

As atividades de lazer que não envolvem custos de ingresso nem deslocamento são praticadas com maior frequência. Cabe destacar que três atividades culturais e de lazer não apresentam diferença entre as faixas de renda: passear em parques e praças, ir a cultos religiosos e ir a festas em casa de amigos (BRASIL, 2013b).

Tais barreiras — custos de ingresso e de deslocamento — podem ser reduzidas com políticas públicas. As políticas devem implementar ações de democratização da cultura com inserção nos territórios, de modo a promover a iniciação de jovens a diferentes formas de produção e expressão cultural – como atividades em Pontos de Cultura e escolas. Outra intervenção fundamental consiste na promoção de políticas de desconto ou gratuidade para o acesso de jovens a produtos culturais, como espetáculos e sessões de cinema.

De acordo com a ONU, em torno de 1 bilhão de pessoas vivem com alguma deficiência no mundo, 80% dessas pessoas vivem em países em desenvolvimento, como o Brasil. Isso significa que um número significativo de pessoas com deficiência vivem em condições socioeconômicas desafiadoras. Então é de extrema importância que a acessibilidade cultural seja uma preocupação central quando pensamos em políticas públicas na área da cultura, do esporte, do lazer e da comunicação. A própria gratuidade, como foi lembrada em uma das oficinas de validação do Atlas das Juventudes, é um caminho possível para ampliar a acessibilidade a recursos e eventos. Além disso, é claro, sempre formular políticas que busquem reverter lógicas excludentes e considerem infraestrutura e recursos adequados para tornar os espaços e eventos acessíveis à participação de todos e todas jovens com deficiência.

Recomendações das Conferências de Juventude para a Cultura, o Esporte, o Lazer e a Comunicação

Como preparação para a IV Conferência, é essencial retomar recomendações passadas elaboradas por jovens:

I Conferência (2008)

- Esporte e lazer: ampliar e qualificar os programas e projetos de esporte, em todas as esferas públicas, enquanto políticas de Estado, tais como os programas Esporte e Lazer da Cidade, Bolsa Atleta e Segundo Tempo, com núcleos nas escolas, universidades e comunidades, democratizando o acesso ao esporte e ao lazer a jovens, articulados com outros programas existentes.

- Esporte e lazer: criação de centros públicos e gratuitos de tempo livre e lazer, a partir da construção ou reutilização de espaços públicos, seguindo critérios de descentralização dos municípios polos, dotados de infraestrutura de esporte, lazer, cultura e acesso aos meios tecnológicos, de forma inclusiva, garantindo o desenvolvimento local, tanto nos centros urbanos e rurais quanto nas regiões de vulnerabilidade.

- Esporte e lazer: garantir 1% do orçamento nacional para o esporte e lazer.

- Esporte e lazer: democratizar e ampliar a construção e organização do tempo livre da juventude e sua comunidade, como política de Estado, fortalecendo: a) as políticas públicas para e pelo tempo livre em escolas públicas, universidades, centros públicos, espaços comunitários; b) a gestão compartilhada entre poder público e sociedade civil organizada e c) a rede de pesquisa diagnóstica e avaliativa de espaços públicos e acessibilidade, que seja capaz de gerar indicadores que orientem as ações dos gestores.

- Cultura e comunicação: criação, em todos os municípios, de espaços culturais públicos, descentralizados, com gestão compartilhada e financiamento direto do Estado, que atendam às especificidades dos jovens e que tenham programação permanente e de qualidade. Os espaços, sejam eles construções novas, desapropriações de imóveis desocupados ou organizações da sociedade civil já estabelecidas, devem ter condições de abrigar as mais diversas manifestações artísticas e culturais, possibilitando o aprendizado, a fruição e a apresentação da produção cultural da juventude. Reconhecer e incentivar o hip-hop como manifestação cultural e artística.

- Cultura e comunicação: estabelecimento de políticas públicas culturais permanentes direcionadas à juventude, tendo ética, estética e economia como pilares, em gestão compartilhada com a sociedade civil, a exemplo dos Pontos de Cultura, que possibilitem o acesso a recursos de maneira desburocratizada, levando em consideração a diversidade cultural de cada região e o diálogo intergeracional. Criação de um mecanismo específico de apoio e incentivo financeiro aos jovens (bolsas) para formação e capacitação como artistas, animadores e agentes culturais multiplicadores.

- Cultura e comunicação: estabelecimento de cotas de exibição e programação de 50% para a produção cultural brasileira, sendo 15% produção independente e 20% produção regional, em todos os meios de comunicação (TV aberta e paga, rádios e cinemas). Valorização dos artistas locais, garantindo a preferência nas apresentações e prioridade no pagamento. Entender os cineclubes como espaços privilegiados de democratização do audiovisual.

- Comunicação: ampliar as concessões para rádios comunitárias garantindo a democratização e a desburocratização da comunicação, com prazo máximo de 2 (dois) anos para legalização e criação de um órgão próprio de fiscalização.

- Comunicação: ampliar oportunidades de capacitação e qualificação de professores e jovens para a produção de projetos de comunicação e de inclusão digital, com inclusão dos jovens da periferia e de suas respectivas comunidades escolares, visando à produção, exibição e distribuição por esses jovens. Esses espaços serão administrados pelos jovens e os produtos audiovisuais e outros (jornal) deverão ser exibidos nos principais canais de TV e na comunidade onde foi produzido.

- Comunicação: pela manutenção do primeiro substitutivo do deputado Jorge Bittar ao PL 29/2007, garantindo no mínimo percentual de 10% para a produção independente em todos os canais.

II Conferência (2010)

- Esporte e lazer: ampliação, diversificação, criação e interiorização, em todas as esferas públicas (federal, estadual, distrital e municipal), dos programas Bolsa Atleta, Segundo Tempo, Mais Educação/MEC e Programa de esporte e lazer na cidade (PELC) e criação, ampliação e conservação de equipamentos esportivos em todo o país (escolas e espaços públicos): Praça da Juventude, PEC, ginásios poliesportivos e quadras cobertas, campos de várzea e piscinas olímpicas, Centro de Apoio à Juventude (CAJU/PI), entre outras experiências de sucesso. Garantir a participação dos jovens na definição dos modelos de equipamentos a serem construídos e sua gestão democrática, por meio da formação de comissão de usuários, definindo o uso dos equipamentos e sua programação.

- Cultura e comunicação: implementar programas que destinem no orçamento das esferas federal, estaduais e municipais, verbas para a construção e implementação de centros que atendam a juventude, sendo esses espaços de convivência e de desenvolvimento de atividades esportivas, recreativas, culturais e socioeducativas, no campo e na cidade. Tais espaços deverão contar com: equipe multiprofissional que tenha formação continuada, podendo haver parcerias entre sociedade civil e organizações estudantis, entidades de classe, organizações governamentais, lideranças e associações comunitárias e demais representações sociais. A ação de projetos e programas federais, estaduais e municipais nos centros, captação de recursos públicos para o pagamento de bolsas, funcionários e despesas para a manutenção do espaço físico de convivência da juventude, sendo 70% do governo federal, 20% do governo estadual e 10% do governo municipal. Integrar a implementação do programa nacional de banda larga, garantido o acesso à banda larga gratuita e de qualidade, com velocidade mínima de 1 mega, para todo o país, priorizando as comunidades menos favorecidas e a zona rural, garantindo, também, capacitação para os que irão utilizar o serviço.

- Cultura e comunicação: fortalecer programas como Cultura Viva/Pontos de Cultura, do Ministério da Cultura, como forma de política permanente de investimentos destinados a iniciativas de grupos e movimentos culturais juvenis e populares, garantindo o aumento de editais simplificados, como os da modalidade "premiação", democratizando e desburocratizando as leis de fomento, assim como garantir uma política de cultura para a educação que estimule a produção artística dos estudantes e disponibilize acervo cultural (compra de discos e DVDs produzidos por gravadoras independentes nacionais do PNBE/MEC), para fazer das escolas espaço de circulação da cultura brasileira. Sendo assim, todos os profissionais da área cultural devem ser reconhecidos e regulamentados pelo Estado, tendo garantia ao trabalho decente, sendo assegurados todos os direitos trabalhistas, extinguindo-se a precarização do trabalho, por meio das pessoas jurídicas ou de qualquer forma de terceirização, garantindo-se também a criação de cursos de capacitação e formação nas demais áreas da cultura e das artes.

- Criar e implementar o Plano Nacional de Comunicação e Juventude, que deve contemplar a criação e a ampliação dos Centros de Comunicação Popular, Telecentros, pontos de acesso público e o fomento à produção de mídias alternativas, como: programas de rádio, TV, mídias impressas, rádios escolares e comunitárias, internet etc., com prioridade para os/as jovens como proponentes e produtores, incentivando, preferencialmente, mídias produzidas a partir de metodologia de "educomunicação", garantindo a expansão do acesso e a inclusão digital no campo e na cidade, ampliando os sinais de internet (banda larga) e telefonia, valorizando a cultura regional e garantindo a formação de educadores da rede pública para tratar dessa questão nas escolas e universidades.

III Conferência (2015)

- Esporte e lazer: criação do Fundo Nacional de incentivo ao esporte, com base orçamentária de 2% do PIB, fortalecendo conselhos e secretarias de esporte, para ampliar os equipamentos esportivos e desenvolver programas de incentivo ao esporte, como iniciativas regionais e o Bolsa Atleta.

- Cultura e comunicação: garantir a construção, manutenção, ampliação e requalificação dos equipamentos culturais, promovendo a acessibilidade, sustentabilidade e participação social nas periferias, distritos, zonas rurais, comunidades tradicionais, povoados e assentamentos, descentralizando as ações de juventude e oferecendo espaços adequados, bibliotecas, sob consultoria especializada, para as diversas linguagens culturais: teatro, audiovisual, hip-hop, dança, artes, artesanato, música, poesia entre outras. Viabilizando a criação e fomento de grupos culturais tais como artesãos, grupos de dança, teatro e as demais expressões artísticas e culturais, priorizando os artistas municipais e a promoção de atividades itinerantes descentralizadas, incentivando programas culturais em escolas e associação de moradores, bem como a criação de editais sob a forma de prêmios (com prestações de contas facilitada e específica para PCTs).

- Comunicação: democratização da mídia, modificando a legislação atual para que as rádios comunitárias tenham alcance igualitário das rádios comerciais. Regulamentar e democratizar a mídia do país, revendo os modelos de financiamento e concessão pública de TV, a partir da atualização e efetivação do marco regulatório da comunicação, respeitando a constituição de 1988 no que tange ao artigo 220, revogando o caráter consultivo do Conselho Nacional de Comunicação, alterando a sua composição permitindo a participação paritária da sociedade civil e governo e replicando este modelo de conselho no âmbito estadual e municipal.

Como percebemos, a cultura, o lazer, o esporte e a comunicação são elementos fundamentais às vidas dos jovens, mas frequentemente são relegados a um segundo plano em termos de investimento público. São em espaços de afirmação desses direitos, no entanto, que jovens podem experimentar novas dimensões de criação e colaboração, fortalecendo laços comunitários e entrando em contato com visões diferentes de mundo. A Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural da UNESCO reforça a cultura no centro dos debates sobre a coesão social e o desenvolvimento de uma economia fundada no saber, indicando que o respeito à diversidade das culturas, à tolerância, ao diálogo e à cooperação, em um clima de confiança e de entendimento mútuos, estão entre as melhores garantias da paz e da segurança internacionais. Investir em cultura, lazer, esporte e comunicação, portanto, é investir em bem-estar social.

Além disso, o processo de globalização, facilitado pela rápida evolução das novas tecnologias da informação e da comunicação, tem o potencial de criar condições de um diálogo renovado entre diferentes culturas e povos. Para isso, é necessário atuarmos para diminuir as disparidades de acesso e uso de meios digitais, bem como apoiar técnica e financeiramente jovens de todos os lugares do Brasil para produzir e disseminar conteúdos culturais e de comunicação, ampliando conexões.

Referências

ARBOUR-NICITOPOULOS, K. P.; GRASSMANN, V.; ORR, K.; MCPHERSON, A. C.; FAULKNER, G. E.; WRIGHT, F. V. A scoping review of inclusive out-of-school time physical activity programs for children and youth with physical disabilities. Adapted Physical Activity Quarterly, v. 35, n. 1, p. 111-138, 2018.

ARTIGO 19. Violações à liberdade de expressão – Relatório anual 2019-2020. 2020. Disponível em: <https://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2020/11/violacoes2019-20_WEB_RO2_low.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

BARBOSA, F.; ARAÚJO, H. Juventude e cultura. In: CASTRO, J. A. de; AQUINO, L. M. C. de; ANDRADE C. C. de (Org.). Juventude e políticas sociais no Brasil. Brasília: Ipea, 2009. p. 221-242.

BRASIL. III Conferência Nacional de Juventude: direitos da juventude, subsídios para o debate – Seção VII. Brasília, DF: 2015. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/185>. Acesso em: 5 dez. 20202.

_____. Ministério da Cultura. Cultura em números (2ª. ed.). Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2009. Disponível em: <http://culturadigital.br/ecocultminc/files/2010/06/Cultura-em-N%C3%BAmeros-web.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

_____. Ministério do Esporte. Diesporte: Diagnóstico Nacional do Esporte. Caderno 1. Brasília, DF: Ministério do Esporte, 2013a. Disponível em: <http://diesporte.gov.br>. Acesso em: 5 dez. 2020.

_____. Secretaria Nacional da Juventude. Agenda Juventude Brasil. Brasília, DF: Secretaria Nacional da Juventude, 2013b. Disponível em: <http://issuu.com/participatorio/docs/ agenda_juventude_brasil_-_pesquisa_/1?e=12152407/10902032>. Acesso em: 5 dez. 2020.

_____. Secretaria Nacional da Juventude. Direitos da juventude: subsídios para o debate – Cultura. III Conferência Nacional da Juventude. Brasília, DF: Secretaria Nacional da Juventude, 2016. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/images/secaovi_juventude_e_cultura_ok.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

BRASIL. Secretaria Nacional da Juventude. Direitos da juventude: subsídios para o debate – Desporte e

lazer. III Conferência Nacional da Juventude. Brasília, DF: Secretaria Nacional da Juventude, 2016. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/images/secaoviii_juventude_desporto_e_lazer_ok.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios TIC: PNAD – Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2018. Brasília, DF: Ipea, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/17270-pnad-continua.html?=&t=downloads

BRENNER, A. K.; DAYRELL, J.; CARRANO, P. Juventude brasileira: culturas do lazer e do tempo livre. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Um olhar sobre o jovem no Brasil. Brasília, DF: Editora do Ministério da Saúde, 2008. p. 29-44.

BURNS, R. D.; FU, Y.; PODLOG, L. W. School-based physical activity interventions and physical activity enjoyment: a meta-analysis. Preventive Medicine, v. 103, p. 84-90, 2017. doi: 10.1016/j.ypmed.2017.08.011.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL (CGI). Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC domicílios 2018. São Paulo: Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, 2019. Disponível em: <https://cetic.br/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-nos-domicilios-brasileiros-tic-domicilios-2018/>. Acesso em: 5 dez. 2020.

_____. TIC Domicílios 2019: principais resultados. 2020. Disponível em: <https://cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2019_coletiva_imprensa.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

CHU, T. L.; ZHANG, T. Motivational processes in sport education programs among high school students. European Physical Education Review, v. 24, n. 3, p. 372-394, 2018. doi: 10.1177/1356336x17751231.

DANISH CRIME PREVENTION COUNCIL (DCPC). The effectiveness of Mentoring and Leisure-Time Activities: A Systematic Review for Youth at Risk. Odinsvej: DKR, 2012. Disponível em : <https://www.researchgate.net/publication/326508283_The_Effectiveness_of_Mentoring_and_Leisure-Time_Activities_A_Systematic_Review_for_Youth_at_Risk>. Acesso em: 5 dez. 2020.

DAS, J. K. ET AL. Interventions for adolescent mental health: an overview of systematic reviews. Journal of Adolescent Health, v. 59, n. 4, p. S49-S60, 2016. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5026677/>. Acesso em: 5 dez. 2020.

DE VASCONCELOS, C.; GONZÁLEZ, R. S.; MARQUES, R. S. Cultura política e socialização política virtual: influência das redes sociais nas opiniões políticas de jovens estudantes da região do distrito federal e de seu entorno. Brazilian Journal of Development, v. 6, n. 4, p. 20282-20297, 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/9013/7807>. Acesso em: 5 dez. 2020.

EDWARDS, P.; JARRETT, C.; PERKINS, C., BEECHER, D.; STEINBACH, R.; ROBERTS, I. Mediation, mentoring and peer support to reduce youth violence: a systematic review. What Works Crime Reduction, p. 1-23, 2015,

EIGENSCHENK, B.; THOMANN, A.; MCCLURE, M.; DAVIES, L.; GREGORY, M.; DETTWEILER, U.; INGLÉS, E. Benefits of outdoor sports for society. A systematic literature review and reflections on evidence. International Journal of Environmental Research and Public Health, v. 16, n. 6, p. 937, 2019. doi: 10.3390/ijerph16060937.

FANCOURT, D.; FINN, S. What is the evidence on the role of the arts in improving health and well-being? A scoping review. WHO Regional Office for Europe, n. 67, 2019.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). A educação que protege contra a violência. 2019a. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/4091/file/Educacao_que_protege_contra_a_violencia.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

_____. Getting into the game: understanding the evidence for child-focused sport for development – Executive summary. Florença: Unicef, 2019b. Disponível em: <https://www.unicef.org/media/51556/file/%20Getting-into-the-game--summary-2019.2020.%20.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

GWYTHER, K.; SWANN, R.; CASEY, K.; PURCELL, R.; RICE, S. M. Developing young men's wellbeing through community and school-based programs: a systematic review. PLOS ONE, v. 14, n. 5, e0216955, 2019. doi: 10.1371/journal.pone.0216955.

HAMEL, L. M.; ROBBINS, L. B.; WILBUR, J. Computer- and web-based interventions to increase preadolescent and adolescent physical activity: a systematic review. Journal of Advanced Nursing, v. 67, n. 2, p. 251-268, 2010. doi: 10.1111/j.1365-2648.2010.05493.x.

HOLLAND, W. H.; POWELL, R. B.; THOMSEN, J. M.; MONZ, C. A. A systematic review of the psychological, social, and educational outcomes associated with participation in wildland recreational activities. Journal of Outdoor Recreation, Education and Leadership, v. 10, n. 3, p. 197-225, 2018.

HOLUB, C. K.; LOBELO, F.; MEHTA, S. M.; SÁNCHEZ ROMERO, L. M.; ARREDONDO, E. M.; ELDER, J. P. School-wide programs aimed at obesity among latino youth in the United States: a review of the evidence. Journal of School Health, v. 84, n. 4, p. 239-246, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2015). Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

_____. Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC – O que é. 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html?=&t=o-que-e>. Acesso em 7 mai. 2021.

_____. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

KAUFMAN, Z. A.; SPENCER, T. S.; ROSS, D. A. Effectiveness of sport-based HIV prevention interventions: a systematic review of the evidence. AIDS and Behavior, v. 17, n. 3, p. 987-1001, 2012. doi: 10.1007/s10461-012-0348-1.

LOPES, A. C. B. ET AL. A invisibilidade do esporte e da cultura como direitos da criança e do adolescente. Revista Direito e Práxis, v. 10, n. 2, p. 1430-1460, jun. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2019/40696>. Acesso em: 5 dez. 2020.

MCHUGH, T.-L. F.; DEAL, C. J.; BLYE, C.-J.; DIMLER, A. J.; HALPENNY, E. A.; SIVAK, A.; HOLT, N. L. A meta-study of qualitative research examining sport and recreation experiences of indigenous youth. Qualitative Health Research, v. 29, n. 1, p. 42-54, 2018. doi: https://doi.org/10.1177/1049732318759668.

NEWMAN, M.; BIRD, K.; TRIPNEY, J.; KALRA, N.; KWAN, I.; BANGPAN, M. et al. Understanding the impact of engagement in culture and sport: a systematic review of the learning impacts for young people. London: EPPI-Centre, 2010.

O'NEILL, J. ET AL. Applying an equity lens to interventions: using PROGRESS ensures consideration of socially stratifying factors to illuminate inequities in health. Journal of Clinical Epidemiology, v. 67, p. 56-64, 2014. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/24189091/>. Acesso em: 5 dez. 2020.

PAGLIOTO, B.; MACHADO, A. Perfil dos frequentadores de atividades culturais: o caso nas metrópoles brasileiras. Estudos Econômicos, v. 42, p. 701-730, 2012.

PEARSON. Digital inclusion for low-skilled and low-literate people: a landscape review. France: Unesco, 2018. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000261791>. Acesso em: 5 dez. 2020.

PEÇANHA, E. A cultura como campo de trabalho para a juventude: políticas, experiências e desafios, v. 1. São Paulo: Ação Educativa, 2015.

PETROGNANI, C. Religião e futebol no Brasil: Análise do "fechamento". Civitas, Rev. Ciênc. Soc., Porto Alegre , v. 19, n. 1, p. 247-260, Abr. 2019 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519=60892019000100247-&lng=en&nrm-iso>. Acesso em: 5 dez. 2020.

REDE NACIONAL DE ADOLESCENTES E JOVENS COMUNICADORAS E COMUNICADORES (RENAJOC). Conferência Livre Nacional É Nóis que Fala!: propostas finais pra 3º Confjuv. Brasília, 2015a. Disponível em: <https://issuu.com/renajoc/docs/propostas_finais_enoisquefala>. Acesso em: 5 dez. 2020.

_____. Juventude e comunicação: Faça você mesmo! Brasília, 2015b. Disponível em: <https://issuu.com/renajoc/docs/guia_renajoc_final_impressao>. Acesso em: 5 dez. 2020.

SILVA, E. R. A.; BOTELHO, R. U. (Org.). Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas. Brasília: Ipea, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6270/1/Dimens%C3%B5es%20da%20experi%C3%AAncia%20juvenil%20brasileira%20e%20novos%20desafios%20%C3%A0s%20pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

SCHÜLLER, I.; DEMETRIOU, Y. Physical activity interventions promoting social competence at school: a systematic review. Educational Research Review, v. 25, p. 39–55, 2018. doi:10.1016/j.edurev.2018.09.001. Acesso em: 5 dez. 2020.

TAYLOR, P. et al. A review of the social impacts of culture and sport. The Culture and Sport Evidence (CASE), 2015. Disponível em: <https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/416279/A_review_of_the_Social_Impacts_of_Culture_and_Sport.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

THOMAS, R. E.; LORENZETTI, D. L.; SPRAGINS, W. Systematic review of mentoring to prevent or reduce tobacco use by adolescents. Academic Pediatrics, v. 13, n. 4, p. 300–307, 2013.

WHITLEY, M. A.; MASSEY, W. V.; CAMIRÉ, M.; BOUTET, M.; & BORBEE, A. Sport-based youth development interventions in the United States: a systematic review. BMC Public Health, v. 19, n. 1, 2019. doi:10.1186/s12889-019-6387-z.

WRAY, A.; MARTIN, G.; OSTERMEIER, E.; MEDEIROS, A.; LITTLE, M.; REILLY, K. et al. Physical activity and social connectedness interventions in outdoor spaces among children and youth: a rapid review. Health Promotion and Chronic Disease Prevention in Canada, v. 40, n. 4, p. 104–115, 2020.

PARCEIROS WORKSHOP

CONJUVE
CONSELHO NACIONAL DA JUVENTUDE

“Todos os dias que saio na rua e vejo um carro da polícia eu congelo. Toda vez que saio olho para os lados 3423452 de vezes para ver se não tem polícia vindo. Quando vejo uma bicicleta, tremo, mas sei que o possível ladrão pode ser tão vítima quanto eu, só que do Estado. Tenho medo e sofro todos os tipos de violência estatal, sendo uma mulher negra favelada. A violência tá na estrutura social.”

Mulher cis bissexual preta, 23 anos, estudante do ensino médio, Ceilândia (DF)



Em 2017, todos os doze estados brasileiros classificados como de alta vulnerabilidade juvenil à violência encontravam-se nas regiões Nordeste (oito estados) e Norte (quatro estados) do país (BRASIL, 2017).

Em 2018, 70,56% das violações registradas por LBGTQIA+ no Disque Direitos Humanos (BRASIL, 2019b) foram de discriminação, seguida por violência psicológica (47,95%), violência física (27,48%) e violência institucional (11,51%).

A maioria dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas de internação não praticou atos infracionais contra a vida (BRASIL, 2019).

Em 2019, 74,4% das vítimas de violência letal, no Brasil, eram negras e 51,6% eram jovens até 29 anos. Esses jovens também representaram mais de 70% das vítimas de intervenções policiais (FBSP, 2020).

Em 2019, os feminicídios cresceram 7,1% e a violência contra LGBTQIA+ cresceu 7,7% (FBSP, 2020).

Em 2019, 66,7% das pessoas presas no país eram negras, em sua maioria jovens periféricos (FBSP, 2020). Essa predominância também é encontrada na privação de liberdade do sistema socioeducativo, onde 56% dos adolescentes em regime de internação ou semiliberdade são negros (BRASIL, 2019c).

São muitos os desafios, mas há caminhos para solucioná-los!

Neste capítulo, você vai ler sobre:

● ● Intervenções que as evidências científicas apontam como efetivas para avançarmos quanto à segurança pública e acesso à justiça no período da juventude, tais como aquelas voltadas para o desenvolvimento de habilidades sociais e de vida, que envolve, por exemplo, promover habilidades de resolução de conflitos, raciocínio crítico, comunicação eficaz e empatia para ajudar os jovens a melhorar sua autoconsciência e a perceber e regular suas emoções de forma mais precisa. Também merece destaque intervenções que visam redução do acesso a armas de fogo por meio de leis.

● Lacunas de pesquisas sobre o tema que identificamos, por exemplo, a falta de estudos sobre as violência sofridas por jovens com deficiências e LGBTQIA+ e a falta do uso de indicadores nos boletins de ocorrência com recortes raça, cor, sexo, idade, local e motivação.

● Ações que podemos botar em movimento no nosso cotidiano – jovens podem criar redes seguras de acolhimento a outros jovens vítimas de violências, tomadores de decisão devem garantir a qualidade dos serviços públicos (iluminação, revitalização dos espaços) e representantes da sociedade civil e do setor privado podem facilitar programas de fortalecimento de vínculos e resolução de conflitos. Todas essas ações só fazem sentido se pensadas em conjunto com as juventudes e de maneira sistêmica, pois nenhum caminho é o único possível.

● Elementos relacionados à garantia da equidade e de uma implementação verdadeiramente inclusiva de políticas e programas. Para que a segurança pública e o acesso à justiça chegue às jovens migrantes, meninas e mulheres, são necessárias ações preventivas, especialmente as que visam o empoderamento juvenil. Para que as juventudes indígenas, quilombolas e ribeirinhas acessem esses direitos, abordagens interculturais precisam ser aplicadas localmente, considerando suas especificidades. Por sua vez, jovens LGBTQIA+, merecem que seja feito o uso de uma linguagem inclusiva de gênero durante qualquer atividade proposta, em especial na produção de eventuais materiais a serem distribuídos. Não podemos esquecer ninguém pelo caminho!

● Por fim, fazemos uma retomada dos encaminhamentos das Conferências Nacionais da Juventude, aquecendo o debate para a 4ª Conferência!

● Vamos conhecer mais sobre as juventudes e o direito à Educação?

Juventudes, segurança pública e acesso à justiça: os desafios

"Todos os dias que saio na rua e vejo um carro da polícia eu congelo. Toda vez que saio olho para os lados 3423452 de vezes para ver se não tem polícia vindo. Quando vejo uma bicicleta, tremo, mas sei que o possível ladrão pode ser tão vítima quanto eu, só que do Estado. Tenho medo e sofro todos os tipos de violência estatal, sendo uma mulher negra favelada. A violência tá na estrutura social."

Mulher cis bissexual preta, 23 anos, estudante do ensino médio, Ceilândia (DF)

A violência contra jovens leva à perda de vidas e tem grandes custos econômicos e sociais. O envolvimento em gangues/facções, em particular, é um problema especialmente sério em países de baixa e média renda, ameaçando a coesão social (HIGGINSON et al., 2016). O problema da violência juvenil não se restringe, no entanto, ao envolvimento com o crime organizado e violento. A violência sexual e de gênero é também presente entre jovens, e frequentemente se traduz em violência nas relações afetivas.

Por outro lado, na etapa de imersão qualitativa do Atlas, jovens reforçaram um posicionamento contrário à homofobia, ao machismo, ao racismo e aos preconceitos contra pessoas com questões de saúde mental. Parece, portanto, haver maior consciência acerca dos danos que essas violências podem causar à sociedade e engajamento na transformação dessa realidade. Jovens também se destacam nas iniciativas de mediação de conflitos e na criação de redes de apoio para pares que foram vítimas de violências.

Alguns dados atuais corroboram a importância desse debate:

- O homicídio é a quarta maior causa de morte entre pessoas de 10 a 29 anos no mundo (OMS, 2015). No Brasil, o país mais homicida do mundo em números absolutos, jovens representam uma porção relevante das vítimas (MUGGAH; PELLEGRINO, 2020; IPEA, 2018).
- O Brasil apresentou índices piores do que a maioria dos países nos domínios de Segurança Pública e Igualdade de Gênero do Global Youth Report (IYF, 2017).
- Considerando os dados de 2017, no Brasil, os jovens negros possuíam 2,71 mais chances de morrer por homicídio que os jovens brancos (BRASIL, 2017).
- Em 2017, todos os doze estados brasileiros classificados como de alta vulnerabilidade juvenil à violência encontravam-se nas regiões Nordeste (oito estados) e Norte (quatro estados) do país (BRASIL, 2017)
- Já no ano de 2018, a taxa nacional de homicídios de jovens de 15 a 29 anos foi de 60,4 por 100 mil habitantes (FRM, 2020).

- Em 2018, o Disque 100 registrou 1.685 denúncias de violações contra a população LGBTQIA+. O ápice no número de registros ocorreu em 2012, com 3.031 denúncias, sendo considerado um ano atípico. Já a partir de 2015, há estabilidade e até mesmo uma ligeira queda (IPEA, 2020)

- Em 2018, 70,56% das violações registradas por LBGTQIA+ no Disque Direitos Humanos (BRASIL, 2019b) foram de discriminação, seguida por violência psicológica (47,95%), violência física (27,48%) e violência institucional (11,51%).

- Em 2019, 74,4% das vítimas de violência letal, no Brasil, eram negras e 51,6% eram jovens até 29 anos. Esses jovens também representaram mais de 70% das vítimas de intervenções policiais (FBSP, 2020).

- Em 2019, os feminicídios cresceram 7,1% e a violência contra LGBTQIA+ cresceu 7,7% (FBSP, 2020).

- Em 2019, do total de vítimas de mortes decorrentes da intervenção policial, 74,3% eram jovens e 79,1% eram pessoas negras (FBSP, 2020).

- Em 2019, 66,7% das pessoas presas no país eram negras, em sua maioria jovens periféricos (FBSP, 2020). Essa predominância também é encontrada na privação de liberdade do sistema socioeducativo, onde 56% dos adolescentes em regime de internação ou semiliberdade são negros (BRASIL, 2019c).

Juventudes, segurança pública e acesso à justiça: intervenções efetivas

O que já sabemos e fazemos no Brasil?

Um dos principais documentos sobre o tema de juventudes e violências é o relatório Prevenindo a violência juvenil: um panorama das evidências, realizado pela Organização Mundial de Saúde, em 2015, e traduzido para o português pelo Núcleo de Estudos da Violência (NEV/USP) em 2016.

Nesse sentido, é importante recuperar as principais conclusões desse documento a respeito de quais intervenções foram ou não consideradas efetivas para reduzir a violência entre jovens.

"Sou homossexual, vivo muito bem com isso, meus parentes me aceitam do jeito que eu sou, mas o lado ruim é o preconceito, a homofobia, o medo de você não poder andar na rua sem ter aquele medo, não poder demonstrar nenhum tipo de afeto em público com outra pessoa do mesmo sexo."

Homem cis gay pardo, 25 anos, pertencente a religião de matriz afro-brasileiras, estudante do ensino fundamental, Campo Grande (MS)

"Então hoje um jovem, negro e LGBT, no Brasil tem que estar de quatro olhos abertos, pois infelizmente no nosso país é o que mais mata jovens negros no mundo, mais mata jovens e LGBT. E um desafio hoje é ficar vivo, uma sociedade onde quem nos mata é quem deveria nos defender."

Homem cis gay preto, Muriaé (MG)



COM A PALAVRA

Danilo Castro

ator e jornalista
membro do Instituto Veredas

As operações militares nas favelas com a justificativa fajuta de “guerra às drogas”, resultando em chacinas e assassinatos; o número maior de óbitos da covid-19 para pretos e pardos em relação a pessoas não-negras; o pouco acesso a cargos de liderança no setor privado, na gestão pública e no parlamento; a pouca representatividade nos produtos de comunicação de massa; os altos índices da população negra em contextos de vulnerabilidade social e econômica; a inoperância ou pouca eficiência do Estado diante de demandas urgentes, denunciadas há décadas, que vêm gerando o genocídio de afro-brasileiros são apenas algumas das situações que podem ser classificadas como racismo sistêmico.

Trata-se de um termo para designar uma estrutura social ou situações racistas recorrentes, discriminatórias, perversas e violentas, que perduram há mais de cinco séculos no nosso país. E, mesmo pós-abolição de 1988, segue, de forma sistemática, prejudicando o desenvolvimento humanitário da maior parte da população brasileira, violando nossas dignidades, nossa saúde física e mental. Reverter essa situação com políticas públicas reais, integradas, contínuas, pautadas em evidências é urgente, independentemente da gestão eleita nas três esferas de poder. Ações antirracistas como enfrentamento a esse contexto devem ser compromisso perene de Estado, regimentadas em leis e aprimoradas periodicamente com participação social.

Quer saber mais?
Confira o **Pequeno manual antirracista** da Djamila Ribeiro

Quadro 1 Eficácia de estratégias de prevenção da violência juvenil, por contexto

Estratégias parentais e de desenvolvimento na primeira infância	Programas de visitação domiciliar	**?**
	Programas de parentagem	**+**
	Programas de desenvolvimento na primeira infância	**+**
Estratégias acadêmicas de desenvolvimento e de habilidades sociais baseadas na escola	Desenvolvimento de habilidades sociais e de vida	**+**
	Prevenção do bullying	**+**
	Programas de enriquecimento acadêmico	**?**
	Programas de prevenção de violência entre namorados	**+/–**
	Incentios financeiros para que adolescentes frequentem a escola	**?**
	Intermediação por pares	**+/–**
	Atividades após a escola e outras atividades de lazer estruturadas	**?**
Estratégias para jovens em situação de maior risco ou já envolvidos com a violência	Abordagens terapêuticas	**+**
	Capacitação profissional	**?**
	Mentoria	**?**
	Programas de prrevenção de violência de rua e violência praticada por gangues	**?**
Estratégias nos níveis da comunidade e da sociedade	Policiamento de áreas perigosas	**+**
	Policiamento orientado para problemas e comunidades	**+**
	Redução do acesso a bebidas alcoólicas e uso prejudicial do álcool	**+**
	Programas de controle de drogas	**+**
	Redução do acesso a armas de fogo e mau uso dessas armas	**+**
	Transformação espacial e melhorias urbanas	**+**
	Desconcentração da pobreza	**+**

Legenda

+ Promissoras – (estratégias que incluem um ou mais programas apoiados por pelo menos um estudo bem elaborado mostrando prevenção de perpetração e/ou experiência de violência juvenil, ou pelo menos dois estudos mostrando mudanças positivas em fatores críticos de risco ou de proteção para a violência juvenil

? Incerto, devido a insuficiência de evidência – (estratégias que incluem um ou mais programas de eficácia incerta)

+/– Incerto, devido a resultados mistos: estratégias para as quais as evidências são confusas – (alguns programas apresentam efeito positivo significativo, e outras, apresentam efeito negativo significativo sobre a violência juvenil)

Dentre as estratégias consideradas promissoras, destacamos duas:

- **Desenvolvimento de habilidades sociais e para a vida:** essas habilidades podem ser desenvolvidas no contexto escolar ou de bairro dos jovens, pontualmente ou ao longo de anos. Os programas têm como foco ajudar os jovens a melhorar sua autoconsciência e a perceber e regular suas emoções de forma mais precisa. Podem desenvolver habilidades de: resolução de problemas, raciocínio crítico, comunicação eficaz, tomada de decisões, raciocínio criativo, habilidades de relacionamento interpessoal, construção de autoconsciência, empatia e controle do estresse e de emoções. Podem atenuar fatores de risco para a violência juvenil e com reduções de até 29% de comportamentos violentos entre adolescentes do ensino médio.

- **Redução do acesso a armas de fogo:** dado que 72,5% dos homicídios no Brasil, em 2019, foram cometidos com uso de armas de fogo (FBSP, 2020), é essencial considerar ações para reduzir o acesso a esses instrumentos. Existem algumas evidências de que leis podem contribuir para a redução da disponibilidade de armas e das taxas de homicídio relacionados com armas de fogo, tiroteios, roubos e agressões a mão armada, e porte de armas. Também pode ter um efeito na redução do número de suicídios, especialmente entre jovens. São intervenções com alto potencial de custo efetividade, devido ao fato de que quaisquer ferimentos por arma de fogo oneram imensamente o sistema de saúde.

Outras estratégias, como a prevenção do abuso de álcool e outras drogas, melhoria dos espaços urbanos e a desconcentração de pobreza, merecem atenção, mas fogem ao escopo deste capítulo. Destacamos, porém, que essas estratégias têm efeito positivo no enfrentamento da violência juvenil, diminuindo agressões físicas e homicídios entre esse público.

Lidando com o Bullying**: achados do relatório** Prevenindo a violência juvenil: um panorama das evidências

O ***bullying*** é um comportamento agressivo que pode se repetir ao longo do tempo e infligir lesões ou mal-estar ao jovem a quem é direcionado, inclusive danos físicos, psicológicos, sociais ou educacionais. **Programas de prevenção e coibição do bullying** podem reduzir a perpetração e a vitimização. Em geral, envolvem a capacitação de familiares e professores, a adoção de regras escolares rígidas e abrangentes contra o ***bullying*** e utilização de vídeos instrucionais. Antes de iniciar um programa desses, especialmente se for situado em ambiente escolar, é importante tentar entender como se dá e em qual medida ocorre o ***bullying***, a fim de monitorar os efeitos da intervenção, bem como definir políticas e procedimentos escolares para lidar com as ocorrências.

Os programas promovem mensagens de prevenção e ajudam a **instruir os alunos em relação ao que é bullying, como reconhecê-lo, o que fazer em casos de bullying, as habilidades de relacionamentos eficazes e as habilidades para espectadores lidarem com ocorrências de bullying**. Podem também envolver equipes especializadas para lidar diretamente com os alunos envolvidos em ***bullying***, como vítimas e/ou como perpetradores. Ressalta-se que, embora engajar familiares parece melhorar os resultados dos programas, essa ação pode constranger os jovens, devendo ser um ponto de atenção ao elaborar tais programas. Por fim, em geral, as intervenções são de baixo custo e principalmente aplicadas no contexto escolar

De forma complementar, com o aumento de casos de **cyberbullying** observado nos últimos anos, uma revisão sistemática de alta qualidade (GAFFNEY et al., 2019), avaliou a efetividade de programas contra o ***cyberbullying***, concluindo que eles parecem ser efetivos para reduzir vitimização e perpetração. Esses programas, todavia, ainda são muito focados em jovens em idade escolar e desenvolvidos no ambiente da escola, sendo relevante ampliar as intervenções e pesquisas para outros contextos e faixas etárias.

Por fim, evidências de média-alta qualidade (MARX; KETTREY, 2016) apontam que a **violência escolar contra LGBTQIA+** pode ser prevenida por meio de programas de clubes de celebração da diversidade, que realizam ações para melhoria do clima escolar. Em escolas onde esses clubes existem, há menos ocorrências de homofobia e transfobia e os jovens LGBTQIA+ indicam sentir menos receio em relação à sua segurança e integridade.

Algumas das políticas já adotadas para endereçar violências contra jovens no Brasil são:

- Projeto Agente Jovem do Desenvolvimento Social e Humano: o projeto, pautado na emenda constitucional nº 20, buscou definir uma proposta de ocupação para jovens de 15 a 17 anos em situação de risco e vulnerabilidade social, priorizando aqueles que estejam fora da escola, sejam egressos de programas sociais, estejam sob medida protetiva, em conflito com a lei e/ou oriundos de programas de atendimento a situações de exploração sexual. O projeto tem como princípios a centralidade da família e o protagonismo juvenil e entre seus objetivos está a contribuição para a diminuição dos índices de violência, uso de drogas, DST/AIDS, gravidez não planejada. Para saber mais: portaria nº 879 de 3 de dezembro de 2001.

- Plano Juventude Viva: é uma iniciativa para o enfrentamento à violência, que busca superar sua banalização promovendo direitos das juventudes, em especial, a juventude negra. O Plano promove os valores da igualdade e da não discriminação, somando esforços do Estado, em diálogo com a sociedade civil para reduzir a vulnerabilidade dos jovens em situações de violência física e simbólica. A iniciativa prioriza 142 municípios com os maiores índices de homicídios de jovens, criando oportunidades de inclusão e autonomia, por meio da oferta de serviços públicos nos territórios mais vulneráveis à violência. O Plano busca também aprimorar a atuação do Estado no enfrentamento ao racismo institucional e na sensibilização dos agentes públicos. Confira: Plano Juventude Viva.

- Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM): foi criado em 2003, como uma das estratégias do governo federal para o enfrentamento do tema da letalidade infantojuvenil. Instituído oficialmente em 2007, pelo Decreto 6.231/07, integrou a Agenda Social: Criança e Adolescente, no âmbito do Projeto Bem-Me-Quer. Outro marco para a proteção de crianças e adolescentes ameaçadas de morte foi a criação do Sistema de Proteção no PPA 2008-2011 e a vinculação do PPCAAM a este Sistema. O PPCAAM tem por objetivo preservar a vida das crianças e dos adolescentes ameaçados de morte, com ênfase na proteção integral e na convivência familiar. É executado em diferentes estados, por meio do convênio entre a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, governos estaduais e organizações não governamentais. Veja: Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte.

- Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci): é uma iniciativa do governo federal, lançada no ano de 2007, que prevê facilitar o acesso aos programas sociais do governo e o investimento em novas ações de prevenção e recuperação, com o apoio de equipes multidisciplinares, formadas por assistentes sociais, psicólogos, educadores e pedagogos. O Pronasci tem uma pluralidade de públicos-alvo, dentre eles os jovens de 15 a 29 anos que estão ou já estiveram em conflito com a lei. O Pronasci é composto por 94 ações que envolvem a União, estados, municípios e a própria comunidade, a exemplo do projeto Mulheres da Paz, que capacita líderes comunitárias para resolver conflitos nas comunidades e apoiar os jovens na busca de um futuro melhor e do Projeto de Proteção de Jovens em Território Vulnerável (Protejo), que busca formar a cidadania de jovens expostos à violência por meio de atividades culturais, esportivas e educacionais. Saiba mais: lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007.

- Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão 26 e Mandado de Injunção 4733, julgados pelo Supremo Tribunal Federal em 13 de junho de 2019: os julgamentos da ADO 26 e do MI 4733 ficaram conhecidos pela criminalização da homofobia e da transfobia, a partir do enquadramento desses atos no tipo penal definido na Lei do Racismo, a lei nº 7.716/89, até que o Congresso Nacional legisle sobre esta matéria. Saiba mais.

O que descobrimos?

"A violência é um dos grandes problemas do país, ainda mais quando para alguns jovens esse acaba sendo o único caminho. A violência está em todos os lugares, é a maior representação da frase 'cada um por si'."

Mulher cis hétero branca, 16 anos, ateia, estudante do ensino médio, Cotia (SP)

Em nossa busca (ver Metodologia, no Apêndice A), encontramos evidências atualizadas de intervenções efetivas para prevenir e reduzir a violência entre jovens, as quais foram agrupadas como: a) prevenção secundária; e b) prevenção da violência sexual. A maioria delas já havia sido identificada no relatório Prevenindo a violência juvenil: um panorama das evidências, sendo apenas complementada com dados dos estudos mais recentes sobre o tema.

Prevenção secundária

São intervenções com o objetivo de prevenir a reincidência ou agravamento de comportamentos violentos e envolvimento em crimes. São direcionadas a jovens em conflito com a lei ou identificados como de alto risco para a violência.

Mentoria

A mentoria é entendida como um relacionamento entre uma pessoa com mais experiência, o mentor, e outra com menos experiência, o mentorado, no qual o primeiro se dedica a trabalhar para o desenvolvimento pessoal do segundo. Há uma relação significativa entre os dois.

- Tem efeito positivo para o desfecho de redução do comportamento violento entre jovens (EDWARDS et al., 2015) (evidência de alta qualidade);
- Tem efeito positivo para os desfechos de redução de envolvimento com infrações e melhora do desempenho escolar, diminuição do uso de drogas e de agressões entre jovens em risco de ou em conflito com a lei (TOLAN et al., 2013) (evidência de qualidade média-alta).
- Tem incerteza para os desfechos de redução de prisões e de novas sentenças de jovens (evidência de qualidade alta).

Prevenção primária de violências

Há diversas outras opções de intervenções de prevenção da violência que não são mencionadas neste capítulo. Algumas dessas intervenções foram excluídas por não serem efetivas, outras por terem incerteza sobre sua efetividade, e outras não se encaixaram nos critérios de inclusão. **Toques de recolher para jovens** (WILSON et al., 2016) e **campanhas midiáticas com o objetivo de prevenir o crime** (CASSIDY et al., 2016), por exemplo, foram consideradas inefetivas. Já **intervenções de base comunitária** (STOCKINGS et al., 2018) e o **modelo de Escolas Promotoras da Saúde da Organização Mundial de Saúde** (LANGFORD et al., 2014) são exemplos de intervenções para as quais não foi possível estabelecer a efetividade e merecem mais investigação. Um estudo tratando especificamente da ***prevenção de envolvimento juvenil em gangues*** em países de baixa e média renda não encontrou nenhuma avaliação elegível para a revisão sistemática (HIGGINSON et al., 2016), alertando para a necessidade de estudos sobre o tema. Nenhuma intervenção de prevenção primária, com o objetivo de prevenir a violência entre jovens em geral, antes que demonstrem comportamentos violentos, foi incluída. Em parte, isso se deve à limitação de selecionar apenas estudos que medem diretamente a violência ou crime como desfecho. Na prevenção primária, intervenções que lidem com os fatores de risco para a violência discutidos no relatório ***Prevenindo a violência juvenil: um panorama das evidências*** são de enorme importância, mas estão fora do presente escopo.

Avaliações em escalas maiores com controles apropriados são necessárias para estabelecer com maior certeza a efetividade da intervenção. A falta de descrição detalhada das intervenções também prejudica o entendimento das qualidades da intervenção (BOEIRA; ROMÃO; BARRETO, 2019).

Terapia cognitivo-comportamental (TCC), para jovens infratores (KOEHLER, 2013)

Inclui, por exemplo, programas de desenvolvimento de habilidades de pensamento, habilidades sociais e de resolução de problemas e reforço da mudança comportamental.

- Tem efeitos positivos, analisados conjuntamente, para o desfecho de reincidência criminal (evidência de qualidade média-alta);
- O estudo não descreve detalhadamente as intervenções, portanto é difícil identificar quais características das intervenções são relevantes;
- A TCC (ABT; WINSHIP, 2016) também foi considerada como uma intervenção particularmente eficaz para a reinserção de jovens em conflito com a lei (evidência de qualidade média).

Intervenções de reorientação policial (WILSON et al., 2018)

Exemplos de reorientação policial podem envolver uma explicação sobre as leis, advertência com medidas restaurativas ou advertência final ou repreensão. Cada uma dessas alternativas pode ser combinada com um elemento adicional do programa, como o encaminhamento para um provedor de serviços de tratamento. A característica essencial envolve a polícia iniciando e liderando a intervenção e o jovem em conflito com a lei recebendo-a para evitar um registro criminal, envolvendo também sua família (BOEIRA; ROMÃO; BARRETO, 2019).

- Tem efeitos positivos para o desfecho de diminuir conflitos de jovens com a lei e evitar processamento judicial, evitando crimes ou atos infracionais futuros.
- Facilitador: é popular entre policiais, já que fornece um meio-termo entre ignorar ("não fazer nada") com o jovem envolvido em infrações menores e apresentar o jovem à justiça, correndo o risco de enviá-lo ao cumprimento de medida em meio fechado (BOEIRA; ROMÃO; BARRETO, 2019).

Terapia familiar multidimensional

Recomendada para adolescentes com problemas múltiplos de comportamento. É um programa intensivo de intervenção manualizado com módulos de avaliação e tratamento voltado para: (a) questões do adolescente ligadas ao abuso de substâncias, cometimento de crimes ou atos infracionais e psicopatologias comórbidas; (b) habilidades de cuidado e criação de filhos dos pais e seus funcionamentos; (c) comunicação e relacionamento entre o adolescente e seus pais; (d) interações entre membros da família e sistemas sociais chave (VAN DER POL et al., 2017; LIDDLE, 2002). Foi desenvolvida para fortalecer fatores de proteção e reduzir fatores de risco de violência para adolescentes.

Foi considerada eficaz, com pequena magnitude de efeito, para os desfechos de abuso de substâncias, cometimento de crimes ou atos infracionais, psicopatologia externalizante e internalizante e funcionamento familiar (evidência de qualidade média-alta).

Patrulhas dirigidas a armas de fogo

São moderadamente eficazes na redução do crime com armas de fogo (evidência de qualidade média) (ABT; WINSHIP, 2016).

Saiba mais

Sistema Socioeducativo e encarceramento de jovens

Jovens estão sujeitos ao sistema socioeducativo e ao sistema prisional brasileiro, representando a maior parte da população encarcerada. No entanto, diversas evidências apontam para a inefetividade da redução da maioridade penal e para os benefícios de adotar alternativas às prisões provisórias.

A relação entre juventudes e violência é uma preocupação constante na atuação pública voltada para jovens e adolescentes no país. Nesse sentido, uma das temáticas que mais motivou legislações voltadas a esse segmento foi a participação de adolescentes e jovens em práticas ilegais ou ilícitas e a discussão sobre quais as melhores formas de lidar com essas situações.

A discussão social já existia há algum tempo antes de 1927, quando foi estabelecida, pela primeira vez, uma demarcação jurídica específica sobre a maioridade penal, que a partir desse momento deixava a cargo do juiz interpretar se o jovem havia praticado a contravenção com ou sem discernimento. Desde então, a legislação em torno das juventudes em conflito com a lei teve algumas mudanças, passando pela lógica de higienização social predominante na época, com o Código de Menores ou Código Melo Mattos (como ficou conhecido), que décadas depois foi substituído pelo Novo Código de Menores.

Desde a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente **(BRASIL, 1990), adolescentes e jovens de 12 a 18 anos que praticarem ato infracional, são investigados, processados e julgados segundo um sistema de justiça específico** (Sistema de Justiça Juvenil) e estão sujeitos, caso condenados, ao cumprimento de medidas socioeducativas. Já os jovens que cometeram atividades criminais ou contraventoras a partir dos 18 anos são julgados pela justiça criminal tradicional, estando sujeitos às punições previstas no Código Penal, incluindo o encarceramento. A ideia prevista no ECA é a de que os adolescentes devem ser responsabilizados pelos atos infracionais que cometeram, além de terem seus direitos garantidos, como forma de evitar que pratiquem novos atos infracionais.

De acordo com dados do último ***Levantamento Anual do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo*** (BRASIL, 2019c), tomando por base o dia 30 de novembro de 2017, havia 26.109 jovens em privação ou restrição de liberdade no Brasil. **Em relação ao perfil dos jovens em atendimento no meio fechado**, podemos afirmar que, em 2017, 96% dos atendidos eram do sexo masculino e apenas 21 jovens foram registrados como pertencentes à categoria LGBTQIA+. Quanto às informações sobre raça/cor, 40% dos adolescentes foram considerados de cor preta/parda, 24% de cor branca, 0,8% de cor amarela e 0,2% da raça indígena. Não houve registro sobre raça/cor em 36% dos casos atendidos em território nacional (BRASIL, 2019c).

Existem várias semelhanças entre o perfil de jovens do sistema socioeducativo de meio fechado e a população carcerária brasileira. De acordo com dados do ***Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN*** (BRASIL, 2019a), tomando por base o período entre julho e dezembro de 2019, 23,3% da população carcerária brasileira possuía entre 18 e 24 anos e 21,5% situavam-se entre os 25 e os 29 anos (44,8%, somando ambas as faixas etárias). Assim, podemos afirmar que os jovens representam quase metade da população carcerária adulta do país. O perfil presente na população carcerária se assemelha à realidade socioeducativa no tocante ao perfil racial (63,64% de pretos e pardos) e à grande predominância do sexo masculino (94,43%).

Os dados também apontam que a maioria dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas de internação não praticaram atos infracionais contra a vida. De acordo com os dados do último levantamento (BRASIL, 2019c), a maioria dos jovens cumpria medida por conta de roubos (38,1%) ou devido ao cometimento de tráfico de entorpecentes (26,5%).

O aumento de episódios de violência envolvendo adolescentes têm motivado debates acalorados sobre a redução da maioridade penal. Aqueles que defendem essa medida, argumentam que a possibilidade de julgar uma parcela dos adolescentes no Sistema de Justiça Geral inibiria o envolvimento deles com a criminalidade. O que ativistas dos direitos juvenis argumentam, no entanto, é que além de essa medida se opor ao principal marco jurídico sobre crianças e adolescentes no Brasil (BRASIL, 1990), a redução da maioridade iria contra a noção de que as crianças e os adolescentes são sujeitos de direitos em condição de desenvolvimento, podendo, inclusive, trazer prejuízos para o seu pleno desenvolvimento. Além disso, pesquisadores salientam que **não há evidências de que reduzir a maioridade penal reduz a criminalidade**. Um levantamento[1] realizado em 2009 pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) em 54 países mostrou que 78% deles fixam a maioridade penal em 18 anos ou mais. O levantamento destaca, ainda, que países como Espanha e Alemanha recuaram na decisão de criminalizar menores de 18 anos, uma vez que a medida não se mostrou eficaz.

Conheça mais sobre o tema:

- Adolescentes em conflito com a lei.
- Alternativas às prisões provisórias.

1 De acordo com a Unicef, a maioridade penal no mundo oscila entre 12 e 21 anos: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2015/04/17/polemica-no-congresso-idade-para-maioridade-penal-nao-chega-a-consenso-em-varios-paises.htm>.

Programas de espectador

(KETTREY; MARX, 2019; KETTREY; MARX; TANNER-SMITH, 2019)

São programas que buscam capacitar jovens para identificarem sinais de violência em relacionamentos de seus pares, criando empatia para que eles intervenham e desenvolvam habilidades necessárias para intervenção. Podem ser implementados expositivamente em uma ou poucas sessões ou como programas mais extensos.

Tais programas têm efeitos positivos para o desfecho de identificar a situação como apropriada para intervir (efeito significativo, mas que se dissipou ao longo do tempo) e para desenvolvimento de habilidades para intervir.

- Os participantes se engajaram em aproximadamente cinco atos adicionais de intervenção no mês precedente, em comparação ao comportamento pré-teste. No entanto, esse efeito se tornou não significante seis meses após a intervenção.

Importante ressaltar que programas de espectador não são efetivos para: o desfecho de habilidade de notar agressão sexual ou seus sinais de perigo e o desfecho de tomada de responsabilidade por intervir e conhecimento de estratégias para intervir (efeitos estatisticamente não significantes).

Existem dois tipos de programas espectador (KETTREY; MARX, 2019). Os baseados em gênero costumam ser implementados em grupos separados por sexo e apresentam a questão usando pronomes de gênero para perpetradores e vítimas. Geralmente, tratam de exemplos de perpetradores homens e vítimas mulheres. Já os programas neutros são implementados em grupos mistos e costumam se referir aos envolvidos utilizando termos neutros. Não houve diferença estatisticamente significativa entre as duas abordagens, nem tampouco entre implementação individual.

Um estudo mais abrangente sobre intervenções educacionais e baseadas em habilidades (FELLMETH et al., 2013), que inclui programas de espectadores, concluiu que há insuficiência de evidências para o que funciona em termos de programas de prevenção à violência sexual.

"Tenho medo de sofrer violência, com familiares ou quando tiver um namorado/marido isso acontecer."

Mulher cis hétero, 13 anos preta, católica, estudante do ensino fundamental, Mauá Da Serra (PR)

Intervenções baseadas em escola para prevenir a violência sexual e no namoro, analisadas conjuntamente (RUE ET AL., 2014)

As intervenções têm formatos diferentes: podem incluir programas de espectador, ser direcionadas a turmas ou indivíduos específicos, ensinar a identificar características de um bom relacionamento ou ter o escopo mais amplo buscando mudar a cultura na escola e desenvolver um ambiente de respeito.

- Intervenções mostraram aumentos moderados nos desfechos de conhecimento sobre o tema e habilidades para resolver adequadamente e diminuição da crença em mitos relacionados a estupro e de crenças e atitudes que embasam a violência no namoro. Foram encontradas pequenas reduções na incidência de vitimização pela violência no namoro, incluindo reduções no abuso mental e/ou físico e/ou violência sexual ou coerção vivenciada em relacionamentos de namoro.

- Incerteza de efeitos para a perpetração da violência no namoro, com reduções pequenas que não se sustentaram ao longo do tempo.

Terapia Multisistêmicas para Comportamentos Sexuais Problemáticos (TMS-CSP) (DOPP ET AL., 2017)

É uma adaptação do modelo TMS, uma forma de tratamento baseada em famílias e comunidades, para o tratamento de jovens com histórico de comportamentos sexuais problemáticos ou ilegais. As intervenções são aplicadas por terapeutas e enfocam múltiplos níveis: individual (por exemplo, treinamento de habilidades sociais, reestruturação cognitiva de pensamentos sobre ofensas); família (por exemplo, envolvimento e aprimoramento motivacional, planejamento de segurança, treinamento de habilidades de comunicação, terapia conjugal); entre pares (por exemplo, encorajando amizades com pares pró-sociais, desencorajando a afiliação com pares envolvidos com o cometimento de infrações); e escolares (por exemplo, melhorando a comunicação entre cuidadores e funcionários da escola, promovendo o desempenho acadêmico). Tem como objetivo a capacitação de cuidadores para desenvolver habilidades necessárias para lidar com os problemas de comportamento do jovem (DOPP et al., 2017). A intervenção tem evidências mais claras de efetividade do que a TCC, que é o tratamento mais comumente aplicado.

- Tem efeitos positivos para diminuição da reincidência de comportamentos sexuais ilegais entre jovens com histórico desse tipo de ofensa (evidência de qualidade média).

- Facilitador: a intervenção é aplicada nos ambientes frequentados pelo jovem, na escola ou no bairro, em horários convenientes para a família (evidência de qualidade média).



COM A PALAVRA

Betina Warmling Barros

As pesquisas em segurança pública nos últimos anos avançaram o suficiente para que seja possível afirmar que o cenário mais crítico da área, a alta taxa de homicídios que assola o país há décadas, é primordialmente um problema de impacto na juventude brasileira. São os jovens, mais do que qualquer outro grupo social, as vítimas de morte violenta intencional no país, principalmente jovens homens e negros. É essa a principal causa de mortalidade da juventude entre todas as causas possíveis, responsável por, em média, 50% dos óbitos de jovens entre 15 e 29 anos, conforme publicações como o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e o Atlas da Violência (IPEA/FBSP) vêm evidenciando, sistematicamente, ano após ano. Ainda assim, quando se busca relacionar juventude e segurança no país, a chave de pensamento mais comum vincula os jovens como a grande causa e não como principais vítimas da violência estrutural no Brasil.

Entendo que será apenas por meio de uma transformação social profunda, materializada na promoção de políticas de prevenção à violência, de acesso à educação, saúde, lazer e trabalho, que as múltiplas violências que atingem os jovens do país poderão ser enfrentadas – das quais o homicídio é a mais extrema delas. Para que as intervenções macroestruturais de responsabilidade do Estado sejam efetivas, é preciso ainda colocar em pauta a necessidade de abandonar categorias pré-determinadas e universais para definir um grupo tão diverso como "a juventude brasileira". Quem são e o que querem os jovens desse país? Responder a essa pergunta com algum nível de precisão só será possível por meio do incentivo à pesquisa científica e à abertura de espaços sociopolíticos para que os próprios jovens manifestem seus desejos, narrem suas realidades e demandem seus direitos. Antes de tudo, então, talvez o primeiro passo seja mudar o interlocutor: é falar com os jovens e não sobre eles.

Quais são as características das intervenções que contribuem para o seu sucesso?

Algumas revisões sistemáticas chegaram a conclusões gerais sobre características de intervenções.

- Programas para prevenção da violência juvenil entre jovens identificados como de alto risco para conduta infracional persistente (evidência de qualidade média-alta) (VRIES et al., 2015)
- Programas visando o sistema familiar e programas multimodais devem ser implementados em vez de programas com foco restrito ou baseados em grupos. Sessões de grupo, incluindo grupos homogêneos de pares antissociais, devem ser evitadas.
- Os programas devem incorporar componentes específicos de desenvolvimento de habilidades parentais, aprendizagem de comportamento positivo a partir de exemplos de comportamentos positivos e da criação de combinações sobre comportamento.
- A intensidade do programa deve considerar a gravidade do crime ou ato infracional. Programas muito intensos podem ser contraproducentes para infratores menos graves.
- Nas intervenções analisadas no estudo, o efeito médio geral no desfecho de prevenção do crime e do ato infracional juvenil persistente foi estatisticamente significativo, embora pequeno.

Programas de redução da reincidência bem-planejados e bem-implementados foram considerados eficazes (ABT; WINSHIP, 2016)

- São mais eficientes os que empregam uma estratégia baseada em risco/necessidade/responsividade para dosar as intervenções.
- A reinserção deve se dar nas comunidades, e não em ambientes de detenção. Em locais onde os ambientes de detenção são humanizados e seguros, a reinserção em detenção é possível (evidência de qualidade média).

A abordagem de dissuasão focada é considerada como efetiva no combate ao crime juvenil. Ela geralmente apresenta os seguintes componentes:

- Foco em um problema específico ligado ao crime, normalmente homicídio juvenil ou armas de fogo.
- Uso de dados e inteligência para identificar e analisar grupos-chave de criminosos e seus comportamentos.
- Montagem de uma força-tarefa multissetorial, geralmente incluindo forças de segurança pública, prestadores de serviços e representantes da comunidade.
- Condução de operações especiais de fiscalização dirigidas a esses grupos, usando quaisquer meios legais necessários.
- Complementação das operações de fiscalização com ofertas concretas de assistência a esses grupos.
- Comunicação direta, feita repetidas vezes, com grupos ofensores, informando-os de que estão sob observação e que seu comportamento irá desencadear respostas, que podem ser evitadas com mudanças de comportamento.
  - Grande parte dessa comunicação ocorre durante reuniões em que a força-tarefa multissetorial entra em contato direto com os grupos criminosos, apontando as consequências positivas ou negativas de suas ações, tanto para eles próprios individualmente quanto para o grupo como um todo.
  - Tanto as promessas de assistência quanto as ameaças de consequências devem ser críveis.

Policiamento (MANUEL; JORGENSEN, 2013)

O efeito de diversas estratégias de policiamento identificadas foi considerado de modesto a moderado. A polícia deve adotar abordagens de resolução de problemas, em vez de abordagens agressivas e de tolerância zero. O policiamento é mais eficaz quando focado em áreas específicas, no porte de armas e na desordem (evidência de qualidade média).

- Intervenções mais efetivas costumam ser abrangentes, com duração prolongada, visando desenvolver um ambiente mais pró-social para os jovens. Não se concentram apenas em fatores de nível individual, como gerenciamento de cognição e comportamento (BOEIRA; ROMÃO; BARRETO, 2019).

- As intervenções que foram mais bem-sucedidas foram aquelas com múltiplos componentes ou entregues para toda a família.

Fatores que influenciam o sucesso da implementação

Higginson et al. (2016) enfocam especificamente a prevenção de envolvimento em gangues/facções entre jovens em países de baixa e média renda. Os autores não encontraram nenhuma intervenção que preenchesse os critérios de revisão sistemática de efetividade, mas chegaram a conclusões sobre fatores que influenciam o sucesso da implementação de intervenções. Estes são:

- Para o sucesso de uma intervenção, é necessário que ela seja interessante para os jovens. Intervenções que incluam componentes artísticos, por exemplo, podem cumprir esse critério.

- A consistência das atividades do programa é fundamental. Para que os laços comunitários sejam mantidos, inclusive entre jovens de gangues rivais, é importante que haja continuidade para que os participantes se mantenham afastados do crime.

- No momento do programa, é importante que os participantes não estejam envolvidos com gangues ou facções, porque o engajamento em atos violentos dificulta a implementação de programas que oferecem alternativas ao crime.

- É importante fazer busca ativa de jovens que fazem ou faziam parte de gangues ou facções e jovens de alto risco de modo a incluí-los nos programas (evidência de média-alta qualidade).

Em muitos contextos, provavelmente é uma novidade a ideia de que a violência juvenil pode ser evitada, e por esse motivo é importante **construir os fundamentos humanos e institucionais necessários** antes de tentar abordar o problema com base na saúde pública. Isso pode acontecer quando, de maneira sistemática, tem-se:

- aumento da consciência sobre a prevenção;

- desenvolvimento de parcerias por meio dos setores envolvidos;

- fortalecimento do conhecimento sobre a importância da coleta de dados sobre violência juvenil fatal e não fatal, e sobre fatores de risco e de proteção;

- aumento da capacidade para avaliar programas de prevenção já existentes;

- estabelecimento de uma estrutura de políticas;

- construção de capacidade para a prevenção da violência juvenil (OMS, 2015).

Lacunas de conhecimento sobre o tema

Boa parte dos estudos incluídos neste capítulo não foram realizados no contexto brasileiro e apontam como fragilidade o baixo rigor metodológico das pesquisas voltadas ao tema da prevenção de violências. Além disso, parecem ser lacunas:

- estudos rigorosos de avaliação de intervenções realizadas no contexto da América Latina (ATIENZO; BAXTER; KALTENTHALER, 2017);
- estudos relacionados à prevenção de violências contra LGBTQIA+ (MARX; KETTREY, 2016);
- pesquisas sobre os efeitos de intervenções voltadas a combater o racismo;
- evidências que comparem diferentes locais de realização das intervenções de prevenção de violências, tais como escolas e comunidades;
- estudos referentes à violência contra pessoas com deficiências físicas, mentais e sensoriais, em especial em países de baixa renda, bem como violências de ordem institucional e negligência, o que é preocupante, visto que jovens de até 18 anos com alguma deficiência têm um risco 4,56 vezes maior em comparação com os que não têm deficiências (MIKTON; MAGUIRE; SHAKESPEARE, 2014);
- o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2020) alerta para o fato de os boletins de ocorrência não terem os campos identificadores devidamente preenchidos, como raça, cor, sexo, idade, local, motivação, o que impede análises e diagnósticos mais precisos no âmbito da segurança pública, dificultando o entendimento do cenário de violências com o recorte de juventudes e outros;
- o Relatório de Atividades do Projeto Juventude e Prevenção da Violência (FBSP, 2012) destaca a necessidade de esmiuçar o tema das drogas, para que se possa sair do senso comum e chegar a um entendimento mais aprofundado sobre a relação entre drogas, juventudes e violência;
- carece de investimento teórico e evidências empíricas o entendimento das variações de morbidade e mortalidade no que diz respeito às dimensões de saúde e violência para as juventudes (UNFPA, 2016).

Vamos botar a mão na massa?

Jovens	• Empreender na promoção de espaços culturais e de discussão sobre temas sociais como racismo, machismo, LGBTfobia e xenofobia. • Contratar, em seus negócios, outros jovens para ajudá-los a não precisar recorrer à violência/criminalidade como forma de garantir sustento. • Criar redes seguras para acolher jovens vítimas de violências. • Aderir aos aplicativos que realizam monitoramento municipal (por exemplo, monitoram problemas de infraestrutura, de violência, de insegurança no trânsito, etc.) para melhoria dos espaços públicos locais. • Desenvolver processos de mediação de conflitos nas escolas e espaços comunitários.

Pesquisadores	● Fortalecer pesquisas/estudos que fomentem tomadas de decisão em políticas públicas para desenvolvimento de ações preventivas. ● Produzir pesquisas sobre efeitos da descriminalização e legalização das drogas em outros países. ● Fortalecer linhas de pesquisa que busquem estratégias de enfrentamento ao racismo ● Realizar atividades de extensão nas/entre universidades de sensibilização da população para respeito à diversidade ● Produzir pesquisas com policiais para compreender suas visões e contextos, visando desenvolver intervenções e abordagens que possam desfazer estereótipos.
Tomadores de decisão	● Garantir o acesso aos mais diversos direitos para que os jovens tenham as condições mínimas para se manterem distanciados da violência. ● Ouvir dos territórios quais as necessidades de segurança locais. ● Investir em políticas de desenvolvimento rural para incentivar a permanência no campo, evitando a superpopulação dos centros urbanos a fim de reduzir a violência. ● Capacitar forças de segurança pública em abordagens e condutas atentas aos direitos humanos, inclusive no acolhimento de denúncias de violências. ● Melhorar a qualidade dos serviços públicos (iluminação, revitalização dos espaços) e promover atividades culturais nas comunidades para reduzir a insegurança. ● Incentivar políticas de fortalecimento comunitário. ● Criar e disseminar canais de apoio psicológico e de denúncias para jovens e de denúncias. ● Desenvolvimento de uma política alternativa de segurança, com foco na prevenção, por meio de um intenso diálogo com as organizações policiais e com as comunidades locais, incluído os jovens. ● Implementar ações preventivas de políticas sociais, urbanas e comunitárias voltadas para a harmonia e fortalecimento da coletividade. ● Incluir as juventudes periférica e negra nos espaços institucionais de controle sobre a atuação das polícias, em especial, as ouvidorias e corregedorias. ● Adotar medidas para coibir demonstrações de preconceito. ● Conhecer as Diretrizes para projetos de prevenção à violência entre jovens.

Trabalhadores de serviços/ Setor privado/Sociedade civil	● Incentivar/facilitar a entrada de jovens no mercado de trabalho para que tenham renda e poder de consumo, bem como promover acesso à cultura e ao lazer, afastando-os da necessidade do envolvimento com a violência/crime. ● Facilitar programas de fortalecimento de vínculos e resolução de conflitos nas comunidades. ● Ouvir dos territórios quais as necessidades de segurança locais. ● Fomentar descentralização de atividades de lazer. ● Investir em iniciativas já existentes nas comunidades. ● Criar e disseminar canais de apoio psicológico e de denúncias para jovens e de denúncias. ● Criar bolsas de incentivos a jovens que participam de programas sociais para que possam buscar trabalhos mais qualificados. ● Em eventos e feiras, criar espaços reservados para que jovens possam expor seus produtos e serviços. ● Realizar campanhas de sensibilização para mudança nas abordagens policiais com jovens.

Juventudes, segurança pública e acesso à justiça: reflexões sobre equidade e implementação

Uma das ferramentas desenvolvidas para considerar diferentes dimensões de equidade no desenho e implementação de intervenções sociais é o framework PROGRESS (O'NEILL et al., 2014). Esse acrônimo é traduzido da seguinte forma:

P	Local de residência
R	Raça/etnia/cultura/linguagem
O	Ocupação e trabalho
G	Gênero
R	Religião
E	Educação
SS	Status socioeconômico e capital social

Além dessas dimensões, podem ser agregadas reflexões sobre outras características pessoais que podem ser alvo de preconceito ou estigma (por exemplo, faixa etária, orientação sexual, pessoas com deficiências) e características da rede familiar e de apoio.

A seguir, são exploradas as implicações de cada uma dessas dimensões nas intervenções relacionadas às violências e experiências de jovens com segurança pública e acesso à justiça.

Local de residência (P)

As áreas urbanas periféricas, onde a vulnerabilidade econômica e social é expressiva, apresentam alta concentração de violência. Essas áreas são historicamente negligenciadas pelos formuladores de políticas públicas e os jovens que ocupam esses espaços sofrem as consequências desse desinvestimento. A discrepância na distribuição dos processos de urbanização impacta na quantidade e na qualidade dos serviços (saúde, educação, segurança pública) e contribui para a ampliação da vulnerabilidade de alguns municípios e regiões (MUGGAH; PELLEGRINO, 2020).

A maioria das vítimas de homicídio no Brasil são jovens, negros, de periferias ou áreas metropolitanas de centros urbanos (IPEA, 2020). É esse também o perfil de jovens vitimizados pela violência policial, fato que denuncia a filtragem racial, territorial e cultural das abordagens que acabam por criminalizar infundadamente um grupo específico e os seus signos culturais periféricos e negros (FBSP, 2020).



COM A PALAVRA

Samuel Emilio

Como um jovem negro, nascido em uma periferia no interior do país e que conciliou a escola com o trabalho fora de casa desde os 6 anos de idade, preciso dizer que a leitura desse Atlas da Juventude foi um respiro aliviante.

A consistências dos estudos referenciados e dos dados coletados revelam um nível elevado de compromisso com a ciência, ao passo que a diversidade de fontes e a discriminação positiva de questões relacionadas a raça, gênero, origem socioeconômica, pessoas com deficiência, regionalidades, religião, ambiente familiar, etc. revelam um elevado compromisso em não deixar ninguém para trás.

Este Atlas deve ser uma linha guia para orientar decisões das votações do Congresso às reuniões de cada associação de bairro e deve estar na mesa de cabeceira de todos que dormem sonhando com um Brasil onde qualquer pessoa terá condições de reconhecer e de viver o seu respectivo propósito.

Nas áreas rurais a violência vem aumentando. Essas áreas acabam enfrentando ainda outras modalidades de desafios na segurança. As regiões Norte e Centro-Oeste, por exemplo, experimentam a violência ligada ao conflito de terras, bastante comum entre agricultores, comunidades indígenas, pecuaristas e madeireiros. Violências ligadas ao desenvolvimento agroindustrial, de barragens e de mineração também são comuns. Além disso, a violência sexual e a exploração infantil também figuram entre as preocupações de segurança pública nas áreas rurais (MUGGAH; PELLEGRINO, 2020).

Em contextos de conflito armado ou migração forçada, pode ser mais difícil criar espaços seguros para realizar intervenções de prevenção de violências e empoderamento juvenil, em especial junto a meninas e mulheres jovens (NOBLE et al., 2019). Todavia, esses também são contextos de alto risco para violência física e sexual, sendo essencial desenvolver mecanismos para chegar até esse grupo.

Considerando questões de acesso a projetos, programas e intervenções, é importante garantir que: (1) haja **a implementação de intervenções baseadas na escola em áreas rurais e periféricas**, e não apenas em áreas urbanas e grandes centros. O mesmo vale para outros formatos de intervenção; (2) s**eja disponibilizado transporte ou auxílio financeiro para o deslocamento, bem como alimentação** referente ao período de realização das intervenções. Essas são alternativas efetivas para quando não for possível realizar a entrega das intervenções em espaços múltiplos e capilarizados, facilitando o acesso de pessoas que residem em locais descentralizados; (3) sejam realizadas intervenções **itinerantes nos casos em que os jovens não frequentam os espaços formais de ensino**, como, por exemplo, adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, jovens presos ou em situação de rua, bem como jovens indígenas ou quilombolas.

Raça/etnia/cultura/ (R)

Juventude negra: se queremos reduzir a vulnerabilidade juvenil à violência, a redução da desigualdade entre pessoas jovens negras e brancas é urgente (BRASIL, 2015). Historicamente, o perfil de vítimas de homicídio no país é bastante semelhante ao da população prisional: jovens, negros, com baixa escolaridade (IPEA, 2020; FBSP, 2020). Jovens negros também são as principais vítimas da violência policial no país (FBSP, 2020). Esses dados apontam para como a violência e a severidade no tratamento e sanções punitivas têm sido seletivas no Brasil (BRASIL, 2015; FBSP, 2020). Uma cruel combinação de racismo e vulnerabilidade social sublinha a vida de muitas juventudes brasileiras.

O aprofundamento de desigualdades raciais é expresso na disparidade de violências experimentadas por pessoas negras e pessoas não negras (IPEA, 2020). Esse fato ainda é, infelizmente, pouco debatido em sua relação com o racismo e é urgente que passemos a fazer isso cada vez mais explicitamente. Enxergar que a violência não é um fenômeno isolado e sim em relação com um contexto mais amplo e complexo, de racismo estrutural, que perpassa as relações sociais no nosso país, é o primeiro passo.

Entre os compromissos que podemos assumir para contribuir com a minimização dos efeitos do racismo nas vidas dos nossos jovens está a explicitação de dados estatísticos e de pesquisa que possam ser desagregados e analisados de acordo com a raça, para que se possa compreender a forma como esse fenômeno se manifesta. Além disso, fomentar o debate, torná-lo constante e transversal a todas as temáticas sociais, promover formações e capacitações para uma reflexão ativa sobre o racismo, evitando silenciamentos e invisibilidades.

No ato de implementação de intervenções para prevenir e combater a violência juvenil, esses cuidados e compromissos também devem ser reafirmados. Garantir que essas intervenções cheguem até a juventude negra é essencial, sendo útil dispor de recursos para incentivar essa participação e representatividade, como a adoção de cotas, por exemplo. Outro fator importante a ser considerado é o uso de estratégias que auxiliem no combate ao estigma cotidianamente dirigido aos jovens negros.

Juventude indígena, quilombola e ribeirinha: na elaboração de intervenções para a prevenção de violência entre jovens é essencial uma abordagem intercultural, que considere as especificidades das existências plurais das juventudes. No caso de jovens indígenas e quilombolas, por exemplo, além do cuidado para garantir o acesso, devido ao fato de, muitas vezes, viverem em áreas mais isoladas, é importante a sensibilidade cultural. Cada povo e etnia tem seus costumes e tradições que devem ser respeitados. Em muitos casos, não conhecemos as culturas



COM A PALAVRA

Luiza Dutra

Sobre o “suspeito nato”: a juventude barrada “Tem dia que eles deixam os branco passa, e param os negro”. Disse o menino preto morador de um bairro de periferia de Porto Alegre. Param os negros, abordam violentamente, terminam sonhos, vidas. Segundo o último Anuário Brasileiro de Segurança Pública, lançado em 2020, durante o ano de 2019, 6.357 pessoas foram mortas por intervenções policiais – demonstrando um aumento com relação ao Anuário anterior. Desses, 79,1% são negros, 74,3% jovens de até 29 anos, e 99,2% são homens. Um perfil histórico e socialmente construído da ideia do “criminoso nato” que merece ser barrado: o jovem, homem e negro. A suspeição racializada com relação ao jovem.

Estado de alerta e vigia. Medo e angústia no dia-a-dia da profissão policial. De acordo com o mesmo documento, 172 policiais foram assassinados no Brasil durante o mesmo período. Desses, 65,1% eram negros, 99% homens, e, diferente do perfil anteriormente demonstrado, 55,1% possuem entre 30 e 49 anos.

“Para uma sociedade violenta e racista, uma polícia também violenta e racista”. Disse o policial militar ao explicar que a sociedade é racista, não especificamente a instituição policial em si. Mas, enquanto a lógica de guerra, de disputa e de combate se perpetuar, nós teremos mais e mais jovens negros mortos. Dos dois lados da moeda morrem mais negros, simbolizando o que podemos chamar de “crônica de uma morte anunciada”. Se mata para gerar segurança. Se mata para deixar viver. Os meios e os fins se justificam, afinal de contas, é em nome da ordem pública.

desses povos o suficiente para nos prepararmos de antemão, então é interessante incluir alguma pessoa que tenha conhecimento cultural e/ou seja parte daquela comunidade para pensar a forma adequada de implementar qualquer intervenção.

Juventude migrante: a barreira do idioma é outra a ser considerada no processo de formulação e implementação de qualquer intervenção. Jovens migrantes já vivem diariamente os desafios de adaptação a uma nova realidade e, dependendo de onde vêm, a linguagem pode ser um desses desafios cotidianos. Se a intenção é incluir todos e todas, é essencial tomar os devidos cuidados para que o idioma não seja um obstáculo para a participação desses jovens migrantes.

Ocupação (O)

Quando pensamos a vulnerabilidade juvenil à violência em um contexto mais amplo do que apenas indicadores de violência letal, por exemplo, é necessário olhar para outros fatores que compõem esse contexto, como o desemprego e a natureza dos contratos de trabalho aos quais as juventudes estão submetidas. Diversificar a oferta das intervenções é uma estratégia que pode ampliar a possibilidade de participação, horários alternativos e atividades itinerantes são alguns recursos dos quais podemos lançar mão para garantir a presença de jovens que trabalham (BRASIL, 2015).

Gênero (G)

O Estatuto da Juventude destaca a importância da proteção contra a violência por gênero e orientação sexual. Isso não é à toa. Fatores como desigualdade de renda, desemprego e ruptura familiar são correlatos da violência letal e são fatores que costumam acometer jovens mulheres de baixa escolaridade com filhos, tornando-as mais vulneráveis à violência.

Meninas e mulheres estão sujeitas a mais barreiras de participação em intervenções sociais do que meninos e homens, em geral por motivos de caráter cultural e social. A forma como essas desigualdades se manifestam são as mais diversas. Meninas e mulheres, por exemplo, costumam desempenhar mais funções de trabalho domiciliar, como a limpeza e o cuidado com crianças e idosos. É essencial que recursos para minimizar essa desigualdade e facilitar o acesso dessas mulheres sejam parte constitutiva da formulação das intervenções. A disponibilização de um espaço de cuidado infantil durante as atividades interventivas pode ser uma opção efetiva, por exemplo.

A cobertura de dados oficiais sobre pessoas LGBTQIA+ no Brasil é baixíssima, a começar pela não contabilização dessa população no Censo 2010 pelo IBGE (FBSP, 2020). Isso impossibilita cálculos de taxas, comparações e ponderações de dados, que permitiriam um acompanhamento fidedigno da evolução da violência contra a população LGBTQIA+. Essas informações são essenciais para que seja possível pensar campanhas e políticas de prevenção de fato territorializadas, que deem conta das demandas LGBTQIA+ e que garantam seu direito à segurança pública (FBSP, 2020).

Jovens LGBTQIA+ que sofrem violência cotidianamente e atos violentos direcionados a eles precisam ter seu espaço garantido e protegido quando propostas intervenções para a prevenção e redução de violência nesse grupo. Sustentar uma atmosfera segura para a participação desses jovens é fundamental, bem como pensar módulos de intervenção temáticos sobre violência contra jovens LGBTQIA+. Importante atentar também para o uso de uma linguagem inclusiva de gênero durante as atividades a serem realizadas e na produção de eventuais materiais a serem distribuídos para e com pessoas LGBTQIA+.

Religião (R)

A identidade religiosa está profundamente enraizada nos sistemas de valores dos indivíduos e de suas comunidades, e, portanto, a religião **é frequentemente um aspecto importante da identidade para os jovens.** Apesar do enorme potencial da religião atuar como meio de proteção, a força da cultura de violência e a dimensão humana da intolerância levam a práticas agressivas atribuídas à vontade de Deus ou à instrumentalização das religiões para fins violentos, especialmente a partir do uso político da dimensão religiosa.

No Brasil, as religiões de terreiros, por exemplo, comumente sofrem com depredações e agressões físicas decorrentes dessa intolerância. Diante do elevado nível de intolerância religiosa,

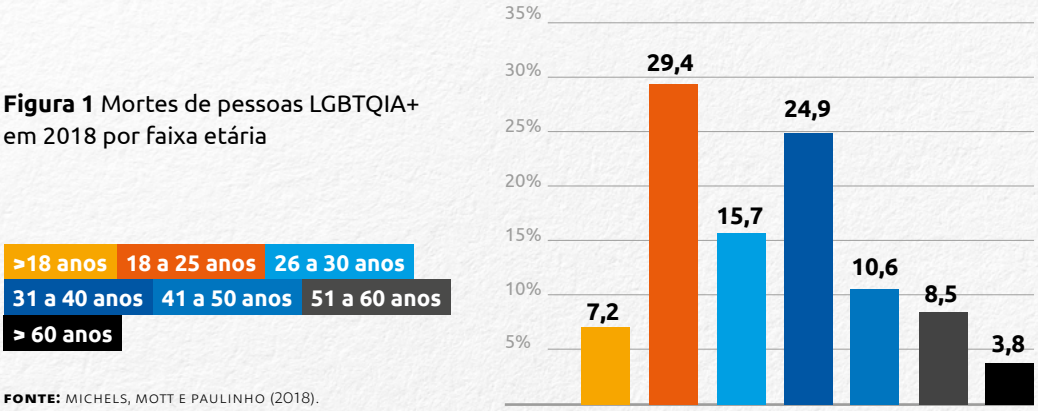
Violência contra jovens LGBTQIA+

Em 2018, segundo o levantamento realizado pelo Grupo Gay da Bahia, 420 pessoas LGBTQIA+ morreram no Brasil, das quais 320 por homicídio (76%) e 100 por suicídio (24%). Os estados com maiores números de vítimas são, respectivamente, São Paulo (58), Minas Gerais (36), Bahia (35), Alagoas (35) e Rio de Janeiro (32), enquanto no outro extremo estão Amapá (1), Acre (2) e Roraima (2). Em que pese a série histórica de mortes da população LGBTQIA+ tenha apresentado uma pequena redução de 6% de 2017 para 2018, a cada 20 horas uma pessoa LGBTQIA+ é assassinada ou se suicida em razão de LGBTfobia (MICHELS; MOTT; PAULINHO, 2018).

Sobre o meio empregado nessas mortes (MICHELS; MOTT; PAULINHO, 2018), o levantamento aponta que 124 das mortes foram causadas por armas de fogo (29,5%), 99 por armas brancas perfurocortantes (23,6%) e 97 por agressões físicas (23,1%), ou seja, espancamento, asfixia, pauladas, apedrejamento, carbonização, entre outros. As vítimas foram encontradas, na maioria das ocorrências, em vias públicas (49,4%), uma grande parcela em suas residências (42,8%) e uma pequena parte dos casos em outros estabelecimentos privados (7,7%). Estudos apontam uma tendência em que pessoas trans são assassinadas em vias públicas, em geral quando estão trabalhando, e gays no interior de suas residências (MICHELS; MOTT; PAULINHO, 2018).

Quanto ao perfil das 420 pessoas LGBTQIA+ mortas em 2018 (MICHELS; MOTT; PAULINHO, 2018), 191 eram gays (45%), 164 trans (39%), 52 lésbicas (12%), 8 bissexuais (2%) e 5 heterossexuais (1%). A maioria era branca (58,4%), seguida de pardos (29,3%) e pretos (12,3%). Apesar de o levantamento não seguir um recorte de juventude entre os 15 e 29 anos, podemos observar no gráfico abaixo que a maioria das vítimas (52,3%) se concentra abaixo dos 30 anos de idade:

Figura 1 Mortes de pessoas LGBTQIA+ em 2018 por faixa etária



FONTE: MICHELS, MOTT E PAULINHO (2018).

nenhum programa deve fomentar discriminações de qualquer forma ou situar as intervenções em locais de prática religiosa que não possam ser frequentados por diferentes grupos.

Há ainda os **casos em que a violência é naturalizada no cotidiano, realizada de forma simbólica e alimentada muitas vezes por dogmáticas religiosas.** Essa é a forma que mais afeta as jovens meninas, pois se relaciona à exigência religiosa de que elas vivam dentro de um molde, na base do sacrifício de ideias, do corpo, dos projetos de vida. Violência que passa pela imposição de culpas, pelo ato de subjugar. Nesse sentido é **importante que líderes religiosos não atuem de modo a intensificar estigmas e que os jovens, individualmente, façam valer seus valores religiosos, experiências e visões de mundo para se tornarem melhores construtores de espaços protetivos.**

Educação (E)

A melhora na qualidade dos serviços educacionais pode evitar que estudantes já matriculados abandonem a escola. Essa abordagem ajudaria os jovens a encontrar razões suficientes para não optar pela violência e pelo crime que ameaça inviabilizar relações mais saudáveis tanto com suas famílias/comunidade quanto com o ambiente de trabalho.

Apesar de o Estado gastar bastante com educação, pouco é destinado para o ensino básico, que representa a população de jovens mais vulnerabilizada. O gasto público com educação básica, por aluno, é equivalente a 1/4 do valor investido no ensino superior (IPEA, 2016).

A educação precisa estar inserida em um sistema articulado com saúde, assistência social, justiça, cultura, esporte, de relações da comunidade e muito mais. Considerando a vulnerabilidade a qual estão expostos muitos dos jovens brasileiros, frequentar a escola já significa estar mais protegido; contudo, o esforço de inserir a educação em um sistema intersetorial é essencial para se construir políticas de prevenção à violência e deve ser um esforço coletivo para que entrem em prática ações reais.

Ressignificar o currículo e o projeto pedagógico para enfrentar a cultura da violência e do fracasso escolar é necessário para redução de iniquidades. Práticas pedagógicas democráticas e dialógicas contribuem para enfrentar as violências e violações de direitos, diminuindo conflitos e tornando a escola um espaço mais protetor. Não são apenas os conteúdos ou conhecimentos que devem ter atenção durante o trabalho, mas a forma como são trabalhados e articulados com outros setores.

Dado as marcantes diferenças de alfabetização e conclusão de níveis escolares no Brasil, pode ser relevante a adoção de linguagem simples e de diferentes formatos (vídeos, áudios, textos, comunicação oral, comunicação artística) nas entregas das intervenções.

A violência entre facções influencia negativamente o desempenho de alunos que frequentam escolas nas áreas afetadas por esses grupos. Há uma ampla evidência demonstrando como programas baseados em educação podem gerar efeitos positivos na redução da violência, bem como no empoderamento dos jovens.

Status socioeconômico e capital social (SS)

Viver em áreas mais pobres não está apenas relacionado com uma menor frequência na escola, mas também prevê o baixo nível de matrícula no ensino médio (MUGGAH; PELLEGRINO, 2020). Juntamente com a pobreza e as pressões para obter os meios de subsistência para suas famílias, jovens são levados a abandonar programas educativos para se dedicar a uma ocupação. Nesse cenário, a probabilidade de abandonar a escola aumenta e os projetos de futuro ficam comprometidos. São bem-vindas políticas que reforcem a segurança financeira das famílias com recursos financeiros, bolsas escolares e que garantam as seguranças trabalhistas dos responsáveis pela renda familiar.

Muitos jovens moram com familiares que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas ou passam, eles próprios, a fazer uso problemático de drogas. Como consequência, o convívio familiar tende a ser marcado por situações de desentendimentos e hostilidade, sendo que uma parcela significativa desses jovens apresenta histórico de baixo desempenho escolar e dificuldades em estabelecer relações sociais duradouras. Na vida adulta, esses jovens

podem sofrer com baixa qualificação profissional, desemprego, vinculações afetivas problemáticas e criminalidade. Os cuidados e proteções devem integrar uma série de medidas, desde acompanhamento psicológico à orientação das famílias e escolas.

A questão a violência urbana depende de articulação intersetorial com programas de proteção social e vigilância comunitária no território pautada na promoção de cultura de paz.

São diversas as esferas da vida e dos direitos das juventudes que expõem ou protegem os jovens em situação de vulnerabilidade à violência. Projetos de prevenção da violência têm estreita relação com a garantia de direitos, a apresentação de oportunidades, a ampliação da autoestima e autopercepção dos jovens. Isso tudo dentro de contextos em que a violência é fator cotidiano. Desse modo, a formulação de projetos, programas ou políticas para a prevenção da violência entre jovens pode ter diversos caminhos, por exemplo (BRASIL, 2014):

- apresentação de alternativas ao uso da violência;
- promoção de estratégias comunitárias de transformação da realidade em que vivem.

Projetos que incentivam os jovens a atuarem como agentes transformadores de suas próprias comunidades e realidades tendem a ser mais potentes (BRASIL, 2014). Dessa forma, pode ser útil priorizar políticas que ajudem os jovens a compreender:

- de que forma as violências se manifestam nos seus contextos;

quais são os recursos locais para resolução de conflitos;

- quais as potencialidades para desenvolvimento social.

Quanto aos desafios enfrentados na implementação e execução de intervenções para a prevenção da violência entre jovens, um dos mais frequentes é a motivação das pessoas participantes. De modo a manter jovens engajados com programas ou projetos sociais, é necessário oferecer uma abordagem interessante, ao mesmo tempo que são mapeados outros fatores, como exigências de família ou trabalho, que podem, inclusive, levar a um desligamento dos programas (BRASIL, 2010). Pensar em formas de valorizar a presença jovem nesses projetos é essencial. Algumas estratégias já se mostraram efetivas em alguns casos, são elas:

- **Convidar jovens para a execução do projeto, com** a perspectiva de que possam eventualmente assumir o lugar de oficineiros/facilitadores/professores. A possibilidade de ocupar essa outra função pode trazer um sentimento de validação, apresentar um objetivo mais concreto à participação no projeto e, por vezes, facilitar até mesmo uma profissionalização (BRASIL, 2010).

- **Jovens podem dar feedbacks sobre os projetos e as políticas**, informando caminhos potenciais para serem bem-sucedidos ou mais bem recebidos pela comunidade.

- **Oferecer um auxílio financeiro para viabilizar os gastos com deslocamento e alimentação dos jovens durante a intervenção e, até mesmo, oferecer bolsas de participação** (BRASIL, 2010). Isso pode ser um diferencial, pois na maioria das vezes os projetos ocorrem em locais de maior vulnerabilidade social e econômica, onde as restrições financeiras são cotidianas e onde muitos trabalham para contribuir com as despesas familiares e/ou manter sua autonomia.

Outro fator sobre o qual é importante atentar é o **local para a realização das atividades interventivas**. Este pode influenciar na possibilidade de participação e de acesso dos jovens. Dois pontos merecem destaque:

- **Mapear previamente as disputas nos territórios.** Em locais onde há conflitos entre facções, por exemplo, é possível que haja restrições de circulação para pessoas e jovens. Desse modo, a oferta das atividades deve considerar recursos que tornem esse trânsito seguro, seja realizando as atividades em territórios considerados neutros, seja articulando previamente com as comunidades os acordos necessários (BRASIL, 2010).

- **Garantir que as intervenções alcancem também espaços não escolares e que sejam acessíveis para jovens que não tiveram uma trajetória formal de ensino ou que tiveram essa trajetória encurtada por quaisquer motivos.** O jovem mais vulnerável à violência é o jovem que não está inse-

rido em ambiente escolar formal, seja por nunca o haver frequentado ou por abandono, então é importante não restringir projetos de prevenção à violência entre jovens ao cenário da escola.

A ausência de uma metodologia de monitoramento e avaliação dos projetos e programas pode ser outro fator que traz dificuldades para o sucesso das intervenções. Considerando o caráter multifacetado das intervenções de prevenção da violência, é relevante combinar ferramentas de avaliação que combinem metodologias quantitativas com qualitativas, de modo a capturar tanto os indicadores já acompanhados por secretarias de segurança pública quanto os aprendizados, os valores e as preferências do público-alvo (BRASIL, 2010).

O enfoque no nível federal das políticas e dos programas voltados para as juventudes corre o risco de desconsiderar as potencialidades locais. Os municípios, por excelência, estão mais próximos das suas juventudes, então é essencial valorizar instituições e serviços locais. É também no nível municipal que jovens podem se aproximar das experiências do controle social e participação popular, iniciando ou alimentando uma ativa atuação cidadã (BRASIL, 2010).

A prevenção das violências que atingem nossas juventudes deve ser prioridade absoluta em um país que perde um número tão expressivo de jovens para homicídios e fere tantos outros com agressões relacionadas ao machismo, ao racismo e à LGBTQIA+fobia. Formular políticas e intervenções sociais que combatam a violência passa por compreender diferentes contextos e alinhar as ofertas ao público jovem, mobilizando uma rede de diferentes atores e afirmando a cidadania dessa população. Uma juventude em liberdade e com ferramentas para mediar conflitos e não reproduzir preconceitos é capaz de transformar a realidade social e impulsionar o Brasil como um lugar seguro e repleto de potência de vida.

Recomendações das Conferências de Juventude para a Segurança Pública e o Acesso à Justiça

Como preparação para a IV Conferência, é essencial retomar recomendações passadas elaboradas por jovens:

I CONFERÊNCIA (2008)

Contra a redução da maioridade penal, pela aplicação efetiva do ***Estatuto da Criança e do Adolescente*** (ECA).

- Assegurar, no âmbito das políticas públicas de segurança, prioridade às ações de prevenção, promoção da cidadania e controle social, reforçando a prática do policiamento comunitário, priorizando áreas com altas taxas de violência, promovendo a melhoria da infraestrutura local, adequadas condições de trabalho policial, remuneração digna e a formação nas áreas de direitos humanos e mediação de conflitos, conforme as diretrizes apontadas pelo Pronasci.
- Garantir a implementação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) na aplicação e execução das medidas socioeducativas, priorizando a municipalização das medidas em meio aberto, enfatizando o caráter socioeducativo das medidas de privação de liberdade, assegurando acesso à educação, lazer, formação profissional, do lazer, formação profissional, mercado de trabalho e ao acompanhamento por profissionais qualificados.

II CONFERÊNCIA (2010)

- Fomentar ações de reinserção socioafetiva dos jovens do sistema socioeducativo e do sistema prisional na família e na sociedade, ampliando programas de elevação da escolaridade, capacitação profissional, inserção e reinserção no mercado de trabalho e/ou medidas alternativas para a geração de emprego e renda, bem como incentivar a inclusão da modalidade de justiça restaurativa na lei processual penal como procedimento padrão.

III CONFERÊNCIA (2015)

- Reforma do sistema prisional a fim de garantir cumprimento de medidas de desencarceramento e socioeducativas.
- Garantir aos jovens em cumprimento de penas ou medidas socioeducativas que sejam direcionados a centros de formação que transformará a pena de reclusão em pena de qualificação.

- Garantir uma cota de 20% de contratação de jovens egressos dos sistemas prisionais e medidas socioeducativas como um dos requisitos para seleção no processo licitatório de empresas prestadoras de serviços e executoras de obras a serem contratadas pelos governos municipais, estaduais e federal.
- Aprovar lei que define os crimes de ódio e de intolerância e as formas de coibi-los, nos parâmetros de outras leis, tal como a de crime de racismo, para proteger todas as pessoas, inclusive jovens, independentemente de classe e origem social, condição de migrante, refugiado ou deslocado interno, orientação sexual, identidade e expressão de gênero, idade, religião, situação de rua e deficiência.
- Criar um Plano Nacional de Enfrentamento aos Homicídios, com os seguintes objetivos: combate ao extermínio da juventude negra, dos jovens de povos e comunidades tradicionais; desmilitarização e federalização das polícias; fim dos autos de resistência; acesso à justiça e formação específica em Direitos Humanos e Cidadanias, voltados ao atendimento aos povos e comunidades tradicionais; substituição de ações repressoras por mecanismos de abordagem humanizados que respeitem as especificidades de identidade de gênero, raça/etnia, tradições e orientação sexual.
- Fortalecer e fomentar e ampliar o ***Plano Juventude Viva***, com um recorte específico para jovens negros, jovens PCTs e jovens LGBTQIA+, respeitando os recortes de gênero e garantindo a participação direta e indireta do plano dessas juventudes como forma de estimular a valorização dessas identidades combatendo preconceitos e opressões.
- Implementar o ***Programa Valoriza Vida***. Esse programa é baseado nas diretrizes do ***Plano Juventude Viva***, com a criação de mecanismos que fomentem programas (sobretudo no âmbito municipal) voltados para a prevenção de homicídios, principalmente da juventude negra, de periferia, atuando com jovens de 16 a 25 anos incompletos, cadastrados no cadastro único e matriculados na rede pública de ensino federal, estadual ou municipal.
- Não à redução da maioridade penal, pelo cumprimento efetivo das medidas previstas no ***Estatuto da Criança e do Adolescente***.
- Garantia de segurança efetiva com foco na área jurídica de defensorias, promotorias públicas e AGUs nos territórios, com extensão de núcleos em todos os municípios, garantindo acessibilidade à justiça e implementação no âmbito estadual e municipal de Conselhos de Segurança Comunitária e pacificadores, com a participação de jovens nas formações, capacitações e qualificação dos agentes de segurança pública.

Referências

ABT, T.; WINSHIP, C. What works in reducing community violence: a meta-review and field study for the Northern Triangle. Bethesda: Democracy International, 2016.

ATIENZO, E. E.; BAXTER, S. K.; KALTENTHALER, E. Interventions to prevent youth violence in Latin America: a systematic review. International Journal of Public Health, v. 62, n. 1, p. 15–29, 1 jan. 2017. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s00038-016-0909-6>. Acesso em: 1º dez. 2020.

BOEIRA, L. S.; ROMÃO, D. M. M.; BARRETO, J. O. M. Resposta rápida: adolescentes em conflito com a lei. Brasília: Instituto Veredas, 2019.

BOEIRA, L. S. et al. Resposta rápida: alternativas às prisões provisórias. Brasília: Instituto Veredas, 2019.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial União. Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 1º dez. 2020.

_____. Ministério da Justiça. Diretrizes para projetos de prevenção à violência entre jovens. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/storage/publicacoes/lote_02_2016_12_12/FBSP_Diretrizes_projetos_prevencao_violencia_entre_jovens_2014.pdf.> Acesso em: 1º dez. 2020.

_____. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias: atualização junho de 2017. Brasília, DF: DEPEN, 2019a. Disponível em: <http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017-rev-12072019-0721.pdf>. Acesso em: 1º dez. 2020.

_____. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Disque 100 registra quase três mil violações contra a população LGBT. Brasília, DF, 2019b. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2019/junho/disque-100-registra-quase-tres-mil-violacoes-contra-a-populacao-lgbt>. Acesso em: 1º dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Levantamento Anual SINASE 2017. Brasília, DF, 2019c. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/LevantamentoAnualdoSINASE2017.pdf>. Acesso em: 1º dez. 2020.

_____. Presidência da República. Secretaria de Governo. Índice de vulnerabilidade juvenil à violência 2017: desigualdade racial, municípios com mais de 100 mil habitantes. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.

CASSIDY, T. et al. Brief report on a systematic review of youth violence prevention through media campaigns: does the limited yield of strong evidence imply methodological challenges or absence of effect? Journal of Adolescence, v. 52, p. 22–26, 1 out. 2016.

DOPP, A. R. et al. Evidence-based treatments for youths who engage in illegal sexual behaviors. Journal of Clinical Child and Adolescent Psychology: The Official Journal for the Society of Clinical Child and Adolescent Psychology, American Psychological Association, Division 53, v. 46, n. 5, p. 631–645, out. 2017.

EDWARDS, P. et al. Mediation, mentoring and peer support to reduce youth violence: a systematic review. Londres: London School of Hygiene & Tropical Medicine, 2015.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>. Acesso em: 1º dez. 2020.

_____. Relatório de atividades: síntese das ações, produtos e conclusões - Janeiro de 2009 a Fevereiro de 2011. 2012. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/storage/publicacoes/lote_02_2016_12_12/FBSP_Relatorio_atividades_acoes_produtos_conclusoes_2010.pdf>. Acesso em: 1º dez. 2020.

FELLMETH, G. L. et al. Educational and skills-based interventions for preventing relationship and dating violence in adolescents and young adults: a systematic review. Campbell Systematic Reviews, v. 9, n. 1, p. 1–124, 2013.

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO (FRM). Plataforma Juventude, Educação e Trabalho. 2020. Disponível em: <https://pjet.frm.org.br/>. Acesso em: 1º dez. 2020.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNFPA). A juventude brasileira no contexto atual e em cenário futuro. 2016. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf.>/livro_juventude.pdf>. Acesso em: 1º dez. 2020.

GAFFNEY, H. et al. Are cyberbullying intervention and prevention programs effective? A systematic and meta-analytical review. Aggression and Violent Behavior.v. 45, p.134-153, 2019.

INTERNATIONAL YOUTH FOUNDATION (IYF). 2017 Global Youth Wellbeing Index. 2017. Disponível em: <https://www.youthindex.org/country/brazil>. Acesso em: 1º dez. 2020.

HIGGINSON, A. et al. Youth gang violence and preventative measures in low- and middle-income countries: a systematic review (Part II), 3ie Systematic Review 30. London: International Initiative for Impact Evaluation (3ie), 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Atlas da Violência. Brasília: Ipea, 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDF.>s/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf>. Acesso em: 1º dez. 2020.

_____. Atlas da Violência 2020. Brasília: Ipea, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020. Acesso em 1º dez. 2020.

_____. Indicadores multidimensionais de educação e homicídios nos territórios focalizados pelo Pacto Nacional pela Redução de Homicídios. Brasília: Ipea, 2016. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDF.>s/nota_tecnica/160510_notatecnica_diest_18.pdf>. Acesso em: 1º dez. 2020.

KETTREY, H. H.; MARX, R. A. Does the gendered approach of bystander programs matter in the prevention of sexual assault among adolescents and college students? A systematic review and meta-analysis. Archives of Sexual Behavior, v. 48, n. 7, p. 2037-2053, out. 2019.

KETTREY, H. H.; MARX, R. A.; TANNER-SMITH, E. E. Effects of bystander programs on the prevention of sexual assault among adolescents and college students: a systematic review. Campbell Systematic Reviews, v. 15, n. 1-2, p. e1013, 2019.

KOEHLER, J. A. et al. A systematic review and meta-analysis on the effects of young offender treatment programs in Europe. Journal of Experimental Criminology, v. 9, n. 1, p. 19-43, 1 mar. 2013.

LIDDLE, H. A. Multidimensional family therapy for adolescent cannabis users. Cannabis youth treatment (CYT) series (Vol. 5). Rockville: Center for Substance Abuse Treatment, Substance Abuse and Mental Health Services Administration, 2002.

MANUEL, C.; JORGENSEN, A.K. Systematic review of youth crime prevention interventions. Copenhague: The Danish National Centre for Social, 2013.

MARX, R.A.; KETTREY, H.H. Gay-straight alliances are associated with lower levels of school-based victimization of LGBTQ+ youth: a systematic review and meta-analysis. Journal of Youth and Adolescence, v. 45, n. 7, p. 1269-1282, 2016.

MICHELS, E.; MOTT, L.; PAULINHO. População LGBT+ morta no Brasil: relatório GGB 2018. Salvador: GGB, 2018. Disponível em: <https://tribunahoje.com/wp-content/uploads/2019/01/Popula%C3%A7%C3%A3o-LGBT-morta-no-Brasil-relat%C3%B3rio-GGB-2018.pdf.?x69597>. Acesso em: 2 dez. 2020.

MIKTON, C.; MAGUIRE, H.; SHAKESPEARE, T. A systematic review of the effectiveness of interventions to prevent and respond to violence against persons with disabilities. Journal of Interpersonal Violence, v. 29, n. 17, p. 3207-3226, 2014. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0886260514534530>. Acesso em: 1º dez. 2020.

MUGGAH, R.; PELLEGRINO, A.P. Prevenção da violência juvenil no Brasil: uma análise do que funciona. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé/UNFPA, 2020.

NOBLE, E. et al. State of the evidence: a systematic review of approaches to reduce gender-based violence and support the empowerment of adolescent girls in humanitarian settings. Trauma, Violence & Abuse, v. 20, n. 3, p. 428-434, 2019. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29334024/>. Acesso em: 1º dez. 2020.

O'NEILL, J. et al. Applying an equity lens to interventions: using PROGRESS ensures consideration of socially stratifying factors to illuminate inequities in health. Journal of Clinical Epidemiology, v. 67, p. 56-64, 2014. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/24189091/>. Acesso em: 1º dez. 2020.

RUE, L. D. L. et al. School-based interventions to reduce dating and sexual violence: a systematic review. Campbell Systematic Reviews, v. 10, n. 1, p. 1-110, 2014.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). Prevenindo a violência juvenil: um panorama das evidências. 2015. Tradução por Núcleo de Estudos da Violência/USP, 2016. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/181008/9789241509251-por.pdf;jsessionid=36FE-7998935B77AF64ACED3B933C78AE?sequence=5>. Acesso em: 1º dez. 2020.

STOCKINGS, E. et al. Whole-of-community interventions to reduce population-level harms arising from alcohol and other drug use: a systematic review and meta-analysis. Addiction (Abingdon, England), v. 113, n. 11, p. 1984-2018, 2018.

TOLAN, P. et al. Mentoring interventions to affect juvenile delinquency and associated problems: a systematic review. Campbell Systematic Reviews, v. 9, n. 1, p. 1-158, 2013.

VAN DER POL, T. M. et al. Research review: the effectiveness of multidimensional family therapy in treating adolescents with multiple behavior problems – a meta-analysis. Journal of Child Psychology and Psychiatry, and Allied Disciplines, v. 58, n. 5, p. 532-545, mai. 2017.

VRIES, S. L. A. de et al. Practitioner review: effective ingredients of prevention programs for youth at risk of persistent juvenile delinquency – recommendations for clinical practice. Journal of Child Psychology and Psychiatry, v. 56, n. 2, p. 108-121, 2015.

WILSON, D. B.; BRENNAN, I.; OLAGHERE, A. Police-initiated diversion for youth to prevent future delinquent behavior: a systematic review. Campbell Systematic Reviews, n. 5, 2018.

WILSON, D. B. et al. Juvenile curfew effects on criminal behavior and victimization: a systematic review. Campbell Systematic Reviews, v. 12, n. 1, p. 1-97, 2016.

PARCEIROS WORKSHOP

“Minha saúde mental está oscilante. [...] Entretanto, acho que isso faz parte do momento histórico que vivemos. Não é normal estar normal. Saúde mental é também acolher nossas tristezas e angústias.”

Homem cis hétero pardo, 26 anos,
estudante do ensino médio, Cutias (AP)

Jovens lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBTQIA+) experimentam vários desafios e estresses emocionais devido à forma como outros respondem à sua orientação sexual ou identidade/expressão de gênero. Jovens que expressam seu gênero de formas que variam das expectativas da sociedade encontram-se em risco para desfechos negativos em saúde, tais como suicídio, situações de desabrigo, uso de drogas ilegais, exposição a situações de abuso físico, psicológico e sexual, bem como estão em risco de vitimização escolar (BJS, 2014).

75% dos transtornos mentais em adultos começam entre 12 e 24 anos e perduram na vida adulta em forma de funcionamento psicossocial pouco adaptado (LEWINSOHN; KLEIN; SEELEY, 2000)**; dificuldades no trabalho, na família, nos resultados acadêmicos e em relacionamentos interpessoais** (KESSLER; WALTERS; FORTHOFER, 1998; WEISSMAN ET AL., 1999).



O Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 realizado no final do ano de 2020 indicou que mais da metade da população brasileira não tinha acesso pleno e permanente a alimentos e 9% da população estava passando fome. A combinação das crises política, econômica e sanitária provocou uma grave redução na segurança alimentar da população brasileira.

24% dos jovens brasileiros indicam que meio ambiente e desenvolvimento sustentável é um tema relevante para ser discutido pela sociedade, no mesmo patamar que se encontram os temas referentes à educação e futuro profissional (25%) e racismo (25%). Embora tenha tido uma menção expressiva, a temática do meio ambiente ficou na oitava colocação entre doze temas (BRASIL, 2013B).

Jovens protegidos por políticas e programas adequados à idade sentem-se mais seguros para prosperar e desenvolver resiliência (WHO, 2018).

A percepção dos jovens sobre as políticas de meio ambiente no Brasil é predominantemente pessimista. Eles acreditam que o Brasil está regredindo do ponto de vista de suas políticas para o setor ambiental (BARROS, 2020).

São muitos os desafios, mas há caminhos para solucioná-los!

Neste capítulo, você vai ler sobre:

- Intervenções que as evidências científicas apontam como efetivas para avançarmos na Saúde, como as já conhecidas ações terapêuticas, que tratam de problemas de saúde já instaurados, como os atendimentos psicossociais para questões de saúde mental, por exemplo. Também aquilo que chamamos de intervenções multicomponentes, que impactam a nível individual, familiar, comunitária, escolar e também a nível estrutural, como a implementação de políticas e reformas em sistemas escolares e de saúde. Estudos sobre intervenções específicas para o meio ambiente são mais escassas.

- Lacunas de pesquisas sobre o tema que identificamos, por exemplo, a falta de estudos sobre meio ambiente e seu diálogo com as juventudes, e também estudos de efetividade de programas de prevenção e promoção de saúde em países com realidade socioeconômica similar à brasileira.

- Ações que podemos botar em movimento no nosso cotidiano – com jovens participando de conselhos locais e municipais de saúde e meio ambiente, tomadores de decisão adotando a sustentabilidade verde como valor da administração pública e representantes da sociedade civil e do setor privado promovendo educações permanentes sobre diferentes aspectos da saúde das juventudes e do meio ambiente, começamos a trilhar um caminho colaborativo para efetivar o direito à Saúde, à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente!

- Elementos relacionados à garantia da equidade e de uma implementação verdadeiramente inclusiva de políticas e programas. É importante entender que as experiências com a saúde e o meio ambiente de cada pessoa diferem de acordo com a sua realidade e é necessário buscar sempre estratégias que minimizem a lógica da exclusão e do preconceito. As abordagens em base comunitária são um bom exemplo disso, pois podem derrubar barreiras geográficas, financeiras, entre outras, e são especialmente eficazes para juventudes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, fora da escola, em situação de rua e encarcerada. Não podemos esquecer ninguém pelo caminho!

- Por fim, fazemos uma retomada dos encaminhamentos das Conferências Nacionais da Juventude, aquecendo o debate para a 4ª Conferência!

- Vamos conhecer mais sobre as juventudes e o direito à Saúde, à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente?

Juventudes, saúde e meio ambiente: os desafios

O futuro depende da saúde das juventudes e do meio ambiente. Dizer isso é dizer que jovens são centrais para a construção de um futuro com o qual sonhamos, em que os direitos à educação, ao trabalho, à segurança pública, à mobilidade, à cultura, ao lazer e ao esporte e tantos outros sejam garantidos. Jovens são abrigo para tantas expectativas e sonhos, nada mais justo que prover para essas juventudes os recursos necessários para que possam torná-los realidade, a começar pela saúde, a deles e a do meio ambiente. Jovens fortalecidos física e mentalmente em um ambiente capaz de florescer são requisitos básicos para construir o futuro que desejamos.

A saúde dos jovens engloba múltiplos domínios, incluindo o físico, social, emocional, cognitivo e intelectual. Portanto, para que as organizações e os indivíduos que trabalham com as juventudes possam apoiar a saúde e o desenvolvimento saudável dos jovens, é importante compreender melhor o que impacta no desenvolvimento deles, bem como quais são as influências ambientais e os fatores de risco e proteção que podem afetá-los.

- Jovens, por serem considerados pessoas saudáveis, não costumam receber a atenção necessária em saúde, a não ser nas questões de saúde reprodutiva. É preciso estar atento aos determinantes sociais em saúde para falar das juventudes de forma integral (BRASIL, 2010).

- As desigualdades sociais e econômicas são mais evidentes na juventude do que em qualquer outra fase. Minorias étnicas, refugiados, jovens infratores e pessoas que se identificam como LGBTQIA+ enfrentam costumeiramente questões de saúde mental, majoritariamente devido a estigma, exclusão social, discriminação e rejeição por parte de sua família ou comunidade (WHO, 2018).

- Jovens protegidos por políticas e programas adequados à idade sentem-se mais seguros para prosperar e desenvolver resiliência (WHO, 2018).

Na tabela a seguir é possível perceber que o Sistema Único de Saúde vem aumentando sua capacidade operacional em número de atendimentos para jovens em alguns dos temas mais complexos e comuns recebidos pelos profissionais no âmbito da saúde, com alguma queda durante o ano de 2020, provavelmente, em decorrência da pandemia.

"Minha saúde mental está oscilante. [...] Entretanto, acho que isso faz parte do momento histórico que vivemos. Não é normal estar normal. Saúde mental é também acolher nossas tristezas e angústias."

Mulher cis bissexual branca, 24 anos, tem crenças e fé não ligadas diretamente a uma religião, São Paulo (SP)



COM A PALAVRA

Amanda Costa

Juventudes, saúde e meio ambiente: os desafios

De acordo com o Relatório Nosso Futuro Comum (1987) da Organização das Nações Unidas (ONU), o desenvolvimento sustentável é "aquele que procura satisfazer as necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades". No entanto, a atual dinâmica de produção e consumo torna impossível o cumprimento deste princípio, fazendo com que a população jovem e vulnerável seja a mais prejudicada dentro do sistema capitalista, a despeito de ter sido a que menos contribuiu nesse processo.

Diversos desafios atravessam a juventude brasileira, como crise climática, acirramento da violência, desemprego estrutural, polarização política, aumento da taxa de doenças psicossomáticas (depressão, ansiedade, crise do pânico, suicídio), somados a pandemia causada pelo COVID-19, comprometendo o fururo de meninos e meninas de todo o país. Para evitar o agravamento do cenário atual, é imprescindível o desenvolvimento de programas de combate às desigualdades sociais e econômicas, além da criação de espaços de debates públicos e a ocupação de espaços institucionais para que as diversas juventudes (preta, periférica, indígena, quilombola, ribeirinha, LGBTQIA+, PcDs etc.) desempenhem um papel crítico, analítico e propositivo na busca de soluções para os principais desafios locais, nacionais e globais.

Nesse sentido, o Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente, que tem como objetivo promover e integrar políticas públicas ambientais para efetivar os direitos da juventude à sustentabilidade e ao meio ambiente, é um exemplo de integração entre o poder público e a juventude, mas com poucas ações práticas. Para que os jovens participem mais ativamente dessa construção, é essencial uma reorientação dos esforços do governo na implementação de programas e projetos. Somente assim será possível o desenvolvimento de uma sociedade inclusiva, colaborativa e sustentável, onde "ninguém será deixado para trás".

Número de atendimentos individuais de pessoas jovens (15 a 29 anos) na rede de atenção primária à saúde

Condição de saúde	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Pré-natal	641030	2445884	5286477	6884328	7991170	8405628	8047546
Saúde sexual e reprodutiva	575542	2026900	4290289	5345164	5746443	5457659	3300991
Saúde mental	118639	483473	1162618	1628715	2045356	2397578	2043698
Obesidade	41561	145016	300466	422684	548986	501345	314688
Desnutrição	14428	50727	109171	136230	157518	159238	119813
Uso de drogas	6550	25267	59047	75628	94866	99794	80479
Uso de álcool	6603	21972	43402	52239	62419	67321	54933

Pré-natal

- No Brasil, a prevalência de pré-natal adequado é melhor na região Sudeste (82,4%) e pior na região Norte (63,3%). Em relação a cor de pele e escolaridade, as prevalências altas de pré-natal adequado foram encontradas entre as mulheres brancas (87,8%) e aquelas com nível médio (86,8%) (IBGE, 2013).

- Apesar do elevado nível de cobertura de pré-natal no Brasil, existem iniquidades no atendimento pré-natal relacionadas principalmente à cor da pele e também à região do país (IBGE, 2013).

Saúde sexual e reprodutiva

- Dos novos casos de HIV no Brasil em 2016, 35% eram de jovens entre 15 e 24 anos (UNAIDS, 2016), e esse número vem aumentando.

- Jovens lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBTQIA+) experimentam vários desafios e estresses emocionais devido à forma como outros respondem à sua orientação sexual ou identidade/expressão de gênero. Jovens que expressam seu gênero de formas que variam das expectativas da sociedade encontram-se em risco para desfechos negativos em saúde, tais como suicídio, situações de desabrigo, uso de drogas ilegais, exposição a situações de abuso físico, psicológico e sexual, bem como estão em risco de vitimização escolar (BJS, 2014).

- Até hoje, a maioria das pesquisas sobre jovens LGBTQIA+ tem se concentrado nos fatores de risco e nas disparidades que eles experimentam em comparação com os jovens que não são LGBTQIA+. Entretanto, as pesquisas emergentes sobre resiliência e fatores de proteção oferecem um foco forte no bem-estar dos jovens LGBTQIA+. Abordar estigma, a discriminação e a violência relacionados aos LGBTQIA+, ajudando a desenvolver os pontos fortes dos jovens e promovendo apoios como aceitação familiar e ambientes seguros e de afirmação nas escolas e outros ambientes ajudará a melhorar os desfechos negativos para os jovens LGBTQIA+ (BJS, 2014).

Saúde mental

- 75% dos transtornos mentais em adultos começam entre 12 e 24 anos e perduram na vida adulta em forma de funcionamento psicossocial pouco adaptado (LEWINSOHN; KLEIN; SEELEY, 2000); dificuldades no trabalho, na família, nos resultados acadêmicos e em relacionamentos interpessoais (KESSLER; WALTERS; FORTHOFER, 1998; WEISSMAN et al., 1999).

"Minha saúde mental e emocional está bem ruim já há alguns anos. Tenho depressão e ansiedade e sofro recorrentemente com pensamentos circulares tentando remoer o passado e em que me sinto um fracasso. Sinto ansiedade constante por medo de estar fazendo escolhas erradas profissionalmente e por medo de não conseguir nunca me relacionar de forma feliz, saudável e estável com alguém. A culpa por escolhas (feitas e não feitas por medo) do passado é algo que me persegue. Tenho medo de não conseguir ser satisfeita com a minha vida profissional e social num futuro próximo e seguir sendo infeliz."

Mulher cis hétero branca, 19 anos, tem crenças e fé não ligadas diretamente a uma religião, estudante do ensino superior (graduação), Rio de Janeiro (RJ)

- Um em cada quatro ou cinco jovens atende aos critérios de diagnóstico de um transtorno mental duradouro e, como resultado, pode enfrentar discriminação e estigmas. Apesar desses desafios, para a maioria dos jovens o transtorno de saúde mental é episódico, não permanente, e, se houver apoio de pares e familiares, bem como de serviços e profissionais, a maioria pode navegar com sucesso pelos desafios que advêm de experienciar um diagnóstico de transtorno de saúde mental.

- A depressão reduz a capacidade de adaptação dos indivíduos e possui maior prevalência entre os jovens. Aproximadamente 21 a 28% dos adolescentes experimentam um episódio de depressão grave até os 19 anos de idade (ABUWALLA et al., 2018).

- Problemas de sono na adolescência estão associados a um desempenho acadêmico mais fraco, problemas com relações interpessoais, aumento do comportamento de risco, depressão e suicídio (WHO, 2021).

- O suicídio é preocupante no período da juventude, principalmente entre jovens de 15 a 24 anos. Para cada jovem que comete suicídio, pode haver de 100 a 200 tentativas de suicídio. Para alguns grupos de jovens – incluindo aqueles que estão envolvidos nos sistemas de justiça, LGBTQIA+, indígenas e membros do serviço militar –, a incidência de comportamento suicida é ainda maior. Pais, tutores, familiares, amigos, professores, líderes comunitários e muitos outros podem desempenhar um papel na prevenção do suicídio e no apoio às juventudes (BJS, 2014).

- De acordo com os dados coletados na etapa qualitativa da pesquisa do ***Atlas das Juventudes*** a pandemia de coronavírus aparece como um gatilho para sofrimentos psíquicos entre os e as jovens.

"Tenho depressão desde os meus 13 anos de idade, é algo difícil de lutar contra, pois muitas vezes ela foi mais forte e quase perdi a vida. Mas é algo que continuo lutando contra todos os dias."

Mulher cis gay branca, 19 anos, estudante do ensino médio, Franca (SP)

Obesidade e Desnutrição

- O número de adolescentes com sobrepeso ou obesos está aumentando nos países de baixa, média e alta renda. Jovens com quadro de obesidade aos 19 anos têm 89% de chance de ser obeso aos 35 anos e estão mais propensos a apresentar outras doenças como dislipidemias, hipertensão e aumento da resistência insulínica (LABOISSIÈRE, 2018; WHO, 2021).

- O número de atendimentos por desnutrição prestados a pessoas jovens na rede de atenção primária à saúde cresceu significativamente entre 2014 e 2020.

- O Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 realizado no final do ano de 2020 indicou que mais da metade da população brasileira não tinha acesso pleno e permanente a alimentos e 9% da população estava passando fome. A combinação das crises política, econômica e sanitária provocou uma grave redução na segurança alimentar da população brasileira. (Saiba mais aqui)

Álcool e outras drogas

O uso abusivo de álcool entre os jovens pode levar a problemas na escola, causar ou agravar problemas relacionados à saúde física e mental, promover relacionamentos fragilizados entre colegas, causar acidentes automobilísticos e elevar os níveis de estresse na família. O uso abusivo de álcool e outras drogas também pode evoluir para questões que duram toda a vida, tais como dependência de substâncias, problemas de saúde crônicos e consequências sociais e financeiras que vão desde o não cumprimento de responsabilidades no trabalho, na escola ou em casa, até problemas legais como prisões. Por isso, o sistema de saúde deve estar atento a possíveis intervenções preventivas com o público jovem (WHO, 2018).

Juventudes e imunização

O tema da imunização, neste momento em especial, está em alta e é impossível falar de saúde jovem sem falar em vacinação. Antes de mais nada, é importante entender o que são as vacinas e por que elas são importantes. As vacinas ensinam ao sistema imunológico como criar anticorpos que protegem a pessoa de doenças. É muito mais seguro para o sistema imunológico aprender isso por meio da vacinação do que pegando as doenças e tratando-as. Uma vez que o sistema imunológico sabe como combater uma doença, muitas vezes pode proteger o corpo por muitos anos (NHS, 2019)

Em 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) listou as dez maiores ameaças para a saúde global e entre elas está a relutância e/ou recusa em vacinar-se apesar da disponibilidade de vacinas. A vacinação é uma das formas mais econômicas de evitar doenças – hoje, mundialmente, previne de 2 a 3 milhões de mortes por ano, e 1,5 milhões de mortes poderiam ser evitadas se a cobertura global das vacinas melhorasse (WHO, 2018).

Vacinar-se é assumir compromisso com o autocuidado e com a prevenção coletiva. Em novembro de 2020, a Sociedade Brasileira de Imunologia (SBIm) lançou a campanha #QuemVacinaNãoVacila com a intenção de aumentar a adesão de adolescentes aos calendários vacinais, que, nesse momento, está aquém do desejado. A campanha está fundamentada no dado de que mais de 30 milhões de brasileiros têm entre 10 e 19 anos (IBGE) e imunizar esses jovens é essencial para sua saúde, bem como para pessoas de todas as outras faixas etárias (SBIM, 2020).

No ano de 2020 acompanhamos a corrida mundial para a produção da vacina contra a Covid-19. Embora jovens não estejam no grupo prioritário para vacinação, é meta da Organização Mundial de Saúde que até 70% da população adulta possa ser vacinada, e, portanto, torna-se essencial investir em comunicação sobre a importância das vacinas como um pacto social de cuidado. Precisamos, assim, tirar as dúvidas de jovens sobre o tema e mobilizá-los para serem multiplicadores dessa forma de prevenção.

A SBIm, em 2015, inaugurou **um portal que é considerado uma espécie de enciclopédia on-line sobre vacinação**, contendo todas as informações principais sobre o assunto, inclusive os calendários vacinais referentes à adolescência e específicos para homens e mulheres, de acordo com faixas etárias.

Juventudes e meio ambiente

Assim como o tema da saúde, a questão da preservação ambiental é ampla e atravessa muitos campos, como economia, energia, tecnologia, agricultura, saúde, mobilidade urbana, educação, cultura, justiça e outros.

- 24% dos jovens brasileiros indicam que meio ambiente e desenvolvimento sustentável é um tema relevante para ser discutido pela sociedade, no mesmo patamar que se encontram os temas referentes à educação e futuro profissional (25%) e racismo (25%). Embora tenha tido uma menção expressiva, a temática do meio ambiente ficou na oitava colocação entre doze temas (BRASIL, 2013b).

- Embora o meio ambiente seja pouco citado como um dos problemas que mais preocupam atualmente (citado por 6% dos jovens), 25% dos jovens apontam "a destruição do meio ambiente" como um dos problemas que os incomoda no Brasil (BRASIL, 2013b).

- 51% dos jovens que participam de um coletivo ou grupo organizado afirmaram que se fossem escolher um segundo grupo, seria um com a temática de defesa do meio ambiente ou ecologia (BRASIL, 2013b).

- A percepção dos jovens sobre as políticas de meio ambiente no Brasil é predominantemente pessimista. Eles acreditam que o Brasil está regredindo do ponto de vista de suas políticas para o setor ambiental (BARROS, 2020).

- Jovens demonstram maior conexão com a agenda ecológica local, ou seja, em espaços em que circulam no cotidiano e possuem vínculos de pertencimento, do que com pautas em maior escala (BARROS, 2020).

- Jovens reconhecem em ONGs ambientalistas uma atuação importante na defesa do meio ambiente. No entanto, as instituições do Estado são pouco reconhecidas pelos jovens (BARROS, 2020).

"Me preocupo com meio ambiente, combate à poluição de rios e mares, reciclagem e proteção aos animais. Me envolto pesquisando sobre, compartilhando conteúdo, contribuindo com ONGs."

Mulher cis hétero parda, 23 anos, estudante do ensino superior (pós-graduação), Manaus (AM)



COM A PALAVRA

Júlia Marisa Sekula

Economista, autora do Brasil: Paraíso Restaurável e Coordenadora do programa de segurança climática do Instituto Igarapé.

A interligação e interdependência da temática climática com a das juventudes são indiscutíveis. Isso, não só do ponto de vista de quem mais sofrerá os impactos das mudanças climáticas, como de quem exercerá o papel de protagonista na mitigação e adaptação a essas mudanças. Precisamos, então, no mínimo, entender como é que essa juventude está se informando, tomando consciência e se empoderando através da pauta do meio ambiente. Neste sentido, o estudo apresentado mostra como essa temática já tem ganhado espaço dentro das pautas da juventude: 24% dos jovens brasileiros indicam que meio ambiente e desenvolvimento sustentável são temas relevantes para serem discutido pela sociedade, no mesmo patamar de temas referentes à educação e futuro profissional (25%) e ao racismo (25%) e; 51% dos jovens que participam de um coletivo ou grupo organizado afirmam que se fossem escolher um segundo grupo, seria um com a temática de defesa do meio ambiente ou ecologia (BRASIL, 2013a).

Entretanto, embora tenha tido uma menção expressiva, a temática do meio ambiente ficou na oitava colocação entre doze temas (BRASIL, 2013a) – sinalizando que há ainda trabalho a ser feito na conscientização, educação e inclusão dessa temática nas discussões da juventude Brasileira; bem como na explicitação da importância do impacto do meio ambiente em todas as outras vertentes. Estima-se que cada grau centígrado de aquecimento custe a um país cerca de um ponto percentual do PIB. 60% da população Brasileira vive em cidades costeiras com alta vulnerabilidade ao aumento do nível do mar. Os dois fatores geram impactos relevantes para as oportunidades de renda e os índices de desigualdade e segurança da juventude. Esses impactos ambientais também têm gênero, cor e lugar. Desafios do não acesso a: energia, água, habitações de terrenos regulares, e saneamento básico são, dentre outros fatores, ***também*** consequências de um racismo estrutural que ganhará expressão maior ainda com os desafios do clima. Afinal, nesses espaços ilhas de calor, enchentes e deslizamentos tenderão a ocorrer com mais frequência.

Nas grandes cidades, o aumento da poluição tem se expressado em níveis mais elevados de comportamento violento (entre jovens e adultos). Além disso, um estudo realizado pela Universidade de Maryland conclui que a exposição ao calor e a precipitações extremas na primeira infância em países dos trópicos globais possui correlação direta com a dificuldade de crianças atingirem o ensino secundário, mesmo para famílias mais abastadas. As reportagens dos períodos mais quentes do norte e nordeste brasileiro já apontam que o aprendizado dos alunos é prejudicado anualmente. Enquanto políticas federais, estaduais e municipais não se adequam a essa realidade, esse fenômeno corre o risco de aumentar significativamente, gerando mais desigualdade geográfica entre os jovens do norte e os do sul do Brasil.

Soluções existem. A expansão de espaços verdes, a redução da poluição e a melhoria de moradias populares podem ajudar a diminuir a desigualdade, reduzir a violência e aumentar as oportunidades econômicas para a juventude. Igualmente importante será o fortalecimento da educação ambiental na grade curricular – incluindo iniciativas individuais e locais – bem como a reformulação da percepção de oportunidades baseadas na natureza para o Brasil. O Brasil tem a matriz energética mais limpa do mundo, a maior biodiversidade do planeta na floresta Amazônica, e é o país mais potente em termos de produtividade primária bruta. Num futuro de mudanças climáticas, e insegurança alimentar – estes fatores podem levar o Brasil a uma potência ambiental. O alto grau de pessimismo das juventudes sobre as políticas ambientais brasileiras não é sem mérito, mas precisa ser complementado com a cadeia de oportunidades que surgirão se o Brasil assumir essa vocação– fornecendo empregos, propósito e um futuro justo para a juventude Brasileira.



Saúde Planetária e as juventudes

Por Mayara Floss

As atividades humanas estão provocando grandes mudanças na natureza do nosso planeta em várias dimensões, incluindo a poluição do ar, do solo e da água; um aumento no carbono atmosférico, gases de efeito estufa, mudanças climáticas, rápida perda de biodiversidade, mudanças na produção de alimentos e uso da terra e o esgotamento dos recursos naturais [1].

O planeta vem mudando tanto pela presença humana com o uso excessivo de energia que alterou o clima. Isso pressupõe que a atividade humana é responsável pela emissão de gases de efeito estufa e pelo aquecimento global. O Antropoceno é o período que se inicia no final do século 18, marcado pela aceleração e revolução industrial e máquinas do agronegócio [2]. Descobrimos dia-a-dia que a Terra tem um limite e conseguir lidar com esse limite é essencial para a juventude.

O que é Saúde Planetária?

A saúde planetária é a ideia de que a saúde do planeta não está separada da nossa própria saúde. É um campo de estudo transdisciplinar que cresce e que se concentra nos impactos na saúde humana das mudanças ambientais globais. Esse campo analisa como os seres humanos estão alterando o mundo natural - como nossa população em expansão, mudanças na tecnologia e padrões de consumo e de produção estão mudando fundamentalmente a terra, a atmosfera e os oceanos.

A autora canadense Naomi Klein escreveu: "A Terra não é nossa prisioneira, nosso paciente, nossa máquina ou, na verdade, nosso monstro. É o nosso mundo inteiro. E a solução para o aquecimento global não é consertar o mundo, é consertar a nós mesmos." [3].

Já conheceu Greta Thunberg?

Greta Thunberg é uma ativista ambiental sueca. Quando tinha 8 anos, em 2011, ela conheceu o conceito das mudanças climáticas e não conseguia entender como não havia mais ações para enfrentar o problema. Três anos depois, ela caiu em profunda depressão. Essa depressão estava associada com a consciência da fragilidade da vida no planeta Terra, conhecida como ***solastalgia***. Solastalgia é a ansiedade, depressão, conflito interpessoal e desespero associado à perda de ecossistemas estimados e construtores de identidade pessoal, por eventos climáticos ou humanos [4].

Greta, saiu desse quadro com a ajuda da família, a qual convenceu a mudar de hábitos de vida para devolver-lhe a esperança: a mãe, cantora lírica, abriu mão de sua carreira internacional para não viajar de avião, diminuindo sua "pegada de carbono", e o pai e sua família, famosos atores na Suécia, tornaram-se vegetarianos [5].

Em 20 de agosto de 2018, quando Greta tinha 15 anos, ela e outros jovens ativistas se sentaram em frente ao parlamento sueco todos os dias escolares durante três semanas, para protestar contra a falta de ação sobre a crise climática. Ela postou o que estava fazendo no Instagram e no Twitter e logo viralizou. Este movimento ficou conhecido como #FridaysforFuture (Sextas-feiras pelo futuro). Atualmente o grupo reúne-se em plataformas digitais, está escrito no seu website (tradução da autora):

"Estamos lutando por nosso futuro e por nossas vidas porque eles estão diretamente ameaçados pela crise climática e pelo colapso ecológico. Estamos agindo contra isso porque queremos proteger a beleza da Terra, a diversidade das espécies e a vida de todos os seres. Nosso objetivo é superar a crise climática e criar uma sociedade que conviva em harmonia com o próximo e com o meio ambiente [6]".

Esse trecho mostra o quanto o movimento é importante para a juventude e também para a nossa própria existência humana. As sextas feiras vêm se tornando mundialmente o dia dos protestos conhecidos como ***Extinction Rebellion*** (Rebelião contra a extinção) [7]. Greta conseguiu mobilizar o mundo com seu ativismo e sua luta por um planeta mais saudável.

Um dos protestos mais divulgados na mídia foi frente à Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP) em 4 de dezembro de 2018, quando Greta declarou veementemente com seu estilo direto e claro: "***Como se atrevem a nos legar este mundo, a deixar esse fardo para suas crianças?***" [8].

E no Brasil?

A brasileira Amanda da Cruz Costa, é uma mulher negra e jovem embaixadora da ONU, formada em Relações Internacionais, encontrou no ativismo climático um propósito e transformou isso em profissão. Ela está à frente do Climathon Brasil – primeiro hackathon nacional com foco no desenvolvimento de soluções que diminuam os efeitos das

mudanças do clima no planeta. Amanda também criou o Perifa Sustentável [9], um canal digital para compartilhar conteúdo sobre a Agenda 2030 da ONU para as periferias de São Paulo. Amanda contextualiza e democratiza o conhecimento sobre clima, meio ambiente e igualdade de direitos na periferia, mostrando que a favela também pode ser um grande agente de transformação na construção de um mundo melhor. O Perifa Sustentável surgiu da ideia de Amanda criar uma ponte entre o global e o local. Ela também coordena o Grupo de Trabalho sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na ONG Engajamundo.

Então, por que é importante essa perspectiva em políticas para juventude?

Quando olhamos as histórias de Greta e a Amanda mostram um caminho para pensarmos mudanças climáticas e saúde planetária. As gerações anteriores estão entregando para os jovens um planeta mais quente, instável e com seus ecossistemas destruídos.

Em 2019, na COP25, A Conferência das Partes que é a conferência da ONU que discute sobre o clima um grupo de jovens brasileiras do Engajamundo denunciou os crimes ambientais e o genocídio indígena que ocorrem no Brasil na entrada dos convidados no evento. Elas tinham quatro garrafas plásticas com quatro líquidos diferentes. Uma com líquido vermelho – representando o sangue dos povos originários –, água com lama – para denunciar crimes ambientais como o rompimento da barragem de Brumadinho –, água preta – representando o óleo que foi derramado nas praias no nordeste brasileiro – e por fim, água transparente representando o descuido com a água do Brasil [10].

A força da juventude questiona e nos faz repensar esse direito de habitar um planeta. Pensar em mudanças climáticas e saúde planetária é essencialmente pensar também nos direitos humanos e no que é chamado de justiça climática. As pessoas que mais sofrem as consequências das mudanças climáticas são as mais pobres e em países em desenvolvimento. As políticas para jovens devem incluir e inclusive pautar-se com temas como mudanças climáticas, saúde planetária, racismo ambiental entre outras linhas de intersecções.

A recuperação saudável

A juventude atravessa e é atravessada pela pandemia da COVID-19. Aulas online, o espaço das mídias sociais mudam as relações humanas. No contexto de planejar políticas de recuperação da pandemia foi criado o conceito de recuperação saudável em um manifesto da OMS [11]. De acordo com o manifesto da OMS, a pandemia que estamos vivendo é o maior choque da história mundial em décadas, com centenas de milhares de vidas perdidas e projeções de grave recessão na economia mundial, provavelmente a pior desde a década de 1930 [12]. As lições da pandemia e as consequências dela afetarão mais os jovens.

O Diretor-Geral da OMS, Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus quando o manifesto foi lançado falou: "A pandemia é um lembrete do relacionamento íntimo e delicado entre as pessoas e o planeta. Quaisquer esforços para tornar nosso mundo mais seguro estão fadados ao fracasso, a menos que abordem a interface crítica entre pessoas e patógenos e a ameaça existencial das mudanças climáticas, que está tornando nossa Terra menos habitável." [13].

A devastação, no contexto brasileiro, da Amazônia, do cerrado e de outras florestas e formações vegetais colocam a população jovem em risco – como já explicado anteriormente no conceito de solastalgia. Devemos nos questionar ao pensar políticas sobre jovens em como esse projeto de desenvolvimento que destrói a Terra. Afeta a todos e em especial os povos tradicionais.

Os indígenas representarem cerca 0,4% da população brasileira, porém a taxa de suicídio entre eles corresponde a 1% do total do país, principalmente entre jovensm duas vezes e meia do que seria de se esperar pela participação demográfica [14]. O terrível impacto do suicídio sobre o genocídio e o fracasso das autoridades políticas em protegê-lo é devastador. Os direitos à terra são cruciais para a saúde mental das populações indígenas. Especialmente, neste contexto, dos jovens. As comunidades indígenas e quilombolas corriam um risco particular, muitas vezes como consequência de projetos de desenvolvimento [15].

É impossível pensarmos em voltar para o tempo antes da COVID-19, um tempo de recordes de queimadas na Amazônia, Pantanal e Cerrado. Em que cada vez mais, mesmo com o avanço das tecnologias, as pessoas se sentiam mais sozinhas e incomunicáveis do que nunca. A redução das pessoas, e dos jovens, a mercadorias criou essa solidão [16]. Com a redução dos espaços de encontro, que já existia pré-pandemia. De acordo com Galeano, existe uma fome, e uma fome de comida, que muitos morrem, mas não apenas essa fome da comida, como também a fome dos abraços que padece a maioria da humanidade [17].

Espero que não tenhamos um novo normal, na verdade um novo anormal, com a repetição do velho modelo. Mas que possa-se pensar em linhas de fuga com a natureza, com a Terra e com a juventude. Voltar ao normal, não é o suficiente.

Juventudes, saúde e meio ambiente: intervenções efetivas

O que já fazemos no Brasil?

Muitas ações já foram realizadas no âmbito da saúde em nível nacional. A seguir, destacamos algumas.

- **Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde (2010)**: para nortear ações integradas às outras políticas sanitárias, ações e programas já existentes no SUS, diante dos desafios que a presente situação de saúde das pessoas jovens evidencia, o Ministério da Saúde propõe estas diretrizes, baseadas na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens, sensibilizando gestores para uma visão holística do ser humano e para uma abordagem sistêmica das necessidades dessa população. Busca, ainda, apontar para a importância da construção de estratégias interfederativas e intersetoriais que contribuam para a modificação do quadro nacional de vulnerabilidade de adolescentes e de jovens, influindo no desenvolvimento saudável desse grupo populacional.

- **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, em Regime de Internação e Internação Provisória (PNAISARI)**: de acordo com Portaria nº 1.082/2014, depreende-se o modelo considerado "ideal" para atenção à saúde dos adolescentes: realizado prioritariamente na atenção básica, e se houver equipe de saúde dentro da unidade socioeducativa, a equipe de atenção básica do território de referência se articula com ela para inserir os adolescentes nas redes de atenção à saúde, de modo complementar. Em relação à saúde mental, a política propõe que a equipe de atenção básica do território seja acrescida de profissionais de saúde mental em quantidade que varia conforme o total de adolescentes que cumprem medida.

- **Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014, mais conhecida como Lei Menino Bernardo**: garante às crianças e aos adolescentes o direito de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante. A nova legislação, que alterou o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 9.394/1996 marcou um importante avanço na promoção dos direitos de crianças e adolescentes ao reconhecer que o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante não são formas de correção, disciplina e educação de meninas e meninos, pretextos muitas vezes utilizados tanto pelos pais quanto pelos integrantes da família ampliada, responsáveis, agentes públicos executores de medidas socioeducativas e por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los (BRASIL, 2018).

- **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**: portaria nº 2.836 do Ministério da Saúde, de 1º de dezembro de 2011. Essa política foi instituída em 2011 no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), tendo por objetivo promover a saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, buscando eliminar a discriminação e o preconceito institucional, bem como contribuir para a redução das desigualdades e a consolidação do SUS como sistema universal, integral e equitativo (BRASIL, 2013b).

Saúde na escola | Universidades promotoras de saúde

Em 1995, a Organização Panamericana de Saúde (OPAS) criou a Iniciativa das Escolas Promotoras de Saúde[1] como estratégia para o fornecer ações de promoção de saúde no ambiente da escola. Essa iniciativa possui três elementos essenciais: educação para a saúde com um enfoque integral baseado nas necessidades de cada estudante e considerando as especificidades individuais e culturais; criação de ambientes e entornos saudáveis; e desenho e entrega de serviços de saúde e alimentação.

O entendimento de que território é espaço de produção de vida e de saúde está no coração do Programa Saúde na Escola (PSE),[2] que foi instituído pelo Decreto Presidencial nº 6.286 de 5 de dezembro de 2007. O programa é considerado uma ferramenta essencial para a consolidação dos princípios da Atenção Básica à Saúde, por meio da cooperação entre os profissionais da saúde e da educação de cada território.

Nesse contexto, **os projetos de promoção de saúde devem ser voltados para**: a) conscientização da comunidade para a vulnerabilidade dos estudantes em face dos riscos ambientais e as formas de reduzi-los; b) envolvimento dos estudantes nos projetos de educação para o ambiente e saúde; c) promoção da segurança e contribuição para a prevenção de acidentes; d) monitoramento dos acidentes; e) avaliação das condições de segurança, higiene e saúde nos estabelecimentos de educação e ensino; f) intervenção em áreas prioritárias para a promoção de estilos de vida saudáveis; g) criação de mecanismos e estratégias de enfrentamento das violências, bem como a difusão e a promoção da cultura de paz nas escolas brasileiras.

A cada dois anos o ciclo do PSE se renova e é responsabilidade dos gestores municipais aderirem a cada biênio. Trata-se de um processo de pactuação de compromissos a serem firmados entre os secretários municipais e ministros de Saúde e Educação. Antes de aderir ao PSE, os representantes municipais da Saúde e da Educação devem definir junto com as escolas quais delas serão inscritas. As escolas que aderirem deverão assumir o compromisso, em conjunto com as equipes da Atenção Básica, de desenvolver atividades para todos os educandos durante o ciclo de 12 ações. O biênio 2021/2022[3] traz como novidade a possibilidade de adesão ao Programa Crescer Saudável, que consiste em um conjunto de ações a serem implementadas com o objetivo de contribuir para o enfrentamento da obesidade infantil no país.

O Programa Universidades Promotoras de Saúde segue essa mesma lógica. Incentivada pela OPAS, é uma estratégia que leva conhecimento sobre promoção em saúde às universidades. A universidade, ao ser entendida pelo seu papel social, para além do acadêmico, apresenta-se como espaço de grande potencial para implementação de estratégias que promovam hábitos, práticas e costumes saudáveis. Para que uma universidade seja considerada uma Universidade Promotora de Saúde, ela deve ter a promoção de saúde e qualidade de vida como parte do seu projeto institucional, assumindo o compromisso de criar políticas institucionais que promovam esses ideais (OLIVEIRA et al., 2019). No Brasil, esse movimento ainda é incipiente, mas vem ganhando espaço e força e já conta com a existência da Rede Brasileira de Universidades Promotoras de Saúde (Rebraups). Algumas universidades brasileiras que integram essa rede são: Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Universidade Federal da Paraíba.

A UnB, por exemplo, realizou uma pesquisa social para pensar a retomada do calendário acadêmico, que foi afetado pela pandemia de Covid-19. Os mais de 25 mil questionários aplicados ao longo da pesquisa trazem resultados sobre o perfil socioeconômico detalhado da comunidade universitária, avaliação da disponibilidade de equipamentos de informática, acesso à internet, condições de trabalho/estudo no domicílio, uso de ferramentas digitais e a situação de saúde dos membros da comunidade e suas famílias. A intenção da pesquisa foi retratar objetivamente a realidade da comunidade acadêmica para realização de trabalho remoto em face à necessidade de distanciamento social imposto pela pandemia.

2 Cadernos de Atenção Básica, n. 24, Saúde na Escola: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_24.pdf>.

- **Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde (2012)**: esta ação visa promover cuidados em saúde especialmente dos processos de reabilitação auditiva, física, intelectual, visual, ostomia e múltiplas deficiências; desenvolver ações de prevenção e de identificação precoce de deficiências na fase pré, peri e pós-natal, infância, adolescência e vida adulta; ampliar a oferta de órtese, prótese e meios auxiliares de locomoção (OPM); promover a reabilitação e a reinserção das pessoas com deficiência, por meio do acesso ao trabalho, à renda e à moradia solidária, em articulação com os órgãos de assistência social; promover mecanismos de formação permanente para profissionais de saúde; desenvolver ações intersetoriais de promoção e prevenção à saúde em parceria com organizações governamentais e da sociedade civil; regular e organizar as demandas e os fluxos assistenciais da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência. Portaria nº 793, de 24 de abril de 2012 (BRASIL, 2012).

- **Resolução nº 1 de 29 de janeiro de 2018 do Conselho Federal de Psicologia**: somente em 2018, o Conselho Federal de Psicologia do Brasil reconheceu que as expressões e identidades de gênero, em especial a transexualidade, não constituem transtornos mentais e não devem ser tratadas como patologias, desvios ou inadequações.

O que descobrimos de intervenções efetivas para saúde?

Embora não haja uma só solução para resolver todos esses desafios, há diferentes intervenções que podem ser consideradas para prevenir e promover a saúde dos jovens no Brasil. A atuação dos profissionais e da sociedade não deve ser dirigida com base na "escolha entre uma ou outra intervenção". Ao contrário, estes devem orientar as ações em conjunto e somar esforços para solucionar as demandas em saúde, cada vez mais complexas. Em nossa busca, encontramos evidências atualizadas de intervenções efetivas para prevenção e promoção da saúde entre jovens, as quais foram agrupadas como:

- **Intervenções preventivas e de promoção da saúde com foco em mudanças comportamentais e cognitivas**. Esse tipo de intervenção busca evitar a ocorrência de doenças/problemas nas juventudes e, portanto, reduzir a incidência de novos problemas. São exemplos dessa categoria as intervenções que buscam melhorias nutricionais, inclusão de exercícios físicos na rotina, redução de fatores de risco para saúde, desenvolvimento e aquisição de habilidades sociais e de vida e as que propõem instruir os jovens por meio de ações educativas.

"Não me cuido, não vou a médicos e hospitais."

Homem cis hétero branco, 26 anos, acredita em Deus, mas não tem religião, estudante do ensino médio, Florianópolis (SC)

"Sou muito preocupada com minha saúde [...] e sou muito atenta ao meu corpo. Me cuido fazendo exames preventivos, me alimentando bem e antes (pré corona) fazia exercício."

Mulher cis hétero branca, 26 anos, ateia, estudante do ensino superior (pós-graduação), São Paulo (SP)

Ações relacionadas às juventudes e ao meio ambiente

A sustentabilidade e a preservação do meio ambiente são temas que cada vez mais têm se destacado mundialmente. A preocupação é que a capacidade da sociedade de satisfazer suas necessidades não comprometa as oportunidades das gerações futuras. Sendo assim, esse tema está invariavelmente ligado à juventude (BARROS, 2020). O contexto histórico de crise ambiental e climática acaba produzindo uma juventude mais sensível ao debate ecológico. No Brasil, o ***Estatuto da Juventude*** estabelece um anteparo legal para que os jovens dialoguem com o tema da sustentabilidade por meio de projetos e programas que possuem um viés de crítica, assim como de exercício da cidadania (CARVALHO et al., 2020).

Para enfrentar a poluição, por exemplo, adotar políticas ambientais/industriais e regulação das emissões de material particulado, promover políticas de mobilidade urbana sustentável e desenvolver comunicação para a sociedade sobre os efeitos da poluição sobre a saúde parecem ser formas efetivas (BRASIL, 2016).

Já no que tange à **economia de energia**, parece ser efetivo adotar intervenções que promovam mudanças de comportamento, como o envio de comparadores entre residências de um bairro, para que a pessoa conheça os padrões de consumo dos seus vizinhos; o estabelecimento de metas e compromissos diários ou mensais de redução no consumo de energia; e a oferta de selos informativos que ajudem a orientar sobre mitos em relação à economia de energia. Os comparadores sociais parecem ter os melhores efeitos na redução de consumo de energia (ANDOR; FELS, 2018).

Oferecer **apoio específico para a juventude rural que trabalha com agricultura** (DELONGE; BASCHE, 2018; SNILSVEIT et al., 2019) e **para povos e comunidades tradicionais que residem em locais de preservação da natureza** também é uma forma útil de promover a conservação do meio ambiente entre jovens.

- **Projeto Boitatá**: ação que tem como objetivo a formação de agentes populares de educação ambiental, além de contribuir para o desenvolvimento rural sustentável. O projeto, financiado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), faz parte do Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar (PEAAF), do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Instituído em 2015, o ***Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente*** tem como objetivos:

- ampliar e qualificar a participação dos jovens na redução de emissões de gases de efeito estufa, na adaptação à mudança do clima e nas negociações internacionais sobre o tema;
- ampliar a participação de jovens na gestão de resíduos sólidos;
- ampliar a participação de jovens na gestão dos recursos hídricos;
- ampliar a implementação, a oferta e as condições favoráveis para práticas de produção e consumo sustentáveis (PCS);
- aumentar a qualidade e a quantidade de processos de formação e participação de jovens no enfrentamento da injustiça ambiental;
- ampliar o acesso às informações e às condições necessárias para que o jovem possa atuar como agente de transformação em relação aos desafios apresentados pela redução da biodiversidade;
- apoiar a regularização ambiental brasileira, com participação efetiva da juventude rural;
- ampliar a conservação ambiental com inclusão social, por meio do acesso à infraestrutura e fomento à produção sustentável aos jovens de povos e comunidades tradicionais;
- valorizar e preservar saberes e conhecimentos dos povos e comunidades tradicionais entre os jovens, para que participem dos processos decisórios sobre o aproveitamento das oportunidades relacionadas ao uso dos conhecimentos tradicionais e do patrimônio genético de seus territórios;
- ampliar o número de jovens identificados com o território, com conhecimento de seu valor ecossistêmico e engajados no desenvolvimento regional;
- aprimorar o conhecimento dos jovens sobre o uso adequado de produtos químicos e substâncias perigosas;
- incentivar e promover estudos, pesquisas e extensão nos institutos federais e universidades, sobre juventude e meio ambiente, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável.

Conheça mais:

- Rede da Juventude pelo Meio Ambiente (Rejuma)
- Clímax Brasil
- Instituto Clima e Sociedade
- Youth Climate Leaders
- Agenda Urbana do Clima 2020

- **Intervenções terapêuticas para promoção da saúde**. Elas tratam, mitigam ou adiam os efeitos da doença/problema existente e, portanto, buscam reduzir taxas de mortalidade e morbidade.[4] Os aconselhamentos terapêuticos e o atendimento psicossocial são exemplos desse modelo. Algumas intervenções podem ter ambos os efeitos, preventivo e terapêutico, mas estão aqui divididas para fins didáticos.

- **Intervenções legislativas e medidas jurídicas**. Buscam influenciar o comportamento por meio de restrições legais, aumento dos preços por meio da tributação e aplicação de leis específicas. Essas intervenções geralmente são implementadas em grande escala, como em nível nacional, estadual ou municipal.

- **Intervenções em sistemas de saúde complexos**. Geralmente são intervenções multicomponente que operam tanto no nível do indivíduo quanto no nível dos sistemas de saúde, tais como implementação de políticas, financiamento e reforma educacional.

Prevenir ou remediar: uma história para contextualizar

Dalton, Elias e Wandersman (2001) apresentam a seguinte história em seu livro sobre prevenção: um homem estava próximo a um rio socorrendo algumas pessoas que estavam se afogando. Uma mulher, ao passar por ali, viu o que ele estava fazendo e foi ajudá-lo. Mas, apesar de todo trabalho árduo e constante, mais pessoas precisavam ser socorridas. A condição ficava cada vez mais desesperadora. Em dado momento, a mulher perguntou ao homem como aquelas pessoas estavam caindo no rio, mas o homem não sabia. A mulher então perguntou por que ele não ia ver o que estava acontecendo, e ele respondeu que não podia, pois tinha muito o que fazer naquele local em que ele estava; se ele parasse, mais pessoas seriam perdidas. Ela concordou com ele, mas após algum tempo, ela decidiu ver o que estava acontecendo. Ela pensou que muitas pessoas seriam perdidas se ela fosse, mas talvez ela conseguisse parar o fluxo de pessoas que estavam caindo no rio. Rio acima, ela viu que uma parte do caminho levava as pessoas a um declive, e este diretamente para dentro do rio. Ela então percebeu que era ali que ela deveria estar, seu trabalho não era o de socorrer as pessoas que caiam no rio e estavam se afogando, mas evitar, o quanto fosse possível, que as pessoas caíssem. Ela trabalharia redirecionando as pessoas de seu curso e poderia tentar também mudar o caminho.

A história faz refletir se um dos trabalhos, do homem ou da mulher, é mais árduo ou mais importante. A resposta é que não. Tanto a prevenção quanto o tratamento na área da saúde são necessários. A história mostra que é preciso energia, cuidado e atenção em ambos os caminhos; portanto, é hora de combinar esforços para lidar com as vulnerabilidades às quais os indivíduos estão expostos.

4 Morbidade se refere ao conjunto dos indivíduos que adquirem doenças (ou determinadas doenças) num dado intervalo de tempo em uma determinada população. A morbidade mostra o comportamento das doenças e dos agravos à saúde na população.

1. Intervenções preventivas e de promoção da saúde com foco em mudanças comportamentais e cognitivas

Algumas intervenções dirigidas à prevenção de questões de saúde pública se baseiam na mudança do comportamento humano. Quase todas as intervenções de saúde devem ter um componente educacional associado para sua implementação efetiva, mas a extensão do esforço educacional necessário varia desde o **fornecimento de informações simples e instrucionais** (por exemplo, quando e onde uma imunização será realizada ou campanhas sobre a importância da doação de sangue), **até esforços para aumentar a compreensão** (por exemplo, da importância da circuncisão masculina para a prevenção do HIV), **e tentativas de mudar estilos de vida** (por exemplo, dieta, hábitos sexuais e recreativos ou higiene bucal). A educação para aumentar o conhecimento e transmitir novas habilidades pode ser necessária, mas raramente é suficiente para induzir a mudanças de comportamento (BADER; BOISCLAIR; FERRENCE, 2011).

Os indivíduos também devem ter a capacidade, disposição e motivação para agir com base no conhecimento adquirido usando as habilidades que possuem. Nesse caso, as intervenções dedicam-se a fornecer conhecimento somado a práticas de, por exemplo, ***role-playing*** e dinâmicas de grupo, visando ao desenvolvimento e à aquisição de habilidades para lidar com os problemas que buscam solucionar.

No campo da nutrição, alimentação e exercício físico, modificar as escolhas de estilo de vida pode ser útil para reduzir a obesidade juvenil. O Centro Nacional de Marketing Social (SMBC) sugere oito quesitos aos quais as intervenções necessitam estar atentas ao buscar reduzir a obesidade juvenil e aprimorar a qualidade da alimentação e do bem-estar físico dos jovens. Segundo estudos, deve-se utilizar pelo menos quatro dessas dimensões: orientação ao participante, foco no comportamento, segmentação etária dos participantes e mistura de métodos, possibilitam alcançar resultados positivos para redução do IMC, prevalência de excesso de peso e obesidade entre jovens. Intervenções que utilizaram ainda mais quesitos, independentemente de quais foram os escolhidos, foram ainda mais propensas a favorecer os jovens nos mesmos desfechos (ACEVES-MARTINS et al., 2016).

Intervenções que utilizam mídia eletrônica para criarem mudanças de comportamento nas juventudes tendem a ser eficazes. Mudanças estatisticamente significativas no comportamento de risco relacionado à asma e em comportamentos sexuais de risco foram verificadas quando esses programas eram entregues por mídias digitais e estavam associados à melhoria na autogestão ainda no início da juventude, uma vez que essa faixa etária parece ser mais receptiva que outras à adoção de comportamentos positivos em saúde e segurança (HIEFTJE et al., 2013).

"Tô preso num ciclo de alta produtividade e baixa autoestima, às vezes os dois no mesmo dia. No momento tô estável, mas confesso que não saber quando vamos sair dessa situação me desanima muito pra participar de projetos, estudar ou trabalhar."

Homem cis bissexual branco, 20 anos, católico, estudante do ensino superior (graduação), São Luís (MA)

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), **habilidades de vida são "as habilidades de comportamento adaptativo e positivo que permitem aos indivíduos lidar efetivamente com as exigências e desafios da vida diária"**. Um conjunto central de habilidades de vida incluiria: solução de problemas, tomada de decisões, estabelecimento de metas, pensamento crítico, habilidades de comunicação, assertividade, autoconsciência e habilidades para lidar com o estresse. As habilidades de vida diferem das habilidades instrumentais da vida diária, são as atividades necessárias para funcionar independentemente na comunidade e incluem habilidades como administração financeira, preparação de refeições ou navegação na comunidade (KINGSNORTH; HEALY; MACARTHUR, 2007).

O treino de habilidades de vida apresenta resultados promissores para jovens com deficiência e para redução do uso e abuso de álcool e de outras drogas entre jovens com problemas de saúde mental. No caso do uso e abuso de drogas, a prevenção foi mais bem-sucedida para as drogas ilícitas do que para as outras substâncias (por exemplo, maconha, álcool)[5] e o desenvolvimento de habilidades foi mais bem incorporado quando realizado ainda antes do início da juventude, por volta de 11 a 13 anos (SALVO et al., 2012). **Quanto aos jovens com deficiência**, as evidências mostram que o treino de situações cotidianas para solução de problemas por meio de ***role-playing*** (atuação de papéis simulando cenas do cotidiano) ou simulação, modelagem e mentoria tem bons resultados (KINGSNORTH; HEALY; MACARTHUR, 2007). Os temas que mostraram maior eficácia foram de habilidades de compra e contagem de dinheiro, cursos de autoproteção, autocuidado e autogestão, lazer e habilidades domésticas. Os melhores resultados foram vistos quando as intervenções ocorriam pelo menos duas vezes por semana e durante três ou quatro meses (ALWELL; COBB, 2006).

Programas de desenvolvimento de habilidades para grupos com deficiências específicas também têm resultados positivos. Para jovens com **deficiência visual** a abordagem de grupo é benéfica na promoção da identidade pessoal. Para jovens com **deficiência física na região craniofacial** houve melhoras na frequência da interação social positiva entre jovens. Além disso, os programas residenciais, que são ambientes para interação e aprendizado de habilidade de vida, ajudaram jovens com uma gama de **deficiências físicas** a alcançar seus objetivos pessoais relacionados à preparação para a vida na forma de tarefas de desenvolvimento adequadas à idade (KINGSNORTH; HEALY; MACARTHUR, 2007).

Com os avanços na área da saúde, **a expectativa de vida de pessoas com deficiência física vem se ampliando cada vez mais**. **Para que jovens com deficiência atinjam seu pleno potencial é preciso que eles aprendam várias habilidades críticas para a vida**. Oportunidades específicas de aprendizado são importantes, pois jovens com deficiências físicas podem ter oportunidades limitadas nas experiências de vida para adquirir essas habilidades (KINGSNORTH; HEALY; MACARTHUR, 2007).

As intervenções baseadas na escola podem não ser suficientes para reduzir o risco de HIV, infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), ou gravidez precoce. Intervenções baseadas na escola são um meio lógico e promissor de transmitir informações e habilidades necessárias aos jovens sobre educação sexual e habilidades para a vida; entretanto, a incerteza sobre o impacto dessas intervenções sobre desfechos biológicos sugere que não sejam utilizadas de forma isolada. Isso não significa que lhes deva ser dada baixa prioridade, mas enfatiza a necessidade de explorar formas de complementá-las com intervenções adicionais, tais como uso de linguagem amigável, customização das intervenções para abordar a cultura local e os costumes do território onde os jovens vivem e uso de ferramentas de redução da tolerância ao risco entre os jovens (MAVEDZENGE; DOYLE; ROSS, 2011).

No âmbito da saúde mental na infância e juventude, as intervenções eficazes foram as de prevenção seletiva (ROJAS et al., 2019). Isso sugere que, em geral, as intervenções que buscam promover saúde mental são mais eficazes se forem dirigidas a grupos de maior risco (ou seja, programas seletivos ou indicados), em vez de todas as pessoas (ou seja, programas universais). Outras pesquisas corroboram esse resultado sugerindo que as intervenções preventivas podem ser mais benéficas para amostras seletivas ou indicadas, em comparação com atendimento não focalizado (SANDLER et al., 2014), mas

5 Estudo realizado nos Estados Unidos, onde a maconha recreacional é legal em alguns estados.

Intervenções multicomponentes

Evidências apontam que as intervenções multicomponentes podem ser as mais efetivas na área da saúde. Estas envolvem combinar intervenções que abordem a redução de riscos individuais com intervenções destinadas a mudar as normas comunitárias relativas à sexualidade dos jovens (MAVEDZENGE; DOYLE; ROSS, 2011), por exemplo.

Programas que realizaram distribuição de camisinhas em nível nacional também confirmam essas evidências (CHARANIA et al., 2011). Uma razão possível para o aumento da eficácia da combinação de componentes de intervenção em vários níveis é que essas diferentes modalidades abordam diferentes fatores que impactam na vida dos jovens (por exemplo, conhecimento, habilidades, motivação e acesso), bem como as necessidades de prevenção dos indivíduos nas comunidades afetadas.

Evidências encontradas em outras áreas, como nutricionais, dietéticas e gravidez indesejada na adolescência também apontam para o mesmo caminho (BROWNE et al., 2004; HOOD et al., 2010).

Intervenções multicomponentes costumam produzir efeitos positivos, juntamente com intervenções que focam em mudanças comportamentais. Por outro lado, intervenções psicossociais variam o tamanho do seu efeito entre pequeno e médio e intervenções educativas costumam apresentar efeitos pequenos ou irrelevantes (KAHANA; DROTAR; FRAZIER, 2008).

Dessa forma, quando pensamos na saúde sexual de jovens, pode ser relevante investir em uma combinação de ofertas, disponíveis tanto em serviços de saúde quanto na rede educacional e nas comunidades, mas coordenadas em relação à mensagem que comunicam aos jovens.

tais resultados podem variar conforme o problema de saúde mental específico, como veremos no próximo parágrafo. Além disso, dentre as intervenções eficazes, a maioria foi entregue por pessoal não clínico (por exemplo, assistente social ou líder comunitário) (ROJAS et al., 2019).

Tanto para a ansiedade como para depressão, a literatura sugere que os programas de prevenção são bem-sucedidos. Especificamente para a ansiedade, os programas universais parecem funcionar tão bem quanto as abordagens seletivas. Já para a depressão, os programas universais e indicados são associados com maior porcentagem de resultados bem-sucedidos do que os programas seletivos. A intervenção mais comum tanto para a ansiedade quanto para a depressão é a terapia cognitivo-comportamental, estando associada a resultados confiáveis e positivos. Há evidência fraca sobre a efetividade de programas de exercícios físicos na prevenção da depressão e a evidência para a ansiedade foi mista (CHRISTENSEN et al., 2010). Optar por uma abordagem mista de modalidades interventivas também pode ser bastante efetivo (ABUWALLA et al., 2018).

Entrega de programas liderado por pares: juventude indígena

As evidências indicam que **intervenções lideradas por pares entre jovens indígenas podem ser bastante benéficas para estimular mudanças de comportamento, conhecimento e atitudes** associadas a diferentes questões de saúde pública entre esses jovens (VUJCICH et al., 2018).

As evidências de mudanças no comportamento incluíram o aumento de testes de ISTs, aumento do uso de serviços de saúde e diminuição do uso de álcool e/ou outras drogas.

Os efeitos sobre o conhecimento incluíram maior conscientização sobre questões de saúde sexual, melhor conhecimento sobre estilo de vida saudável, melhor compreensão dos perigos do abuso e/ou dependência de drogas, e melhor compreensão sobre questões de saúde mental e como apoiar alguém que está se sentindo deprimido.

As mudanças de atitude incluíram melhor autoconfiança, autoestima e/ou autopercepção, maior intenção de reduzir/abster-se do uso de drogas e maior intenção de usar preservativos.

2. Intervenções terapêuticas para promoção da saúde

Intervenções promotoras de saúde são eficazes para prevenir e reduzir danos decorrentes de adoecimentos de ordem psíquica como depressão, ansiedade, trauma, transtorno obsessivo compulsivo e na melhora do bem-estar e saúde mental de forma geral. Essas intervenções podem ser embasadas em diversas teorias, métodos e formatos, tais como a terapia cognitivo-comportamental, psicoeducação, ***mindfulness***, meditação, entrevista motivacional, atividade física, relaxamento, resolução de problemas, entre outros (ABUWALLA et al., 2018).

Pessoas com problemas relacionados à ansiedade, transtorno de déficit de atenção/hiperatividade, depressão, problemas de conduta, problemas de uso de substâncias, síndromes relacionadas com trauma e outros problemas clínicos podem responder positivamente a intervenções terapêuticas de ordem psicossocial (HUEY; POLO, 2008). Para o tratamento de ansiedade e depressão em jovens, essas intervenções são as mais eficazes, especificamente as que trabalham com abordagens cognitivo-comportamentais, entrevistas motivacionais e psicoterapia ou aconselhamento (ERFORD et al., 2011; HUEY; POLO, 2008). Essas intervenções existem como uma importante abordagem no tratamento da depressão, chegando a ser considerada tão eficaz quanto o uso de medicamentos antidepressivos. Uma abordagem combinada de aconselhamento ou psicoterapia aliada a medicamentos pode ser uma opção para um resultado mais eficaz a curto prazo (ERFORD et al., 2011).

Os efeitos positivos das intervenções terapêuticas também abrangem jovens com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e Transtorno de Estresse Pós-traumático (TEPT). A psicoterapia cognitivo-comportamental, por exemplo, é eficaz no tratamento de jovens com **TDAH**, especialmente quando combinada com a medicação adequada. A terapia cognitivo-comportamental focada no trauma também tem resultados positivos para o tratamento de jovens expostos ao **trauma**, em especial jovens de minorias étnicas, sendo também efetiva para redução de sintomas de **TEPT** em jovens vítimas de **abuso sexual** (HUEY; POLO, 2008).

Um estudo norte-americano sugere que **a terapia multissistêmica é uma abordagem eficaz para jovens "afro-americanos" com ideações suicidas**, com resultados de recuperação mais rápida e redução de tentativas de suicídio melhor que a hospitalização. Essa modalidade de intervenção também tem indicativo de ser efetiva na redução dos **sintomas de externalização, sintomas de internalização e atividade criminosa leve** entre jovens multirraciais que acessam serviços de saúde mental intensiva (HUEY; POLO, 2008).

Intervenções de autogestão com base cognitivo-comportamental também são eficazes para a melhora no controle de sintomas e doenças em jovens com condições crônicas de saúde, como asma, por exemplo. Uma maior conscientização acerca das doenças e uma maior autogestão podem prevenir ou diminuir a exacerbação das doenças e os efeitos adversos à saúde associados (STINSON et al., 2009).

"Já fiz terapia, tive que parar tanto por questões logísticas (dinheiro, local, tempo) quanto por questões pessoais de confiar no profissional que me atende. Gostaria de voltar para a terapia porque costumo guardar muita coisa e às vezes me sinto sobrecarregada."

Mulher cis hétero parda, 25 anos, ateia, estudante do ensino superior (pós-graduação), Belém (PA)

A terapia cognitivo-comportamental para insônia (CBT-I) é uma intervenção promissora para os jovens com problemas do sono (WERNER-SEIDLER; JOHNSTON; CHRISTENSEN, 2018). A perturbação do sono é comum entre os jovens, podendo ter consequências para o desenvolvimento escolar, emocional e comportamental. A CBT-I melhora a eficiência do sono, a qualidade, a latência e o tempo total de sono e pode ser conduzida digitalmente. Intervenções de ordem cognitivo-comportamental e aquelas associadas ao apoio entre pares também são tão efetivas quanto ou até mais que os tratamentos padrão na redução de sintomas de **distúrbios alimentares** e sintomas depressivos (ABUWALLA et al., 2018).

A entrevista motivacional, que é uma forma de aconselhamento, costuma ser eficaz para administrar condições de saúde associadas a questões comportamentais (MBUAGBAW; YE; THABANE, 2012). Jovens com **HIV** se beneficiam dessa abordagem em relação à adesão ao tratamento, uma vez que é eficaz para evitar/reduzir comportamentos de risco.

Intervenções que visam reduzir o número de tentativas de suicídio e de automutilação possuem evidências mistas. A curto prazo, os grupos que recebem intervenções baseadas em teoria cognitivo-comportamental ou participaram de sessões de terapia familiar apresentam um pouco menos de probabilidade de passar por esses eventos se comparado com participantes que não receberam a intervenção. Entretanto, quando os estudos avaliaram o resultado a médio e longo prazo, os participantes da intervenção tinham um pouco mais de probabilidade de ter eventos suicidas (quando há uma tentativa) e de automutilação do que os que não participaram. **Quanto à ideação suicida (quando há um pensamento ou planejamento sobre cometer um ato, mas não a ação) os resultados são um pouco mais promissores, uma vez que os efeitos positivos da intervenção tendem a permanecer ao longo do tempo** (CORCORAN et al., 2011).

Essas descobertas contraditórias não são facilmente explicadas. Do ponto de vista mais benigno, parece que as intervenções são apenas ligeiramente eficazes para ajudar os adolescentes com ideação suicida a se sentirem melhores, mas também podem aumentar as lesões e os eventos suicidas a longo prazo. Nesse sentido, **os programas podem precisar fornecer sessões de "reforço" para que a intervenção mantenha seus efeitos ao longo do tempo**.

Intervenções culturalmente sensíveis

As intervenções culturalmente sensíveis são definidas como intervenções nas quais a cultura de um grupo-alvo (valores, normas, crenças, práticas) é incorporada ao desenvolvimento, implementação e avaliação de uma intervenção (RESNICOW et al., 2000).

A construção de intervenções que repercutem no sistema de crenças de uma determinada cultura pode melhorar vários resultados por meio de múltiplos mecanismos. Os resultados que podem, teoricamente, ser melhorados incluem a iniciação do tratamento, aderência, retenção, motivação e eficácia. A aderência e a retenção podem ser melhoradas enquanto os jovens recebem o apoio de membros da comunidade que veem a intervenção como um apoio às crenças e valores de sua cultura. Motivação e eficácia podem ser reforçadas à medida que os pontos fortes culturalmente relevantes, por exemplo a espiritualidade, são operacionalizados para resolver problemas (HODGE; JACKSON; VAUGHN, 2010).

Os resultados de uma revisão estadunidense sugerem que **essa modalidade de intervenção parece reduzir os comportamentos de alto risco entre a juventude "afro-americana"** (JACKSON; HODGE; VAUGHN, 2010). Contudo, ainda não há indícios de que seja mais eficaz que os tratamentos padrão. Apesar disso, o desenvolvimento contínuo, a implementação e o teste das intervenções culturalmente sensíveis são apoiados como um caminho central para melhorar o bem-estar de jovens pertencentes a minorias culturais (HODGE; JACKSON; VAUGHN, 2010).

3. Intervenções legislativas e medidas jurídicas

O artigo 3º da Convenção-Quadro da OMS para o Controle do Tabaco apresenta o objetivo do primeiro tratado internacional de saúde pública, que é: proteger as gerações presentes e futuras das devastadoras consequências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco, proporcionando uma referência para as medidas de controle do tabaco, a serem implementadas pelas partes nos níveis nacional, regional e internacional, a fim de reduzir de maneira contínua e substancial a prevalência do consumo e a exposição à fumaça do tabaco (CORREIA; TEIXEIRA, 2017).

Uma importante medida do tratado está em seu artigo 6º, que aborda questões de preços e impostos sobre produtos de tabaco como medida de redução do consumo. O aumento dos impostos sobre o tabaco, repassados aos consumidores sob a forma de preços mais altos do cigarro, proporciona um desestímulo econômico para aqueles que fumam ou podem estar pensando em fumar. **Segundo as evidências encontradas, o aumento dos preços do cigarro por meio da tributação do tabaco funciona positivamente como uma estratégia para alcançar grandes reduções no fumo entre algumas, mas não todas, as populações de alto risco** (BADER; BOISCLAIR; FERRENCE, 2011).

Apesar de esta ser uma ferramenta política eficaz para reduzir a participação e o consumo do cigarro entre jovens, adultos jovens e pessoas de baixo *status* socioeconômico**, existem grandes lacunas sobre o impacto do preço em pessoas diagnosticadas com transtornos de saúde mental ou de abuso de substâncias não nicotinas, fumantes pesados e/ou de longa duração e pessoas aborígines** (BADER; BOISCLAIR; FERRENCE, 2011).

4. Intervenções em sistemas de saúde complexos

Os serviços e estabelecimentos de saúde disponíveis raramente são preparados especificamente para o atendimento de pessoas jovens. Por vezes, esses serviços possuem restrições quanto à localização e acesso, falta de privacidade/confidencialidade, equipe despreparada ou pouco receptiva. **A entrega de serviços fora de instalações de saúde tradicionais, em lugares como ruas, parques e centros comunitários, pode ser uma alternativa mais "amigável" à população jovem**.

Muitos jovens, particularmente aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade, não podem ou não irão procurar serviços de saúde tradicionais baseados em instalações. Políticas e programas estão sendo implementados para fornecer esses serviços de saúde na comunidade a populações com maior risco de contrair o HIV e com problemas relacionados à saúde reprodutiva, por exemplo. Comportamentos de risco como a atividade sexual desprotegida e o uso de drogas injetáveis podem ter um impacto profundo na saúde e o impacto pode se estender além do período da adolescência até a idade adulta. As evidências mostram que há receptividade positiva da oferta de serviços de saúde (relacionados à saúde reprodutiva e HIV) por meio de abordagens fora das instalações tradicionais de saúde (DENNO; CHANDRA-MOULI; OSMAN, 2012).

Para prevenção de HIV/AIDS entre jovens, despontam como efetivas as intervenções multicomponentes, que mesclam diferentes níveis da vida dos sujeitos, tais como: individual, familiar, social (trabalho, igreja, vizinhos), cultural e político, e por isso buscam diferentes estratégias de entrega da intervenção. Intervenções entregues em ambientes de saúde que treinam profissionais do serviço e que promovem ações que tornam o ambiente mais amigável às juventudes em conjunto com atividades na comunidade e com envolvimento de outros setores para referenciar os jovens para os serviços públicos foram apontadas como efetivas para serem implementadas em larga escala, porém devendo ser monitoradas e avaliadas de acordo com cada contexto. Além disso, intervenções baseadas na comunidade que têm como alvo jovens e que criam o seu próprio sistema de entrega da intervenção e aquelas que têm como alvo a comunidade como um todo, usando as redes para entrega da intervenção, também foram consideradas promissoras (MAVEDZENGE; DOYLE; ROSS, 2011)

Para a população jovem, as abordagens de base comunitária podem ser uma estratégia eficaz, e às vezes a única disponível, para prestar serviços de Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) ao HIV e saúde reprodutiva (incluindo testes de IST, HIV ou gravidez) e outros produtos (preservativos, contraceptivos ou contracepção de emergência; agulhas e seringas limpas ou trocas). Essa abordagem favorece principalmente jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica, quer estejam desempregados e fora da escola, sem habitação, encarcerados ou vulnerabilizados de outras formas (DENNO; CHANDRA-MOULI; OSMAN, 2012).

Saúde sexual e reprodutiva

“A gente vive a sexualidade experimentando e se descobrindo. A gente percebe mudanças por meio da reflexão e do autoconhecimento, mas com auxílio de alguém ou da internet, facilita muito.”

Homem cis gay, 19 anos, espírita, estudante do ensino superior (graduação), Bagé (RS)

“Hoje em dia muitos jovens têm liberdade pra falar sobre sua sexualidade e agir do modo que querem, geralmente com pessoas de confiança. Fico feliz com a maior liberdade dos jovens, e na minha opinião isso precisa ser cada vez mais naturalizado.”

Homem cis bissexual branco, 20 anos, católico, estudante do ensino superior (graduação), São Luís (MA)

A sexualidade é uma dimensão fundamental de todas as etapas da vida, envolvendo práticas e desejos relacionados à satisfação, à afetividade, ao prazer, aos sentimentos, ao exercício da liberdade e à saúde. Ela é uma construção histórica, cultural e social, e se transforma conforme mudam as relações sociais (BRASIL, 2018). No entanto, em nossa sociedade, a sexualidade foi e ainda é histórica e culturalmente limitada em suas possibilidades de vivência em função de tabus, mitos, preconceitos, interdições e relações de poder (BRASIL, 2007).

Para os jovens, essa dimensão se traduz em um campo de descobertas, experimentações e vivência da liberdade, como também de construção de capacidade para a tomada de decisões, de escolha, de responsabilidades e de afirmação de identidades, tanto pessoais quanto políticas (BRASIL, 2007). A forma como as juventudes expressam e vivem suas sexualidades é modulada por diversos fatores, tais como: a qualidade emocional e afetiva das relações que tiveram com as pessoas significativas durante a infância e na sua vivência atual; as relações com seus grupos de pares; as mudanças no âmbito físico, psicológico, cognitivo e social, trazidas pelo crescimento e desenvolvimento; os valores, crenças, normas morais e tradições da família e da sociedade (BRASIL, 2018). Encarar a sexualidade e a reprodução de maneira positiva e como dimensão de saúde potencializa a autoestima e fortalece os jovens enquanto sujeitos de direitos.

Jovens têm o direito de acessar informação e educação acerca desse assunto, além de acessar os serviços e ações de saúde que os ajudem a lidar de forma positiva e responsável com a sexualidade, incentivando-os a adotar comportamentos de prevenção e autocuidado (BRASIL, 2013a). Segundo uma pesquisa (PCAP) realizada pelo Ministério da Saúde em 2013, o início da atividade sexual na vida dos jovens brasileiros ocorreu, em média, aos 15,3 anos e aproximadamente 36% dos jovens tiveram a primeira relação antes dos 15 anos. Além disso, 53% dos jovens declararam ter feito o uso de preservativo na primeira relação sexual e quase 40% relataram fazer uso regular em todas as relações, independentemente da parceria, seja fixa ou eventual. 95% dos jovens mencionaram a camisinha como forma de prevenção contra infecção por HIV.

Os dados disponíveis sobre prevalência de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) entre a população adolescente e jovem ainda são insuficientes, porém é possível presumir que o início da vida sexual mais cedo e o baixo índice de utilização de preservativos apontam para a vulnerabilidade de adolescentes e jovens a essas infecções (BRASIL, 2013a).

A **Profilaxia Pré-Exposição (PrEP)**[6] é um método de prevenção da infecção pelo vírus do HIV por meio da ingestão diária de um comprimido que impede a infecção caso a pessoa tenha contato com o vírus. Não são todas as pessoas que podem fazer o uso

6 Profilaxia Pré-Exposição (PrEP): <http://www.aids.gov.br/pt-br/publico-geral/prevencao-combinada/profilaxia-pre-exposicao-prep>.

da PrEP, apenas as populações que são consideradas como tendo maior chance de entrar em contato com o vírus, são elas: homens homossexuais, outros homens que fazem sexo com homens (HSH), pessoas trans e trabalhadores(as) do sexo. Ou então pessoas que: frequentemente deixam de usar camisinha em suas relações sexuais (anais ou vaginais); têm relações sexuais, sem camisinha, com alguém que seja HIV positivo e que não esteja em tratamento; faz uso repetido de PEP (Profilaxia Pós-Exposição ao HIV); apresenta episódios frequentes de Infecções Sexualmente Transmissíveis. Procurando um serviço de saúde é possível informar-se sobre a indicação ou não de uso de PrEP.

Uma iniciativa que merece destaque é o Projeto PrEP 15-19,[7] um estudo multicêntrico realizado pela UFMG, UFBA e USP. O projeto avalia o uso da PrEP entre jovens de 15 a 19 anos que se identificam como gays, mulheres trans e travestis. Em 2019, o projeto lançou uma robô trans virtual, batizada de Amanda Selfie, para facilitar a interação com as pessoas participantes da pesquisa e ampliar o alcance das comunidades LGBTQIA+ às informações sobre sexualidade e prevenção à infecção por IST/Aids. Amanda Selfie se tornou um forte elo para tirar as dúvidas sobre sexo e sexualidade daqueles jovens que não se sentem à vontade para falar sobre o assunto com outras pessoas, usando uma linguagem acessível e livre de preconceitos.

Por fim, vale ressaltar que **muitos dos avanços legais, políticos e conceituais no campo dos direitos sexuais e reprodutivos são fruto da atuação intensa dos movimentos sociais, em especial dos movimentos das juventudes e feministas** (BRASIL, 2007). Nesse ponto, vale ressaltar algumas organizações com ampla atuação e relevância no cenário nacional, como a Rede Nacional Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos (Rede Feminista de Saúde);[8] a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra);[9] e a Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas (Renfa).[10]

Na minha bolha, [...] a gente experimenta, se desrotula e se permite descobrir coisas novas desse mundo. Essa mudança me afeta de um jeito muito positivo. É muito bom poder viver sem carregar o peso de ter que se definir para a sociedade."

Mulher cis bissexual amarela, 22 anos, tem crenças e fé não ligadas diretamente a uma religião, estudante do ensino superior (graduação), São Paulo (SP)

7 "PrEP 15-19 completa um ano e fortalece atuação no meio digital durante pandemia": <https://www.medicina.ufmg.br/projeto-prep-15-19-completa-1-ano-e-fortalece-atuacao-no-meio-digital-durante-a-pandemia/>.

8 Rede Feminista de Saúde: <https://redesaude.org.br/institucional/>.

<https://antrabrasil.org/>.

<https://www.facebook.com/renfantiproibicionista>.



COM A PALAVRA

Rachel Daniel

Justiça reprodutiva

Mais do que falar sobre os direitos sexuais e reprodutivos, precisamos nos atentar ao conceito e formulação sobre justiça reprodutiva, já que esse referencial amplia o olhar para as questões de justiça social como elemento fundamental na garantia de direitos e consequentemente sobre direitos sexuais e reprodutivos. Não apenas para as mulheres, mas também de toda a comunidade LGBTQIA+ que, num processo de exclusão e desinformação, tem sido apagadas dessas discussões. Inclusive, é importante reafirmar no presente texto que gênero não é ideologia. Gênero é um instrumental de análise das relações humanas e sociais, chave de leitura para essas relações, ou seja, só seremos assertivos na análise se entendermos gênero para além da perspectiva ideológica e/ou identitária.

A partir desses referenciais podemos afirmar que a interseccionalidade dos direitos das juventudes, justiça climática e justiça reprodutiva é de extrema importância para que o tema seja discutido de forma integral e, para que, possamos entender as questões que atravessam as juventudes de forma precisa – além de nos aproximar de suas vivências e os afastar de criminalização e culpabilização. Isso porque mulheres e pessoas com vulva não-cis, são afetadas de forma diferente dos homens cisgênero pelas alterações climáticas e ambientais, o fudamento de todas as questões sociais – segurança alimentar, racismo, territoriedade, saúde, classe. A persistência dos papéis tradicionais de género e as desigualdades que deles resultam em responsabilidades acrescidas na família, ingresso no mercado de trabalho, desenvolvimento das competências socioemocionais e intelectuais, na possibilidade de desenvolvimento de projeto de vida e geram, também, vulnerabilidades distintas para pessoas com vulva e para homens cisgêneros face aos efeitos das alterações climática.

A justiça climática preconiza mudanças estruturais globais, como também a transição energética e uma aposta nas alternativas com base na economia ecológica e feminista, com foco no uso racional e sustentável dos recursos naturais que não apropriam nem do corpo das pessoas com vulva e nem da terra e dos mares. É nesse sentido que as juventudes são afetadas e podem atuar diretamente e ativamente na garantia de seus direitos na integralidade e assim criar novos e possíveis futuros para as próximas gerações.

Tanto as intervenções preventivas quanto as terapêuticas citadas anteriormente têm formatos de entrega variados. **Podendo ser entregues dentro de serviços de saúde, mas também em ambientes escolares, domésticos e via digital**. Intervenções baseadas na internet são tratamentos baseados em intervenções efetivas face a face que são operacionalizadas e transformadas para entrega pela internet com o objetivo de melhorar os sintomas que se quer cuidar (STINSON et al., 2009). O estigma associado à busca de ajuda cara a cara pode contornado devido ao anonimato oferecido pelo recebimento de intervenções digitais, contudo a entrega de intervenções nessa modalidade costuma ter sucesso variado (CHRISTENSEN et al., 2010; WERNER-SEIDLER; JOHNSTON; CHRISTENSEN, 2018). Os estudos apontam como vantagem o fato de serem mais acessíveis em termos geográficos e financeiros quando comparadas ao tratamento presencial, mas vale ressaltar que a maioria desses estudos é conduzida em países desenvolvidos e com melhores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) (WERNER-SEIDLER; JOHNSTON; CHRISTENSEN, 2018).

Intervenções em saúde por telefonia móvel também aparecem como uma alternativa efetiva para uma melhora nos resultados de saúde de jovens. Os comportamentos e resultados em saúde das juventudes são multideterminados e influenciados por uma combinação de fatores dentro dos domínios individual, familiar, comunitário e do sistema de saúde. A familiaridade dos jovens com o uso do telefone celular e sua disposição em fazer esse uso para fins de saúde são um diferencial que reforça o potencial desse tipo de intervenção para promover mudanças nos comportamentos de saúde desses jovens. Importante ressaltar que é vantajoso incluir o envolvimento de cuidadores nas intervenções em saúde via telefonia móvel; esse é um componente essencial na gestão de doenças crônicas na juventude (FEDELE et al., 2017). Contudo, para o perfil mais vulnerável de jovens, seja aqueles que estão desfavorecidos socioeconomicamente ou aqueles que estão isolados geograficamente, é preciso pensar em alternativas.

Componente familiar

Intervenções raramente são compostas por uma única estratégia. **Contar com mais de um componente e incluir a dimensão familiar pode ser muito interessante e efetivo, especialmente quando o trabalho é feito com jovens**. Abordagens promissoras incorporam estratégias para alterar o ambiente doméstico como parte de uma intervenção escolar ou comunitária, o que influencia vários domínios de comportamentos de saúde juvenil simultaneamente. Outras abordagens promissoras chegam aos pais por meio de mercearias e veículos de mídia para melhorar os comportamentos de saúde dos jovens (KITZMAN-ULRICH et al., 2010).

A incorporação do sistema familiar em programas tem se mostrado uma estratégia efetiva para promover mudanças comportamentais sustentadas, porque influenciam no ambiente familiar da criança, a exemplo dos programas de perda de peso. Programas de emagrecimento e/ou combate à obesidade que integram componentes familiares em suas intervenções têm efeito positivo para perda de peso, apresentando melhorias nas variáveis relacionadas à atividade física e à dieta. Intervenções que incorporam o treinamento dos pais em estratégias de gerenciamento de jovens nesses programas de perda de peso costumam ter efeitos melhores quando comparadas às que não o fazem (KITZMAN-ULRICH et al., 2010).

A terapia familiar multidimensional, por exemplo, é mais uma modalidade de tratamento de base familiar que visa efetivar mudanças em diversos sistemas (família, escola, trabalho, colegas). Esses sistemas que compõem a realidade de jovens podem ser fatores que contribuem para o uso de drogas, e esse tipo de intervenção pode auxiliar nessa dimensão de saúde. No nível familiar, os terapeutas trabalham para mudar os padrões negativos de interação, e essa intervenção traz resultados mais rápidos de redução do uso de drogas do que intervenções cognitivo-comportamentais grupais. Essa modalidade de intervenção é eficaz para jovens de minorias étnicas que fazem uso abusivo de drogas, inclusive com indicativo de ser mais efetiva que intervenções grupais com base cognitiva-comportamental (HUEY; POLO, 2008).

Características que podem aumentar a efetividade de intervenções em saúde

Algumas características dos programas merecem destaque, pois parecem ser relevantes para o sucesso deles. O tempo de duração, o número de sessões, o momento do ciclo da vida no qual a intervenção ocorre e o tipo de intervenção são alguns desses fatores.

Os programas que são realizados com maior duração (alguns meses, por vezes anos) tendem a ser mais eficazes que os programas mais breves. Além da duração do programa, **o número de sessões aplicadas também tem influência sobre o resultado**. Programas que tiveram mais sessões e contaram com sessões de reforço (após a finalização da intervenção, em fase de acompanhamento) foram comparativamente mais efetivos que os programas que tiveram poucas sessões.

Outro fato apontado por diversos estudos é com relação à faixa etária das intervenções. Encontramos muitos estudos que analisaram intervenções com adolescentes e jovens, mas também com crianças pequenas e em idade escolar, e é possível constatar que para diversos desfechos **quanto mais cedo a intervenção for realizada melhores os resultados**.

Por fim, intervenções que combinam em sua implementação mais de um fator, como **as intervenções multicomponentes** e que visam impactar mais de uma dimensão da vida dos jovens (individual, família, trabalho, escola), **costumam ser mais eficazes**. Elas são consideradas mais promissoras se comparadas com intervenções que focam em apenas um desses componentes.

Lacunas de conhecimento sobre o tema
Poucos dos estudos de efetividade de programas de prevenção e promoção da saúde foram produzidos em países que compartilham semelhanças com a realidade socioeconômica brasileira, indicando a importância de investirmos na produção científica nacional. Além disso, a produção de conhecimento sobre meio ambiente é bastante restrita no seu diálogo com as juventudes.

Algumas lacunas relevantes precisam ser consideradas para adaptar essas intervenções para o nosso contexto:

- estudos com recorte racial e outros grupos vulnerabilizados, especialmente com jovens ribeirinhos e indígenas (SUSSMAN, 2002);
- estudos sobre desenvolvimento de intervenções que abordem determinantes mais amplos de saúde, tais como moradia, oportunidades de emprego, redes comunitárias, ***bullying*** e violência doméstica (HARDEN et al., 2009);
- estudos de impacto de intervenções baseadas na escola para prevenção do HIV, infecções sexualmente transmissíveis e gravidez precoce (MAVEDZENGE; DOYLE; ROSS, 2011);
- estudos que abordem facetas do contexto além do impacto das intervenções (MAVEDZENGE; DOYLE; ROSS, 2011);
- estudos de prevenção que foquem em todas as fases de desenvolvimento da juventude (ROJAS et al., 2019);
- produção de revisões sistemáticas sobre intervenções que priorizem a prevenção da saúde mental e não o tratamento (ROJAS et al., 2019);
- estudos de impacto das intervenções baseadas em mídias eletrônicas (HIEFTJE et al., 2013).

Vamos botar a mão na massa?

Jovens

- Participar em conselhos locais e municipais de saúde e meio ambiente.
- Compor grupos de apoio entre pares e realizar ações informativas sobre saúde e meio ambiente em suas comunidades.
- Compartilhar conteúdos verificados pela Organização Mundial de Saúde.
- Adotar escolhas sustentáveis em relação ao meio ambiente, sempre que possível.
- Promover ações comunitárias de cuidado com o meio ambiente, inspirando e engajando a comunidade (por exemplo, plantio de árvores, ações de separação e reciclagem de lixo, etc).
- Buscar contribuir na ampliação do acesso de todas as juventudes às iniciativas e programas de saúde e meio ambiente, especialmente as que são sistematicamente excluídas e invisibilizadas socialmente, como jovens em cumprimento de medida socioeducativa e em situação de privação de liberdade, por exemplo.
- Ao compartilhar informações sobre o assunto nas redes sociais procurar certificar-se de que são informações verificadas.

Pesquisadores

- Produzir conhecimento atento às lacunas identificadas e em diálogo com as demandas de jovens e gestores locais.
- Priorizar pesquisas que pensem fatores de proteção à saúde e no conceito de saúde planetária.
- Facilitar a disseminação de informações locais e a tradução do conhecimento internacional sobre questões ambientais e o uso de tecnologias ambientalmente corretas.
- Promover debates acessíveis sobre o que são determinantes sociais, econômicos e ambientais em saúde para auxiliar na construção de um maior senso de responsabilidade.
- Realizar estudos que quantifiquem e analisem os e as jovens dependentes de álcool e outras drogas, a fim de identificar as instituições de acolhimento e tratamento e as condições em que se encontram.
- Promover pontes de saber entre universidade e sociedade civil, engajando jovens que não estão na universidade a participar das propostas desenvolvidas ali.
- Realizar estudos acerca do impacto para os cofres públicos quando não há políticas públicas específicas para as juventudes.
- Entender as demandas das juventudes rurais com relação à proteção ambiental e apoiar na produção de conhecimento com base nestas necessidades.
- Realizar estudos de monitoramento de políticas públicas ambientais, em especial considerando seus impactos sobre populações específicas, como mulheres, pessoas negras, etc.
- Fortalecer linhas de pesquisa sobre a atuação governamental em relação à pesca criminosa.
- Ampliar o diálogo com a imprensa a fim de influenciar a agenda pública.
- Articular-se com a sociedade civil para fazer a tradução de conhecimento para diversas linguagens.
- Relacionar ação sustentável e projetos locais com o desenvolvimento científico.
- Promover a intersecção dos temas de pesquisa com questões relacionadas à classe, raça e gênero, entre outros.
- Promover a ciência cidadã com a inclusão da população jovem nos debates socioambientais.
- Criar plataformas de produção de conteúdo de jovens para jovens.

Tomadores de decisão	● Adotar a sustentabilidade verde como valor da administração pública. ● Garantir a segurança alimentar nas escolas e universidades. ● Articular a rede de saúde entre os diferentes serviços e com equipamentos intersetoriais para garantir que a saúde dos jovens seja pensada de forma ampliada. ● Promover acesso facilitado a métodos contraceptivos e informações de saúde sexual e reprodutiva. ● Integrar a educação ambiental no currículo escolar. ● Transversalizar a Política Nacional de Saúde Mental com a Política Nacional de Juventude. ● Garantir o debate e construção sobre os temas saúde e meio ambiente na 4ª Conferência Nacional de Juventude. ● Financiar projetos que apoiem a participação das juventudes nas discussões sobre saúde e meio ambiente. ● Garantir a representatividade jovem em espaços de tomada de decisão acerca da temática. ● Desenvolver cartilhas de referência sobre a temática que possam ser replicadas por organizações que atuam com as juventudes. ● Integrar jovens e representantes de conselhos de juventude em conselhos de saúde e meio ambiente. ● Criar comitês de jovens para ouvir e apoiar as ações comunitárias protagonizadas pelas juventudes. ● Incluir métricas e indicadores de saúde e meio ambiente relacionados especificamente às juventudes.

Trabalhadores de serviços/ Setor privado/ Sociedade civil	● Adotar a sustentabilidade verde como valor das organizações. ● Utilizar a ferramenta Projeto Terapêutico Singular (PTS) como organizador dos cuidados. ● Criar uma atmosfera "amigável" nos serviços de saúde para os jovens se sentirem mais à vontade ao acessar. ● Promover educação permanente/continuada sobre diferentes aspectos da saúde de jovens. ● Realizar atividades de responsabilidade social e ambiental em parceria com jovens e organizações juvenis, podendo contar com o apoio do estado. ● Promover atividades/projetos educativos lúdicos e inclusivos que aproximem as juventudes da pauta do meio ambiente, trazendo o debate para a realidade cotidiana que vivem. ● Promover discussões sobre Educação Integral em Sexualidade com as juventudes. ● Realizar rodas de debate nas escolas sobre temas como desmatamento, crise hídrica, saneamento, transporte sustentável e demais temáticas ambientais urgentes. ● Fortalecer a atuação do setor privado e sociedade civil no Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente. ● Fortalecer a pauta de saúde e meio ambiente nas escolas, através do desenvolvimento de material didático atualizado, acompanhando as tendências do momento. ● Criar hortas comunitárias. ● Educação permanente para profissionais da saúde. ● Criar incentivos para funcionários que adotem e promovam comportamentos saudáveis e de proteção ambiental. ● Criar programas que apoiem as juventudes no desenvolvimento de ações inovadoras, que possam transformar o trabalho em sua relação com a saúde e o meio ambiente. ● Fazer uso da educomunicação no desenvolvimento de projetos para trabalhar os ODSs. ● Desenvolver uma plataforma de boas práticas em saúde e meio ambiente. ● Selecionar, mobilizar e formar jovens para que sejam porta-vozes de campanhas nacionais. ● Criar um fundo de apoio para que organizações de base possam disponibilizar recursos para a realização de ações e projetos voltados para as temáticas de saúde e meio ambiente. ● Contratar pessoas jovens para cargos relevantes e que tenham autonomia para atuação a fim de contribuir para assuntos relacionados à saúde e meio ambiente. ● Promover ações relacionadas à NDC (Contribuição Nacionalmente Determinada) brasileira junto às juventudes. ● Investir em projetos que apoiem organizações de base, a partir do desenvolvimento de capacitações estratégicas.

Juventudes, saúde e meio ambiente: reflexões sobre equidade e implementação

Uma das ferramentas desenvolvidas para considerar diferentes dimensões de equidade no desenho e implementação de intervenções sociais é o ***framework*** PROGRESS (O'NEILL et al., 2014). Esse acrônimo é traduzido da seguinte forma:

P	Local de residência
R	Raça/etnia/cultura/linguagem
O	Ocupação e trabalho
G	Gênero
R	Religião
E	Educação
SS	Status socioeconômico e capital social

Além dessas dimensões, podem ser agregadas reflexões sobre outras características pessoais que podem ser alvo de preconceito ou estigma (por exemplo, faixa etária, orientação sexual, pessoas com deficiências) e características da rede familiar e de apoio.

A seguir, são exploradas as implicações de cada uma dessas dimensões nas intervenções relacionadas à saúde. Em termos de equidade, é importante atentar para questões de acesso aos serviços de saúde, especialmente daqueles mais vulneráveis e isolados geograficamente; inclusão de diferentes atores para entrega dos programas, como líderes comunitários e professores, e não apenas profissionais de saúde; e características de grupos jovens com maior probabilidade de desenvolver algumas doenças.

Local de residência (P)

O local de residência pode dificultar o acesso à saúde por ter menos unidades de saúde na região ou por serem regiões rurais com grande distância entre núcleos familiares e serviços. Para saúde mental, há considerável falta de acesso a profissionais e recursos, principalmente em áreas rurais. Algumas barreiras para o cuidado em saúde mental nessas áreas são a escassez de profissionais e o estigma da doença mental (ABUWALLA et al., 2018).

Também para programas de HIV e reprodução sexual há dificuldade no acesso dos jovens nas Unidades Básicas de Saúde. Para esses serviços, normalmente os jovens enfrentam barreiras como custo, falta de privacidade e confidencialidade, restrições físicas e logísticas ou problemas em encontrar uma equipe não receptiva para jovens. Para esses problemas, uma intervenção que tem se tornado cada vez mais frequente é a de fazer instalações "amigáveis para jovens". Mas, para os jovens com dificuldade de acesso físico às unidades, os desafios se agigantam. As clínicas móveis são uma opção nesse caso. Um estudo recente descobriu que os jovens de 16 a 32 anos se testavam de 3 a 10 vezes mais para HIV e utilizavam mais os serviços de aconselhamento em instalações móveis do que fixas em três países em desenvolvimento. Abordagens mais bem-sucedidas incluíram: triagem de ISTs por correio, distribuição de preservativos na rua (em países desenvolvidos), aconselhamento e testagem de HIV (em países em desenvolvimento, especialmente em zonas rurais) e políticas que permitam um programa de promoção do acesso à anticoncepção de emergência (DENNO; CHANDRA-MOULI; OSMAN, 2012).

As barragens, que ainda são apresentadas como fonte de energia limpa, na verdade têm impactos nocivos diretos e indiretos para o meio ambiente e para as pessoas.[11] Elas alteram ecossistemas, reduzem a biodiversidade e podem até mesmo causar extinção de algumas espécies, contribuem para mudanças climáticas e prejudicam a qualidade da água. Além disso, o rompimento de barragens pode desencadear deslizamentos que podem destruir casas, afetar meios de sustento e até mesmo matar a população que habita o entorno, como vimos acontecer em Mariana e Brumadinho, no estado de Minas Gerais nos últimos anos. O Movimento dos Atingidos por Barragens é um movimento nacional de luta pelos direitos das pessoas que foram atingidas pelos impactos das barragens e já teve muitas conquistas em seus 30 anos de história, comemorados neste ano de 2021.[12] As pessoas jovens, junto com as mulheres, representam 70% da organização, trazendo força e resistência![13]

11 "Barragens: cinco impactos que elas causam ao meio ambiente": <https://infosaofrancisco.canoadetolda.org.br/saneamento/barragens-cinco-impactos-que-elas-causam-ao-meio-ambiente/>.
12 Disponível em: <https://mab.org.br/quem-somos/>.
13 "Mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragens constroem o feminismo popular": <https://www.brasildefators.com.br/2020/08/20/mulheres-do-movimento-atingidos-por-barragens--constroem-o-feminismo-popular>

COM A PALAVRA

Djankaw



As juventudes no protagonismo da construção de um novo paradigma social

O protagonismo das juventudes, que foram desumanizadas, estereotipadas e marginalizadas ao longo dos anos no Brasil, reflexo da colonização através da escravização dos povos africanos e indígenas e criminalização de outras orientações sexuais e manifestações de gênero, por parte do CIStema heteronormativo compulsório, se mostra cada dia mais necessário, no sentido de dar lugar e voz a quem não foi visualizado pelo Estado, apontando os caminhos para o rompimento com a marginalização das classes e desumanização de pessoas. O racismo estrutural agarrado ao machismo estruturante e institucionalizado, se mostra cada dia mais efetivo, impondo uma bio(necro)política de morte, que diariamente atinge os corpos, territórios e existências, principalmente das mulheres negras e população LBTQIA+. Sistemas de opressão e desumanização que ainda vêm sendo invisibilizados pelo governo, mas que se mostram nos dados dos mapas da violência, nos levantamentos sobre a violação de direitos sociais básicos como falta de alimentação, habitação, educação, saúde, lazer e afetividade, entre outras políticas possíveis. Esses marcadores sociais impostos, nos distanciam dos direitos humanos básicos, espaços públicos, políticos e também de poder, onde possamos levar nossas demandas de modo a sermos ouvidos com atenção plena, pois somos atravessadas diariamente por essas ideologias e práticas, e sentimos as dificuldades que impedem que nossas existências individuais e coletivas possam se desenvolver de forma potente e plena.

A mãe terra, a natureza, a Patcha mana, Onilê, o meio ambiente, sempre foi lida socialmente pela ótica colonial e capitalista burguesa. Esse sistema percebe a natureza, o meio ambiente, ser vivo natural da terra como um objeto sem vida, que pode ser devorado, desconstruído, desabitado, vendável, acumulável. Diferente dos valores e cosmologias dos povos das águas e florestas, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, que percebem o meio ambiente, esse espaço contempla as florestas, rios , mares, corais, fauna e toda terra, como uma categoria social, como um ser social vivo, que tem seu valor social material, emocional e espiritual. A terra ao longo dos séculos tem sido apropriada por diferentes agentes que fazem uso inconsequentemente dos seus recursos, as grandes monoculturas, o agronegócio, as mineradoras, as barragens e hidrelétricas, interessados sempre no lucro, acumulação, hegemonia e não o bem-viver, a saúde coletiva e a manutenção das vidas.

Portanto, penso que temos um grande desafio pela frente. Precisamos pensar novas práticas sociais através da transformação pela educação ambiental, que vai orientar a criação de políticas públicas para o meio ambiente, que possam ser pensadas e construídas com e pelas diversas juventudes do Brasil. Ou seja, nós, as juventudes nos situamos na possibilidade de novos agentes de uma nova consciência socioambiental, que compreenda a resolução da crise ecológica, ética, civilizatória, econômica e social atual em que vivemos, para além das ações individuais, ou seja, como um projeto de sociedade pensado e efetivado pelas juventudes de forma coletiva. O fato é que, fortalecendo e ampliando as percepções das juventudes, é possível construir estratégias capazes de aproximar agentes de promoção do bem-estar e mobilização juvenil. Essa tarefa é possível desde que dialogue com as diversas juventudes do Brasil como o atual estudo, orientando caminhos para construção de novos projetos societários. Com o intuito de subsidiar os debates para criação de políticas públicas para a juventude, a pesquisa mostra as dificuldades enfrentadas pelas juventudes, em diferentes espaços sociais, sendo necessária para subsidiar projetos e programas. Nesse caminho, creio que a qualificação dos discursos, das práticas e da percepção da diversidade étnica, sexual, de gênero e socioambiental juvenil, a partir dos dados levantados, podem sugerir sensibilização e alternativas às práticas de parcelas da população brasileira, principalmente as juventudes, herdeiras de grandes problemas socioambientais e inseridas em um mundo de rápidas transformações.

Raça/etnia/cultura (R)

O racismo estrutural e a intersecção com status socioeconômico faz com que a população negra no Brasil tenha menos qualidade de vida e esteja sujeita a piores índices de saúde. Alguns problemas evitáveis de saúde são mais comuns na população negra, como infecções sexualmente transmissíveis, mortes maternas, hanseníase, tuberculose e Doença de Chagas, além de maior exposição ao risco de morte violenta intencional.[14] Um levantamento por trás das mortes de mulheres no Rio de Janeiro entre 2009 e 2013 mostrou que a maior parte das mães que morrem por questões ligadas à gravidez, parto e pós-parto são jovens, negras e de baixa escolaridade.[15] Diante de um grande número de pesquisas indicando a disparidade entre brancos e negros nas taxas de sobrevivência de recém-nascidos, um estudo recente nos Estados Unidos evidenciou que se o bebê e o profissional de medicina têm a mesma raça, isso parece ser associado a melhores taxas de sobrevivência para recém-nascidos negros. Essa descoberta deve ser futuramente analisada em outros tipos de desfechos de saúde (GREENWOOD et al., 2020). Ações de combate ao estigma e foco em uma equipe diversa podem ser fatores-chave.

Na saúde, também é necessário considerar as juventudes de diversidades étnicas/culturais. A etnicidade de uma família tem sido considerada importante elemento a ser levado em conta nas intervenções de comportamento na saúde dos jovens. Quando a cultura é ignorada, conflitos de comunicação e valores podem surgir, podendo haver desconforto para o usuário do serviço, baixo engajamento e consequente falha no tratamento (HUEY; POLO, 2008). Intervenções culturalmente sensíveis (ICS), em que a cultura de uma população-alvo é incorporada em determinada intervenção, têm resultados positivos de efeito moderado que não variam por raça/etnia (HODGE; JACKSON; VAUGHN, 2010).

A construção de intervenções que repercutem no sistema de crenças de uma determinada cultura pode melhorar vários resultados, como iniciação de tratamento, adesão, retenção, motivação e eficácia por meio de múltiplos mecanismos (HODGE; JACKSON; VAUGHN, 2010). Adesão e retenção podem ser melhoradas conforme os jovens recebem o apoio de membros da comunidade que percebem a intervenção como um apoio às crenças e valores de sua cultura. Ademais, conforme se operacionalizam pontos fortes culturalmente relevantes para a resolução de problemas, como espiritualidade, a motivação e a eficácia podem ser melhoradas. Intervenções culturalmente sensíveis estão sendo desenvolvidas e estudadas e, por ora, algumas ainda são tão eficazes quanto outros tratamentos psicossociais padrão.

Programas de prevenção a suicídio têm mais eficácia nas crianças e jovens de povos tradicionais quando usam conhecimentos tradicionais, quando são baseados em iniciativas comunitárias e envolvem tanto a família quanto a comunidade (BROWNE et al., 2004). Intervenções de prevenção de saúde mental para juventudes na atenção primária têm potencial para alcançar subgrupos étnicos que têm baixa utilização de serviços de saúde mental e enfrentam o estigma como barreira (ROJAS et al., 2019). É destacado como barreira para as intervenções culturalmente sensíveis o fato de que, além de ainda estarem sendo estudadas, poucos médicos têm o instrumental para serem culturalmente responsivos (HUEY; POLO, 2008); e, no Brasil, os médicos e outros profissionais da saúde não recebem formação suficiente na graduação sobre populações indígenas ou quilombolas, por exemplo (BRASIL, 2018).

Intervenções para promoção de saúde de jovens indígenas lideradas por pares também parecem funcionar bem. São benéficas para estimular mudanças de comportamento, conhecimento e atitudes associadas a diferentes questões de saúde pública entre esses jovens. As mudanças no comportamento incluíram o aumento de testes de ISTs, aumento do uso de serviços de saúde e diminuição do uso de álcool e/ou outras drogas. (VUJCICH et al., 2018).

A contaminação dos rios pela mineração ilegal e industrial impacta diretamente a saúde ambiental de terras indígenas e a saúde das pessoas que as habitam. A série de elementos químicos que permanecem nas águas por causa da mineração tem sido causadora de diversas doenças e afeta as

14 "#VidasNegras: Políticas para reduzir vulnerabilidades em saúde precisam de dados de melhor qualidade": <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2018/01/vidasnegras_-polticas-para-reduzir-vulnerabilidades-em-sade-precisam-de-dados-de-melhor-qualidade.html>.

15 "Morte materna além dos números": <https://datalabe.org/morte-materna-alem-dos-numeros/>.

práticas tradicionais e de subsistência de muitos povos, como a pesca e a agricultura. Outro impacto negativo da mineração é a contaminação por coronavírus, que tem avançado com maior força entre os povos tradicionais indígenas e quilombolas também devido à não paralisação da atividade mineradora durante a pandemia, sendo os garimpeiros vetores de disseminação do vírus para essas populações.[16]

A biodiversidade formada e conservada na América do Sul, em parte, deve-se às técnicas indígenas de manejo da floresta, pois ocorrem de forma cuidadosa com os recursos naturais sem ameaçar ecossistemas.[17] Além disso, as terras indígenas também têm um papel fundamental como barreira para o desmatamento: o índice geral de desmatamento no Brasil era de 20% em 2017, e em terras indígenas não chega a 2%.[18] Portanto é urgente a defesa da demarcação dessas terras para que possam se manter livres de invasores e que os povos originários possam continuar vivendo suas tradições e cumprindo seu papel tão precioso de proteção ambiental.

Ocupação (O)

Jovens que trabalham em horário comercial e não têm flexibilidade no trabalho podem enfrentar maiores dificuldades para ter um acompanhamento primário de saúde. Uma solução que tem sido implementada em algumas partes do Brasil são as UBSs com horários mais amplos.

O trabalho estabelece competição entre as atividades extraescolares ou domiciliares e as atividades escolares, de esporte e lazer. Ou seja, o trabalho gera competição com atividades que possibilitam um meio saudável de formação psicológica e social do jovem. Ademais, a associação entre trabalho e redução de sono é comumente observada. As relações existentes entre o trabalho, a escola, a privação de sono e a sonolência diurna são assuntos de grande interesse para professores, pedagogos e outros profissionais envolvidos na educação, pois há um esforço coletivo para a melhoria das condições de aprendizado. As preocupações mais frequentes se relacionam aos prejuízos no desempenho escolar, devido à menor concentração, menor vigilância e atenção, e lapsos de memória (FISCHER et al., 2003).

O trabalho desenvolvido por jovens, especialmente na adolescência, pode ser fator decisivo em suas vidas, podendo ter consequências positivas, mas também negativas à saúde física e psicossocial. Algumas profissões acarretam maiores problemas de saúde devido à exposição frequente a certos materiais, movimentos repetitivos, por exigir muita força física repetitiva (construção), por submeter o corpo a estresse fisiológico (exemplo: trabalhadores do metrô que não veem o sol ou trabalhadores noturnos) ou por estresse psicológico.

Jovens entre os 18 e 24 anos de idade têm maior probabilidade de ter um acidente grave no trabalho do que trabalhadores de outras faixas etárias. Isso ocorre pelos índices de exposição a más condições de trabalho, que podem gerar o desenvolvimento de doenças imediatamente ou numa fase mais adiantada da vida. Os jovens podem não ter experiência e, muitas vezes, maturidade física e psicológica para lidar com os riscos a que são expostos no trabalho. Outros fatores que colocam os jovens em situação de maior risco são: 1) competências e formação insuficientes; 2) desconhecimento dos seus direitos e dos deveres do empregador; 3) falta de confiança para se posicionar; 4) falta de reconhecimento dos empregadores acerca da proteção adicional de que os jovens trabalhadores necessitam.[19]

O alto índice de doenças mentais é uma realidade comum para os jovens que decidem seguir carreira acadêmica e realizar pós-graduação. Os desafios põem à prova a saúde mental dos jovens, levando muitos deles a desenvolverem transtornos psíquicos. Dentre os principais transtornos destacam-se ansiedade, insônia e depressão (GARCIA DA COSTA et al., 2018). Estudantes de doutorado são seis vezes mais propensos a desenvolverem ansiedade e depressão em comparação com a população geral. Esse fato independe da área de estudos. Não ocorre o mesmo quanto ao gênero, uma vez que as mulheres que fazem doutorado têm 27% mais possibilidades de sofrerem problemas psiquiátricos que os homens.[20]

16 "Garimpo gera problemas sanitários, ambientais e culturais em terras indígenas": <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/31/garimpo-gera-problemas-sanitarios-ambientais-e-culturais-em-terras-indigenas>.
17 "Terras indígenas protegem a floresta": <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/faq/tis-e-meio-ambiente>.
18 "Terras indígenas seguem barrando desmatamento, mas situação de algumas áreas é crítica": <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/node/49>.
19 "Os jovens e a segurança e saúde no trabalho": <https://osha.europa.eu/pt/themes/young-workers>.
20 "O doutorado é prejudicial à saúde mental": <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/15/ciencia/1521113964_993420.html>.

Gênero (G)

Mulheres são especialmente confrontadas com desafios como **violência baseada em gênero, casamento infantil, gravidez precoce e aumento dos riscos de HIV/AIDS** (HABERLAND; MCCARTHY; BRADY, 2018). Além disso, há diversas questões associadas a normas de gênero.

A gravidez na adolescência é um tema controverso nos debates sobre a saúde sexual e reprodutiva da população jovem. Em geral, ela tem sido considerada um fator de risco e um elemento desestruturador da vida dos jovens, uma vez que a escola e o mercado de trabalho não são preparados para garantir a sua integração e permanência. As mulheres jovens, principalmente as negras e pobres, estão mais expostas aos riscos do aborto em condições inseguras, além de terem acesso dificultado ao atendimento pré-natal e sofrerem com uma assistência obstétrica deficitária. Por outro lado, a gravidez pode ser uma opção para as jovens, estando incluída em seus projetos de vida. Nesse sentido, a maternidade e a paternidade podem se revelar como um elemento reorganizador da vida e não apenas desestruturador (BRASIL, 2018).

Com relação a doenças e riscos, diferenças de gênero podem implicar diferentes prevalências, assim como a necessidade de tratamentos específicos para maior eficácia. Intervenções de temas específicos têm melhor eficácia quando são sensíveis a diferenças de gênero. Por exemplo, jovens meninas respondem de modo diferente de jovens meninos a programas de prevenção ao suicídio (BROWNE et al., 2004). Em outro exemplo, um aspecto comum de eficácia em intervenções de prevenção de HIV na juventude da África do Sul foi ter um foco em pelo menos um fator de risco social/estrutural, como a ênfase em gênero, pobreza ou álcool (HARRISON et al., 2010). Para programas de cessação de uso do cigarro entre jovens, evidências sugerem a necessidade de adaptar tanto as intervenções de cessação comportamentais quanto as farmacológicas de acordo com o gênero, e é sugerido que um grupo do mesmo sexo com facilitador do mesmo sexo pode ser importante na eficácia dessas intervenções para jovens (GERVAIS et al., 2007). Assim, indica-se que sejam ofertados programas focados em gênero.

Em relação à juventude LGBTQIA+, é necessário o reconhecimento dos efeitos da discriminação e da exclusão em seus processos de saúde-doença. Ações e políticas devem mirar mudanças na determinação social da saúde, com vistas à redução das desigualdades relacionadas à saúde desses grupos. Uma série de preconceitos, interdições, violações de direitos e violências vem obstaculizando a efetivação desse direito constitucional. Em muitos casos, esses jovens e essas jovens sequer chegam aos serviços de saúde, mesmo em casos de violência LGBTfóbica, em razão da carga de preconceito e discriminação que sofrem na sociedade e no âmbito institucional (BRASIL, 2007). Algumas das necessidades em relação à saúde são promover a sensibilização dos profissionais a respeito dos direitos da população LGBTQIA+, com inclusão do tema da livre expressão sexual na política de educação permanente no SUS, e a inclusão dos quesitos de identidade de gênero e de orientação sexual nos formulários, prontuários e sistemas de informação em saúde (BRASIL, 2013a).
Um tema ainda pouco discutido é a pobreza menstrual, que se refere à condição que inúmeras pessoas que menstruam e vivem em situação de vulnerabilidade social e econômica enfrentam por não terem acesso ao saneamento básico, banheiros e protetores menstruais. Uma pesquisa realizada em 2018 apontou que 26% de jovens brasileiras de 15 a 17 anos não têm acesso a produtos higiênicos adequados e necessários no período menstrual. É fato reconhecido pela ONU que higiene menstrual é questão de saúde pública e de direitos humanos. De acordo com a Unicef, quem não possui acesso à informação e educação menstrual está mais vulnerável a vivenciar uma gestação precoce, desnutrição, a sofrer violência doméstica, entre outros desfechos graves. Existe, no Brasil, um projeto de lei em tramitação, o PL 428/2020 que dispõe sobre a distribuição gratuita de absorventes higiênicos em espaços públicos.

Religião (R)

Adeptos das religiões de matriz africana podem ser desrespeitados e enfrentar preconceito e discriminação nos serviços de saúde, o que pode dificultar acesso aos serviços. Adoção de ações de combate ao estigma dentro dos serviços pode ser uma estratégia importante. Testemunhas de Jeová e outras religiões também proíbem algumas práticas

da medicina ocidental, como transfusões de sangue, que têm que ser consideradas na oferta do serviço.

Para a educação sexual ser efetiva para as juventudes, é necessário que a religião não entre em conflito com a ciência. A garantia dos direitos sexuais e direitos reprodutivos para os jovens, já reconhecidos como direitos humanos em leis nacionais e documentos internacionais, indicam a importância da aceitação da sua individualidade e da autonomia, estimulando-os a assumir a responsabilidade com sua própria saúde. O acesso à informação de qualidade, baseada em evidências científicas e com o uso de linguagem acessível, são etapas fundamentais para o exercício pleno desses direitos.[21]

Educação (E)

A escola é importante aliada para programas de saúde, principalmente de prevenção. Para programas de prevenção de saúde mental, por exemplo, serviços de fácil acesso local, baseados na escola, que convidam à participação contínua, parecem ser elementos importantes em uma intervenção. Intervenções associadas à aquisição de habilidades tiveram seus resultados positivos melhorados em programas que utilizaram aprendizagem interativa. Táticas que induzem ao medo são ineficazes e táticas que apenas fornecem informações didáticas são menos eficazes.

No entanto, nem todos os jovens estão na escola, principalmente juventudes mais vulneráveis. Programas de prevenção de saúde mental operados fora das escolas ou centros comunitários conseguem abranger uma área maior e proporcionar mais confidencialidade, embora consigam alcançar menos pessoas (BROWNE et al., 2004). Intervenções de prevenção de HIV e gravidez precoce em ambientes de saúde são mais efetivas se os provedores do serviço são treinados para fornecer ações que tornam o ambiente mais amigável às juventudes em conjunto com atividades na comunidade com o envolvimento de outros setores para referenciarem os jovens aos serviços públicos. Essas estratégias podem ser fornecimento de informações, testes e aconselhamento sobre HIV, preservativos, tratamento, serviços, apoio à circuncisão masculina, e são mais eficazes quando adaptadas às necessidades específicas socioculturais e de idade e gênero dos jovens. Também são efetivas intervenções baseadas na comunidade focalizadas em jovens que criam sua própria rede de intervenção ou aquelas que miram na comunidade como um todo e utilizam redes já existentes para implementação da intervenção. Intervenções que combinem tanto redução de riscos individuais quanto intervenções estruturais destinadas a mudar as normas comunitárias relativas à sexualidade dos jovens (ou seja, intervenções multicomponentes) podem ser as mais efetivas (MAVEDZENGE; DOYLE; ROSS, 2011).

Pessoas com menor escolaridade também têm menor acesso à saúde e estão mais expostas aos determinantes sociais que aumentam prevalência de doenças evitáveis, uma vez que a escolaridade intersecciona com pobreza. Algumas adaptações fáceis para o dia a dia do cuidado podem ajudar, como intervenções e prescrições que sejam compreensíveis para os que não leem (exemplo: prescrição com o desenho de um sol para se referir à manhã, e de lua para se referir à noite, e indicando as cores dos remédios).

Status socioeconômico e capital social (SS)

Os jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica apresentam os piores resultados de saúde. Esses jovens são desproporcionalmente afetados pelo HIV, outras ISTs e maus resultados na saúde reprodutiva e têm menor probabilidade de acesso aos serviços de saúde tradicionais. Ademais, o comportamento sexual de risco se relaciona com o gênero, pobreza e consumo de álcool (HARRISON et al., 2010). O menor acesso aos serviços de saúde também é atribuído a essa parcela da sociedade. Nesse sentido, as políticas precisam garantir financiamento suficiente e eficaz ao público-alvo. O planejamento de programas deve considerar também as necessidades intersetoriais, como o fornecimento de transporte para o acesso a instalações de saúde (BROWNE et al., 2004).

Os jovens, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica, não consideram os serviços de saúde acessíveis. Os jovens não consideram esses serviços acessíveis devido a barreiras

21 Para a educação sexual ser efetiva para a juventude, é necessário a substituição da religião pela ciência: <https://radis.ensp.fiocruz.br/index.php/home/entrevista/para-a-educacao-sexual-ser-efetiva-e-necessario-a-substituicao-da-religiao-pela-ciencia>.

como custo; falta de privacidade e confidencialidade; restrições físicas, logísticas ou administrativas; ou funcionários não receptivos. Para esse segmento da população, abordagens de base comunitária podem ser uma estratégia eficaz, e às vezes única, para prestar serviços de HIV e saúde reprodutiva. As "clínicas" móveis representam outra abordagem para a prestação de serviços de saúde, educação e mercadorias e são comumente utilizadas para alcançar as juventudes marginalizadas. Estratégias baseadas em telefonia celular e internet também estão sendo usadas em programas de saúde, especialmente em países de baixa e média renda.

É importante ressaltar que, embora intervenções baseadas em dispositivos móveis e internet possam promover comportamentos de saúde e segurança nas juventudes, pode haver algumas limitações no acesso a essas intervenções. Como os jovens de ambientes de baixa renda são um pouco menos propensos do que os de ambientes de alta renda a entrar na internet ou a relatar que possuem um computador, eles podem ter acesso mais limitado a esse tipo de intervenção.

Há uma falta de disponibilidade e acesso a profissionais e recursos de saúde mental, especialmente em áreas rurais e países em desenvolvimento. Isso gera uma lacuna de tratamento para questões de saúde mental que envolve também outras barreiras, como o custo dos cuidados e o estigma da doença mental. Intervenções de base tecnológica poderiam oferecer uma solução para preencher essa lacuna de tratamento e proporcionar aos jovens a assistência que eles necessitam. Para que as intervenções sejam aplicáveis a jovens de vários grupos socioeconômicos demográficos, estas devem incluir grupos desfavorecidos. A adaptação de intervenções para outros grupos culturais é uma maneira eficaz de melhorar sua aceitação (ABUWALLA et al., 2018).

A atenção às juventudes com deficiência é outro desafio a ser enfrentado. É necessário romper com preconceitos e práticas institucionalizadas de não reconhecimento dessa população como sujeitos de direitos que expressam sua sexualidade ao longo do ciclo de vida. Além disso, **jovens com deficiência têm denunciado como o capacitismo[22] ainda afeta seu dia a dia e as interações que as pessoas iniciam com eles**. Além de unidades de saúde com acessibilidade, é necessário formar os profissionais de saúde sobre a perspectiva dos movimentos das pessoas com deficiência e sobre as diferenças funcionais para as ações de saúde, que utilizam mais a Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF) em vez de classificar pessoas de acordo com a doença e suas incapacidades, como a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID). É necessário ter atenção para não incorrer no equívoco de olhar para os jovens com deficiência apenas a partir de sua deficiência, não atentando para todas as outras necessidades que um jovem tem (KINGSNORTH; HEALY; MACARTHUR, 2007).

Ao olhar para além das questões que compõem o cenário mais amplo dos direitos sexuais e reprodutivos, situações particulares de vida das juventudes brasileiras necessitam de atenção específica. **O contexto de adolescentes em situação de privação de liberdade é uma demanda urgente para as políticas de saúde no país**, uma vez que a maior parte já possui vida sexual ativa, inclusive com filhos e relações estáveis (BRASIL, 2007).

O ECA (BRASIL, 1990) estabelece que os cuidados médicos, psicológicos, odontológicos e farmacêuticos são obrigatórios nas entidades que desenvolvem programas de internação (Art. **94)**. Contudo, um dos desafios encontrados pela Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei (PNAISARI) é o de desenvolver uma articulação qualificada com equipes de saúde externa à unidade prevista na lei. Ela está baseada no princípio da incompletude institucional que visa a uma permeabilidade das instituições à comunidade e é essencial para a qualificação do atendimento aos jovens, tanto dentro da unidade quanto para que haja seguimento de tratamentos após o desligamento da medida.

No caso mais específico da saúde mental, essa articulação deve acontecer com a Rede de Atenção Psi-

22 Capacitismo é a discriminação e o preconceito social contra pessoas com alguma deficiência. Em sociedades capacitistas, a ausência de qualquer deficiência é vista como o normal, e pessoas com alguma deficiência são entendidas como exceções; a deficiência é vista como algo a ser superado ou corrigido, se possível por intervenção médica; um exemplo de postura capacitista é dirigir-se ao acompanhante de uma pessoa com deficiência física em vez de dirigir-se diretamente à própria pessoa.

cossocial (RAPS), com o desenvolvimento de ações de prevenção e cuidado dos transtornos mentais, de redução de danos e de cuidado para pessoas com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas, bem como ações de promoção de saúde mental, conforme art. 10 da PNAISARI (BRASIL, 2014). É importante ressaltar que essa política considera a própria situação de privação de liberdade como geradora de sofrimento psíquico e, portanto, destaca a necessidade de atenção a todos/as adolescentes nesse contexto.

A Pesquisa de Avaliação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, do ano de 2020, indicou que quase 10% dos jovens em cumprimento de medida socioeducativa tomam medicação psiquiátrica, com destaque para o uso de ansiolíticos e sedativos. Outras pesquisas também sugerem que a prática de medicalização não está sendo utilizada apenas por critérios clínicos, mas também como uma estratégia de contenção química dos jovens (COSTA, 2017; BUJES, 2018). **Assim, uma das principais problemáticas a serem enfrentadas em relação à saúde do jovem em privação de liberdade se bifurca em atenuar os efeitos do sofrimento psíquico com ações alternativas à medicação e na diminuição da medicalização massiva dos jovens no sistema socioeducativo, que pode dificultar na detecção de transtornos mentais**.

Procurar formas de promover a saúde e o bem-estar das nossas juventudes e do meio ambiente, entendendo que são fatores essenciais para que todas as outras áreas da vida da juventude brasileira possam se desenvolver plenamente, é construir base sólida, também, para o desenvolvimento do nosso país. Neste capítulo, vimos que a saúde das juventudes precisa de mais atenção do que historicamente tem sido dedicada a ela, especialmente quando olhamos para alguns grupos de jovens cujas características os tornam mais vulneráveis a muitas questões de saúde e fragilizam as possibilidades que têm de acessar os serviços e programas que existem para esse cuidado. A pouca produção de conhecimento que trata da intersecção entre juventude e meio ambiente também precisa ser endereçada e reparada para que possamos avançar nessa pauta. Dito isso, este capítulo também nos mostrou que não nos faltam alternativas de intervenções que podem produzir um cuidado mais efetivo e que, desse cuidado, possam florescer uma geração e uma terra ainda mais saudáveis para que a juventude brasileira desenvolva toda sua potência.

Recomendações das Conferências de Juventude para a Saúde e o Meio Ambiente

Como preparação para a IV Conferência, é essencial retomar recomendações passadas elaboradas por jovens.

I Conferência (2008)

Saúde e sexualidade:

- Garantir a efetivação dos direitos à saúde integral da população jovem, que contemple as suas necessidades e suas diversidades de etnia, de orientação sexual, de gênero e dos diversos modelos de família, atendendo as populações vulneráveis, promovendo a educação em saúde, com destaque para as mulheres, juventude negra, GLBTTT, jovens com deficiência, moradores de comunidades populares, jovens em situação de rua, jovens que cumprem medidas socioeducativas e jovens que vivem com HIV/AIDS; garantir e ampliar a participação da juventude e a sua diversidade nos processos de gestão participativa e nos espaços de formulação e controle social (conselhos e conferências), incluindo os específicos de saúde indígena nas políticas públicas de saúde.
- Garantir mais investimento na saúde pública (regulamentação da emenda constitucional nº 29), tendo em vista o fortalecimento do SUS e a ampliação do acesso dos jovens às temáticas prioritárias para a implementação de políticas públicas da saúde para a juventude destacando-se: 1) drogas lícitas e ilícitas; 2) sexualidade, direitos sexuais e direitos reprodutivos (gravidez na adolescência, planejamento familiar e reprodutivo, descriminalização do aborto, segurança alimentar, violência doméstica, abuso e exploração sexual). 3) a inclusão da população jovem como prioridade no pacto pela vida.
- Ampliação e/ou implementação de projetos e programas, a exemplo do projeto ***Saúde e Prevenção nas Escolas*** (SPE), que desenvolvam metodologias educativas e participativas sobre sexualidade, gênero, gravidez na adolescência, diversidade sexual, prevenção das DST/AIDS, promoção da saúde de jovens vivendo ou não com HIV/AIDS, direitos sexuais, direitos reprodutivos, vulnerabilidades e demais temas relativos à saúde e aos direitos humanos, garantindo a disponibilização gratuita de insumos de prevenção, bem como a efetiva formação e participação de profissionais de saúde, de educação e de jovens multiplicadores em zonas urbanas, rurais, indígenas, quilombolas e utilizando espaços como escolas, PSF, UBS, comunidades, unidades e projetos de medidas socioeducativas, e demais espaços e instituições que trabalham com adolescentes e jovens, respeitando as escolhas individuais e as especificidades locais.
- Instituir ações de planejamento familiar e reprodutivo que contemplem os diferentes modelos de família e garantam autonomia de jovens de ambos os sexos e diferentes orientações sexuais à preservação da vida das mulheres e de seus filhos e filhas, intensificando as ações preventivas, realizando disponibilização de preservativos e garantindo o acesso facilitado, sem burocracia, aos métodos contraceptivos, incluindo a anticoncepção de emergência, e acesso a materiais educativos, com a criação e circulação de programas televisivos e campanhas direcionadas aos jovens, atendendo a todas as suas especificidades, para orientação e acesso à informação sobre DSTs, HIV/AIDS, de forma continuada e não pontual, construídas com e para jovens.

Meio ambiente:

- Criar uma política nacional de juventude e meio ambiente que inclua o Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente, institucionalizado em PPA (Plano Plurianual), com a participação dos jovens nos processos de construção, execução, avaliação e decisão, bem como a ***Agenda 21 da Juventude***, que fortaleça os movimentos juvenis no enfrentamento da grave crise ambiental, global e planetária, com a construção de sociedades sustentáveis.
- Qualificar a juventude nas áreas ambientais, utilizando recursos como do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), entre outros, para atuarem em projetos de educação ambiental, unidades de conservação, ecoturismo e recuperação das áreas degradadas, dentre outras.
- Criação e ampliação de assentos para juventude, assegurados com direito a voto em todos os conselhos, comitês e órgãos de fiscalização, deliberação e gestão nas áreas socioambiental e de desenvolvimento, nas esferas municipais, estaduais e federal.

Drogas:

- Garantir acolhimento, assistência e acompanha-

mento psicológico, familiar e social do jovem em conflito com a lei, usuário de substâncias psicoativas, incentivando a reinserção social e orientação vocacional, visando ao desenvolvimento da autoestima e da reintegração do jovem, de forma digna.

- Garantir a criação, expansão e fortalecimento de centros permanentes especializados em tratamento para dependentes químicos e pessoas vivendo com HIV/AIDS, voltados ao atendimento de crianças, adolescentes e jovens, de forma gratuita com qualidade, incluindo atividades lúdicas, sendo essas atividades orientadas por jovens qualificados e capacitados.

Jovens mulheres:

- Implementar políticas públicas de promoção dos direitos sexuais e direitos reprodutivos das jovens mulheres, garantindo mecanismos que evitem mortes maternas, aplicando a Lei de Planejamento Familiar, garantindo o acesso a métodos contraceptivos e a legalização do aborto.

II Conferência (2010)

- Garantir a não privatização e o fortalecimento do SUS integralmente nas demandas da Juventude (de 15 a 29 anos), considerando o princípio da equidade, promovendo sua divulgação ao público jovem, por meio das diversas mídias, com linguagem contextualizada, tendo como base a carta dos direitos dos usuários do SUS, ampliando unidades básicas de saúde nas áreas periféricas, rurais, indígenas, quilombolas e ribeirinhas; garantir acesso das mulheres jovens aos exames preventivos e à vacina gratuita contra o HPV, com atendimento humanizado, garantindo o acesso aos medicamentos, sendo este de forma segura e racional, bem como o acesso à assistência farmacêutica e psicológica nos serviços de saúde; e a contratação de profissionais devidamente capacitados e hebiatras para atender os jovens da cidade e do campo. Implantar centros especializados de tratamento e reabilitação de agravos físicos e/ou psicossociais custeados pelo SUS, inclusive nos municípios de pequeno e médio porte. Garantir espaço permanente para a juventude nos conselhos nacional, estadual e municipais de saúde.
- Descriminalizar e legalizar o aborto, situando-o como um grave problema de saúde pública; garantir o atendimento humanizado às mulheres jovens em situação de abortamento e a efetivação do serviço público de aborto legal em todas as unidades da federação; promover os direitos sexuais e reprodutivos das juventudes, tais como a distribuição de preservativos femininos e da pílula do dia seguinte no sistema único de saúde e nas farmácias populares.
- Criar instâncias institucionalizadas na Área Técnica de Saúde de Adolescentes e Jovens e no Comitê Técnico de Saúde da População Negra, bem como em secretarias estaduais e municipais de saúde, que promovam o debate acerca da saúde da juventude negra, orientados pela implantação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra nos estados, municípios e no Distrito Federal, garantindo a equidade, um dos princípios do SUS, e promovendo o acesso e o acolhimento com equidade das juventudes brasileiras.
- Fortalecer a política nacional de juventude e meio ambiente e criar o programa nacional de juventude e meio ambiente, intersetorializado e institucionalizado no PPA (Plano Plurianual), na LOA (Lei de Orçamento Anual) na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), bem como a Agenda 21 da Juventude, de modo a fortalecer os movimentos juvenis e a Agenda 21 Brasileira no enfrentamento das graves crises ambientais, com a participação das juventudes nos processos de construção, execução, avaliação e decisão, sustentada por pesquisas periódicas.
- Implementar uma política transversal para os jovens com deficiência, garantindo educação inclusiva, atendimento em saúde/reabilitação, qualificação para entrada no mercado de trabalho e geração de renda, entre outras iniciativas, enfrentando o preconceito e a discriminação, promovendo a acessibilidade e a participação desses jovens em programas, projetos e ações governamentais em todos os municípios brasileiros.
- Implementar o Plano Nacional de Saúde Integral da População LGBT, que supere as vulnerabilidades da população de 15 a 29 anos em todos os aspectos de saúde, com principal preocupação para as especificidades de gênero, orientação sexual e identidade de gênero cor/raça, dos povos tradicionais e população de rua, considerando os graves impactos na saúde mental dos adolescentes e jovens LGBTQIA+ que sofrem as diversas formas de violência, em razão de sua orientação sexual e identidade de gênero, garantindo a criminalização

da homofobia, a fim de diminuir a violência cometida contra essa parcela da população. Respeitar os direitos sexuais e reprodutivos de jovens que vivem com HIV/AIDS, por meio de atendimento por profissionais qualificados e humanizados, que respeitem a sexualidade e o nome com o qual cada um quer ser identificado (nome social).

III Conferência (2015)

- Promover a saúde integral da mulher jovem, sem seguir a lógica da medicalização e intervenção sobre o corpo. O sistema de saúde deve lidar com a prevenção da saúde das jovens, incluindo atendimento relacionado a abortos, que hoje é a quinta causa de mortes no país. O Estado deve tratar do caso como saúde pública, garantindo-lhes atendimento ginecológico preparado.
- Garantir atendimento psicossocial e de saúde especializado para a juventude LGBTQIA+ nas Unidades de Saúde da Família (USFs), Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS), com profissionais sensíveis e preparados.
- Garantir a participação das juventudes nos espaços de controle social da saúde (conselhos e conferências) para que pensem estratégias de políticas de prevenção da saúde em espaços de cultura, lazer e esporte, sendo dinâmicas, agradáveis e efetivas na redução dos índices de violência.
- Implantar o Programa de Saúde da Juventude, com garantia de acesso às juventudes rurais e comunidades tradicionais, fomentando a aquisição de ambulâncias e ampliação do quadro médico para atendimento específico de urgência e emergência, além de fortalecimento por meio da RAPS nos CAPS/AD, CAPS/ADI e consultórios na rua, com equipe interdisciplinar, tendo o viés da saúde mental, redução de danos e educação em saúde, promovendo a intersetorialidade das políticas de saúde, assistência social, educação, trabalho, direitos humanos, entre outras.
- Instituir e ampliar políticas públicas para a humanização com capacitação e sensibilização dos profissionais de saúde no tocante ao atendimento das juventudes em todos os níveis de complexidade do SUS.
- Combater o uso e abuso dos agrotóxicos, fortalecendo a sustentabilidade por meio da agroecologia e de programas sociais para a agricultura familiar e a juventude rural, com ênfase na compensação econômica em contrapartida à preservação ambiental, assistência técnica, acesso ao crédito e reforma agrária.
- Incentivo à permanência do jovem no campo e implantação de um sistema de economia solidária com empreendimentos sustentáveis para juventude.
- Incluir educação ambiental e práticas de economia solidária como disciplinas na grade curricular, desde o jardim ao ensino universitário, com a coordenação do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Educação, capacitando os educadores para exercer as atividades e projetos com o órgão de meio ambiente local.
- Garantir consultas prévias com poder deliberativo às comunidades tradicionais, povos indígenas e comunidade em geral para a implantação de empreendimentos públicos ou privados de grande risco, impacto ambiental ou quaisquer outros que possam afetar o meio ambiente onde esses povos e comunidades habitem.



COM A PALAVRA

Quenia Nascimento Lyrio

Sensibilidade aos direitos de saúde e meio ambiente
O convite para a elaboração deste comentário, como complemento e apresentação do capítulo Saúde e Meio Ambiente, acontece em um período no qual, falar da relação entre os temas é de grande importância. O cenário atual vivido dentro de uma Pandemia, ressalta a necessidade de atenção e discussão para com o público que mais tem chances de ecoar a sua voz diante de tantos problemas sociais e ambientais que atravessam o país e o mundo. Uma atenção especial para a compreensão entre as relações entre saúde e meio ambiente se faz necessário, uma vez que, as mudanças do clima combinado com a grande exploração e esgotamento rápido dos recursos naturais, favorecem o surgimento e a maior frequência de vivência de períodos como este. A responsabilidade pelo acesso à saúde e saneamento básico, devem estar acompanhadas de políticas de conscientização e condutas ambientais para com a sociedade, caminhando lado a lado com a juventude.

A necessidade do recorte de gênero, racial e vulnerabilidade social em aspectos de saúde e meio ambiente, é fundamental para abrir espaço às políticas de inclusão e informação sobre temas aqui abordados: desafios, intervenções efetivas e reflexões sobre equidade e implementação. É muito difícil falar sobre essas temáticas atreladas sem destacar esses recortes. A natureza como um todo é o verdadeiro protagonista e sujeito destas discussões que podem conduzir e reforçar a necessidade de maior acesso à informação e ações públicas que garantem a vida e permanência desses jovens na sociedade.

A juventude brasileira tem como responsabilidade tomar como posse essas discussões a fim de movimentar toda uma cadeia de produção e informação, reclusa e delimitada a espaços protagonizados por brancos e normalmente homens de discussão. Compreendo que é tomar posse para a resolução de uma problemática que não foi criada por nós, mas a necessidade de informação e compartilhamento do conhecimento para com os mais vulneráveis, que sofrem diretamente com esses problemas se faz urgente, uma vez que os mesmos tendem a se agravar com o passar dos anos. O direito de ocupar espaços de discussão, vem acompanhada de trabalhos como este, aqui apresentado, que possibilita uma melhor visibilidade deste cenário e assim, conduzir estratégias de inclusão, educação e conhecimento para com este público. Penso que a tecnologia seja uma importante ferramenta para o desenvolvimento de projetos criativos que sensibilizem esta parcela da população a se responsabilizar a estas discussões e disseminação dessas informações, além ainda de uma melhor visibilidade para este público com ofertas de trabalho decentes e que garantem a sobrevivência dos mesmo para assim abrir caminhos e espaços de ações e discussões.

Como mulher negra e que teve a oportunidade de passar por espaços de conhecimento, muitas vezes julgados para não estar, foi fundamental para a construção de minha profissional e me sinto responsável em passar esse aprendizado e conhecimento adiante, para além dos muros universitários, pois essa conquista não é apenas minha, ela é da minha família e meus ancestrais de guerra e luta que fizeram história e possibilitaram a chegada até aqui, como também de todas, todos e todes que aqui lêem este manuscrito.

JUVENTUDES E OS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

“Ter conhecido os direitos sexuais e reprodutivos como parte da capacitação que fiz pelo Projeto, me ajudou não só entender melhor as questões de sexualidade e prevenção, mas planejar a minha vida e tomar as minhas próprias decisões”.

21 anos, heterossexual, Campinas, São Paulo, Jovem Mobilizadora pelos DSR



Francisco Cabral



Tatiane Frazão S. Zamai



Margarita Díaz



Rodrigo Correia

25 anos depois de Cairo e Pequim...

Um breve olhar na história mostra que a luta pelos Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos (DSDR) se confunde, especialmente, com a luta das mulheres pela igualdade de gênero.

O Brasil é signatário dos acordos feitos em duas conferências internacionais que são marcos para o exercício dos DSDR. A Conferência Internacional da ONU sobre População e Desenvolvimento (CIPD), realizada no Cairo em 1994 avançou numa plataforma de ações com ênfase na promoção da igualdade entre os gêneros em todas as esferas e a IV Conferência Internacional da Mulher, realizada em Pequim na China em 1995, em que os direitos sexuais foram definidos de maneira separada em relação aos direitos reprodutivos e se determinou que os direitos sexuais e direitos reprodutivos são a base para a saúde sexual e reprodutiva.

No Brasil, esses direitos passaram a ser marcos conceituais na definição das diferentes políticas públicas, suas diretrizes e normas para a saúde sexual e reprodutiva, além de servir de parâmetros para leis que garantam uma maior justiça social. Apesar disso, esses direitos, que reconhecem as pessoas adultas e jovens como sujeitos de direitos, ainda são desconhecidos por uma parcela importante da sociedade, ou ainda, não são compreendidos como fundamentais para a saúde, o bem-estar, o exercício da cidadania e consequentemente uma melhor qualidade de vida para todas as pessoas. Por isso, é fundamental divulgá-los continuamente para que todas as pessoas os conheçam, e possam exercê-los, pois, o primeiro passo para o exercício de um direito é o conhecimento desse direito.

Se antes já havia algumas dificuldades na divulgação e conhecimento da população sobre esses direitos, o retrocesso que tem havido atualmente no campo dos Direitos Humanos tem dificultado essa divulgação e a aplicação das políticas públicas, que já estavam consolidadas e amparadas em amplos documentos, marcos legais e diretrizes. E a avaliação da situação atual mostra muitos pontos críticos que precisam ser trabalhados para garantir o exercício desses direitos por adolescentes e jovens e contribuir para uma diminuição de suas vulnerabilidades.

www.adolescencia.org.br

Direitos Sexuais

São os direitos que garantem que toda e qualquer pessoa pode viver sua vida sexual com prazer e livre de discriminação. Incluem os direitos:

- De viver a sexualidade sem medo, vergonha, culpa, falsas crenças e outros impedimentos à livre expressão dos desejos.
- Direito de viver a sua sexualidade independente do estado civil, idade ou condição física.
- A escolher o/a parceiro/a sexual sem discriminação, e com liberdade e autonomia para expressar sua orientação sexual se assim o desejar.
- De viver a sexualidade livre de violência, discriminação e coerção; e com o respeito pleno pela independência corporal do/a outro/a.
- Praticar a sexualidade independentemente de penetração.
- A insistir sobre a prática do sexo seguro para prevenir uma gravidez não planejada e as infecções sexualmente transmissíveis, incluindo o HIV-aids.
- À saúde sexual, a qual exige o acesso a todo tipo de informação, educação e a serviços confidenciais de alta qualidade sobre sexualidade e saúde sexual.

Direitos Reprodutivos

Compreendem o direito básico de todo casal e de todo indivíduo de decidir livre e responsavelmente sobre o número, o espaçamento e a oportunidade de ter filhos/as e de ter a informação e os meios de assim o fazer, gozando do mais elevado padrão de saúde sexual e reprodutiva. Incluem os direitos:

- Individual de mulheres e homens em decidir sobre se querem, ou não, ter filhos/as, em que momento de suas vidas e quantos/as filhos/as desejam ter.
- De tomar decisões sobre a reprodução, livre de discriminação, coerção ou violência.
- De homens e mulheres participarem com iguais responsabilidades na criação dos/as filhos/as.
- A serviço de saúde pública de qualidade e acessível, durante todas as etapas da vida.
- A doação e ao tratamento para a infertilidade.

Mão na massa!

Jovens

- Conhecer, exercer e divulgar em suas redes os direitos sexuais e direitos reprodutivos.
- Conhecer a agenda 2030 da ONU e participar ativamente de atividades que contribuam para o alcance dos ODS, especialmente os ODS 3 e 5.

Pesquisadores

- Avaliar a implementação dos padrões globais de qualidade da atenção à saúde de adolescentes e jovens nos serviços de saúde.
- Avaliar a qualidade da atenção em saúde sexual e reprodutiva da população jovem LGBTQIA+ nos serviços de saúde.
- Levantar dados sobre violência sexual com recorte de faixa etária das juventudes, raça/etnia, orientação sexual e identidade de gênero.

Tomadores de decisão

- Sancionar e promulgar leis que visem à promoção e defesa dos direitos sexuais e direitos reprodutivos, o exercício saudável e responsável da sexualidade e a melhoria da atenção em saúde sexual e reprodutiva.
- Adotar como princípio em todas as ações do governo a igualdade de gênero (mulheres e homens), o empoderamento das mulheres e o enfrentamento às violências de gênero, incluindo os feminicídios e o combate à homofobia, discriminação e violência às pessoas LGBTQIA+.
- Ampliar as políticas públicas, serviços e projetos que promovam a participação juvenil e a garantia de direitos de adolescentes e jovens para o exercício pleno de sua cidadania e construção de projetos de vida saudáveis.
- Assegurar a realização de ações para o alcance dos ODS 3 – Saúde e bem-estar e do ODS 5 – Igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
- Garantir a realização da educação integral em sexualidade dentro e fora das escolas.
- Garantir a intersetorialidade nas políticas públicas de juventudes.

Trabalhadores do setor privado e público

- Reconhecer adolescentes e jovens como sujeitos de direitos e com grande potencial para promover as transformações sociais.
- poiar as ações para a igualdade de gênero, o empoderamento das mulheres e o enfrentamento das violências de gênero, incluindo os feminicídios e o combate à discriminação e violência às pessoas LGBTQIA+.
- Assegurar a realização de ações para o alcance dos ODS 3 – Saúde e bem-estar e do ODS 5 – Igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

“Pra mim os direitos sexuais e direitos reprodutivos são direitos fundamentais que todas as pessoas deveriam conhecer e exercer, pois tipo, permite viver sua sexualidade livre de preconceitos, discriminação, violências e tal, além de decidir se eu quero ou não ter filhos”.

18 anos, heterossexual, Campinas, São Paulo, Jovem Mobilizadora pelos DSR

Referências

ABUWALLA, Z. et al. Long-term telemental health prevention interventions for youth: a rapid review. ***Internet Interventions***, v. 11, p. 20–29, mar. 2018. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6084833/pdf/main.pdf>. Acesso em: 1º fev. 2021.

ACEVES-MARTINS, M. et al. Effectiveness of social marketing strategies to reduce youth obesity in european school-based interventions: a systematic review and meta-analysis. ***Nutrition Reviews***, v. 74, n. 5, p. 337–351, maio 2016. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4836715/>. Acesso em: 1º fev. 2021.

ALWELL, M.; COBB, B. A systematic review of the effects of curricular interventions on the acquisition of functional life skills by youth with disabilities. In: ***Database of Abstracts of Reviews of Effects (DARE):*** Quality-assessed Reviews. Centre for Reviews and Dissemination (UK), 2006. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK73021/>. Acesso em: 1º fev. 2021.

ANDOR, M. A.; FELS, K. M. Behavioral economics and energy conservation: a systematic review of non-price interventions and their causal effects. ***Ecological Economics***, v. 148, p. 178–210, jun. 2018. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S092180091731039X>. Acesso em: 1º fev. 2021.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). ***Anvisa aprova por unanimidade uso emergencial das vacinas***. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2021/anvisa-aprova-por-unanimidade-uso-emergencial-das-vacinas. Acesso em: 1º fev. 2021.

BADER, P.; BOISCLAIR, D.; FERRENCE, R. Effects of tobacco taxation and pricing on smoking behavior in high risk populations: a knowledge synthesis. ***International Journal of Environmental Research and Public Health***, v. 8, n. 11, p. 4118–4139, nov. 2011. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/22163198/>. Acesso em: 1º fev. 2021

BARROS, A.T. Juventude e políticas ambientais: a percepção e os discursos de jovens brasileiros. ***Revista Brasileira de Sociologia***, 2020. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/rbsociologia/index.php/rbs/article/view/462/pdf_51>. Acesso em: 1º fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. ***Cuidando de adolescentes***: orientações básicas para a saúde sexual e a saúde reprodutiva. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2018a. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cuidando_adolescentes_saude_sexual_reprodutiva_2ed.pdf>. Acesso em: 1º fev. 2021.

BRASIL, Ministério da Saúde. ***Diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde***. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_nacionais_atencao_saude_adolescentes_jovens_promocao_saude.pdf>. Acesso em: 1º fev. 2021.

_____. Ministério da Saúde. ***Marco teórico e referencial***: saúde sexual e saúde reprodutiva de adolescentes e jovens. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2007. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/07_0471_M.pdf>. Acesso em: 1º fev. 2021.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. ***Síntese de evidências para políticas de saúde***: reduzindo a emissão do poluente ***atmosférico:*** material particulado em benefício da saúde no ambiente urbano. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: <http://www.saudeesustentabilidade.org.br/downloads/Publica%C3%A7%C3%A3o_WEB_emissao_de_poluente.pdf>. Acesso em: 1º fev. 2021.

_____. Ministério da Saúde. ***Proteger e cuidar da saúde de adolescentes na atenção básica***. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2018b. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/proteger_cuidar_adolescentes_atencao_basica_2ed.pdf>. Acesso em: 1º fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. ***Política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais***. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013a. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf>. Acesso em: 1º fev. 2021.

_____. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. ***Educação sem violência***. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/educacao-sem-violencia>. Acesso em: 29 jan. 2021.

_____. Secretaria Nacional da Juventude. ***Pesquisa Agenda Juventude Brasil***. Brasília, DF: Secretaria Nacional da Juventude, 2013b. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/pesquisa%20perfil%20da%20juventude%20snj.pdf>. Acesso em: 1º fev. 2021.

BROWNE, G. et al. Effective/efficient mental health programs for school-age children: a synthesis of reviews. ***Social Science & Medicine***, v. 58, n. 7, p. 1367-1384, 1 abr. 2004. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0277953603003320>. Acesso em: 1º fev. 2021.

BUJES, Janaina de Souza. ***Tecnologias de governo e(m) conflito com a lei***: etnografia das políticas estatais de atendimento de saúde mental para adolescentes privados de liberdade. 2018. 210 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6338924>. Acesso em: 1º fev. 2021.

BUREAU OF JUSTICE STATISTICS (BJS). ***Prevention and early intervention***. Washington, D. C. Department of Justice: 2014 Disponível em: <https://youth.gov/youth-topics/juvenile-justice/prevention-and-early-intervention>. Acesso em: 1º fev. 2021.

CARVALHO, W. K. M. et al. Mudanças climáticas na metrópole paulista: uma análise de planos diretores e leis urbanísticas. ***Ambiente Construído***, v. 20, n. 4, p. 143-156, dez. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1678-86212020000400143&script=sci_arttext>. Acesso em: 1º fev. 2021.

CHARANIA, M. R. et al. Efficacy of structural-level condom distribution interventions: a meta-analysis of U.S. and international studies, 1998-2007. ***AIDS and behavior***, v. 15, n. 7, p. 1283-1297, out. 2011. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/20886277/>.

CHRISTENSEN, H. et al. Community-based prevention programs for anxiety and depression in youth: a systematic review. ***The journal of primary prevention***, v. 31, p. 139-170, 1 jun. 2010. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/20437102/>. Acesso em: 1º fev. 2021.

CORCORAN, J. et al. A systematic review of psychosocial interventions for suicidal adolescents. ***Children and Youth Services Review***, v. 33, n. 11, p. 2112-2118, 1 nov. 2011. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0190740911002313>. Acesso em: 1º fev. 2021.

CORREIA, P.; TEIXEIRA, A. P. Política pública de controle do tabaco no Brasil e Portugal: impostos e acessibilidade ao produto. ***Lex Humana***, v. 9, 31 dez. 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Pedro_Correia25/publication/324679164_Politica_Publica_de_Controle_do_Tabaco_no_Brasil_e_Portugal_Impostos_e_Acessibilidade_ao_Produto/links/5adb5b97458515c60f5df46a/Politica-Publica-de-Controle-do-Tabaco-no-Brasil-e-Portugal-Impostos-e-Acessibilidade-ao-Produto.pdf>. Acesso em: 1º fev. 2021.

COSTA, N. do R.; SILVA, P. R. F. A atenção em saúde mental aos adolescentes em conflito com a lei no Brasil. ***Ciência e Saúde Coletiva***, v. 22, n. 5, maio 2017. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csc/2017.v22n5/1467-1478/>. Acesso em: 1º fev. 2021.

DALTON, J. H.; ELIAS, M. J.; WANDERSMAN, A. ***Community psychology: linking individuals and communities***. Australia ; Belmont, CA: Cengage Learning, 2001. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2001-06921-000>. Acesso em: 1º fev. 2021.

DELONGE, M.; BASCHE, A. Managing grazing lands to improve soils and promote climate change adap-

tation and mitigation: a global synthesis. ***Renewable Agriculture and Food Systems***, v. 33, n. 3, p. 267–278, jun. 2018. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/services/aop-cambridge-core/content/view/74079A2F7E88CA75FF99E4E096BC32E4/S1742170517000588a.pdf/managing_grazing_lands_to_improve_soils_and_promote_climate_change_adaptation_and_mitigation_a_global_synthesis.pdf>. Acesso em: 1º fev. 2021.

DENNO, D.; CHANDRA-MOULI, V.; OSMAN, M. Reaching youth with out-of-facility hiv and reproductive health services: a systematic review. ***The Journal of adolescent health: official publication of the Society for Adolescent Medicine***, v. 51, p. 106–121, 1 ago. 2012. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/22824440/>. Acesso em: 1º fev. 2021.

ERFORD, B. T. et al. Counseling outcomes from 1990 to 2008 for school-age youth with depression: a meta-analysis. In: DATABASE OF ABSTRACTS OF REVIEWS OF EFFECTS (DARE): QUALITY-ASSESSED REVIEWS. Centre for Reviews and Dissemination (UK), 2011. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK85963/>. Acesso em: 1º fev. 2021.

FEDELE, D. A. et al. Mobile health interventions for improving health outcomes in youth: a meta-analysis. ***JAMA pediatrics***, v. 171, n. 5, p. 461–469, 1 maio 2017. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6037338/>. Acesso em: 1º fev. 2021.

FISCHER, F. M. et al. Efeitos do trabalho sobre a saúde de adolescentes. ***Ciência & Saúde Coletiva***, v. 8, n. 4, p. 973–984, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232003000400019>. Acesso em: 1º fev. 2021.

GARCIA DA COSTA, E. et al. O quanto vale a dor? Estudo sobre a saúde mental de estudantes de pós-graduação no Brasil. ***Polis (Santiago)***, v. 17, n. 50, p. 207–227, ago. 2018. Disponível em: <https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-65682018000200207>. Acesso em: 1º fev. 2021.

GERVAIS, A. et al. ***A systematic review of randomized controlled trials of youth smoking cessation interventions***. In: DATABASE OF ABSTRACTS OF REVIEWS OF EFFECTS (DARE): QUALITY-ASSESSED REVIEWS. Centre for Reviews and Dissemination (UK), 2007. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK74577/>. Acesso em: 1º fev. 2021.

GREENWOOD, B. N. et al. Physician-patient racial concordance and disparities in birthing mortality for newborns. ***Proceedings of the National Academy of Sciences***, v. 117, n. 35, p. 21194–21200, 1 set. 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32817561/>. Acesso em: 1º fev. 2021.

HABERLAND, N.; MCCARTHY, K.; BRADY, M. ***Insights and evidence gaps in girl-centered programming***: a systematic review. Population Council, 2018. Disponível em: <https://knowledgecommons.popcouncil.org/departments_sbsr-pgy/458>. Acesso em: 1º fev. 2021.

HARDEN, A. et al. Teenage pregnancy and social disadvantage: systematic review integrating controlled trials and qualitative studies. ***BMJ (Clinical research ed.)***, v. 339, p. b4254, 12 nov. 2009. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/19910400/>. Acesso em: 1º fev. 2021.

HARRISON, A. et al. HIV prevention for South African youth: which interventions work? A systematic review of current evidence. ***BMC Public Health***, v. 10, n. 1, p. 102, dez. 2010. Disponível em: <https://bmcpublichealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/1471-2458-10-102>. Acesso em: 1º fev. 2021.

HIEFTJE, K. et al. Electronic media-based health interventions promoting behavior change in youth: a systematic review. ***JAMA pediatrics***, v. 167, n. 6, p. 574–580, jun. 2013. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/23568703/>. Acesso em: 1º fev. 2021.

HODGE, D. R.; JACKSON, K.; VAUGHN, M. Culturally sensitive interventions and health and behavioral health youth outcomes: a meta-analytic review. ***Social work in health care***, v. 49, p. 401–23, maio 2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/44647308_Culturally_Sensitive_Interventions_and_Health_and_Behavioral_Health_Youth_Outcomes_A_Meta-Analytic_Review>. Acesso em: 1º fev. 2021.

HOOD, K. K. et al. Interventions with adherence-promoting components in pediatric type 1 diabetes: meta-analysis of their impact on glycemic control. ***Diabetes Care***, v. 33, n. 7, p. 1658-1664, jul. 2010. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/20587726/>. Acesso em: 1º fev. 2021.

HUEY, S. J.; POLO, A. J. Evidence-based psychosocial treatments for ethnic minority youth. ***Journal of Clinical Child and Adolescent Psychology***: The Official Journal for the Society of Clinical Child and Adolescent Psychology, American Psychological Association, Division 53, v. 37, n. 1, p. 262-301, jan. 2008. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30610888/>. Acesso em: 1º fev. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). ***Pesquisa Nacional de Saúde 2013:*** acesso e utilização dos serviços de saúde, acidentes e violências. Rio de Janeiro: IBGE; 2013. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/pt/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=294074>. Acesso em: 1º fev. 2021.

KAHANA, S.; DROTAR, D.; FRAZIER, T. Meta-analysis of psychological interventions to promote adherence to treatment in pediatric chronic health conditions. ***Journal of Pediatric Psychology***, v. 33, n. 6, p. 590-611, 1 jul. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/jpepsy/jsm128>. Acesso em: 1º fev. 2021.

KESSLER, R. C.; WALTERS, E. E.; FORTHOFER, M. S. The social consequences of psychiatric disorders, III: probability of marital stability. ***American Journal of Psychiatry***, v. 155, n. 8, p. 1092-1096, 1 ago. 1998. Disponível em: <https://ajp.psychiatryonline.org/doi/full/10.1176/ajp.155.8.1092>. Acesso em: 1º fev. 2021.

KINGSNORTH, S.; HEALY, H.; MACARTHUR, C. Preparing for adulthood: a systematic review of life skill programs for youth with physical disabilities. ***The Journal of Adolescent Health***: Official Publication of the Society for Adolescent Medicine, v. 41, n. 4, p. 323-332, out. 2007. Disponível em: <https://www.jahonline.org/article/S1054-139X(07)00272-8/abstract>. Acesso em: 1º fev. 2021.

KITZMAN-ULRICH, H. et al. The integration of a family systems approach for understanding youth obesity, physical activity, and dietary programs. ***Clinical Child and Family Psychology Review***, v. 13, n. 3, p. 231-253, set. 2010. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3293190/pdf/nihms357806.pdf>. Acesso em: 1º fev. 2021.

JACKSON, K.F.; HODGE, D. R.; VAUGHN, M.G. A meta-analysis of culturally sensitive interventions designed to reduce high-risk behaviors among african american youth. ***Journal of Social Service Research***, v. 36, n. 3, p. 163-173, 2010. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01488371003697780>. Acesso em: 1º fev. 2021.

LABOISSIÈRE, P. Maioria de adolescentes acompanhados na atenção básica se alimenta mal. ***Agência Brasil***, Brasília, 16 out. 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2018-10/maioria-de-adolescentes-acompanhados-na-atencao-basica-se-alimenta-mal>. Acesso em: 18 dez. 2020.

LEWINSOHN, P. M.; KLEIN, D. N.; SEELEY, J. R. Bipolar disorder during adolescence and young adulthood in a community sample. ***Bipolar Disorders***, v. 2, n. 3p2, p. 281-293, 2000. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1034/j.1399-5618.2000.20309.x>. Acesso em: 1º fev. 2021.

MAVEDZENGE, S. M. N.; DOYLE, A. M.; ROSS, D. A. HIV prevention in young people in sub-saharan Africa: a systematic review. ***Journal of Adolescent Health***, v. 49, n. 6, p. 568-586, 1 dez. 2011. Disponível em: <https://www.jahonline.org/article/S1054-139X(11)00056-5/abstract>. Acesso em: 1º fev. 2021.

MBUAGBAW, L.; YE, C.; THABANE, L. Motivational interviewing for improving outcomes in youth living with HIV. ***Cochrane Database of Systematic Reviews***, n. 9, 2012. Disponível em: <https://www.cochranelibrary.com/cdsr/doi/10.1002/14651858.CD009748.pub2/full>. Acesso em: 1º fev. 2021.

NHS. ***Why vaccination is safe and important***. Disponível em: <https://www.nhs.uk/conditions/vaccinations/why-vaccination-is-safe-and-important/>. Acesso em: 1º fev. 2021.

OLIVEIRA, A. J.; TRIGO, A. A.; FERRO, L. R. M.;

REZENDE, M. M. Programa Universidades Promotoras de Saúde como proposta de promoção de saúde dentro das universidades. ***Revista AMAzônica***, v. 12, n. 2, p. 383-400, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonica/article/view/6763/4759>. Acesso em: 1º fev. 2021

O'NEILL, J. et al. Applying an equity lens to interventions: using PROGRESS ensures consideration of socially stratifying factors to illuminate inequities in health. ***Journal of Clinical Epidemiology***, v. 67, p. 56-64, 2014. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/24189091/>. Acesso em: 1º fev. 2021.

PAIVA, F. S. DE; RODRIGUES, M. C. Habilidades de vida: uma estratégia preventiva ao consumo de substâncias psicoativas no contexto educativo. ***Estudos e Pesquisas em Psicologia***, v. 8, n. 3, dez. 2008. Disponível em:<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1808=42812008000300009-&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 1º fev. 2021.

RESNICOW, K. et al. Cultural sensitivity in substance use prevention. ***Journal of Community Psychology***, v. 28, n. 3, p. 271-290, 2000. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2000-07785-003>. Acesso em: 1º fev. 2021.

ROJAS, L. M. et al. Evidence-based prevention programs targeting youth mental and behavioral health in primary care: a systematic review. ***Preventive Medicine***, v. 120, p. 85-99, 1 mar. 2019. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0091743518303840>. Acesso em: 1º fev. 2021.

SALVO, N. et al. Prevention of substance use in children/adolescents with mental disorders: a systematic review. ***Journal of the Canadian Academy of Child and Adolescent Psychiatry***, v. 21, n. 4, p. 245-252, nov. 2012. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3490525/>. Acesso em: 1º fev. 2021.

SANDLER, I. et al. Overview of meta-analyses of the prevention of mental health, substance use, and conduct problems. ***Annual Review of Clinical Psychology***, v. 10, p. 243-273, 2014. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/24471372/>. Acesso em: 1º fev. 2021.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE IMUNIZAÇÕES (SBIm). ***#QuemVacinaNãoVacila.*** SBIm, 2020. Disponível em: <https://sbim.org.br/acoes/quemvacinanaovacila. Acesso em: 1º fev. 2021.

SNILSVEIT, B. et al. Incentives for climate mitigation in the land use sector: the effects of payment for environmental services on environmental and socioeconomic outcomes in low- and middle-income countries: a mixed-methods systematic review. ***Campbell Systematic Reviews***, v. 15, n. 3, set. 2019. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1002/cl2.1045>. Acesso em: 1º fev. 2021.

STINSON, J. et al. A systematic review of internet-based self-management interventions for youth with health conditions. ***Journal of Pediatric Psychology***, v. 34, n. 5, p. 495-510, 1 jun. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/jpepsy/jsn115>. Acesso em: 1º fev. 2021.

SUSSMAN, S. Effects of sixty six adolescent tobacco use cessation trials and seventeen prospective studies of self-initiated quitting. ***Tobacco Induced Diseases***, v. 1, n. 1, p. 35, 15 jun. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/1617-9625-1-1-35>. Acesso em: 1º fev. 2021.

UNAIDS. ***Entre na via rápida***: acelerando a resposta ao HIV com enfoque na abordagem do ciclo de vida. Geneva: Joint United Nations Programme on HIV/AIDS, 2016. Disponível em: <https://unaids.org.br/wp-content/uploads/2017/06/2016_entre_na_via_rapida_estimativas_UNAIDS_V3.pdf.>. Acesso em: 1º fev. 2021.

FUNDE DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNFPA). O SUS e a saúde sexual e reprodutiva de adolescentes e jovens no Brasil. Brasília: Ministério da Saúde, 2013, p. 114. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/pub_sus.pdf. >. Acesso em: 1º fev. 2021.

VUJCICH, D. et al. Indigenous youth peer-led health promotion in Canada, New Zealand, Australia, and the United States: a systematic review of the approaches, study designs, and effectiveness. ***Frontiers in Public Health***, v. 6, p. 31, 2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29497608/>. Acesso em: 1º fev. 2021.

WEISSMAN, M. M. et al. Children with prepubertal-onset major depressive disorder and anxiety grown up. ***Archives of General Psychiatry***, v. 56, n. 9, p. 794, 1 set. 1999. Disponível em: <http://archpsyc.jamanetwork.com/article.aspx?doi=10.1001/archpsyc.56.9.794>. Acesso em: 1º fev. 2021.

WERNER-SEIDLER, A.; JOHNSTON, L.; CHRISTENSEN, H. Digitally-delivered cognitive-behavioural therapy for youth insomnia: A systematic review. ***Internet Interventions***, v. 11, p. 71-78, 1 mar. 2018. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2214782917301070>. Acesso em: 1º fev. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). ***Adolescents***: health risks and solutions. Geneve, 2021 Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/adolescents-health-risks-and-solutions>. Acesso em: 17 janeiro. 2021.

_____. ***Coming of age***: adolescent health. Geneve, 2018. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/spotlight/coming-of-age-adolescent-health>. Acesso em: 18 dez. 2020.

_____. ***Ten health issues WHO will tackle this year***. Geneve, 2018. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/spotlight/ten-threats-to-global-health-in-2019>. Acesso em: 1º fev. 2021.

PARCEIROS WORKSHOP



“Para a ir à escola (até ano passado me deslocava de carro e às vezes a pé cerca de 1 km. Agora comecei a faculdade: utilizo ônibus, pago metade e a prefeitura oferece a outra metade do preço. Da minha casa até o ponto vou de carro, pego o ônibus de ida e volta, pego o carro e volto, isso dá um deslocamento de cerca de 80 km ida e volta.”



Mulher cis hétero, 19 anos, estudante do ensino superior (graduação), Rio de Janeiro (RJ)

Em 2018, o contingente de jovens rurais era de 6,8 milhões, com 1 em cada 6 jovens brasileiros vivendo no campo (IBGE, 2018)**.**

A juventude rural representa o maior grupo etário vivendo no meio rural, praticamente um terço (27%) dos habitantes do campo (BRASIL, 2016)**.**

Nas últimas décadas, houve aumento da permanência de jovens entre 15 e 19 anos no campo (IBGE, 2012)**, passando de 60,6% (entre 1980 a 1991) a 61,26% (entre 1991 a 2000), chegando a 65,66% (entre 2000 e 2010).**

Os aumentos contínuos da tarifa de transporte público resultam em gastos pessoais relacionados ao deslocamento urbano que podem chegar a 20% do orçamento pessoal para quem recebe um salário mínimo.[1]

Uma parcela significativa da população em situação de rua no Brasil é composta por jovens com até 35 anos, que representam 43,21% dos homens e 52,23% das mulheres em situação de rua (SILVA; NATALINO; PINHEIRO, 2020)**.**

Entre os 1.679 municípios que dispunham de serviço de transporte coletivo por ônibus intermunicipal, 11,7% estavam com a frota totalmente adaptada para a acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, enquanto 48,8% possuíam frota parcialmente adaptada (IBGE, 2017)

1. "Por que tão caro? Transporte bom e barato é possível", Boletim Casa Fluminense, 2019. Disponível em: <https://casafluminense.org.br/wp-content/uploads/2019/04/2%C2%BA-Boletim-Agenda-Rio-2030-Por-que-t%C3%A3o-caro.pdf>.

São muitos os desafios, mas há caminhos para solucioná-los!

Neste capítulo, você vai ler sobre:

- Intervenções que as evidências científicas apontam como efetivas para avançarmos nas questões de território e mobilidade, tais como ações de **acesso à moradia digna**, por meio de mecanismos de fomento à permanência no campo e de proteção à propriedade de terras de povos indígenas, e promoção de estabilidade habitacional para jovens em situação de rua. Intervenções de **mobilidade urbana sustentável** também se mostram efetivas, através da integração de transporte multimodal, uso de tecnologias limpas e redução de custos do transporte público.
- Lacunas de pesquisas sobre o tema que identificamos, por exemplo, a falta de informações sobre as condições de vida e **especificidades de povos e comunidades tradicionais** e estudos sobre a **mobilidade das juventudes com deficiência, rural e periférica**.
- Ações que podemos botar em movimento no nosso cotidiano – com jovens favorecendo que as juventudes que moram em regiões mais vulneráveis estejam no **centro do debate**, tomadores de decisão adotando **um olhar territorial** ao elaborar políticas públicas e representantes da sociedade civil e do setor privado criando **formatos de empregabilidade das juventudes** acerca deste tema e viabilizando a participação dos jovens de forma remunerada, começamos a trilhar um caminho colaborativo para efetivar o direito ao Território e à Mobilidade!
- Elementos relacionados à garantia da equidade e de uma implementação verdadeiramente inclusiva de políticas e programas. Para que o direito ao território e à mobilidade chegue às **juventudes indígenas, rurais, quilombolas, periféricas e com deficiência**, é necessário que as políticas de transporte sejam descentralizadas e acessíveis. Recursos sociais como parques, quadras esportivas e serviços públicos também precisam ser pensados e instalados de forma equitativamente distribuída nos territórios para que todas as juventudes possam acessá-los. **Não podemos esquecer ninguém pelo caminho!**
- Por fim, fazemos uma retomada dos encaminhamentos das Conferências Nacionais da Juventude, aquecendo o debate para a 4ª Conferência!
- Vamos conhecer mais sobre as juventudes e o direito ao Território e à Mobilidade?



Juventudes e os direitos ao território e à mobilidade: desafios e potencialidades

“Para a ir à escola (até ano passado me deslocava de carro e às vezes a pé cerca de 1 km. Agora comecei a faculdade: utilizo ônibus, pago metade e a prefeitura oferece a outra metade do preço. Da minha casa até o ponto vou de carro, pego o ônibus de ida e volta, pego o carro e volto, isso dá um deslocamento de cerca de 80 km ida e volta.”

Mulher cis hétero, 18 anos, estudante do ensino superior (graduação), Garça (SP)

O território é onde a vida acontece e o seu futuro está intimamente relacionado à conexão que se estabelece com a juventude que vive nele. O senso de pertencimento dos jovens a um território cria possibilidades para atuar em diferentes âmbitos. Essas oportunidades são potencializadas com a ampliação da mobilidade dos jovens, que aprendem, se fortalecem e ampliam seus horizontes ao acessar e entrar em contato com uma diversidade de experiências.

Mobilidade e território são centrais nos modos de vida das juventudes e na vida política, com o território determinando as condições de vida e a mobilidade determinando o acesso a direitos sociais (BRASIL, 2016). O direito ao território e à mobilidade, previsto no Estatuto da Juventude (Lei Federal nº 12.852/2013), compreende a necessidade de políticas públicas abrangentes e intersetoriais, articuladas de modo estratégico, para suprir as diversas desigualdades que impactam o acesso das juventudes a seus direitos.

“Art. 31. O jovem tem direito ao território e à mobilidade, incluindo a promoção de políticas públicas de moradia, circulação e equipamentos públicos, no campo e na cidade. Ao jovem com deficiência devem ser garantidas a acessibilidade e as adaptações necessárias.”

Para viabilizá-las, é necessário identificar as diferentes situações concretas experienciadas e seus principais desafios e potencialidades.

- O Censo Demográfico Brasileiro de 2010 indicou a existência de 43,5 milhões de jovens habitando o meio urbano e 7,8 milhões habitando o campo – meio rural, sertão, rios, florestas (IBGE, 2012).

- Desses quase 8 milhões de jovens rurais em 2010, 53,1% eram homens e 46,9% eram mulheres (IBGE, 2012).

- Em 2018, o contingente de jovens rurais era de 6,8 milhões, com 1 em cada 6 jovens brasileiros vivendo no campo (IBGE, 2018).

- A juventude rural representa o maior grupo etário vivendo no meio rural, praticamente um terço (27%) dos habitantes do campo (BRASIL, 2016).

- Nas últimas décadas, houve aumento da permanência de jovens entre 15 e 19 anos no campo (IBGE, 2012), passando de 60,6% (entre 1980 a 1991) a 61,26% (entre 1991 a 2000), chegando a 65,66% (entre 2000 e 2010).

- As condições de oferta de trabalho e renda, no campo e nas cidades, são avaliadas pelos jovens rurais e influenciam sua intenção de sair ou permanecer na terra. Os que estão próximos a cidades com boas ofertas de trabalho tendem a deixar o campo, embora 4 a cada 5 jovens rurais desejem permanecer no campo (LIMA, 2013).

- Juventudes rurais e de povos e comunidades tradicionais ainda sofrem com isolamento territorial e falta de mobilidade (BRASIL, 2016).

- Em 2018, os custos pessoais por viagem de transporte individual variaram entre R$ 13,04 e R$ 14,67, enquanto os custos pessoais por viagem de transporte coletivo variaram entre R$ 2,35 e R$ 3,76 (ANTP, 2020).

- Os aumentos contínuos da tarifa de transporte público resultam em gastos pessoais relacionados ao deslocamento urbano que podem chegar a 20% do orçamento pessoal para quem recebe um salário mínimo.[1]

- Entre os brasileiros 10% mais pobres, quase um terço parece não ter acesso ao transporte pago, ficando restritos a deslocamentos a pé (CARVALHO; PEREIRA, 2012).

- Entre os 1.679 municípios que dispunham de serviço de transporte coletivo por ônibus intermunicipal, 11,7% estavam com a frota totalmente adaptada para a acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, enquanto 48,8% possuíam frota parcialmente adaptada (IBGE, 2017).

- Uma parcela significativa da população em situação de rua no Brasil é composta por jovens com até 35 anos, que representam 43,21% dos homens e 52,23% das mulheres em situação de rua (SILVA; NATALINO; PINHEIRO, 2020).

- A maior parte da população em situação de rua é composta por homens (82%), negros (67%), com baixa escolaridade (17,1% de analfabetismo) e vínculos familiares fragilizados, sendo que 51,9% têm parentes na cidade em que se encontram, mas 38,9% não mantêm contato (SILVA; NATALINO; PINHEIRO, 2020).

Os direitos à cidade, à terra, à moradia e à mobilidade envolvem jovens oriundos de diferentes contextos. É essencial conhecer essas diferenças e levantar dados atualizados sobre territórios e mobilidade. A juventude rural, por exemplo, abarca uma diversidade de homens e mulheres que residem nas zonas delimitadas como rurais pelos municípios, incluindo comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas, entre outras (BRASIL, 2018).

1 "Por que tão caro? Transporte bom e barato é possível", Boletim Casa Fluminense, 2019. Disponível em: <https://casafluminense.org.br/wp-content/uploads/2019/04/2%C2%BA-Boletim-Agenda-Rio-2030-Por-que-t%C3%A3o-caro.pdf>.



COM A PALAVRA

Marcone Ribeiro do Nascimento Filho

As políticas públicas de juventude têm um papel crucial para o desenvolvimento de estratégias e ações que sejam capazes de fomentar e oportunizar o acesso ao território e a mobilidade das juventudes. Um dos pontos mais importantes nesse processo a ser considerado como ponto de partida para que haja uma maior efetividade das políticas públicas, é compreender que as juventudes são múltiplas, precisam ser ouvidas e elas estão inseridas em diferentes realidades, mesmo quando estejam no mesmo município. E ao ampliar a análise para relação campo e cidade existem especificidades relevantes a serem consideradas no desenvolvimento de políticas públicas de juventude. Um exemplo disso é a dinâmica dos centros urbanos, a forma com que o jovem que vive na periferia transita e vivencia a cidade é diferente do jovem que vive em áreas mais privilegiadas, que é diferente do jovem que se encontra em situação de rua, que é diferente do jovem com deficiência, como apontam os dados apresentados neste documento.

Ao se debruçar no Estatuto da Juventude, lei nº 12.852/2013, a carta de direitos das juventudes, o garantir o direito ao território e à mobilidade, perpassa a promoção de políticas públicas que contemplem os jovens acessarem a cidade na sua integridade, isso perpassa políticas de moradia, de circulação na cidade e o acesso a equipamentos públicos. Com isso, é importante ter olhar especial para as pessoas com deficiência e a população jovem de baixa renda, que vive no dia a dia a desigualdade social existente nas cidades. Se tratando das juventudes inseridas nos centros urbanos, em específico, dos jovens e das jovens em contextos periféricos, o grande desafio no que tange a mobilidade urbana e o acesso à cidade, é a negligência e a distribuição de transportes públicos de modo desigual nos territórios, impossibilitando que essas juventudes possam acessar e vivenciar a cidade de forma democrática e automaticamente, inviabilizando o acesso dessas juventudes as demais políticas. Pois é importante enfatizar que as políticas públicas só funcionam se forem feitas de forma transversal e intersetorial. Não dá para pautar cultura, esporte e lazer, empregabilidade, acesso à saúde e/ou educação sem pautar mobilidade e territorialidade.

Essa mesma realidade é refletida para os jovens que se encontram no campo, no quilombo ou nas populações indígenas e que cada uma dessas juventudes possui especificidades e heterogeneidades a serem compreendidas e contempladas. Por isso, é necessário priorizar a qualificação do planejamento urbano, com foco no desenvolvimento sustentável, contemplando a diversidade e demandas das juventudes. Além de estruturar a realização do monitoramento das políticas públicas executadas pelo município, com estratégias para medir a efetividade das políticas e a realização de estudos para ajudar na priorização de determinadas ações estratégicas num território. E assim, possibilitar reflexões de como determinada política pode ser potencializada de acordo com a complexidade dos avanços e desafios da sociedade.

A escassez de políticas públicas para a juventude no campo produz diversas pressões materiais que dificultam a vida e forçam processos migratórios. A literatura sobre juventude rural ainda é incipiente e marcada por uma concepção estigmatizante do meio rural como "precário" ou "atrasado" e por teses sobre a "inexorabilidade" dos processos migratórios e "o fim do rural" (VALADARES et al., 2016). Em contraposição a essa tendência histórica, movimentos sociais da juventude situada no meio rural têm consolidado sua identidade política e colocado em pauta as questões de permanência da juventude no campo, feminismo no campo, agricultura familiar, transição agroecológica e a necessidade de políticas públicas para garantir a inserção e permanência da juventude no campo.

Políticas públicas articuladas são capazes de reduzir as pressões migratórias e facilitar a permanência da juventude no campo, fortalecendo a agricultura familiar e a economia rural. Os principais fatores, em termos de políticas públicas, que facilitam a permanência da juventude no campo são: as políticas de educação – em especial o ensino técnico e universitário –, as políticas de crédito e o acesso à terra (VALADARES et al., 2016). Além de acesso ao crédito rural e reforma agrária, as políticas para permanência da juventude no campo devem contemplar outras dimensões da vida e do exercício da cidadania muitas vezes invisibilizadas pela questão da produção agrícola, como educação contextualizada, inserção digital, acesso às tecnologias de comunicação, oportunidades de lazer, esportes e atividades culturais (BRASIL, 2016).

A juventude que habita o meio urbano tem como grande desafio comum a mobilidade urbana e o acesso à cidade, organizado de modo desigual no território urbano. A acessibilidade se refere à capacidade de alcançar um determinado lugar, medida pelo tempo de viagem, enquanto que mobilidade, medida pelo número de viagens/dia por pessoa, refere-se à facilidade com que o deslocamento pode ser realizado (LOBO; CARDOSO; MAGALHÃES, 2013). As transformações demográficas do último século resultaram na concentração da maior parte da população mundial nas cidades, exigindo maior planejamento urbano e organização sustentável (KUMAR; AGARWAL, 2013).

A organização da mobilidade urbana centrada no uso de automóveis particulares tem se mostrado insustentável, ineficaz e excludente, sendo necessário desenvolver planos de mobilidade urbana sustentável que tenham como eixos estratégicos o transporte público e o transporte multimodal (COSTA; THAUMATURGO DA SILVA; COHEN, 2013).

O acesso universal ao espaço público é uma das metas da Agenda 2030 (objetivo 11), em especial para as mulheres, crianças, pessoas idosas e com deficiência, bem como a garantia universal de habitação segura e com preço acessível, com favelas urbanizadas e atendidas por sistemas de transporte para todos.

O transporte público sem planejamento e submetido ao mercado também dificulta o acesso à cidade. A necessidade de maior planejamento do transporte público com vistas à mobilidade urbana sustentável surge em contraposição a um modelo de sistemas de ônibus com serviços privados regulados pelo mercado e à fragmentação do planejamento, financiamento e operacionalização do sistema de transportes entre diversas instituições, sistema que se mostra privatista, insustentável e pouco acessível (KUMAR; AGARWAL, 2013). As consequências desse modelo atingem de modo acentuado a população residente nas periferias urbanas, que lida com gastos maiores com deslocamento, menos tempo livre, menor acesso a bicicletas e outras alternativas de mobilidade no dia a dia e redução da oferta de melhores oportunidades de trabalho.[2]

Os contínuos aumentos na tarifa do transporte público são resultado de um modelo de gestão que responsabiliza o usuário final pelo financiamento do sistema de transporte público, gerando um ciclo vicioso de aumentos da tarifa que desestimulam o uso do transporte público, reduzindo seu uso e acarretando novos aumentos de tarifa. Estratégias de superação desse modelo insustentável envolvem buscar outras fontes de financiamento, como subsídios governamentais, contribuições de empresas e taxas sobre o uso do transporte individual motorizado.[3]

2 "Por que tão caro? Transporte bom e barato é possível", Boletim Casa Fluminense, 2019. Disponível em: <https://casafluminense.org.br/wp-content/uploads/2019/04/2%C2%BA-Boletim-Agenda-Rio-2030-Por-que-t%C3%A3o-caro.pdf>.

3 "Por que tão caro? Transporte bom e barato é possível", Boletim Casa Fluminense, 2019. Disponível em: <https://casafluminense.org.br/wp-content/uploads/2019/04/2%C2%BA-Boletim-Agenda-Rio-2030-Por-que-t%C3%A3o-caro.pdf>.

No que tange tanto à circulação pelo território quanto ao direito à moradia, a situação de rua é uma condição complexa e multifatorial, marcada por trajetórias de vida muito singulares, exigindo atenção caso a caso e articulação entre diversos programas e políticas públicas. A campanha Housing4All, da ONU Habitat, destaca que moradia não se limita ao espaço físico e consiste em um direito humano fundamental para a promoção de dignidade, segurança, bem-estar, saúde e inclusão social.[4]

A juventude urbana apresenta os desafios singulares das realidades das periferias, dos grandes centros e das cidades pequenas que dependem em maior medida de uma articulação regional e de uma boa gestão dos espaços públicos.[5] A experiência diária no deslocamento está diretamente relacionada com a forma como as oportunidades são distribuídas pela cidade. As regiões centrais de grandes cidades tendem a concentrar empregos, serviços, comércio e lazer, o que torna mais difícil (e custoso!) o acesso de quem mora mais longe. Dessa forma, pensar o direito à cidade é, antes de tudo, pensar em como diminuir desigualdades sociais mais amplas.

Você sabia que...

A insegurança dos territórios prejudica a mobilidade, o acesso a bens e serviços e aumenta a letalidade. Nesse sentido, a violência urbana e a alta concentração de homicídios entre a juventude se configura como um obstáculo significativo na mobilidade e acesso à cidade para essa população.

A mobilidade no espaço urbano também está especialmente relacionada à possibilidade de acesso a atividades culturais. Nesse sentido, a juventude urbana exerce protagonismo na democratização do espaço público por meio da ocupação do espaço e realização de atividades culturais (BRASIL, 2016).

Sendo assim, este capítulo dialoga com os capítulos sobre "Acesso à justiça e à segurança pública" e sobre "Cultura, esporte, lazer e comunicação".

"Não me desloco tanto, até tenho ações na cidade em geral. Participo como estudante do projeto social Jovem de Expressão, e com base na consciência que adquiri no projeto tento reproduzir cotidianamente esse fortalecimento através da economia criativa e mais regional."

Mulher cis bissexual, 23 anos, estudante do ensino médio, Ceilândia (DF)

4 Disponível em: <https://unhabitat.org/sites/default/files/2020/09/Housing4All_Toolkit.pdf>.

5 Parcerias para gestão do espaço público: <https://itdpbrasil.org/wp-content/uploads/2020/09/Relat%C3%B3rio_Parcerias-para-a-gest%C3%A3o-de-espa%C3%A7os-p%C3%BAblicos.pdf>.

Juventudes e migrações

Sendo o mais móvel dos grupos sociais, as juventudes constituem a maior parte dos movimentos migratórios anuais no mundo. Quando os jovens migram em condições de liberdade, dignidade, equidade e segurança, eles podem impulsionar o desenvolvimento econômico e social dos países de origem e de destino. Mas, em um contexto de desemprego, muitos jovens migrantes frequentemente ficam presos em empregos exploradores e abusivos, incluindo trabalhos forçados. (ILO, 2020b).

A migração juvenil pode ser relacionada ao despovoamento das áreas rurais, na medida em que os jovens, não raro, mudam-se para ambientes urbanos. Também pode representar uma fonte de sofrimento para as pessoas que se mudam, em particular em termos de saúde mental, resultados educacionais e rendimentos individuais (BELMONTE; MCMAHON, 2019). Os jovens migrantes são mais vulneráveis quando, em combinação com a sua idade e fase de vida, experimentam isolamento, exclusão, discriminação e insegurança.

Por outro lado, a migração de jovens também é uma oportunidade, se considerarmos a relação entre a mobilidade espacial e a mobilidade social, como ocorre na concretização do acesso à educação e a oportunidades de emprego (BELMONTE; MCMAHON, 2019). A globalização promoveu um aumento no número de jovens que realizam intercâmbio estudantil, que, em 2009, representavam pouco menos de 4 milhões de pessoas. Mesmo quando os jovens migrantes não são admitidos explicitamente para fins de emprego, eles são mais propensos a ser economicamente ativos do que os jovens não imigrantes. Contudo, adolescentes e jovens migrantes podem ter piores salários e condições de trabalho, devido à falta de autorizações ou certificados e dificuldades com o idioma. Índices de desemprego entre os jovens migrantes podem ser um indicativo de problemas de adaptação no país anfitrião, bem como de discriminação e xenofobia.[6]

Globalmente, 21% do total de migrantes internacionais estava na faixa etária de 15 a 29 anos, em 2019. Isso representa pouco menos de 57 milhões de pessoas, oriundas principalmente da África, da América Latina e Caribe ou da Ásia (ILO, 2020a). Das pessoas que emigraram do Brasil em 2019, quase metade era do sexo feminino (UN, 2019).

Não há consenso de dados sobre quantos brasileiros residem no exterior. Enquanto o Censo de 2010 apontava para menos de 500 mil pessoas, dados do Ministério das Relações Exteriores estimavam 3 milhões de pessoas que viviam no exterior em 2015, quase metade com destino para os Estados Unidos, inclusive de forma ilegal. De acordo com esses dados, a faixa etária de 20 a 34 anos corresponderia a 60% do total e as mulheres seriam maioria.[7] Dados mais atuais do programa ***Ciência sem Fronteiras*** apontam cerca de 93 mil bolsas de mobilidade internacional implementadas desde 2011,[8] em sua maioria para apoiar jovens em cursos de graduação no exterior.

De 2010 a 2018, foram registrados 774,2 mil imigrantes internacionais que vieram para o Brasil, mais da metade permanecendo por longo prazo e oriunda de países da América Latina e do Caribe. Em sua maioria, eram pessoas do sexo masculino, jovens (20 a 34 anos) e com ensino médio ou superior. Já na migração temporária, por ter uma participação importante de imigrantes que vêm para o Brasil com objetivos acadêmicos, o grupo etário de 15 a 24 anos representou 35,5% do total, um pouco abaixo dos 38,6% representados pela faixa etária de 25 a 39 anos. Por fim, os solicitantes de refúgio ou refugiados estavam concentrados na faixa etária de 20 a 39 anos de idade (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2019).

Quando consideramos a migração interna no Brasil, as juventudes novamente são protagonistas. Das 3,3 milhões de pessoas que deixaram seus estados de origem, entre 2003 e 2008, a maioria tinha entre 18 e 29 anos. Esse grupo apresentava uma taxa de desemprego menor do que a de não migrantes e uma taxa maior de formalidade, mas com carga horária acima de 45 horas semanais. Os maiores fluxos de migração eram entre estados da região Sudeste e entre o Nordeste e o Sudeste (IPEA, 2010).

Já o Censo 2010 mostrou que 35,4% da população não residia no município onde nasceu, sendo que 14,5% (26,3 milhões de pessoas) moravam em outro estado. São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Goiás acumularam a maior quantidade de pessoas residentes que não nasceram lá. Enquanto isso, Minas Gerais, Bahia, São Paulo e Paraná foram os estados com os maiores volumes de população natural que migrou.[9] No mesmo ano, cerca de 2,3 milhões de pessoas de 23 a 29 anos migraram dentro do território brasileiro (ARAÚJO et al., 2014).

6 Youth migration: facts and figures, 2014. Disponível em: <https://global-migrationgroup.org/system/files/4._Chapter_1.pdf>.

7 Notícia: "Censo IBGE estima brasileiros no exterior em cerca de 500 mil". Disponível em: <http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/notícias/censo-ibge-estima-brasileiros-no-exterior-em-cerca-de-500-mil>.

8 Programa Ciência sem Fronteiras. Disponível em: <http://cienciasem-fronteiras.gov.br/web/csf/o-programa>.

9 Notícia: "Migração e deslocamento": <https://cnae.ibge.gov.br/en/component/content/article/95-7a12/7a12-vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/1471-migracao-e-deslocamento.html>.

Juventudes e os direitos ao território e à mobilidade: intervenções efetivas

O que descobrimos e o que já fazemos no Brasil?

De políticas nacionais relacionadas a essa temática, temos:

Agenda Social Quilombola – Decreto nº 6.261, de 20 de novembro de 2007: a agenda prevê ações de diferentes ministérios e secretarias federais por meio do Programa Brasil Quilombola, voltadas à garantia do acesso à terra, à infraestrutura e à qualidade de vida; à inclusão produtiva e ao desenvolvimento local; e à cidadania das populações remanescentes de quilombos.

Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos Tradicionais e Comunidades Tradicionais (PNPCT). Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Política que compreende ações voltadas ao desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais, incluindo a população indígena, quilombola e ribeirinha. Diferentes ações foram inscritas posteriormente à Política, como o Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas (Planafe).

Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas (Planafe) – Decreto nº 9.334/2018: tem como diretrizes: a) articular políticas públicas adequadas às realidades das comunidades extrativistas e ribeirinhas; b) assegurar os direitos básicos das comunidades extrativistas e ribeirinhas, aos recursos naturais, ao território, à saúde, à educação e à produção sustentável, priorizando a superação da pobreza e da extrema pobreza; c) garantir a participação social no âmbito do planejamento, monitoramento e avaliação do Planafe; d) incentivar a conservação e o uso sustentável da biodiversidade pelas comunidades tradicionais extrativistas e ribeirinhas; e) viabilizar a inclusão social e produtiva das comunidades extrativistas e ribeirinhas, principalmente das mulheres e jovens; f) desenvolver mecanismos de apoio à estruturação das cadeias de produtos da sociobiodiversidade; g) desenvolver incentivos para pagamentos de serviços ambientais e ecossistêmicos prestados pelas comunidades extrativistas e ribeirinhas; h) combater o racismo étnico nas instituições governamentais; i) ampliar o reconhecimento das formas de organização dos movimentos sociais, por parte das instituições e órgãos de governo; j) considerar a questão de gênero e juventude nas políticas e programas governamentais visando à inclusão social e produtiva das mulheres e jovens. Saiba mais.

Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural – Decreto nº 8.736, de 3 de maio de 2016 (Revogado pelo Decreto nº 10.473, de 14 de agosto de 2020): tem como objetivo integrar e articular políticas, programas e ações para a promoção da sucessão rural e a garantia dos direitos da juventude do campo. Para tanto, as ações do Plano distribuem-se em cinco eixos temáticos: terra e território; trabalho e renda; educação do campo; qualidade de vida; participação, comunicação e democracia, e contam com a participação de oito ministérios. Veja mais detalhes aqui.

Juventudes nas Cidades: em andamento desde 2017 e destinado à juventude que vive em periferias e favelas urbanas brasileiras, esse projeto visa assegurar direitos, melhores oportunidades de trabalho e renda, mobilidade social e participação democrática do jovem no Distrito Federal, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo. Saiba mais.

Em nossas buscas (ver o Apêndice), foram encontradas evidências de efetividade acerca de 5 temas, a saber: **1) juventude rural; 2) juventude indígena e de povos e**

comunidades tradicionais; 3) cidade e situação de rua; 4) cidade e qualidade da moradia; e 5) mobilidade urbana sustentável. A seguir, descrevemos cada tema, trazendo mais dados para apoiar sua compreensão, as evidências identificadas e algumas políticas nacionais que endereçam desafios pertinentes.

"Ah, eu gosto desse meio, eu me sinto nesse meio. Igual, eu faço curso de agronomia porque eu quero continuar, mesmo que não for assim na mesma fazenda, mas eu quero continuar."

"Eu tenho vontade de ficar, mas é mais por amor mesmo, porque é uma pequena propriedade. Eu enxergo que tem como ganhar dinheiro mas às vezes acaba que é mais fácil enxergar mais oportunidade na cidade. Mas eu queria mesmo era por uma questão de sucessão. Eu acho que é um pecado não continuar aquilo que o meu pai tem e trabalhou a vida inteira e meu avô também."

Jovens participantes da pesquisa Jovens rurais e influências institucionais para a permanência no campo: um estudo de caso em uma cooperativa agropecuária do Triângulo Mineiro.

1) Juventude rural

- 70% dos jovens rurais se declaram pretos ou pardos (IBGE, 2018).
- Entre 2000 e 2010, 2 milhões de pessoas que viviam no campo migraram para as áreas urbanas – a faixa etária que mais sofreu redução foi a de 15 a 29 anos (IBGE, 2018).
- As mulheres jovens migram do campo com mais frequência, o que vem provocando uma diferença populacional importante entre jovens homens e mulheres. Em algumas regiões do país, essa diferença pode chegar a 10% mais homens do que mulheres nas zonas rurais (IBGE, 2018).

Tabela 1 – População rural com idade entre 15 e 29 anos segundo o sexo

Brasil, grande região e unidade da federação	**2011**			**2018** (4 Trimestre)			**Variação %** (2011 a 2018)		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Brasil	3.691.313	3.382.826	7.074.139	3.591.229	3.222.756	6.813.985	–2,7%	–4,7%	–3,7%
Norte	567.430	489.605	1.057.035	557.681	468.668	1.026.349	–1,7%	–4,3%	–2,9%
Nordeste	1.863.985	1.746.891	3.610.876	1.865.964	1.698.253	3.564.217	0,1%	–2,8%	–1,3%

Sudeste	659.278	596.324	1.255.602	600.545	554.667	1.155.212	-8,9%	-7,0%	-8,0%
Sul	459.559	413.923	873.482	411.901	362.820	774.721	-10,4%	-12,3%	-11,3%
Centro-Oeste	141.061	136.083	277.144	155.138	138.347	293.485	10,0%	1,7%	5,9%

FONTE: PNAD. ELABORAÇÃO: SUBSEÇÃO DIEESE CONTAG.

- Dentre as principais razões apontadas pelos jovens para sair do campo, destacam-se: a) para estudar; b) para conseguir emprego/trabalho; c) para acompanhar a família que se mudou (BRASIL, 2013).

Em termos de território e mobilidade, a juventude rural demanda acesso à terra e mecanismos para fomentar sua permanência no campo. Foram identificadas intervenções que focam na formalização da posse da terra, na participação de jovens em negócios rurais, no aumento da produtividade rural, na constituição de cadeias produtivas e na promoção da equidade de gênero no campo.

A participação de jovens em negócios rurais é foco de intervenções que buscam promover atitudes positivas em relação ao trabalho rural. Dentre elas, há a possibilidade de desenvolver carreiras rurais para jovens, a capacitação e desenvolvimento de habilidades sobre negócios rurais, o acesso a crédito rural e a recursos produtivos, além do fomento à participação de jovens em projetos coletivos e cooperativas. No entanto, apenas aumentar a participação em negócios rurais tem como limitação a baixa promoção do acesso à terra e a dificuldade de garantir participação de jovens tanto na tomada de decisão nos negócios rurais quanto no desenho, implementação e avaliação das intervenções (YAMI et al., 2019).

A formalização de posse da terra parece favorecer a permanência no campo. Tal intervenção apresenta resultados positivos no investimento de médio e longo prazo nos cuidados com a terra e aprimoramento do solo e no aumento do empoderamento feminino nos casos em que mulheres centralizam ou participam conjuntamente da posse da terra – embora não haja evidências de impacto em outros desfechos, como produtividade da terra, redução de conflitos ou segurança alimentar (HIGGINS et al., 2018). Programas direcionados para mulheres no meio rural devem garantir que as beneficiárias sejam apoiadas pelos outros membros da família por meio de estratégias de diálogo com os demais integrantes do sistema familiar (KUMAR et al., 2018).

É importante destacar que, desde 2003, existe o **Programa Nacional de Crédito Fundiário, que conta com o Selo Nossa Primeira Terra,** linha direcionada para jovens sem-terra, agricultores e filhos de agricultores, e/ou egressos das escolas agrotécnicas, escolas rurais, entre outros jovens. Os benefícios e limitações de tal programa de crédito foram evidenciados no I Seminário Nacional de Políticas Públicas e Juventude Rural, sendo especialmente evidenciadas as contradições que podem haver entre a forma como são estruturados os créditos rurais para acesso à terra e os preceitos da reforma agrária (BARCELLOS, 2016).

Saiba mais

Juventude rural e as políticas e programas de acesso à terra no brasil: recomendações para políticas de desenvolvimento para o jovem rural (LIMA, 2013).

Juventude rural e políticas públicas no Brasil (BRASIL, 2014).

"Jovens e juventudes em estudos rurais do Brasil" (TROIAN; BREITENBACH, 2018).

O aumento de produtividade envolve intervenções focadas em um problema de produtividade específico (melhoramento de sementes, controle de pragas, irrigação), realizadas em larga escala e na formação de cadeias produtivas de alto valor agregado (JISSE et al., 2011). A constituição de cadeias produtivas depende de intervenções de formação e desenvolvimento de capacidades, com investimentos financeiros (KUMAR et al., 2018). Ainda, programas focados na formação de grupos para a constituição de cadeias produtivas devem investir tempo e recursos na seleção e formação de facilitadores, de modo a promover a participação e a igualdade de gênero, conduzindo o trabalho em direção aos resultados esperados (KUMAR et al., 2018).

Outras intervenções envolvem atestados de qua-

lidade de produtos rurais – resultando em valor agregado nos níveis de distribuição e consumo (CEI et al., 2018) – e **intervenções governamentais de controle de preços de alimentos** – resultando em efeitos muito positivos na segurança alimentar (JISSE et al., 2011).

No entanto, observa-se que as intervenções ainda são bastante focadas no componente de emprego e produtividade no meio rural, em detrimento de temas como saúde, educação e cultura. Um modelo de escolas no campo parece melhorar os conhecimentos e práticas de agricultores em relação ao meio ambiente e afetar positivamente sua autoconfiança, além de aumentar a produtividade e a renda, mas tais resultados não se sustentam por longos períodos (WADDINGTON et al., 2014). É essencial, portanto, investir em maiores conhecimentos sobre o bem-estar da juventude no campo e as possibilidades (ou barreiras) de acesso ampliado a direitos por esse grupo.

O Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, criado pelo governo federal em 3 de maio de 2016, afirmava as múltiplas questões envolvendo a permanência dos jovens no campo, bem como a centralidade do papel do Estado:

Art. 4º – São diretrizes do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural:

I. garantia dos direitos sociais e da juventude;
II. garantia de acesso a serviços públicos;
III. garantia de acesso às atividades produtivas com geração de renda e promoção do desenvolvimento sustentável e solidário;
IV. estímulo e fortalecimento das redes da juventude nos territórios rurais;
V. valorização das identidades e das diversidades individual e coletiva da juventude rural;
VI. atuação transparente, democrática, participativa e integrada.

Art. 6º – São eixos de atuação do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural:

I. acesso à terra e ao território;
II. garantia de trabalho e renda;
III. acesso à educação do campo;
IV. promoção da qualidade de vida;
V. ampliação e qualificação da participação.

Todavia, o Plano foi revogado pelo Decreto 10.473/2020.

própria terra."

Arapuá Tarairiú, jovem indígena, educador popular e músico de rua, em reportagem do Brasil de Fato, em 2019

As juventudes indígenas, ribeirinhas e quilombolas são frequentemente invisibilizadas e carecem da construção de políticas e ações públicas que dialoguem com suas especificidades e heterogeneidades. Alguns dados que apontam a situação dessas juventudes:

- Segundo os dados do Censo de 2010 (IBGE, 2012), 0,3% dos jovens brasileiros de 15 a 24 anos viviam

2) Juventude indígena e de povos e comunidades tradicionais

"A arte de rua, para mim, é também uma possibilidade de dialogar com meus possíveis parentes, pessoas como eu – da classe trabalhadora, morador de periferia de grandes capitais –, que cresceram ao redor de colônias europeias que foram construídas nesse território. [...] Ser alienado é acreditar que é alienígena dentro da

em terras declaradas indígenas.

- Em 2010, 84.442 jovens de 15 a 29 anos se declararam indígenas, o que representava 0,4% da população jovem nacional e 26,6% da população total de indígenas do país; 38,6% desses jovens residia em zonas urbanas e 61,4% em zonas rurais (IBGE, 2012).

- Em 2010, 50,9% dos jovens autodeclarados indígenas eram do sexo masculino e 49,1% do sexo feminino.

- Até o ano de 2017, a Fundação Cultural Palmares (FCP) havia certificado 2.962 comunidades quilombolas no Brasil.

- Já o IBGE (2019) estima que existam 7.103 localidades indígenas e 5.972 localidades quilombolas no Brasil.10

Tanto a Constituição Brasileira, quanto a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, como a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas protegem o direito à propriedade das terras indígenas. A Convenção nº 169 estabelece o dever dos estados de reconhecer o direito à propriedade e à posse de terras que são tradicionalmente ocupadas e garantir sua efetiva proteção. Por sua parte, a Declaração mostra que os povos indígenas têm direito às terras, territórios e recursos naturais que tradicionalmente tenham possuído, ocupado, utilizado ou adquirido e direito a possuir, utilizar, desenvolver e controlar as terras, territórios e recursos que possuem, ocupam ou utilizam de maneira tradicional, assim como aqueles que tenham adquirido de outra forma.11

No entanto, o processo de demarcação de terras pode ser lento e burocrático, e não oferece proteção em face de diversas ameaças que esses povos vivem, desde conflitos no campo até projetos de transposição de rios e barragens que afetam as possibilidades de vida nos seus territórios (CIMI, 2014).

Lições aprendidas na garantia do direito à terra para povos indígenas[12]

- O reconhecimento dos direitos coletivos dos povos indígenas sobre terras, territórios e recursos é um caminho para a redução da pobreza e o desenvolvimento sustentável.
- Todas as intervenções que afetam a vida dos povos indígenas requerem uma contribuição inicial e contínua dos grupos dentro de uma comunidade (por exemplo, mulheres, jovens, idosos) para garantir que as iniciativas respondam às prioridades coletivas, estejam em consonância com a cultura local e reflitam as escolhas de desenvolvimento.
- A participação das comunidades no processo de acesso à terra ajuda a evitar conflitos potenciais e a garantir a apropriação da comunidade e sustentabilidade.
- A garantia do acesso e da titulação oficial dos territórios tradicionais dos povos indígenas deve ser sustentada por ações complementares, como o ordenamento do território e a gestão de recursos naturais, uma gama diversificada de intervenções e oportunidades de geração de renda, capacitação e treinamento.
- Os direitos coletivos à terra dos povos indígenas são inseparáveis de seu direito à alimentação, já que os povos indígenas dependem da terra e dos recursos relacionados para sua segurança alimentar e meios de subsistência. A expansão das fronteiras agrícolas, indústrias exploradoras, mudanças na gestão do uso da terra, entre outras atividades, podem representar ameaças aos povos indígenas.
- Um desafio que os povos indígenas muitas vezes enfrentam é o acesso limitado a informações sobre seus direitos e suas capacidades para se envolver em processos legais para garantir o acesso e a titulação de seus territórios tradicionais.
- Os modos de viver e os conhecimentos ecológicos dos povos indígenas podem contribuir significativamente para o desenvolvimento sustentável de baixo carbono, para a conservação da biodiversidade e para a diversidade genética de produtos agrícolas.
- É importante garantir a participação de mulheres e homens na tomada de decisão sobre o uso e a gestão coletiva da terra e seus recursos. Da mesma forma, é importante garantir a inclusão da juventude indígena no acesso e na proteção dos direitos coletivos à terra.

10 Indígenas e quilombolas: <https://mapasinterativos.ibge.gov.br/covid/indeg/>.

11 Manual para defender os direitos dos povos indígenas: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2017/11/manual_direitos_indigenas.pdf>.

12 Indigenous peoples' collective rights to lands, territories and natural resources: <https://www.ifad.org/documents/38714170/40272519/IPs_Land.pdf/ea85011b-7f67-4b02-9399-aaea99c414ba#:~:text=The%20Declaration%20affirms%20indigenous%20peoples,shall%20give%20legal%20recognition%20to>.

É marcante a lacuna de estudos que investiguem os efeitos de intervenções voltadas ao direito à terra por povos e comunidades tradicionais. O único estudo identificado voltado a esse público focava em intervenções culturalmente sensíveis em saúde direcionadas a jovens indígenas (JACKSON; HODHE, 2010).

Leia mais sobre esse tema na reportagem "**Artistas, educadores, youtubers: a luta da juventude indígena em múltiplas expressões"**, do *site Brasil de Fato* (2019).

3) Cidade e situação de rua

As principais intervenções com evidências de efetividade para atender às necessidades de jovens em situação de rua encontradas foram os programas de Moradia Primeiro (Housing First), as intervenções psicoterápicas e as intervenções familiares (WANG et al., 2019). A intervenção estrutural de Moradia Primeiro melhora a segurança habitacional, enquanto as intervenções psicoterápicas com terapia cognitivo-comportamental reduzem sintomas de depressão e abuso de substâncias e as intervenções familiares reduzem o uso de substâncias e indicam melhora na coesão familiar.

Diversos tipos de programas de moradia e modalidades de manejo de caso demonstram efeitos positivos e similares de redução da situação de rua e promoção da estabilidade habitacional (MUNTHE-KAAS; BERG; BLAASVÆR, 2016). A estratégia de Moradia Primeiro prevê acesso imediato à moradia para pessoas em situação de rua, sem nenhuma pré-condição, resultando no aumento da estabilidade habitacional (BAXTER et al., 2019). No entanto, seus efeitos variam em função de tipo de vulnerabilidade, estado de saúde, coerência do programa e localização do serviço (CHAMBERS et al., 2018). As intervenções de Moradia Primeiro não apresentam efeitos significativos nos padrões de uso de álcool e outras substâncias em um período de 24 meses, mas apresentam redução no uso de álcool em um período de 48 meses (BAXTER et al., 2019).

Para a promoção da estabilidade habitacional, é comum combinar programas de moradia e de assistência a pessoas em situação de rua. Estudos indicam que: 1) moradia paralela ao tratamento e moradia integrada ao tratamento são equivalentes; 2) moradia paralela ao tratamento é superior a ausência de moradia; 3) não há evidência suficiente indicando que moradia integrada ao tratamento seria superior à ausência de moradia; 4) manejo de caso intensivo é superior a manejo de caso regular; 6) não há evidências suficientes para concluir se moradia integrada com manejo de caso intensivo é superior a manejo de caso regular (ANTTILA et al., 2010). Ainda, programas de moradia assistida, articuladas com estratégias terapêuticas e tratamento penal individualizado, apresentam resultados positivos na redução da reincidência entre pessoas egressas do sistema prisional e em liberdade condicional (GROWNS et al., 2018). Por fim, são necessários estudos de intervenções considerando diferentes marcadores sociais, como mulheres em situação de rua e pessoas usuárias de substâncias psicoativas (ANTTILA et al., 2010).

Saiba mais

Disponível em inglês, o **Mapa de evidências sobre população em situação de rua**, do Centre for Homelessness Impact, traz um compilado de intervenções utilizadas para promover políticas de moradia, emprego, comunicação, educação, saúde, entre outros.

Em São Paulo, o **Programa de Braços Abertos**, criado pelo Decreto Municipal nº 55.067/2014, foi composto por um conjunto de ações intersetoriais e integradas, centradas na lógica de redução de danos, de promoção do acesso a direitos sociais para pessoas em situação de rua, incluindo moradia. O programa recebeu destaque pela sua abordagem humanista e efetiva de redução nos padrões de uso de substâncias, doenças infectocontagiosas e crimes violentos na região.

4) Cidade e qualidade da moradia

Intervenções na qualidade das condições de moradia que promovem bem-estar e melhoram indicadores de saúde envolvem aumento da eficiência energética,13 melhoria das condições térmicas, instalação de alarmes de incêndio e acessibilidade da moradia (BIRD et al., 2018). Investimentos que promovem segurança térmica na habitação resultam em melhorias em condições de saúde, em especial para pessoas com alguma doença respiratória crônica, e podem reduzir faltas na escola ou no trabalho (THOMSON et al., 2013). Acesso à infraestrutura favorável para caminhada e ciclismo, transporte público e medidas de moderação do tráfego também apresentam desfecho positivo para a saúde e prevenção de acidentes, bem como envolvimento com áreas verdes e baixos níveis de exposição à poluição do ar e à poluição sonora apresentaram desfechos positivos na saúde física e mental (BIRD et al., 2018).

A forma de organização e tomada de decisão no processo de implementação e fornecimento de serviços básicos em comunidades de periferia — seja de cima para baixo (decisão vertical e centralizada pela gestão pública) ou de baixo para cima (participação da comunidade no planejamento, decisão, implementação e avaliação da política) — implica resultados distintos. Abordagens de cima para baixo apresentaram resultados positivos em setores que necessitam centralização, como eletricidade, mas resultados negativos em outros setores, como água e saneamento básico. Abordagens de baixo para cima apresentaram evidências de resultados positivos para a implementação de serviços de água e saneamento básico por ampliar a participação na tomada de decisão, a acessibilidade e o senso de pertencimento da comunidade (DEVKAR et al., 2019).

O programa habitacional **Minha Casa, Minha Vida** oferece subsídio integral para a construção de moradias para famílias que ganham menos de 10 salários mínimos. Críticas ao programa apontam para a ineficácia social dos empreendimentos, sobretudo devido às condições de infraestrutura, mobilidade urbana e acesso aos equipamentos de saúde, educação e lazer, fatores responsáveis pela segregação socioespacial dos residentes (CARVALHO; STEPHAN, 2016). Todavia, experiências de planejamento arquitetônico elaboradas em conjunto com os futuros moradores, mediadas por movimentos populares de luta por moradia, parecem ter resultado em moradias mais eficientes.

A juventude com deficiência é um público prioritário para se pensar a qualidade da moradia e sua integração com o território. O Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite oferece estímulo ao desenvolvimento de tecnologias assistivas para pessoas com deficiência, inclusive relacionadas à mobilidade e à autonomia habitacional. Suas principais ações são a criação de centros tecnológicos para formar treinadores e instrutores de cães-guia, a instituição do Programa Nacional de Inovação em Tecnologia (financia pesquisa e inovação em tecnologias assistivas) e a criação de linhas de crédito para a aquisição pessoal de tecnologias assistivas.

Para jovens com deficiência que não disponham de condições de autossustentabilidade ou de retaguarda familiar, há os Serviços de Acolhimento Institucional em Residência Inclusiva. As Residências Inclusivas estão vinculadas à Proteção Social Especial de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social. Têm o propósito de romper com a prática do isolamento, de mudança do paradigma de estruturação de serviços de acolhimento para pessoas com deficiência em áreas afastadas ou que não favoreçam o convívio comunitário. São residências adaptadas, com estrutura física adequada, localizadas em áreas residenciais na comunidade, dispondo de equipe especializada que proporciona cuidado e atenção às necessidades individuais e coletivas. Têm como finalidade propiciar a construção progressiva da autonomia e do protagonismo no desenvolvimento das atividades da vida diária, a participação social e comunitária e o fortalecimento dos vínculos familiares com vistas à reintegração e/ou convivência.

13 O conceito de Casas Energeticamente Eficientes (Energy Efficient Homes) contempla diversos elementos que proporcionam conforto e economia a uma habitação: boa recepção de luz solar, boa circulação de ar, uso de tecnologias que possibilitam baixo consumo energético e sistemas econômicos de fluxo e aquecimento de água.

Por fim, os Serviços de Residencial Terapêutico são outra modalidade de habitação de qualidade e integração ao território, voltados às pessoas com problemas de saúde mental. As residências terapêuticas constituem-se como alternativas de moradia para um grande contingente de pessoas que estavam internadas há anos em hospitais psiquiátricos por não contarem com suporte adequado na comunidade. Além disso, essas residências podem servir de apoio a usuários de outros serviços de saúde mental, que não contem com suporte familiar e social suficientes para garantir espaço adequado de moradia, fato que pode ser comum entre jovens com problemas graves de saúde mental.

5) Mobilidade urbana sustentável

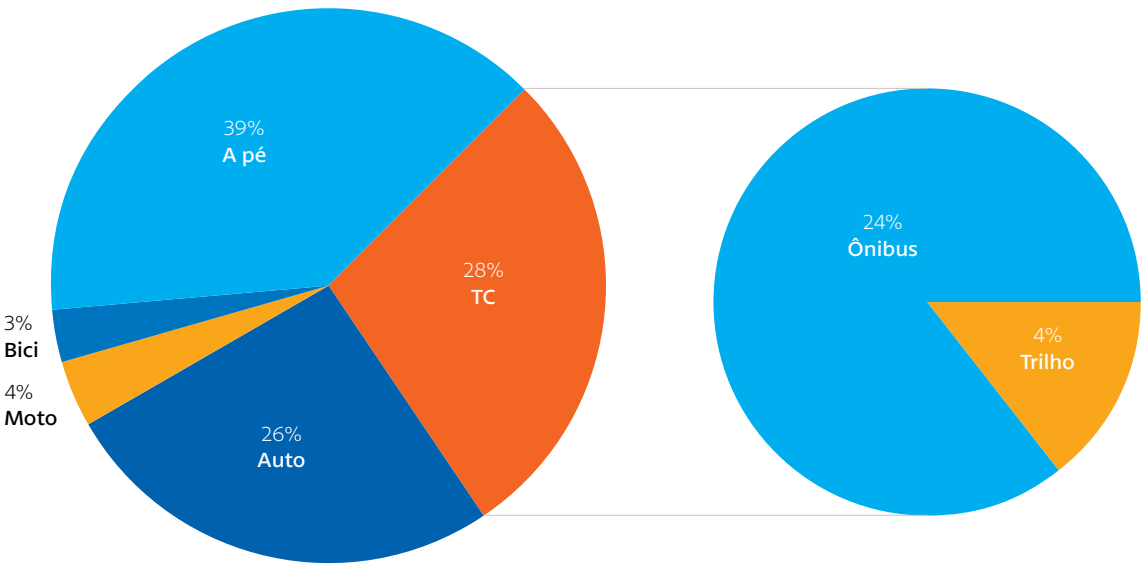
Em 2018, a maior parte dos deslocamentos da população brasileira foi a pé, seguida de transportes individuais como automóvel ou motocicleta, e, por fim, transporte coletivo (ANTP, 2020). O transporte com uso de bicicleta teve um aumento nos últimos anos, mas ainda representa apenas 3% dos deslocamentos, conforme demonstra o gráfico a seguir.

Viagens com uso de transporte público representam 36% do total nos municípios maiores e apenas 19% nos municípios menores. O transporte individual (automóvel e motocicletas) apresenta um comportamento mais estável, com variação entre 28 e 32%. Por outro lado, o transporte por bicicletas e a pé aumenta quanto menor for o município, passando de 36 para 50% (ANTP, 2020).

Mobilidade urbana sustentável consiste na organização urbana de modo a promover o transporte com sustentabilidade ambiental e econômica e justiça social. A mobilidade urbana sustentável envolve a integração de transporte público multimodal, expansão de ciclovias e integração com o transporte público, sistemas públicos de aluguel de bicicletas, transportes com tecnologias limpas, calçadas confortáveis, niveladas e sem buracos ou obstáculos e a redução da necessidade do transporte motorizado individual.

A promoção da mobilidade urbana sustentável envolve práticas de prevenção de acidentes no trânsito, que representam importante causa de lesões e mortes entre jovens. Uma das principais intervenções nesse sentido é a implementação de Zonas Lentas (articulação de limites de velocidade

Gráfico 1 Divisão percentual das viagens por modo de transporte



com outros recursos, como quebra-molas), que reduzem os acidentes de trânsito na localidade e se mostram uma estratégia custo-efetiva em comparação com os gastos de saúde e perda de produtividade relacionada aos acidentes de trânsito (JIAO; HAGEN; MUENNIG, 2019). Outras intervenções são a redução de pistas de fluxo livre com muitas faixas – que aumentam o risco para ciclistas – e a implementação de ciclovias e boa iluminação pública – que reduzem os acidentes com ciclistas em aproximadamente 50% (REYNOLDS et al., 2009).

A principal intervenção de promoção da mobilidade urbana sustentável encontrada na literatura foi a implementação de ciclovias. Estas desempenham as funções de aumentar a acessibilidade, a segurança e a qualidade da prática do ciclismo nas cidades, incentivando o uso da bicicleta tanto em atividades de lazer quanto em deslocamento e a prática da atividade física ao ar livre (PANTER et al., 2019). Programas de treinamento de habilidades para o ciclismo têm resultados positivos e efetivos no aumento do uso da bicicleta, em especial para meninas, embora os resultados de aumento do uso da bicicleta não se sustentem ao longo dos meses (SERSLI et al., 2019).

Para aumentar o uso da bicicleta no espaço urbano foram encontradas dez intervenções efetivas (PUCHER; DIL; HANDY, 2010):

- infraestrutura de deslocamento (ciclovias de diversos tipos);
- bicicletários seguros distribuídos pela cidade e integração com o transporte público, resultando em aumento tanto do uso de bicicleta quanto do transporte público, bem como redução no tempo de viagem;
- transporte de bicicleta nos ônibus tem impacto positivo no uso de ônibus, gerando receita superior ao custo com a instalação dos racks de bicicleta;
- sistema de aluguel de bicicleta para deslocamento entre estações de metrô aumenta o uso de bicicleta e de transporte público;
- incentivos corporativos para reduzir o uso de automóveis no deslocamento para o trabalho apresentam resultados positivos variados sobre o aumento no uso de bicicletas, a depender do valor financeiro utilizado como incentivo – embora incentivos estritamente educacionais de redução do uso de automóvel no deslocamento para o trabalho pareçam não ter efeito;
- "Dia de pedalar para o trabalho" (Bike to work day) aumenta a quantidade de "ciclistas de primeira viagem" e resulta no aumento de uso da bicicleta nos meses seguintes (25,4%; 27%);
- ciclovias recreativas temporárias (ruas fechadas para automóveis por um determinado período) aumentam a atividade física e o uso de bicicleta no deslocamento para o trabalho;
- eventos de promoção do uso da bicicleta (feiras, festivais, exibição pública de documentários, pedaladas em grupo) aumentam o uso da bicicleta;
- programas de treinamento de habilidades para o ciclismo geraram um aumento do uso da bicicleta entre os participantes dos treinamentos (54%);
- leis de redução de velocidade para automóveis resultam em pequeno aumento no uso da bicicleta e aumento da segurança no trânsito.

Ainda, foram encontradas intervenções relacionadas ao incentivo a comportamentos direcionados à mobilidade urbana sustentável por meio do **uso de aplicativos de dispositivos móveis de automonitoramento do deslocamento individual na cidade, planejamento de rota e outros recursos interativos de incentivo ao transporte multimodal** (KLECHA; GIANNI, 2017).

A garantia do direito à cidade passa pelo desenvolvimento e implementação de estratégias que facilitem diversas modalidades de transporte de modo acessível: incentivar caminhadas; diminuir a largura de cruzamentos para dar maior segurança aos pedestres; criar maior número de atividades de lazer em espaços públicos; desenhar maior número de ciclofaixas e ciclovias; implementar corredores de grande capacidade com linhas exclusivas para transporte público; controlar o uso de veículos privados e incentivo ao compartilhamento dos automóveis; limitar estacionamentos; incentivar o uso de veículos de entrega mais limpos, silenciosos, menores e com baixa velocidade; uso misto do solo urbano (residencial, comercial e de trabalho) com maior densidade e compactação; descobrir o ambiente natural e as tradições étnicas; criar redes densas de ruas e passagem para pedestres e bicicletas e projetar ruas e espaços públicos com maior qualidade construtiva, tendo maior preocupação com sua gerência e conservação (COSTA; THAUMATURGO DA SILVA; COHEN, 2013).

Você sabe o que significa a micromobilidade?

As políticas públicas de mobilidade urbana também podem promover a micromobilidade (uso de veículos leves de velocidade até 45 km/h), dado que a maior parte da população não possui carro ou moto e o uso de recursos de micromobilidade (bicicletas, ***skates***, patinetes, triciclos) também incentiva o uso do transporte público.

Conheça mais no infográfico do Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP).

Diminuir os custos do transporte público para jovens tem o potencial de ampliar o direito à cidade e à circulação pelo território brasileiro. São relevantes, portanto, iniciativas como as de passe livre e a Identidade Jovem (ID Jovem), que possibilitam vagas gratuitas ou com desconto no sistema de transporte coletivo interestadual para jovens. Por fim, não há um modelo único ou solução universal para a organização dos sistemas de transporte público no meio urbano, sendo necessário construir soluções locais e em diálogo com a sociedade civil, levando em consideração que mudanças nos sistemas de transporte levam tempo e envolvem atritos com os sistemas já estabelecidos, exigindo capacidade de articulação e base de apoio. Reduzir barreiras de circulação pode ampliar possibilidades de convivência e ação das juventudes.

Lacunas de conhecimento sobre o tema

- Escassez de informações acerca das condições de vida e especificidades de povos e comunidades tradicionais (BRASIL, 2016).
- Acesso à terra para juventude indígena e de povos tradicionais.
- Mobilidade da juventude rural, juventude indígena e dos povos tradicionais.
- Mobilidade de jovens com deficiência.
- Condições de moradia e transporte de jovens de periferia.
- Segurança no transporte público.

Vamos botar a mão na massa?

Jovens	● Organizar comitês locais para pensar as necessidades dos seus territórios para informar políticas locais. ● Buscar partilhar e valorizar costumes, práticas e saberes de povos e comunidades tradicionais entre os jovens. ● Somar forças à luta da juventude com deficiências para garantir cidades acessíveis. ● Promover feiras de juventudes sobre esse tema nas áreas públicas e em locais de visibilidade. ● Avaliar se o planejamento da mobilidade está atendendo às necessidades dos jovens e listar ações que poderiam ser priorizadas para mobilizar atores responsáveis por sua efetivação. ● Se engajar em conselhos locais de transporte. ● Favorecer que jovens que moram em regiões mais vulneráveis estejam no centro do debate. ● Mobilizar empresários e órgãos de trânsito em projetos sobre bicicletas compartilhadas, manutenção e sinalização de ciclofaixas e ciclologística. ● Identificar jovens lideranças e incentivar sua participação na construção das políticas locais. ● Participar de conselhos locais da cidade e dos debates da política urbana em andamento (tais como a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – PNDU, o Plano de Habitação e a Carta Brasileira para Cidades Inteligentes).
Pesquisadores	● Realizar pesquisas sobre custos e logística do transporte público, assim como sobre fluxos de mobilidade jovem. ● Fortalecer grupos e linhas de pesquisa destinadas a ampliar o conhecimento sobre demandas dos povos e comunidades tradicionais. ● Adotar uma visão sobre as especificidades e potencialidades de cada território, compreendendo a diversidade territorial. ● Realizar pesquisas, junto a cooperativas, sobre os riscos que os jovens sofrem no trânsito ao realizar os serviços de tele entrega. ● Criar plataforma de boas práticas para sensibilizar prefeituras e secretarias sobre ações efetivas direcionadas às juventudes. ● Realizar pesquisas de monitoramento e avaliação de políticas públicas de mobilidade e sobre como essas políticas afetam diferentes demografias de jovens. ● Mapear quais ações das organizações que trabalham com o tema de território e mobilidade são destinadas às juventudes e verificar efetividade. ● Produzir conteúdo sobre micromobilidade e a circulação desses materiais entre lideranças jovens e coletivos.

Tomadores de decisão	• Adotar um olhar territorial ao elaborar políticas, evitando a concentração de serviços essenciais em regiões centrais e buscando sinergias entre as intervenções de diferentes setores. • Adotar passe livre gratuito para juventude, em especial de baixa renda, sem restrições de datas e de linhas de ônibus. • Fomentar o uso da bicicleta como meio de transporte, garantindo ciclovias, equipamentos de segurança e orientações no trânsito para a população. • Incluir jovens no planejamento urbano – aproximar jovens no "pensar as cidades". • Garantir acessibilidade para pessoas com deficiências. • Construir estradas vicinais que permitam maior fluxo entre cidades do meio rural. • Priorizar a integração de políticas urbanas com territórios rurais. • Criar um fundo federal voltado para políticas de mobilidade ativa e sustentável, garantindo gratuidade para jovens. • Viabilizar incentivos fiscais para empresas e organizações que promovam e utilizam o uso do transporte público e outros meios de mobilidade sustentável. • Implementar equipamentos acessíveis aos jovens nos territórios, tais como telecentro e estúdio multimeios.
Trabalhadores de serviços/ Setor privado/ Sociedade civil	• Criar formatos de empregabilidade das juventudes acerca deste tema e viabilizar a participação dos jovens de forma remunerada. • Viabilizar alternativas ao transporte individual, tais como aluguel de bicicletas descentralizados, patinetes. • Mapear fluxos intensos de mobilidade jovem e ampliar frotas de ônibus e opções de transportes, inclusive entre cidades. • Trabalhadores da rede intersetorial devem prestar atenção às demandas por vale-transporte para que jovens possam acessar serviços que garantam os seus direitos. • Apoiar o avanço no uso de tecnologias para tornar cidades acessíveis (desde aplicativos sobre linhas de ônibus e metrô até meios de transporte adaptados para jovens com deficiências). • Desenvolver processos de formação na área da cultura, que possibilite os jovens dos territórios a participar de atividades como teatro, vídeo, áudio, fotografia e música. • Verificar quais atividades de trabalho poderiam ser realizadas ao ar livre, utilizando o espaço público. • Patrocinar e fortalecer ações coletivas em espaço público (por exemplo, hortas comunitárias). • Criar parcerias e patrocinar revitalização de espaços públicos (praças, ciclovias, quadras). • Financiar iniciativas de fortalecimento de vínculos comunitários. • Fomentar agências de comunicação cidadã para difundir boas práticas desenvolvidas no território, visando aumentar o conhecimento sobre a história do território, o aumento da autoestima e das oportunidades aos jovens em rádios comunitárias, rádio poste e rádio web. • Oferecer bicicletários, vestiários e incentivos aos colaboradores que utilizam bike para ir ao trabalho.



COM A PALAVRA

Salvino Oliveira

Falar em juventude é focar o olhar para a população de 15 a 29 anos, segundo o Estatuto da Juventude, mas é também abrir um leque de diferentes vivências e lugares que essa faixa de jovens ocupa no extenso território do país. Na cidade do Rio de Janeiro, onde atuo com a Secretaria da Juventude Carioca (JUVRio), falamos em não uma, mas várias juventudes, que necessitam olhares diferenciados para suas particularidades e problemáticas.

Se apenas em uma cidade já temos essa variedade de perfis, imagina em todo o Brasil? Temos que olhar com cuidado e atenção para as juventudes dos meios urbano e rural, a juventude indígena e de povos e comunidades tradicionais, a juventude em situação de rua, os jovens com deficiência, e muitos mais. Nesse contexto, a mobilidade e o território afetam de forma diferente cada um desses grupos, mas em todos essa temática ocupa papel essencial, determinando as condições de vida e o acesso aos direitos sociais da juventude.

O texto nos traz um diagnóstico preciso para pensar como a mobilidade urbana afeta os jovens e em como diminuir as desigualdades sociais mais amplas que ela pode trazer. Se no meio urbano o grande desafio é garantir o acesso à cidade, organizada de modo desigual, no campo é diminuir as diversas pressões materiais que dificultam a vida rural e forçam processos migratórios. Medidas que diminuam os custos de acesso à infraestrutura de transporte público para os jovens, como as de Passe Livre e ID Jovem, são um bom começo para diminuir o impacto da exclusão social da juventude periférica.

Juventudes e direitos ao território e à mobilidade: reflexões sobre equidade e implementação

Uma das ferramentas desenvolvidas para considerar diferentes dimensões de equidade no desenho e implementação de intervenções sociais é o Framework PROGRESS (O'NEILL et al, 2014). Esse acrônimo é traduzido da seguinte forma:

P	Local de residência
R	Raça/etnia/cultura/linguagem
O	Ocupação e trabalho
G	Gênero
R	Religião
E	Educação
SS	Status socioeconômico e capital social

Além dessas dimensões, podem ser agregadas reflexões sobre outras características pessoais que podem ser alvo de preconceito ou estigma (por exemplo, faixa etária, orientação sexual, pessoas com deficiências) e características da rede familiar e de apoio.

A seguir são exploradas as implicações de cada uma dessas dimensões nas intervenções relacionadas ao eixo mobilidade e território.

Local de residência (P)

Jovens rurais e jovens de povos e comunidades tradicionais muitas vezes têm acesso restrito a transporte, dependendo muitas vezes dos horários reduzidos de ônibus escolares e da micromobilidade no meio rural. Ainda, jovens ribeirinhos ou habitantes de comunidades que só são acessadas por via fluvial têm acesso mais demorado e restrito a serviços públicos. Uma experiência que vem apresentando resultados positivos é a organização de Unidades Básicas de Saúde Fluviais que visitam as comunidades de modo a promover o acesso universal à saúde.

O local de residência no contexto urbano também é determinante do grau de acesso à infraestrutura de transporte público e, consequentemente, do acesso aos demais direitos sociais e serviços, sendo que residentes de regiões periféricas enfrentam limitações adicionais no acesso à infraestrutura de transportes. A priorização das regiões urbanas periféricas na implementação de infraestrutura de mobilidade urbana sustentável é importante para sanar iniquidades. As juventudes do meio urbano, em especial das grandes cidades, também enfrentam problemas comuns relacionados à violência urbana e a forma como isso afeta a disponibilização do transporte público. A criação de vias mais seguras para micromobilidade – como ciclovias – possibilita o aumento do uso da bicicleta e outros recursos e reduz significativamente a violência no trânsito.

Ainda, ações de **promoção da acessibilidade** frequentemente ficam restritas a regiões centrais da cidade, não contribuindo para promover a acessibilidade de pessoas com deficiência que residem na periferia, restringindo sua mobilidade. **A população em situação de rua** é outro grupo que pode ter seu acesso a direitos restrito, sendo comum que cidades menores desenvolvam mecanismos para impedir a permanência prolongada dessas pessoas em seus territórios.

É importante que a gestão das políticas de juventude seja desenvolvida de maneira transversal a fim de que possam ser atendidas as demandas sociais da população jovem. Ou seja, proporcionar a todos os jovens uma educação de qualidade é algo fundamental para criar uma sociedade urbana inclusiva e garantir que as juventudes desfrutem dos benefícios de uma vida com mais segurança e oportunidades de crescimento.

O School on Wheels é um projeto que serve de exemplo para melhor compreender como essas ações transversais podem ser desenvolvidas tanto no direito à cidade quanto no direito ao território e à mobilidade. O School on Wheels foi implementado em Pune, Índia, e se trata de um ônibus remodelado e equipado com todos os materiais de uma sala de aula, incluindo computador, TV, DVD e material educacional de aprendizagem audiovisual. O ônibus serve como sala de aula móvel e alcança crianças e jovens que vivem em áreas de difícil acesso ou

em locais onde nem mesmo uma sala de aula temporária pode ser construída. Em um dia, o projeto visita dois ou três locais e são realizadas sessões de duas horas em cada local. O ônibus também é usado como uma sala de leitura móvel para crianças e jovens das comunidades vizinhas, onde eles têm acesso a uma variedade de livros disponíveis no ônibus.

Raça/etnia/cultura (R)

Embora jovens de povos e comunidades tradicionais tenham desafios específicos relacionados à mobilidade e ao território e dificuldade de acesso às políticas públicas, tais desafios sequer estão devidamente mapeados e identificados. A juventude de povos e comunidades tradicionais é comumente invisibilizada, sendo usualmente identificadas na categoria da "juventude rural", apagando suas especificidades. Uma condição fundamental para a organização de informações sobre juventude de povos e comunidades tradicionais é o reconhecimento de suas identidades e especificidades (Povos Indígenas, Quilombolas, Seringueiros, Castanheiros, Quebradeiras de Coco-de-Babaçu, Comunidades de Fundo de Pasto, Faxinalenses, Pescadores Artesanais, Marisqueiras, Ribeirinhos, Varjeiros, Caiçaras, Praieiros, Sertanejos, Jangadeiros, Ciganos, Açorianos, Campeiros, Vazanteiros, Pantaneiros, Geraizeiros, Veredeiros, Caatingueiros, Retireiros do Araguaia, entre outros) (BRASIL, 2016). A geração de dados e a consideração das especificidades e diversidade de povos e comunidades tradicionais é fundamental para identificar os principais desafios e atender às suas necessidades.

É comum a configuração do território urbano de modo racialmente segregado, resultando em graves desigualdades no acesso à cidade e aos direitos sociais. Nesse cenário, pessoas negras são submetidas a deslocamentos mais longos e mais demorados, em transportes precários e superlotados, expressando como o racismo estrutural afeta o planejamento urbano e o subfinanciamento dos serviços de transporte. Ainda, a discriminação racial em nível interpessoal ou pelo poder público desestimula a circulação pelo território e o uso do transporte público por jovens atingidos pelo racismo, prejudicando seu acesso a direitos sociais.

Ocupação (O)

O principal desafio experienciado pela juventude rural consiste na questão da permanência no campo, de modo a desenvolver uma carreira no contexto rural, comumente ligada à produção agrícola e à implementação de práticas inovadoras de organização do trabalho. Para tanto, é necessário implementar estratégias de fomento ao empreendedorismo rural e formação de cadeias produtivas de alto valor agregado, bem como modalidades diversas de conexão campo-cidade, possibilitando a inserção de jovens egressos do contexto urbano no campo e o acesso de jovens egressos do meio rural a oportunidades de trabalho diversas e não necessariamente relacionadas à produção agrícola. Tal integração passa pelo acesso no meio rural a políticas públicas diversas e articuladas (educação, cultura, comunicação, turismo, lazer) e pelo oferecimento de capacitações relacionadas a negócios rurais e outras oportunidades de desenvolvimento de carreira.

No contexto urbano, a ocupação afeta o acesso ao direito à mobilidade e ao território em função da configuração racialmente e territorialmente segregada da cidade, na qual pessoas inseridas em ocupações mais precarizadas também habitam os espaços mais periféricos da cidade, enfrentando deslocamentos maiores e mais demorados, em veículos comumente mais precários ou superlotados e com maior exposição à violência, da mesma forma que pessoas negras, conforme visto na discussão anterior. A sobreposição das realidades não é uma surpresa porque as regiões periféricas abrigam boa parte da população preta e parda no Brasil. A solução passa pelo planejamento urbano e implementação de estratégias de descentralização econômica e administrativa dos serviços públicos e privados, bem como dos postos de trabalho mediante incentivos, buscando organizar "cidades pluricêntricas" ou "bairros completos" nos quais é possível acessar todos os serviços necessários no cotidiano. Além disso, a organização de sistemas de transporte público integrados e multimodais, com custos adequados ao salário-mínimo, pode favorecer a circulação de trabalhadores independentemente de sua renda.

Gênero (G)

A permanência de jovens do sexo masculino no campo é motivada essencialmente pela terra e pelo trabalho na agricultura familiar. Estes veem futuro na vida e no trabalho no campo; gostam do trabalho na terra e se sentem satisfeitos com o produto de seus trabalhos; contam com a terra de suas famílias; são demandados a ajudar suas famílias nos trabalhos que geram renda; têm terra própria; e têm acesso a créditos e políticas de geração de renda para desenvolver um projeto produtivo próprio (VALADARES et al., 2016).

Já a permanência de jovens do sexo feminino no campo é atribuída, principalmente, à necessidade de contribuir com suas famílias no trabalho doméstico e no cuidado de familiares, indicando a tendência à estigmatização e cristalização de papéis de gênero. Essa realidade afeta a relação de mulheres jovens com o meio rural, estimulando-as a migrar para os centros urbanos, e indica uma escassez de oportunidades de desenvolvimento profissional e participação política (VALADARES et al., 2016).

A expansão de políticas públicas no campo, garantindo acesso à terra, ao crédito rural, à educação superior, a tecnologias de comunicação, cultura, turismo, lazer, e empreendedorismo rural é fundamental para criar perspectivas de futuro para a juventude no campo, em especial para mulheres. Ainda, é necessário desenvolver ações de enfrentamento ao machismo no meio rural, com campanhas educativas e promoção da participação feminina no processo de tomada de decisão sobre a gestão da terra, a organização política e os negócios rurais.

No contexto urbano, as barreiras de acesso à mobilidade e ao território estão relacionadas à escassez de infraestrutura, valor da tarifa e exposição à violência, sendo mulheres jovens mais atingidas pela violência sexual e homens jovens mais atingidos pela violência armada. Ainda, muitas mulheres ficam expostas a situações de violência doméstica em função de uma situação de vulnerabilidade econômica, dependência financeira e escassez de opções de moradia. A organização de sistemas de casas seguras para acolhimento de mulheres atingidas pela violência doméstica é um recurso importante para a proteção de mulheres, bem como a organização de patrulhas voltadas para a prevenção à violência doméstica no território, evitando que a mulher seja obrigada a evadir de sua própria casa.

Religião (R)

Povos indígenas e praticantes de religiões de matriz africana são muitas vezes alvo de intolerância religiosa que se expressa na forma de invasões a seus territórios ou expulsão dessas pessoas de determinados locais. Deste modo, o próprio direito ao território é ameaçado pela intolerância religiosa, exigindo intervenções legais efetivas e proteção por parte do poder público, inclusive com garantia de infraestrutura ou compensações materiais, de modo a garantir a segurança e o território para povos e comunidades tradicionais e praticantes de religiões de matriz africana.

Educação (E)

A permanência da juventude no campo está diretamente relacionada ao acesso a políticas públicas de educação, em especial no acesso ao ensino superior e à educação contextualizada no campo, dado que possibilita o acesso a novas redes e conhecimentos técnicos e científicos capazes de gerar inovações na gestão do trabalho no campo e geração de negócios rurais de alto valor agregado. O acesso à educação contextualizada para jovens de povos e comunidades tradicionais, articulando escolas indígenas e ações afirmativas para ingresso e permanência no ensino superior têm o efeito de fortalecer a conexão da juventude com o território e a cultura tradicional, bem como gerar novos benefícios às comunidades, relacionados à construção participativa de políticas públicas, organização política e ampliação do acesso a serviços para as comunidades.

Além disso, o passe livre é direito essencial para viabilizar a permanência escolar e universitária de diversos jovens.

Status socioeconômico e capital social (SS)

Restrições econômicas afetam diretamente o acesso ao transporte público, em especial em cidades com tarifas mais altas, e, consequentemente, todo o acesso a direitos sociais e serviços distribuídos pelo território urbano. Esse quadro é ainda agravado para jovens com deficiência, muitas vezes habitando bairros com moradias informais e poucos recursos de acessibilidade. A falta de acessibilidade e reduzida mobilidade no território urbano resulta na escassez de capital social e pode se configurar, em casos extremos, como uma grave situação de vulnerabilidade com isolamento social, necessitando acolhida por serviços de saúde e assistência social que realizam busca ativa e inserção na rede de serviços.

A evasão de jovens do campo está relacionada a dificuldades econômicas e escassez de perspectivas, pouco acesso a políticas públicas e experiência de isolamento e baixo capital social. O treinamento, articulação e formação de negócios rurais com cadeias produtivas de alto valor agregado é uma estratégia eficaz para ampliar o capital social e a rede de apoio de jovens no meio rural, facilitando a permanência da juventude no campo. Ainda, a possibilidade de encontro e articulação com movimentos sociais de jovens do campo amplia o capital social e fortalece a construção de uma identidade política coletiva, com necessidades comuns, e operacionaliza demandas e o acesso a direitos sociais coletivos.

A participação de pessoas em situação de rua ou moradia precária em movimentos sociais urbanos relacionados à moradia também contribui para a superação do isolamento social, formação de redes de apoio mútuo e otimização do acesso à moradia. No contexto urbano também há movimentos políticos de mobilidade urbana sustentável, que se manifestam por meio de pedaladas coletivas e debates públicos e contribuem no processo de planejamento urbano e em campanhas educativas de incentivo à micromobilidade.

Promover estratégias para ampliar a conexão dos jovens com seu território e ampliar as suas possibilidades de mobilidade é abrir caminhos para o seu próprio desenvolvimento e das localidades onde vivem. Em um contexto de desafios crescentes, torna-se cada vez mais urgente ampliar as oportunidades a que eles e elas têm acesso. É na circulação pelo território que as juventudes reconhecem suas identidades, de forma que o direito à terra e à mobilidade está intimamente ligado aos direitos à segurança e à cultura. Neste capítulo, percebemos que o acesso aos territórios ainda se distribui de forma desigual e é essencial que possamos reduzir assimetrias, em especial junto a povos e comunidades tradicionais, jovens com deficiências, jovens em situação de rua e juventudes rural e periférica. Descentralizar equipamentos de saúde, educação, cultura e trabalho é uma boa forma de começar a efetivação urgente desses direitos. Aliada à oferta de transporte público e de meios alternativos de locomoção seguros e de qualidade, bem como a políticas sustentáveis de moradia, essa descentralização pode transformar o modo como compreendemos e contribuímos para a potência dos territórios.

Recomendações das Conferências Nacionais de Juventude para o território e a mobilidade

I Conferência (2006)

- **Juventude do campo:** garantir o acesso à terra ao jovem e à jovem rural, na faixa etária de 16 a 32 anos, independente do estado civil, por meio da reforma agrária, priorizando esse segmento nas metas do Programa de Reforma Agrária do governo federal, atendendo à sua diversidade de identidades sociais, e, em especial, aos remanescentes de trabalho escravo. É fundamental a revisão dos índices de produtividade e o estabelecimento do limite da propriedade para 35 módulos fiscais.
- **Transporte/Mobilidade:** garantir a acessibilidade e a mobilidade às cidades das diferentes juventudes, em todos os municípios brasileiros, por meio: 1) da efetivação do passe livre para a juventude e estudantes, dando aos municípios a prerrogativa de definir qual o perfil, de acordo com as diferentes realidades, consultados os conselhos de juventude; 2) da garantia de recursos para essa finalidade no Fundo Nacional de Juventude a ser criado; 3) de uma política de incentivo, de âmbito nacional, à criação e manutenção de empresas públicas de transporte coletivo; 4) da adaptação do espaço público das cidades às necessidades dos jovens portadores de deficiência física e do incentivo à utilização de meios de transporte alternativos e não poluentes (como bicicletas, por meio da implantação de ciclovias).
- **Reforma urbana:** garantir o direito do jovem à cidade, em conformidade com o estatuto da cidade, por meio: 1) de uma política de habitação de interesse social que proporcione financiamento de moradias para famílias formadas por jovens; 2) do cumprimento da função social da propriedade, da reversão para moradia de interesse social dos imóveis utilizados para fins ilícitos, e da simplificação dos processos de regularização fundiária nas terras públicas e privadas, com cotas para jovens; 3) da formulação dos planos municipais e estaduais de saneamento ambiental, de forma participativa, que contemplem os anseios e necessidades da juventude e os processos de coleta seletiva por meio de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis; 4) da garantia de espaços de interação social e equipamentos de esporte, lazer e cultura, aproveitando o espaço escolar nos fins de semana (institucionalização do programa Escola Aberta).
- **Regionalização das políticas públicas:** implementar as políticas públicas de juventude: 1) de acordo com os dados do Índice de Desenvolvimento Juvenil (IDJ) da Unesco, para cada região e/ou estado, para que as políticas sejam aplicadas de acordo com as demandas, priorizando as carências e especificidades de cada localidade; 2) a garantir políticas de educação e trabalho que possibilitem ao jovem a opção pela permanência nas cidades do interior.
- **Povos e comunidades tradicionais:** assegurar os direitos dos povos e comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas, ciganos, comunidades de terreiros, pescadores artesanais, caiçaras, faxinalenses, pomeranos, pantaneiros, quebradeiras de coco babaçu, caboclos, mestiços, agroextrativistas, seringueiros, fundos de pasto, entre outros que buscam ser reconhecidos), em especial da juventude, preservando suas culturas, línguas e costumes, combatendo todas as práticas exploratórias e discriminatórias quanto a seus territórios, integrantes, saberes, práticas culturais e religiosas tradicionais.
- **Pesquisar, reconhecer e inserir a história das comunidades e povos tradicionais** (os reconhecidos e os que buscam reconhecimento) no sistema educacional oficial brasileiro, produzindo materiais didáticos, informativos e de audiovisual com fomento de recursos da CAPES, CNPQ e Secretaria Nacional de Juventude, por meio da participação de representações das comunidades tradicionais na construção da matriz curricular da educação que inclua todo material didático e formação dos professores.

II Conferência (2010)

- Garantir o direito à moradia digna aos jovens, incluindo os jovens de favela e os de comunidades tradicionais, levando em conta programas habitacionais existentes, incentivo fiscal e oferecimento de linha de crédito facilitada, com cotas destinadas aos jovens para aquisição da moradia própria, sem comprovação de renda e com subsídio governamental, especialmente para as jovens mães. Considera-se que esse direito não se restringe a um chão e a um teto, mas sim à habitação de um espaço que possibilite a efetivação de outros direitos, como acesso à educação, à geração de renda, à saúde, ao lazer, ao transporte público, ao saneamento básico e ambiental, à segurança e à acessibilidade. Garante-se, assim, as condições

de habitabilidade e de exercício da democracia direta, como a criação de conselhos gestores paritários e territorializados, criando um programa que fomente a autogestão e a construção da moradia social, capacitando os jovens, de forma que assegure a aplicação de políticas previstas no estatuto da cidade (planos diretores, orçamentos participativo, entre outros), priorizando a manutenção no território dos povos e comunidades tradicionais urbanos, bem como ocupações urbanas e favelas como áreas especiais de interesse social, incluindo as políticas públicas da juventude arroladas pela II Conferência Nacional de Juventude.

- Criação de uma política pública de fomento específica para a juventude da agricultura familiar, camponesa, assalariada rural, para os povos e comunidades tradicionais (os reconhecidos e os que lutam pelo reconhecimento), que respeite os seguintes princípios: (a) priorização, associativismo e cooperativismo; (b) valorização de práticas agroecológicas alternativas; (c) acesso à terra e reforma agrária; (d) priorização da participação dos jovens dos movimentos sociais e do campo na elaboração e no monitoramento dessa política; (e) desburocratização das políticas já existentes e das novas políticas; (f) qualificação técnica na produção, na gestão e na comercialização; (g) geração de renda respeitando a pluriatividade.
- Garantir o passe livre no transporte coletivo urbano, rural intermunicipal e interestadual para as juventudes e os estudantes, por meio da criação de lei.
- Mapeamento, reconhecimento, delimitação, demarcação, homologação, titulação e desintrusão das terras e territórios, dos povos e das comunidades tradicionais reconhecidos e os que lutam pelo reconhecimento – visando à criação de políticas públicas e de programas que possibilitem a permanência dos jovens nas comunidades.
- Ampliação, por meio de concurso público, das equipes técnicas do Incra, da Funai, da Fundação Palmares, da Seppir, da Sesai e do MDA, entre outros órgãos, em suas superintendências estaduais e regionais, com qualificação e formação continuada desses profissionais, visando garantir a agilização da regularização fundiária das terras e dos territórios dos povos e comunidades tradicionais.
- Assegurar o direito a uma educação contextualizada, que: (1) garanta o protagonismo dos povos e comunidades tradicionais (reconhecidos e não reconhecidos) na qualificação e formação continuada e diferenciada de educação e de alunos na educação básica ao ensino superior, em cumprimento às leis 10639/03 e 11.645/08; (2) efetivar a educação do campo, pública, gratuita e de qualidade, em todos os níveis e modalidades de ensino (infantil, fundamental, médio, técnico e superior), garantindo acesso e permanência na escola, superando o analfabetismo, por meio da implementação dos marcos regulatórios específicos de educação no e do campo (diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo, diretrizes complementares/2008, decreto 7352/2010), bem como reconhecer e financiar as escolas dos acampamentos (escolas itinerantes) e centros familiares de formação por alternância (CEFFAS); regulamentar os cursos de licenciatura em educação do campo e a habilitação técnica em agroecologia, viabilizando a sua inclusão nos concursos públicos, por meio de editais específicos; (3) criar, ampliar e efetivar cursos em instituições públicas e sociais para a formação dos jovens em relação ao meio ambiente, com foco nas práticas sustentáveis adequadas para cada região, qualificando para sua atuação, com financiamento prioritário do governo federal para projetos, gerando renda para os jovens que participam dos cursos.

III Conferência (2015)

- Criar e implementar o Fundo Nacional e Interfederativo de mobilidade para todos os jovens, para subsidiar a tarifa zero, garantindo um transporte público, gratuito, de qualidade, e acessibilidade em toda a frota, fazendo cumprir o artigo 31, parágrafo único, do Estatuto da Juventude.
- Ampliar e acelerar o processo de reforma agrária e regularização fundiária, bem como reconhecimento e demarcação de terras pertencentes a povos e comunidades tradicionais, em especial das terras indígenas e quilombolas, acabando com as práticas forçadas de remoção de seus territórios. Assim, viabilizando a regularização da documentação de assentamentos já existentes, permitindo que os jovens tenham condições de permanecer ou regressar às suas terras originais, e serem contemplados pelos programas, projetos e ações para a juventude rural.

Referências

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTES PÚBLICOS (ANTP). Sistema de informações da mobilidade urbana: relatório geral 2018. São Paulo: **ANTP, 2020.** Disponível em: <http://files.antp.org.br/simob/sistema-de-informacoes-da-mobilidade---simob--2018.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

ANTILLA, S. et al. Housing programs and case management for reducing homelessness and increasing residential stability for homeless people. Campbell Systematic Reviews, 2010.

ARAÚJO, H.E. et al. A migração interna dos jovens como alternativa para melhorar sua inserção no mundo do trabalho: evidências a partir dos Censos de 2000-2010. XIX ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP, São Pedro, de 24 a 28 de novembro de 2014. Disponível em: <http://www.abep.org.br/~abeporgb/abep.info/files/trabalhos/trabalho_completo/TC-1-5-151-229.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

BARCELLOS, S. B. O crédito fundiário e a linha Nossa Primeira Terra em debate no Brasil. Novos Cadernos NAEA, v. 19, n. 1, 23 jun. 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/310050208_O_credito_fundiario_e_a_linha_Nossa_Primeira_Terra_em_debate_no_Brasil>. Acesso em: 5 dez. 2020.

BAXTER, A.J. et al. Effects of housing first approaches on health and well-being of adults who are homeless or at risk of homelessness: systematic review and meta-analysis of randomised controlled trials. Journal of Epidemiology and Community Health, v. 73, n. 5, p. 379-387, 2019. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6581117/>. Acesso em: 5 dez. 2020.

BELMONTE, M.; MCMAHON, J. Searching for clarity: defining and mapping youth migration. Geneva: ILO, 2019. Disponível em: <https://publications.iom.int/system/files/pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020./mrs_59.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

BIRD, E.L. et al. Built and natural environment planning principles for promoting health: an umbrella review. BMC Public Health, v. 18, n. 930, 2018. Disponível em: <https://bmcpublichealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12889-018-5870-2>. Acesso em: 5 dez. 2020.

BODNÁR, F.; PITERS, B. D. S.; KRANEN, J. Improving food security: a systematic review of the impact of interventions in agricultural production, value chains, market regulation, and land security. The Netherlands: Ministry of Foreign Affairs of the Netherlands, 2011. Disponível em: <https://www.oecd.org/derec/49558328.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

BRASIL. Secretaria Nacional da Juventude. Agenda Juventude Brasil. Brasília, DF: SNJ, 2013. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/91/1/SNJ_agenda_2013.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

_____. Secretaria Nacional da Juventude. Direitos da juventude: subsídios para o debate – Juventude, território e mobilidade. 3a Conferência Nacional da Juventude. Brasília: SNJ, 2016. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/images/secaoix_juventude_territorio_e_modalidade_ok.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

_____. Secretaria Nacional da Juventude. Diagnóstico situacional e diretrizes para políticas públicas para as juventudes rurais brasileiras. Brasília, DF: SNJ, 2018. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/259/1/SNJ_Diagn%c3%b3sticodeJuventudeRural_2018.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

_____. Secretaria Nacional da Juventude. Juventude rural e políticas públicas no Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: <http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_2039627409_13082018150759.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

CARVALHO, C. H.; PEREIRA, R.H.M. Gastos das famílias brasileiras com transporte urbano público e privado no Brasil: uma análise da POF 2003 e 2009. Brasília: IPEA, 2012.

CARVALHO, A. W. B; STEPHAN, I. I. A eficácia social do programa Minha Casa Minha Vida: discussão conceitual e reflexões a partir de um caso empírico. Cadernos Metrópole, v. 18, n. 35, p. 283-307, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3513>. Acesso em: 5 dez. 2020.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. Imigração e refúgio no Brasil: relatório anual 2019. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília: OBMigra, 2019. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/relatorio-anual/RELAT%C3%93RIO%20ANUAL%20OBMigra%202019.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

CEI, L.; DEFRANCESCO, E.; STEFANI, G. From geographical indications to rural development: a review of the economic effects of European Union policy. Sustainability, v. 10, n. 10, 2018. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/10/10/3745>. Acesso em: 5 dez. 2020.

CHAMBERS, D. et al. A systematic review of the evidence on housing interventions for housing-vulnerable adults and its relationship to wellbeing. Prospero. 2018. Disponível em: <http://eprints.whiterose.ac.uk/131241/1/Housing-evidence-review--may-2018.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). Empreendimentos que impactam terras indígenas. Brasília: Cimi, 2014. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Relatorio_empreendimentos-que-impactam-TIs.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

COSTA, R. G.-R.; THAUMATURGO DA SILVA, C. G.; COHEN, S. C. A origem do caos: a crise de mobilidade no Rio de Janeiro e a ameaça à saúde urbana. Revista Cadernos Metrópole, n. 30, p. 411-431, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2236-99962013000200411&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 5 dez. 2020.

DEVKAR, G. et al. Provision of basic services in slums: a review of the evidence on top-down and bottom-up approaches. Development Policy Review, v. 37, n. 3, p. 331-347, 2019. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/dpr.12355>. Acesso em: 5 dez. 2020.

GROWNS, B. et al. A systematic review of supported accommodation programs for people released from custody. International journal of offender therapy and comparative criminology, v. 62, n. 8, p. 2174-2194, 2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28635353/>. Acesso em: 5 dez. 2020.

HIGGINS, D. et al. Investigating the impacts of increased rural land tenure security: a systematic review of the evidence. Journal of Rural Studies, v. 61, p. 34-62, 2018. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0743016717300426>. Acesso em: 5 dez. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3425>. Acesso em: 5 dez. 2020.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 5 dez. 2020.

_____. Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 5 dez. 2020.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). Global Employment Trends for Youth 2020: technology and the future of jobs. Geneva: ILO, 2020a. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_737648.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

_____. Youth and migration. Geneva: ILO, 2020b. Disponível em: <https://www.ilo.org/global/topics/labour-migration/policy-areas/youth-and-migration/lang--en/index.htm>. Acesso em: 5 dez. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Migração Interna no Brasil. Brasília: Ipea, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5289/1/Comunicados_n61_Migra%c3%a7%c3%a3o.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

JACKSON, K. F.; HODGE, D. R. Native american youth and culturally sensitive interventions: a systematic review. Research on Social Work Practice, v. 20, n. 3, p. 260-270, 2010. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1049731509347862?journalCode=rswa>. Acesso em: 5 dez. 2020.

JIAO, B. et al. Cost-effectiveness of neighbourhood slow zones in New York City. Injury Prevention, v. 25, n. 2, p. 98–103, 2019. Disponível em: <https://ip.bmj.com/lookup/pmidlookup?view=long&pmid=28956759>. Acesso em: 5 dez. 2020.

KLECHA, L.; GIANNI, F. Designing for sustainable urban mobility behaviour: a systematic review, 2017. Disponível em: <https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-61322-2_14>. Acesso em: 5 dez. 2020.

KUMAR, A.; AGARWAL, O. P. Institutional Labyrinth – designing a way out for improving urban transport services: lessons from current practice. Washington: The International Bank for Reconstruction and Development; The World Bank Group, 2013. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/17630>. Acesso em: 5 dez. 2020.

KUMAR, L.; BALASUBRAMANIAN, V.; RAMAN, R. The effectiveness of market-led development approaches: a systematic review. London: EPPI--Centre, 2018. Disponível em: <https://eppi.ioe.ac.uk/cms/Portals/0/PDF%20reviews%20and%20summaries/9B.%20Market-led%20Rural%20Development-Contextualisation%20Doc_Corrected%20version_Feb28.docx%20updated.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.?ver=2018=05-15-115859-313-#:~:text-Market%2Dled%20approaches%20focus%20on,catering%20to%20an%20appropriate%20market.&text=The%20effectiveness%20of%20market%2Dled,development%20still%20remains%20relatively%20understudied>. Acesso em: 5 dez. 2020.

LIMA, S. M. V. Juventude rural e as políticas e programas de acesso à terra no brasil: recomendações para políticas de desenvolvimento para o jovem rural. Brasília: MDA, 2013. Disponível em: <https://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2015/11/Livro-Juventude-Rural.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

LOBO, C.; CARDOSO, L.; MAGALHÃES, D. J. A. V. Acessibilidade e mobilidade espaciais da população na região metropolitana de Belo Horizonte: análise com base no censo demográfico de 2010. Revista Cadernos Metrópole, v. 15, n. 30, p. 513–533, 2013.

MUNTHE-KAAS, H. M.; BERG, R. C.; BLAASVÆR, N. Effectiveness of interventions to reduce homelessness: a systematic review and meta-analysis. Campbell Systematic Reviews, v. 3, 2018. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.4073/csr.2018.3>. Acesso em: 5 dez. 2020.

PANTER, J. et al. Can changing the physical environment promote walking and cycling? A systematic review of what works and how. Health & Place, v. 58, n. 102161, 2019. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1353829219300760#:~:text=1.1.-,Improving%20accessibility,increases%20in%20walking%20and%20cycling>. Acesso em: 5 dez. 2020.

PUCHER, J.; DILL, J.; HANDY, S. Infrastructure, programs, and policies to increase bicycling: an international review. Preventive Medicine, v. 50, p. S106–S125, 2010. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0091743509004344>. Acesso em: 5 dez. 2020.

REYNOLDS, C.C. et al. The impact of transportation infrastructure on bicycling injuries and crashes: a review of the literature. Environmental Health, v. 8, n. 47, 2009. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2776010/>. Acesso em: 5 dez. 2020.

SERSLI, S. et al. Changes in bicycling frequency in children and adults after bicycle skills training: a scoping review. Transportation Research Part A, v. 123, p. 170–187, 2019. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0965856417314581>. Acesso em: 5 dez. 2020.

SILVA, T. D.; NATALINO, M.; PINHEIRO, M. B. População em situação de rua em tempos de pandemia: um levantamento de medidas municipais emergenciais. Nota técnica, n. 74. Brasília: Ipea, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35809>. Acesso em: 5 dez. 2020.

THOMSON, H. et al. Housing improvements for health and associated socio-economic outcomes: a systematic review. Cochrane Database of Systematic Reviews, n. 2, 2013. Disponível em: <https://www.cochranelibrary.com/cdsr/doi/10.1002/14651858.CD008657.pub2/full>. Acesso em: 5 dez. 2020.

TROIAN, A.; BREITENBACH, R. Jovens e juventudes em estudos rurais do Brasil. Interações, v. 19, n. 4, p. 789-802, dez. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122018000400789&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 5 dez. 2020.

UNITED NATIONS (UM). Department of Economic and Social Affairs, Population Division. International Migration 2019: report. New York: Undesa, 2019. Disponível em: <https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/publications/migrationreport/docs/InternationalMigration2019_Report.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

VALADARES, A.A. et al. Os significados da permanência no campo: vozes da juventude rural organizada. In: ANDRADE, E. R.; BOTELHO, R. U. (Org.). Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas. Brasília: Ipea, 2016. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=27571>. Acesso em: 5 dez. 2020.

WADDINGTON, H. et al. Farmer field schools for improving farming practices and farmer outcomes: a systematic review. Campbell Systematic Reviews, v. 10, n. 1, p. i-335, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.4073/CSR.2014.6>. Acesso em: 5 dez. 2020.

WANG, J. Z. et al. The impact of interventions for youth experiencing homelessness on housing, mental health, substance use, and family cohesion: a systematic review. BMC Public Health, v. 19, p. e1528, 2019. Disponível em: <https://bmcpublichealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12889-019-7856-0>. Acesso em: 5 dez. 2020.

YAMI, M. et al. African rural youth engagement in agribusiness: achievements, limitations, and lessons. Sustainability, v. 11, 2019. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/11/1/185>. Acesso em: 5 dez. 2020.

PARCEIROS WORKSHOP

“Sempre gostei de estudar questões sociais e sempre senti necessidade de fazer algo mais ativo no dia a dia em relação à militância.”

Mulher cis hétero, 19 anos, estudante do ensino superior (graduação), Rio de Janeiro (RJ)

Em 2013, jovens brasileiros se posicionaram da seguinte forma a respeito da participação política: 38% não gostam de política, não se envolvem; 34% não costumam participar mas se interessam por política; 19% acham que a política deve ficar para pessoas que têm mais competência; 9% consideram-se politicamente participantes (BRASIL, 2013).

A filiação de jovens a partidos políticos caiu 44% entre 2010 e 2018.[1] Nas eleições de 2018, foram eleitas 14 pessoas com menos de 30 anos de idade para serem deputados e deputadas federais, representando apenas 2,7% do total.[2]

O Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) mapeou, em 2010, a existência de 105 conselhos estaduais e municipais de juventude no Brasil, sendo quase metade deles situados no Sudeste (COSTA, 2014).

Jovens vivem com expectativas de autodeterminação e protagonismo mas experimentam situações de precariedade e de desmobilização, ocupando um lugar ambíguo entre os receptores de políticas e protagonistas da mudança (CEPAL-OIJ, 2007).



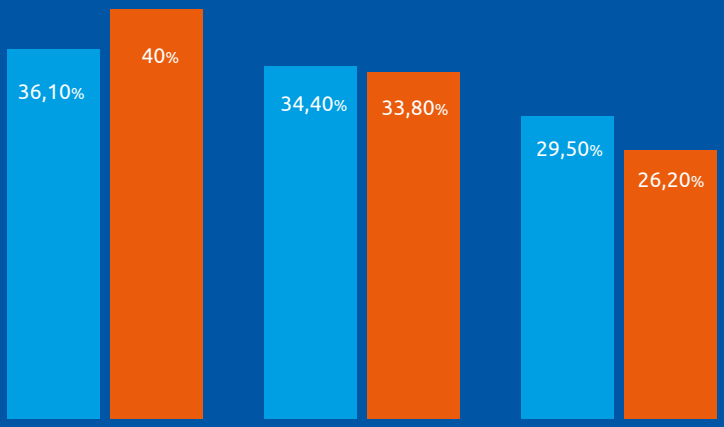
1. Notícia: “Número de jovens filiados a partidos políticos cai 44% em 8 anos”. Disponível em: <https://infograficos.estadao.com.br/focas/por-minha-conta/materia/numero-jovens-filiados-partidos-politicos-cai-anos>.

2. Notícia: “Apesar da renovação, deputados com menos de 30 anos não passam de 3%”. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/10/21/interna_politica,799474/apesar-da-renovacao-deputados-com-menos--de-30-anos-nao-passam-de-3.shtml>.

Gráfico 2 América Latina: avaliação das redes sociais em termos de participação política (jovens de 16 a 29 anos e adultos, 2015, em porcentagens)

FONTE COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL), COM BASE NAS TABULAÇÕES ESPECIAIS DA PESQUISA LATINOBARÔMETRO DE 2015.

*INCLUI: ARGENTINA, BOLÍVIA, BRASIL, CHILE, COLÔMBIA, COSTA RICA, EQUADOR, EL SALVADOR, GUATEMALA, HONDURAS, MÉXICO, NICARÁGUA, PANAMÁ, PARAGUAI, PERU, REPÚBLICA DOMINICANA, URUGUAI, VENEZUELA.



São muitos os desafios, mas há caminhos para solucioná-los!

Neste capítulo, você vai ler sobre:

- Intervenções que as evidências científicas apontam como efetivas para avançarmos na Participação Social, tais como aquelas voltadas para a participação comunitária, através de iniciativas de renovação urbana (reformas, hortas comunitárias) ou de desenvolvimento comunitário (associações, formação de lideranças). Intervenções de planejamento participativo também são efetivas pois ao contar com a participação comunitária nos processos de decisão a prestação de serviços pode estar mais alinhada aos interesses, necessidades e modos de vida da comunidade.

- Lacunas de pesquisas sobre o tema que identificamos, por exemplo, a falta de estudos que analisem comparativamente as gerações e o seu encanto ou desencanto com a política institucional. A falta de manuais amigáveis sobre formas possíveis de participação política também precisa ser suprida.

- Ações que podemos botar em movimento no nosso cotidiano – com jovens compondo espaços de controle social como conselhos e conferências, tomadores de decisão garantindo que os jovens sejam representados de forma justa no parlamento, em governos e em administrações públicas, e com representantes da sociedade civil e do setor privado convidando jovens para compor seus conselhos, começamos a trilhar um caminho colaborativo para efetivar o direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil!

- Elementos relacionados à garantia da equidade e de uma implementação verdadeiramente inclusiva de políticas e programas. Para que a Participação Social seja um direito efetivado, jovens do campo e das periferias urbanas precisam ser lembrados e incluídos na formulação de programas e políticas, e os mecanismos de participação precisam ser diversificados para garantir que as juventudes negra, indígena e LGBTQIA+ sintam-se seguras para se expressarem e mobilizarem politicamente. Não podemos esquecer ninguém pelo caminho!

- Por fim, fazemos uma retomada dos encaminhamentos das Conferências Nacionais da Juventude, aquecendo o debate para a 4ª Conferência!

- Vamos conhecer mais sobre as juventudes e o direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil?

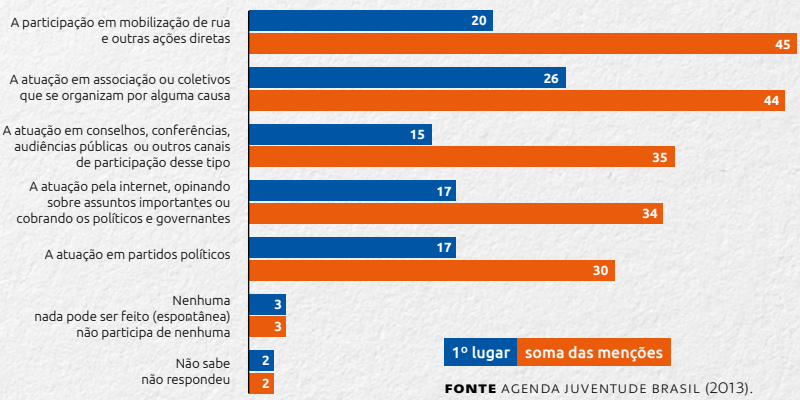
Juventudes + participação social e política: os desafios

A juventude brasileira quer ser ouvida! Participar na vida da sociedade e contribuir com a definição dos seus rumos não é só um direito, mas uma responsabilidade da juventude que precisa ser viabilizada. O seu aguçado senso de justiça e desejo de contribuir para a melhora social são indispensáveis para qualquer sociedade que queira enfrentar os novos desafios que se apresentam em todo o mundo. Por meio da participação dos jovens, é possível encontrar novas soluções e possibilidades, muitas vezes rompendo com formas tradicionais e já desgastadas de abordar os problemas.

Uma boa governança pública pode capacitar e empoderar jovens, de modo a promover uma distribuição equitativa de recursos entre as gerações (OECD, 2020). Alcançar resultados de políticas que atendam aos jovens de hoje e às gerações futuras depende do bom funcionamento de instituições públicas, da elaboração de leis e políticas e da estruturação dos processos de tomada de decisão. Dessa forma, a participação social e política dos jovens é um debate essencial que possibilita desdobramentos e discussões de diversas outras demandas (BRASIL, 2015). No entanto, não se pode esquecer que a participação dos jovens possui múltiplos significados e sentidos pois também são múltiplas as compreensões e vivências sociais e políticas desse diversificado grupo (SOUZA, 2004).

Em 2013, jovens brasileiros se posicionaram da seguinte forma a respeito da participação política: 38% não gostam de política, não se envolvem; 34% não costumam participar mas se interessam por política; 19% acham que a política deve ficar para pessoas que têm mais competência; 9% consideram-se politicamente participantes (BRASIL, 2013).

Gráfico 1 Formas de atuação que podem melhorar as coisas no Brasil



FONTE AGENDA JUVENTUDE BRASIL (2013).

"Sempre gostei de estudar questões sociais e sempre senti necessidade de fazer algo mais ativo no dia a dia em relação à militância."

Mulher cis hétero, 19 anos, estudante do ensino superior (graduação), Rio de Janeiro (RJ)

A filiação de jovens a partidos políticos caiu 44% entre 2010 e 2018.1 Nas eleições de 2018, foram eleitas 14 pessoas com menos de 30 anos de idade para serem deputados e deputadas federais, representando apenas 2,7% do total.[2]

O Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) mapeou, em 2010, a existência de 105 conselhos estaduais e municipais de juventude no Brasil, sendo quase metade deles situados no Sudeste (COSTA, 2014).

Jovens vivem com expectativas de autodeterminação e protagonismo mas experimentam situações de precariedade e de desmobilização, ocupando um lugar ambíguo entre os receptores de políticas e protagonistas da mudança (CEPAL-OIJ, 2007).

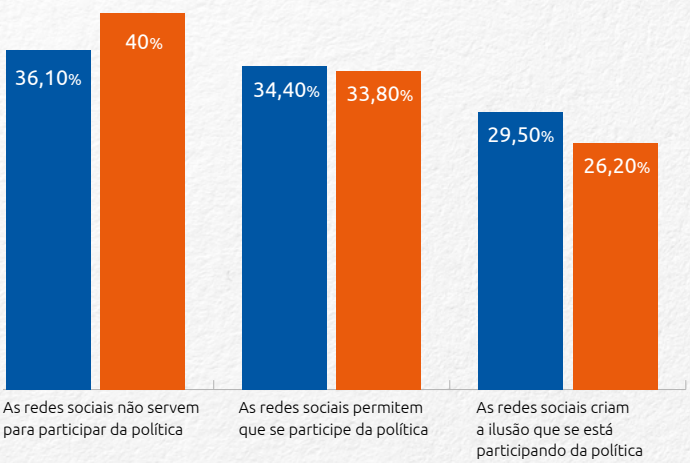
O uso das mídias e das redes sociais pode favorecer e amplificar o debate sobre as questões de participação política e social (DE VASCONCELOS; GONZÁLEZ; MARQUES, 2020).

Todavia, jovens latino-americanos também percebem que as redes sociais podem ocasionar a "ilusão" de estar participando sem, de fato, ter esse engajamento.

É necessário avanços no âmbito da participação, a fim de que ela se torne prática de libertação e não de submissão (BORGES; TEIXEIRA, 2013).

A política foi o tema de maior interesse de jovens que responderam à etapa de imersão qualitativa do Atlas, sendo que 54% indicaram que eram ligados a alguma causa ou defendiam alguma bandeira.

Gráfico 2 América Latina: avaliação das redes sociais em termos de participação política (jovens de 16 a 29 anos e adultos, 2015, em porcentagens)



FONTE: COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL), COM BASE NAS TABULAÇÕES ESPECIAIS DA PESQUISA LATINOBARÓMETRO DE 2015.

*INCLUI: ARGENTINA, BOLÍVIA, BRASIL, CHILE, COLÔMBIA, COSTA RICA, EQUADOR, EL SALVADOR, GUATEMALA, HONDURAS, MÉXICO, NICARÁGUA, PANAMÁ, PARAGUAI, PERU, REPÚBLICA DOMINICANA, URUGUAI, VENEZUELA.

1 Notícia: "Número de jovens filiados a partidos políticos cai 44% em 8 anos". Disponível em: <https://infograficos.estadao.com.br/focas/por-minha-conta/materia/numero-jovens-filiados-partidos-politicos-cai-anos>.

2 Notícia: "Apesar da renovação, deputados com menos de 30 anos não passam de 3%". Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/10/21/interna_politica,799474/apesar-da-renovacao-deputados-com-menos-de-30-anos-nao-passam-de-3.shtml>.

Dessa forma, analisa-se que as juventudes têm cada vez mais acesso à informação e menos acesso ao poder (CEPAL-OIJ, 2007).



COM A PALAVRA

Mathaus Ranie Lima Torres

ODS e Juventudes

Neste momento do Brasil enfrentamos talvez um dos maiores desafios da sua história: uma profunda crise política, econômica, social e ambiental, um momento de profunda complexidade no que se refere ao nosso futuro enquanto país. Somos testemunhas desse momento e por isso, temos medo do que está por vir e ainda, nos perguntamos se haverá algum futuro no qual viver. Anualmente, desde 2017, a sociedade civil brasileira publica o Relatório Luz da Agenda 2030, um documento essencial para entender a trajetória histórica dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil, analisados por especialistas e organizações respeitadas em todo o mundo. Esse documento, desde sua primeira edição, indica que não estamos caminhando para atingir tais diretrizes de um mundo mais sustentável, justo e equitativo. Ressalta o aprofundamento das desigualdades, a divisão da sociedade e a falta de compromisso dos governos em nos guiar para uma possibilidade de futuro diferente do que vivemos no passado e reproduzimos atualmente.

Dado esse cenário, temos atores e atrizes preocupados com o que estamos fazendo no presente e o resultado disso para o nosso futuro, sendo as juventudes um desses grupos mais importantes. As mudanças de paradigma que já aconteceram no mundo, como o enfrentamento a regimes autoritários, revoluções pela paz e justiça, tem a presença massiva desse grupo populacional que tem na essência o desejo pela mudança, aliada à energia de se mobilizar e a criatividade de sonhar possibilidades não concebidas por outras gerações. É inerente às juventudes, essa criação de utopias e invenção de maneiras de atingir seus objetivos por caminhos ainda não trilhados, inovando a cada dia na linguagem, nas manifestações de representatividades e assim, fortalecendo o coletivo a partir da valorização das questões, valores e princípios individuais.

Acredito que seja necessário ter as juventudes brasileiras como protagonistas da agenda dos ODS, não apenas como debatedoras em mesas, participantes de discussões e sendo apenas citada em tratados internacionais ignorados pelos governos. É urgente que possamos estar presentes para contribuições efetivas e reais, tendo não só voz, mas tendo a responsabilidade de protagonizar ações que acreditemos ser efetivas para transformar a sociedade. Por isso, é imprescindível garantir condições para a participação das pessoas e corpos trans, dos povos originários e tradicionais nessa conta, atendendo às suas necessidades e fortalecendo a representação institucional desses jovens. Somos cerca de 50 milhões de jovens no Brasil, acredito que temos força para defender nosso futuro, sendo protagonista das nossas vidas e guiando o país por um caminho inovador, responsável e justo para todos e todas.

Juventudes + participação social e política: intervenções efetivas

O que já fazemos no Brasil?

Algumas políticas públicas brasileiras atentam para a participação social e política de jovens.

Conselho Nacional da Juventude (Conjuve):

foi criado pela Lei nº 11.129/2005 e posteriormente seu funcionamento foi descrito no Decreto nº 9.024/2017. No entanto, o decreto foi revogado em 2019. Em 2017, também foi publicado decreto de instituição do Comitê Interministerial da Política de Juventude, mas ele foi revogado entre 2019 e 2020. São competências do Conjuve (BRASIL, 2018):

1. Propor estratégias de acompanhamento e avaliação da política nacional de juventude.
2. Apoiar a Secretaria Nacional da Juventude da Secretaria de Governo da Presidência da República na articulação com outros órgãos da administração pública federal, governos estaduais, municipais e do Distrito Federal.
3. Promover a realização de estudos, debates e pesquisas sobre a realidade da situação juvenil, com vistas a contribuir na elaboração de propostas de políticas públicas.
4. Apresentar propostas de políticas públicas e outras iniciativas que visem assegurar e ampliar os direitos da juventude.
5. Articular-se com os conselhos estaduais e municipais de juventude e outros conselhos setoriais, para ampliar a cooperação mútua e o estabelecimento de estratégias comuns de implementação de políticas públicas de juventude.
6. Fomentar o intercâmbio entre organizações juvenis nacionais e internacionais.

Juventudes nas Cidades

em andamento desde 2017 e destinado à juventude que vive em periferias e favelas urbanas brasileiras, esse projeto visa assegurar direitos, melhores oportunidades de trabalho e renda, mobilidade social e participação democrática do jovem no Distrito Federal, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo.

Orçamento Participativo

Criado em Porto Alegre em 1989 e hoje presente em dezenas de municípios brasileiros e no mundo. O Orçamento Participativo permite o envolvimento dos cidadãos não eleitos na tomada de decisão sobre a questão-chave dos orçamentos públicos da cidade. No entanto, a série histórica na cidade de Porto Alegre mostra que a população jovem vem sendo sub-representada desde o início dos registros do perfil dos participantes (FEDOZZI; MARTINS, 2013).

Saiba mais

Quer conhecer mais sobre o tema da participação social e política de jovens no Brasil? A publicação ***Estação juventude: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude***, realizada em 2014, traça um panorama dos movimentos de juventudes, das políticas públicas para juventudes, experiências históricas e desafios atuais.

Conheça também a história dos Conselhos e das Conferências da Juventude na publicação ***Juventude e Participação*** e no ***Guia de Conselhos da Juventude***.

O que descobrimos?

“Jovens são uma força poderosa para o bem comum. Com a sua energia, quando têm oportunidade de exercer os seus direitos, podem trazer mudanças positivas. Podem desafiar os estereótipos negativos na sociedade e em suas comunidades, substituindo-os por igualdade e inclusão.”

Salimatou Fatty, Global Partnership for Education

O Banco Mundial, em 2007, alertou que poucas intervenções voltadas para estimular a participação juvenil contavam com avaliação (BANCO MUNDIAL, 2007). Mas já havia algumas lições positivas, tais como:

a diminuição da idade mínima para votar, sobretudo se combinada com um programa de estímulo ao voto;

a oportunidade de engajamento em serviços voluntários, se combinado com frequência escolar;

a ampliação de oportunidades econômicas para os jovens, que lhes propicia sentidos de vida;

o serviço militar, mas visto com reservas, dependendo das condições;

a cidadania legal, via documentação pessoal;

a ampliação de espaços de convivência seguros;

o banimento do porte de armas de fogo; escolas seguras e inclusivas;

a reforma da justiça criminal, evitando-se o encarceramento de jovens por períodos indefinidos e sem acesso à defesa legal;

a justiça restaurativa e programas em lugar de encarceramento.

A partir da análise de 12 revisões sistemáticas de efeitos sobre participação política e social, as intervenções foram agrupadas em sete categorias: 1) intervenções de participação comunitária; 2) intervenções educacionais de promoção da participação; 3) pesquisas participativas; 4) intervenções de transparência e informação; 5) intervenções de monitoramento e fiscalização, 6) intervenções de planejamento participativo; e 7) intervenções de participação pelo desenvolvimento social e econômico.

1) Intervenções de participação comunitária

Uma das estratégias mais acessíveis de participação social é o trabalho comunitário. No trabalho comunitário, pessoas de diferentes faixas etárias e trajetórias de vida que compartilham um espaço comum se reúnem para desenvolver uma atividade visando ao bem coletivo. A participação comunitária na tomada de decisão tem resultados positivos na promoção do bem-estar comunitário (PENNINGTON et al., 2017).

Diferentes modalidades de participação comunitária alcançam resultados diferentes. As estratégias de participação comunitária com efeitos mais significativos são as iniciativas de renovação urbana (reformas, mutirões, hortas comunitárias) e os programas de desenvolvimento comunitário (associações, busca de soluções comunitárias, facilitação do acesso à moradia, formação de lideranças) (PENNINGTON et al., 2017).

Iniciativas de renovação urbana (reformas, mutirões, hortas comunitárias) são estratégias eficazes de participação comunitária, com diversos benefícios. As iniciativas de renovação urbana se destacam pelos seus benefícios concretos, como melhorias na infraestrutura – tanto de espaços comuns quanto de moradia –, e contribuem para um aumento na qualidade dos serviços públicos ofertados (PENNINGTON et al., 2017).

Além dos benefícios concretos visíveis, iniciativas de renovação urbana fortalecem a comunidade em diversos níveis. As iniciativas de renovação urbana contribuem para a promoção de empoderamento pessoal, atividade social, coesão social, conexão intergeracional, senso de orgulho e pertencimento, senso de comunidade e bem-estar pessoal (PENNINGTON et al., 2017).

"Minhas causas são meio ambiente de modo geral, agricultura sustentável, agricultura familiar e povos tradicionais. Me envolvo através da minha formação. Minhas ações são muito no âmbito de trabalhos voluntários, porém espero contribuir em um trabalho formal futuramente."

Mulher cis hétero, 24 anos, estudante do ensino superior (graduação), Salto (SP)

A estratégia de renovação urbana que mais se destaca na geração de benefícios é a criação de hortas comunitárias. Hortas comunitárias possibilitam diferenciados níveis de participação de forma livre e são capazes de gerar amplos benefícios em termos de bem-estar e saúde mental, além de aumentar o uso de áreas verdes e a segurança alimentar da comunidade (PENNINGTON et al., 2017).

Programas de desenvolvimento comunitário voltados para o aprimoramento de aspectos materiais e sociais da comunidade também trazem amplos benefícios para ela. Os programas de desenvolvimento comunitário podem assumir diversos formatos, como associações, busca de soluções comunitárias, facilitação do acesso à moradia e projetos de formação de lideranças. Os principais benefícios de programas de desenvolvimento comunitário são o fortalecimento de senso de pertencimento, coesão grupal, cooperação, empoderamento pessoal, autoconfiança e habilidades organizativas (PENNINGTON et al., 2017).

A participação popular na tomada de decisão é muito benéfica para as comunidades e influencia a qualidade dos serviços, em especial em alguns casos específicos. Iniciativas de organização de serviços de água, saneamento e eletricidade em condições de habitação informal ou de baixa renda podem ser implementadas de forma complementar por estratégias "de baixo para cima" com participação da comunidade no planejamento, implementação e avaliação – com estratégias "de cima para baixo" – conduzidas pelo Estado e por especialistas. As estratégias "de baixo para cima" – com participação da comunidade no planejamento, implementação e avaliação – têm efeitos positivos em alguns casos, como na instalação de sanitários particulares. Outros serviços, como eletricidade, dependem de abordagens centralizadas "de cima para baixo" (ANNAMALAI et al., 2016).

A participação comunitária se manifesta muitas vezes por meio de coletivos, projetos, conselhos, fóruns, associações comunitárias e ONGs. Em organizações não governamentais (ONGs), o ativismo social e comunitário pode ser facilitado por algumas caraterísticas organizacionais e contextuais anteriores (LU, 2018):

- o tamanho da organização: organizações maiores têm maior estrutura para diversificar as atividades;
- nível de profissionalização da força de trabalho: quanto maior a profissionalização, mais preparada para atuar na esfera política, em contraste com a força de trabalho baseada no voluntariado;
- postura do conselho de governança da organização: ONGs com conselhos de governança que apoiam o ativismo/advocacy conseguem agir mais;
- relação com a comunidade: a participação dos grupos e comunidades beneficiárias do trabalho de ativismo/advocacy na tomada de decisão da organização contribui para o aprofundamento de conhecimentos sobre as perspectivas e necessidades das populações beneficiárias;
- conhecimento da legislação: quanto maior o conhecimento da organização sobre legislação, maior a intensidade e capacidade do ativismo/advocacy;
- colaboração interinstitucional: maior colaboração resulta em maior agilidade e resiliência das organizações e aumenta a capacidade de ativismo/advocacy;
- adversidades: a exposição a situações e contextos negativos (políticas públicas, problemáticas, redução de financiamento e cortes em programas sociais) resulta em maior intensidade em ativismo/advocacy. O ativismo/advocacy aumenta com as adversidades.

A participação política e social de jovens depende da criação de dispositivos, mecanismos e estratégias inclusivas capazes de fortalecer as capacidades pessoais e coletivas dos jovens, tradicionalmente excluídos dos espaços de tomada de decisão. A promoção do desenvolvimento social de jovens, por meio da amplificação das vozes de jovens nas comunidades, envolve a realização de projetos de organização comunitária e juvenil, projetos de pesquisa-ação participativa conduzida por jovens e estratégias de empoderamento por meio das artes e das mídias (ERBSTEIN; FABIONAR, 2019).

2) Intervenções educacionais de promoção da participação

Oportunidades educacionais desempenham importante papel na promoção da participação política e social de jovens, que pode ser estimulada ainda no contexto escolar. Uma das estratégias educacionais mais eficientes para a promoção da participação social e política é a estratégia de Educação para a Cidadania (CRICK et al., 2004). A Educação para a Cidadania consiste em uma intervenção educacional que aborda desenvolvimento moral e social, conhecimento da esfera política, e envolvimento comunitário. Como principal resultado, as intervenções de Educação para a Cidadania contribuem diretamente para a democratização da organização escolar.

> Se interessou pelo tema? Conheça a publicação ***Protagonismo: a potência de ação da comunidade escolar***, construída pelas organizações Ashoka e Alana.

A Educação para a Cidadania envolve uma metodologia específica de promoção do diálogo e da participação no contexto educacional. Para isso, é necessário que a Educação para a Cidadania crie processos dialógicos e de pedagogia participativa, com exposição a experiências educacionais desafiadoras centradas na resolução de problemas e conhecimentos contextualizados. Ainda, tais processos devem articular diferentes mecanismos de democratização da organização escolar, garantindo a expressão, a escuta e a participação dos estudantes (CRICK et al., 2004).

Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) também podem contribuir para a participação democrática e criação colaborativa de soluções para problemas sociais. Tecnologias de Informação e Comunicação na forma de "tecnologias cívicas" contribuem positivamente para o desenvolvimento educacional dos participantes. As "tecnologias cívicas" contribuem para o desenvolvimento de "habilidades cívicas" – como identificação de problemas comunitários e disposição para colaborar com o desenvolvimento de soluções. As "tecnologias cívicas" também se destacam por contribuir para maior qualidade da discussão e maior interesse nas questões públicas (SALDIVAR et al., 2019).

3) Pesquisas participativas

A participação social e política de jovens também pode ser promovida por pesquisas comunitárias com metodologias participativas. Metodologias de pesquisa participativa conduzidas por jovens – nas

quais jovens assumem uma posição protagonista na geração de conhecimento sobre suas realidades, perspectivas e comunidades – resultam em diversos benefícios em termos de protagonismo juvenil e empoderamento comunitário (KENNEDY et al., 2019).

Pesquisas participativas protagonizadas por jovens têm efeitos em diferentes níveis: interpessoal (microssistema), programático/metodológico/institucional (mesossistema) e político/administrativo (exossistema).

Pesquisas participativas protagonizadas por jovens promovem intervenções significativas em nível interpessoal (microssistema). Os principais efeitos em nível interpessoal (microssistema) de intervenções baseadas em pesquisa participativa conduzida por jovens são mudanças na compreensão e perspectivas dos adultos envolvidos sobre os jovens da comunidade, valorização dos jovens como experts em suas próprias vidas e importantes na tomada de decisão, bem como mudanças positivas nos grupos de jovens e suas relações com escola e comunidade, além de aprimorar conhecimentos entre os jovens (KENNEDY et al., 2019).

As metodologias de pesquisa participativa também funcionam como intervenção em nível programático e institucional (mesossistema), sobre os programas nos quais os jovens participam. Em nível programático e institucional (mesossistema), tais intervenções resultam em modificações positivas na estrutura de programas oferecidos aos jovens. Assim, os programas podem ser capazes de atender melhor suas necessidades e incluir os jovens nos processos de tomada de decisão (KENNEDY et al., 2019).

A participação de jovens no protagonismo das pesquisas também contribui para melhoras na própria metodologia e realização das pesquisas, inclusive com maiores capacidades de recrutamento e geração de dados e análises de maior qualidade. Ainda, tais intervenções destacam as perspectivas sistematicamente silenciadas dos jovens e desafiam narrativas dominantes, reduzindo vieses e pré-concepções e gerando impactos transformadores na compreensão de adultos sobre os jovens (KENNEDY et al., 2019).

As pesquisas participativas protagonizadas por jovens também podem influenciar a dimensão política e administrativa (exossistema). Tais intervenções também são capazes de impactar políticas públicas, em especial em nível de administração escolar (como mais opções de alimentação saudável no refeitório escolar ou distribuição de preservativos) mas também em nível de administração municipal (como restrições a propagandas de descontos de álcool e tabaco em mercearias ou a inclusão de linhas de ônibus que facilitam o acesso a espaços de lazer) (KENNEDY et al., 2019).

4) Intervenções de transparência e informação

A participação social e política também pode acontecer pelo envolvimento em ações de transparência governamental. A transparência e a publicização são princípios e obrigações da administração pública e servem para garantir a prestação de contas e o direito à informação dos cidadãos. A transparência e a publicização das informações de forma acessível são condições necessárias para a aproximação da sociedade com o Estado e possibilidade de participação popular nas decisões de governança.

Mecanismos de transparência e divulgação de informações sobre direitos do usuário e serviços públicos são medidas simples e eficientes de promoção da cidadania e de incentivo à participação popular. A divulgação de informações sobre direitos e acesso a serviços, como estratégia de transparência e inclusão social, contribui para o aumento do acesso aos serviços (WADDINGTON et al., 2019), em especial em serviços de atenção à saúde materno-infantil (PHILLIPS et al., 2017). Ainda, iniciativas de educação popular em saúde conduzidas pelos pares contribuem para a melhora no acesso e na qualidade dos serviços de saúde, embora não apresente resultado específico nos desfechos em saúde (LYNCH et al., 2013).

As estratégias de divulgação de informações sobre direitos dos usuários de serviços públicos precisam atender a algumas condições para serem efetivas. Tais intervenções têm efeitos positivos se são capazes de promover um nível de conhecimento comum entre a comunidade e os prestadores de serviço e se há mecanismos suficientes de influência e risco de sanção para os prestadores de serviço (WADDINGTON et al., 2019).

Campanhas de transparência governamental também contribuem para a prevenção de desvios de recursos públicos e redução da corrupção. A publicização sistemática de informações sobre os gastos públicos, em especial se distribuídas em linguagem acessível nas escolas, representa uma estratégia simples, barata e eficiente de prevenção de desvios de recursos públicos e redução da corrupção (LYNCH et al., 2013).

5) Intervenções de monitoramento e fiscalização

Além das ações de transparência praticadas pelas instituições, é possível praticar ações de monitoramento e fiscalização de iniciativa das comunidades. As ações de monitoramento e fiscalização são estratégias de aproximação entre sociedade e Estado que envolvem maior participação da sociedade.

A participação popular pode ser incentivada por meio de estratégias de avaliação, monitoramento e coleta de "feedback cidadão" sobre o desempenho de serviços públicos. Para isso, as avaliações devem ser realizadas em serviços de atendimento direto (atendidos por pessoas), em colaboração com os prestadores de serviços e associações comunitárias e com critérios claros de avaliação (WADDINGTON et al., 2019).

A fiscalização cidadã sobre serviços e obras públicas também contribui para a qualidade de serviço e a satisfação da população local. Para isso, tais projetos devem incluir a participação de representantes de grupos mais vulneráveis e conduzir uma abordagem colaborativa em vez de confrontativa, articulada com a mensuração de indicadores por pesquisadores parceiros (WADDINGTON et al., 2019).

Ainda, a fiscalização comunitária articulada a outros incentivos tem efeito positivo na redução de corrupções (PHILLIPS et al., 2017). Assim, o envolvimento ativo da comunidade nas ações de monitoramento e fiscalização contribui de diversas formas para a qualificação dos mecanismos de governança e de prestação de serviços, possibilitando processos de tomada de decisão mais inclusivos.

6) Intervenções de planejamento participativo

A comunidade também pode participar do processo de planejamento de ações, programas e serviços públicos, por meio do planejamento participativo. O planejamento participativo busca garantir a participação da comunidade e a prestação de serviços de modo mais alinhado aos interesses, necessidades e modos de vida da comunidade.

A participação popular no planejamento das ações de serviços públicos também contribui para aumentar sua qualidade e fortalecer laços sociais. Mecanismos de planejamento participativo que garantam a equidade na participação das pessoas e grupos mais vulneráveis possibilitam a construção de serviços mais responsivos às necessidades locais e fortalecem alianças entre a sociedade civil (WADDINGTON et al., 2019).

Para promover a participação popular no planejamento de serviços é necessário intervir em barreiras e iniquidades. As intervenções de planejamento participativo têm efeitos positivos se tiverem forte colaboração dos prestadores de serviço, incorporando estratégias culturalmente apropriadas para sanar barreiras à participação de grupos vulneráveis, e com ações que promovam o fortalecimento da sociedade civil para a ação coletiva (WADDINGTON et al., 2019).

7) Intervenções de participação pelo desenvolvimento social e econômico

A participação popular depende da organização de estratégias inclusivas para a superação de barreiras à participação. Para sanar diferentes tipos de barreiras à participação, é possível implementar estratégias de participação pela promoção do desenvolvimento social e econômico.

A participação popular pelo desenvolvimento social e econômico pode ocorrer na forma de treinamentos, programas de transferência de renda e projetos de gestão cooperativa. Mecanismos de transparência e prestação de contas voltados para comunidades, por meio de programas de treinamento de lideranças e incentivo à participação coletiva em diferentes instâncias de governança e tomada de decisão, contribuem para o desempenho de serviços nos desfechos de desenvolvimento de capacidades (conhecimentos, habilidades e acesso a recursos), empoderamento individual e comunitário, redução da corrupção e promoção da saúde (LYNCH et al., 2013).

A participação popular também pode ser incentivada por programas de treinamento e desenvolvimento de capacidades. Intervenções de engajamento cidadão tem efeitos positivos no envolvimento de usuários dos serviços em reuniões e fundos de financiamento comunitário e também no nível de informação sobre os serviços (WADDINGTON et al., 2019). Intervenções de desenvolvimento de capacidades contribuem para maior acesso aos serviços públicos, em especial para jovens em situação de maior vulnerabilidade, e estimulam a organização comunitária, a criação de práticas inovadoras de gestão da terra e o desenvolvimento de projetos capazes de atender a necessidades locais (LYNCH et al., 2013).

A promoção da participação política e social deve criar meios para incluir jovens em situação maior de discriminação e exclusão. A promoção da participação política e social de jovens em situação de discriminação e exclusão, em especial por marcadores étnico-raciais, depende de um conjunto de elementos importantes nas intervenções. Para ser efetiva, uma estratégia de participação de jovens em situação de discriminação e exclusão deve apresentar os seguintes elementos (ERBSTEIN; FABIONAR, 2019):

- compreensão dos diversos atravessamentos culturais, estruturais e subjetivos que afetam o desenvolvimento dos jovens em uma perspectiva interseccional (condição socioeconômica, pertencimentos identitários, história de vida, marcadores sociais da diferença);
- reconhecimento da diversidade de experiências e perspectivas das juventudes;
- remediação dos impactos sociais e psicofisiológicos da discriminação (saúde mental, uso de substâncias, efeitos do estresse na saúde);
- promoção de uma identidade étnica e social positiva;
- acessibilidade como estratégia de enfrentamento a iniquidades econômicas.

A oferta de serviços de proteção social e transferência de renda também funciona para promover a participação social e o empoderamento comunitário. A ampliação da proteção social para jovens resulta em aumento do empoderamento pessoal e maiores possibilidades de desenvolvimento educacional e de carreira (LYNCH et al., 2013). Programas de transferência de renda para grupos apresentam efeitos positivos na promoção do empoderamento comunitário, fortalecimento de laços sociais, tomada de decisão coletiva e desenvolvimento de soluções inovadoras para problemas comunitários (LYNCH et al., 2013).

A ação coletiva de jovens também pode se expressar na participação em projetos que buscam soluções econômicas e de superação da pobreza. A promoção da ação coletiva de jovens – por meio de grupos e cooperativas – também contribui para o enfrentamento da pobreza e fortalecimento de cadeias produtivas por meio do desenvolvimento de negócios rurais (YAMI et al., 2019). Para tanto, são necessárias intervenções capazes de criar condições para o aprendizado e a articulação de jovens, fortalecendo relações entre pares e fornecendo treinamento e mentoria, de modo a promover relações de colaboração e o empoderamento juvenil.

Lacunas de conhecimento sobre o tema

- Produção de manuais sobre possibilidades de participação política de forma amigável (ANDRADE, 2014).
- Produção de documentos que promovam atualização permanente de marcos de referência com a contribuição dos diversos atores governamentais e não governamentais e, sobretudo, dos próprios adolescentes e jovens. (ANDRADE, 2014).
- Dados específicos sobre a população jovem do campo (BORGES, 2018).
- Estudos que discutam sobre juventudes ressaltando os limites da participação democrática quando se é excluído da participação na geração e distribuição de riquezas (CASTRO; VASCONCELOS, 2007).
- Estudos comparando gerações e o desencanto com a política institucional hoje no Brasil (CASTRO; VASCONCELOS, 2007).
- Estudos sobre a participação dos jovens na arena política, principalmente nos espaços mais tradicionais (VOMMARO; LABREA, 2014).



COM A PALAVRA

Nátali Percídio

A juventude não é apenas o futuro, é o agora. Ela está nesse momento apta a mobilizar frentes, quebrar paradigmas e transformar realidades. A ambiguidade da sociedade atual em render fanatismo à juventude como nenhuma outra e, ao mesmo tempo a depreciar tanto (Rico, 2011), revela a insuficiência dos instrumentos existentes em contemplar esse ator social reconhecidamente potente, diverso e complexo. A prática da cidadania para jovens conta, por um lado, com a incorporação de identidades individuais que carregam subjetividades e, por outro, coletivas: "nós", que nos assemelhamos, em relação a "outros" que de nós se diferenciam" (Pais, 2005, p.54.) Nesse sentido,a dimensão da cidadania na juventude passa pela apropriação das demandas dos diferentes grupos, onde a igualdade é reivindicada e o direito à diferença estabelecido (Melo, 2014).

Para alcançar os diversos atores sociais da juventude, portanto, há a necessidade de se criarem processos que permitam que toda a categoria se reconheça como agente capaz de gerar transformação. As vulnerabilidades inerentes aos distintos grupos que são, muitas vezes, sobrepostas, desmotivam e descreditam o jovem a participar ativamente como cidadãos engajados, deixando o exercício da cidadania como algo isolado e destinado apenas a algumas "mentes brilhantes" e "jovens especiais". A armadilha dessa narrativa se dá na ênfase a especialismos irreais e na supervalorização da luta individual em detrimento da coletiva. A juventude deve sim ser protagonista, não em desenhos heroicos exclusivos, mas coletivamente. E há meios de encontrar, co-construir e aprender com outros jovens.

Nesse sentido, não basta dizer o que pode ser feito, há de destacar também o como. E aqui vão algumas dicas para poder partir para a prática. Comece encontrando seu nicho. Se conecte com pessoas engajadas a ele e siga pessoas que atuam em atividades com as quais você se identifica, pois isso contribui muito para ser consistente, firme e se renovar. Tendo ou não ideias e projetos, inspire-se com quem já faz. Não tenha medo em aprender e reproduzir o que já funciona. Procure também eventos e fóruns para participar. Destaco aqui a grandiosidade da Semana da Juventude como um dos melhores eventos para descobrir sobre temáticas e iniciativas que ocorrem no Brasil e América Latina, bem como o enorme potencial de se conectar com uma rede imensa de jovens engajados de diferentes territorialidades.O processo de aprendizado sobre cidadania e participação social, que tem se expandido ainda em cenários como o atual, para uma cidadania também digital, conta com a colaboração juvenil entre si, a compreensão das diversas formas e metodologias de atuação e, como bem destacado por Sousa (2008), conta com a participação não excludente, mas ampliada, que inclua aqueles que não necessariamente são revolucionários" (p.151). Nossas ações e estratégias serão plurais tal qual nós somos. Avante!

LOPES, Daniel Barsi. Juventude e Cidadania: uso de mídias digitais na ONG Aldeia, em Fortaleza e no projeto KDM em Barcelona, 2012.
MELO, Rosicleide Araújo de. Juventude, Participação e Cidadania: um estudo sobre a experiência do Projovem Urbano em Recife/PE, 2014.
PAIS, José Machado. Ganchos, Tachos e Biscates. Porto. mbar, 2001.
RICO, Santiago. Jóvenes sublevados contra la juventud. In: Juventud sin futuro. Barcelona. Icaria, 2011.
SOUSA, Janice T. P. de. Os jovens contemporâneos e a política do instituído. In: GROPPO, Luís Antônio et al (Orgs). Movimentos juvenis na contemporaneidade. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

Vamos botar a mão na massa?

Participação social

Jovens	● Compor coletivos e movimentos com que se identifiquem. ● Organizar espaços deliberativos em suas comunidades. ● Participar em conselhos e conferências – em especial as conferências livres, municipais, estaduais e nacional de juventude. ● Pressionar para que a IV Conferência Nacional das Juventudes aconteça. ● Ajudar candidatos e candidatas jovens a construir suas plataformas eleitorais e/ou conhecer as pautas de candidaturas jovens para escolher em qual votar. ● Participar da Virada Política, encontro anual que busca desmistificar e fortalecer a democracia.
Pesquisadores	● Buscar incluir jovens como pesquisadores ativos. ● Observar lacunas de pesquisa em participação social. ● Incluir movimentos e coletivos de jovens como temas de pesquisas, apoiando a legitimidade de suas pautas. ● Buscar contribuir com a organização e divulgação da Virada Política.
Tomadores de decisão	● Desenvolver ferramentas e mecanismos para mapear regularmente as necessidades e as expectativas dos jovens. Como desenvolver boas políticas se você não sabe o que os jovens precisam? ● Fortalecer a implementação e coordenação das políticas de juventude (por meio, por exemplo, de conselhos de juventude). ● Aplicar ferramentas para melhor integrar as perspectivas dos jovens no desenvolvimento de leis e políticas e publicar informações sobre os recursos gastos em políticas públicas de juventude – alguns países implementaram os "testes de juventude", que consultam a avaliação de jovens sobre todos os projetos de lei elaborados. ● Estabelecer mecanismos de garantia para que os jovens sejam representados de forma justa no parlamento, em governos e em administrações públicas. ● Incentivar, reconhecer e apoiar novas formas de participação juvenil, incluindo movimentos sociais e espaços ***on-line*** de participação juvenil. ● Apoiar a educação cidadã nas escolas e além delas, para que jovens sempre tenham acesso a um ambiente de aprendizagem que empodere e fomente a participação. ● Incluir o orçamento participativo como ferramenta de integração e transparência, dando aos jovens uma oportunidade para opinar sobre como o dinheiro disponível para o governo deve ser gasto. Saiba mais! ● Adaptar a Metodologia OCA (Orçamento da Criança e do Adolescente) para a juventude.
Trabalhadores de serviços/ Setor privado/ Sociedade civil	● Capacitar trabalhadores para apoiar a participação de jovens, garantindo escuta e o encaminhamento de demandas. ● Estimular processos de consulta a jovens nas decisões que precisam ser tomadas em equipamentos públicos. ● Convidar jovens para compor conselhos das empresas e organizações da sociedade civil. ● Fortalecer a discussão sobre democracia e participação social nas redes de educação pública e privada através da inclusão de estratégias pedagógicas para tal nos Projetos Político Pedagógicos das instituições de ensino. ● Procurar contribuir com iniciativas como a Virada Política, que são desenvolvidas para fortalecer a democracia.

Os e as jovens que lideram o Engajamundo desenvolveram um Guia de Ação Local para inspirar jovens a entenderem seu papel de mobilização e transformação, apresentando algumas ferramentas que podem ser levadas para as diferentes realidades experienciadas pelas mais variadas juventudes. Vale a pena conferir!

Juventudes + participação social e política: reflexões sobre equidade e implementação

Nesta seção, discutimos aspectos de equidade que devem ser considerados em intervenções que promovam os direitos à participação social. Uma das ferramentas desenvolvidas para considerar diferentes dimensões de equidade no desenho e implementação de intervenções sociais é o framework PROGRESS (O'NEILL et al., 2014). Esse acrônimo é traduzido da seguinte forma:

P	Local de residência
R	Raça/etnia/cultura/linguagem
O	Ocupação e trabalho
G	Gênero
R	Religião
E	Educação
SS	Status socioeconômico e capital social

Além dessas dimensões, podem ser agregadas reflexões sobre outras características pessoais que podem ser alvo de preconceito ou estigma (por exemplo, faixa etária, orientação sexual, pessoas com deficiências) e características da rede familiar e de apoio.

Há alguns principais desafios na participação social das juventudes que atravessam a maior parte das populações historicamente excluídas (LGBTQIA+, pessoas com deficiência, jovens rurais, gênero, etnia etc.) e que podem ser endereçadas de diferentes formas:[3]

- que sejam reconhecidas e não criminalizadas diferentes maneiras de participação social;
- que sejam ampliadas e diversificadas as possibilidades de participação política;
- que essas populações marginalizadas sejam mais incluídas nos mecanismos tradicionais de participação social e política (conselhos, cargos eletivos);
- que sejam criados mecanismos cotidianos de elaboração, condução e acompanhamento por parte dos jovens de políticas que são dedicadas a eles ou em que eles são um dos públicos-alvo;
- que sejam criados mecanismos para alcançar os jovens que não participam de nenhuma instituição;
- que haja mecanismos de formação de capital cultural para a participação democrática;
- que seja garantida a sustentabilidade dos grupos de participação política.

A seguir são exploradas as implicações de cada uma dessas dimensões nas intervenções identificadas.

"Ser agente de mudança. É fazer um rolê de conversa e ver que consigo fazer a glr se integrar nos teus direitos, é ver os meninos saindo do tráfico, eu não acho que seja uma sociedade justa, a gente precisa de mudanças, a fome, o tráfico, o racismo, feminicídio, tudo isso mata, ou vc corre e tenta mudar ou você morre também."

Mulher cis hétero, 23 anos, estudante do ensino superior (graduação), Vespasiano (MG)

3 Cartilha: Direitos da Juventude – Subsídios para o Debate. Juventude e participação. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/images/secaoi_juventude_e_participacao_ok.pdf>.

Local de residência (P)

Jovens que residem em locais afastados dos centros urbanos (periferias ou áreas rurais) podem ter dificuldades de acesso aos seus próprios direitos — educação, saúde, saneamento, lazer, transporte, trabalho, entre outros. Os jovens tendem a circular em seus próprios bairros e, se afastados dos espaços centrais dos grandes centros urbanos, tendem a não possuir nem o benefício do uso da cidade em que vivem. Dessa forma, a ausência de políticas públicas e instâncias participativas descentralizadas geograficamente pode restringir a possibilidade de participação social. Além disso, esses jovens tendem a se sentir discriminados por diversos motivos, um deles é o fato de morarem em bairros da periferia ou favelas, uma vez que esses espaços tendem a ser estigmatizados como símbolo de miséria, violência e criminalidade. A discriminação pode se materializar em falta de acesso aos direitos das juventudes (CASTRO; ABROMOVAY, 2002).

A maior mobilidade dos jovens é um traço positivo, mas é afetada por trajetórias incertas e migrações. Entretanto, alguns fatores que impulsionam o deslocamento podem ser elementos da exclusão social. Esses fatores podem ser as restrições de emprego, salários, projetos sociais e migração das zonas rurais. Nos lugares de recepção, muitas vezes os jovens enfrentam dificuldades de integração social e cultural (ABRAMO, 2014).

A presença da milícia em alguns bairros e sub-bairros é uma barreira para a discussão sobre segurança pública e participação em movimentos sociais. A ação de movimentos sociais nesses locais é limitada e dependente do diálogo com a milícia. A população desses locais geralmente evita participar de discussões em grupo sobre determinadas temáticas por medo de represálias. Da mesma forma, os movimentos sociais enfrentam dificuldades para se articularem nesses contextos de medo e ameaças (VOMMARO; LABREA, 2014).

A juventude rural é um setor extremamente fragilizado de nossa sociedade. Os jovens rurais são praticamente invisíveis às políticas públicas em todas as suas esferas, em espaços de participação social e em projetos de desenvolvimento local. Estima-se que jovens da área rural pouco participam das decisões e espaços de discussão comunitária devido à praticamente inexistência desses espaços no meio rural. Nesse sentido, é fundamental que haja participação efetiva e apropriada da juventude rural nas políticas públicas, nos espaços de representação e sociabilidade. É preciso romper com preconceitos intergeracionais, com a adultização na gestão e na formulação da política pública, que geralmente é formulada por pessoas que estão em uma faixa etária adulta. Outro desafio é a renovação administrativa, com formação continuada e contextualizada de gestores e coordenadores políticos de gestão de política pública. O exemplo mais claro disso são os problemas que a juventude enfrenta para acessar o Pronaf Jovem, já que muitas vezes os órgãos que operacionalizam a política não estão preparados para auxiliar no acesso ao benefício (BORGES, 2018; MENESES; STROPASOLAS; BARCELLOS, 2014; BORGES, TEIXEIRA, 2013).

Raça/etnia/cultura (R)

A suposição de que as juventudes são desinteressadas por política e a falta de reconhecimento social de que expressões culturais das juventudes podem constituir atos políticos, contribuem para deslegitimar a participação desse segmento na esfera pública. Os novos padrões de consumo cultural das juventudes, especialmente da indústria audiovisual, produzem referências que geram identidades coletivas. Essas identidades, ainda que pouco consolidadas, fragmentadas, e em constante mudança, fazem das juventudes atores de grande criatividade cultural. Porém, essas identidades juvenis têm dificuldades de se harmonizar com a população adulta, bem como com as figuras de autoridade (ABRAMO, 2014; GOMES, 2011).

Os espaços institucionais de participação existentes ainda não são capazes de incorporar, em sua dinâmica, a diversidade das juventudes. Mesmo que se reconheça a enorme diversidade étnica, de gênero, regional e de formas de moradia, a participação institucional ocorre a partir das formas mais consolidadas, como as organizações juvenis com maior tradição. Permanece como desafio ampliar e diversificar os mecanismos de participação, a fim de atingir cada vez mais modalidades de modos de vida juvenis, repensando espaços já existentes, para que seja possível incorporar essa diversidade e gru-

pos não organizados. As populações historicamente excluídas, ou incluídas de forma subordinada, estão fora ou sub-representadas de espaços de participação institucionais ou mais legitimados socialmente.4

A efetivação do direito de participação política está intimamente ligada a outros direitos fundamentais (como no caso das populações indígenas e a pauta da demarcação de terras), que não devem ser encarados de forma desconexa (UNICEF, 2014).

Além disso, muitas formas de participação política passam por um processo de invisibilização, impedindo que se reconheçam outras formas de engajamento de jovens em questões públicas, muitas vezes marcadas pela informalidade e por isso também pela originalidade. Um exemplo disso é a inserção de jovens negros com o hip-hop nas periferias dos grandes centros urbanos brasileiros e o seu envolvimento na luta contra a desigualdade social, a estigmatização da favela, o racismo e a violência policial (MAYORGA, 2011).

Majoritariamente ligados aos jovens negros das periferias das grandes metrópoles, estas expressões culturais extrapolam esses contornos e se tornam referência e canal de expressão também para jovens de outras regiões e configurações urbanas. Por meio da expressão artística e da linguagem juvenil, os jovens ressaltam demandas, denúncias e visões de mundo. Mais do que isso, essas diferentes formas de expressão cultural representam o que os jovens sentem e vivem,5 representando um ambiente de inclusão, protesto, resistência e ativismo político (SOUTO; PONTUAL, 2007).

4 Cartilha: Direitos da Juventude – Subsídios para o debate. Juventude e participação. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/images/secaoi_juventude_e_participacao_ok.pdf>.

5 "Funk e política, o que tem a ver?" Disponível em: <https://ubes.org.br/2017/vemconubes-funk-e-politica-o-que-tem-a-ver/>.

"Sobre a causa racial eu vivo na pele o que é ser mulher e negra no Brasil, mas meu envolvimento se deu a partir do movimento negro a qual minha avó participava. Assim fui entendendo aos poucos e que era, como se manifestavam e desenvolvi a empatia de apoiar causas parecidas de exclusão, inferioridade, machismo e etc."

Mulher cis hétero, 27 anos, estudante do ensino superior (graduação), Uberlândia (MG)

Os índices de violência contra a juventude negra ainda são elevados e esta é a questão central nas ações de jovens envolvidos na militância em torno das temáticas raciais. Programas de combate à violência vêm colaborando para a diminuição das taxas. Estima-se que as iniciativas do Plano Nacional de Prevenção à Violência contra a Juventude Negra contribuíram para a redução de 15% da violência contra jovens negros no Brasil. O Plano nasceu de contestações e demandas apresentadas pelos movimentos sociais de juventudes e pelos coletivos de jovens negros articulados nacionalmente. A intenção é articular ações de diversos órgãos para reduzir as vulnerabilidades de jovens negros e prevenir situações de violência física e simbólica. O programa Juventude Viva, por sua vez, desenvolve um trabalho de empoderamento dentro dos espaços comunitários e fortalece os espaços que já combatem a cultura de violência. Um dos objetivos é acabar com o racismo no Brasil e, especificamente, com o racismo institucional, incluindo aquele que existe nos espaços de participação dos jovens (MORAES et al., 2018; ANDRADE, 2014).

Ocupação (O)

Para os jovens, o trabalho é uma referência dominante em suas vidas, prioritariamente pelo aspecto econômico, mas também pelo ponto de vista cultural e societário. Pode-se dizer que o trabalho produz referências e identidades para os jovens, que relacionam o trabalho, bem como a falta dele, com as suas trajetórias escolares e com a produção de cidadania. Reconhecem que o acesso ao mercado de trabalho está intimamente ligado ao segmento socioeconômico a que pertencem. Os mais pobres apontam suas maiores dificuldades, considerando principalmente as desvantagens educativas. Dessa forma, acabam por ocupar cargos mais baixos e, assim, têm acesso a poucas oportunidades (RIBEIRO; LÂNES, 2006).

Além disso, as juventudes brasileiras pouco participam dos espaços de representação profissional, como é o caso dos sindicatos. A baixa participação dos jovens em sindicatos pode ser interpretada como um sintoma da desestruturação do mercado de trabalho, sendo esse um processo que vulnerabiliza em especial o jovem trabalhador (CAMPOS, 2012).

Gênero (G)

Jovens, tanto do sexo feminino quanto masculino, precisam ser acolhidos como parceiros na reivindicação de seus direitos. Devem participar na definição desses direitos e nos processos legislativos, propondo serviços voltados para o atendimento de suas necessidades e além. Sua participação é um direito em si. E é uma forma de empoderá-los para enfrentar a transição para a vida adulta como cidadãos plenos que defendem sociedades justas e que funcionam bem. Nesse sentido, destaca-se a necessidade de maior representatividade das jovens mulheres nas esferas políticas (KOLLODGE, 2014).

“Sou filiada à União da Juventude Socialista e atualmente faço parte da comunicação do coletivo feminista da entidade no Rio de Janeiro. Me envolvi porque durante a quarentena a UJS ofereceu vários cursos de formação online sobre política, feminismo e fascismo dos quais participei e gostei muito. Sempre gostei de estudar questões sociais e sempre senti necessidade de fazer algo mais ativo no dia a dia em relação à militância.”

Mulher cis hétero, 19 anos, estudante do ensino superior (graduação), Rio de Janeiro (RJ)

Há subocupação das mulheres na esfera política e os desafios para uma representatividade significativa não são pequenos. Essa realidade tem uma dimensão histórica de exclusão das mulheres da condição de cidadãs de direitos e manifestações culturais de atitudes e práticas preconceituosas e discriminatórias. A herança histórica se reproduz também no interior dos partidos políticos e, nessa esfera, as mulheres jovens enfrentam desafios específicos. Para além dos efeitos derivados de uma cultura machista e sexista em nossa sociedade, há uma ideia de que as jovens sejam menos habilitadas do que as adultas para ocupar determinadas posições (LOBATO, 2014).

Segundo estudo de 2008, os homens pertenciam a mais grupos sociais do que as mulheres (ABRAMO; SOUTO, 2008). Essa desigualdade de gênero se destaca no caso das associações esportivas, mas também é grande no caso das agremiações sindicais e rurais. O movimento estudantil, de direitos humanos e as associações de moradores são formas associativas em que mulheres participam no mesmo percentual que homens. Percentuais maiores de mulheres foram encontrados na participação em grupos religiosos, de defesa de minorias e associações comunitárias ou de moradores (ABRAMO; SOUTO, 2008).

Grupos e movimentos organizados de jovens LGBTQIA+ oferecem não apenas acolhimento em face da rejeição e dos conflitos vivenciados no cotidiano, mas também possibilitam uma possibilidade de ressocialização e atividade política. Por meio da afirmação da identidade LGBTQIA+, atenuam o sofrimento e a angústia de se sentirem "diferentes" em uma ordem social heteronormativa (TOMIZAKI; DANILAUSKAS, 2018), ao mesmo tempo que organizam pautas de políticas públicas relevantes. Nas últimas décadas, ampliaram-se no país canais de denúncia, redes, instituições e movimentos sociais que buscam assegurar os direitos das mulheres e da população LGBTQIA+, além de pautar a incorporação da perspectiva de gênero em legislações, políticas públicas e programas sociais (BRASIL, 2015). Nesse sentido também se insere o coletivo #VoteLGBT que, desde 2014, busca incentivar a representatividade LGBTQIA+ nos espaços institucionais da política brasileira, seja através de candidaturas, seja pela inclusão de demandas de respeito à diversidade sexual e de gênero nas agendas partidárias.

"Faço parte de grupos sociais que realizam projetos que apoiam essas causas, como projetos de empregabilidade trans e formação de rede de apoio psicológico. Por não ser meu espaço de fala, eu mais apoio com operações e negociação com agentes e parceiros que podem ajudar nos projetos do que assumir o protagonismo nas causas."

Pessoa não binária hétero, 23 anos, estudante do ensino superior (graduação), Manaus (AM)

"Sempre senti muita falta, durante minha infância e adolescência, de uma figura LGBTQIA+ que me fizesse sentir representado. Isso foi muito prejudicial para meu processo de autoaceitação. Entrar na faculdade, conhecer um novo universo de pessoas e me sentir acolhido foi algo que me motivou a buscar meu lugar e traçar como propósito ser. Fundei a Enactus UNESP Botucatu. Durante o processo de recrutamento de membros para fundação, prezei pela diversidade de gêneros, etnias e orientação sexual."

Homem cis gay, 22 anos, estudante do ensino superior (graduação), Osasco (SP)

Religião (R)

Os grupos religiosos têm a maior capilarização e estão entre os mais frequentados por todos os grupos de jovens, diminuindo de maneira não significativa conforme maior grau de escolaridade,6 conformando importante espaço de "formação de grupos de identidade" e de encontro, não apenas de associativismo (MARTINS; SOUZA, 2007). Dessa pesquisa, 81,1% dentre os 27,3% de jovens que participam ou participaram de organizações sociais o faziam em associações religiosas (MARTINS; SOUZA, 2007; FONSECA; NOVAES, 2007).

Esta tendência de maior participação social das juventudes estar nos grupos religiosos parece seguir fortemente presente, segundo a Pesquisa Juventudes e Pandemia (CONJUVE, 2020),7 ao apontar que **participação social de "Grupo religioso" foi a resposta mais frequente (39%)**, seguida de "Nenhuma dessas" (35%) e "Organização social/não governamental" (30%). A resposta "Partido político" chama a atenção como último lugar (5%), distante da penúltima ("Movimento", com 18%) e antepenúltima categoria ("Coletivo ou Grupo juvenil", com 27%). As igrejas são bastante mencionadas nessas pesquisas, restando considerar se há espaço e abertura para legitimação de participação social proporcional à população entre as religiões.

O Observatório da Juventude na Ibero-América (OJI) salienta a diversidade de credos entre os jovens brasileiros; no entanto, o OJI também salienta que os **jovens brasileiros ligados às religiões de matriz africana sofrem perseguição e são estigmatizados por sua crença** (NOVAES, 2020).

Educação (E)

Jovens têm melhor condição de se desenvolver de maneira plena quando contam com boa educação, saúde, acesso a oportunidades e possibilidade de realização de suas aspirações. A participação social pode auxiliar na definição dos apoios apropriados para que alcancem seu potencial (KOLLODGE, 2014).

6 De acordo com pesquisa publicada pela Unesco em conjunto com o Ibope, em que 10.010 jovens brasileiros foram entrevistados, em publicação chamada Juventude, juventudes: o que une e o que separa (2006).

7 Que contou com a participação de 33.688 jovens de todos os estados do Brasil. Na pesquisa, 2 a cada 3 jovens responderam participar ou ter participado de alguma organização, coletivo ou movimento. É importante salientar que o alto número de participação social pode se dar pela maneira de divulgação da pesquisa, que usou redes e instituições que trabalham com juventudes, como a própria pesquisa aponta (CONJUVE, 2020).

A escolaridade, assim como a renda, têm relação diretamente proporcional com a participação dos jovens em todos os tipos de grupos de associação, exceto por grupos de religião e de associações/movimentos rurais, casos em que a relação é oposta (ABRAMO; SOUTO, 2008). No entanto, maiores níveis de instrução, como acesso ao nível superior, não contemplam grande parte da população, requerendo ações específicas do poder público para que se equalize o acesso ao ensino superior (SILVA; BOTELHO, 2016).

Também os grupos que mais têm acesso a computador e internet estão relacionados a maior participação na maioria dos grupos associativos, mas principalmente os de associações estudantis, esportivas e partidos políticos (ABRAMO; SOUTO, 2008). Um dado um pouco mais recente, de 2014, acrescenta que embora os jovens tenham mais acesso aos meios de comunicação e informações que seus pais, eles participam de poucos espaços decisórios. É necessário que, com o ampliamento de acesso a informações e redes, também se amplie as possibilidades de exercício da cidadania política (BRASIL, 2014).

Por outro lado, o acesso a informações por si só não garante o interesse e o engajamento político, tampouco é suficiente para estruturar conhecimentos coerentes sobre o mundo da política. Isso porque o ambiente escolar representa um fator decisivo na qualidade da formação desse conhecimento. Sendo assim, ele precisa propiciar oportunidades concretas de participação dos estudantes em diferentes tipos de atividades e iniciativas de caráter coletivo, que fomentem o debate e a vivência democrática. Para isso, é necessária uma concepção curricular e pedagógica que privilegie o protagonismo do estudante (TOMIZAKI; DANILAUSKAS, 2018).

A escola pode contribuir para reverter esse cenário, promovendo, por exemplo, acesso a espaços de formação que contribuam para a participação das juventudes em bases democráticas (RIBEIRO; LÂNES, 2006). No entanto, também é necessário esforço do poder público para alcançar os jovens que não frequentam os espaços institucionalizados de participação democrática, fazendo uso da internet, por exemplo. Essa discussão perpassa pela necessidade de ampliação do acesso à internet, como já discutido no capítulo de educação.

Status socioeconômico e capital social (SS)

O interesse e a participação política das juventudes não acontecem de forma desconexa ao contexto cultural e histórico da sociedade em que vivem. Pelo contrário, o engajamento político depende dos eventos e marcas singulares de sua história e é atravessado pelos desafios específicos do presente. Por isso, a participação política não pode ser lida descolada das condições que dão contorno ao sentimento de pertencimento dos jovens perante a coletividade e como a sociedade é representada por eles (CASTRO, 2008).

Quando se é excluído da participação na geração de renda e distribuição de riquezas, a participação social nas instâncias democráticas é limitada (CASTRO; VASCONCELOS, 2007). Principalmente quando há interseccionalidade de raça e renda (população negra e classe trabalhadora), há maior marginalização da participação na riqueza acumulada (INSTITUTO CIDADANIA, 2004). Dos 27% de jovens entre 18 e 24 anos que estavam sem trabalho e sem estudo em 2019, a predominância era de pessoas com menor renda e escolaridade, do sexo feminino, negras e do Nordeste. Dos jovens no primeiro décimo da distribuição de renda, 46% estavam nessa situação ainda antes da pandemia (SILVA; VAZ, 2020).

Conforme o aumento da renda (e escolaridade), maior a participação em grupos de associação, com exceção dos grupos religiosos e de movimentos rurais (ABRAMO; SOUTO, 2008). A renda baixa também **dificulta acesso a computador e internet**, o que implica uma posição consideravelmente **desfavorável** em relação a jovens mais abastados quanto a **participação social, cultural e política** (RIBEIRO; LÂNES, 2006). Mais uma vez, ressaltamos a importância de políticas públicas que ampliem o acesso à internet banda larga para a população.

Análises de pesquisas anteriores (ABRAMOVAY; CASTRO, 2006) e recentes (CONJUVE, 2020), demonstram que **não há desinteresse das juventudes quanto à participação na esfera política**, mas há sim **desconfiança por parte dos jovens em relação aos canais e formas tradicionais de fazer política** (GOMES, 2011). Assim, jovens parecem estar mais interessados por formas alternativas de política, em espaços alternativos, mais informais e menos inseridas no fisiologismo partidário (ARAÚJO, 2008). Há a **necessidade de investimento na formação de capital cultural para que os jovens possam compreender de maneira mais efetiva os processos políticos** (GOMES, 2011), assim como a criação de novas formas de participação que não apenas pelos meios tradicionais.

Para conquistar uma participação diversa, é necessário **garantir a sustentabilidade dos grupos de participação**, por meio de fundos públicos que permitam o uso de editais para garantir essa sustentabilidade.8 O investimento menor do que o necessário em jovens e na expansão de suas possibilidades pode ser perigoso para muitas famílias. As poucas possibilidades de participação democrática, combinadas com igualmente parcas oportunidades para avanço econômico, podem direcionar a uma instabilidade política (KOLLODGE, 2014).

Há diversas possibilidades para ampliar a participação da juventude nos assuntos da sociedade. Um elemento fundamental nesse caminho é a crença no potencial de cada jovem de realizar uma contribuição significativa para o bem comum. Diante dos novos desafios que se apresentam, o envolvimento da juventude nos processos de tomada de decisão e a promoção do seu protagonismo não podem ser adiados.

Não podemos deixar que a política institucional seja desacreditada por uma geração, em especial uma geração de jovens tão engajada com o seu futuro e a defesa de direitos. Os desafios pela frente são, ao mesmo tempo, fortalecer a representatividade dos nossos jovens nos espaços democráticos e legitimar as deliberações oriundas de modelos de participação social, militância e mobilização que acolhem nossas juventudes. A criação de canais rápidos de participação, que ampliem o engajamento de jovens, é uma boa forma de efetivar esse direito. O grande chamado do Atlas das Juventudes é pela garantia da realização da IV Conferência Nacional de Juventude e suas etapas preparatórias, assim como a revisão dos encaminhamentos de Conferências anteriores para que as demandas de jovens de todo o país sejam incorporadas às políticas transversais e setoriais no Brasil.

8 Cartilha: Direitos da Juventude – Subsídios para o debate. Juventude e participação. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/images/secaoi_juventude_e_participacao_ok.pdf>.

Recomendações das Conferências de Juventude para a Participação social e política

Como preparação para a IV Conferência, é essencial retomar recomendações passadas elaboradas por jovens:

I Conferência (2008)

- Criar uma política nacional de juventudes e meio ambiente que inclua o Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente, institucionalizado em PPA (Plano Plurianual), com a participação dos jovens nos processos de construção, execução, avaliação e decisão, bem como da ***Agenda 21 da Juventude***, que fortaleça os movimentos juvenis no enfrentamento da grave crise ambiental, global e planetária, com a construção de sociedades sustentáveis.

- Garantir uma ampla reforma política que, além do financiamento público de campanha, assegure a participação massiva das juventude nos partidos políticos, com garantia de cota mínima de 15% para jovens de 18 a 29 anos nas coligações, com respeito ao recorte étnico-racial, e garantindo a paridade de gênero; mudança na faixa etária da elegibilidade, garantindo idade mínima de 18 anos para vereador, prefeito, deputados estaduais, distritais e federais, e 27 anos para senador, governador e presidente da República.

- Criar o Sistema Nacional de Juventude, composto por órgãos de juventude (secretarias/coordenadorias e outros) nas três esferas do governo, com dotação orçamentária específica; conselhos de juventude eleitos democraticamente, com caráter deliberativo, com a garantia de recursos financeiros, físicos e humanos; fundos nacional, estaduais e municipais de juventude, com acompanhamento e controle social, ficando condicionado o repasse de verbas federais de programas e projetos de juventude à adesão dos estados e municípios a esse Sistema.

- Incentivar e implementar nas escolas e universidades mecanismos e disciplinas (discutidas com o Conjuve e o MEC) relacionadas à participação política, que estimulem o debate e a troca de informações sobre temas referentes ao governo, movimentos sociais, história, conjuntura política e econômica, cidadania e políticas públicas, exercitando e desenvolvendo assim o senso crítico, sobretudo, sobre a realidade local.

- Garantia de políticas públicas integradas que promovam a geração de trabalho e renda para o jovem e a jovem do campo, com participação das juventudes na sua elaboração e gestão, assegurando o acesso à terra, à capacitação e ao desenvolvimento de tecnologia sustentável apropriada à agricultura familiar e camponesa, voltada para a mudança de matriz tecnológica. Transformar o Pronaf Jovem em uma linha de crédito para produção agrícola e não agrícola.

- Garantir e ampliar a participação das juventudes e a sua diversidade nos processos de gestão participativa e nos espaços de formulação e controle social (conselhos e conferências), incluindo os específicos de saúde indígena nas políticas públicas de saúde.

- Pesquisar, reconhecer e inserir a história das comunidades e povos tradicionais (os reconhecidos e os que buscam reconhecimento) no sistema educacional oficial brasileiro, produzindo materiais didáticos, informativos e de audiovisual com fomento de recursos da CAPES, CNPq e Secretaria Nacional de Juventude, por meio da participação de representações das comunidades tradicionais na construção da matriz curricular da educação que inclua todo o material didático e a formação dos professores.

- Utilizar a comunicação para promover a inclusão, democratizar informações sobre os direitos e as especificidades de jovens com deficiência, desmistificando estigmas, garantindo o direito de expressão e maior participação de jovens com deficiência na mídia, visando ao combate à discriminação.

a) Garantir a implementação e fiscalização de leis nacionais e decretos federais que tratam da inclusão e acessibilidade de jovens com deficiência, combatendo a segregação e a discriminação, buscando a equidade na diversidade, com direito à participação e formação de jovens com deficiência como líderes e agentes políticos.

II Conferência (2010)

- Ampliar e interiorizar os cursos técnicos, tecnológicos e profissionalizantes, criando escolas e democratizando o Sistema S, por meio de vagas gratuitas, contribuindo para a emancipação dos cidadãos para outras ·áreas de atuação, com o atendimento das exigências e especificidades das diversas juventudes: da cidade, do campo, com deficiência, privados de liberdade, indígenas, de terreiros, extrativistas, ribeirinhos, negros e negras e quilombolas, entre outras comunidades tradicionais; considerando os diferentes locais e regiões, criando instrumentos e estratégias para que as políticas no âmbito da educação profissional sejam parte integrante do sistema nacional articulado de educação, desenvolvidas na perspectiva da educação inicial e continuada, articulada às modalidades de ensino, garantindo mecanismos de participação popular nos conselhos gestores, tais como: movimento estudantil, centrais sindicais, trabalhadores do campo e demais movimentos sociais, com a ampliação e o aprimoramento do controle social, respeitando a cidade, o campo e as pessoas com deficiência.

- Criação de uma política pública de fomento específica para a juventude da agricultura familiar, camponesa, assalariada rural, para os povos e comunidades tradicionais (os reconhecidos e os que lutam pelo reconhecimento), que respeite os seguintes princípios:
  - priorização, associativismo e cooperativismo;
  - valorização de práticas agroecológicas alternativas;
  - acesso à terra e reforma agrária;
  - priorização da participação dos jovens dos movimentos sociais e do campo na elaboração e no monitoramento dessa política;
  - desburocratização das políticas já existentes e das novas políticas;
  - qualificação técnica na produção, na gestão e na comercialização;
  - geração de renda respeitando a pluriatividade.

- Fortalecer a política nacional de juventude e meio ambiente e criar o Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente, intersetorializado e institucionalizado no PPA (Plano Plurianual), na LOA (Lei de Orçamento Anual) na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), bem como a ***Agenda 21 da Juventude***, de modo a fortalecer os movimentos juvenis e a ***Agenda 21 Brasileira*** no enfrentamento das graves crises ambientais, com a participação das juventudes nos processos de construção, execução, avaliação e decisão, sustentada por pesquisas periódicas.

- Ampliação, diversificação, criação e interiorização, em todas as esferas públicas (federal, estadual, distrital e municipal), dos programas Bolsa Atleta, Segundo Tempo, Mais Educação/MEC e Programa de Esporte e Lazer na Cidade (PELC) e criação, ampliação e conservação de equipamentos esportivos em todo o país (escolas e espaços públicos): Praça da Juventude, PEC, ginásios poliesportivos e quadras cobertas, campos de várzea e piscinas olímpicas, Centro de Apoio à Juventude (CAJU/PI), entre outras experiências de sucesso. Garantir a participação dos jovens na definição do modelo de equipamentos a serem construídos e sua gestão democrática, por meio da formação de comissão de usuários, definindo o uso dos equipamentos e sua programação.

- Implementar uma política transversal para os jovens com deficiência, garantindo educação inclusiva, atendimento em saúde/reabilitação, qualificação para entrada no mercado de trabalho e geração de renda, entre outras iniciativas, enfrentando o preconceito e a discriminação, promovendo a acessibilidade e a participação desses jovens em programas, projetos e ações governamentais em todos os municípios brasileiros.

- Para reafirmarmos o Conselho Nacional de Juventude, quanto à sua diversidade e representatividade, é necessário incorporar o maior número de movimentos e entidades que tenham suas ações nacionalmente voltadas para a juventude. Os membros da sociedade civil no Conselho Nacional de Juventude serão representantes de entidades e movimentos de caráter nacional, escolhidos em processo seletivo. Configuram-se como entidades e movimentos de caráter nacional aquelas que atuem no mínimo em 7 (sete) estados ou 3 (três) regiões. Poderão se candidatar as entidades e os movimentos que se enquadrarem em uma das seguintes categorias:

– redes e articulações de juventude que atuem na defesa e promoção dos direitos da juventude (2/3 do Conjuve);
– organização mistas (com jovens e não jovens), de caráter sindical, associativo, profissional ou de classe, que atuem na defesa e promoção dos direitos da juventude (1/3 do Conjuve).

- Os conselhos de Juventude no Brasil devem se constituir considerando as seguintes características/atribuições:

– representar a juventude no sentido de promover melhorias, qualidade de vida e acesso a ações e projetos diversificados;
– com caráter deliberativo e fiscalizador, com cotas de 3/5 de jovens;
– com entidades que atuem no segmento de juventude;
– com obrigatoriedade de inserção juvenil;
– com alternância de sociedade civil e poder público na presidência;
– com garantia de espaço de participação nos conselhos de juventude para os estudantes, LGBTQIA+, mulheres, negros, pessoas com deficiência, entidade de bairro, trabalhadores, jovens do campo e de comunidades indígenas, quilombolas, de terreiros e povos tradicionais, entre diversos outros segmentos juvenis;
com sede própria;
– acompanhados de fóruns municipais e/ou territoriais e demais organização de suporte/apoio ao conselho;
– subdivididos por conselhos regionais, de acordo com o porte do município, cujos membros da sociedade civil sejam eleitos em fóruns, assembleias e outros coletivos específicos de juventude, e não indicados, salvo quando não houver um fórum específico de juventude;
– com dotação orçamentária específica prevista em LDO/LOA e no PPA;
– com prazo de mandato definido por lei, e, onde ainda não houver conselhos, que seja fomentada e incentivada a sua criação;
– com 3/4 de participação da sociedade civil, contemplando a participação dos povos tradicionais e comunidades indígenas.

III Conferência (2015)

- Garantir, em todos os municípios brasileiros, a implantação de Centro de Juventude. Equipamento público (mantido pelo Estado) e gerido em cogestão com jovens e destinado à convivência social e comunitária, promovendo atividades de aprendizagem relacionadas à cidadania ativa, ao desenvolvimento cultural e esportivo. Um espaço aberto e inclusivo para estimular a participação social, com intuito de propiciar e fortalecer o diálogo e articulação entre os jovens.

- Implantação de Centro de Juventude como equipamento público multifuncional gerido pelo conselho da juventude local e com as atividades culturais, esportivas, políticas etc. financiadas por um Fundo Municipal de Juventude, constituído por 1% do Fundo de Participação do Município.

- Desenvolver projetos nas escolas, garantindo uma metodologia com protagonismo juvenil e uma perspectiva de educação cidadã, proporcionando que os jovens participem da discussão do projeto político pedagógico. Oferecer um processo de formação social e política por meio de cursos complementares sobre ciência política, direitos humanos e direito constitucional, com capacitação em elaboração de projetos, e ampliação da carga horária das disciplinas de Filosofia e Sociologia e a inclusão na grade curricular do conteúdo de Políticas Públicas, buscando, assim, que os jovens se conscientizem de seus direitos, deveres e de seu papel na sociedade.

- Criação de um calendário continuado que possibilite espaços de debate, participação social e política, e transculturalização de todos os movimentos sociais, para a juventude.

- Fortalecer, em nível nacional, a implementação do núcleo de cidadania dos adolescentes como política permanente.

- Criar um grupo de trabalho (GT), dentro das coordenadorias da juventude nas esferas municipais e estaduais, formado pela sociedade civil e poder público, que desenvolva trabalhos de formação voltados à cidadania e à participação social de forma contínua; e, pelos meios de comunicação, incentivar a juventude a participar da Conferência e das atividades que são desenvolvidas no município e no estado.

- Garantir a realização de projeto de cidadania nas escolas em parceria com os conselhos de juventude e movimentos sociais, a partir de atividades de discussão sobre direitos, deveres, cidadania e ciência política que estimule a participação social da juventude. A partir do projeto de cidadania, será elaborado uma cartilha sobre participação social, que aborde como funcionam os conselhos de juventude e as conferências, que explique como é o processo de construção de entidades estudantis e que seja amplamente divulgada, principalmente na internet.

- Incentivar a organização juvenil estimulando a formação de líderes e promovendo ações de integração internacional de movimentos e organizações juvenis em agendas da ONU, como o acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as Assembleias Gerais.

Referências

ABRAMO, H. (Org.). Estação juventude: conceitos fundamentais: pontos de partida para uma reflexão sobre políticas públicas. Brasília: SNJ, 2014. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/69/1/SNJ_conceitos_fundamentais_2014.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

ABRAMO, H.; SOUTO, A. L. S. Juventudes sul-americanas: diálogos para construção da democracia regional. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. Relatório Nacional Brasil: Pesquisa sobre Juventudes no Brasil. 2008. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/162>. Acesso em: 20 abr. 2021.

ANDRADE, P. (Org.). Participação cidadã de adolescentes e jovens. Brasília, DF: Fundo das Nações Unidas para a Infância; Presidência da República, 2014. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/141/1/UNICEF_participacao_2014.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

ANNAMALAI, T. R.; DEVKAR, G.; MAHALINGAM, A.; BENJAMIN, S.; RAJAN, S. C.; DEEP, A. What is the evidence on top-down and bottom-up approaches in improving access to water, sanitation and electricity services in low-income or informal settlements? London: EPPI-Centre; 2016.

ARAÚJO, A. L. A juventude na construção do capital social. III SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA. Anais... Londrina, 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_iii.html>. Acesso em: 20 abr. 2021.

BANCO MUNDIAL. Jovens em situação de risco no Brasil: achados relevantes para as políticas públicas. Brasília: Banco Mundial, 2007.

BORGES, G. S.; TEIXEIRA, E. S. Participação, juventude rural e protagonismo juvenil: aproximações. XI CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/ANAIS2013/pdf/9008_6048.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

BORGES, H. A. R. (Org.) Diagnóstico situacional e diretrizes para políticas públicas para as juventudes rurais brasileiras. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Juventude; Presidência da República, 2018. Disponível em: <https://social.mg.gov.br/images/Direitos_humanos/coordenadoria_politica_dos_direitos_da_juventude/Diagn%C3%B3stico%20da%20Juventude%20Rural.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRASIL. III Conferência Nacional de Juventude: direitos da juventude, subsídios para o debate. Juventude e participação. Brasília, DF: 2015. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/185>. Acesso em: 20 abr. 2021.

_____. Secretaria Nacional da Juventude. Pesquisa Agenda Juventude Brasil. Brasília, DF: SNJ, 2013. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/pesquisa%20perfil%20da%20juventude%20snj.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

_____. Secretaria Nacional de Juventude. Estação Juventude: conceitos fundamentais – Pontos de partida para uma reflexão sobre políticas públicas (organizado por Helena Abramo). Brasília, DF: SNJ, 2014. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/69/1/SNJ_conceitos_fundamentais_2014.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

_____. Secretaria Nacional de Juventude. Guia de conselhos de juventude: fortalecendo diálogos, promovendo direitos. Brasília, DF: Conjuve, 2018. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/187/2/CONJUVE_conselhos_2018.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

CAMPOS, A. Juventude trabalhadora: algumas razões para a não sindicalização. Revista Espaço Acadêmico, n. 129, fev., 2012. Disponível em <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/15773/8632>. Acesso em: 20 abr. 2021.

CASTRO, L. R. Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum. Revista Sociologia e Política, Curitiba, v. 16, n. 30, p.-253-268, jun. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rsocp/v16n30/15.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. Cadernos de Pesquisa, n. 116, p. 143-176, jul. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 abr. 2021.

CASTRO, M. G.; VASCONCELOS, A. Juventudes e participação política na contemporaneidade: explorando dados e questionando interpretações. IN: ABRAMOVAY, M.; RIBEIRO, E. A.; ESTEVES, L. C. G. Juventudes: outros olhares sobre a diversidade. Brasília, DF: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco, 2007.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL-OIJ). La juventud en Iberoamérica: tendencias y urgencias. Santiago de Chile: CEPAL, 2007. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/2785-la-juventud-iberoamerica--tendencias-urgencias>. Acesso em: 20 abr. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE (CONJUVE). Juventudes e a pandemia do coronavírus – Relatório de resultados. Brasil, 2020. Disponível em: < https://www.juventudeseapandemia.com/>. Acesso em: 20 abr. 2021.

COSTA, A. C. C. Conselho municipal de juventude do município da Serra-ES: uma análise da gestão de 2009 a 2011. 2014. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) – Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo, Espírito Santo, 2014. Disponível em: <https://www.ucv.edu.br/fotos/files/TCC_ANA_SS.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

CRICK R. D.; COATES, M.; TAYLOR, M. RITCHIE, S. A systematic review of the impact of citizenship education on the provision of schooling. In: Research Evidence in Education Library. London: EPPI-Centre; Social Science Research Unit; Institute of Education; University of London, 2004.

DE VASCONCELOS, C. A.; GONZÁLEZ, R. S.; MARQUES, R. S. Cultura política e socialização política virtual: influência das redes sociais nas opiniões políticas de jovens estudantes da região do distrito federal e de seu entorno. Brazilian Journal of Development, v. 6, n. 4, p. 20282-20297, 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/9013/7807>. Acesso em: 20 abr. 2021.

ERBSTEIN, N.; FABIONAR, J. O. Supporting latinx youth participation in out-of-school time programs: a research synthesis. Afterschool Matters, v. 29, p.17-27, 2019.

FEDOZZI, L. J.; MARTINS, A. L. B. Trajetória do orçamento participativo de Porto Alegre: representação e elitização política. Lua Nova, São Paulo, 95: 181-223, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ln/n95/0102-6445-ln-95-00181.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

FONSECA, A. B.; NOVAES, R. Religiosidade: uma primeira aproximação. In: ABRAMOVAY, M.; ANDRADE, E. R., ESTEVES, L. C. G. (Org.). Juventudes: outros olhares sobre a diversidade. Brasília, DF: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco, 2007. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/160>. Acesso em: 20 abr. 2021.

FUNDAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). Participação cidadã de adolescentes e jovens. Brasília: Unicef, 2014.

GOMES, C. A. (Org.). Juventudes: possibilidades e limites. Brasília, DF: Unesco, 2011. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/158>. Acesso em: 20 abr. 2021.

INSTITUTO CIDADANIA. Projeto Juventude: documento de conclusão – Versão final. Brasil: 2004. Disponível em: <https://registrojuventude.files.wordpress.com/2011/02/dicas-projeto-juventude-final-1.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

KENNAN, D.; BRADY, B.; FORKAN, C. Supporting children's participation in decision making: a systematic literature review exploring the effectiveness of participatory processes. The British Journal of Social Work, v. 48, n. 7, p. 1985-2002, 2018.

KENNEDY, H.; DECHANTS, J.; BENDER, K.; ANYON, Y. More than data collectors: a systematic review of the environmental outcomes of youth inquiry approaches in the United States. American Journal of Community Psychology, v. 63, n. 1-2, p. 208-226, 2019.

KOLLODGE, R. O poder de 1,8 bilhão: adolescentes, jovens e a transformação do futuro. In: FUNDO DE **POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNFPA).** Situação da população mundial. 2014. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/swop2014.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

LOBATO, A. L. (Org.). Jovens mulheres e políticas públicas. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/147>. Acesso em: 20 abr. 2021. Lu, J. Organizational antecedents of nonprofit engagement in policy advocacy: a meta-analytical review. Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly, v. 47, (4_suppl), p. 177S–203S, 2018.

LYNCH, U.; MCGRELLIS, S.; DUTSCHKE, M.; ANDERSON, M.; ARNSBERGER, P.; MACDONALD, G. What is the evidence that the establishment or use of community accountability mechanisms and processes improves inclusive service delivery by governments, donors and NGOs to communities? London: Social Science Research Unit, Institute of Education, University of London, 2013.

MARTINS, H. S.; SOUZA, P. L. A. Lazer e tempo livre dos(as) jovens brasileiros(as) 1: escolaridade e gênero em perspectiva. In: ABRAMOVAY, M.; ANDRADE, E. R.; ESTEVES, L. C. G. (Org.) Juventudes: outros olhares sobre a diversidade. Brasília, DF: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco, 2007. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/160>. Acesso em: 20 abr. 2021.

MAYORGA, C. Juventude e participação. In: MOURA, M. A. (Org.). Cultura informacional e liderança comunitária: concepções e práticas. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

MENESES, M. A.; STROPASOLAS, V. L.; BARCELLOS, S. B. Juventude rural e políticas públicas no Brasil. Coleção Juventude – Série Estudos, n. 1, Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_2039627409_13082018150759.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

MORAES, N.; SANT'ANA, G.; CORDEIRO, V.; MONTEIRO, E.; WEBSTER, J. Os avanços da Política Nacional de Juventude: 2017–2018. Brasília, DF: Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude, 2018. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/256>. Acesso em: 20 abr. 2021.

NOVAES, R. C. R. Juventud, religión y política: ¿qué hay de nuevo en el Brasil del siglo XXI? Observatorio de la Juventud en Iberoamérica, 2020. Disponível em: <https://www.observatoriodajuventude.org/juventudes-religiao-e-politica-o-que-ha-de-novo-no-brasil-do-seculo-xxi>. Acesso em: 20 abr. 2021.

O'NEILL, J. et al. Applying an equity lens to interventions: using PROGRESS ensures consideration of socially stratifying factors to illuminate inequities in health. Journal of Clinical Epidemiology, v. 67, p. 56–64, 2014. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/24189091/>. Acesso em: 20 abr. 2021.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OECD). Youth empowerment. 2020. Disponível em: <http://www.oecd.org/gov/flyer-youth-empowerment.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

PENNINGTON A.; WATKINS, M.; BAGNALL, A.-M.; SOUTH, J.; CORCORAN, R. A systematic review of evidence on the impacts of joint decision-making on community wellbeing: technical report. London: What Works Centre for Wellbeing, 2017.

PHILLIPS D.; COFFEY, C.; GALLAGHER, E.; VILLAR, P. F.; STEVENSON, J.; TSOLI, S. ET AL. State-society relations in low and middle income countries: an evidence gap map. London: International Initiative for Impact Evaluation, 2017.

RIBEIRO, E.; LÂNES, P. Diálogo nacional para uma política pública de juventude. Rio de Janeiro: Ibase; São Paulo: Pólis, 2006. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/125>. Acesso em: 20 abr. 2021.

SALDIVAR, J.; PARRA, C.; ALCARAZ, M.; ARTETA, R.; CERNUZZI, L. Civic technology for social innovation: a systematic literature review. Computer Supported Cooperative Work, v. 28, n. 1–2, p. 169–207, 2019.

SILVA, E. R. A.; BOTELHO, R. U. (Org.). Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas. Brasília: Ipea, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6270/1/Dimens%C3%B5es%20da%20experi%C3%AAncia%20juvenil%20brasileira%20e%20novos%20desafios%20%C3%A0s%20pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

SILVA, E.R.A.; VAZ, F. M. Os jovens que não trabalham e não estudam no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Mercado de trabalho: conjuntura e análise, n. 70. Brasília, DF: Ipea, 2020. <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/201104_bmt_70_dossie_a2.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

SOUTO, A. L. S.; PONTUAL, P. Juventude e integração sul-americana: caracterização de situações-tipo e organizações juvenis. Relatório Nacional do Brasil. Rio de Janeiro: Ibase; Polis, 2007. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/168/1/IBASE_IPOLIS_juventudeintegra%c3%a7%c3%a3osulamericanarelatorionacional_2007.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

SOUZA, C. Z. V. G. Juventude e contemporaneidade: possibilidades e limites. Última década, v. 12, n. 20, p. 47-69, jun., 2004. Disponível em: <https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-22362004000100003>. Acesso em: 20 abr. 2021.

TOMIZAKI, K.; DANILAUSKAS, M. A pesquisa sobre educação, juventude e política: reflexões e perspectivas. Proposições, v. 29. n. 86, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pp/v29n1/0103-7307-pp-29-1-0214.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

VOMMARO, P.; LABREA, V. V. (Org.). Juventude, participação e desenvolvimento social na América Latina e Caribe. Escola Regional Most. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude; São Paulo: Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, 2014. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/65>. Acesso em: 20 abr. 2021.

WADDINGTON, H.; SONNENFELD, A.; FINETTI, J.; GAARDER, M.; JOHN, D.; STEVENSON, J. Citizen engagement in public services in low-and middle--income countries: a mixed-methods systematic review of participation, inclusion, transparency and accountability initiatives. Campbell Systematic Reviews, v. 15, e1025, 2019.

WADDINGTON, H.; SONNENFELD, A.; FINETTI, J.; GAARDER, M.; JOHN, D.; STEVENSON, J. Does incorporating participation and accountability improve development outcomes? Meta-analysis and framework synthesis. 3ie Systematic Review, v. 43, 2019.

YAMI, M.; FELEKE, S.; ABDOULAYE, T.; ALENE, A. D.; BAMBA, Z.; MANYONG, V. African rural youth engagement in agribusiness: achievements, limitations, and lessons. Sustainability, v. 11, n. 1, 2019.

PARCEIROS WORKSHOP

Notas metodológicas do Atlas das Juventudes

Etapa 1 - Fundação Getúlio Vargas Social

A fim de contribuir para o diagnóstico, desenho, operacionalização e difusão de ações voltadas ao jovem brasileiro, o FGV Social teve a satisfação de apresentar a pesquisa "Jovens, Educação e Trabalho" de autoria de Marcelo Neri e equipe para o projeto Atlas das Juventudes, proposto pelo Em Movimento e pelo Pacto das Juventudes pelos ODS. O primeiro resultado da iniciativa foi avaliar quanto e como mudaram as condições de vida, de educação e de trabalho, assim como o tamanho da população e as percepções das pessoas neste segmento etário, no último quarto de século. Outro objetivo foi traçar perspectivas futuras. Buscou-se a comparação com outros grupos etários no Brasil e entre jovens de diferentes países. O trabalho disponibiliza um amplo banco de dados sobre as juventudes. O objetivo final foi aprimorar o autoconhecimento do jovem brasileiro e o desenho de ações de promoção desse grupo empreendidas pelos vários níveis de Estado, pelo setor privado e pela sociedade civil.

De maneira geral, as perguntas-chave da pesquisa foram:

- Quais são as trajetórias das juventudes e seu impacto prospectivo na economia e na sociedade brasileiras?
- Qual é o acesso e o retorno dos diferentes tipos de educação no mercado de trabalho?
- Como estas perguntas são encaradas pelos jovens?
- Como estas respostas podem ajudar o desenho de políticas públicas voltadas para as juventudes?

Os principais subprodutos do projeto são:

I) Desenvolver diagnóstico empírico sobre juventudes, incluindo a construção de um amplo acervo de indicadores gerados a partir de bases de microdados de instituições diversas aqui listadas: IBGE, INEP, MTE, PNAD e PNADC. Traçamos um retrato detalhado da população, a fim de mapear um vasto espectro de características desse grupo, assim como indicar os atributos que podem ser úteis no desenho de estratégias de melhorias nas condições econômicas e de vida da população (incluindo os fluxos de renda, estoque de ativos, percepções e etc);

II) Medir a evolução de acesso e performance educacionais e trabalhistas dos jovens, a partir de fontes diversas. Desenvolvemos um sistema de indicadores proposto anteriormente pelo FGV Social, o IJET (Indicadores de Juventude, Educação e Trabalho), levando em conta características próprias desse grupo. Medir o impacto de diferentes programas e ações nos avanços sociais obtidos. Geramos espelhos estatísticos que permitam ao jovem se enxergar no universo de possibilidades educacionais e ocupacionais e auxiliem a sua tomada de decisão, o Índice-Você;

III) Traçar tendências trabalhistas e tecnológicas, identificando as novas características do "emprego juvenil" e das perspectivas ocupacionais dos jovens hoje no futuro. Projeções da trajetória do contingente populacional. Analisamos a importância da juventude no desenvolvimento do país e das cidades, elencando os principais percalços e desafios a serem superados;

IV) Posicionar o jovem brasileiro no contexto internacional, através de comparações a partir de pesquisas objetivas e subjetivas que engloba mais de 150 países (análises realizadas previamente pela FGV); e

V) Desenvolvimento de site específico do projeto na página do FGV Social, com textos, mapas e dispositivos interativos amigáveis.

Os indicadores gerados serão organizados sob a forma de banco de dados denominados panoramas, simuladores e mapas, conforme descritos a seguir:

Panoramas: O Panorama permite obter uma visão ampla da evolução de indicadores diversos cruzados com características da população jovem (demográficas, socioeconômicas, espaciais e etc). É possível medir de forma simples e direta, por exemplo, a proporção de jovens ter ou não, acesso à escola, trabalho ou a internet, por exemplo. Esse instrumento otimizará e facilitará a consulta, o processamento e a análise dos dados.

Simuladores: Desenvolvido, a partir de modelos multivariados aplicados às variáveis de interesse contínuas (ex: renda) ou discretas (ex. probabilidade de frequentar escola privada) controlado por atributos individuais. Os simuladores traduzem de forma mais acessível os resultados das regressões multivariadas.

Mapas: Em um projeto intitulado Atlas a representação espacial dos resultados em mapas de sobrevoo globais e nacionais ocupam papel de destaque. Estes dispositivos permitem visualizar territorialmente as informações derivadas de cruzamentos simples e multivariados dos dados. Por exemplo, um usuário pode querer visualizar as chances de ocupação de um jovem ao longo do território nacional. Ou no caso multivariado esta busca pode ser refinada para um jovem com as suas características particulares (escolaridade, sexo, etc) visualize a chance de ocupação em segmentos desejados.

Etapa 2 - Talk Inc

A Talk Inc foi responsável pela imersão qualitativa do Atlas. A pesquisa utilizou duas diferentes metodologias qualitativas para investigar o estilo de vida, comportamento e visões dos jovens brasileiros.

Primeira fase

A primeira fase teve início em fevereiro de 2020 e a metodologia utilizada foi de **entrevistas individuais em profundidade.** Estas foram realizadas presencialmente nas próprias casas dos jovens, com o intuito de realizar um mergulho mais profundo e etnográfico, entender o espaço e o entorno de onde o jovem vive.

Os jovens foram recrutados por uma equipe especializada, sendo eles diversos em termos de gênero, idade, orientação afetivo-sexual, religião, classe social, situação de trabalho e nível de escolaridade. Além da diversidade demográfica, a Talk Inc buscou histórias de vida com características diferentes entre os entrevistados dessa etapa.

As entrevistas duraram cerca de duas horas, numa conversa guiada por um roteiro composto de grandes temas que abarcam diferentes dimensões da vida do jovem, como educação, trabalho e consumo, mas também aspectos mais subjetivos como relações, sexualidade e visão de mundo. Nessa fase os jovens foram fotografados em suas casas e em alguns ambientes por onde transitam. As entrevistas foram posteriormente transcritas.
As entrevistas aconteceram com oito jovens, quatro de São Paulo e cinco do Paraná, no mês de fevereiro de 2020. A intenção era seguir para as demais regiões, mas a pesquisa foi interrompida pelo início da pandemia em março de 2020. Esta primeira fase gerou um relatório prévio das nove entrevistas.

Segunda fase

Quando a situação da pandemia de certa forma se estabilizou, decidimos partir para a fase dois do estudo, que já estava prevista: **o disparo de um questionário online também qualitativo**. Nessa fase, buscamos equilibrar a necessidade de buscar respostas mais qualitativas à necessidade de ouvir muitos jovens.

Este questionário foi utilizado para dar capilaridade de distribuição ao estudo e coletar respostas de jovens de todos os Estados do Brasil. O instrumento de coleta de dados escolhido foi uma "survey online", ou seja, um questionário que foi distribuído através de um link. O respondente precisava ter acesso à internet para poder responder o questionário. Consideramos que 79% dos brasileiros possuem acesso à internet, sendo que esse índice aumenta para as populações mais jovens, chegando a 91% para os jovens de 20 a 24 anos (dados do PNAD divulgado pelo IBGE em 2020).

A capilaridade – que permitiu análises comparativas importantes para um país do tamanho e diversidade do Brasil – foi possível por causa da distribuição do link do questionário por diversas instituições sociais de todas as cinco regiões. O link para o questionário foi divulgado através das redes destas instituições (institutos, fundações e redes de mobilização jovem). A diversidade desses parceiros de distribuição garantiu que a amostra ficasse, de certa forma, neutra, o que também foi reforçado pelo desenho de cotas ligadas ao perfil dos respondentes. Assim garantimos que determinados grupos não estivessem super ou sub representados.

A equipe trabalhou por cotas que buscaram representar a diversidade dos jovens a partir do seu gênero, raça, idade, escolaridade, classe social, orientação afetivo-sexual, religião, situação de trabalho (trabalho formal, informal, autônomos, empreendedores, desempregados, aprendizes e estudantes) e tipo de localidade onde vivem (capital, região metropolitana e interior). Assim, puderam estar representados diferentes jovens, considerando que estamos falando de uma amostra qualitativa.

A meta estabelecida para este estudo qualitativo foi de 300 respondentes, e ao final, foram analisadas 303 respostas. A escolha dos questionários a serem analisados se deu pela representatividade aproximada de cada Estado. Sendo assim, foram ouvidos jovens de cidades de todos os tamanhos, de capitais e do interior de Estados. Dois exemplos incluem as cidades pequenas como Mauá da Serra/PR (8.553 habitantes) ou Picuí/PB (18.703 habitantes).

Dentre os 303 questionários analisados, para que pudéssemos garantir uma amostra de pelo menos 50 jovens em situação de vulnerabilidade (classe social E pelo critério Brasil), contratamos um serviço especializado de recrutamento, que buscou 57 respondentes desse perfil socioeconômico, também diverso em termos das outras características já mencionadas.

O questionário usado como instrumento de coleta das respostas foi composto por 94 perguntas, sendo 58 perguntas abertas e o restante perguntas fechadas, de resposta única ou múltipla. Pela alta quantidade de perguntas abertas, o tempo médio de resposta ao questionário foi de 45 minutos. Com isso, sabíamos do risco de desistências ao longo do instrumento de pesquisa (o que de fato aconteceu, pois tivemos um total de 4.602 respostas, das quais 2.812 de forma parcial). Mesmo assim, optamos por esse formato pela necessidade de cobrir diferentes blocos temáticos, deixar espaço para respostas mais espontâneas e poder ouvi-los em um formato mais de relato. Dessa forma, 1.790 jovens foram até o final do questionário, podendo ser selecionados para a análise final.

O questionário passou por duas fases de teste e análise crítica antes que o campo fosse iniciado. Em um formato colaborativo, dez especialistas/instituições analisaram as perguntas, buscando identificar

gaps e espaços de oportunidades para a investigação. Além disso, o questionário foi testado com dez jovens e a partir de suas respostas pudemos testar dúvidas na interpretação das perguntas e adaptar a linguagem para deixá-la mais adequada ao público. O questionário cobriu as seguintes temáticas: juventude, sonhos, futuro, religião, rotina, estilo de vida, temas de interesse, sexualidade, saúde, informação, Brasil, política e causas, trabalho, educação, dinheiro, tecnologia e consumo. A abordagem qualitativa e com a maioria de perguntas abertas tornou possível obter uma visão mais 360º da vida destes jovens.

A coleta de dados durou aproximadamente oito meses e aconteceu no período de julho de 2020 a fevereiro de 2021, mas a maior concentração de respostas foi entre julho e novembro de 2020 (os demais meses foram usados para coletar cotas sub representadas na amostra).

Na base de dados final, agrupamos os temas para facilitar as análises. Foi realizada uma leitura quantitativa com relação aos respondentes, para entendermos as principais dimensões da amostra. Olhamos principalmente para as diferentes regiões, faixas etárias, de renda, raça, escolaridade, gênero, orientação afetivo-sexual e nível de escolaridade. Destacamos que mesmo que tenhamos olhado para os dados também de forma quantitativa, o estudo é qualitativo, portanto, essas noções numéricas foram utilizadas apenas para verificar e aprofundar potenciais diferenças entre os perfis.

Ainda no limiar do qualitativo e quantitativo, aproveitamos o grande volume de dados textuais para realizar algumas análises de nuvens de palavras para questões onde as palavras-chaves eram importantes, como: o que é ser jovem, sonhos, ansiedades, temas de interesses e causas. Essa análise inicial foi então aprofundada com a leitura das respostas completas.

As respostas foram todas lidas de forma "vertical" (leitura individual de todas as respostas a cada pergunta) e também de forma "horizontal" (leitura individual de todas as respostas de cada respondente). Assim foi possível não só analisar transversalmente as visões dos jovens sobre os temas investigados, mas também entender as histórias individuais que compõem as particularidades, histórias e detalhes do todo.

Em temas específicos como trabalho e educação foi importante mergulhar nas diferentes percepções daqueles em diferentes estágios ou situações vividas com relação ao assunto em questão. Da mesma forma, usamos os diferentes recortes de religião e orientação afetivo-sexual para entender as visões sobre esses assuntos.
Esta pré-análise gerou um relatório prévio de 234 páginas, dividido por grandes temas e repleto de depoimentos (aspas) dos respondentes.

Destacamos que mesmo com o volume de respostas sendo de quase 400 jovens, não podemos considerar os dados como representativos do todo da juventude brasileira, uma vez que a amostra não atende às necessidades estatísticas necessárias para isso. De qualquer forma, é uma amostra bastante significativa para um estudo qualitativo, que vai muito além das amostras normalmente utilizadas para este tipo de metodologia.

Retomada da primeira fase

Por fim, já em março de 2021, a Talk Inc partiu para dar continuidade à primeira metodologia. Voltou a campo para realizar **mais doze entrevistas individuais em profundidade**, dessa vez virtualmente (não presencial). As doze entrevistas compuseram as três regiões faltantes: Centro-Oeste, Norte e Nordeste.
Dessa vez os jovens foram recrutados por uma equipe especializada, novamente de acordo com características de diversidade de gênero, idade, orientação afetivo-sexual, religião, classe social, situação de trabalho e nível de escolaridade. Além da diversidade demográfica, a Talk Inc buscou diversidade também nas histórias de vida, para englobar perfis que representassem diferentes grupos. Como exemplo disso, tivemos uma jovem parda casada com um filho pequeno que não trabalha, um jovem indígena que saiu de sua comunidade e foi estudar na capital de seu Estado, um jovem desempregado que vive com a mãe, uma jovem negra que saiu da casa dos pais e mora com outros jovens, um jovem que vive em uma comunidade ribeirinha e foi criado pelos tios.

O roteiro utilizado para estas entrevistas foi adaptado, buscando aprofundar pontos já analisados nos questionários online.

Nessa fase (Centro-Oeste, Nordeste e Norte), entrevistamos dois jovens da capital e dois jovens do interior do Estado. As entrevistas foram realizadas por plataformas digitais de videoconferência, gravadas e transcritas e tiveram a duração aproximada de 1h e 30min. Com essa finalização, complementamos a primeira metodologia (pré-pandemia), realizando ao todo 20 entrevistas em profundidade, sendo oito entrevistas presenciais e doze remotas.

A análise destas entrevistas em profundidade foi realizada primeiramente de forma individual, mergulhando em cada história. Após essa fase, a Talk Inc buscou entender as transversalidades das vinte entrevistas. Num terceiro momento, a análise buscou cruzar as metodologias e encontrar as descobertas mais significativas e importantes que perpassam os diferentes campos e análises.

Etapa 3 - Instituto Veredas

O Instituto Veredas foi responsável pela construção da biblioteca das juventudes e busca de evidências para diagnóstico situacional e elaboração de políticas efetivas para as juventudes. Além disso, foi a organização que consolidou a publicação final do Atlas. A seguir, serão descritos os passos realizados:

1º passo - Biblioteca e Midiateca das Juventudes

Foi aplicada uma estratégia de busca ampliada para identificação de publicações relevantes para o público das juventudes no Brasil.

Critérios adotados

Publicações no idioma > PORTUGUÊS
Sem restrição de ano de publicação
Tema central > juventude
Temas periféricos > eixos do Estatuto da Juventude (Do Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil; Do Direito à Educação; Do Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda; Do Direito à Diversidade e à Igualdade; Do Direito à Saúde; Do Direito à Cultura; Do Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão; Do Direito ao Desporto e ao Lazer; Do Direito ao Território e à Mobilidade; Do Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente; e Do Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça) e sua relação com políticas públicas
Foram incluídos > publicações institucionais e documentos de pesquisa, vídeos e sites
Não foram incluídos > artigos científicos, teses e dissertações e legislações de programas específicos

Fontes consultadas

Biblioteca Digital da Juventude[1]
SINAJUVE[2]
Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos[3]
Youtube
Busca manual em sites de referência e consultas a informantes-chave (foram consultadas as bibliotecas dos sites de agências da ONU e informantes-chave durante entrevistas para identificar documentos adicionais)

Procedimentos adotados > Busca nas fontes utilizando os mecanismos de navegação disponíveis ou um conjunto de palavras-chave adotado. Leitura de títulos e resumos para seleção dos documentos a serem incluídos ou excluídos, análise dos resumos para extração de descritores e catalogação dos documentos. No total, foram avaliados 865 documentos e incluídos, na primeira versão da Biblioteca e da Midiateca, **156 documentos na Biblioteca e 61 documentos na Midiateca.** Após, a Biblioteca foi completada com os estudos que compõem nossos capítulos.

2º passo - Evidências para diagnóstico situacional e elaboração de políticas efetivas para as juventudes

As publicações da Biblioteca das Juventudes foram consultadas em busca de dados sobre jovens e os 11 direitos afirmados no Estatuto das Juventudes. Para cada direito, uma busca em sites governamentais foi realizada em busca de legislações e políticas já realizadas. Além disso, foram consultados sistemas de informação das áreas da saúde (TABNET/DATASUS). Pesquisadores e pesquisadoras adotaram uma metodologia exploratória de referências bibliográficas nacionais e internacionais para suprir lacunas de informação sobre populações-chave.

Para a identificação de intervenções efetivas em cada área, foram customizadas buscas e realizada seleção e avaliação da qualidade de revisões sistemáticas que apresentassem os efeitos de diferen-

1 https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/274
2 https://ppsinajuve.ibict.br/jspui/
3 https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/juventude-1

tes políticas e programas no acesso aos direitos. Os estudos incluídos tiveram seus resultados resumidos nos capítulos. A lista de referências excluídas está disponível mediante solicitação pelo e-mail contato@veredas.org.

A avaliação da qualidade metodológica, que apresenta o grau de confiança que podemos atribuir a cada estudo, foi realizada através da **aplicação da ferramenta AMSTAR** por um/a pesquisador/a, ou tiveram sua categorização retirada da base científica Social Systems Evidence. A qualidade das evidências é definida como: alta (AMSTAR igual ou acima de 9), média-alta (AMSTAR 7 ou 8), média (AMSTAR 5 ou 6) e baixa (AMSTAR igual ou abaixo de 4).

Educação Para responder à pergunta "Quais as intervenções mais efetivas, descritas na literatura de impacto, para garantir o direito à educação para as juventudes?", foi realizado um levantamento de **revisões sistemáticas de políticas e programas sociais** que apresentassem a efetividade de intervenções sociais relacionadas à educação voltadas ao público de jovens. Foram consultadas as bases especializadas Social Systems Evidence, Campbell Collaboration e 3ie, bem como realizada busca manual em publicações de referência sobre o tema para contextualizar os desafios e as opções de políticas e programas.

Social Systems Evidence > Foi aplicada a estratégia ***youth OR young adults OR adolescents*** com os filtros ***Programs and services > Education and Children and youth > Student support + Outcomes> Education***, e os anos de 2010-2020 com resultado de 430 referências. Após exclusão de duplicatas e leituras de títulos e resumos foram incluídos 215 estudos e, após exclusão de artigos na etapa de leitura completa, foram incluídos **106 estudos**.

3ie > Foi aplicada a estratégia ***education AND youth*** com os filtros ***systematic reviews***, e os anos de 2010-2020 com resultado de 43 referências. Após exclusão de duplicatas e leituras de títulos e resumos foram incluídos **12 estudos**.

Campbell Collaboration > Foi aplicada a estratégia ***education***, com resultado de 43 referências. Após exclusão de duplicatas e leituras de títulos e resumos foram incluídos **10 estudos**.

Busca manual > Foi realizada busca manual de documentos em sites de organizações nacionais e internacionais para levantar conhecimentos prévios e barreiras de implementação.

Os estudos foram filtrados manualmente, na etapa de leitura completa, de modo a excluir: a) avaliações de programas específicos com marca registrada; b) estudos com desfechos de aprendizado de uma matéria/habilidade apenas (por exemplo, matemática ou vocabulário); c) estudos que majoritariamente repetiam conclusões de outras revisões sem agregar dados novos.

A seleção e a extração dos artigos foram realizadas por duas pesquisadoras.

Dessa forma, no total foram incluídas **128 referências de efetividade ou de equidade para a elaboração desta resposta rápida (revisões sistemáticas)** e outros 33 documentos para apoiar o debate de desafios.

Qualidade metodológicas das revisões sistemáticas incluídas

Título	AMSTAR
A Systematic Review Of The Evidence Of The Impact Of School Voucher Programmes In Developing Countries	5/8
Are Contract Teachers And Para-Teachers A Cost-Effective Intervention To Address Teacher Shortage And Improve Learning Outcomes?	8/11
How Effective Are Different Approaches To Higher Education Provision In Increasing Access, Quality And Completion For Students In Developing Countries? Does This Differ By Gender Of Students?	6/9
Identifying Effective Education Interventions In Sub-Saharan Africa: A Meta-Analysis Of Rigorous Impact Evaluations	7/11
Impacts Of Conditional Cash Transfer Programs On Educational Outcomes In Developing Countries: A Meta-Analysis	8/11
Improving Education In Developing Countries: Lessons From Rigorous Impact Evaluations	7/11
Improving Education Outcomes In South Asia: Findings From A Decade Of Impact Evaluations	5/9
Interventions For Improving Learning Outcomes And Access To Education In Low- And Middle Income Countries: A Systematic Review	9/11
Nonformal Education For Improving Educational Outcomes For Street Children And Street Youth In Developing Countries: A Systematic Review	9/11
Reforms To Increase Teacher Effectiveness In Developing Countries: Systematic Review	8/11
The Effects Of School-Based Decision Making On Educational Outcomes In Low And Middle Income Contexts: A Systematic Review	8/11
The Participant Effects Of Private School Vouchers Across The Globe: A Meta-Analytic And Systematic Review	7/11
Twenty-first century adaptive teaching and individualized learning operationalized as specific blends of student-centered instructional events: A systematic review and meta-analysis	8/11

Dropout prevention and intervention programs: effects on school completion and dropout among school-aged children and youth	**9/11**
Impacts of after-school programs on student outcomes	**8/11**
Psychosocial interventions for school refusal with primary and secondary school students	**8/11**
Relative effectiveness of conditional and unconditional cash transfers for schooling outcomes in developing countries	**8/11**
School feeding for improving the physical and psychosocial health of disadvantaged students	**9/11**
School-based interventions for reducing disciplinary school exclusion	**8/11**
Single-track year-round education for improving academic achievement in US K-12 schools	**8/11**
Targeted school-based interventions for improving reading and mathematics for students with, or at risk of, academic difficulties in Grades 7 to 12	**6/9**
The effects of school-based social information processing interventions on aggressive behavior, part I: universal programs	**6/9**
A meta-analysis and meta-regression of incidental second language word learning from spoken input	**6/11**
A meta-analysis examining the moderating effects of educational level and subject area on CSCL effectiveness	**3/11**
A meta-analysis of after-school programs that seek to promote personal and social skills in children and adolescents	**6/11**
A meta-analysis on the impact of grades and comments on academic motivation and achievement: A case for written feedback	**6/11**
A meta-analysis on the relationship between character education and student achievement and behavioral outcomes	**6/11**
A review of school-based interventions for the improvement of social emotional skills and wider outcomes of education	**4/10**
A systematic review of self-regulation strategies to improve academic outcomes of students with EBD	**7/11**

A systematic review of teacher–delivered behavior–specific praise on K–12 student performance	**5/9**
Academic interventions for elementary and middle school students with low socioeconomic status: A systematic review and meta–analysis	**5/11**
Adolescent girls' capabilities in Nepal: The state of the evidence on programme effectiveness	**5/9**
Affective teacher–student relationships and students' engagement and achievement: A meta–analytic update and test of the mediating role of engagement	**4/11**
Affordances of virtual reality for collaborative learning	**5/11**
An updated meta–analysis on the effect of peer tutoring on tutors' achievement	**5/11**
Assistive technology for literacy in students with physical disabilities: A systematic review	**5/9**
Assistive technology interventions for adolescents and adults with learning disabilities: An evidence–based systematic review and meta–analysis	**9/11**
Augmenting the learning experience in primary and secondary school education: A systematic review of recent trends in augmented reality game–based learning	**6/10**
Blooming where they're planted: Closing cognitive achievement gaps with non–cognitive skills	**4/9**
Breaking with tradition: A scoping meta–analysis analyzing the effects of student–centered learning and computer–aided instruction on student performance in anatomy	**6/11**
Computer assisted instruction to teach academic content to students with intellectual disability: A review of the literature	**3/10**
Computer–assisted vocabulary instruction for students with disabilities: Evidence from an effect size analysis of single–subject experimental design studies	**3/10**
Critically reviewing GraphoGame across the world: Recommendations and cautions for research and implementation of computer–assisted instruction for word–reading acquisition	**7/11**

Digital game-based second-language vocabulary learning and conditions of research designs: A meta-analysis study	**6/11**
Digital game-based vocabulary learning: Where are we and where are we going?	**3/9**
Does peer assessment promote student learning? A meta-analysis	**6/11**
Effective feedback design using free technologies	**4/9**
Effective mathematics instruction for students with moderate and severe disabilities: A review of the literature	**5/9**
Effectiveness of literacy programs balancing reading and writing instruction: A meta-analysis	**8/11**
Effectiveness of positive youth development interventions: A meta-analysis of randomized controlled trials	**8/11**
Effects of computer-assisted instruction on the mathematics performance of students with learning disabilities: A synthesis of the research	**3/10**
Effects of data-based individualization for students with intensive learning needs: A meta--analysis	**5/11**
Effects of physical activity interventions on cognitive and academic performance in children and adolescents: A novel combination of a systematic review and recommendations from an expert panel	**6/10**
Effects of the flipped classroom instructional strategy on students' learning outcomes: A meta-analysis	**6/11**
Effects of virtual manipulatives on student achievement and mathematics learning	**2/11**
Encouraging a career in science: A research review of secondary schools' effects on students' STEM orientation	**3/10**
Evidence from meta-analysis about parental involvement in education which supports their children's learning	**4/10**
Evidence on guidance and counseling	**4/9**
Examining the effectiveness of digital textbook use on students' learning outcomes in South Korea: A meta-analysis	**3/11**

Expanded in-school instructional time and the advancement of health equity: A community guide systematic review	**4/9**
Gender imbalance in instructional dynamic versus static visualizations: A meta-analysis	**6/11**
Impact of arts participation on children's achievement: A systematic literature review	**3/9**
Indicated truancy interventions: Effects on school attendance among chronic truant students	**8/11**
Input, process, and learning in primary and lower secondary schools: A systematic review	**4/9**
Interventions for postsecondary success for low-income and high-potential students: A systematic review	**6/10**
Interventions for students with autism in inclusive settings: A best-evidence synthesis and meta-analysis	**5/11**
Interventions in developing nations for improving primary and secondary school enrollment of children: A systematic review	**10/11**
Interventions to promote learners' intercultural competence: A meta-analysis	**6/11**
Later school start times for supporting the education, health, and well-being of high school students	**11/11**
Meta-analysis of the impact of augmented reality on students' learning gains	**6/11**
Mindfulness-based interventions for improving cognition, academic achievement, behavior and socio-emotional functioning of primary and secondary students	**7/11**
Mobile-assisted ESL/EFL vocabulary learning: A systematic review and meta-analysis	**5/11**
Mobile-based assessment: A literature review of publications in major referred journals from 2009 to 2018	**2/11**
Non-formal education for improving educational outcomes for street children and street youth in developing countries: A systematic review	**5/6**
On the effects of 3D virtual worlds in language learning – A meta-analysis	**7/11**

Our princess is in another castle: A review of trends in serious gaming for education	**2/9**
Peer tutoring and academic achievement in mathematics: A meta-analysis	**4/11**
Physical activity, diet and other behavioural interventions for improving cognition and school achievement in children and adolescents with obesity or overweight	**11/11**
Relationships between motor proficiency and academic performance in mathematics and reading in school-aged children and adolescents: A systematic review	**7/10**
Research-supported practices for improving attendance in high schools: A review of the literature	**2/9**
Restorative justice and emotional literacy: Using restorative conversation as a targeted intervention for students who get involved in peer conflict: A multiple base line design	**7/11**
Rethinking mobile learning for development: Using the capability approach and a mixed--methods systematic review to conceptualise the application of mobile technologies as an educational tool in low- and middle-income countries	**6/11**
Review of interventions supporting secondary students with intellectual disability in general education classes	**6/9**
Revisiting the effects of project-based learning on students' academic achievement: A meta--analysis investigating moderators	**6/11**
School-based interventions for developing emotional abilities in adolescents: A systematic review	**6/9**
Small class sizes for improving student achievement in primary and secondary schools: A systematic review	**9/10**
Social and emotional learning and traditionally underserved populations	**5/9**
Specific strategies for promotion of physical activity in kids--which ones work? A systematic review of the literature	**6/9**

Strengthening the research base that informs STEM instructional improvement efforts: A meta-analysis	**7/11**
Summer bridge programs	**4/7**
Systematic review and meta-analysis of augmented reality in educational settings	**7/11**
Systematic review of evidence-based interventions in science for students with autism spectrum disorders	**2/10**
Systematic review of using portable smart devices to teach functional skills to students with intellectual disability	**6/11**
Systematic review of web-based learning environments in high school mathematics education: Attitude, achievement, challenges, and possible solutions	**3/9**
Task sequencing for students with emotional and behavioral disorders: A systematic review	**5/9**
Teaching a learning strategy for computational mathematics to students with moderate to profound intellectual disabilities using video prompting	**1/10**
Teaching non-target information to children with disabilities: An examination of instructive feedback literature	**4/10**
Teaching science skills and knowledge to students with developmental disabilities: A systematic review	**6/9**
Test frequency, stakes, and feedback in student achievement: A meta-analysis	**5/11**
The association of physical activity and academic behavior: A systematic review	**5/9**
The Bolsa Familia Program and educational indicators of children, adolescents, and schools in Brazil: A systematic review	**6/10**
The cognitive benefits of learning computer programming: A meta-analysis of transfer effects	**5/9**
The contribution of learner self-assessment for improvement of learning and teaching process: A review	**3/9**

The effect of computer-supported education on student attitudes: A meta-analytical comparison for the period 2005-2015	**6/11**
The effect of principal behaviors on student, teacher, and school outcomes: A systematic review and meta-analysis of the empirical literature	**5/11**
The effect of teaching "learning strategies" on academic achievement: A meta-analysis study	**7/11**
The effect of three dimensional virtual environments and augmented reality applications on the learning achievement: A meta-analysis study	**5/11**
The effectiveness of classroom vocabulary intervention for adolescents with language disorder	**8/10**
The effectiveness of educational technology applications for enhancing reading achievement in K-12 classrooms: A meta-analysis	**8/11**
The effectiveness of intelligent tutoring systems on K-12 students' reading comprehension: A meta-analysis	**5/11**
The effectiveness of media platforms on reading comprehension: A meta-analysis	**5/11**
The effects of classroom-based dynamic seating interventions on academic outcomes in youth: a systematic review	**5/9**
The effects of gamification on students' academic achievement: A meta-analysis study	**6/11**
The effects of grant aid on student persistence and degree attainment: A systematic review and meta-analysis of the causal evidence	**6/11**
The effects of integrating mobile devices with teaching and learning on students' learning performance: A meta-analysis and research synthesis	**6/11**
The effects of setting on classroom teaching and student learning in mainstream mathematics, English and science lessons: A critical review of the literature in England	**3/10**
The effects of writing on learning in science, social studies, and mathematics: A meta-analysis	**7/11**

The effects of youth mentoring programs: A meta-analysis of outcome studies	**8/11**
The impact of development education and education for sustainable development interventions: A synthesis of the research	**3/9**
The Role of Reflection in the Effects of Community Service on Adolescent Development: A Meta-Analysis	**4/10**
The role of technology-facilitated peer assessment and supporting strategies: A meta-analysis	**6/11**
The use of touch devices for enhancing academic achievement: A meta-analysis	**6/11**
Treatment for school refusal among children and adolescents: A systematic review and meta--Analysis	**10/11**
Vocabulary instruction for secondary students with reading disabilities: An updated research review	**4/9**
What can we do to reduce disciplinary school exclusion? A systematic review and meta-analysis	**9/11**
What works in developing nations to get children into school or keep them there? A systematic review of rigorous impact studies	**7/11**
What works to improve the quality of student learning in developing countries?	**3/10**
Writing interventions for individuals with autism spectrum disorder: A research synthesis	**5/10**

Profissionalização, trabalho e renda Para responder à pergunta "Quais as intervenções mais efetivas, descritas na literatura de impacto, para garantir o direito à profissionalização, ao trabalho e à renda para as juventudes?", foi realizado um levantamento de **revisões sistemáticas e avaliações de impacto de políticas e programas sociais** que apresentassem a efetividade de intervenções sociais relacionadas ao trabalho voltadas ao público de jovens. Foram consultadas as bases especializadas Social Systems Evidence e 3ie Gap Maps, bem como realizada busca manual em publicações de referência sobre o tema para contextualizar os desafios e as opções de políticas e programas.

Social Systems Evidence > Foi aplicada a estratégia ***youth*** com os filtros ***Outcomes > Employment*** e ***Type > Systematic Review of Effects***, com resultado de 79 referências. Após exclusão de duplicatas e leituras de títulos e resumos foram incluídos **24 estudos**.

3ie gap maps > Foi realizada leitura de títulos e resumos de todos os estudos incluídos no Youth & Transferable Skills Evidence Gap Map e Youth Employment Evidence Gap Map. O filtro de ano foi aplicado pelas pesquisadoras de modo a só estudos publicados entre 2010 e 2020. Após exclusão de duplicatas e leituras de títulos e resumos foram incluídos **13 estudos.**

Busca manual > Foi realizada busca manual de documentos nos sites da Organização Mundial do Trabalho, da Fundação Arymax e da CODEPLAN/DF para levantar conhecimentos prévios e barreiras de implementação.

A seleção e a extração dos artigos foram realizadas por duas pesquisadoras.
Dessa forma, no total foram incluídas **37 referências de efetividade ou de equidade para a elaboração desta resposta rápida (revisões sistemáticas ou avaliações de impacto de políticas)** e outros 10 documentos para apoiar o debate de desafios.

Qualidade metodológicas das revisões sistemáticas incluídas

Título	AMSTAR
African rural youth engagement in agribusiness: Achievements, limitations, and lessons	2/9
Youth and transferable skills: An evidence gap map	5/9
Targeted youth support: Rapid evidence assessment of effective early interventions for youth at risk of future poor outcomes	7/9
Interventions to improve the labour market outcomes of youth: A systematic review	10/11
Do youth employment programs improve labor market outcomes? A systematic review	4/11
Positive youth development programs in low- and middle-income countries: A conceptual framework and systematic review of efficacy	5/9
Post-basic technical and vocational education and training (TVET) interventions to improve employability and employment of TVET graduates in low- and middle-income countries: A systematic review	10/11
Job corps	6/9
Entrepreneurship programs in developing countries: A meta regression analysis.	5/11
Providing access to economic assets for girls and young women in low-and-lower middle--income countries. A systematic review of the evidence	7/10

Technical and vocational education and training (TVET) for young people in low- and middle-income countries: A systematic review and meta-analysis	6/10
What do university or graduate students need to make the cut? A meta-analysis on career intervention effectiveness	3/11
Insights and evidence gaps in girl-centered programming: A systematic review	4/9
Active labour market programmes in Latin America and the Caribbean: Evidence from a meta-analysis	5/10
Vocational and business training to improve women's labour market outcomes in low- and middle-income countries: A systematic review	11/11
Apprenticeships	4/10
Jobstart	5/9
Adolescent girls' capabilities in Nepal: The state of the evidence on programme effectiveness	5/9
Women in wage labour: A systematic review of the effectiveness and design features of interventions supporting women's participation in wage labour in higher growth and/or male-dominated sectors in low- and middle-income countries	10/11
What works? A meta analysis of recent active labor market program evaluations	6/11
Work-focused interventions that promote the labour market transition of young adults with chronic disabling health conditions: A systematic review	8/10
Evidence and gap map of studies assessing the effectiveness of interventions for people with disabilities in low-and middle-income countries	7/10
Active labour market programme participation for unemployment insurance recipients: A systematic review	9/11
The effectiveness of active labor market policies: A meta-analysis	4/11

Cultura, esporte, lazer e comunicação

Para responder à pergunta "Quais as intervenções mais efetivas, descritas na literatura de impacto, para garantir o direito à cultura, ao esporte, ao lazer e à comunicação para as juventudes?", foi realizado um levantamento de **revisões sistemáticas e avaliações de impacto de políticas e programas sociais** que apresentassem a efetividade de intervenções sociais relacionadas ao direito ao desporto, cultura e lazer, voltadas ao público de jovens. A consulta foi realizada na base Social Systems Evidence, bem como realizada busca manual em publicações de referência sobre o tema para contextualizar os desafios e as opções de políticas e programas.

Social Systems Evidence > Foram realizadas buscas abertas com as seguintes palavras-chave: ***(sport OR sports OR leisure OR culture OR cultural OR recreation OR music OR arts OR dance***). Ainda, foram aplicados os filtros manuais:***Populations > Children and Youth e Type > Systematic reviews of effects, Overviews of Systematic Reviews, Evidence Briefs***. A exclusão de duplicatas e leituras de títulos e resumos resultou em **30 estudos.** Após a leitura completa dos estudos foram selecionados **17 estudos.**

Busca manual > Foi incluída uma revisão sistemática de efetividade de intervenções desenvolvida pela Organização Mundial da Saúde. Ainda, foi realizada busca manual de documentos nos sites do IPEA, IBGE, Fundação Oswaldo Cruz, UNESCO, UNICEF,

Council of Europe, Ação Educativa, e Ministério do Esporte para identificar potencialidades, desafios e barreiras de implementação.

A seleção e a extração dos artigos foram realizadas por um pesquisador e revisadas por outra pesquisadora.
Dessa forma, no total foram incluídas 18 referências de efetividade ou de equidade para a elaboração desta resposta rápida (revisões sistemáticas ou avaliações de impacto das políticas) e outros 13 documentos para apoiar o debate de desafios.

Título	AMSTAR
What is the evidence on the role of the arts in improving health and well-being? A scoping review (2019)	**NA**
A meta-study of qualitative research examining sport and recreation experiences of Indigenous youth	**4/9**
Understanding the impact of engagement in culture and sport: A systematic review of the learning impacts for young people	**7/11**
The effectiveness of mentoring and leisure-time activities for youth at risk: A systematic review	**4/9**
Sports participation and juvenile delinquency: A meta-analytic review	**6/11**
Motivational processes in Sport Education programs among high school students: A systematic review	**6/10**
Benefits of outdoor sports for society. A systematic literature review and reflections on evidence	**6/10**
Sport-based youth development interventions in the United States: A systematic review	**8/10**
A systematic review of the psychological, social, and educational outcomes associated with participation in wildland recreational activities	**3/9**
Effectiveness of sport-based HIV prevention interventions: A systematic review of the evidence	**7/11**
Physical activity interventions promoting social competence at school: A systematic review	**5/10**
A scoping review of inclusive out-of-school time physical activity programs for children and youth with physical disabilities	**6/9**

School-based physical activity interventions and physical activity enjoyment: A meta-analysis	**6/11**
Developing young men's wellbeing through community and school-based programs: A systematic review	**7/10**
Physical activity and social connectedness interventions in outdoor spaces among children and youth: A rapid review	**6/9**
Computer- and web-based interventions to increase preadolescent and adolescent physical activity: A systematic review	**6/10**
School-wide programs aimed at obesity among Latino youth in the United States: A review of evidence	**6/10**
Systematic review of mentoring to prevent tobacco use by children and adolescents	**9/10**

Segurança pública e acesso à justiça: Para responder à pergunta "Quais as intervenções mais efetivas, descritas na literatura de impacto, para garantir o direito à segurança pública e ao acesso à justiça para as juventudes?", foram pesquisadas, em setembro de 2020, duas bases de dados científicas (Social Systems Evidence e Campbell Collaboration) em busca de revisões sistemáticas de efeito de intervenções para prevenção de violência na juventude, além de busca manual em referências e mapas de evidências sobre o tema. Também foi feita busca manual de referências complementares em uma planilha de extração de levantamento bibliográfico realizada por 3ie como parte da criação de um ***gap map*** (no prelo), com colaboração de NORC e USAID.

Foram buscados artigos publicados de 2013 a 2020, com o objetivo de atualizar os achados do relatório **Prevenindo a violência juvenil: um panorama das evidências**, realizado pela Organização Mundial de Saúde em 2015 e traduzido para o português pelo Núcleo de Estudos da Violência (NEV/USP) em 2016.

Social Systems Evidence > a busca foi guiada por três filtros: 1) Populations: Children and Youth; 2) Systematic Reviews of Effects; 3) DATE RANGE 2013-2020. Em que as palavras chaves buscadas foram: ***Homicide (22 resultados); Murder (18 resultados); Aggression (80 resultados); Gang (25 resultados); Criminal (116 resultados); Offense (30 resultados); Gender violence (134 resultados); Sexual violence (107 resultados); Delinquency (104 resultados); Violence (256 resultados).*** Após a remoção de duplicatas, 360 artigos restaram para triagem. Ao final, 22 artigos foram extraídos e incluídos.

Campbell Colaboration > , a busca foi guiada por três filtros: 1) Coordinating group(s) – CRIME AND JUSTICE; 2) Years 01/01/2013 – TODAY; 3) Type of document – REVIEW. Com as palavras chave: ***youth OR adolescents OR teenager OR young adults OR juvenile.*** Foram encontrados 7 resultados e nenhum dos resultados correspondeu aos critérios de inclusão, embora dois estudos trouxessem informações relevantes para o debate de implementação.

Busca manual

A busca manual foi feita em versão preliminar de Gap Map sobre Estado de Direito realizado por 3ie, com colaboração de NORC e USAID. Foram analisados 131 resultados. Após triagem, 8 foram extraídos e incluídos na versão final.

A busca manual complementar de referências e mapas de evidências realizada em repositórios da área (World Health Organization: Violence Prevention Evidence Base and Resources, UNFPA, UNICEF, Sou da Paz, Igarapé) não identificou nenhum estudo a ser acrescentado, embora um estudo tenha apoiado a descrição da gravidade do problema.

Critérios de inclusão:

- TIPO DE ESTUDO: Revisões sistemáticas de efeito
- DESFECHOS: Estudos incluindo desfechos de efeitos positivos ligados à violência

- ANO DE PUBLICAÇÃO: Estudos publicados de 2013 a 2020
- PÚBLICO-ALVO: Jovens com 15 anos de idade ou mais (ou maioria de intervenções focada nessa faixa etária, para aqueles estudos que também incluam jovens de menor idade)

Critérios de exclusão:
Intervenções realizadas exclusivamente no Sistema de Justiça ou locais de detenção (no caso de artigos incluindo intervenções tanto externas quanto internas, foram incluídos apenas estudos em que a maioria das intervenções foi realizada fora desses contextos)

Revisões que não encontraram nenhum estudo sobre o tema investigado

Dentre todas as fontes, 489 estudos foram triados após a remoção automática de duplicatas. A seleção dos artigos foi realizada por uma pesquisadora. A extração dos artigos foi realizada por uma única pesquisadora. Intervenções cujo desfecho era ***bullying*** ou com efeito estatisticamente irrelevante ou negativo foram acrescentadas em quadro de informações, mas não compõem as opções identificadas. **Ao final, 30 artigos foram extraídos para resposta rápida, sendo que 12 contribuíram diretamente para o debate sobre os efeitos positivos das intervenções na prevenção de violências.**

Qualidade metodológicas das revisões sistemáticas incluídas

Título	AMSTAR
Mediation, mentoring and peer support to reduce youth violence: A systematic review	**9/10**
Mentoring interventions to affect juvenile delinquency and associated problems	**8/11**
Police-initiated diversion for youth to prevent future delinquent behavior: a systematic review	**9/11**
Interventions to reduce gender-based violence among young people living with or affected by HIV/AIDS in low-income and middle-income countries	**9/11**
Effects of bystander programs on the prevention of sexual assault among adolescents and college students	**9/10**
School-based interventions to reduce dating and sexual violence: A systematic review	**11/11**
Research Review: The effectiveness of multidimensional family therapy in treating adolescents with multiple behavior problems – a meta-analysis	**7/11**
Evidence-Based Treatments for Youths Who Engage in Illegal Sexual Behaviors	**6/10**
Practitioner Review: Effective ingredients of prevention programs for youth at risk of persistent juvenile delinquency – recommendations for clinical practice	**7/11**
Does the gendered approach of bystander programs matter in the prevention of sexual assault among adolescents and college students? A systematic review and meta-analysis	**7/11**
A systematic review and meta-analysis on the effects of young offender treatment programs in Europe	**7/11**
What Works in Reducing Community Violence: A Meta-Review and Field Study for the Northern Triangle	**6/9**

Saúde e meio ambiente Para responder à pergunta "Quais as intervenções mais efetivas, descritas na literatura de impacto, para garantir o direito à saúde e ao meio ambiente para as juventudes?", foi realizado um levantamento de **revisões sistemáticas** que apresentassem a efetividade de intervenções sociais relacionadas à saúde voltadas ao público de jovens. Foi consultada a base especializada Health Systems Evidence, bem como realizada busca manual em publicações de referência sobre o tema para contextualizar os desafios e as opções de políticas e programas.

Health Systems Evidence > Foi aplicada a estratégia ***youth*** com os filtros ***Type > Evidence briefs for policy, Overviews of Systematic Reviews*** e ***Systematic Review of Effects***, com resultado de 77 referências. Após leituras de títulos e resumos foram incluídos **30 estudos**. As exclusões ocorreram por estudos tratarem de público fora da faixa etária considerada neste relatório (15 a 29 anos), por tratarem de temas que fogem do escopo da saúde ou por apresentarem resultados de efeitos estatisticamente irrelevantes ou negativos.

A seleção e a extração dos artigos foram realizadas por duas pesquisadoras.

Dessa forma, no total foram incluídas **30 referências de efetividade** e outros 24 documentos para apoiar o debate de desafios.

Título	AMSTAR
Evidence-based psychosocial treatments for ethnic minority youth	**4/11**
HIV prevention for South African youth: Which interventions work? A systematic review of current evidence	**6/10**
A systematic review of randomized controlled trials of youth smoking cessation interventions	**5/10**
A systematic review of internet-based self-management interventions for youth with health conditions	**6/10**
Motivational interviewing for improving outcomes in youth living with HIV	**11/11**
Long-term telemental health prevention interventions for youth: A rapid review	**5/11**
The integration of a family systems approach for understanding youth obesity, physical activity, and dietary programs	**NA**
Digitally-delivered cognitive-behavioural therapy for youth insomnia: A systematic review	**7/10**
Reaching youth with out-of-facility HIV and reproductive health services: A systematic review	**7/10**
Preparing for adulthood: A systematic review of life skill programs for youth with physical disabilities	**4/10**
Counseling outcomes from 1990 to 2008 for school-age youth with depression: A meta-analysis	**4/11**
Community-based prevention programs for anxiety and depression in youth: A systematic review	**5/11**
Culturally sensitive interventions and health and behavioral health youth outcomes: A meta-analytic review	**7/11**

Mobile health interventions for improving health outcomes in youth: A meta-analysis	**7/11**
Effectiveness of social marketing strategies to reduce youth obesity in European school-based interventions: A systematic review and meta-analysis	**6/11**
A meta-analysis of culturally sensitive interventions designed to reduce high-risk behaviors among African American youth	**7/11**
Electronic media-based health interventions promoting behavior change in youth: A systematic review	**6/10**
A systematic review of the effects of curricular interventions on the acquisition of functional life skills by youth with disabilities	**7/11**
Evidence-based prevention programs targeting youth mental and behavioral health in primary care: A systematic review	**5/9**
Indigenous youth peer-led health promotion in Canada, New Zealand, Australia, and the United States: A systematic review of the approaches, study designs, and effectiveness	**8/9**
Prevention of substance use in children/adolescents with mental disorders: A systematic review	**4/10**
HIV prevention in young people in sub-Saharan Africa: A systematic review	**5/10**
A systematic review of psychosocial interventions for suicidal adolescents	**8/11**
Interventions with adherence-promoting components in pediatric type 1 diabetes: Meta-analysis of their impact on glycemic control	**4/10**
Teenage pregnancy and social disadvantage: Systematic review integrating controlled trials and qualitative studies	**7/10**
Efficacy of structural-level condom distribution interventions: A meta-analysis of U.S. and international studies, 1998-2007	**7/11**
Meta-analysis of psychological interventions to promote adherence to treatment in pediatric chronic health conditions	**3/11**
Effects of sixty six adolescent tobacco use cessation trials and seventeen prospective studies of self-initiated quitting	**5/10**
Effective/efficient mental health programs for school-age children: A synthesis of reviews	**5/10**
Effects of tobacco taxation and pricing on smoking behavior in high risk populations: A knowledge synthesis	**5/9**

Território e mobilidade

Para responder à pergunta "Quais as intervenções mais efetivas, descritas na literatura de impacto, para garantir o direito ao território e à mobilidade para as juventudes?", foi realizado um levantamento de **revisões sistemáticas e avaliações de impacto de políticas e programas sociais** que apresentassem a efetividade de intervenções sociais relacionadas ao direito à cidade, à moradia e ao território, voltadas ao público de jovens. Foram consultadas as bases especializadas Social Systems Evidence e 3ie Gap Maps, bem como realizada busca manual em publicações de referência sobre o tema para contextualizar os desafios e as opções de políticas e programas.

Social Systems Evidence > Foram realizadas buscas abertas com as seguintes palavras-chave: ***urban youth (2); indigenous youth (1); housing(6); rural empowerment (5); rural development (3); rural youth (2); urban mobility (3); disabilities (0); disabled youth(0); disability mobility (0).*** Ainda, foram aplicados os filtros ***Types of studies > Evidence briefs, overviews of systematic reviews, systematic reviews of effects e***

SDG > ***11. Sustainable cities and communities*** com as seguintes variações***: Programs and services > Citizenships (0), Community and Social Services (2), Housing (4), Infrastructure (1), Transportation (3).*** Após exclusão de duplicatas e leituras de títulos e resumos foram incluídos **20 estudos.**

3ie gap maps > Foi realizada leitura de títulos e resumos de todos os estudos incluídos nos seguintes eixos: ***Information and communication technologies (Ag)***, ***Land titling/property rights (Ag)*** e ***Community infrastructure (Ag)***. O filtro de ano foi aplicado de modo a só incluir estudos publicados entre 2010 e 2020. Após a leitura de títulos e resumos foi incluído **1 estudo**.

Busca manual > Foi realizada busca manual de documentos nos sites da ANTP, Observatório das Metrópoles, agências das Nações Unidas (OHCHR, UNFPA e ONU Habitat), Banco Mundial, WRI Brasil para identificar potencialidades, desafios e barreiras de implementação.

A seleção e a extração dos artigos foram realizadas por um pesquisador e revisadas por outra pesquisadora.

Dessa forma, no total foram incluídas 21 referências de efetividade ou de equidade para a elaboração desta resposta rápida (revisões sistemáticas ou avaliações de impacto das políticas) e outros 16 documentos para apoiar o debate de desafios.

Título	AMSTAR
Built and natural environment planning principles for promoting health: An umbrella review	**7/9**
Improving food security: A systematic review of the impact of interventions in agricultural production, value chains, market regulation, and land security	**8/9**
Investigating the impacts of increased rural land tenure security: A systematic review of the evidence	**6/10**
African rural youth engagement in agribusiness: Achievements, limitations, and lessons	**2/9**
From geographical indications to rural development: A review of the economic effects of European Union policy	**3/10**
The effectiveness of market-led development approaches: A systematic review	**10/11**
A systematic review of the evidence on housing interventions for housing-vulnerable adults and its relationship to wellbeing	**9/11**

Housing programs and case management for reducing homelessness and increasing residential stability for homeless people	**8/11**
Housing improvements for health and associated socio-economic outcomes: A systematic review	**11/11**
Effectiveness of interventions to reduce homelessness: A systematic review and meta-analysis	**9/11**
Designing for sustainable urban mobility behaviour: A systematic review	**2/9**
Native american youth and culturally sensitive interventions: A systematic review	**7/9**
Can changing the physical environment promote walking and cycling? A systematic review of what works and how	**6/9**
Cost-effectiveness of neighbourhood slow zones in New York City	**4/10**
Infrastructure, programs, and policies to increase bicycling: An international review	**3/10**
Changes in bicycling frequency in children and adults after bicycle skills training: A scoping review	**6/9**
A systematic review of supported accommodation programs for people released from custody	**8/10**
Effects of housing first approaches on health and well-being of adults who are homeless or at risk of homelessness: Systematic review and meta-analysis of randomised controlled trials	**7/11**
The impact of transportation infrastructure on bicycling injuries and crashes: A review of the literature	**5/10**
Provision of basic services in slums: A review of the evidence on top-down and bottom-up approaches	**1/9**
The impact of interventions for youth experiencing homelessness on housing, mental health, substance use, and family cohesion: A systematic review	**7/9**

Participação política e social Para responder à pergunta "Quais as intervenções mais efetivas, descritas na literatura de impacto, para garantir o direito à participação política e social para as juventudes?", foi realizado um levantamento de **revisões sistemáticas e avaliações de impacto de políticas e programas sociais** que apresentassem a efetividade de intervenções sociais relacionadas ao direito à participação social e política, voltadas ao público de jovens. A consulta foi realizada na base Social Systems Evidence, bem como realizada busca manual em publicações de referência sobre o tema para contextualizar os desafios e as opções de políticas e programas.

Social Systems Evidence > Foram realizadas buscas abertas com as seguintes palavras-chave: ***"political OR citizen OR participation OR participatory OR collective OR protagonism OR decision-making"***. Ainda, foram aplicados os filtros manuais: ***Type > Systematic reviews of effects, Overviews of Systematic Reviews, Evidence Briefs***. Inicialmente foram encontrados 1159 estudos. Após a exclusão de duplicatas e leituras de títulos e resumos foram selecionados **17 estudos.** Após a leitura completa dos estudos foram selecionados **11 estudos.**

Busca manual > Foi realizada busca manual em publicações do 3ie e da Biblioteca das Juventudes de forma a encontrar documentos que apoiassem o debate sobre equidade e implementação.

A seleção e a extração dos artigos foram realizadas por um pesquisador e revisadas por outro pesquisador.
Dessa forma, no total foram incluídas 12 referências de efetividade para a elaboração desta resposta rápida (revisões sistemáticas ou avaliações de impacto das políticas) e outros 13 documentos para apoiar o debate de desafios.

Título	AMSTAR
A systematic review of evidence on the impacts of joint decision-making on community well-being: Technical report	**8/10**
Does incorporating participation and accountability improve development outcomes? Meta-analysis and framework synthesis	**9/9**
Citizen engagement in public services in low-and middle-income countries: A mixed-methods systematic review of participation, inclusion, transparency and accountability initiatives	**6/11**
A systematic review of the impact of citizenship education on the provision of schooling	**6/9**
Supporting Latinx youth participation in out-of-school time programs: A research synthesis	**2/9**
Civic technology for social innovation: A systematic literature review	**4/9**
African rural youth engagement in agribusiness: Achievements, limitations, and lessons	**2/9**
State-society relations in low and middle income countries: An evidence gap map	**4/9**
More than data collectors: A systematic review of the environmental outcomes of youth inquiry approaches in the United States	**3/9**
Organizational antecedents of nonprofit engagement in policy advocacy: A meta-analytical review	**6/11**
What is the evidence on top-down and bottom-up approaches in improving access to water, sanitation and electricity services in low-income or informal settlements?	**8/11**
What is the evidence that the establishment or use of community accountability mechanisms and processes improves inclusive service delivery by governments, donors and NGOs to communities?	**4/9**

Diversidade e igualdade Em todos os capítulos, são considerados aspectos de equidade que devem ser considerados em intervenções que promovam o acesso a direitos. Garantir que as intervenções atinjam diferentes grupos, respeitando e celebrando sua diversidade, é um dos principais objetivos do Atlas. Uma das ferramentas desenvolvidas para considerar dimensões de equidade no desenho e implementação de intervenções sociais é o Framework PROGRESS (O'NEILL et al., 2014). Esse acrônimo é traduzido da seguinte forma:

P	Local de residência
R	Raça/etnia/cultura/linguagem
O	Ocupação e trabalho
G	Gênero
R	Religião
E	Educação
SS	Status socioeconômico e capital social

Além dessas dimensões, podem ser agregadas reflexões sobre outras características pessoais que podem ser alvo de preconceito ou estigma (por exemplo, faixa etária, orientação sexual, pessoas com deficiências) e características da rede familiar e de apoio.

Para preencher o Framework PROGRESS foram utilizados estudos qualitativos e publicações institucionais.

3º passo

Consolidação da publicação do Atlas

O trabalho de consolidação do Atlas iniciou no segundo semestre de 2020 e avançou até março de 2021.

O Instituto Veredas construiu um esqueleto-base para os capítulos referentes a direitos, onde constavam os elementos: a) dados sobre o tema; b) políticas nacionais sobre o tema; c) intervenções com efeitos positivos descritas na literatura nacional e internacional; d) lacunas de conhecimento sobre o tema; e) sugestões de ações que podem ser empreendidas por jovens, pesquisadores, tomadores de decisão e organizações da sociedade civil, trabalhadores e setor privado; f) considerações sobre equidade e implementação; g) dados das Conferências Nacionais de Juventude.

Citações de jovens e comentários de sabedores externos (jovens e pesquisadores) foram incluídos nos capítulos.

O esqueleto foi validado e informações das etapas anteriores do Atlas foram recuperadas para compor os textos dos capítulos. Após, uma equipe de quatorze pesquisadoras e pesquisadores realizaram buscas e sínteses de dados e evidências para construir os textos completos dos capítulos, dando conta de todos os elementos essenciais. A primeira versão do Atlas foi revisada pela equipe do Em Movimento e a segunda versão do Atlas foi revisada e validada em uma série de cinco workshops temáticos com jovens e organizações da sociedade civil que trabalham com jovens.

As sugestões foram incorporadas ao material final no mês de abril de 2021.

Sessão especial Juventudes e a Pandemia do Coronavírus

Entender efeitos para criar soluções com e para as juventudes

Em 26 de fevereiro de 2020, quando o primeiro caso de covid-19 no Brasil foi detectado, os seus efeitos ainda eram em grande parte desconhecidos para médicos, cientistas e para a população em geral. Um ano depois, em junho de 2021, a doença já tirou mais de 3,69 milhões de vidas e gerou 172 milhões de casos em todo o mundo. No Brasil foram, até o dia 09 de junho de 2021, foram mais de 477 mil mortos e de 17 milhões de casos de covid-19, com números que tragicamente continuam a crescer.

O Brasil se tornou epicentro da pandemia de Covid-19 no mundo e vive um surto ainda pior do que apontam as estatísticas, considerando a enorme subnotificação e o altíssimo percentual de exames positivos, fatos que evidenciam uma disseminação sem controle da doença.

Vista como a principal solução para mudar esta realidade, a vacinação no Brasil, além de ter começado depois de diversos países, enfrenta o desafio da escassez de doses, com um baixo percentual da população tendo sido vacinada até junho de 2021.

O agravamento da situação sanitária integra um enredo ainda mais preocupante, com sérias consequências econômicas e sociais, comprometendo o presente e o futuro de toda uma geração. A taxa de desemprego juvenil é superior à taxa média de desemprego da população geral brasileira. O número de jovens que não estudam e nem trabalham aumentou neste período e uma parcela significativa da população jovem teve o seu processo educacional intensamente impactado como consequência da pandemia.

Para além destes pontos, é inevitável ressaltar o agravamento das desigualdades sociais e da dificuldade de acesso a serviços essenciais, dos impactos na saúde mental de jovens, na segurança alimentar, na segurança pública e também na estabilidade política. Todo este contexto tem forte influência no processo de desenvolvimento da população jovem no Brasil.

Para o enfrentamento da complexidade dos desafios impostos pela pandemia do coronavírus é fundamental a construção de soluções sistêmicas, com visão de longo prazo, sustentadas por um amplo processo de diálogo e articulação social e que sejam baseadas em evidências. São necessárias ações concretas, com real capacidade de promover mudanças, atendendo as demandas emergenciais e apresentando perspectivas de futuro para as juventudes.

Ciente disso foi que, no primeiro semestre de 2020, o Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE), em parceria com a Fundação Roberto Marinho, a UNESCO, a Rede Conhecimento Social, a Visão Mundial, o Mapa Educação, o Em Movimento e o Porvir, com apoio da Renovatio, realizou a pesquisa "Juventudes e a pandemia do coronavírus (Covid-19)", ouvindo cerca de 34 mil jovens de 15 a 29 anos em todo o país.

Nesta 2a edição da pesquisa, escutamos mais de 68 mil jovens em busca de criar e ampliar espaços de diálogo para definir prioridades e caminhos na ação com e para as juventudes do Brasil, bem como pautar e influenciar tomadores de decisão, públicos e privados. Como esses objetivos são convergentes com os do Atlas das Juventudes e como forma de trazer dados atualizados e relevantes sobre o contexto de jovens no país, a pesquisa Juventudes e a Pandemia integra o Atlas das Juventudes como uma sessão especial, no qual organizamos os principais dados de cada bloco para que possamos utilizar todos os dados organizados aqui para transformar o futuro da maior geração de jovens da história do país.

OBJETIVOS

Produzir novas evidências a partir da **percepção** de jovens de **diferentes regiões e realidades sociais,** sobre os efeitos da pandemia em suas vidas e na sociedade para subsidiar políticas e programas para as juventudes.

Fortalecer e consolidar um **processo de articulação com as juventudes** e criação de mecanismos para **ampliar a voz de jovens e seus anseios.**

Pautar e influenciar o **debate público** e a **ação de tomadores de decisão,** públicos ou privados, por meio de um processo de **diálogo e articulação social**

PERGUNTAS NORTEADORAS

Depois de um ano do início da pandemia, quais são os efeitos na vida de jovens no Brasil e quais são as perspectivas de futuro para políticas e projetos para as juventudes?

Saúde Quais têm sido os impactos na saúde física e mental de jovens e quais são suas expectativas para o futuro?

Educação Quais têm sido os impactos na saúde física e mental de jovens e quais são suas expectativas para o futuro?

Trabalho e Renda Qual tem sido a condição de trabalho e renda das juventudes no atual cenário e quais alternativas têm sido possíveis e dão desejáveis para a estruturação da vida profissional

Vida Pública Como as juventudes têm sentido e projetado a dimensão política em suas vidas?

METODOLOGIA

Passo a Passo metodológico

Oficinas iniciais de perguntação	Elaboração de questionários e reisão da amostra	Coleta de dados	Tratamento técnico do banco de dados e tabulação	Análise de dados e oficinas de perguntação	Comunicação e advocacy
Quando: 23 de fevereiro a 9 de março de 2021	**Quando**: 9 a 19 de março de 2021	**Quando:** 22 de março a 12 de abril de 2021	**Quando:** 12 a 19 de abril de 2021	**Quando:** maio de 2021 em diante	**Quando:** Junho de 2021 em diante
Objetivo: Construir com grupos de jovens pesquisadores as perguntas norteadoras, hi´poteses e o questionário da 2ª edição da pesquisa	**Objetivo:** Refinar perguntas sugeridas por comitê técnico e grupo de jovens; revisa o parâmetro amostral, com base na 1ª edição e atualizações da PNAD Contínua	**Objetivo:** Divulgar amplamente link do questionário online, e realizar parcerias com redes e instituições que atuam com juventudes. Resultado: 68114 respostas à pesquisa	**Objetivo:** Verificação de consistência do banco de dados, aplicação de fatores de ponderação e construção de tabelas com os resultados da coleta	**Objetivo:** Elaborar relatórios da pesquisa, com contribuição de grupo de jovens e comitê técnico e, com potenciais parceiros temáticos que se somem à iniciativa.	**Objetivo:** Disseminar resultados em canais de comunicação e redes; promover discussões e atividades para pautar e influenciar a ação de tomadores de decisão

QUESTIONÁRIO

O questionário foi hospedado na plataforma online SurveyMonkey e respondido entre os dias 22 de março e 16 de abril de 2021.

Conta com 77 perguntas distribuídas entre cinco principais blocos temáticos: perfil sociodemográfico; saúde; educação; trabalho e renda; e vida pública.

AMOSTRA

Amostragem de conveniência (não probabilística) com monitoramento diário referenciado pela distribuição populacional de jovens para região, faixa etária, gênero e cor/raça de acordo com a Pnad Contínua 2020 (IBGE).

Responderam ao questionário 68.114 jovens de todos os estados do país, dobrando o alcance da 1a edição que escutou 34 mil jovens em abril de 2020. Tendo em vista a variação no número de respostas por pergunta do questionário, o processamento tomou por base o total de respondentes de cada questão, acolhendo assim as opiniões de jovens que, por múltiplos motivos, não puderam completar o questionário.

PONDERAÇÃO

Eventuais distorções amostrais foram corrigidas a partir de ponderação a posteriori, considerando a distribuição de jovens brasileiros de 15 a 29 anos em termos de Unidades da Federação e faixas etárias. Foi utilizada como referência a Pnad Contínua 2020 (IBGE) e os parâmetros utilizados na 1a edição.

DESTAQUES

Saúde - Agravamentos na saúde mental, autocuidado e prevenção

Quais têm sido os impactos na saúde física e mental de jovens e quais são suas expectativas para o futuro?

Em 2020, a tendência a sentimentos negativos marcou a questão da saúde mental como tema prioritário entre jovens. Mais de um ano após o início da pandemia, 6 a cada 10 jovens relatam ansiedade e uso exagerado de redes sociais; 5 a cada 10 sentem exaustão ou cansaço constante; e 4 a cada 10 têm insônia ou tiveram distúrbios de peso.

Trabalho e renda - Crescimento da busca por complementação de renda

Qual tem sido a condição de trabalho e renda das juventudes no atual cenário e quais alternativas têm sido possíveis e são desejáveis para estruturação da vida profissional?

Desde 2020, há uma tendência de aumento de jovens que não estão trabalhando, sendo que 3 a cada 10 deles dizem estar nessa situação de trabalho como resultado da pandemia. Nesse cenário, a busca por complementação de renda também cresceu: 55% dos jovens procuraram formas de incrementar seu rendimento pessoal ou familiar, em sua maioria prestando serviços para outras pessoas ou empresas e em atividades presenciais.

Contudo, 44% desses jovens fora do mercado de trabalho exerceram alguma atividade remunerada durante a pandemia, sendo que a maior parte deles fez bicos ou atividades sem carteira assinada.

Educação e aprendizado - Riscos para a continuidade dos estudos

Quais os efeitos e perspectivas para a continuidade dos estudos e chances de aprendizado?

Em um ano de pandemia, notou-se um grande aumento no número de jovens que não estão estudando. Dos 36% que em 2021 declararam não estar na escola ou faculdade, 6% trancaram ou cancelaram sua matrícula e 29% consideram ter concluído os estudos, sendo que a maior parte deles diz ter parado os estudos durante a pandemia e trazem a necessidade de ganhar dinheiro como principal causa para terem evadido. Aumenta também a parcela de jovens que já pensaram em parar de estudar: de 3 a cada 10 passam para 4 a cada 10 jovens matriculados que admitem ter considerado deixar os estudos. Mas o que os mantém na escola é a preocupação com o futuro e o ingresso no mercado de trabalho. Também aparece como um risco para a continuidade dos estudos a questão do

ENEM: aumenta o número de indecisos em relação à realização da prova de 2021 e um crescimento na proporção de jovens que já pensaram em desistir do exame.

Vida pública - Influência da pandemia sobre voto e visão de futuro

Como as juventudes têm sentido e projetado a dimensão política em suas vidas?

É notável que a pandemia vem afetando a vida política das juventudes: 72% acreditam que a situação da pandemia vai influenciar a forma como vão votar em futuras eleições; 53% acreditam que jovens estão mais atentos sobre a política devido à situação da pandemia; e 31% dizem que em 2022 pretendem apoiar alguma candidatura. Ao olharem para o futuro colocando-se no lugar de governantes do país, 59% indicam como principal prioridade para o atual momento da pandemia a garantia da vacina de covid-19 para todos e, em segundo lugar, 29% apontam o planejamento de ações para fortalecer o SUS.

O relatório completo da Pesquisa Juventudes e a Pandemia do Coronavírus faz um mergulho profundo nesses diferentes temas e apresenta uma síntese de aprendizados.

Para saber mais:
www.juventudeseapandemia.com

Iniciativa e Coordenação
Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE)

Correalização e execução:
Fundação Roberto Marinho
Visão Mundial
UNESCO
Em Movimento
Rede Conhecimento Social
Porvir
Mapa Educação

Grupo de Jovens:
10 dentre os jovens indicados por cada organização do Comitê de Governança na primeira onda da pesquisa.



COM A PALAVRA

Rosalina Soares

"O risco elevado de abandono escolar (43%) e a queda no número de jovens que pretendem fazer o ENEM (26%) devem servir de sinal de alerta para toda a sociedade, e em especial para os gestores públicos.

A evasão escolar gera consequências severas para jovens, que vivem menos, com menos saúde, com menos renda ao longo da vida. Essa violação do direito à educação gera uma perda de R$220 bilhões por ano, 3,3% do PIB.

Os fatores associados à possibilidade de abandono escolar são múltiplos e transversais, passando pela necessidade de ganhar dinheiro, dificuldades para se organizar, acompanhar e aprender no contexto do ensino remoto, necessidade de cuidar de filhos e outros parentes, problemas de saúde, incluindo depressão.

Na perspectiva dos jovens o enfrentamento destes desafios passam pela vacinação em massa, por políticas de renda básica e emergencial e por incentivos, como bolsas de estudos.

A pesquisa reforça a necessidade de políticas públicas desenhadas e implementadas de forma intersetorial, como o acesso à saúde, em especial à saúde mental, políticas de combate à evasão escolar, reforço escolar e maior conexão entre educação, trabalho e inclusão produtiva.

Rosalina Soares é Assessora de Pesquisa e Avaliação na Fundação Roberto Marinho. Atua há 20 anos na agenda de monitoramento e avaliação de projetos educacionais. É mestre em Educação, na linha de Políticas Públicas, Planejamento, Monitoramento e Avaliação.



COM A PALAVRA

Marisa Villi

"O envolvimento de jovens pesquisadores na construção de todas as etapas e a ampla mobilização de redes e coletivos fazem da pesquisa Juventudes e a Pandemia do Coronavírus um importante processo de diálogo e articulação social. A produção e disseminação de conhecimento é fundamental para apoiar o desenvolvimento de políticas sociais e oferecer à sociedade elementos que permitam participar, incidir e monitorar ações com e para as juventudes. Com o adiamento do censo demográfico, tornou-se ainda mais urgente produzir dados atualizados e compartilhar evidências que permitam análises contextualizadas, que apontem caminhos e orientem a tomada de decisão sobre programas e projetos que enfrentam os inúmeros desafios impostos pela pandemia.

A saúde mental destaca-se como um dos principais temas a serem encarados. O crescimento da ansiedade, a exaustão e a insônia são exemplos do que esses jovens vêm enfrentando, mas uma parcela importante deles não conseguem fazer atividades de autocuidado, como atividades físicas ou atendimentos médicos, e o acesso a terapias é limitado principalmente por falta de oferta na saúde pública. Mas as próprias proposições de jovens sobre como lidar com a situação traz uma visão integral: para eles as atividades de saúde mental especializadas não estariam apenas nos serviços de saúde, mas também dentro das escolas ou faculdades, sendo inclusive conteúdo de aulas a serem trabalhados durante e após o fim da pandemia; essa ações seriam, para eles importantes para garantir melhoria no acompanhamento das aulas remotas e eventualmente trazer de volta para os estudos jovens que por diversos motivos tenham evadido. Essa análise, construída a partir da visão das juventudes, deflagra a necessidade de promover um olhar transversal e multissetorial para as ações que lidem com os efeitos da pandemia nas vidas de jovens."

Marisa Villi – Mestre em Mudança Social e Participação Política, é bacharel em Ciências Sociais e em Letras. Iniciou a carreira na área de pesquisa e gestão de projetos sociais em 2005, desenvolvendo metodologias e coordenando projetos que promovem o uso participativo de pesquisas para mobilização e desenvolvimento social. É cofundadora e diretora executiva da Rede Conhecimento Social, e cofundadora do Delibera Brasil.

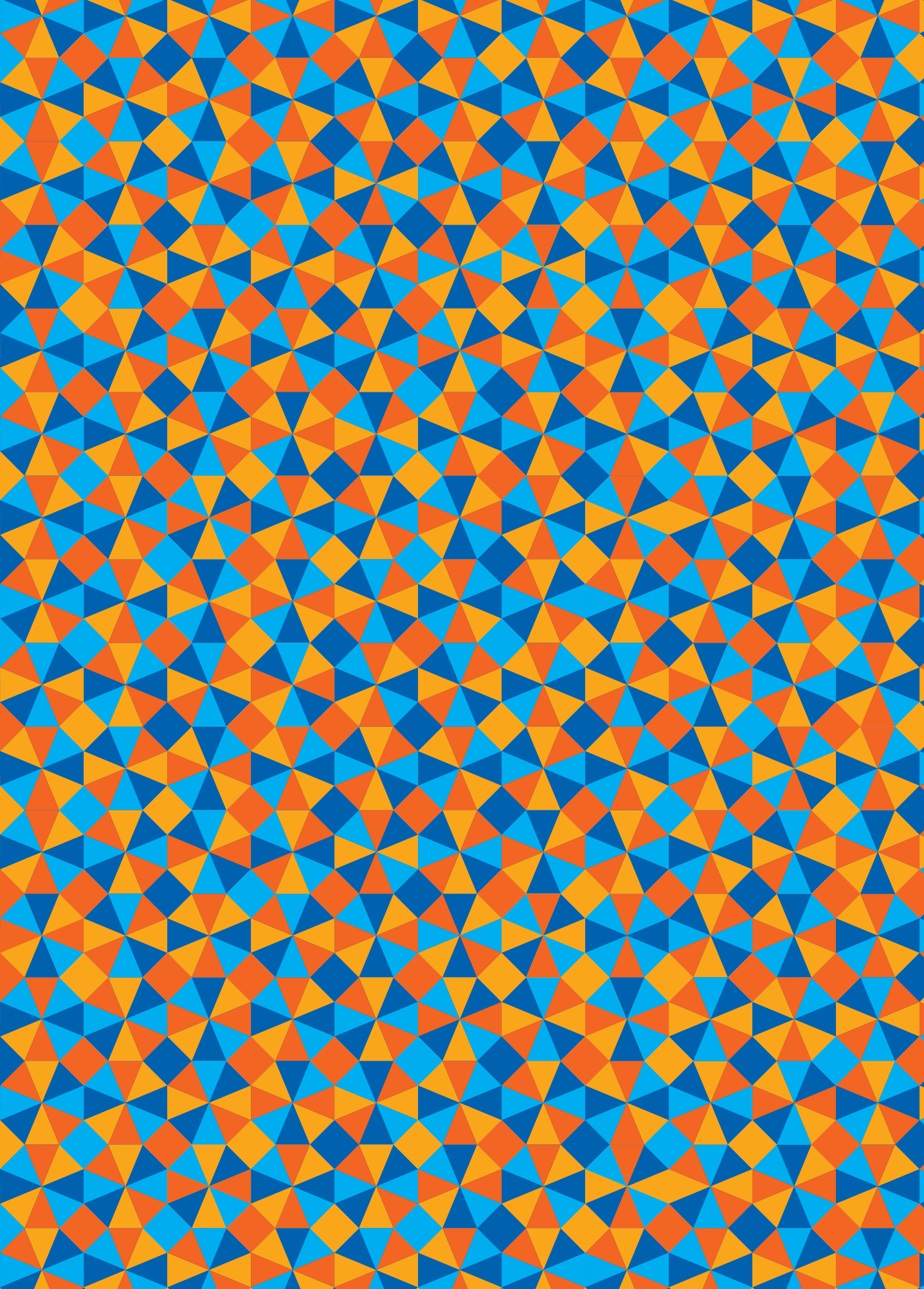


Atlas das Juventudes

EVIDÊNCIAS PARA A TRANSFORMAÇÃO DAS JUVENTUDES

PARA SABER MAIS

WWW.ATLASDASJUVENTUDES.COM.BR



Realizadores

em movimento

PACTO DAS JUVENTUDES
PELOS ODS

Apoiadores Potência

SICOOB Instituto

instituto arapyaú

Itaú Educação e Trabalho

Apoiador Juventudes

LEGADO PARA A JUVENTUDE BRASILEIRA

Apoiadores Transformação

fundação arymax

Fundação Roberto Marinho

Cultura

Apoiadores Diversidade

eureca.

GLOBAL OPPORTUNITY YOUTH NETWORK SÃO PAULO
O FUTURO É JOVEM

Parceiros Técnicos

FGV SOCIAL
CENTRO DE POLÍTICAS SOCIAIS

TALK

INSTITUTO VEREDAS

Parceiros

fundação arymax

HUB São Paulo

instituto arapyaú

ELOS

HISTORIORAMA

+UNIDOS

Brasil Júnior

CHOICE

CONAJE

ENGAJAMUNDO

BRITISH COUNCIL

GLOBO

PARQUE SOCIAL

AIESEC

TETO

PRESENTEMO

ESCOTEIROS

FGV SOCIAL

UPDATE

OGIFE

CONJUVE

FUNDAÇÃO FEAC